PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XLI | NÚMERO 003 | PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 04 DE JANEIRO DE | 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2022/2023

PRESIDENTE
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador José Antonio Robles

CONSELHO DA MAGISTRATURA E DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Vice-Presidente)
Desembargador José Antonio Robles (Corregedor-Geral)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

TRIBUNAL PLENO
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Desembargador José Antonio Robles
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador José Torres Ferreira
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha

2ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Isaias Fonseca Moraes (Presidente)
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador José Torres Ferreira

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador José Torres Ferreira

1ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Glodner Luiz Pauletto (Presidente)
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos

2ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

SECRETARIA GERAL
Juiz de Direito Rinaldo Forti da Silva
Secretário-Geral

COORDENADOR DO NUGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Ato Nº 1629/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no § 3º do art. 27 e no § 1º do art. 141 do Regimento Interno desta Corte;

Considerando o teor da Resolução n. 184/2021-TJRO, publicada no DJe n. 041, de 04/03/21, que alterou o horário de expediente e a jornada de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e adotou outras providências;

Considerando a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça, constante no Processo SEI n. 0007263-58.2020.8.22.8000;

Considerando os termos do Ato Conjunto n. 010/2022-PR/CGJ, publicado no DJe n. 091, de 18/05/2022, alterado pelos Atos Conjuntos n. 12/2022, publicado no DJe n. 112, de 21/6/2022, e n. 17/2022-PR/CGJ, publicado no DJe n. 157, de 24/08/2022;

Considerando o constante nos Processos SEI n. 0016312-26.2020.8.22.8000 e n. 0000058-07.2022.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - Estabelecer a escala do plantão judiciário da 2ª instância, referente ao mês de janeiro de 2023 (de 7 a 31), no horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente, ou em outro horário que vier a ser estabelecido pelo Tribunal de Justiça, e nos dias em que não houver expediente forense.

II - Determinar que somente sejam submetidas ao magistrado plantonista as petições que se refiram exclusivamente às hipóteses elencadas na Resolução n. 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, observado o parágrafo único do artigo 905 do Código de Processo Civil.

III - O Presidente do Tribunal de Justiça será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais, pelo Vice-Presidente do TJRO, e este pelo(s) desembargador(es) de maior antiguidade na composição da Corte.

IV - Os demais desembargadores designados para o plantão, de acordo com a escala abaixo, serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos ocasionais, pelo(s) desembargador(es) imediato(s) em antiguidade, dentro do órgão julgador.

Presidência/Tribunal Pleno
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Coordenadora: Bel.ª Cilene Rocha Meira Morheb
Endereço: Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria
Telefone: (69) 98444-5009.

1ª e 2ª Câmaras Cíveis/Câmaras Cíveis Reunidas
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Coordenador: Bel. Heleno de Carvalho
Endereço: Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria
Telefone: (69) 98444-5006.

1ª e 2ª Câmaras Criminais/Câmaras Criminais Reunidas
Desembargador Francisco Borges
Coordenadora: Bel.ª Maria das Graças Couto Muniz
Endereço: Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria
Telefone: (69) 98444-5007.

1ª e 2ª Câmaras Especiais/Câmaras Especiais Reunidas
Desembargador Gilberto Barbosa
Coordenadora: Bel.ª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Endereço: Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria
Telefone: (69) 98444-5008.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 29/12/2022, às 10:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 30/12/2022, às 15:27 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3104520e o código CRC F76B6A8F.

Ato Nº 1630/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor da Resolução n. 184/2021-TJRO, publicada no DJe n. 041, de 04/03/2021, que alterou o horário de expediente e a jornada de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e adotou outras providências;

Considerando o teor da Resolução n. 208/2021-TJRO, publicada no DJe n. 120, de 01/07/2021, que regulamentou as folgas compensatórias, relativas ao plantão judiciário ou administrativo, para magistrados e magistradas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

Considerando os termos do Ato Conjunto n. 010/2022-PR/CGJ, publicado no DJe n. 091, de 18/05/2022, alterado pelos Atos Conjuntos n. 12/2022, publicado no DJe n. 112, de 21/6/2022, e n. 017/2022-PR/CGJ, publicado no DJe 157, de 24/08/2022,

Considerando o constante no Processo SEI n. 0000058-07.2022.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - Estabelecer o plantão do Juiz Auxiliar da Presidência, referente ao mês de janeiro de 2023 (de 7 a 31), no horário compreendido entre as 14 horas e 7 horas do dia subsequente, ou em outro horário que vier a ser estabelecido pelo Tribunal de Justiça, e nos dias em que não houver expediente forense.

II - O Juiz Auxiliar designado para o plantão é o magistrado Guilherme Ribeiro Baldan, que será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais, por outro Juiz Auxiliar da Presidência.

III - A Coordenadora plantonista será a Bel.ª Cilene Rocha Meira Morheb, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria, e contato por intermédio do telefone (69) 98444-5009.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 29/12/2022, às 10:28 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 30/12/2022, às 15:27 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3104540e o código CRC 3C48A80E.

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

Portaria n. 01/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

RESOLVE:

I - DESIGNAR o magistrado ANDRESSON CAVALCANTE FECURY, Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, para auxiliar na 2ª Vara Genérica de Colorado do Oeste durante o plantão judicial da 9ª Região, nos dia 17 e 18/12/2022.

II - O acesso aos sistemas da unidade judiciária serão solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 03/01/2023, às 11:48 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108507e o código CRC 2BC83DC1.

Portaria n. 02/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO o processo SEI 0000280-36.2022.8.22.8012;

RESOLVE:

I - DESIGNAR o magistrado ELI DA COSTA JÚNIOR, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, para atuar nos processos n. 7002458-74.2022.8.22.0012, 7002492-49.2022.8.22.0012 e 7002505-48.2022.8.22. 0012 no período de 23/12 a 08/01/2022.

II - O acesso aos sistemas da unidade judiciária serão solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 03/01/2023, às 11:48 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108508e o código CRC E3879FF3.

Portaria n. 03/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

I - RETIFICAR a Portaria n. 112/2022 1-CGJ, publicada no DJE n. 232, de 15/12/2022, para constar,

“ONDE SE LÊ:”

7	Flávio Henrique de Melo, juiz de 3ª entrância	CESSAR os efeitos da designação da Portaria n. 073, publicada no DJE n. 207 de 08/11/2021	1ª Vara Criminal de Porto Velho	A partir de 09/01/2023

“LEIA-SE:”

7	Flávio Henrique de Melo, juiz de 3ª entrância	CESSAR os efeitos da designação da Portaria n. 054, publicada no DJE n. 118 de 29/06/2022.	1ª Vara Criminal de Porto Velho	A partir de 09/01/2023

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 03/01/2023, às 11:48 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108509e o código CRC 7D505B20.

SECRETARIA GERAL

PORTARIAS

Portaria Conjunta n. 1/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta nos artigos 110 a 115 c/c o artigo 98 da Lei Complementar n. 68/1992,

Considerando o que consta na Instrução N. 030/2019-PR, que dispõe sobre a concessão de gozo de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando as solicitações contidas no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp),

R E S O L V E M:

HOMOLOGAR a concessão, alteração e suspensão do usufruto de férias dos(as) servidores(as) abaixo qualificados(as):

Nome	Matrícula	Lotação	Período Aquisitivo	Período de Usufruto Anterior	Período de Usufruto	Abono
VALDISON RODRIGUES DE OLIVEIRA	35505	Seção de Gestão Operacional do Transporte	2020/2021	-	04/07/2022 até 23/07/2022	Sim
LUCIANO FERREIRA DE CARVALHO	2067960	Gabinete da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
SILAS SARAN TAVEIRA	2057336	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Cacoal/RO	2019/2020	-	30/03/2022 até 08/04/2022	Não
GUSTAVO CANCIAN DOS SANTOS	2052253	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Colorado do Oeste/RO	2022/2023	-	09/05/2022 até 18/05/2022	Não
LUIZ ROCHA DE OLIVEIRA VIEIRA	2049155	Núcleo de Serviços Administrativos	2022/2023	-	14/03/2022 até 23/03/2022	Sim
FRANCISCO GEOVANIO SILVA COSTA	2033925	Centro Integrado de Monitoramento/COSEPH	2021/2022	-	11/03/2022 até 20/03/2022	Não
FRANCISCO GEOVANIO SILVA COSTA	2033925	Centro Integrado de Monitoramento/COSEPH	2022/2023	-	28/04/2022 até 07/05/2022	Sim
ELISE PIRES	2032430	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO	2021/2022	-	25/04/2022 até 04/05/2022	Não
LAURA BRANDHUBER CARDOSO	2058243	Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes/RO	2020/2021	-	16/05/2022 até 25/05/2022	Não
SOLANGE FERREIRA DOS SANTOS	27219	Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	20/06/2022 até 09/07/2022	Sim
ARTHUR LUIZ SARAIVA LEAO VIANA	2067730	Central de Mandados da Comarca de Porto Velho	2021/2022	-	23/05/2022 até 06/06/2022	Não
REGINALDO DE SOUZA GADELHA	2060060	Departamento de Serviços e Infraestrutura de TIC	2020/2021	04/04/2022 até 13/04/2022	16/03/2022 até 25/03/2022	Sim
EDSON DOS SANTOS TECHIO	2049570	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	22/04/2022 até 01/05/2022	Não
GLEISON GOMES SANTOS	8056269	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	30/03/2022 até 08/04/2022	Não
MARIA DAS GRACAS PAULA DA SILVA THEVES	2032341	Coordenadoria de Revisão Redacional	2022/2023	-	26/05/2022 até 04/06/2022	Sim
ROSIMAIRE CARRANZA LEITE	2060981	Gabinete do Desembargador Isaías Fonseca Moraes	2020/2021	16/11/2022 até 25/11/2022	04/04/2022 até 13/04/2022	Sim
ALEXANDRO VIEIRA GONCALVES	2033364	Núcleo de Serviços Administrativos	2021/2022	18/04/2022 até 27/04/2022	07/11/2022 até 16/11/2022	Sim
GEAN CARLOS SILVA DE JESUS	2069369	Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
GUACYMARA BARBOSA GORAYEB	2050072	Seção de Desempenho e Desenvolvimento de Gestores e Servidores	2021/2022	02/05/2022 até 11/05/2022	11/04/2022 até 20/04/2022	Não
JERDSON RAIEL RAMOS	2043564	Administração do Fórum da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	13/06/2022 até 22/06/2022	Não
JUSCILEY DA CUNHA COSTA	2044579	Gabinete da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO	2016/2017	24/04/2023 até 02/05/2023	13/03/2023 até 21/03/2023	Não
JOSE ANTONIO CLARET PESSOA	2074567	Cartório Único Das Varas do Tribunal do Júri	2019/2020	-	02/03/2022 até 16/03/2022	Não
RISONEIDE MARIA DA SILVA ALVES	2035103	Núcleo de Inovação Tecnológica	2022/2023	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
ZENO GERMANO DE SOUZA NETO	2053985	Seção de Mediação, Conciliação, Terapia de Família	2021/2022	-	21/11/2022 até 10/12/2022	Sim
BRUNO WILSON RELVAS SOUZA	2064405	Gabinete do Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior	2020/2021	-	18/05/2022 até 27/05/2022	Não
ELIANE BASSO	2063794	Núcleo Psicossocial da Comarca de Pimenta Bueno/RO	2021/2022	-	16/05/2022 até 25/05/2022	Sim
LUCILENE ZANOL	2055082	Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Sim
LEONARDO ROBERTO GARCES BARBOSA	2055007	Seção dos Juizados Especiais do Nucomed da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	11/07/2022 até 30/07/2022	Sim
RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO	2033224	Cartório da Vara de Proteção À Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019	04/07/2022 até 06/07/2022	25/08/2022 até 27/08/2022	Não
SUELI RODRIGUES DE MATOS	2064618	Setor de Taquigrafia	2021/2022	11/08/2022 até 20/08/2022	15/08/2022 até 24/08/2022	Sim
LEONARDO FELIPE PEIXOTO BORSATTI	2060167	Central de Atendimento da Comarca de Pimenta Bueno/RO	2022/2023	-	18/07/2022 até 06/08/2022	Sim
BRENDA MARA MARTINS DE OLIVEIRA	2071126	Seção de Planejamento e Orçamento/Diplan/Dead/Sg/EMERON	2021/2022	-	22/07/2022 até 31/07/2022	Sim
ELIANA MARTINS DOS SANTOS	2065037	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO	2020/2021	-	17/05/2022 até 26/05/2022	Não
POLIANNE HERLIZE MOREIRA RATZ DOS REIS	2066246	Gabinete da Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Porto Velho	2020/2021	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
POLIANNE HERLIZE MOREIRA RATZ DOS REIS	2066246	Gabinete da Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Porto Velho	2021/2022	-	14/07/2022 até 23/07/2022	Sim
FERNANDA DUARTE CORREA LOPES	2072661	Gabinete da Secretaria Judiciária do 2ºGrau	2019/2020	-	20/06/2022 até 29/06/2022	Sim

CARMEM LUCI SILVEIRA	2043076	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO	2020/2021	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
ELISANDRA CRISTINA LANG	2066980	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO	2019/2020	-	24/06/2022 até 13/07/2022	Não
PRISCILA AGUIAR DE FREITAS DINIZ	2065975	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO	2021/2022	17/08/2022 até 05/09/2022	08/09/2022 até 27/09/2022	Não
CINTIA VECCHI DE CARVALHO FERREIRA	2036436	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO	2019/2020	-	14/07/2022 até 23/07/2022	Sim
LEANDRO DAVID FERREIRA CHAVES	2062305	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Colorado do Oeste/RO	2021/2022	06/06/2022 até 15/06/2022	12/09/2022 até 21/09/2022	Sim
FERNANDO DE OLIVEIRA LESSA	2038889	Administração do Fórum da Comarca de Cacoal/RO	2022/2023	-	08/08/2022 até 27/08/2022	Sim
RAIMUNDA NUNES FERREIRA	41785	Núcleo de Apoio Operacional/COSEPH	2022/2023	-	14/03/2022 até 23/03/2022	Não
JULIANA MAIA CORREA	8036241	Gabinete da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2022/2023	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
JOSEFINA RICA MOURAO	2033992	Seção de Colocação Familiar	2017/2018	-	23/05/2022 até 01/06/2022	Não
MICHELLE DUARTE CERQUEIRA PACHECO	2066750	Seção de Análise e Orientação Contábil	2020/2021	-	16/05/2022 até 25/05/2022	Sim
DIEGO BONASSI VIEIRA	2068800	Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO	2022/2023	-	18/04/2022 até 27/04/2022	Sim
CLEONICE BERNARDINI	2043602	Gabinete da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO	2020/2021	-	18/04/2022 até 27/04/2022	Não
ANTONINHO SANTANA DE LIMA	39314	Seção de Acompanhamento e Controle de Contratos, Convênios e Atas de Registro de Preços	2021/2022	-	22/06/2022 até 01/07/2022	Sim
MARCIO BRITO MARQUES	2057344	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Rolim de Moura/RO	2021/2022	-	28/04/2022 até 07/05/2022	Não
FRANQUENEIDE PEREIRA DE ARAUJO	2055791	Gabinete da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	16/11/2022 até 25/11/2022	Não
ANA POLIANA DE OLIVEIRA	2073102	Gabinete da Vara da Auditoria Militar da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
JOSE MARCELO NOGUEIRA DA SILVA	2034212	Seção de Gestão Documental	2022/2023	-	09/01/2023 até 28/01/2023	Sim
CHAGAS RAIMUNDO TEIXEIRA	2033909	Divisão de Contabilidade	2021/2022	-	11/05/2022 até 20/05/2022	Não
ANA CAROLINA FRANCA KRAUSE	2054205	Divisão de Saúde e Bem Estar Organizacional	2021/2022	-	20/05/2022 até 29/05/2022	Sim
LINDONEIA DE SOUZA CONCEICAO	2046369	Gabinete da 2ª Vara Genérica da Comarca de Buritis	2019/2020	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
MIRLENI DE OLIVEIRA MARIANO	2070022	Gabinete da Presidência	2020/2021	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
SIMONE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA	2040875	Serviço de Atermação da Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019	-	30/11/2022 até 19/12/2022	Não
CARLA VANESSA BORTOLAMEDI	2069814	Núcleo de Apoio Das Unidades do 1º Grau/SCGJ	2019/2020	-	19/09/2022 até 28/09/2022	Não
RAFAEL PEREIRA DO NASCIMENTO	2070243	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Buritis/RO	2019/2020	-	01/08/2022 até 10/08/2022	Sim
GUILHERME HENRIQUE DE MELO ANDRADE	2059614	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	17/05/2022 até 15/06/2022	Não
FREDSON RICARDO PEREIRA	2046571	Seção de Incorporação de Bens de Consumo e Permanente	2021/2022	01/06/2022 até 20/06/2022	01/06/2022 até 10/06/2022	Sim
JORDAO MARTINS GONCALVES	2053209	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Cerejeiras/RO	2022/2023	-	23/05/2022 até 01/06/2022	Não
JORDAO MARTINS GONCALVES	2053209	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Cerejeiras/RO	2022/2023	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
UDERSON DOS ANJOS LUCAS	2052679	Cartório da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO	2022/2023	-	26/05/2022 até 04/06/2022	Sim
IVO MARCELO BARBOSA DA PAIXAO	2048388	Gabinete do Desembargador Miguel Mônico Neto	2022/2023	-	02/01/2023 até 21/01/2023	Sim
LUCIVANIA DE SA MOREIRA	2059410	Gabinete da 2ª Vara Genérica da Comarca de Buritis	2021/2022	-	23/05/2022 até 06/06/2022	Não
FERNANDA RAFAELE PEREIRA DE OLIVEIRA	2069547	Gabinete da 1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	2020/2021	-	30/03/2022 até 08/04/2022	Sim
GIGLIANNE CASTRO ROMANINI	2031027	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	01/06/2022 até 10/06/2022	Não
NILCE CARLOS DE SOUZA	2043025	Coordenadoria de Segurança Patrimonial e Humana	2022/2023	-	12/05/2022 até 31/05/2022	Sim
NEILTON SORIA GALVAO	2043394	Seção de Sistemas de 2º Grau	2021/2022	-	18/04/2022 até 07/05/2022	Sim
ELIEZER NUNES BARROS	2067358	Gabinete da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	27/05/2022 até 05/06/2022	Não
GABRIELA BEGNIS MOTTA MEDEIROS	2070049	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
RENATA ALINE ARAUJO SANTOS	2063166	Gabinete da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	05/10/2022 até 14/10/2022	Não
KENNYSON JULIO DA SILVA MARCELINO	2052792	Gabinete do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO	2022/2023	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Sim
GELSILENE KENIS VALIATTI NOVAIS	2056356	Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	2018/2019	-	03/05/2022 até 12/05/2022	Sim
LUCIMARI DE ALMEIDA WERNECK	2041677	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Cacoal/RO	2019/2020	-	28/03/2022 até 06/04/2022	Não
RENATA LIRA BARBOZA DE FARIA	2048256	Gabinete do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	02/05/2022 até 11/05/2022	Sim
BENEDITO CECINIO CORREA FILHO	2069350	Gabinete da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	12/09/2022 até 01/10/2022	Sim
MAIARA JUCILEA OLIVEIRA DA SILVA	2061031	Gabinete da 4ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	22/06/2022 até 01/07/2022	Não
MARIA LUZIA GODOI NAVARRETE	2032600	Divisão de Registro e Controle Acadêmico/Deped/Sg/EMERON	2021/2022	-	27/06/2022 até 06/07/2022	Não
CARLOS EDUARDO MAIA DE GOES SOUZA	8047596	Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	23/06/2022 até 02/07/2022	Não
JOSE IANO VIEIRA DA SILVA	2033941	Seção de Armazenamento de Bens	2022/2023	-	22/08/2022 até 10/09/2022	Sim
IGOR ALBUQUERQUE PONTES	2073323	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	09/01/2023 até 18/01/2023	Não

HUGO COSTA FERNANDES	2071657	Cartório Cível da Comarca de Alvorada D'Oeste/RO	2021/2022	-	02/03/2022 até 11/03/2022	Não
RAIMUNDO TELES MOREIRA JUNIOR	2070766	Seção de Sistemas de Apoio Ao Judiciário	2021/2022	-	17/10/2022 até 31/10/2022	Não
ITALO RICARDO VEIGA CIDIN	2049031	Coordenadoria Especial da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau	2022/2023	-	01/08/2022 até 20/08/2022	Sim
JESSE VON RONDOW RIBEIRO	2066297	Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Rolim de Moura/RO	2021/2022	-	03/03/2022 até 12/03/2022	Sim
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA	2067129	Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO	2019/2020	-	02/05/2022 até 11/05/2022	Não
MARIA JOSE DO NASCIMENTO SALES	39470	Seção Biopsicossocial	2022/2023	-	21/07/2022 até 30/07/2022	Sim
JANAINE MORAES VIEIRA SASSAMOTO	2059096	Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO	2020/2021	-	10/05/2022 até 24/05/2022	Não
JORGE FERNANDES NETO	2065835	Gabinete da Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Porto Velho	2018/2019	04/04/2022 até 13/04/2022	25/04/2022 até 04/05/2022	Não
MOISES VICTOR PESSOA SANTIAGO	2067099	Divisão de Organização e Normatização Extrajudicial	2020/2021	-	11/07/2022 até 20/07/2022	Sim
ROSANE NEVES DA SILVA	2049430	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2020/2021	-	18/07/2022 até 06/08/2022	Sim
MARIA FLORA MARQUES MILAGRE	2056437	Gabinete da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO	2016/2017	-	15/08/2022 até 24/08/2022	Não
FRANCISCA AGAMENOLIA DE OLIVEIRA JACOB	2053870	Seção de Atendimento Psicossocial	2021/2022	18/07/2022 até 27/07/2022	05/12/2022 até 14/12/2022	Não
JORDANA BALZAN	2067609	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim/RO	2018/2019	01/08/2022 até 10/08/2022	08/09/2022 até 17/09/2022	Não
CLODOALDO FERREIRA DOS SANTOS	2033755	Seção de Expedição e Montagem de Bens	2019/2020	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
LIBERALINA SILVA DE OLIVEIRA VALE	2072580	Gabinete da Stic	2020/2021	25/07/2022 até 03/08/2022	18/07/2022 até 27/07/2022	Não
CARLOS EDUARDO MAIA DE GOES SOUZA	8047596	Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	01/06/2022 até 10/06/2022	Não
NADIR MARIANO VIEIRA	2037998	Coordenadoria de Modernização Institucional	2022/2023	-	20/07/2022 até 29/07/2022	Sim
ELDER MIYACHE	2043629	Coordenadoria Especial da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau	2020/2021	-	22/08/2022 até 31/08/2022	Não
LAFAIETE BERNARDES VIANA	5004985	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO	2022/2023	-	15/08/2022 até 03/09/2022	Não
SUELI DALTO	2042347	Administração do Fórum da Comarca de Cacoal/RO	2017/2018	-	18/10/2022 até 27/10/2022	Não
VALESKA PRICYLA BARBOSA SOUSA	2049775	Coordenadoria Especial da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau	2020/2021	04/04/2022 até 13/04/2022	04/05/2022 até 13/05/2022	Não
SAMARA ROHERS PENHA	2062127	Divisão de Gestão e Apoio ao 1º Grau	2020/2021	-	18/04/2022 até 27/04/2022	Sim
ADRIANA LUNARDI	2063506	Divisão de Contratos e Convênios	2019/2020	07/03/2022 até 16/03/2022	12/09/2022 até 21/09/2022	Não
ALESSANDRA DA SILVA MORONG	2047047	Gabinete da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO	2021/2022	-	02/05/2022 até 11/05/2022	Sim
RAQUEL CORREIA LIMA	2045958	Departamento do Conselho da Magistratura	2020/2021	-	24/08/2022 até 02/09/2022	Não
AMI IGUCHI SATO	2065983	Cartório da Vara de Proteção À Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	25/04/2022 até 09/05/2022	11/07/2022 até 25/07/2022	Não
SILVANIA BERNARDI	2034875	Central de Atendimento da Comarca de Vilhena/RO	2020/2021	-	18/04/2022 até 07/05/2022	Sim
WOLNEY ANTONIO FERREIRA DA SILVA	2036398	Seção de Correspondência e Mensageria	2021/2022	-	12/05/2022 até 31/05/2022	Sim
CIRLOANDA SARACINI	2062232	Administração do Fórum da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	2020/2021	-	20/06/2022 até 29/06/2022	Não
ALESSANDRA PEREIRA MASSO	2037017	Departamento de Estratégia e Governança de TIC	2021/2022	04/07/2022 até 23/07/2022	12/05/2022 até 31/05/2022	Não
GILVAN SERGIO LUCHI	2055538	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste/RO	2019/2020	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
MARCAL AMORA COUCEIRO	2064499	Gabinete da Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	03/10/2022 até 12/10/2022	Sim
GIOVANNA DE MORAES CIZMOSKI	8024634	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO	2022/2023	-	09/05/2022 até 28/05/2022	Não
JANIA PEREIRA PORTO	2069563	Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura/RO	2020/2021	-	18/07/2022 até 27/07/2022	Sim
EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS	2045184	Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica	2019/2020	02/05/2022 até 11/05/2022	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
FRANCISCO CAMPOS DE OLIVEIRA	2060078	Coordenadoria de Revisão Redacional	2021/2022	-	12/09/2022 até 21/09/2022	Não
KARLA RAFAELA BRAGA BARBETO WESTPHAL	2069512	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	18/10/2022 até 27/10/2022	07/11/2022 até 26/11/2022	Não
FERNANDA MIRANDA CAMPOS DA SILVA	2055937	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2022/2023	-	09/01/2023 até 28/01/2023	Sim
KATHARYNNE KENNY BORGES DE SOUZA	2073366	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2020/2021	-	09/01/2023 até 18/01/2023	Sim
GILSON DA SILVA BARBOSA	2036371	Cartório da Vara Criminal da Comarca de Jaru/RO	2022/2023	-	10/08/2022 até 19/08/2022	Sim
JESSICA CAROLINE COSTA DE MATOS	2072114	Gabinete do Desembargador Gilberto Barbosa Batista Dos Santos	2022/2023	-	01/09/2022 até 10/09/2022	Sim
ABRAHAO FREIRE DE LIMA FILHO	41564	Núcleo de Segurança da Comarca de Cacoal/RO	2020/2021	-	15/02/2022 até 24/02/2022	Não
GABRIELA GOUVEIA CABRAL VIANA	2074150	Coordenadoria de Comunicação Social	2019/2020	-	21/03/2022 até 30/03/2022	Não
BRAULIO PENHA BIDA	2061090	Gabinete do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
RENAN DIEGO OLIVEIRA DE ALCANTARA	2073951	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	08/09/2022 até 17/09/2022	Não
CARLA MEIRIANE DE ALMEIDA COSTA	2057166	Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Carreiras	2020/2021	-	17/04/2023 até 26/04/2023	Não
VIVIANE GARCIA DOS SANTOS	2048671	Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau	2020/2021	21/03/2022 até 30/03/2022	28/11/2022 até 07/12/2022	Sim
ANTONIO CARDOSO MOURAO	2050218	Seção de Registro e Arquivamento de Processos	2022/2023	-	27/06/2022 até 06/07/2022	Sim
HENDRIO LOAN NUNES DE LIMA	8035407	Gabinete da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Sim
RAFAEL LIMA BEIJO	2053004	Central de Atendimento da Comarca de Rolim de Moura/RO	2022/2023	20/06/2022 até 29/06/2022	27/05/2022 até 05/06/2022	Sim

IVAN FLOR DA SILVA	2033844	Seção de Folha de Pagamento e Execução de Cálculos	2022/2023	11/04/2022 até 20/04/2022	09/01/2023 até 18/01/2023	Não
DOUGLAS JUNIOR AZEVEDO SIMOES	2061791	Gabinete da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	06/10/2022 até 15/10/2022	Não
ANLES KELLY RODOLFO DA SILVA	2073668	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	10/10/2022 até 19/10/2022	Não
RONALDO DA COSTA NEVES	2054094	Cartório Civel da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO	2021/2022	-	15/06/2022 até 24/06/2022	Não
DENISE ARAUJO DE OLIVEIRA	2065711	Auditoria de Infraestrutura	2019/2020	-	25/04/2022 até 14/05/2022	Sim
WELITON DO NASCIMENTO ALEXANDRE	8044317	Gabinete da 3ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO	2022/2023	-	29/06/2022 até 08/07/2022	Não
MARILENE LEMES DE SOUZA CHAVES	2056879	Gabinete da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO	2019/2020	-	04/05/2022 até 13/05/2022	Não
LINDONEIA DE SOUZA CONCEICAO	2046369	Gabinete da 2ª Vara Genérica da Comarca de Buritis	2021/2022	-	18/07/2022 até 27/07/2022	Sim
DIMEIA DE OLIVEIRA LINO RODRIGUES	2054108	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO	2022/2023	-	12/01/2023 até 31/01/2023	Sim
RENATO ALEXANDRE DE ALMEIDA	26913	Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Vilhena/RO	2021/2022	-	24/08/2022 até 02/09/2022	Sim
ADRIANA INACIO NASCIMENTO SOUZA	2072190	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste/RO	2019/2020	-	11/07/2022 até 20/07/2022	Sim
MARIA APARECIDA FERREIRA BESERRA	2054833	Seção de Arrecadação	2021/2022	-	08/08/2022 até 17/08/2022	Sim
MARCIO ALVES DE LIMA	2052903	Cartório Criminal da Comarca de Costa Marques/RO	2021/2022	-	01/06/2022 até 10/06/2022	Sim
CLEICIVANIA VALIATTI DA SILVA	2068583	Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO	2018/2019	25/04/2022 até 04/05/2022	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
ROBERSON DANIEL GOMES	2036053	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Espigão D'Oeste/RO	2018/2019	-	22/03/2022 até 31/03/2022	Não
KAROLINE DOS SANTOS NETO	2074710	Gabinete do Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz	2022/2023	-	22/04/2022 até 01/05/2022	Não
ARMANDO KENITI KUSANO	2070189	Divisão de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos	2021/2022	-	11/04/2022 até 20/04/2022	Não
JUSSARA VALENTE FERNANDES SECCO	2060310	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	13/06/2022 até 22/06/2022	Não
KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES	2046199	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	21/07/2022 até 30/07/2022	03/10/2022 até 12/10/2022	Sim
WAGNER CARDOSO DE JESUS	2052121	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO	2020/2021	06/06/2022 até 25/06/2022	20/06/2022 até 09/07/2022	Sim
FAGNER TAVORA	2057891	Central de Atendimento da Comarca de Vilhena/RO	2022/2023	-	08/08/2022 até 22/08/2022	Não
CAMILO TIAGO MUNDIM	2071002	Seção de Sistemas de Apoio Ao Judiciário	2020/2021	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
VELUMA ALVES DE SOUZA	2064839	Divisão Financeira	2021/2022	-	02/08/2022 até 11/08/2022	Não
JOSIANE ALINE ROSA	2069946	Serviço de Atermação da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	2021/2022	-	18/07/2022 até 27/07/2022	Sim
BARBARA RUBYA CHAVES SILVA SANTANA	8044104	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO	2022/2023	19/05/2022 até 02/06/2022	20/04/2023 até 04/05/2023	Não
RONALDO RIBEIRO DOS SANTOS	2051290	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal	2019/2020	-	09/01/2023 até 18/01/2023	Não
PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA	2059975	Divisão de Saúde e Bem Estar Organizacional	2022/2023	-	30/09/2022 até 09/10/2022	Sim
MARCOS PAULO SOARES DA SILVA	2053527	Seção de Desempenho e Desenvolvimento de Gestores e Servidores	2021/2022	03/10/2022 até 12/10/2022	04/07/2022 até 13/07/2022	Sim
JAQUELINE LEONTINO MOREIRA	2071231	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO	2019/2020	-	21/07/2022 até 30/07/2022	Sim
THAIS MONTEIRO FERREIRA BRITO	2064138	Seção de Coordenação de Pós Graduação	2022/2023	-	30/08/2022 até 08/09/2022	Não
THAIS MONTEIRO FERREIRA BRITO	2064138	Seção de Coordenação de Pós Graduação	2020/2021	11/07/2022 até 20/07/2022	09/09/2022 até 18/09/2022	Não
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA	2043017	Seção de Expedição e Montagem de Bens	2022/2023	-	13/06/2022 até 22/06/2022	Sim
CLAUDIA DA SILVA XIMENES DE SOUZA	2048922	Divisão de Almoxarifado	2020/2021	-	25/07/2022 até 03/08/2022	Sim
DIOGENES FERROSIL	2059720	Seção de Prestação de Contas e Relatórios Contábeis	2021/2022	11/02/2022 até 20/02/2022	16/11/2022 até 25/11/2022	Sim
CARLA VANESSA SUARIS MEIRELES	2072637	Divisão de Saúde e Bem Estar Organizacional	2020/2021	-	09/03/2022 até 18/03/2022	Não
RAIMUNDO TELES MOREIRA JUNIOR	2070766	Seção de Sistemas de Apoio Ao Judiciário	2021/2022	-	20/06/2022 até 04/07/2022	Não
IVONETE RIBEIRO MOLINO LUCHESI	2030233	Coordenadoria de Revisão Redacional	2019/2020	21/02/2022 até 02/03/2022	04/07/2022 até 13/07/2022	Não
ELIZEU LEAL	2063190	Central de Atendimento da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO	2020/2021	-	18/05/2022 até 27/05/2022	Sim
EVANICE CUNHA DA SILVA	2060140	Divisão de Planejamento, Aquisição e Patrimônio/Dead/Sg/EMERON	2021/2022	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Sim
STEPHANIE AYRES DE JONGH	2062682	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO	2018/2019	15/03/2022 até 16/03/2022	05/01/2023 até 06/01/2023	Não
VITORIA MARTINS LIMA ALEXANDRE	2059240	Divisão de Gestão e Apoio ao 1º Grau	2021/2022	-	23/03/2022 até 01/04/2022	Sim
ELIAS BATISTA PAIVA	40339	Núcleo de Apoio Operacional/COSEPH	2022/2023	-	27/06/2022 até 06/07/2022	Sim
IOSNIQUISSON ALEX BRAGA DE SA COSTA	2069806	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	11/04/2022 até 20/04/2022	Sim
ALESSANDRA PEREIRA MASSO	2037017	Departamento de Estratégia e Governança de TIC	2021/2022	-	04/07/2022 até 23/07/2022	Sim
ELCY DE ASSIS RAMOS	2038897	Cartório Criminal da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste/RO	2019/2020	-	03/05/2022 até 12/05/2022	Sim
ELZA ELENA GOMES SILVA	2046628	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	08/08/2022 até 17/08/2022	Não
FABIANO ALTINO DE SOUSA	2068141	Divisão de Contabilidade	2022/2023	-	11/07/2022 até 20/07/2022	Não
MARIANA SATHIE NAKAMURA	2059843	Coordenação do Serviço de Apoio Psicossocial Às Varas de Família da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	04/07/2022 até 23/07/2022	Sim
LUCIANA MOREIRA DA SILVA	2073862	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2021/2022	-	27/04/2022 até 06/05/2022	Não
GISELY DE OLIVEIRA MARIA	2068729	1º Juízo da Vara Única da Comarca de Machadinho D?Oeste/RO	2021/2022	07/03/2022 até 26/03/2022	01/03/2023 até 20/03/2023	Sim
LUCIENE CRISTINA TORRES	2070863	Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO	2019/2020	-	25/04/2022 até 14/05/2022	Sim
SERGIO RICARDO DE CASTILHO	2070111	Gabinete da 1ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO	2020/2021	-	12/05/2022 até 21/05/2022	Não
RENAN CORREIA LIMA	2068745	Departamento Judicial/SCGJ	2019/2020	-	05/09/2022 até 14/09/2022	Não

RENAN CORREIA LIMA	2068745	Departamento Judicial/SCGJ	2020/2021	-	17/10/2022 até 26/10/2022	Não
FELIPE DE LIMA MARTAROLE	2064278	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Machadinho D'Oeste/RO	2021/2022	-	25/04/2022 até 04/05/2022	Sim
POLIANA PACHECO XAVIER	2063093	Cartório da Vara Criminal da Comarca de Jaru/RO	2021/2022	-	06/06/2022 até 15/06/2022	Não
MARIA APARECIDA RIBEIRO TORRES	2050102	Assessoria Administrativa do Departamento de Engenharia e Arquitetura	2020/2021	-	07/03/2022 até 16/03/2022	Não
ALCILENE LIMA DA SILVA	2038013	Divisão de Gestão do Selo Extrajudicial	2021/2022	-	15/08/2022 até 03/09/2022	Sim
MOZART HO TONG NOBRE	2037572	Seção de Gestão Operacional do Transporte	2020/2021	25/01/2023 até 03/02/2023	11/04/2022 até 20/04/2022	Sim
VALERIA DE SOUZA SANTANA	29521	Assessoria Jurídica e Controle	2022/2023	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Sim
GEAN CARLOS ARRUDA LEMOS	2052512	Cartório da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Velho/RO	2022/2023	-	05/09/2022 até 14/09/2022	Não
ARRISSON DENER DE SOUZA MORO	2052784	Cartório da 1ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras/RO	2022/2023	-	13/06/2022 até 22/06/2022	Não
LUCILENE ZANOL	2055082	Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	18/07/2022 até 27/07/2022	Não
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES SAMPAIO	2052474	Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO	2021/2022	-	16/05/2022 até 04/06/2022	Sim
SERGIO MARCOS BISPO DA COSTA	2032015	Seção de Processamento/Dicaj/DECOM	2021/2022	-	13/10/2022 até 22/10/2022	Sim
BRIAN HOLMES DE ALMEIDA LEAL	2070154	Seção de Engenharia	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
ANGELA MARIA BARBOSA SILVA	2053268	Núcleo de Segurança da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	2021/2022	-	23/06/2022 até 02/07/2022	Sim
VICTOR HUGO DOURADO MONTEIRO	2067951	Centro de Serviços Integrados	2021/2022	-	25/05/2022 até 13/06/2022	Sim
NELSON VITAL DOS SANTOS	41750	Seção de Expedição e Montagem de Bens	2020/2021	-	12/05/2022 até 31/05/2022	Sim
REGIANE TOVO DE SOUZA	2065061	Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO	2021/2022	-	05/12/2022 até 19/12/2022	Não
FELIPE OLIVEIRA COLEN	2069857	Núcleo de Inteligência de Negócio	2021/2022	11/07/2022 até 20/07/2022	25/05/2022 até 03/06/2022	Não
MARIZE DA CONCEICAO RAMOS DOS SANTOS	40118	Setor de Taquigrafia	2022/2023	-	25/07/2022 até 03/08/2022	Não
LUCINEIDE SOUZA MEIRELES ALVES	2036584	Central de Atendimento da Comarca de Pimenta Bueno/RO	2020/2021	-	11/07/2022 até 20/07/2022	Sim
ROSINEI MARIA MARTINS	2060027	Coordenadoria de Revisão Redacional	2021/2022	-	04/07/2022 até 13/07/2022	Sim
KATTLEN CARVALHO NEVES	2055368	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	20/06/2022 até 29/06/2022	Sim
CAIO SALDANHA DA SILVEIRA	2072068	Seção de Desempenho e Desenvolvimento de Gestores e Servidores	2021/2022	01/02/2022 até 10/02/2022	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
PAMELA DEANE SILVA ANDRADE DORNELAS	2065550	Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO	2022/2023	-	01/08/2023 até 10/08/2023	Sim
IRENE GLAZAR GAZZOLI	2034417	Cartório da Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	2020/2021	-	11/04/2022 até 30/04/2022	Sim
JUNIOR CONDE SHOCKNESS SERNAJOTO	2055228	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2020/2021	-	09/03/2022 até 18/03/2022	Sim
ALMIR DOS SANTOS ALBUQUERQUE	2032813	Seção de Ambiente Analítico	2020/2021	14/03/2022 até 23/03/2022	19/09/2022 até 28/09/2022	Sim
BRUNNO OLIVEIRA DA SILVA BERMEU	2060582	Núcleo de Serviços Gerais	2021/2022	-	21/03/2022 até 30/03/2022	Não
FERNANDO MENDES INACIO	2061880	Seção de Manutenção de Bens	2020/2021	-	04/04/2022 até 13/04/2022	Não
LUCINEIA APARECIDA DE MEIRELES CONSTANTINO	2038730	Central de Atendimento da Comarca de Pimenta Bueno/RO	2019/2020	-	09/05/2022 até 28/05/2022	Não
FELYPE EDUARDO RODRIGUES	2072360	Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO	2022/2023	-	09/05/2022 até 18/05/2022	Sim
MARCUS MACHADO DOS SANTOS	2070014	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal	2021/2022	-	19/07/2022 até 28/07/2022	Não
LIDIANE COSTA DE SA	5001897	Núcleo de Apoio Das Unidades do 1º Grau/SCGJ	2021/2022	-	20/06/2022 até 29/06/2022	Sim
RAFAEL SOUZA LIMA	2074532	Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	2019/2020	-	29/06/2022 até 08/07/2022	Não
ALEXANDRO VIEIRA GONCALVES	2033364	Núcleo de Serviços Administrativos	2022/2023	-	27/03/2023 até 05/04/2023	Não
MILTON CORREIA DOS SANTOS FILHO	2056780	Central de Mandados da Comarca de Porto Velho	2022/2023	-	16/11/2022 até 30/11/2022	Não
KELNO CARVALHO DA SILVA	2071045	Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Machadinho D'Oeste/RO	2019/2020	-	07/11/2022 até 16/11/2022	Não
FRANQUENEIDE PEREIRA DE ARAUJO	2055791	Gabinete da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2021/2022	-	01/08/2022 até 10/08/2022	Sim
RENATA LIRA BARBOZA DE FARIA	2048256	Gabinete do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	02/05/2022 até 11/05/2022	06/07/2022 até 15/07/2022	Sim
MARCELO ANTONIO DOS SANTOS NASCIMENTO	2065444	Gabinete do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO	2020/2021	-	16/05/2022 até 25/05/2022	Não
PATRICIA SOGA	2057239	Gabinete do Desembargador Paulo Kiyochi Mori	2020/2021	06/07/2022 até 15/07/2022	11/09/2023 até 20/09/2023	Não
ABRAHAO FREIRE DE LIMA FILHO	41564	Núcleo de Segurança da Comarca de Cacoal/RO	2021/2022	-	20/06/2022 até 09/07/2022	Não
SEBASTIAO DE ATAIDE SILVA	25976	Núcleo de Segurança da Comarca de Alvorado D'Oeste/RO	2021/2022	-	15/08/2022 até 03/09/2022	Sim

Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108121e o código CRC 0763DF01.

Portaria Conjunta n. 2/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta nos processos eletrônicos SEI abaixo:

R E S O L V E M:

CONCEDER gozo de licença prêmio por assiduidade às servidoras abaixo relacionadas, pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, nos termos do art. 123 da LC 68/92:

Nome	Cadastro	Cargo	Lotação	Processo SEI	Lustro	Período Aquisitivo	Período de Fruição	
							Data Inicial	Data Final
CINDIA LEOPOLDINO FAVERO ARAUJO	2058901	Técnica Judiciária	VIL1CIVCAR - Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO	0000613-21.2018.8.22.8014	1º	2013/2018	09/01/2023	09/02/2023
PETRIA DANTAS DE OLIVEIRA	2059800	Oficiala de Justiça	PVHCEM - Central de Mandados da Comarca de Porto Velho	0004040-65.2018.8.22.8001	1º	2013/2018	03/04/2023	03/05/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108123e o código CRC 29B9A8E1.

Portaria Conjunta n. 3/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000550-54.2022.8.22.8014,

R E S O L V E M:

ALTERAR os termos da Portaria Presidência 760 (3083568), disponibilizada do DJE n. 232, de 14/12/2022, no tocante a servidora JÉSSICA DE OLIVEIRA, nos termos da Decisão 5424 (3105127), mantendo - se os demais termos inalterados:

Para onde se lê:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	NOVA LOTAÇÃO	EXONERAR	NOMEAR	EFEITOS
8031541	JÉSSICA DE OLIVEIRA	Comissionada	ARIJEGAB - Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes/RO	VIL3CIVGAB - Gabinete da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO	Assessora de Juiz - DAS1	Assessora de Juiz - DAS1	09/01/2023

Leia-se:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	EXONERAR	EFEITOS
8031541	JÉSSICA DE OLIVEIRA	Comissionada	ARIJEGAB - Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes/RO	Assessora de Juiz - DAS1	09/01/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108129e o código CRC 27591F43.

Portaria Conjunta n. 4/2023-JSG-SGP

JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0006737-48.2022.8.22.8800,

R E S O L V E M:

DISPENSAR e DESIGNAR as servidoras abaixo qualificadas, conforme quadro:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DISPENSAR	DESIGNAR	EFEITOS
2049449	FRANCISCA DAS CHAGAS DAS NEVES	Técnica Judiciária	CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	Gestora de Equipe - DAS3	-	01/01/2023
5023170	AMANDA SIMÕES BATISTA DO NASCIMENTO			-	Gestora de Equipe - DAS3	

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108132e o código CRC 1C041CA5.

Portaria Conjunta n. 5/2023-JSG-SGP

JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0014434-32.2021.8.22.8000,

R E S O L V E M:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor CHARLES DIAS DE MELO, cadastro 2070812, Analista de Sistemas, lotado na Sesar - Seção de Servidores e Armazenamento, sem ônus para este Poder, por ter atuado na função gratificada de Chefe de Seção I - FG5, da Sesar - Seção de Servidores e Armazenamentos/TIC, no período de 09/11/2021 a 19/12/2021.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108136e o código CRC 1123FCA0.

Portaria Conjunta n. 6/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0002272-68.2022.8.22.8000,

R E S O L V E M:

I - PRORROGAR o pedido de home office da servidora TERESINHA CAVALCANTE DE SOUSA BRAYNER, cadastro 2043319, lotada na SEFPEC - Seção de Folha de Pagamento e Execução de Cálculos, no período de 28/08/2022 a 09/01/2023, conforme Decisão 4325 (3003968), devendo para tanto cumprir os seguintes requisitos:

a) Manter acesso remoto aos sistemas relacionados as suas atribuições para acompanhamento das atividades da sua Unidade de Lotação;

b) Acordar com sua chefia imediata a rotina e metas de trabalho a serem atingidas, sendo o controle de produtividade realizado pela chefia imediata;

II - A servidora deverá apresentar-se em sua unidade de lotação para labor presencial, sob pena de incorrer em falta injustificada, bem como violação do disposto no inciso V do art. 154 da Lei 68/92.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108210e o código CRC E9485145.

Portaria Conjunta n. 7/2023-JSG-SGP

JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0013799-51.2021.8.22.8000,

R E S O L V E M:

ALTERAR os termos da Portaria n. 16/2022-PR (2553676), disponibilizada no DJE 18 de 28/01/2022, no que se refere a servidora TAYS CARPINA GALVAO, mantendo-se os demais termos inalterados:

Para onde se lê:

Cadastro	Nome	Cargo/Função	Lotação Atual	Exonerar/Dispensar	Nova Lotação	Designar/Nomear	Efeitos da Designação/ Nomeação
2045133	TAYS CARPINA GALVAO	Técnica Judiária	Gabdes-HSM - Gabinete do Desembargador Hiram de Souza Marques	Secretária de Gabinete - FG4 (do Gabdes-IFM - Gabinete do Desembargador Isaías Fonseca Moraes)	GABDES-JTF - Gabinete do Desembargador José Torres Ferreira	Assistente de Desembargadora I - DAS3	13/01/2022

Leia-se:

Cadastro	Nome	Cargo/Função	Lotação Atual	Exonerar/Dispensar	Efeitos da Dispensa	Nova Lotação	Designar/Nomear	Efeitos da Designação/ Nomeação
2045133	TAYS CARPINA GALVAO	Técnica Judiária	Gabdes-HSM - Gabinete do Desembargador Hiram de Souza Marques	Secretária de Gabinete - FG4 (do Gabdes-IFM - Gabinete do Desembargador Isaías Fonseca Moraes)	01/01/2022	GABDES-JTF - Gabinete do Desembargador José Torres Ferreira	Assistente de Desembargadora I - DAS3	13/01/2022

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108322e o código CRC AE838031.

Portaria Conjunta n. 8/2023-JSG-SGP

JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0004044-91.2022.8.22.8800,

R E S O L V E M:

DISPENSAR, LOTAR e DESIGNAR os(as) servidores(as) qualificados(as), conforme quadro:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DISPENSAR	NOVA LOTAÇÃO	DESIGNAR	EFEITOS
2052717	MIRILANDES CORREA DA PAZ	Técnico(a) Judiciário(a)	AFLVUNCARCIV - Cartório Cível da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Diretora de Cartório - DAS3	AFLCAC -Central de Atendimento de Alta Floresta D'Oeste/RO	Diretora da Central de Atendimento - DAS3	16/12/2022
2039184	ABEL SILVERIO DOS SANTOS FILHO		AFLDONUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Supervisor de Segurança - FG3		Serviço Especial II - FG4	
2038200	VALTER PIMENTA DA SILVA	Auxiliar Operacional - Serviços Gerais	AFLCD - Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Diretor de Cartório - DAS3	AFLDONUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Supervisor de Segurança FG3	
2069415	LEONARDO JOSE GOMES LOURENCO	Técnico Judiciário	CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	-	-	Gestor de Equipe - DAS3	
8030006	JHONES DO PRADO SOUSA		AFLVUNCARCIV - Cartório Cível da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	-	AFLCAC -Central de Atendimento de Alta Floresta D'Oeste/RO	-	
2031876	LUCIANO MACHADO MELO					-	

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108382e o código CRC 29A8BF8D.

Portaria Conjunta n. 9/2023-JSG-SGP

JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0004043-09.2022.8.22.8800,

R E S O L V E M:

DISPENSAR, LOTAR e DESIGNAR os(as) servidores(as) qualificados(as), conforme quadro:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DISPENSAR	NOVA LOTAÇÃO	DESIGNAR	EFEITOS	SEI
2038650	EUDÉZIO CARDOSO MONTEIRO	Auxiliar Operacional – Agente de Segurança	PRMCD - Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Presidente Médici/RO	Diretor de Cartório - DAS3	PRMCAC - Central de Atendimento da Comarca de Presidente Médici	Diretor da Central de Atendimento - DAS3	16/12/2022	0017930-35.2022.8.22.8000
2042380	MARIA APARECIDA PINTO	Técnica Judiciária	PRMVUNCARCIV - Cartório Cível da Vara Única da Comarca de Presidente Médici/RO	-		Serviço Especial II - FG4		0017930-35.2022.8.22.8000
2065584	GILBERTO FERNANDES CANGUSSU	Técnico Judiciário		-		-		0004043-09.2022.8.22.8800
2052814	EMACULADA MARIA DE OLIVEIRA	Técnica Judiciária		-		-		0004043-09.2022.8.22.8800
2030578	GILSON ANTUNES PEREIRA	Escrivão Judicial		-		-		0004043-09.2022.8.22.8800
2053195	FLÁVIO CABRAL REIS	Técnico Judiciário	PRMCD - Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Presidente Médici/RO	-	PRM1GENCAR - Cartório da 1ª Vara Genérica da Comarca de Presidente Médici/RO	-		0004043-09.2022.8.22.8800

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 11:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108387e o código CRC 2519C293.

Portaria Conjunta n. 10/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando a Instrução Conjunta n. 011/2022-TJRO-CGJ, publicada no DJE n. 118 de 29/06/2022, que dispõe sobre o instituto da remoção de servidores, regulamentando o Processo Seletivo Permanente de Remoção - PSPR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o 8º Aviso de Abertura de Vagas (3045205), disponibilizado no DJE 234, de 16/12/2022.

Considerando o processo eletrônico SEI 0016660-73.2022.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - REMOVER os(as) servidores(as) abaixo qualificados(as), por terem sido classificados(as) no 8º PSPR, bem como, conceder com fulcro no art. 26, da Instrução Conjunta n. 011/2022-TJRO-CGJ, licença para trânsito, conforme quadro abaixo:

Ord.	Classif.	Cad.	Servidor(a)	Cargo	Comarca Origem	Lotação Origem	Dispensar	Comarca Destino	Lotação Destino	Trânsito	Efeitos Remoção
1	3º	2065649	ESDRAS DA COSTA FAUSTINO	Técnico Judiciário	Pimenta Bueno	PIBJEGAB - Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pimenta Bueno/RO	Assessor(a) de Juiz - DAS1	Cacoal	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Cacoal/RO	Sem trânsito	09/01/2023
2	1º	2070669	GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO SILVA	Técnico Judiciário	Alvorada d'Oeste	ADOCC - Cartório Contador do Fórum da Comarca de Alvorada D'Oeste/RO	Chefe de Serviço de Cartório - FG4	Jaru	Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO	10 dias	19/01/2023
3	3º	2059223	ALAIDE PRADO FARIA	Técnico Judiciário	Buritis	BUR1GENGAB - Gabinete da 1ª Vara Genérica da Comarca de Buritis	Secretário (a) de Gabinete - FG4	Ji-Paraná	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Ji-Paraná/RO	10 dias	10/01/2023
4	2º	2043980	MARCIO MOISES SILVA PINTO	Técnico Judiciário	Ariquemes	ARINI - Núcleo de Informática da Comarca de Ariquemes/RO	-	Ouro Preto do Oeste	Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	10 dias	09/01/2023
5	2º	2064480	VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA	Psicólogo	Ouro Preto do Oeste	OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO	Chefe de Núcleo - FG5	Ji-Paraná	Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO	Sem trânsito	09/01/2023

II - Ficam os(as) servidores(as) ESDRAS DA COSTA FAUSTINO, GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO SILVA, ALAIDE PRADO FARIA e VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA, notificados quanto a necessidade de ressarcimento ao erário, caso tenham recebido valores a maior em face a dispensa da função gratificada ou comissionada, nos termos dos Art. 68 e 147 da Lei complementar n. 68 de 09/12/1992.

III – TORNAR pública a desistência ou não manifestação dos(as) servidores(as) para as vagas abaixo relacionadas, os quais terão suas inscrições canceladas no PSPR, conforme art. 13 da Instrução Conjunta n. 11/2022-TJRO-CGJ:

Ord.	Classif.	Cad.	Servidor(a)	Cargo	Comarca Origem	Lotação Origem	Comarca Destino	Situação

1	1º	2060434	ROBERTH WIILLYAN ARAUJO E SILVA	Psicólogo	Santa Luzia d'Oeste	SLONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO	Ji-Paraná	Desistente
2	1º	2068079	BRUNO DO NASCIMENTO FREIRE	Técnico Judiciário	Guajará-Mirim	GUM1CRIGAB - Gabinete da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim/RO	Ariquemes	Desistente
3	1º	2063190	ELIZEU LEAL	Técnico Judiciário	São Miguel do Guaporé	SMGCAC - Central de Atendimento da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO	Cacoal	Desistente
4	2º	2063441	FERNANDA DO NASCIMENTO LIMA	Técnico Judiciário	Pimenta Bueno	PIB1CRIGAB - Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno/RO	Cacoal	Não Manifestação
5	6º	2070499	ARCEU MOREIRA ROCHA	Técnico Judiciário	Espigão d'Oeste	EDO1GENGAB - Gabinete da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão D'Oeste/RO	Cacoal	Não Manifestação
6	9º	2069342	REGINALDO AUGUSTO GONCALVES	Técnico Judiciário	Presidente Médici	NUCOMED-PR - Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Presidente Médici/RO	Cacoal	Não Manifestação
7	1º	2069342	REGINALDO AUGUSTO GONCALVES	Técnico Judiciário	Presidente Médici	NUCOMED-PR - Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Presidente Médici/RO	Espigão d'Oeste	Não Manifestação
8	1º	2069210	MADALA MAXIMI DA SILVA VIEIRA MENDES	Técnico Judiciário	São Francisco do Guaporé	SFGCAC - Central de Atendimento da Comarca de São Francisco do Guaporé	Ji-Paraná	Desistente
9	2º	2070669	GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO SILVA	Técnico Judiciário	Alvorada d'Oeste	ADOCC - Cartório Contador do Fórum da Comarca de Alvorada D'Oeste/RO	Ji-Paraná	Desistente
10	4º	2065606	AGNES FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA	Técnico Judiciário	Guajará-Mirim	GUM1CRICAR - Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim/RO	Ji-Paraná	Desistente
11	1º	2052679	UDERSON DOS ANJOS LUCAS	Técnico Judiciário	Ji-Paraná	JIP3CRICAR - Cartório da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO	Ouro Preto do Oeste	Não Manifestação
12	1º	2068079	BRUNO DO NASCIMENTO FREIRE	Técnico Judiciário	Guajará-Mirim	GUM1CRIGAB - Gabinete da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim/RO	Porto Velho	Desistente
13	1º	2056216	GIANE SACHINI CAPITANIO SIQUEIRA RODRIGUES	Técnico Judiciário	Ariquemes	ARIADM - Administração do Fórum da Comarca de Ariquemes/RO	Vilhena	Não Manifestação
14	2º	2040468	RICARDO JIMENEZ BRAGA	Técnico Judiciário	Colorado do Oeste	NUCOMED-CD - Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Colorado do Oeste/RO	Vilhena	Desistente

IV - DIVULGAR que não houve interessados(as) nas demais vagas ofertadas no 8º Aviso de Abertura de Vagas (3045205), disponibilizado no DJE 234, de 16/12/2022..

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 10:51 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:19 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108580e o código CRC 19178F68.

Aviso de Abertura de Vagas

AVISO DE ABERTURA DE VAGAS Nº 009/2022

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022,

Considerando o art. 7º da Instrução Conjunta n. 011/2022-TJRO-CGJ, o qual informa que concorrerão à remoção os(as) servidores(as) que requererem a participação no Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR), disponível no Portal de Gestão de Pessoas.

Considerando o art. 24 da Instrução Conjunta n. 011/2022-TJRO-CGJ, no qual o(a) servidor(a) que for aprovado no concurso de remoção deverá assumir sua lotação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da respectiva portaria de lotação, sob pena de ficar impedido de se inscrever nos concursos de remoção vindouros pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Considerando o disposto nos itens 16.2.2 do Edital n. 001/2021-TJRO, bem como a Decisão 4759 (3048890), que autoriza a nomeação de candidatos(as) aprovados(as) no Concurso Público n. 001/2021-TJRO, homologado no DJE 58 de 29/03/2022.

Considerando o processo eletrônico SEI 0016660-73.2022.8.22.8000,

R E S O L V E M:

I - TORNAR público o Aviso de Abertura de Vagas disponíveis para o PSPR, bem como, a listagem dos servidores(as) inscritos(as), até as 18 horas de 02/01/2023, nas comarcas abaixo relacionadas:

1 - No cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO

1.1 - Comarca de Alvorada d'Oeste/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
1	1	Cartório Contador do Fórum da Comarca de Alvorada D'Oeste/RO

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Alvorada d'Oeste/RO.

1.2 - Comarca de Ariquemes/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
1	1	Núcleo de Informática da Comarca de Ariquemes/RO

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Ariquemes/RO.

1.3 - Comarca de Buritis/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
1	1	Gabinete da 1ª Vara Genérica da Comarca de Buritis

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Buritis/RO.

1.4 - Comarca de Pimenta Bueno/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
1	1	Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pimenta Bueno/RO

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Pimenta Bueno/RO.

1.5 - Comarca de Porto Velho/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
1	1	Seção de Prestação de Contas e Relatórios Contábeis/SOF

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Porto Velho/RO.

2 - No cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, especialidade de Psicólogo:

2.1 - Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO

Ordem	Número de vagas	Unidade de lotação
01	1	Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO

Não há servidores(as) inscritos(as) para a Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.

II - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 03/01/2023, às 10:51 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por EDSON BRAZ DOS SANTOS, Secretário (a) de Gestão de Pessoas em Substituição, em 03/01/2023, às 11:20 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108925e o código CRC DE2DAEF6.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Aviso de Licitação - CPL/PRESI/TJRO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0012469-82.2022.8.22.8000
PREGÃO ELETRÔNICO 124/2022
O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Pregoeiro, torna público a instauração da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, cujo objeto é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando a eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de organização de eventos (mesa de entrada, coquetel completo, coffee break, café da manhã, lanches simples, bombons regionais, almoço/jantar, locação de cadeira, lounge decorativo, biombo, cortina, treliça, arranjos, coroas e buquês de flores, vasos de plantas, tendas, auxiliar de serviços gerais, garçom...) para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. O encaminhamento de proposta será a partir das 8h do dia 05/01/2022 e a abertura da sessão pública de disputa será às 9:30h do dia 19/01/2022 (horário de Brasília), no site www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital estará disponível no site supracitado e no sítio eletrônico https://www.tjro.jus.br/resp-transp-licitacoes/licitacao-pe-2022. O Edital poderá ser retirado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na rua José Camacho, n. 585, sala 205, 2º andar, bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 14h (atendimento normal), fone: (69) 3309 6652; ou ainda solicitado pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br.
Porto Velho/RO, 03 de janeiro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por GILDALENE CARVALHO DE PAIVA, Pregoeiro (a), em 03/01/2023, às 11:26 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3109119e o código CRC 3BF4F27D.

Extrato de Termo Aditivo
O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia torna público o extrato do aditamento da Ata de Registro de Preços dos itens 8, 9, 10 e 19, proveniente do Pregão Eletrônico n. 033/2022, Processo Administrativo n. 0000527-87.2021.8.22.8000, para aquisição dos seguintes materiais:

Empresa: COPERSON SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SEGURANÇA LTDA				CNPJ: 07.648.652/0001-40	
Endereço: SHCS CR 516, Bloco B, n. 69, Pavimento 1, Parte C0236, Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70.381-525					
Representante: Bárbara Maia Mundim		Fone Fixo: (61) 3346-6638		Celular: (61) 98493-6666	
E-mail: barbara.mundim@copersonaudioevideo.com.br					
Grupo	Item	Especificação	Quant./Un.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
	8	Switcher de vídeo portátil estúdio móvel	1	85.578,09	85.578,09
	9	Microfones de lapela sem fio para filmadora portátil profissional	4	6.103,91	24.415,64
	10	Placa de captura de vídeo 720P painel com visor	6	10.950,38	65.702,28
	19	Mesa de áudio 12 entradas com fx integrado e interface usb com 2 entradas e 2 saídas	2	3.613,50	7.227,00
Valor total dos itens 8,9,10 e 19: R$ 182.923,01 (cento e oitenta e dois mil, novecentos e vinte três reais e um centavos).					

O Grupo 1 foi cancelado por não haver remanescentes, conforme publicação do aviso de cancelamento de ata realizada no DJE n. 243, no dia 30 de dezembro de 2022 (3107030).
Ficam ratificadas todas as demais condições da ata original não alteradas por este aditamento.
Será de 12 (doze) meses o prazo de validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços, contados da data de sua publicação, ocorrida em 30 de agosto de 2022, no DJE n. 161/2022. A(s) Ata(s) de Registro de Preços estará(ão) disponível(is) na íntegra no site www.tjro.jus.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio – DEAGESP/TJRO, pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br, fones: (69) 3309-6652, ou na rua José Camacho, n. 585, sala 205, 2º andar, bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 14h.
ASSINAM: Juiz Rinaldo Forti Silva - Secretário-Geral; Elaine Piacentini Bettanin - Secretária Administrativa e Barbara Maia Mundim - Representante da empresa Coperson Serviços e Comércio de Produtos de Informática e segurança Ltda.

Documento assinado eletronicamente por RENAN DE OLIVEIRA SANTOS, Pregoeiro (a), em 03/01/2023, às 08:19 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3108548e o código CRC 46DD2CC6.

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

NÚCLEO DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
7089685-38.2022.8.22.0001
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO DA CUNHA
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIELI CARDOZO DE SOUZA, OAB nº RO12008
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
DECISÃO
Recebo a inicial neste 3º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
Esclareço às partes que este feito está tramitará por este Núcleo ressalvando a manifestação das partes, pois se alguma das partes recusar expressamente a opção pela tramitação neste Núcleo o feito será remetido ao juízo competente, nos termos do art. 2º, da Resolução 214/2021, alterada pela Resolução 246/2022.
"Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado de Rondônia. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Cada Núcleo de Justiça será especializado em razão de uma mesma matéria. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 2º A Corregedoria definirá a matéria de cada Núcleo de Justiça 4.0 mediante estudos que assegurem o cumprimento da estratégia do TJRO. (Nova Redação Resolução n. 246/2022) § 3º O Núcleo, para todos os efeitos, constitui-se unidade autônoma, inclusive no sistema processual eletrônico.
Art. 2º A escolha do Núcleo de Justiça 4.0 pela parte autora é facultativa, de caráter irretratável, e deverá ser exercida no momento da distribuição da ação. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Havendo oposição da parte ré, desde que expressa na primeira oportunidade de manifestação, o processo será redistribuído para o juízo competente.
§ 2º Ressalvada a incompetência do Núcleo, não havendo oposição do(a) demandado(a) na forma dos parágrafo anterior, o negócio jurídico processual se aperfeiçoará, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil.
§ 3º A distribuição dos processos de competência do Núcleo de Justiça 4.0, entre os(as) juízes(as) que o integram, far-se-á automaticamente pelo sistema processual, de forma equânime e aleatória.
§ 4° Os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse. (Incluído pela Resolução n. 246/2022)."
Defiro a gratuidade judiciária.
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA proposta por MARIA DA CONCEICAO DA CUNHA em face de ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Narra a parte autora, em síntese, que é usuária do fornecimento de energia elétrica, consoante UC 20/316527-1.
Afirmou que, técnicos da requerida efetuaram inspeção em seu medidor de energia elétrica ao argumento de existência de recuperação de consumo no valor de R$2.287,45 referente ao mês de agosto/2022.
Discorreu que a cobrança dos valores é exorbitante, porquanto não existem irregularidades.
Ademais, afirmou que a realização de inspeção ocorreu sem contraditório e ampla defesa.
Ao final, pretende a parte autora, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, que seja determinada que a requerida reestabeleça a energia elétrica e que a ré se abstenha em negativar o nome da parte autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.
E, no mérito, pugna pela declaração da ilegalidade da multa aplicada e condenação em danos morais no importe de R$ 10.000,00.
Com a inicial, vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Deve haver prova inequívoca dos fatos relatados pela parte autora, o convencimento do juiz acerca da verossimilhança das alegações e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, caracterização do abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 300, § 3º, CPC).
Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3º, CPC).
Entendo, in casu, que a probabilidade do direito se evidencia pelo questionamento em relação à legalidade da cobrança, uma vez que o consumo se mostra diverso em relação aos anteriores. Ademais, restou demonstrada a configuração de relação jurídica entre as partes e ainda a comprovação de que fora realizada inspeção do medidor de energia elétrica, que por sua vez, sabe-se corresponder a ato unilateral da ré.
Por sua vez, o perigo de dano se evidencia na possível inscrição do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito e ainda o prejuízo pela suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Com relação ao §3º do art. 300 do CPC, a pretensão é reversível, sendo plenamente possível o retorno ao status quo antes, visto que se houver eventual improcedência da demanda, a requerida poderá retomar a cobrança em face da autora, não evidenciando nenhum prejuízo.
Assim, considerando a natureza do bem de consumo fornecido, em face de sua essencialidade, da qual não pode prescindir o cidadão, entendo por bem a manutenção do fornecimento de energia, enquanto o débito encontrar-se em discussão.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA:
a) RELIGUE O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA UC n. 20/316527-1, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da sua intimação;
b) SE ABSTENHA DE NEGATIVAR o nome do autor junto aos órgãos de proteção de crédito referente à recuperação de consumo discutida nestes autos, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver outros débitos de consumo regular vencidos e já notificados;
Desde já, esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até ulterior julgamento do litígio, com fulcro nas faturas discutidas nos autos.
Considerando que a ENERGISA/CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível, e, considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente defesa.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação e não havendo interesse na produção de provas, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO A SER CUMPRIDA POR OFICIAL PLANTONISTA
NOME: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (qualificação completa na inicial)
ENDEREÇO: no processo
OBSERVAÇÃO: Em razão na nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como: qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para responder a ação no prazo de 15 dias a partir da juntada do comprovante de citação nos autos.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Autos n. 7079961-10.2022.8.22.0001
Termo Circunstanciado
Crimes de Trânsito, Desobediência
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: PAULO ARTHUR MELO E SILVA JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Em que pese manifestação ministerial de ID 84857312, em que pugna pela designação de audiência preliminar, verifico por meio da certidão de ID 84467711 que o suposto infrator não reside mais no endereço indicado nos autos.
Isto posto, abra-se vista ao Ministério Público para que este, em consulta aos bancos de dados disponíveis ao MP, apresente novo endereço dos supostos infratores, para posterior designação de audiência.
Porto Velho terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

2ª VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000102-08.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: ALVARO DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de ALVARO DOS SANTOS DA SILVA, pela prática, em tese, do crime capitulado no Art. 33, caput, da Lei no 11.343/06
Assim, designo audiência de custódia, a ser realizada por videoconferência, no dia 04/01/2022, às 10h, por meio do link: meet.google.com/mqz-fvfj-azy
Adote-se as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
3 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000059-71.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: CAIO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADOS DO FLAGRANTEADO: ALCILENE CEZARIO DOS SANTOS, OAB nº RO3033, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de CAIO RODRIGUES DA SILVA, pela prática, em tese, do crime capitulado no Art. 306 do CTB - Conduzir Veiculo automotor embriagado e mandado de prisão Vara de Familia de Rio Branco - AC, autos 700946-96.2018.8.0
Assim, designo audiência de custódia, a ser realizada por videoconferência, no dia 03/01/2023, às 11h, por meio do link: meet.google.com/smq-zifz-iim
Adote-se as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
3 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000057-04.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: JUNIOR DIAS VIEIRA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos no recesso forense.
Ciente do Auto de Prisão em Flagrante n. 014/2023/DEFLAG, em desfavor de JUNIOR DIAS VIEIRA, pela suposta prática dos crimes previstos no Art. 155, §1º e 4, II, c/c art. 14, II, ambos do CP .
O presente auto atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do CPP. Assim, o caso não comporta relaxamento da prisão, razão pela qual HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante.
Compulsados os autos, verifica-se que na hipótese de eventual condenação, muito dificilmente lhe seria fixado regime mais gravoso que o semiaberto, dadas as circunstâncias objetivas e subjetivas até então postas à apreciação do juízo, destacando que o crime não passou da esfera da tentativa.

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal (HC 213.750/2022), “não há como conciliar a manutenção da prisão preventiva se evidenciada a imposição de regime penal menos gravoso que o fechado”, sendo certo que, nesta situação, a manutenção da prisão cautelar representaria a legitimação da execução provisória da pena em regime mais gravoso do que aquele que seria fixado no próprio título penal condenatório, na hipótese de ser julgada procedente a presente ação.
Portanto, a aplicação das medidas cautelares deve guardar proporção com a própria pena a ser eventualmente aplicada, em observância ao princípio da homogeneidade.
Ademais, considerando a natureza das infrações penais, não subsistem circunstâncias concretas que demonstrem a necessidade de manutenção do decreto preventivo, sendo suficiente, para o caso, a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.
Assim, forte no artigo 321 do Código de Processo Penal, concedo a liberdade provisória a JUNIOR DIAS VIEIRA. Nascido em 30/04/1973, Idade: 49 anos, portador do RG :458909. Filiação: Pai: Custodio Aleixo Vieira. Mãe: Maria Sonia Dias Limoeiro. Natural de Porto Velho/Rondônia. Estado Civil: solteiro. Escolaridade: fundamental incompleto. Apelido: “Baleado”. Endereço Residencial: Rua Rio de Janeiro, 3629, Agenor de Carvalho. Cidade/UF Porto Velho/RO. Telefone: Celular: (69) 99363-5300 , e com base no artigo 319, incisos II e IV, do mesmo Códex, imponho-lhe as seguintes medidas cautelares:
a) Recolher-se, todos os dias, em sua casa até 22 horas e dela sair somente às 06 horas da manhã;
b) Não frequentar bares, boates, prostíbulos e casas de jogos;
c) Manter o juízo informado de eventual mudança de endereço;
Lavre-se o respectivo termo e tome-se o compromisso do liberado, ressalvando-se que em caso de descumprimento das medidas impostas poderá ser decretada a sua prisão preventiva, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 312 do Código de Processo Penal.
Redistribua os autos por sorteio, ficando as anotações no BNMP sob responsabilidade do Juiz Natural
Cópia desta decisão serve como ALVARÁ DE SOLTURA e TERMO DE COMPROMISSO, podendo o investigado ser solto, se por outro motivo não estiver preso.
Obs: Quando do cumprimento do alvará de soltura, deverá o oficial de justiça atualizar o endereço e telefone do investigado, especialmente número que possua Whatsapp.
3 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000106-45.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: C. D. P. D. -. D. D. F., Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ITALO DE ALMEIDA OLIVEIRA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos no recesso forense.
Ciente do Auto de Prisão em Flagrante n. 023/2023/DEFLAG, em desfavor de ITALO DE ALMEIDA OLIVEIRA, pela suposta prática dos crimes previstos no art. Art. 306 do CTB.
O presente auto atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do CPP. Assim, o caso não comporta relaxamento da prisão, razão pela qual HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante.
Compulsados os autos, verifica-se que na hipótese de eventual condenação, muito dificilmente lhe seria fixado regime mais gravoso que o semiaberto, dadas as circunstâncias objetivas e subjetivas até então postas à apreciação do juízo.
Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal (HC 213.750/2022), “não há como conciliar a manutenção da prisão preventiva se evidenciada a imposição de regime penal menos gravoso que o fechado”, sendo certo que, nesta situação, a manutenção da prisão cautelar representaria a legitimação da execução provisória da pena em regime mais gravoso do que aquele que seria fixado no próprio título penal condenatório, na hipótese de ser julgada procedente a presente ação.
Portanto, a aplicação das medidas cautelares deve guardar proporção com a própria pena a ser eventualmente aplicada, em observância ao princípio da homogeneidade.
Ademais, considerando a natureza das infrações penais, não subsistem circunstâncias concretas que demonstrem a necessidade de manutenção do decreto preventivo, sendo suficiente, para o caso, a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.
Assim, forte no artigo 321 do Código de Processo Penal, concedo a liberdade provisória a ITALO DE ALMEIDA OLIVEIRA, nascido aos 01/02/1993 em Rio Branco/AC. Filiação: Vanderli Oliveira de Almeida e Itamar Liberato OLiveira. RG: 10745785/SSP/AC; Endereço Residencial: Rua Pernambuco, n° 10, Bairro Nova Esperança, Porto Velho , e com base no artigo 319, incisos II e IV, do mesmo Códex, imponho-lhe as seguintes medidas cautelares:
a) Recolher-se, todos os dias, em sua casa até 22 horas e dela sair somente às 06 horas da manhã;
b) Não frequentar bares, boates, prostíbulos e casas de jogos;
c) Manter o juízo informado de eventual mudança de endereço;
Lavre-se o respectivo termo e tome-se o compromisso do liberado, ressalvando-se que em caso de descumprimento das medidas impostas poderá ser decretada a sua prisão preventiva, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 312 do Código de Processo Penal.
Redistribua os autos por sorteio, ficando as anotações no BNMP sob responsabilidade do Juiz Natural
Cópia desta decisão serve como ALVARÁ DE SOLTURA e TERMO DE COMPROMISSO, podendo o investigado ser solto, se por outro motivo não estiver preso.
Obs: Quando do cumprimento do alvará de soltura, deverá o oficial de justiça atualizar o endereço e telefone do investigado, especialmente número que possua Whatsapp.
3 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000031-06.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: M. P. D. E. D. R., C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: J. M. T.
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Termo de Audiência de Custódia
Tribunal Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Grau 1º GRAU - TJRO
Comarca Porto Velho
Vara 2 ª Vara de Delitos de Tóxicos de Porto Velho
Data da audiência 03/01/2023
Data do registro da ocorrência na delegacia de polícia 02/01/2023
PRESENÇAS
Juiz FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Advogado Rodrigo Adriano de oliveira Silva
Ministério Público Andréa Waleska Nucini Bogo
DADOS DO AUTUADO
Nome: JOEL MARQUES TRINDADE
Nome da mãe: Rosira Paes Marques
Nome do pai: Arquimedes Reis Trindade

Data de nascimento: 03/03/1990
TIPO PENAL
Lei nº 11340 - ART 129: Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente,
Lei nº 11340 - ART 147: Ameaça
FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO
TERMO DE VIDEOCONFERÊNCIA/CUSTÓDIA
1. DADOS DO PROCESSO: Autos: 7000031-06.2023.8.22.0001 IPL: 13/2023/DEFLAG Data/Hora da audiência: 03/01/2023 - 10hs15min Tipificação provisória: Artigo 129, §13º, e 147, ambos do CPB na Forma da Lei n° 11.340/06
2. PRESENTES: Juíz de Direito: Franklin Vieira dos Santos Promotor de Justiça: Andréa Waleska Nucini Bogo Custodiado: JOEL MARQUES TRINDADE Advogado: Rodrigo Adriano de oliveira Silva OAB/RO 9700 Em atenção ao disposto no Art. 310 do Código de Processo Penal, à Resolução n. 357 do CNJ e ao Provimento Corregedoria n. 009/2021/CGJ do TJ/RO, realizou-se a presente audiência de custódia por meio de videoconferência. Atendendo ao disposto no art. 310 do CPP, aos arts. 8º e 8º-A da Recomendação n. 62 do CNJ, bem como ao Provimento n. 25/2020 do CGJ do TJ/RO, foi oportunizada ao representante da Defensoria Pública entrevista prévia e reservada com o(s) custodiado(s). Em seguida, foi aberta sala de videoconferência.
3. OCORRÊNCIAS: Iniciado os trabalhos, foi informado pelo Magistrado que o conteúdo das postulações das partes terá registro audiovisual, e será gravado, publicado e armazenado no programa DRS, na forma do Provimento Corregedoria nº 025/2020. Caso as partes tenham interesse, poderão obter cópia da gravação, desde que forneça mídia de armazenamento (DVD/ CD ou pendrive), nos termos do art. 78 das Diretrizes Gerais Judiciais. Ficam cientes as partes de que a gravação se destina única e exclusivamente para a videoconferência, sendo expressamente vedada a utilização ou divulgação por qualquer meio (art. 20, da Lei 10.406/02-Código Civil) punida na forma da lei, conforme art. 13, II do Provimento Conjunto N. 001/2012-PR-CG. Pelo Magistrado foi esclarecido em que consiste a solenidade e qual seu objetivo, bem como informado acerca do direito constitucional de permanecer em silêncio. Observados os termos do art. 8º, da Resolução n° 213/2015, do CNJ.
DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Se Manifestou pela conversão da prisão em preventiva (conforme gravação audiovisual).
DADA A PALAVRA A DEFESA: Se manifestou. (conforme gravação audiovisual)
4. DELIBERAÇÃO EM VIDEOCONFERÊNCIA: Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: “Vistos. Inicialmente, cumpre consignar que não foi constatado agressão pelo custodiado. Quanto à prisão em flagrante, verifico que foi efetuada dentro dos ditames legais e revestida de toda formalidade necessária, nos termos da Recomendação CNJ nº 62/2020 e Provimento CGJRO nº 025/2020. Não há, pois, qualquer ilegalidade e indício de flagrante forjado, por essa razão do auto de prisão em flagrante foi devidamente homologado.
Pelo MM. Juiz proferiu a seguinte decisão: “Vistos etc. Ante o exposto, considerando a fundamentação constante do sistema de gravação digital, homologo a prisão em Flagrante, e revogo a prisão preventiva de JOEL MARQUES TRINDADE, nascido em 03/03/1990, Filho de Rosira Paes Marques e Arquimedes Reis Trindade. Portador do RG 1013245, inscrito no CPF de n. 000.976.462-37; Endereço Residencial: Rua Valência, 1405, Conceição, Porto Velho/RO, com as seguintes medidas protetivas:
1- Não voltar a casa da vítima.
2 - Não manter qualquer tipo de contato
3 - Não se aproximar mais de 200mt.
Serve a presente ata de audiência como notificação e Alvará de soltura de JOEL MARQUES TRINDADE, nascido em 03/03/1990, Arquimedes Reis Trindade e Rosira Paes Marques. Portador do RG 1013245, inscrito no CPF de n. 000.976.462-37; Endereço Residencial: Rua Valência, 1405, Conceição, Porto Velho/RO.

Em caso de descumprimento das condições estipuladas, poderá dar ensejo a nova decretação de prisão preventiva. ressaltando a possibilidade de reavaliação da decisão, pelo juiz natural da causa, após o término do plantão judicial. cabendo ao juízo natural realizar o cadastramento do mandado no BNMP, observando, no cadastramento, que a ordem já foi cumprida. Decisão publicada na presente videoconferência. Após, redistribua para a Vara competente, para adoção dos procedimentos necessários e subsequentes em relação às determinações supramencionadas.", NADA MAIS por consignar, determinou o Presidente da Videoconferência que o termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo magistrado, dispensando-se a assinatura dos demais. Eu, Claudinei Carvalho Recco, Secretário do Juiz em substituição, digitei.
Franklin Vieira dos Santos J
uiz de Direito
DECISÃO
- Liberdade provisória com medidas protetivas de urgência

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7000039-80.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: M. P. D. E. D. R., C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
Polo Passivo: J. A. D. O., D. F. E. D. S.
ADVOGADOS DOS FLAGRANTEADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Termo de Audiência de Custódia
Tribunal Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Grau 1º GRAU - TJRO
Comarca Porto Velho
Vara 2 ª Vara de Delitos de Tóxicos de Porto Velho
Data da audiência 03/01/2023
Data do registro da ocorrência na delegacia de polícia 02/01/2023
PRESENÇAS
Juiz FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Defensor Público André Vilas Boas
Ministério Público Andréa Waleska Nucini Bogo
DADOS DO AUTUADO
Nome: DILSON FUNARO EVANGELISTA DE SOUZA
Nome da mãe: Valciza Evangelista de Souza
Nome do pai: Raimundo Celino de Souza

Data de nascimento: 14/03/1989
TIPO PENAL
Dilson Funaro: art. 148, §1º, IV, e art. 180, Caput, c/c art 69 todos do CP
Jeinisson Azevedo: art. 129, §13, art. 147, art. 148, §1º, I e IV ambos do CP nos termos da Lei 11.340/06 e Art 12 da Lei 10826/03, todos cc art. 69 do CP.
FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO
TERMO DE VIDEOCONFERÊNCIA/CUSTÓDIA
1. DADOS DO PROCESSO: Autos: 7000039-80.2023.8.22.0001 IPL: 11/2023/DEFLAG Data/Hora da audiência: 03/01/2023 - 10hs Tipificação provisória: art. 148, §1º, IV, e art. 180, Caput, c/c art 69 todos do CP (Dilson Funaro) e art. 129, §13, art. 147, art. 148, §1º, I e IV ambos do CP nos termos da Lei 11.340/06 e Art 12 da Lei 10826/03, todos cc art. 69 do CP. (Jeinisson Azevedo)
2. PRESENTES: Juíz de Direito: Franklin Vieira dos Santos Promotor de Justiça: Andréa Waleska Nucini Bogo Custodiado: DILSON FUNARO EVANGELISTA DE SOUZA e JEINISON AZEVEDO DE OLIVEIRA Defensor Público: André Vilas Boas. Em atenção ao disposto no Art. 310 do Código de Processo Penal, à Resolução n. 357 do CNJ e ao Provimento Corregedoria n. 009/2021/CGJ do TJ/RO, realizou-se a presente audiência de custódia por meio de videoconferência. Atendendo ao disposto no art. 310 do CPP, aos arts. 8º e 8º-A da Recomendação n. 62 do CNJ, bem como ao Provimento n. 25/2020 do CGJ do TJ/RO, foi oportunizada ao representante da Defensoria Pública entrevista prévia e reservada com o(s) custodiado(s). Em seguida, foi aberta sala de videoconferência.
3. OCORRÊNCIAS: Iniciado os trabalhos, foi informado pelo Magistrado que o conteúdo das postulações das partes terá registro audiovisual, e será gravado, publicado e armazenado no programa DRS, na forma do Provimento Corregedoria nº 025/2020. Caso as partes tenham interesse, poderão obter cópia da gravação, desde que forneça mídia de armazenamento (DVD/ CD ou pendrive), nos termos do art. 78 das Diretrizes Gerais Judiciais. Ficam cientes as partes de que a gravação se destina única e exclusivamente para a videoconferência, sendo expressamente vedada a utilização ou divulgação por qualquer meio (art. 20, da Lei 10.406/02-Código Civil) punida na forma da lei, conforme art. 13, II do Provimento Conjunto N. 001/2012-PR-CG. Pelo Magistrado foi esclarecido em que consiste a solenidade e qual seu objetivo, bem como informado acerca do direito constitucional de permanecer em silêncio. Observados os termos do art. 8º, da Resolução n° 213/2015, do CNJ.

DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Se Manifestou pela conversão da prisão em preventiva (conforme gravação audiovisual).
DADA A PALAVRA A DEFESA: Se manifestou. (conforme gravação audiovisual)
4. DELIBERAÇÃO EM VIDEOCONFERÊNCIA: Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: "Vistos. Inicialmente, cumpre consignar que foi constatado agressão pelo custodiado JEINISON AZEVEDO DE OLIVEIRA. Quanto à prisão em flagrante, verifico que foi efetuada dentro dos ditames legais e revestida de toda formalidade necessária, nos termos da Recomendação CNJ nº 62/2020 e Provimento CGJRO nº 025/2020. Não há, pois, qualquer ilegalidade e indício de flagrante forjado, por essa razão do auto de prisão em flagrante foi devidamente homologado.
Pelo MM. Juiz proferiu a seguinte decisão: "Vistos etc. Ante o exposto, considerando a fundamentação constante do sistema de gravação digital, homologo a prisão em Flagrante, e converto em prisão preventiva do flagranteado: JEINISON AZEVEDO DE OLIVEIRA nascido em 11/12/1989, filho de NATALINA AZEVEDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF CPF 009.109.492-55. Podendo ser intimado na Rua Ponta Negra, 7104, (Jd Primavera) - de 7567/7568 ao fim, Três Marias, Porto Velho - RO - CEP: 76812-730.
Revogo a prisão preventiva de DILSON FUNARO EVANGELISTA DE SOUZA, nascido em 14/03/1989.filho de Valciza Evangelista de Souza e Raimundo Celino de Souza, natural de Porto Velho/RO, CPF 548.945.222-68, residente e domiciliado a Rua Cabo Verde com Ponta Negra 6854, casa de esquina, bairro 3 marias, Porto Velho RO. com as seguintes condições:
1- Manter o endereço constante nos autos atualizados.
2 - Não se ausentar de sua residência após as 20hs
3 - Monitoramento eletrônico
Serve a presente ata de audiência como notificação e Alvará de soltura (se por outro motivo não estiver preso) de DILSON FUNARO EVANGELISTA DE SOUZA, nascido em 14/03/1989.filho de Valciza Evangelista de Souza e Raimundo Celino de Souza, natural de Porto Velho/RO, CPF 548.945.222-68, residente e domiciliado a Rua Cabo Verde com Ponta Negra 6854, casa de esquina, bairro 3 marias. Em caso de descumprimento das condições estipuladas, poderá dar ensejo a nova decretação de prisão preventiva. ressaltando a possibilidade de reavaliação da decisão, pelo juiz natural da causa, após o término do recesso judicial.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE PRISÃO, de JEINISON AZEVEDO DE OLIVEIRA nascido em 11/12/1989, filho de NATALINA AZEVEDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF CPF 009.109.492-55. Podendo ser intimado na Rua Ponta Negra, 7104, (Jd Primavera) - de 7567/7568 ao fim, Três Marias, Porto Velho - RO - CEP: 76812-730 cabendo ao juízo natural realizar o cadastramento do mandado no BNMP, observando, no cadastramento, que a ordem já foi cumprida. Decisão publicada na presente videoconferência.
Após, redistribua para a Vara competente, para adoção dos procedimentos necessários e subsequentes em relação às determinações supramencionadas. Ciência à Corregedoria do Ministério Público para apuração de possível violência conforme relatado", NADA MAIS por consignar, determinou o Presidente da Videoconferência que o termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo magistrado, dispensando-se a assinatura dos demais. Eu, Claudinei Carvalho Recco, Secretário do Juiz em substituição, digitei. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito
DECISÃO
- Liberdade Provisória
- Com medida cautelar
- Monitoração eletrônica
- Proibição de ausentar-se da Comarca

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7026208-41.2022.8.22.0001
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GILMAR SANTOS LASDISLAU, MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO
ADVOGADO DOS REU: RODRIGO ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO9700
DECISÃO
Vistos
I – RELATÓRIO
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ofereceu DENÚNCIA perante este Juízo contra os acusados GILMAR SANTOS LASDISLAU e MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, identificados e qualificados nos autos, por infração ao artigo 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [recurso que dificultou a defesa da vítima - surpresa], c.c artigo 14, inciso II [tentado], ambos do Código Penal [1º FATO – réu Gilmar] e art. 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [recurso que dificultou a defesa da vítima - surpresa], do Código Penal [2º FATO – réu Mateus], pela prática dos seguintes fatos delituosos:
"[…] 1º FATO – DA TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADA "Consta nos inclusos autos que no dia 1º de janeiro de 2022, por volta das 11 hrs., na no cruzamento das Ruas União e Popular, Bairro Mariana, nesta urbe, o denunciado GILMAR SANTOS LASDISLAU, com vontade de matar, por motivo fútil, em razão da vítima estar perturbando os clientes do bar, e mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido (surpresa), uma vez que a vítima vinha caminhando pela rua, atropelou propositalmente a vítima

ELIELSON MELO DA COSTA, com o veículo automotor GM Celta, de cor branca, placa NDS4G48/RO, somente não atingindo o seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, consistente no fato de que a vítima conseguiu se salvar. Segundo se infere dos autos o denunciado estava ingerindo bebidas alcóolicas com sua esposa no "Bar da Rainha", azo em que a vítima portando uma tonfa e uma faca começou a ameaçar a pessoas que lá estavam, comportamento que acabou lhe deixando com raiva. Em seguida a vítima saiu do referido bar, momento em que o denunciado pegou o veículo GM Celta e ao avistar a vítima o atropelou, retornando em seguida para o "Bar da Rainha. A qualificadora do motivo fútil restou evidenciada no fato de que a vítima estaria perturbando os clientes do referido bar o que provocou raiva no denunciado, e, mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, consistente na surpresa, uma vez que Elielson estava caminhando na rua, no momento em que foi atropelado propositalmente por GILMAR."

2º FATO – DO HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO

"No mesmo dia, por volta do meio-dia, na confluência da Rua União com Popular, no Bairro Mariana, nesta urbe, o denunciado MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, com vontade de matar, por motivo fútil, em razão de uma discussão banal com a vítima, e mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido (surpresa), uma vez que a vítima vinha caminhando pela rua, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima ELIELSON MELO DA COSTA, causando-lhe as lesões descritas no Laudo de Exame Tanatoscópico, os quais foram causa eficiente de sua morte.

No mesmo contexto fático, MATEUS também estava no bar, azo em que teve uma discussão com a vítima, e fora até sua casa pegar uma pistola,380, ao retornar avistou a vítima na rua. Ato continuo, seguiu até a rua onde a vítima estava, e passou a desferir tiros em sua direção, os quais foram causa eficiente de sua morte, tendo em seguida empreendido fuga. A qualificadora do motivo fútil restou evidenciada no fato de que a vítima e o denunciado teriam discutido no bar da Rainha, e, mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, consistente na surpresa, uma vez que Elielson estava caminhando na rua, no momento em que foi surpreendido pelos disparos efetuados por MATEUS. [...]".

Os réus foram presos preventivamente em 05/04/2022.

A denúncia foi recebida em 26/04/2022 [id. n. 76086696].

Os réus foram citados em 23/05/2022 [id. n. 77359437].

A defesa do réu Mateus Maico Souza Camacho apresentou Resposta à Acusação em 02/06/2022 [id. n. 77799024], momento em que também requereu a revogação da prisão preventiva.

Já a defesa do réu Gilmar Santos Lasdislau, apresentou Resposta à Acusação em 12/07/2022 [id. n. 79302121].

Em audiência realizada por videoconferência em 23/11/2022 [id n. 84453044], foram ouvidas as informantes Maria das Graças do Nascimento e Francisca Janielia Rodrigues Ribeiro de Souza. Na sequência, os acusados foram interrogados, a instrução foi encerrada e a prisão dos réus foi revogada.

Em sede de alegações finais orais [id. n. 84453044], o Ministério Público, pugnou, em síntese pela desclassificação quanto ao réu GILMAR e a pronúncia, nos termos da denúncia, quanto ao réu MATEUS.

Já a defesa do réu GILMAR, em sede de alegações finais orais [id. n.84453044], requereu, em síntese, a impronúncia e, subsidiariamente, a desclassificação para crime de lesão corporal no trânsito.

Por fim, a defesa do réu MATEUS, também em sede de alegações finais orais [id. n.84453044], requereu, em síntese, a impronúncia do réu sob o fundamento da legítima defesa e, subsidiariamente, o afastamento das qualificadoras.

É o relatório. Passo a DECIDIR.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de ação penal instaurada para apurar eventual responsabilidade jurídico-penal dos réus GILMAR SANTOS LASDISLAU e MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, identificados e qualificados nos autos, por infração ao artigo 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [recurso que dificultou a defesa da vítima - surpresa], c.c artigo 14, inciso II [tentado], ambos do Código Penal [1º FATO – réu Gilmar] e art. 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [recurso que dificultou a defesa da vítima - surpresa], do Código Penal [2º FATO – réu Mateus], em que teve como vítima ELIELSON MELO DA COSTA.

Sabido é que, para a pronúncia, é necessário que haja prova convincente do crime e existência de indícios suficientes de autoria [CPP, art. 413, caput], sendo ela um ato provisório, não tendo, por fim, tornar certa a responsabilidade do (a) denunciado (a) pelo fato criminoso apurado.

2.1. DO RÉU MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO

2.1.1 DO CRIME DE HOMICÍDIO

2.1.2.. DA MATERIALIDADE

A materialidade do delito acha-se demonstrada no laudo de exame tanatoscópico nº 006/2022, da vítima ELIELSON MELO DA COSTA [fls. 09/13 do PDF - id. n. 75781316].

2.1.3. DOS INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA

A decisão de pronúncia reclama, na dicção do artigo 413, do Código de Processo Penal, que esteja demonstrada a materialidade da infração e haja indícios de autoria, à luz de um juízo de mera deliberação. Por indícios suficientes, tem-se que são aqueles os quais, apesar de ainda não constituírem prova, já são capazes de possuir aspectos de verossimilhança com a prova.

Contudo, conforme ensina Renato Brasileiro:

"[...] a submissão de um acusado a julgamento pelo tribunal do júri pressupõe a existência de lastro probatório consistente no sentido da tese acusatória, ou seja, requer-se um standard probatório um pouco inferior, mas, ainda assim, dependente da preponderância de provas incriminatórias. Logo, constatada a preponderância de provas no sentido da não participação de determinado acusado na prática de um crime doloso contra a vida, a impronúncia é de rigor. Aliás, ainda que se reconheça a existência de estado de dúvida diante de lastro probatório que contenha elementos incriminatórios e absolutórios, igualmente a impronúncia se impõe. Isso porque, se houver dúvida sobre a preponderância de provas, deve ser aplicado o in dúbio pro reo, e não o in dúbio pro societate, cuja aplicação não tem qualquer amparo constitucional ou legal, e tem o condão de acarretar o completo desvirtuamento das premissas racionais de valoração da prova e desvitar o sistema bifásico do procedimento do júri brasileiro, esvaziando a própria decisão de pronúncia" [LIMA, Renato Brasileiro de. Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 1253-1254].

No caso vertente, as oitivas realizadas em audiência, apontam indícios de autoria que rumam em direção ao acusado MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO. Vejamos.

Em audiência realizada em 23/11/2022 [id n.84453044] as testemunhas/informante Francisca Janielia Rodrigues Ribeiro de Souza e Maria das Graças do Nascimento, foram ouvidas e afirmaram:

A testemunha, Francisca Janielia Rodrigues Ribeiro de Souza, esposa de GILMAR:

"Disse que GILMAR é seu esposo, que estava bebendo no bar com seu esposo, que em determinado momento, seu esposo levantou enfurecido, entrou no carro e logo após cometeu o acidente contra a vítima. Disse que não sabe o motivo dele ter feito isso. Que não tem conhecimento de que os dois tenha alguma desavença. Que mesmo ocorrendo o acidente a vítima se levantou e saiu andando"

Já a informante, Maria das Graças do Nascimento, esposa da vítima ELIELSON:

"Disse que não tinha amizade e nem conhecia os acusados. Que no dia do fato ELIELSON, não estava com ela, que passou a noite anterior fora de casa, que recebeu a notícia que ele havia sido morto, pela pessoa de MATEUS lhe demonstraram a foto de MATEUS sendo ele o autor. Que ELIELSON já havia lhe comentado que MATEUS já havia lhe furado, logo quando eles chegaram no bairro. Que ELIELSON respondia por outros delitos, que era usuário de drogas do tipo cocaína e maconha e bebia muito. Que MATEUS e seus familiares no dia anterior ameaçaram matar ELIELSON e os vizinhos não deixaram."

Na mesma ocasião, os réus MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO e GILMAR SANTOS LASDISLAU foram interrogados.

O réu, MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, em seu interrogatório, disse:

"Questionado sobre o disparo de arma efetuado contra a vítima ELIELSON, disse que foi ele. Disse que estava no bar, que ELIELSON chegou brabo, que foi pra cima dele o agredindo que palavras grosseiras e lhe ameaçando, dizendo que ia lhe matar, e foi pra cima de outras pessoas também que estava no bar, mas que eu e nem as outras pessoas deram atenção a ele, que por conta disso em determinado momento, sentiu uma dor na sua costa e ao passar a mão estava sangrando, que foi informado que foi atacado por ELIELSON, mas devido estar bêbado e ter consumido muita droga, não sentiu o corte. Disse que após isso foi até a casa de sua mãe e se apossou de uma arma e na volta para o bar, avistou ELIELSON e prontamente foi até sua direção e não sabe dizer o porque, atirou contra ele."

Por fim o réu, GILMAR SANTOS LASDISLAU, em seu interrogatório, afirmou:

"Disse que estava no bar, bebendo com sua esposa, que queria ir embora e sua esposa não queria, que se irritou, pegou o carro e saiu em alta velocidade, vindo a entrar em uma rua e acabou atropelando o ELIELSON, vindo a bater no lado direito, mas que ELIELSON caiu e logo se levantou, seguindo em direção contraria a sua. Disse que não teve intenção de acidentar o ELIELSON, que não prestou socorro, devido estar alcoolizado e ficou com medo de ser linchado pela população. Sobre a briga entre ELIELSON e MATEUS, disse que não viu e não sabe informar, disse ainda que houve discussões e brigas no bar, mas não saber informar o motivo"

Dessarte, o conjunto probatório permite a reunião de indícios suficientes de autoria quanto ao réu MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, inexistindo prova inequívoca para amparar eventual impronúncia, desclassificação e/ou absolvição.

De sua vez, sob pena de prejudicar a defesa do acusado, é vedado ao magistrado, nesta fase processual, aprofundar-se na verificação das provas para contrariar a tese defensiva, cabendo ao juiz natural, o Egrégio Tribunal do Júri, a análise de tal questão.

Por essa razão, sem jamais afastar a possibilidade de serem verdadeiras as alegações do acusado, tenho que a melhor solução é submetê-lo a julgamento pelo Tribunal Popular desta Comarca.

2.1.4. DAS QUALIFICADORAS

De outra banda, o Ministério Público invoca as qualificadoras previstas no artigo 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [motivo que dificultou a defesa do ofendido – surpresa] do Código Penal, em relação ao, do crime praticado pelo denunciado MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO.

Para tanto, alega que "O crime foi cometido por motivo fútil, em razão de uma discussão banal com a vítima".

Acerca da qualificadora do motivo fútil, tenho que há indícios desta na fala do denunciado, quando disse que"[…] Disse que após isso foi até a casa de sua mãe e se apossou de uma arma e na volta para o bar, avistou ELIELSON e prontamente foi até sua direção e não sabe dizer o porque, atirou contra ele[…]".

Já quanto a qualificadora do inciso IV [recurso que dificultou a defesa do ofendido – surpresa, tenho que há indícios desta, visto que, conforme a ocorrência policial n. 746/2022 [id. n. 75781316 – fl.3], os fatos ocorreram em via pública, quando a vítima, se encontrava completamente bêbada e havia acabado se sofre um acidente, não tendo oportunidade de defesa e uma vez que a vítima vinha caminhando pela rua e o denunciado efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima.

Deste modo, as qualificadoras devem ser mantidas, para que o Júri avalie da aplicação, visto que só podem se excluídas da sentença de pronúncia quando manifestamente improcedentes e descabidas, o que não é o caso, já que as provas nos autos não são contundentes e cabais para o afastamento.

Assim sendo, deve o acusado MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO ser submetido a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri, na forma requerida na exordial acusatória.

2.2. DO RÉU GILMAR SANTOS LASDISLAU

2.2.1. DA DESCLASSIFICAÇÃO

Em relação ao denunciado GILMAR SANTOS LASDISLAU, de saída, registro que assiste razão às partes, no que tange os pedidos de desclassificação.

Dispõe o caput artigo 419 do Código de Processo Penal que:

"quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no § 1º do art. 74 deste Código e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja".

É, pois, o que se verifica no caso em exame.

É certo que os indícios suficientes de autoria podem ser extraídos da prova oral coligida nos autos durante a fase judicial, bem como a materialidade.

Todavia, embora exista indicativos de que o réu GILMAR atropelou a vítima ELIELSON, não há dúvida de que o delito de tentativa de homicídio não pode subsistir, visto a ausência de comprovação de animus necandi.
A tentativa de homicídio requer e pressupõe o dolo, a intenção do agente de matar, e em momento algum nos autos tanto pela prova documental e pericial como a produzida em audiência restou demonstrado o dolo, a intenção de matar.
E, nesse sentido, vale apena transcrever trechos das falas, do réu GILMAR e da testemunha FRANCISCA:
A testemunha, Francisca Janielia Rodrigues Ribeiro de Souza, esposa de GILMAR: "(…)Que não tem conhecimento de que os dois tenha alguma desavença. Que mesmo ocorrendo o acidente a vítima se levantou e saiu andando (…)"
O réu, GILMAR SANTOS LASDISLAU, em seu interrogatório:
"(…) pegou o carro e saiu em alta velocidade, vindo a entrar em uma rua e acabou atropelando o ELIELSON, vindo a bater no lado direito, mas que ELIELSON caiu e logo se levantou, seguindo em direção contraria a sua (…) Disse que não teve intenção de acidentar o ELIELSON, que não prestou socorro, devido estar alcoolizado e ficou com medo de ser linchado pela população (...)".
Em detida análise de todo o processo e diante desse conjunto de emoções, a dinâmica dos fatos, observa-se que, concluída a instrução, não restou suficientemente demonstrado, pela prova produzida sob o crivo do contraditório, que a intenção do réu tenha sido matar a vítima.
Isto posto, não estando claramente evidenciado que o réu GILMAR assumiu o risco de matar, impõe-se a desclassificação para delito dos referidos nos artigos 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [recurso que dificultou a defesa da vítima - surpresa], c.c artigo 14, inciso II [tentado], ambos do Código Penal.
Assim, comungo dos argumentos produzidos em alegações finais pelas partes e os acatos como razão de decidir.
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, na forma do artigo 413, do Código de Processo Penal, PRONÚNCIO o réu MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri esta Comarca, como incursos nas sanções do artigo 121 [homicídio], §2º [qualificado], incisos II [motivo fútil] e IV [motivo que dificultou a defesa do ofendido – surpresa] do Código Penal.
Por sua vez, DESCLASSIFICO a infração penal imputada ao acusado GILMAR SANTOS LASDISLAU [art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal] para o crime de lesão corporal, devendo ser o processo desmembrado e feita a respectiva remessa à livre distribuição a uma das Varas Criminais desta Comarca.
IV – DEMAIS DELIBERAÇÕES
4.1. O pronunciado MATEUS MAICO SOUZA CAMACHO responde ao processo em liberdade e assim poderá permanecer, salvo superveniência de motivos que justifiquem a decretação cautelar;
4.2. Preclusa esta decisão tal como proferida, o Cartório deverá, independentemente de nova conclusão, dar início à fase do art. 422, do CPP, iniciando com o Ministério Público e sucessivamente com a defesa;
4.3. Em relação ao réu GILMAR SANTOS LASDISLAU, determino, na forma do art. 419 do reportado diploma legal, a redistribuição do processo entre aquelas varas de competência do Juízo Comum, para aferição do crime residual, em tese, de lesão corporal.
P.R.I.
3 de janeiro de 2023
Áureo Virgílio Queiroz
Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

3ª Vara Criminal de Porto Velho Fórum Geral Desembargador César Montenegro Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO, (Seg à sex - 07h-14h), 69 3309-7080, e-mail: pvh3criminal@tjro.jus.br
Autos nº 7086621-20.2022.8.22.0001
Pedido de Prisão Preventiva, Estelionato, Falsificação de documento público, Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa
REQUERENTES: P. V. -. N. D. C. À. D. -. D., M. P. D. E. D. R.
REQUERIDOS: R. A. D. P., D. R. D. S.
DECISÃO
Vistos.
Considerando a certidão de ID nº 85559865, e tendo em vista que o mandado de prisão preventiva continua vigente, renove-se o seu cumprimento.
Serve cópia da presente decisão como ofício à autoridade policial e à SEJUS/GESPEN.
Fica a defesa intimada da possibilidade de apresentação espontânea do representado perante à autoridade policial.
Requisite que a escrivania que soltou o agente apresente justificativa para não ter aferido a existência de prisão preventiva e, em seguida, comunique-se à Corregedoria, para apuração, se assim entender necessário.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2023
Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel Central Atend (Seg a sex, 8h-12h): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados), Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7011966-77.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MARCO ANTONIO PONCE DA CRUZ
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de novo arquivamento.
Porto Velho (RO), 2 de janeiro de 2023.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7057486-60.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ALAIDE RODRIGUES DE SOUZA, AVENIDA GUAPORÉ 2566, - DE 2566 A 2970 - LADO PAR LAGOINHA - 76829-728 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA LIDIA DA SILVA, OAB nº RO4153
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Insurge-se contra a cobrança no valor de R$17.355,88 (dezessete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), sob o argumento de que a recuperação fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida alega que que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
Das provas e fundamentos: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Nestes autos, há relação jurídica entre as partes e o ponto controvertido é a legitimidade da recuperação de consumo referente ao período de 10/2020 a 03/2022.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado em 31/03/2022, em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).

Entretanto, da análise detida de todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o procedimento realizado pela requerida respeitou as regras legais e regulamentares.
A inspeção realizada constatou que o medidor estava com desvio no ramal de entrada, o que influenciou na aferição do consumo na unidade consumidora.
Em que pese a consumidora não ter assinado o TOI, verifico que a requerida encaminhou a segunda via dentro do prazo estabelecido na resolução, quando há recusa de assinatura ou quando o procedimento pende de acompanhante, conforme notificação anexa ao id 8142916.
Quanto aos cálculos, diferente do afirmado, não se trata de mera ilação, mas sim, padrões fixados pela ANEEL, na resolução 414/2010, onde são previstos todos os procedimentos desde a inspeção, formas de cálculo e até a suspensão de energia.
Para fins de recuperação de receita a parte requerida adotou o fixador previsto no artigo 130, inciso V da resolução 414/2010, o qual prevê:
"Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170:
[...]
V - utilização dos valores máximos de consumo de energia elétrica, proporcionalizado em 30 (trinta) dias, e das demandas de potência ativa e reativa excedentes, dentre os ocorridos nºs 3 (três) ciclos imediatamente posteriores à regularização da medição.".
Nota-se que a fórmula utilizada é a mais proporcional ao caso, onde os valores somente refletem os efeitos da correção realizada na unidade consumidora, não havendo nenhuma nulidade ou ilegalidade no seu uso, onde, o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia o utiliza, in albis:
Energia. Cobrança. Consumo efetivo. Faturas. Nulidade parcial. Revisão do débito. Evidenciado que o imóvel ficou por meses sem registrar consumo correto de energia elétrica, as faturas emitidas após a colocação de novo medidor e decorrentes do efetivo consumo da unidade devem ser reputadas lícitas, cabendo sua revisão em juízo, cujo débito deverá corresponder ao consumo efetivo dos 3 (três) meses subsequentes, aplicável ao período recuperado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009422-87.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 30/11/2020.
Pelo acima afirmado, o débito é legítimo, onde as medidas adotadas pela empresa requerida decorreram no exercício regular de um direito, não havendo arbitrariedade a ser apontada.
A responsabilidade nas relações e consumo é objetiva, sendo necessário demonstrar o evento danoso, a conduta e o nexo de causalidade da empresa, o que não ocorreu no caso apresentado, ainda, para fins de obrigação de reparação é imprescindível a existência de ato ilícito, que não está configurado.
Por estas razões, entendo que o crédito existe, bem como, não constato nenhuma ilegalidade no procedimento, seja quanto às notificações ou outro procedimento realizado.
Assim, por estar ausente os elementos de responsabilidade civil, onde a requerida agiu no exercício regular de um direito, os pedidos formulados na petição inicial devem ser julgados improcedentes.
Do pedido contraposto
Em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pela requerente em desfavor da parte requerida.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferido da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7027760-41.2022.8.22.0001
REQUERENTE: FRANQUENEIDE PEREIRA DE ARAUJO, RUA POLICIAL GUSMÃO 6915, - DE 6676/6677 AO FIM CUNIÃ - 76824-468 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALBINO MELO SOUZA JUNIOR, OAB nº RO4464
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA sn, - DE 6320/6321 AO FIM AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contrato e prometido. Alegou a parte requerente que seu voo fora cancelado, devolvendo, posteriormente os valores gastos com a passagem.
A requerida, em contestação, alegou que o cancelamento se deu por readequação da malha aérea em decorrência da Pandemia, mas que oportunizou a requerida a escolher entre a remarcação, créditos ou ressarcimento, optando a requerente pela última opção, o que já fora cumprido pela requerida, obedecendo ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC e as legislações vigentes há época. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação
De todo o conjunto probatório elencado aos autos, verifico que a demanda improcede.
Em que pese ter ocorrido o cancelamento do voo, este fora comunicado com a devida antecedência. Além disso, incontroverso que a requerente optou pelo ressarcimento dos valores, o que já ocorreu, não havendo qualquer conduta ilícita pela parte requerida.
Vale lembrar que o cancelamento se deu em período de Pandemia, fugindo das possibilidades da requerida em cumprir com o itinerário. Além disso, tenho que o simples descumprimento contratual não é capaz de gerar o dever de reparação sem que comprovado um dano real, o que não é o caso dos autos.
A parte requerente não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus da autora, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que a parte requerente não comprova que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Essa é a decisão, frente ao conjunto probatório produzido, que mais justa se revela para o caso tutelado.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo n. 7000078-77.2023.8.22.0001
AUTOR: MARCOS ROGERIO DE CARVALHO, ÁREA RURAL, PRESÍDIO VALE DO GUAPORÉ,ESTRADA DA PENAL, KM 6,5 ÁREA RURAL DE PORTO VELHO - 76815-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ROGERIO DE CARVALHO, OAB nº RO4102
REQUERIDO: JOSE TRAJANO DE ARAUJO, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA 4481, - DE 4111 A 4481 - LADO ÍMPAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-353 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido liminar, nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, em que a parte requerente deseja o bloqueio de valores supostamente pagos como parte do pagamento total de serviços contratados.
Contudo, analisados os argumentos fáticos do pedido, verifico que não há nenhum perigo de dano irreparável ou de difícil reparação caso se aguarde o provimento final.
Por conseguinte, a melhor instrução da causa e a oitiva das partes, para fins de conciliação (objetivo primordial dos Juizados Especiais), são medidas que se impõem, devendo o feito prosseguir em sua regular marcha.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Intime-se a parte requerente para que indique se pretende demandar contra as duas pessoas constantes na petição inicial ou só a que realizou o cadastro junto ao PJe. Prazo 24 horas, sob pena de continuidade da ação somente em relação a parte cadastrada.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação já designada nos autos, a ser realizada por videoconferência, em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.
INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: I – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os

aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação; IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência; VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir; VIII – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil); IX – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; X – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; XI – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; XII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada; XVI – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). XVII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7072101-55.2022.8.22.0001
AUTOR: MARIA EUGENIA LLORIS AGUADO
ADVOGADOS DO AUTOR: BRENDA CAROLINE CAMILO ULCHOA DE ALMEIDA, OAB nº RO9853, YASMIM VANESSA FROES FONSECA, OAB nº RO11988
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Considerando informações do processo que indicam residência em local diverso, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7059367-09.2021.8.22.0001
AUTOR: ADRIANA RIBEIRO DA SILVA, RUA DOLOMITA 11533, - DE 7141/7142 A 7146/7147 TEIXEIRÃO - 76825-318 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806, LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Insurge-se contra a cobrança no valor de R$3.435,78 (três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos), sob o argumento de que a recuperação fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida alega que que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda.
Das provas e fundamentos: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Nestes autos, há relação jurídica entre as partes e o ponto controvertido é a legitimidade da recuperação de consumo referente ao período de 01/2020 a 06/2021.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado em 18/06/2021, em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Entretanto, da análise detida de todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o procedimento realizado pela requerida respeitou as regras legais e regulamentares.
A inspeção realizada constatou que o medidor estava com desvio no ramal de entrada, o que influenciou na aferição do consumo na unidade consumidora.
Em que pese a consumidora não ter assinado o TOI, verifico que a requerida encaminhou a segunda via dentro do prazo estabelecido na resolução, quando há recusa de assinatura ou quando o procedimento pende de acompanhante, conforme notificação anexa ao id 66331829.
Quanto aos cálculos, diferente do afirmado, não se trata de mera ilação, mas sim, padrões fixados pela ANEEL, na resolução 414/2010, onde são previstos todos os procedimentos desde a inspeção, formas de cálculo e até a suspensão de energia.
Para fins de recuperação de receita a parte requerida adotou o fixador previsto no artigo 130, inciso V da resolução 414/2010, o qual prevê:
“Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170:
[...]
V - utilização dos valores máximos de consumo de energia elétrica, proporcionalizado em 30 (trinta) dias, e das demandas de potência ativa e reativa excedentes, dentre os ocorridos nºs 3 (três) ciclos imediatamente posteriores à regularização da medição.”.
Nota-se que a fórmula utilizada é a mais proporcional ao caso, onde os valores somente refletem os efeitos da correção realizada na unidade consumidora, não havendo nenhuma nulidade ou ilegalidade no seu uso, onde, o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia o utiliza, in albis:
Energia. Cobrança. Consumo efetivo. Faturas. Nulidade parcial. Revisão do débito. Evidenciado que o imóvel ficou por meses sem registrar consumo correto de energia elétrica, as faturas emitidas após a colocação de novo medidor e decorrentes do efetivo consumo da unidade devem ser reputadas lícitas, cabendo sua revisão em juízo, cujo débito deverá corresponder ao consumo efetivo dos 3 (três) meses subsequentes, aplicável ao período recuperado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009422-87.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 30/11/2020.
Pelo acima afirmado, o débito é legítimo, onde as medidas adotadas pela empresa requerida decorreram no exercício regular de um direito, não havendo arbitrariedade a ser apontada.
A responsabilidade nas relações e consumo é objetiva, sendo necessário demonstrar o evento danoso, a conduta e o nexo de causalidade da empresa, o que não ocorreu no caso apresentado, ainda, para fins de obrigação de reparação é imprescindível a existência de ato ilícito, que não está configurado.
Por estas razões, entendo que o crédito existe, bem como, não constato nenhuma ilegalidade no procedimento, seja quanto às notificações ou outro procedimento realizado.
Assim, por estar ausente os elementos de responsabilidade civil, onde a requerida agiu no exercício regular de um direito, os pedidos formulados na petição inicial devem ser julgados improcedentes.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).

Ante o exposto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pela requerente em desfavor da parte requerida.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferido da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7013677-20.2022.8.22.0001
REQUERENTE: PAMELA ROZA GURA, RUA DOLOMITA 11543, QD. 22, LT. 281 TEIXEIRÃO - 76825-306 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADELIO RIBEIRO LARA, OAB nº RO6929
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, CERON ENERGISA INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Insurge-se contra a cobrança no valor de R$ 3.800,08 (três mil e oitocentos reais e oito centavos), sob o argumento de que a recuperação fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida alega que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
Das provas e fundamentos: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Nestes autos, há relação jurídica entre as partes e o ponto controvertido é a legitimidade da recuperação de consumo referente ao período de novembro/2018 a junho/2021.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado em 16/06/2021, em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Entretanto, da análise detida de todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o procedimento realizado pela requerida respeitou as regras legais e regulamentares.
A inspeção realizada constatou que o medidor estava com desvio no ramal de entrada, o que influenciou na aferição do consumo na unidade consumidora.
Em que pese a consumidora não ter assinado o TOI, verifico que a requerida encaminhou a segunda via dentro do prazo estabelecido na resolução, quando há recusa de assinatura ou quando o procedimento pende de acompanhante, conforme notificação anexa ao id 81536612.
Quanto aos cálculos, diferente do afirmado, não se trata de mera ilação, mas sim, padrões fixados pela ANEEL, na resolução 414/2010, onde são previstos todos os procedimentos desde a inspeção, formas de cálculo e até a suspensão de energia.
Para fins de recuperação de receita a parte requerida adotou o fixador previsto no artigo 130, inciso V da resolução 414/2010, o qual prevê:
“Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170:[...]V - utilização dos valores máximos de consumo de energia elétrica, proporcionalizado em 30 (trinta) dias, e das demandas de potência ativa e reativa excedentes, dentre os ocorridos nºs 3 (três) ciclos imediatamente posteriores à regularização da medição.”.

Nota-se que a fórmula utilizada é a mais proporcional ao caso, onde os valores somente refletem os efeitos da correção realizada na unidade consumidora, não havendo nenhuma nulidade ou ilegalidade no seu uso, onde, o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia o utiliza, in albis:
Energia. Cobrança. Consumo efetivo. Faturas. Nulidade parcial. Revisão do débito. Evidenciado que o imóvel ficou por meses sem registrar consumo correto de energia elétrica, as faturas emitidas após a colocação de novo medidor e decorrentes do efetivo consumo da unidade devem ser reputadas lícitas, cabendo sua revisão em juízo, cujo débito deverá corresponder ao consumo efetivo dos 3 (três) meses subsequentes, aplicável ao período recuperado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009422-87.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 30/11/2020.
Pelo acima afirmado, o débito é legítimo, onde as medidas adotadas pela empresa requerida decorreram no exercício regular de um direito, não havendo arbitrariedade a ser apontada.
A responsabilidade nas relações e consumo é objetiva, sendo necessário demonstrar o evento danoso, a conduta e o nexo de causalidade da empresa, o que não ocorreu no caso apresentado, ainda, para fins de obrigação de reparação é imprescindível a existência de ato ilícito, que não está configurado.
Por estas razões, entendo que o crédito existe, bem como, não constato nenhuma ilegalidade no procedimento, seja quanto às notificações ou outro procedimento realizado.
Assim, por estar ausente os elementos de responsabilidade civil, onde a requerida agiu no exercício regular de um direito, os pedidos formulados na petição inicial devem ser julgados improcedentes.
Do pedido contraposto
Em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pela requerente em desfavor da parte requerida.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferido da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7000063-11.2023.8.22.0001
AUTOR: TATIANE RAMOS BUENO, RUA BANDONIÓN 6032, CASA C CASTANHEIRA - 76811-424 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: MERCADO PAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 3003, PARTE E BONFIM - 06233-903 - OSASCO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO Trata-se de pedido de tutela de urgência que visa a retirada da inscrição restritiva junto a órgãos de proteção ao crédito que entende ser abusiva/ilegal.
Sabe-se da existência de diversos órgãos de proteção ao crédito, sendo que nem todos comunicam entre si os seus bancos de dados.
Assim, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos, de forma a aferir a existência do perigo de dano, bem como do efetivo abalo ilegítimo do crédito ou da incidência da Súmula n. 385 do STJ, sendo esta providência cabível à parte autora.
Ressalte-se que este juízo adotou o entendimento de que a comprovação da negativação deve ser feita por documento oficial emitido diretamente pelo órgão de proteção ao crédito (consultas de balcão), conforme Enuciado 29 FOJUR, a qual transcrevo abaixo:
Enunciado 29 “Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.).”
No caso dos autos, não houve a juntada de nenhuma das certidões de balcão exigidas. As certidões emitidas pela Internet não prestam para a comprovação exigida. Nos termos do Enunciado 29 do FOJUR há que ser emitidas as certidões de balcão.
Diante do não preenchimento do acima mencionado, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, ante a ausência dos pressupostos básicos para a apreciação do pedido, devendo ser discutido no mérito da causa o assunto aqui tratado.
Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 24 horas, junte comprovante de residência em nome próprio, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Aguarde-se audiência de conciliação já agendada nos autos.
Providencie o cartório o necessário para intimação/citação das partes.
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95). A ausência da parte autora em audiência implicará em extinção do feito e a da parte ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços (residencial, e-mail e telefone), entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito, bem como já informar dados como e-mail e telefone caso necessidade da audiência ser realizada por videoconferência devido as prevenções adotadas de distanciamento social pela pandemia (COVID-19).
Serve cópia desta decisão como mandado/ofício/intimação. Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7023106-11.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ELENICE BRAGA REGIS, RUA OLEIROS 5394, - DE 4839/4840 AO FIM NOVA ESPERANÇA - 76822-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALBINO MELO SOUZA JUNIOR, OAB nº RO4464
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Afirma que a cobrança no valor de R$1.409,93, decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida em contestação alegou que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Afirma, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda.
Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$1.409,93, referente a recuperação de consumo do período de 05/2020 a 102020.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 83620087.
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$1.409,93, referente a recuperação de consumo do período de 05/2020 a 10/2020.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$ 1.409,43, referente a recuperação de consumo do período de 05/2020 a 10/2020.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7021877-16.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARINETE GOMES DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298A, RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Afirma que a cobrança no valor de R$2.418,97 decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida em contestação alegou que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Afirma, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$2.418,97, referente a recuperação de consumo do período de 02/2018 a 12/2021.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 75125265).
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$ 2.418,97, referente a recuperação de consumo do período de 02/2018 a 12/2021.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Por fim, em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$ 2.418,97, referente a recuperação de consumo do período de 02/2018 a 12/2021.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7035157-54.2022.8.22.0001
AUTOR: JOSE MARIANO DE LIMA, LINHA 10 0000 VILA DA PENHA - 76843-000 - ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586
REU: E. R. -. D. D. E. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Afirma que a cobrança no valor de R$8.312,22, decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida em contestação alegou que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Afirma, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda e a procedência do pedido contraposto.
Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$8.312,22, referente a recuperação de consumo do período de 01/2019 a 12/2021.
Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 81413799).
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$8.312,22, referente a recuperação de consumo do período de 12/2021 a 04/2022.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Por fim, em relação ao pedido contraposto, verifico que a requerida é sociedade anônima, cujo capital social demonstra ser empresa de grande porte e não pequena empresa ou microempresa, daí porque carece de legitimidade para deduzir pedido perante os juizados.
Dessa forma, o pedido contraposto não merece ser sequer conhecido diante da ilegitimidade passiva ad causam para a ré formular pedido contraposto, até porque a requerida não se encontra dentre as exceções legais para ingressar com ação judicial nos juizados.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$8.312,22, referente a recuperação de consumo do período de 01/2019 a 12/2022.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7031991-14.2022.8.22.0001
REQUERENTES: MARCIA SOUZA DA SILVA, RUA DEZOITO DE JANEIRO 4767, - ATÉ 4785/4786 CALADINHO - 76808-152 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANDERSON RIBEIRO SILVA, RUA DEZOITO DE JANEIRO 4717, - ATÉ 4785/4786 CALADINHO - 76808-152 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ANDREW DE SENA MACEDO, OAB nº RO12068, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033, JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contrato e prometido. Alegaram os requerentes que o voo contratado fora alterado, adiantando em um dia a viagem programada, culminando em gastos adicionais com hospedagem e alimentação.
A requerida, em contestação, alegou que a alteração se deu por readequação da malha aérea, mas que comunicou os requerentes com a devida antecedência, prestando toda a assistência material, obedecendo ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação
Em relação a preliminar levantada pela requerida de ilegitimidade passiva, tenho que não se discute o modo de aquisição de passagem e sim quanto a alteração do voo operado pela requerida.
Vencida as preliminares, passo ao mérito.
Em que pese ter ocorrido uma alteração no voo dos requerentes, houve a comprovação da requerida quanto a comunicação com a antecedência necessária, ou seja, com 04 (quatro) dias de antecedência, cumprindo assim o que consta na Resolução 400 da ANAC. Diferentemente da comprovação dos requerentes quanto a notificação, a requerida trouxe a baila o conteúdo do email, satisfazendo assim sua comprovação.
Ademais, não restou comprovado que os requerentes tenham sofrido qualquer prejuízo, carecendo de comprovação documental quanto a perda dos compromissos previamente agendados, salientando que o simples descumprimento contratual não é capaz de ensejar o dever de reparação.
Os requerentes não demonstraram o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus dos requerentes, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que os requerentes não comprovam que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7075700-36.2021.8.22.0001
REQUERENTE: MARIO MARTINS DA COSTA, HEITOR BITTENCOURT 244, APTO 402 CANASVIEIRAS - 88054-450 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIO MARTINS DA COSTA, OAB nº SC31881
REQUERIDOS: SMILES FIDELIDADE S.A., ALAMEDA RIO NEGRO 585, 2ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO, GOL LINHAS AÉREAS S.A, GOL TRANSPORTES AÉREOS, RUA TAMOIOS 246 JARDIM AEROPORTO - 04630-900 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).

Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contrato e prometido. Alegou a parte requerente que seu voo fora cancelado, devolvendo, posteriormente os valores e pontuação gastos com a aquisição da passagem.
As requeridas, em contestação, alegaram que o cancelamento se deu por readequação da malha aérea em decorrência da Pandemia, mas que oportunizou a requerida a escolher entre a remarcação, créditos ou ressarcimento, optando a requerente pela última opção, o que já fora cumprido pela requerida, obedecendo ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC e as legislações vigentes há época. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação
De todo o conjunto probatório elencado aos autos, verifico que a demanda improcede.
Em que pese ter ocorrido o cancelamento do voo, este fora comunicado com a devida antecedência. Além disso, incontroverso que a requerente optou pelo ressarcimento dos valores e pontos, o que já ocorreu, não havendo qualquer conduta ilícita pela parte requerida.
Vale lembrar que o cancelamento se deu em período de Pandemia, fugindo das possibilidades da requerida em cumprir com o itinerário.
Além disso, tenho que o simples descumprimento contratual não é capaz de gerar o dever de reparação sem que comprovado um dano real, o que não é o caso dos autos.
A parte requerente não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus da autora, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que a parte requerente não comprova que a requerida agiu ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
Dispositivo
Diante do exposto, julgo, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, declaro extinto o processo com a resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7060157-56.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: EZEQUIEL PEREIRA SARAIVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO, OAB nº RO2037
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Insurge-se contra a cobrança no valor de R$ 3.455,82 , sob o argumento de que a recuperação fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida alega que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda.
Das provas e fundamentos: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Nestes autos, há relação jurídica entre as partes e o ponto controvertido é a legitimidade da recuperação de consumo referente ao período de 01/2020 a 03/2022.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado em 12/04/2022, em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E

PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).

Entretanto, da análise detida de todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o procedimento realizado pela requerida respeitou as regras legais e regulamentares.

A inspeção realizada constatou que o medidor estava com desvio no ramal de entrada, o que influenciou na aferição do consumo na unidade consumidora.

Em que pese a consumidora não ter assinado o TOI, verifico que a requerida encaminhou a segunda via dentro do prazo estabelecido na resolução, quando há recusa de assinatura ou quando o procedimento pende de acompanhante, conforme notificação anexa ao id 82054801.

Quanto aos cálculos, diferente do afirmado, não se trata de mera ilação, mas sim, padrões fixados pela ANEEL, na resolução 414/2010, onde são previstos todos os procedimentos desde a inspeção, formas de cálculo e até a suspensão de energia.

Para fins de recuperação de receita a parte requerida adotou o fixador previsto no artigo 130, inciso V da resolução 414/2010, o qual prevê:

“Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170:

[...]

V - utilização dos valores máximos de consumo de energia elétrica, proporcionalizado em 30 (trinta) dias, e das demandas de potência ativa e reativa excedentes, dentre os ocorridos nºs 3 (três) ciclos imediatamente posteriores à regularização da medição.”.

Nota-se que a fórmula utilizada é a mais proporcional ao caso, onde os valores somente refletem os efeitos da correção realizada na unidade consumidora, não havendo nenhuma nulidade ou ilegalidade no seu uso, onde, o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia o utiliza, in albis:

Energia. Cobrança. Consumo efetivo. Faturas. Nulidade parcial. Revisão do débito. Evidenciado que o imóvel ficou por meses sem registrar consumo correto de energia elétrica, as faturas emitidas após a colocação de novo medidor e decorrentes do efetivo consumo da unidade devem ser reputadas lícitas, cabendo sua revisão em juízo, cujo débito deverá corresponder ao consumo efetivo dos 3 (três) meses subsequentes, aplicável ao período recuperado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009422-87.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 30/11/2020.

Pelo acima afirmado, o débito é legítimo, onde as medidas adotadas pela empresa requerida decorreram no exercício regular de um direito, não havendo arbitrariedade a ser apontada.

A responsabilidade nas relações e consumo é objetiva, sendo necessário demonstrar o evento danoso, a conduta e o nexo de causalidade da empresa, o que não ocorreu no caso apresentado, ainda, para fins de obrigação de reparação é imprescindível a existência de ato ilícito, que não está configurado.

Por estas razões, entendo que o crédito existe, bem como, não constato nenhuma ilegalidade no procedimento, seja quanto às notificações ou outro procedimento realizado.

Assim, por estar ausente os elementos de responsabilidade civil, onde a requerida agiu no exercício regular de um direito, os pedidos formulados na petição inicial devem ser julgados improcedentes.

Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).

Ante o exposto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pela requerente em desfavor da parte requerida.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015.

Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferido da gratuidade.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Intimem-se.

Serve a presente como comunicação.

Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo: 7074181-89.2022.8.22.0001

REQUERENTE: FAGNER FELIX DE CAMPOS, CPF nº 36801118862, ESTRADA TREZE DE SETEMBRO 117, - ATÉ 411 - LADO ÍMPAR AEROCLUBE - 76811-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: LEONARDO ALENCAR MOREIRA, OAB nº RO5799A

REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, , - DE 821/822 A 1398/1399 - 76804-128 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA

SENTENÇA

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).

Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o voo contratado com a requerida sofreu um atraso em sua conexão, fazendo com que chegasse ao seu destino final com um atraso de aproximadamente 12 (doze) horas, sem que houvesse a devida prestação de assistência material, causando-lhe danos passíveis de reparação.

Na contestação, a empresa afirma o atraso se deu em decorrência de restrição aeroportuária, já que houve um acidente com um avião de pequeno porte no aeroporto de Congonhas, impedindo que a aeronave que transportaria o requerente chegasse a tempo em Brasília, mas que tomou todas as providências necessárias para diminuir o prejuízo da parte requerente, cumprindo o que reza a Resolução 400/2016 da ANAC. Em suma, pede pela improcedência da ação.

Em havendo preliminar, que versa quanto a incompetência territorial, tem-se que o art. 4º, inc. I e III da Lei 9099/95 é claro ao constar que a ação poderá ser distribuída no domicílio do autor ou no local do fato, bem como o art. 14, § 1º, inc. I da mesma Lei, diz apenas quanto a declaração do endereço, sendo exigível quando pairar dúvidas pelo juízo.

Vencida a preliminar, passo ao mérito.

Nestes autos restaram incontroversos a contratação firmada entre as partes e a recolocação da requerente em outro voo que não o inicialmente adquirido.

É verdade quanto ao noticiado que a aeronave sofrera atraso em decorrência do fechamento parcial do aeroporto de Congonhas, mas o que se discute nos autos é a falta da prestação da assistência material.

Não se ignora que a presunção do dano moral deve decorrer de circunstâncias concretas capaz de causar significativa violação a direito extrapatrimonial. E no presente caso, além do atraso significativo de voo, as condições impostas ao consumidor passageiro enquanto esperava, sem qualquer informação clara sobre a assistência material devida, é suficiente para presumir o dano extrapatrimonial.

Observando precedentes do STJ, verificamos orientação nesse sentido:

DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXSÚMULA 7/STJ. 1. Ação de reparação de danos materiais e compensação de danos morais, tendo em vista falha na prestação de serviços aéreos, decorrentes de atraso de voo internacional e extravio de bagagem. 2. Ação ajuizada em 03/06/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73. 3. O propósito recursal é definir i) se a companhia aérea recorrida deve ser condenada a compensar os danos morais supostamente sofridos pelo recorrente, em razão de atraso de voo internacional; e ii) se o valor arbitrado a título de danos morais em virtude do extravio de bagagem deve ser majorado. 4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial. 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 7. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável.8. Quanto ao pleito de majoração do valor a título de danos morais, arbitrado em virtude do extravio de bagagem, tem-se que a alteração do valor fixado a título de compensação dos danos morais somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada, o que não ocorreu na espécie, tendo em vista que foi fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1584465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018).

Restou comprovado nos autos que o vício de qualidade na prestação de serviço decorreu da falta de prestação da assistência material referente à alimentação e hospedagem. A requerida simplesmente ignorou o que ordena a parte final do art. 741 do Código Civil e art. 251-A, do Código Brasileiro da Aeronáutica (Lei 7.565/86), sem sequer procurar a mitigação da extensão do dano que criou.

Assim, constatado, à toda prova, que a empresa ré não prestou alimentação e nem hospedagem devida, deve ser reconhecido o descumprimento da Resolução 400/ANAC nesta parte.

A empresa aérea, a julgar pela prova colhida e sem ignorar sua responsabilidade objetiva, fora negligente ao deixar de cumprir (e comprovar) a devida prestação da assistência ao consumidor. É ônus da requerida o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para cumprir sua obrigação contratual, fornecendo assistência material precisa e correta ao consumidor.

O abalo moral, como visto, é incontroverso e a fixação já levará em consideração a quebra contratual (atraso/cancelamento do voo), além dos reflexos causados no íntimo psíquico da parte requerente.

A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum que não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.

Considerando o atraso de mais de 11 (onze) horas no aeroporto de Brasília, culminando na permanência naquele aeroporto por toda a madrugada do dia 10/10/2022, sem a prestação de assistência material, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como forma de disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária a parte requerente.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, e CONDENO a ré a pagar a parte requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta decisão, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.

Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).

Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.

Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Intimem-se.

Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.

Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7066576-92.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JOAO BATISTA DE AGUIAR, RUA HALMERIO MELO 8268, - DE 7958 AO FIM - LADO PAR ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-750 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: KATIA AGUIAR MOITA, OAB nº RO6317, WELLITON PICINATO MARTINS DOS SANTOS, OAB nº RO10450
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.

Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Insurge-se contra a cobrança no valor de R$ 171,53, sob o argumento de que a recuperação fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.

A requerida alega que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda.

Das provas e fundamentos: Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.

Nestes autos, há relação jurídica entre as partes e o ponto controvertido é a legitimidade da recuperação de consumo referente ao período de um mês (05/2022 a 05/2022).

Com efeito, a concessionária juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado em 31/05/2022, em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.

Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).

Entretanto, da análise detida de todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o procedimento realizado pela requerida respeitou as regras legais e regulamentares.

A inspeção realizada constatou que o medidor estava com desvio no ramal de entrada, o que influenciou na aferição do consumo na unidade consumidora.
Em que pese a consumidora não ter assinado o TOI, verifico que a requerida encaminhou a segunda via dentro do prazo estabelecido na resolução, quando há recusa de assinatura ou quando o procedimento pende de acompanhante, conforme notificação anexa ao id 83630375.
Quanto aos cálculos, diferente do afirmado, não se trata de mera ilação, mas sim, padrões fixados pela ANEEL, na resolução 414/2010, onde são previstos todos os procedimentos desde a inspeção, formas de cálculo e até a suspensão de energia.
Para fins de recuperação de receita a parte requerida adotou o fixador previsto no artigo 130, inciso V da resolução 414/2010, o qual prevê:
"Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170:
[...]
V - utilização dos valores máximos de consumo de energia elétrica, proporcionalizado em 30 (trinta) dias, e das demandas de potência ativa e reativa excedentes, dentre os ocorridos nºs 3 (três) ciclos imediatamente posteriores à regularização da medição.".
Nota-se que a fórmula utilizada é a mais proporcional ao caso, onde os valores somente refletem os efeitos da correção realizada na unidade consumidora, não havendo nenhuma nulidade ou ilegalidade no seu uso, onde, o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia o utiliza:
Energia. Cobrança. Consumo efetivo. Faturas. Nulidade parcial. Revisão do débito. Evidenciado que o imóvel ficou por meses sem registrar consumo correto de energia elétrica, as faturas emitidas após a colocação de novo medidor e decorrentes do efetivo consumo da unidade devem ser reputadas lícitas, cabendo sua revisão em juízo, cujo débito deverá corresponder ao consumo efetivo dos 3 (três) meses subsequentes, aplicável ao período recuperado. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009422-87.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 30/11/2020).
Pelo acima afirmado, o débito é legítimo, onde as medidas adotadas pela empresa requerida decorreram no exercício regular de um direito, não havendo arbitrariedade a ser apontada.
A responsabilidade nas relações e consumo é objetiva, sendo necessário demonstrar o evento danoso, a conduta e o nexo de causalidade da empresa, o que não ocorreu no caso apresentado, ainda, para fins de obrigação de reparação é imprescindível a existência de ato ilícito, que não está configurado.
Por estas razões, entendo que o crédito existe, bem como, não constato nenhuma ilegalidade no procedimento, seja quanto às notificações ou outro procedimento realizado.
Assim, por estar ausente os elementos de responsabilidade civil, onde a requerida agiu no exercício regular de um direito, os pedidos formulados na petição inicial devem ser julgados improcedentes.
Ante o exposto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pela requerente em desfavor da parte requerida.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferido da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7023696-85.2022.8.22.0001
AUTOR: ADISON GONCALVES DE OLIVEIRA, RUA PRINCIPAL casa 15, Q 01, RESIDENCIAL MORADA SUL NOVO HORIZONTE - 76810-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JONAS PINHEIRO DE OLIVEIRA FILHO, OAB nº RO9309
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que técnicos da requerida compareceram em sua residência para vistoriar seu medidor de energia elétrica, sendo constatas supostas irregularidades, sendo, posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Alega que a cobrança no valor de R$1.367,21, decorrente de procedimento de recuperação de consumo de energia elétrica fora apurada pela ré de forma abusiva. Pretende a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais.
A requerida em contestação Informa que foi constatada irregularidade na UC de titularidade do autor, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram às regras da Resolução da ANEEL. Pretende a improcedência da demanda.
Ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC. Ademais, o feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas.
Resta incontroversa a relação jurídica entre as partes, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da recuperação de consumo no valor de R$ 1.367,21 referente a recuperação de consumo do período de 05/2021 a 09/2021.

Com efeito, a concessionária emitiu o Termo de Ocorrência de Irregularidade em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Quanto ao assunto, a Turma Recursal deste TJRO pacificou o entendimento de que é possível a recuperação de consumo de energia, desde que não seja baseada exclusivamente em perícia unilateral, mas também em outros indícios. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE DE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (TJRO. Processo n. 1000852-67.2014.8.22.0021. Turma Recursal. Rel. Juíza Euma Tourinho. J. 16/03/2016).
Em casos tais, o TJRO, em entendimento seguido pela Turma Recursal, definiu que nos casos de recuperação de consumo a concessionária deve apurar o débito considerando a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, “pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado” (AC n. 0010645-44.2013.8.22.0001 e RI n. 7000259-25.2016.8.22.0001).
Desta feita, tem-se que é ônus da concessionária comprovar a existência de irregularidade na medição que justifique a recuperação do consumo pretérito.
No entanto, verifica-se que diferença de faturamento foi calculada com base na média dos 3 (três) maiores faturamentos dos 12 (doze) meses anteriores ao início da irregularidade (documento de id. 75393491).
Assim, entendo que não há embasamento legal para a cobrança, tal como lançada pela ré, de forma que reconheço sua insubsistência.
Portanto, é procedente o pedido de declaração de inexistência/inexigibilidade do débito de R$1.367,21, referente a recuperação de consumo do período de 05/2021 a 09/2021.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução 1000/2021 da ANEEL, que deverá ser apurado através de processo administrativo.
Quanto aos danos morais, a simples cobrança indevida de valores, por si só, não gera danos morais, cabendo ao autor demonstrar a ocorrência efetivamente, as repercussões e danos que entende, o que não ocorreu no caso, de modo que o pedido de indenização por danos morais merece a improcedência.
Ante o exposto, confirmo a tutela concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em desfavor da requerida para DECLARAR a inexigibilidade do débito apontado na inicial, no valor de R$1.104,95 (mil e cento e quatro reais e noventa e cinco centavos), referente a recuperação de consumo do período de 05/2021 a 09/2021.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7012121-80.2022.8.22.0001
REQUERENTES: DANIELLY RODRIGUES COSTA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 5913, BLOCO 1 AP 5913 APONIÃ - 76824-027 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, WASHINGTON LUIZ BRAGADO ALECRIM, AVENIDA DOS IMIGRANTES 5913, BLOCO 1 AP 501 APONIÃ - 76824-027 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: JULIANA CRISTINA SCHABATOSKI FERREIRA, OAB nº RO10627
REQUERIDOS: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AVENIDA LAURO SODRÉ s/n, AEROPORTO JORGE TEIXEIRA AEROPORTO - 76803-260 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, AMYNA DE SOUZA - ME, AVENIDA CALAMA 1996, - DE 1652 A 2162 - LADO PAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-746 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730
Sentença
Relatório dispensado, nos termos da Lei.
Trata-se de ação onde os requerentes pedem pela reparação por danos morais e materiais sofridos em decorrência de conduta imprudente da parte requerida que não providenciou todo o necessário para minimizar os prejuízos sofridos. Dizem os requerentes que o voo contratado sofrera várias alterações e que culminou no pedido de reembolso, o que não fora realizado até o presente momento.
A requerida GOL, em contestação, alegou que a passagem fora adquirida pela agência de viagem, que se torna responsável pelo reembolso da passagem. No mérito, imputa toda culpa na agência requerida e diz que obedeceu ao que preceitua a Resolução 400/2016 da ANAC. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação.
A requerida CVC alegou responsabilidade exclusiva da companhia aérea, que é mero intermediador da compra da passagem pelos consumidores. Pugnou, em suma, pela improcedência da ação.
Ambas as requeridas pugnaram pelo acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva, a qual afasto de plano. A requerida GOL, alegou que a passagem fora adquirida por agência de viagem, porém a passagem comercializada era sua, bem como toda a alteração fora realizada por esta requerida.

Já a requerida CVC apresentou igualmente preliminar de ilegitimidade passiva, sob a alegação de que é mera intermediadora do negócio firmado entre os requerentes e a empresa aérea, o que deve ser refutado em razão da informação da requerida LATAM repassar os valores para a agência requerida.
Vencidas as preliminares, passo ao mérito.
Ultimada a instrução processual, tenho que o pleito dos requerentes procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pelas requeridas, assim como já decidido em inúmeros casos.
Analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, verifico que realmente houve a aquisição das passagens através da agência requerida, que indicou e comprovou através de mensagens que os requerentes solicitaram o cancelamento diretamente no guichê do aeroporto, além de indicar que o reembolso seria enviado para si, em conversa trocada por e-mail com a companhia aérea requerida.
Em que pese o argumento das requeridas não houve qualquer comprovação nos autos de que os valores tenham sido repassados para os requerentes ou para a agência de viagem requerida. A retenção de valores mesmo sem a prestação dos serviços, caracteriza enriquecimento ilícito, conduta que deve ser combatida.
Na relação consumerista, a responsabilidade civil é objetiva, havendo a necessidade apenas de estar presente a conduta danosa, o dano e nexo de causalidade, os quais estão perfeitamente demonstrados no caso.
Desta forma, tenho que a falta de ressarcimento dos valores pagos pela passagem, causou sensação de impotência nos requerentes, que se viram acuados em buscar seus direitos e, por consequência, devem ser reparados, nos termos do artigo 186 e 927 do CC.
Já em relação aos danos morais, tenho que o cancelamento se deu por fato alheio a vontade de ambas as partes, bem como a falta de ressarcimento demonstra o descumprimento de cláusula contratual, que por si só não é capaz de gerar o abalo moral.
As alterações foram comunicadas com a antecedência necessária prevista na Resolução 400/2016 da ANAC, não havendo qualquer conduta lesiva da empresa aérea.
Os requerentes não demonstram o fato constitutivo de seu direito, ou seja, o ato ilícito em que funda a sua pretensão de indenização, não havendo que se falar em culpa ou dever de indenizar.
Os três requisitos configuradores da responsabilidade (ato ilícito, dano e nexo de causalidade), devem coexistir para autorizar a indenização por abalo moral.
Não basta alegar um dano (sequer provado) sem que preexista uma conduta ilícita e o nexo de causalidade.
E como é cediço, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus dos autores, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre o réu o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
Portanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, totalmente improcedentes, posto que os requerentes não comprovam que as requeridas agiram ilicitamente, bem como não há prova de qualquer abalo à sua honra objetiva/subjetiva.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para fins de CONDENAR as requeridas, SOLIDARIAMENTE, a RESSARCIR aos requerentes a quantia de R$ 2.689,14 (dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e catorze centavos), com correção monetária a contar da data prevista para o embarque e juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação válida.
Por conseguinte JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve como comunicação.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7066007-91.2022.8.22.0001
AUTOR: MARIA CLEIA TEIXEIRA DE CASTRO, RUA FÁBIA 6072, - ATÉ 6340/6341 IGARAPÉ - 76824-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIELDO ROCHA DOS SANTOS, OAB nº RO6069A
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
A parte autora ajuizou a presente ação em decorrência de supostos problemas na medição de sua energia elétrica. Relata que não concorda com os valores cobrados e que não concorda com a inspeção realizada.
A requerida alega que foi constatada irregularidade na UC de titularidade da autora, confirmada pelo Termo de Ocorrência e Inspeção, ocasionando o faturamento irregular e prejuízos à empresa. Informa que foi assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa. Afirma, ademais, que os procedimentos obedeceram as regras da Resolução da ANEEL. Pugna a improcedência da demanda.
Ocorrer que, excepcionalmente, e em decorrência do vídeo juntada pela parte autora, verifico a necessidade de realização de perícia técnica no medidor para aferição de regularidade. Referido vídeo enseja dúvidas quanto à correção do procedimento efetivado pela Energisa, devendo ser melhor esclarecidos os fatos por meio de perícia no juízo comum.
Há de ser reconhecido a incompetência deste juízo em razão da necessidade de perícia.
Somente pelos fatos narrados na inicial, não há como atribuir erro de medição sem um atestado de empresa técnica especializada.
CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. SENTENÇA CASSADA. RECURSO PREJUDICADO. PROCESSO EXTINTO.
1. A pretensão indenizatória decorrente de indisponibilidade dos serviços de internet banda larga durante o período de vigência contratual, em razão da baixa velocidade de conexão, revela a imprescindibilidade de produção de prova pericial, resultando, desse modo, na complexidade da matéria e na consequente incompetência absoluta dos Juizados Especiais. 2. SENTENÇA CASSADA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NOS ARTS. 3º E 51, II, DA LEI N. 9.099/95. 3. Sem honorários e sem custas. (Apelação Cível do Juizado Especial 20090810075763ACJ, Rel. Juiz Asiel Henrique – j. 22.3.2011).
Desta feita, torna-se inviável o prosseguimento da presente lide nesta Justiça Especial, razão pela qual o processo merece ser extinto, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular.
Ante o exposto, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9.099/95 c/c art. 485, IV, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários nesta instância, na forma da lei.
Transitada em julgado esta decisão, proceda-se a baixa definitiva do processo.
Sai a presente sentença devidamente publicada e registrada.
Intimem-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Obrigação de Fazer / Não Fazer, Cirurgia
Processo 7047853-93.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: ROSIMAR BORGES COELHO RIBEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, em 10 dias, sob pena de arquivamento.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7082062-20.2022.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO ANDREUS SONILAU CARVALHO DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BRENDA CAROLINE CAMILO ULCHOA DE ALMEIDA, OAB nº RO9853, MILENE DOS SANTOS MONTEIRO, OAB nº RO12039
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Tratam os autos de Ação de reintegração de posse qualificando-se como estudante.
Pois bem.
Certo é que a concessão dos benefícios da justiça gratuita decorre de expressa previsão legal contida no artigo 5º, LXXIV, CF, onde se encontra insculpida a ordem de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos pela parte:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
Logo, sem sombra de dúvidas, decorre do texto constitucional que o jurisdicionado que pretender o benefício deverá comprovar sua condição de hipossuficiência.
O novo caderno processual vigente, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
Todavia, a leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o Julgador exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º, CPC.
Destarte, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve ser apresentado aos autos elementos mínimos a permitir que o Julgador avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado.
A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o Poder Judiciário significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, dentre outros.
Portanto, não se mostra justo que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Logo, em que pesem os argumentos da parte autora, a documentação juntada não comprova a alegada hipossuficiência financeira, mas apenas que tem parte de sua renda comprometida, não se adequando a qualquer parâmetro para o deferimento da benesse.
Neste sentido a jurisprudência mais razoável:
“Não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou o cargo exercido pelo interessado fazem em princípio presumir não se tratar de pessoa pobre” (STJ – RT 686185 E JTJ 213231).
E este é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
“Justiça gratuita. Indeferimento de plano. Ausência de provas. Não-recolhimento das custas processuais.
É faculdade do magistrado conceder ou não o benefício da assistência judiciária, sendo-lhe vedado apenas deixar de indicar seus elementos de convicção.
Havendo elementos que demonstram que a parte interessada detém condições de suportar as despesas do processo, deve o juiz indeferir o benefício da assistência judiciária, ainda mais quando a parte é funcionária pública e for pequeno o valor atribuído à causa” (Ap Civ 100.010.2006000031-7, unân., julg. em 26-07-2006, Rel. Juiz Jorge Luiz M. Gurgel do Amaral).
AGRAVO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ELEMENTOS.
INCOMPATIBILIDADE. PEDIDO. SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PARTE
REQUERENTE. BENEFÍCIO NEGADO.
Diante da existência de elementos que indiquem a incompatibilidade do pedido de gratuidade da justiça e a situação econômica da parte requerente, a concessão da benesse resta prejudicada.
(DJE. N. 212/2008 - 12 de novembro de 2008. 100.001.2007.026950-4 Agravo de Instrumento. Relator: Desembargador Moreira Chagas. Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE").0004208-29.2009.8.22.0000 Agravo de Instrumento.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.
Portanto, FICA a parte autora intimada para recolher o valor das custas iniciais, comprovando-se nos autos, sob pena de indeferimento da exordial.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7011578-65.2022.8.22.0005
AUTOR: AGNALDO DE JESUS CARVALHO
ADVOGADOS DO AUTOR: FERNANDO GUIMARAES FERNANDES, OAB nº RO8880, FRANCISCO NUNES NETO, OAB nº RO158
REU: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observada a natureza da ação e o valor da causa, tenho por determinar a correta distribuição do feito.
Proceda-se a baixa e redistribua-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Intime-se. Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7072371-79.2022.8.22.0001
IMPETRANTES: SIMBIOSE - INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLOGICOS LTDA, SIMBIOSE - INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLOGICOS LTDA
ADVOGADO DOS IMPETRANTES: ANDRE CROSSETTI DUTRA, OAB nº RS44111
IMPETRADO: C. G. D. R. E.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte impetrante apresentou apenas boleto de recolhimento das custas processuais, sem o comprovante do respectivo pagamento.
Assim, comprovado o integral e correto recolhimento das custas devidas, venham os autos conclusos para decisão emendas.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7084921-09.2022.8.22.0001
AUTOR: CLEIVIA SILVA DE AMORIM
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela antecipada ajuizada por AUTOR: CLEIVIA SILVA DE AMORIM em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA.
Requer a concessão dos benefícios da Gratuidade de Justiça.
Narra a autora em sua peça inicial que apresenta diagnóstico de INSTABILIDADE CRÔNICA DO JOELHO (CID M235), sofrendo com dores intensas no joelho direito e impossibilitada de realizar normalmente suas atividades habituais e que, diante deste quadro clinico, conforme solicitação médica necessita com URGÊNCIA de CIRURGIA – ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO – REVISÃO/RECONSTRUÇÃO, tendo havido recusa do SUS em fornecer o procedimento cirúrgico e diante da impossibilidade financeira de arcar com os altos custos do tratamento, ajuíza a presente demanda.
Afirma o direito inalienável e indispensável à saúde, como garantia constitucional, pugnando pela antecipação dos efeitos da tutela de urgência.
Pois bem.
Em síntese, são esses os fatos.
Passo a decidir.
DEFIRO A GRATUIDADE DE JUSTIÇA REQUERIDA.
Com relação a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, temos que, para a concessão da tutela de urgência, necessário se faz a verificação da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, tratando-se de pressupostos cumulativos.
Ab initio, é sabido que para a parte obter a tutela antecipada, mister a comprovação da existência de probabilidade do direito por ela afirmado e o perigo de dano existente caso tenha de aguardar o trâmite normal do processo.
A análise da concessão do benefício pleiteado pela Requerente deve ser feita com bastante cautela e prudência, considerando que não pode o agente público priorizar um paciente em detrimento do outro apenas com argumentos genéricos, deve-se considerar as prioridades, as enfermidades e a ordem administrativa em prol daqueles que também aguardam para iniciar ou dar continuidade a tratamento.
“Não cabe ao Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da isonomia, intervir na ordem de atendimento médico estabelecida segundo critérios de natureza médica e/ou cronológica. (TRF-2. AC 544118. Relator Desembargador Federal Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Quinta Turma Especial. 03/07/2013).”
Portanto, cabe ao agente público de saúde, mediante exame médico, com base em critérios técnicos, aferir as prioridades de atendimento, respeitando as prioridades dispostas em lei, bem como a fila de espera, sendo certo que, se quer há laudo médico nos autos afirmando a urgência do procedimento, existindo apenas o pedido de solicitação de cirurgia, onde não consta a cirurgia como de urgência e emergência, como afirmado na exordial.

Ademais, conquanto se possa invocar como bandeira o discurso pronto de ser a saúde direito de todo o cidadão e dever do Estado, é evidente que a visão sistêmica e concreta do Estado não permite seja desconsiderado o contexto do Estado de Direito e da correlação do sistema na organização estatal com regras legais expressas e impositivas aos gestores e que não comportam ser ignoradas pelos aplicadores do Direito, no sentido de que a aplicação dos recursos públicos devem observar: a) coerência sistêmica aos objetivos legítimos meta individuais considerados interesses público e social, nas regras fixadas pela Constituição Federal (moralidade institucional do Estado); b) compatibilizar a realização das ações do Estado ao processo democrático de legitimação dos agentes do poder de execução dessas ações (investiduras eletivas políticas ou seletivas técnicas) com observância aos regramentos participação e de controle social mediante avaliação de necessidades, definição prévia definição de metas e planejamentos (PPA); c) determinar as condições macro de realizações concretas dos programas e projetos, observando as diversas necessidades e definindo as prioridades dentre as urgentes e emergentes (LDO e LOA); d) condicionar os agentes públicos à realização das despesas observando regras de controle administrativo (internos e externos) e social e em regra democrática e impessoal (licitação, observância dos procedimentos de publicidade e transparência).

Nessa linha, é certo reconhecer que todas as causas relacionadas à saúde do cidadão, desde as necessidades fixadas em melhorias de condições e de bem-estar até as necessidades fixadas em graus de emergências com risco iminente de morte como as de urgência com risco potencial grave, são legitimadas na primeira linha dessa escala. Todas são legitimas.

Não se contraria o grau de complexidade que o caso requer, visto a afirmação inicial recorrente nas ações relacionadas a saúde sob fundamento de “urgência”. Nesse sentido, a inicial afirma necessidade urgente do procedimento cirúrgico cardiológico.

Somente as causas de emergências ou de urgências graves com risco à vida é que legitimam a intervenção judicial a desconsiderar os demais itens estruturantes da vida institucional do Estado, sem incorrer em causa de fratura ao próprio sistema e Estado.

Por premissa, ao Poder Judiciário não é razoável impor coercitivamente ações que desconsiderem os critérios técnicos e políticos da política pública de saúde, reservando-se a ponderar nos casos de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA com risco real à saúde do cidadão as medidas pontuais que restaurem ou preservem a sua integridade.

Define-se por urgência a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

Define-se por emergência a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

Atendimento ambulatorial é o serviço médico que deve prestar o primeiro atendimento à maioria das ocorrências médicas, tendo caráter resolutivo para os casos de menor gravidade e encaminhando os casos mais graves para um serviço de urgência e emergência ou para internamento hospitalar, para cirurgia eletiva ou para atendimento pelo médico especialista indicado para cada paciente.

A rigor, são restritos os casos de demandas judiciais por atendimento emergenciais - caracterizado por necessidade de atendimento imediato sob risco de morte, e uma parcela pouco maior configuram casos de urgência grave - necessitando intervenção objetivando cessar situação causadora de risco de morte.

A grande maioria são situações de usuários do atendimento ambulatorial e as pretensões são de melhoria de condições do tratamento reparador destinado a preservar funções ou órgãos sem imposição de imediatidade sob risco de perda ou paralisação – outros casos o intento é de menor desconforto e alívios.

Todas as pretensões são legítimas, porém, verdadeiramente, somente as situações de emergência àqueles que não tem condições de prover o tratamento sob risco de morte é que comportaria a imposição de atendimento pelo Estado em caráter liminar e excepcional, comportando observar a prioridade dos Protocolos e Diretrizes do SUS nos casos de “urgência” e “ambulatoriais”. Não há dúvida que o acesso ao sistema SUS impõe observância ao menos mínima aos seus protocolos técnicos.

Nessa condição, torna-se inviável ao Juízo a determinação ao requerido para a realização do procedimento ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO – REVISÃO/RECONSTRUÇÃO, sem prévia oitiva, para averiguar as razões que assim fizeram por decidir o administrador público, gestor hospitalar.

Nos fundamentos expostos, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, reservando, porém, o reexame para quando vierem informações pelo Requerido.

Cite-se o Requerido para, querendo, contestar a ação no prazo legal, nos termos do artigo 183 do Novo Código de Processo Civil.

Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 15 (quinze) dias.

Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que pretendem produzir, justificando-as, prazo de 05 (cinco) dias.

SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Obs.1: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 dias.

Obs.2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.

Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023

Edenir Sebastião A. da Rosa

Juiz(a) de Direito

REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA

ENDEREÇO: Avenida Farquar, n° 2986, Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Jamary, Térreo, Pedrinhas, CEP nº 76.803-470

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Procedimento Comum Cível

7085998-53.2022.8.22.0001

AUTOR: FUNERARIA FLOR DE LIS LTDA - ME, CNPJ nº 02191667000144, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 3744, - DE 2777 A 3367 - LADO ÍMPAR LIBERDADE - 76803-859 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: HERMES FRUTUOSO PRESTES CAVASIN SANTANA JUNIOR, OAB nº RO6621, RUA MANOEL LAURENTINO DE SOUZA 1443, - DE 1340/1341 A 2011/2012 NOVA PORTO VELHO - 76820-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RENATA FABRIS PINTO, OAB nº RO3126, ESTRADA SANTO ANTÔNIO 4353, 204G TRIÂNGULO - 76805-742 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FELIPE GURJAO SILVEIRA, OAB nº RO5320
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Vistos,
Compulsando os Autos, verifico que o Autor deu a causa o valor de reais, para efeitos meramente fiscais.
Todavia, no caso em tela, o autor busca ser mantida a concessão da permissão para prestação de serviços funerários no município de Porto Velho/RO, conforme argumentos da inicial.
Nesse sentido, a pretensão requerida pelo autor tem conteúdo econômico possível de ser aferido. Nos termos do art. 291 do CPC, deve ter valor certo a causa, correspondendo ao proveito econômico pretendido. A corroborar com a determinação supra, insta citar o artigo 286, § 2º, das Diretrizes Gerais, que dispõe:
§ 2º - Compete ao magistrado a quem for o feito distribuído verificar se o valor atribuído à causa corresponde ao efeito patrimonial almejado. Constando irregularidades nesse valor, de imediato, ordenará a emenda necessária com o recolhimento da complementação da despesa forense devida.
Ressalta-se que o valor da causa deve equivaler, em princípio, ao conteúdo econômico a ser obtido na demanda, ainda que o provimento jurisdicional buscado tenha conteúdo meramente declaratório, conforme entendimento do STJ (AgInt no REsp: 1698699 PR 2017/0143687-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 06/02/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2018).
Entretanto, no caso de não ser possível a definição exata do valor, este poderá ser estipulado por estimativa, desde que não seja um valor irrisório, respeitando o princípio da razoabilidade.
Assim, é o entendimento do STJ acerca do tema em discussão:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/73. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. VALOR DA CAUSA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A recorrente não opôs os competentes embargos declaratórios perante o Tribunal de origem. Logo, revela-se deficiente a fundamentação do recurso que indica violação ao art. 535 do CPC/73, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o valor da causa deve corresponder, em princípio, ao do seu conteúdo econômico, considerado como tal o valor do benefício econômico que o autor pretende obter com a demanda. Contudo, admite-se a fixação do valor da causa por estimativa, quando constatada a incerteza do proveito econômico perseguido na demanda. 3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ. AgInt no REsp: 1367247 PR 2013/0032071-8, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 27/09/2016, PRIMEIRA TURMA)."
Portanto, fica a parte autora intimada para emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, IV, CPC), para:
a) Adequar o valor da causa, devendo apresentar planilha de cálculo com o valor correspondente ao proveito econômico que poderá ser auferido com a procedência dos pedidos. Ainda, deve o requerente observar que o valor da causa pode ser fixado por estimativa, quando não for possível a determinação exata da da expressão econômica da demanda, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, estando sujeito a posterior adequação ao valor apurado na sentença ou no procedimento de liquidação. Pontua-se que a parte requerente poderá utilizar como estimativa o valor recolhido em anos anteriores;
b) Promover o devido recolhimento da diferença das custas devidas, que, nos termos do inciso I art. 12 da Lei n. 3.896/2016, as custas iniciais são de 2% sobre o valor da causa, sendo que deverá ser recolhida neste percentual, uma vez que não há possibilidade de designação de audiência de conciliação no caso vertente;
Prazo: 15 dias.
Cumpra-se.
Após com ou sem manifestação voltem os autos conclusos.
SIRVA O PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Porto Velho - terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7066527-51.2022.8.22.0001
IMPETRANTES: SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA, SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC, SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA, SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA, SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA, SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA, SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC, SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC, SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADOS DOS IMPETRANTES: CARLOS RICHARD OLIVEIRA DO NASCIMENTO, OAB nº PI14769, LEONARDO SOARES PIRES, OAB nº PI7495, MARCIO AUGUSTO RAMOS TINOCO, OAB nº PI3447
IMPETRADOS: ESTADO DE RONDONIA, C. D. R. D. E. D. R.
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Certifique a CPE acerca do integral recolhimento de custas.
Certificados, voltem conclusos para decisão emendas.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7076212-82.2022.8.22.0001
AUTORES: ISABELLE CRISTINA DOS SANTOS MONTEIRO, DORALUCIA DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO DOS AUTORES: PEDRO DA SILVA FREITAS QUEIROZ, OAB nº AC1447
REU: E. D. R. -. P. G. D. E.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observada a natureza da ação e o valor da causa, tenho por determinar a correta distribuição do feito.
Proceda-se a baixa e redistribua-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Intime-se. Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7083218-43.2022.8.22.0001
AUTOR: FABRICIO ALENCAR LATALIZA
ADVOGADOS DO AUTOR: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MARIA CRISTINA DALL AGNOL, OAB nº RO4597A
REU: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Tratam os autos de ação de cobrança ajuizada por AUTOR: FABRICIO ALENCAR LATALIZA - qualificando-se como policial militar.
Pois bem.
Certo é que a concessão dos benefícios da justiça gratuita decorre de expressa previsão legal contida no artigo 5º, LXXIV, CF, onde se encontra insculpida a ordem de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos pela parte:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
Logo, sem sombra de dúvidas, decorre do texto constitucional que o jurisdicionado que pretender o benefício deverá comprovar sua condição de hipossuficiência.
O novo caderno processual vigente, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
Todavia, a leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o Julgador exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º, CPC.
Destarte, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve ser apresentado aos autos elementos mínimos a permitir que o Julgador avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado.
A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.

Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o Poder Judiciário significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, dentre outros.
Portanto, não se mostra justo que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Logo, em que pesem os argumentos da parte autora, a documentação juntada não comprova a alegada hipossuficiência financeira, mas apenas que tem parte de sua renda comprometida, não se adequando a qualquer parâmetro para o deferimento da benesse.
Neste sentido a jurisprudência mais razoável:
"Não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou o cargo exercido pelo interessado fazem em princípio presumir não se tratar de pessoa pobre" (STJ – RT 686185 E JTJ 213231).
E este é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
"Justiça gratuita. Indeferimento de plano. Ausência de provas. Não-recolhimento das custas processuais.
É faculdade do magistrado conceder ou não o benefício da assistência judiciária, sendo-lhe vedado apenas deixar de indicar seus elementos de convicção.
Havendo elementos que demonstram que a parte interessada detém condições de suportar as despesas do processo, deve o juiz indeferir o benefício da assistência judiciária, ainda mais quando a parte é funcionária pública e for pequeno o valor atribuído à causa" (Ap Civ 100.010.2006000031-7, unân., julg. em 26-07-2006, Rel. Juiz Jorge Luiz M. Gurgel do Amaral).
AGRAVO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ELEMENTOS.
INCOMPATIBILIDADE. PEDIDO. SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PARTE
REQUERENTE. BENEFÍCIO NEGADO.
Diante da existência de elementos que indiquem a incompatibilidade do pedido de gratuidade da justiça e a situação econômica da parte requerente, a concessão da benesse resta prejudicada.
(DJE. N. 212/2008 - 12 de novembro de 2008. 100.001.2007.026950-4 Agravo de Instrumento. Relator: Desembargador Moreira Chagas. Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE").0004208-29.2009.8.22.0000 Agravo de Instrumento.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.
Portanto, FICA a parte autora intimada para recolher o valor das custas iniciais, comprovando-se nos autos, sob pena de indeferimento da exordial.
De plano, defiro o parcelamento das custas em 8 parcelas, ficando o autor intimado para recolhimento da 1a parcela em 15 dias, devendo a CPE adotar as providências necessárias.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7078638-67.2022.8.22.0001
AUTOR: JOSE ENEAS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DECISÃO
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observada a natureza da ação e o valor da causa, tenho por determinar a correta distribuição do feito.
Proceda-se a baixa e redistribua-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Intime-se. Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Procedimento Comum Cível
7089756-40.2022.8.22.0001
AUTORES: NOROESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 18918142000602, CELSO MAZUTTI 3.025, LOJA 01 JARDIM AMERICA - 76980-811 - VILHENA - RONDÔNIA, NOROESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 18918142000289, DA BEIRA 6270, - DE 6060 A 6380 - LADO PAR FLORESTA - 76806-130 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: LEANDRO AUGUSTO ALEIXO, OAB nº DF62029
REU: ESTADO DE RONDONIA, RUA DOM PEDRO II 608, - DE 608 A 826 - LADO PAR CENTRO - 76801-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Vistos,
Compulsando os Autos, verifico que o Autor deu a causa o valor de R$ 80.000,00 reais, para efeitos meramente fiscais.
Todavia, no caso em tela, o autor busca, dentre outras coisas, o direito à compensação ou restituição (art. 165, I, c/c art. 170, ambos do CTN), a critério das Autoras, dos valores pagos indevidamente nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e, após o início do seu curso processual, até o dia 31 de dezembro de 2022, devidamente atualizados com o acréscimo de juros e correção monetária;
Nesse sentido, a pretensão requerida pelo autor tem conteúdo econômico possível de ser aferido. Nos termos do art. 291 do CPC, deve ter valor certo a causa, correspondendo ao proveito econômico pretendido. A corroborar com a determinação supra, insta citar o artigo 286, § 2º, das Diretrizes Gerais, que dispõe:
§ 2º - Compete ao magistrado a quem for o feito distribuído verificar se o valor atribuído à causa corresponde ao efeito patrimonial almejado. Constando irregularidades nesse valor, de imediato, ordenará a emenda necessária com o recolhimento da complementação da despesa forense devida.
Ressalta-se que o valor da causa deve equivaler, em princípio, ao conteúdo econômico a ser obtido na demanda, ainda que o provimento jurisdicional buscado tenha conteúdo meramente declaratório, conforme entendimento do STJ (AgInt no REsp: 1698699 PR 2017/0143687-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 06/02/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2018).
Entretanto, no caso de não ser possível a definição exata do valor, este poderá ser estipulado por estimativa, desde que não seja um valor irrisório, respeitando o princípio da razoabilidade.
Assim, é o entendimento do STJ acerca do tema em discussão:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/73. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. VALOR DA CAUSA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A recorrente não opôs os competentes embargos declaratórios perante o Tribunal de origem. Logo, revela-se deficiente a fundamentação do recurso que indica violação ao art. 535 do CPC/73, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o valor da causa deve corresponder, em princípio, ao do seu conteúdo econômico, considerado como tal o valor do benefício econômico que o autor pretende obter com a demanda. Contudo, admite-se a fixação do valor da causa por estimativa, quando constatada a incerteza do proveito econômico perseguido na demanda. 3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ. AgInt no REsp: 1367247 PR 2013/0032071-8, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 27/09/2016, PRIMEIRA TURMA)."
Portanto, fica a parte autora intimada para emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, IV, CPC), para:
a) Adequar o valor da causa, devendo apresentar planilha de cálculo com o valor correspondente ao proveito econômico que poderá ser auferido com a procedência dos pedidos. Ainda, deve o requerente observar que o valor da causa pode ser fixado por estimativa, quando não for possível a determinação exata da da expressão econômica da demanda, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, estando sujeito a posterior adequação ao valor apurado na sentença ou no procedimento de liquidação. Pontua-se que a parte autora poderá utilizar como estimativa o valor recolhido em anos anteriores;
b) Promover o devido recolhimento da diferença das custas devidas, que, nos termos do inciso I art. 12 da Lei n. 3.896/2016, as custas iniciais são de 2% sobre o valor da causa, sendo que deverá ser recolhida neste percentual, uma vez que não há possibilidade de designação de audiência de conciliação no caso vertente;
Prazo: 15 dias.
Cumpra-se.
Após com ou sem manifestação voltem os autos conclusos.
SIRVA O PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Porto Velho - terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7086420-28.2022.8.22.0001
AUTORES: TIAGO ARAUJO COSTA, THALES ALAN SATIMO JURELLO, SILVIA CRISTINA GONCALVES DE CASTRO, RAFAEL ALMEIDA FELISBERTO, POLLYANA WOIDA, MEIRE DARG FIGUEIREDO, MARLON LUIZ SATIMO ROHSLER, ITALO LUAN MELO DE BRITO, HURYELTON NASCIMENTO MENDONCA, GEOVANI BERNO, ANTONIO CARLOS DA SILVA ALBUQUERQUE
ADVOGADO DOS AUTORES: CINTIA BARBARA PAGANOTTO RODRIGUES, OAB nº RO3798
REU: P. D. M. D. D. A. L. D. E. D. R.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Ação Popular por Ato Lesivo ao Patrimônio Público e Moralidade Administrativa com pedido liminar proposta por Antônio Carlos da Silva Albuquerque, Geovani Berno e Outros em desfavor do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
Dizem que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia realizou concurso para o quadro de servidores permanentes no ano de 2018, por meio do Edital nº 01/2018. Além do prazo de validade do concurso ter sido prorrogado, com o Decreto Estadual 24.949, de 13 de abril de 2020, restaram suspensos os prazos de validade dos concursos públicos em Rondônia. O certame se encontra válido.

Ocorreu que, em plena vigência do referido concurso, a Requerida promulgou a LC nº 1.056/2020, a qual, além de extinguir cargos do Edital, transformados em comissionados. Sobrevieram então decisões do STF (ADI 6963) e TJRO (0800085-32.2021.822.0000), declarando a inconstitucionalidade de arts. da Lei, para que a ALE/RO fosse obrigada a cumprir a proporcionalidade entre efetivos e comissionados (estes em 90% atualmente), e destinasse todos os cargos lá descritos para pessoal efetivo, contratados através de concurso público.

Requerem a concessão liminar para determinar a nomeação dos candidatos aprovados no concurso em vigor Edital 01/2018/ALE/RO, em substituição aos comissionados; se abstendo-se de realizar novas contratações de comissionados enquanto existir candidatos aprovados no concurso público e seja suspenso o prazo de validade do concurso Edital 01/2018, até decisão final nestes autos; No mérito, a procedência dos pedidos, confirmando a tutela de evidência, para determinar ao requerido para adequar o quadro de servidores à proporcionalidade, promovendo as contratações dos aprovados no concurso Edital 01/2018, incluindo cadastro reserva, até quanto bastem para o alcance da proporcionalidade, substituindo os comissionados. Anexou documentos.

Pois bem,

Segundo informam os autores, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia realizou concurso público para o preenchimento de vagas de servidores no ano de 2018, por meio do Edital nº 01/2018, prorrogado o prazo de validade pelo Decreto Estadual nº 24.949/2020.

Os autores alegam em plena vigência do concurso público a Assembleia Legislativa promulgando a Lei Complementar nº 1.056/2020, extinguindo cargos previstos no Edital do concurso e transformando-os em cargos comissionados. Porém, sobreveio decisões do STF (ADI 6963) e TJRI (0800085-32.2021.8.22.0000) declarando a inconstitucionalidade de artigos da referida lei para que a ALE/RO fosse obrigada a cumprir a proporcionalidade entres servidores efetivos e comissionados.

Importante registrar que a ação popular é um mecanismo usado pelo cidadão a fim de resguardar o patrimônio público, buscando uma solução jurisdicional para que sejam anulados os atos lesivos praticados contra o patrimônio público, aos bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico:

"Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

§ 1º. Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico."

O dispositivo enfatiza a previsão constitucional de instrumento do exercício da democracia direta e participação política, possibilitando ao cidadão meio de proteção os bens públicos. Dispões de mecanismo de tutela de interesse transindividuais, porquanto permite a impugnação de atos lesivos a bens difusos, conforme art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal de 1988:

"LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;"

Embora as disposições digam respeito as lesões patrimoniais, imperioso salientar que a moralidade pode ser fundamento utilizado para propositura da ação popular, em consonância com as disposições do artigo 37 da Constituição Federal.

Analisando os argumentos apresentados pelos autores, compreendo que não existe lesão ao patrimônio público, bem como não há ofensa à moralidade pública. Os autores pretendem se utilizar desse remédio constitucional para atender satisfação meramente particular, qual seja suas nomeações no concurso público, entretanto, não é este o remédio constitucional adequado.

"APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO POPULAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. NÃO EXPLICITAÇÃO DE INTERESSE DIFUSO. ANULAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE MESTRADO. INTERESSE INDIVIDUAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDOS. I – a Ação Popular consiste em importante instrumento de exercício de democracia direta e participação política, por meio da qual possibilita-se, ao cidadão (legitimado ativo), a proteção da coisa pública. Trata-se, assim, de um mecanismo de tutela de interesses transindividuais, porquanto permite a impugnação de atos lesivos a bens difusos: o patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe ou para a qual contribua financeiramente, a moralidade administrativa e o meio ambiente, segundo a dicção do art. 5.º, LXXIII, da Constituição Federal. II - Entretanto, embora inserida num mesmo microssistema de tutela de direitos coletivos, o objeto da Ação Popular, em comparação aos demais instrumentos processuais nele contidos, é mais restrito: limita-se à proteção de determinados direitos difusos. A Ação Popular, dessarte, não é o instrumento adequado à proteção de direitos coletivos em sentido estrito ou individuais homogêneos. III - Inobstante as alegações autorais, de fato, constituam violação ao princípio da moralidade administrativa, o requerente não logrou êxito em explicitar o direito difuso em questão, elemento indispensável à caracterização do interesse processual do autor. Isso porque os atos administrativos impugnados afetaram a esfera jurídica apenas dos candidatos às vagas de mestrado, representando, assim, interesses meramente individuais, impassíveis de tutela via ação coletiva. IV Apelação e Reexame Necessário improvidos. (TJ-AM - AC: 06049266220158040001 AM 0604926-62.2015.8.04.0001, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 28/02/2016, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 29/02/2016)."

No presente caso, verifica-se que os autores visam o reconhecimento de ato lesivo ao patrimônio e à moralidade administrativa para condenar o Presidente da Assembleia Legislativa na obrigação de fazer e nomear os candidatos aprovados no concurso Edital nº 01/2018, fazendo cumprir a proporcionalidade entre servidores efetivos e comissionados.

Observa-se no acervo probatório que os autores objetivam tutelar primordialmente direito individual, tutela esta que não se verifica obtenível por meio da ação popular. Entre os objetos dessa ação não se inclui o direito individual.

O jurista José Afonso da Silva ressalta que a ação popular corresponde a "uma garantia coletiva, na medida em que o autor popular invoca a atividade jurisdicional, por meio dela, na defesa da coisa pública, visando à tutela de interesses coletivos, não de interesse pessoal."

A ação popular destina-se a anulação de atos ilegítimos e lesivos do patrimônio público, protegendo o interesse da comunidade ou interesse difuso da sociedade. Os direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Da análise dos autos, verifica-se que os autores ajuizaram a ação popular com o objetivo de obrigar o Presidente da Assembleia a adequar o quadro de servidores efetivos a proporcionalidade de servidores comissionados, promovendo a nomeação de candidatos aprovados no concurso. Constata-se que não se trata de tutela de interesse difuso, mas, de interesse particular, buscando, na verdade, adentrar a seara discricionária do Agende Público que, dentro do prazo de validade do concurso, poderá decidir o momento adequado para novas nomeações, observando os critérios da conveniência e oportunidade. Assim, mostra-se inadequada a via eleita.
Decisões nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO POPULAR – INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL – PRETENSÃO DO AUTOR DE OBTER O PREENCHIMENTO DE TODAS VAGAS DE CONCURSO PÚBLICO DO QUAL PARTICIPOU, CUJO PRAZO DE VALIDADE JÁ EXPIROU – VIA ELEITA INADEQUADA – NÃO EXPLICITAÇÃO DE INTERESSE DIFUSO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO A QUE NEGA PROVIMENTO. (TJ-MS - AC: 08001137020188120036 MS 0800113-70.2018.8.12.0036, Relator: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Data de Julgamento: 21/09/2020, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/09/2020)."
"APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LEI 4.717/65. DEFESA DE DIREITO INDIVIDUAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O art. 1º da Lei n. 4.717/65 expressamente dispõe a utilidade da ação popular para pleitear a anulação ou decretação de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público. 2. No caso dos autos, O interesse dos autores é nitidamente particular em garantir sua melhor posição em razão de critérios de correção alterados pela decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o que não encontra ressonância com a finalidade legal descrita anteriormente. 3. Apelação e remessa necessária conhecidas e desprovidas. Sentença mantida. (TJ-DF 07121776520198070018 DF 0712177-65.2019.8.07.0018, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 11/11/2020, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 12/11/2020)."
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO POPULAR. PRETENSÃO QUE NÃO SE DESTINA À ANULAÇÃO DE ATOS LESIVOS AO PATRIMÔNIO DO DISTRITO FEDERAL. 1º DA LEI Nº 4.717/65. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ANULAÇÃO DE ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. NULIDADE DE QUESTÕES DE CONCURSO PÚBLICO. REDISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS. TUTELA DE INTERESSE INDIVIDUAL OU COLETIVO STRICTU SENSU. SENTENÇA MANTIDA. 1. Nos termos do artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal, a ação popular tem por objeto a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e das verbas decorrentes da sucumbência. 2. A ação popular deve ser utilizada na defesa de interesses e direitos difusos, quais sejam, os transindividuais, de natureza individual, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. 3. Constatado nos autos que a finalidade dos autores é a defesa de interesses individuais, não utilizaram o meio processual adequado para deduzir sua pretensão. 4. Apelação conhecida, mas não provida. Unânime. (TJ-DF 07002844320208070018 DF 0700284-43.2020.8.07.0018, Relator: FÁTIMA RAFAEL, Data de Julgamento: 26/08/2020, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 02/09/2020)."
Portanto, a mera alegação de descumprimento de percentual de servidores efetivos em si não é suficiente para ensejar a utilização da demanda popular, fazendo-se necessária a real existência de lesão ao patrimônio público ou à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
"APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. PROCESSUAL CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DA PARTE AUTORA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AÇÃO POPULAR TEM POR OBJETO DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. De acordo com o artigo 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal, a Ação Popular tem por objeto a defesa do patrimônio público, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural. O § 1º do artigo 1º da Lei 4.717/657, que regula a Ação Popular define patrimônio público como sendo os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico. Pretensão relacionada a direito individual não deve ser objeto de ação popular, estando escorreita a sentença que indefere a inicial por inadequação da via eleita. (TJ-DF 07040876820198070018 DF 0704087-68.2019.8.07.0018, Relator: CARMELITA BRASIL, Data de Julgamento: 22/01/2020, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 29/01/2020)."
Sendo assim, perante a ausência da demonstração da alegada lesão à moralidade administrativa, não subsiste in casu justificativa capaz de autorizar a admissão da presente ação popular, que não pode ser usada indistintamente. Não existe interesse difuso presente da ação popular manejada pelos autores e, conforme demonstrada, mencionada ação não se presta para a defesa de interesses individuais ou particulares.
Dispositivo:
Pelo exposto, por vislumbrar que a pretensão desta ação popular não visa anulação de atos ilegítimos e lesivos ao patrimônio público ou proteção do interesse da comunidade ou interesse difuso, mas, manejada para tutela de interesse meramente particular, INDEFIRO A INICIAL, com fulcro no art. 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários e custas processuais.
Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, em razão da previsão do art. 19 da Lei nº 4.717/65.
Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões, remetendo-se os autos ao e. TJRO.
P.R.I.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7084467-29.2022.8.22.0001
IMPETRANTE: CAROLINE PAES DA CUNHA XAVIER
ADVOGADO DO IMPETRANTE: RENAN PEREIRA FREITAS, OAB nº DF68151
IMPETRADOS: P. D. C. D. C. D. P. C. D. E. D. R., D. D. C. B. D. P. E. A. E. S. E. D. P. D. E. -. C., ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Cumpra-se integralmente a decisão ID n. 85084257.
Prazo - 5 dias
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7089748-63.2022.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: C. B. D. S., AVENIDA GUAPORÉ 2465, - DE 2165 A 2505 - LADO ÍMPAR LAGOA - 76812-139 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
A. J. D. S. C., AVENIDA GUAPORÉ 2465, - DE 2165 A 2505 - LADO ÍMPAR LAGOA - 76812-139 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: JOSILEIA FREIRES FERREIRA, OAB nº AM10638
Requerido: A. D. C. C., AVENIDA BOCA DO ACRE s/n, PROXIMO A FRABRICA DE GELO RIO PURUS PRAIA DO GADO - 69850-000 - BOCA DO ACRE - AMAZONAS
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
1. Trata-se de ação de alimentos promovida por A.J.D.S.C., menor representado por CAROLINA BEZERRA DA SILVA, sua genitora, em face de ALEXANDRE DA COSTA CARDOSO.
2. Deferida a gratuidade judiciária, pois, não serão cobradas as custas judiciais, nas ações de alimentos/revisional de alimentos, propostas pelo alimentando em que o valor da prestação mensal não ultrapasse 02 salários mínimos (art. 6º, IV da Lei 3.896/2016).
3. Ante os elementos carreados aos autos, arbitro alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, a serem pagos mensalmente, até final decisão, com depósito diretamente em conta bancária da representante legal do menor ou mediante recibo. Intime-se o requerido para promover o pagamento.
4. DESIGNO AUDIÊNCIA VIRTUAL de conciliação, instrução e julgamento para o dia 09 de março de 2023, às 11:00 horas (horário local - Porto Velho/RO), a ser realizada pelo Centro de Conciliação de Família (CEJUSC/TJRO), por VIDEOCONFERÊNCIA, ficando a cargo do CEJUSC, definir a plataforma a ser utilizada (WhatsApp ou Hangouts Meet), podendo ser utilizado, pelas partes, aparelho celular, notebook ou computador que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Telefone para contato: 69 3309-7188.
4.1. Os advogados/defensores deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone (whatsapp) das pessoas/partes a serem ouvidas, para possibilitar o envio do link da videoconferência e permitir entrada na sala da audiência da videoconferência, na data e horário estabelecido.
4.2. Será encaminhado o link da audiência para os e-mails e telefones informados no processo.
4.3. Com o link da videoconferência, tanto partes quanto advogados/defensores acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que tenham vídeo e áudio regularmente funcionando.
4.4. Registre-se que a solenidade por videoconferência ocorrerá pela plataforma de comunicação Google Meet/WhatsApp Vídeo Chamada.
4.5. No horário da audiência por videoconferência, as partes e testemunhas deverão estar disponíveis para contato por meio do e-mail e número de celular informado, para que a audiência possa ter início.
4.6. Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
4.7. As testemunhas não poderão ser ouvidas juntamente com as partes e/ou advogados, devendo permanecer em sala/ambiente separado dos demais. Caso não seja possível, as testemunhas deverão ser direcionadas à sala de Audiências desta 2ª Vara de Família e Sucessões.
4.8. Desde já, ficam os interessados cientes que o não envio de mensagem, visualização do link ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência (com tolerância de 15 minutos), será considerado como ausência à audiência virtual.
5. Cite-se o requerido e Intimem-se as partes acima qualificadas, para que compareçam à audiência, alertando-os de que deverão comparecer acompanhados de advogados e de testemunhas, estas independentemente de prévio depósito do rol, importando a ausência do autor em extinção e arquivamento do processo, e da parte requerida, em confissão e revelia.
6. Deve a parte autora apresentar em audiência planilha/demonstrativo detalhado das despesas realizadas com o alimentado e o requerido, os últimos comprovantes de seus rendimentos atuais (contracheque, Carteira de Trabalho, Declaração de Imposto de Renda, etc), sob pena de ter contra si alimentos fixados a critério do Juízo, se acolhido o pedido.
7. Dê-se ciência ao Ministério Público.
Advertência: Na audiência, se não houver acordo, poderá o réu contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e à prolação da sentença. Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor. O prazo para resposta é até o início da audiência. Obs. Em virtude da pandemia, o feito poderá ser convertido para procedimento comum durante a solenidade.

OBSERVAÇÃO 1: Não tendo sido deferida a gratuidade, realizada a conciliação e não havendo acordo, caso as custas não tenham sido pagas integralmente deverão ser complementadas no prazo de 05 (cinco) dias, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO, contados da data da realização da solenidade, nos termos do artigo 12 da Lei n. 3.896/2016 e sob pena de extinção do feito sem análise do mérito (art. 330, inciso IV do Código de Processo Civil). Certifique a CPE, após a realização da solenidade, se as custas foram integralmente quitadas e, em caso negativo, remetam-se os autos conclusos para extinção.
OBSERVAÇÃO 2: Não tendo condições de constituir advogado, poderá a parte requerida procurar a Defensoria Pública de sua cidade. (DPE/RO: Av. Jorge Teixeira, 1722, Embratel, CEP: 76.820-846 - https://www.defensoria.ro.def.br).
OBSERVAÇÃO 3: No ato da citação/intimação, deverá o Oficial de Justiça verificar e certificar o número de telefone celular/WhatsApp e endereço do e-mail das partes, a fim de viabilizar a realização de audiência por vídeo conferência, caso seja necessário.
Cumpra-se, servindo o presente como carta precatória de citação e intimação
Porto Velho-RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7023631-90.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE: T. P. D. F.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IVONETE RODRIGUES CAJA, OAB nº RO1871A, ARLY DOS ANJOS SILVA, OAB nº RO3616A
REQUERIDO: J. D. D. D. S.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos.
As partes apresentaram acordo (id 85503412). Não existem motivos que desaconselhem a homologação do ajuste.
Se assim, HOMOLOGO por sentença o acordo de ID 85503412, o qual se regerá pelas cláusulas e condições constantes no termo supramencionado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e, com fundamento no art. 924, III, do CPC, julgo extinta a execução.
Sem custas, por serem beneficiários da assistência judiciária gratuita.
Recolham-se eventuais mandados de prisão expedidos em face do requerido, inclusive no BNMP/CNJ.
Após, arquive-se.
P.I.C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7089786-75.2022.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso
Requerente: A. S. C. C. C.
G. E. C. C. C.
O. C. C. C.
Advogado: ALBERTO MEIRELES OLIVEIRA DE ALMEIDA, OAB nº RO9199
Requerido: E. C. F.
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de ação de divórcio c.c. alimentos.
No que tange à benesse da assistência judiciária, ressalto, desde logo, que embora a lei preveja presunção de veracidade relativa em favor da pessoa natural que requeira a gratuidade da justiça (art. 99, § 3o, CPC), a Constituição Federal, no art. 5o, LXXIV, se sobrepõe a essa redação, exigindo que se comprove a insuficiência de recursos para arcar com os custos do processo judicial.
Ademais, incumbe à parte agir com boa-fé (art. 5º, CPC) e cooperar para a construção de um processo justo e efetivo (art. 6, CPC), trazendo aos autos os elementos probatórios que demonstrem a indispensabilidade da gratuidade da justiça (renda, moradia própria ou não, carro quitado ou não, filhos estudantes, negativações etc.).
Em uma análise detida dos autos, percebo que apesar da requerente sustentar excessivo comprometimento de seus proventos, não foram apresentadas provas suficientes das suas alegações, mormente em razão do patrimônio do casal, bem como, dos comprovantes de renda apresentados nos autos, que denotam ter capacidade de efetuar o pagamento das custas processuais, motivo pelo qual indefiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Assim, emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo a autora efetuar o recolhimento das custas processuais.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7039305-45.2021.8.22.0001
Classe: Interdição/Curatela
Requerente: LUCIENE LINHARES DE LIMA
Advogado: VITORIA JOVANA DA SILVA UCHOA, OAB nº RO9233, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, SANDRO LUIS DOS SANTOS, OAB nº RO10837
Requerido: CARLOS MAGNO DE BRITO
Advogado: HUESLEI MORAES MARIANO, OAB nº RO5992A
DESPACHO
Trata-se de ação de curatela.
Novamente, a determinação de id.77731607 ainda não foi cumprida.
Se assim, considerando que a resposta de id.85227514 não atende à determinação deste juízo, reitere-se o ofício de id.74958844 (despacho com força de ofício) por oficial de justiça, devendo ser intimado o Sr. Shelton A. Botelho, Gerente/Diretor do CAPS ou quem o estiver substituindo.
Cumpra-se com urgência.
Int.
Porto Velho-RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7089723-50.2022.8.22.0001
Assunto: Marca
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
ADVOGADO DO AUTOR: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315
REU: AME VVIDA PLANOS DE SAUDE INTEGRADO LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 20.000,00
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, proposta por AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A em face de AME VVIDA PLANOS DE SAUDE INTEGRADO LTDA.
Narra a parte autora, em síntese, que a requerida está comercializando plano de saúde na cidade de Porto Velho/RO, utilizando a marca AMEVIDA, tendo como cores predominantes Azul e Laranja e utilizando identidade visual que faz associação com a da AMERON. Relata que a requerida faz uso indevido da marca que é de titularidade da autora, regularmente registrada perante o INPI.
Requer a concessão da tutela para que a requerida se abstenha de utilizar a marca AME VIDA em seu nome fantasia, panfletos, veículos, portfólios, propagandas e anúncios, bem como seja recolhido todo material publicitário já compartilhado, sob pena de multa diária.
Em consulta ao sistema PJE, verifico que fora distribuída a ação de nº 7089146-72.2022.8.22.0001, perante o Juízo da 5ª Vara Cível desta Comarca, onde a requerida AME VVIDA PLANOS DE SAUDE INTEGRADO LTDA ingressou com demanda em face da autora, objetivando em sede de tutela de urgência, que a AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A se abstenha de veicular na internet ou em outros canais de comunicação a afirmação de que a AME VVIDA está usando indevidamente sua marca e que as clínicas, hospitais e médicos anunciados não fazem parte dos planos de saúde oferecidos pela AME VVIDA.
Naquele processo, a requerida sustenta que possui o direito de usar o nome empresarial que escolheu para prestar seus serviços de plano de saúde e que a autora deste processo, AMERON, não detém o registro da marca “AME-VIDA” para comercializar o mesmo serviço.
Pois bem.
É possível perceber que os processos 7089723-50.2022.8.22.0001 e 7089146-72.2022.8.22.0001 possuem as mesmas partes e, embora não se fale em conexão pelo mesmo pedido ou causa de pedir, neste caso entendo que é prudente o julgamento em conjunto das demandas para evitar decisões conflitantes, nos termos do art. 55, § 3º, do CPC, mormente porque o conflito instaurado envolve a comercialização de planos de saúde e as decisões podem gerar grande impacto social para as operadoras e para os consumidores.
Neste sentido, o parágrafo 3º do art. 55 do Código de Processo Civil nos diz que serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles. Assim, ainda que as causas não tenham o mesmo pedido, os fatos e fundamentos delas constantes são próximos, motivo pelo qual este processo deverá ser remetido ao Juízo da 5ª Vara Cível, tendo em vista que a ação nº 7089146-72.2022.8.22.0001 fora distribuída em 26/12/2022 e recebida em 29/12/2022, ao passo que a ação nº 7089723-50.2022.8.22.0001 fora distribuída posteriormente, em 30/12/2022.

Sobre o tema colaciono o seguinte julgado:
EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES - REUNIAO DAS AÇÕES. Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles, nos termos do art. 55, § 3ª, do CPC. (TJ-MG - CC: 10000190774158000 MG, Relator: José Américo Martins da Costa, Data de Julgamento: 05/12/2019, Data de Publicação: 13/12/2019) [grifo meu].
Ante o exposto, nos termos do art. 55, § 3º, do Código de Processo Civil, e diante da prevenção do Juízo da 5ª Vara Cível desta Comarca, determino a remessa deste feito àquele Juízo, registrando-se que eventual discordância daquele Juízo deverá ser manifestada via conflito negativo (CPC, art. 66, § único), a ser analisada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.
Proceda-se a redistribuição dos autos, com as baixas e anotações de estilo.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REU: AME VVIDA PLANOS DE SAUDE INTEGRADO LTDA
AUTOR: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7089718-28.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARQUES OLIVEIRA BARROS
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO838, ANDREIA COSTA AFONSO PIMENTEL, OAB nº RO4927A
REU: SIRQUEIRA PROMOTORA LTDA, BANCO PAN S.A.
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor: R$ 40.033,67
DECISÃO
Cuida-se de de Ação Declaratória de inexistência e inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e materiais com pedido de tutela antecipada por AUTOR: MARQUES OLIVEIRA BARROS em face de REU: SIRQUEIRA PROMOTORA LTDA, BANCO PAN S.A.
A parte requerente sustenta que o banco requerido está efetuado descontos indevidos de sua aposentadoria, referente aos contratos de empréstimo realizados de forma fraudulenta, sendo descontado duas parcelas no valor igual de R$ 323,99 (trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos) com a denominação de CONSIGNAÇÃO EMPRESTIMO BANCÁRIO e o valor de R$ 64,95 (sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a denominação de EMPRESTIMO SOBRE A RMC, totalizando o valor de R$ 712,93 (setecentos e doze reais e noventa e três centavos. Assevera que desconhece a contratação, e que foi surpreendido, com valores depositados em sua conta bancária junto ao Banco Bradesco no mês de AGOSTO/2022, sendo um no importe de R$ 11.956,20 (onze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), e outro no valor de R$ 11.956,56 (onze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), sem sua autorização, e que tais valores foram devolvidos para 2ª requerida conforme extratos anexados aos autos, sob a promessa de que não iria realizar tais descontos.
Ademais, relata que a 1ª requerida encaminhou um cartão de crédito, e que mesmo sem ter utilizado, recebeu uma fatura com a cobrança do valor de R$ 1953,69 (hum mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e nove centavos). Aduz que foi depositado em sua conta o valor de R$ 1771,00 (um mil setecentos e setenta e um reais) novamente sem sua autorização, e requereu autorização para o depósito judicial deste respectivo valor. Portanto, requer a tutela de urgência para o fim de que seja determinada a suspensão dos descontos por parte do demandado, uma vez que não contratou tal serviço, e que as requeridas se abstenham de incluir seu nome no cadastro de inadimplentes, até o deslinde final da ação.
Instruiu a inicial com os documentos que entendeu pertinentes.
É o sucinto relatório.
Consoante art. 300, caput, do Novo Código de Processo Civil, “A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3º, do CPC).
Pois bem. Os extratos juntados pelo requerente comprova a realização dos descontos , que supostamente, não foram contratados.
Diante disso, verifico que é necessária a concessão da medida acautelatória enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, uma vez que a manutenção dos descontos pode causar dano de maiores consequências ao autor, neste caso, consumidor.
A probabilidade do direito invocado também encontra-se evidenciada, eis ser comum a contratação de empréstimos mediante fraude.
Vale lembrar que a concessão da medida não se traduz em provimento irreversível, o que demonstra o cabimento do pedido, nos termos do art. 300, § 3º do CPC.
Nesse diapasão, o deferimento do pedido é a medida que se impõe.
No entanto, para que a liminar tenha efeito, necessário se faz que a parte autora deposite nos autos o valor que fora disponibilizado em sua conta, para que ao final seja determinada a melhor providência.

Com isso, fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias depositar nos autos o valor de R$ 1771,00 (um mil setecentos e setenta e um reais) .
Assim, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA de natureza antecipada.
Intime-se a parte requerida para que, no prazo de 05 (cinco) dias após a efetivação do depósito pela requerente, conforme alhures, suspenda os descontos sob quaisquer valores referentes ao contrato de empréstimo mencionados nos autos no benefício previdenciário da parte autora, sendo duas parcelas no valor igual de R$ 323,99 (trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos) com a denominação de CONSIGNAÇÃO EMPRESTIMO BANCÁRIO e o valor de R$ 64,95 (sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a denominação de EMPRESTIMO SOBRE A RMC, totalizando o valor de R$ 712,93 (setecentos e doze reais e noventa e três centavos), até o deslinde final da ação, sob pena de multa diária R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Considerando a natureza da causa, determino que a CPE designe audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC-CÍVEL.
Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência.
Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para providências.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Após, havendo contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Citação de:
REU: SIRQUEIRA PROMOTORA LTDA, PRESIDENTE VARGAS 00534, PAV 8 CENTRO - 20071-000 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, BANCO PAN S.A., AV. 7 DE SETEMBRO 508, INEXISTENTE CENTRO - 78900-005 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou de mediação; ou, no caso de desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 334, § 5º), deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição. Nos demais casos, o prazo iniciará a partir da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo (Art. 335, I, II, III, CPC). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à rua Padre Chiquinho 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7089766-84.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ARIOLINA DE LIMA OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIAN JOSE DE SOUSA DELGADO, OAB nº RO4600, JAQUELINE ARIADNE HASSAN RAMOS, OAB nº RO11693
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO DO REU: Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor: R$ 19.910,77
DECISÃO
Defiro à autora os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de ação de restituição de desconto indevido c/c reparação por danos materiais e morais com pedido de tutela provisória de urgência, proposta por AUTOR: ARIOLINA DE LIMA OLIVEIRA em face de REU: BANCO BMG S.A.
Afirma a autora que percebeu desconto desconhecido em seu contra cheque, e ao entrar em contado com o requerido, foi informada que o débito se tratava, na verdade, de um cartão de crédito consignado e que os valores descontados em seu contracheque, eram referentes ao mínimo da fatura do cartão de crédito, que em nada quitavam seu débito. E, mesmo após diversas tentativas de pacificação por inciativa da requerente, estas que restaram completamente infrutíferas, pois como demonstrado, os débitos consignados continuam a ser cobrados até hoje.
Ao final, pretende a parte autora, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, a suspensão dos descontos das parcelas referentes ao BMG CARTÃO. No mérito, requer a declaração de inexistência da relação jurídica entre as partes, restituindo-se os valores cobrados indevidamente, bem como condenando a empresa requerida ao pagamento de indenização por danos morais.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3º, CPC).
Entendo, in casu, que a probabilidade do direito está no fato de que a parte autora trouxe aos autos o contracheque referente aos descontos efetuados pelo banco réu. Por sua vez, o perigo de dano se evidencia pelos possíveis prejuízos que o desconto no salário do autor pode lhe causar.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, e determino a suspensão dos descontos no salário e que se abstenha de negativar o nome da parte autora, no prazo de 5 (cinco) dia, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 por desconto.
INTIME-SE O BANCO COM URGÊNCIA, para cumprimento desta determinação.
Considerando a natureza da causa, determino que a CPE designe audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC-CÍVEL.
Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência.
Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.

As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC), via DJe.
Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para providências.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Após, havendo contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
Citação de:
REU: BANCO BMG S.A., - 76801-018 - JUARA - MATO GROSSO
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou de mediação; ou, no caso de desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 334, § 5º), deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição. Nos demais casos, o prazo iniciará a partir da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo (Art. 335, I, II, III, CPC). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada Av. Jorge Teixeira, 1722, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7000093-46.2023.8.22.0001
Classe:Procedimento Comum Cível
Assunto: Liminar
AUTORES: DERLANE VALERIA ASSUNCAO PEREIRA NOGUEIRA, CALEBE PEREIRA NOGUEIRA
ADVOGADO DOS AUTORES: MATEUS NOGUEIRA DE CARVALHO, OAB nº RO9078
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 12.000,00
Despacho
A parte autora alegou que a hipossuficiência deve ser presumida por se tratar de menor impúbere, por não exercer atividade laboral ou meios de provento próprio.
Ocorre que o menor impúbere, é representado por seus genitores, de modo que cabe a este a comprovação acerca da hipossuficiência financeira para fins da concessão do benefício da gratuidade de justiça.
A simples afirmação da parte de que não possui condições financeiras de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal.
Diante disso, determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência do núcleo familiar, incluindo seus rendimentos, declaração de imposto de renda e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas. No prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos em emendas.
Intime-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7089848-18.2022.8.22.0001
Assunto: Rescisão / Resolução
Classe: Procedimento Comum Cível
autor : ALEX BARBOSA CABRAL
ADVOGADOS DO AUTOR: JEOVAL BATISTA DA SILVA, OAB nº RO5943, MARIVALDO BATISTA DOS PASSOS, OAB nº RO3837
equerido GABRIEL CASTELO BRANCO BARRETO COSTA.
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 190.000,00
DESPACHO

Indefiro o pedido de segredo de justiça, pois não há motivos legais para que este tramite em sigilo. Retire-se a anotação dos autos.
Trata-se de Rescisão de contrato cumulada com Busca e Apreensão formulado pelo autor ALEX BARBOSA CABRAL com fundamento em inadimplência do contrato, proposta em face do requerido GABRIEL CASTELO BRANCO BARRETO COSTA.
O requerente informou que vendeu ao requerido o automóvel, CAMINHONETE CHEVROLET/S10 MID DD4A, ano de fabricação 2019, cor preta, de placa PHU2H47, chassi 9BG1483K0KC444573, RENAVAN 01196682809, no valor de R$ 190.000,00(cento e noventa mil reais), sendo dado um sinal no importe de R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais) e o restante do pagamento, a quantia de R$ 165.000,00(cento e sessenta e cinco mil reais) seria adimplido no dia 06/10/2022 , conforme contrato juntado nos autos.
Discorre que o veículo foi entregue ao requerido na data de assinatura do contrato (29/09/2022) e que o mesmo não cumpriu com o pactuado, estando inadimplente com a parcela que seria paga no dia 06/10/2022.
Por isso requereu antecipação de tutela para busca e apreensão do veículo CAMINHONETE CHEVROLET/S10 MID DD4A, ano de fabricação 2019, cor preta, de placa PHU2H47, chassi 9BG1483K0KC444573, RENAVAN 01196682809o CAMINHONETE CHEVROLET/S10 MID DD4A, ano de fabricação 2019, cor preta, de placa PHU2H47, chassi 9BG1483K0KC444573, RENAVAN 01196682809 a ser cumprida no endereço, avenida OCTÁVIO JOSE DOS SANTOS, N.º 4486, RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS, VILHENA/RO, CEP 76980-656, entregando o veículo ao autor. E no mérito a procedência dos pedidos da inicial para rescindir o contrato e aplicação das penalidades contratuais.
Decido.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC).
Em se tratando de tutela de urgência de natureza cautelar, pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito (art. 301, CPC).
No caso, a probabilidade do direito sustentado pela parte autora é extraída da relação negocial estabelecida - contrato de compra e venda e notificação extrajudicial anexados aos autos. O art. 475 do Código Civil diz que a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato. Neste caso, a consequência jurídica seria a do restabelecimento das partes ao estado anterior.
O perigo de dano, por outro lado, decorre da possibilidade de perda do bem e de agravamento da situação de desvantagem do vendedor/Autor, além do risco inerente à revenda para terceiros, o que trará ainda maior transtorno à resolução do litígio.
Portanto, defiro liminarmente a busca e apreensão do veículo CAMINHONETE CHEVROLET/S10 MID DD4A, ano de fabricação 2019, cor preta, de placa PHU2H47, chassi 9BG1483K0KC444573, RENAVAN 01196682809o CAMINHONETE CHEVROLET/S10 MID DD4A, ano de fabricação 2019, cor preta, de placa PHU2H47, chassi 9BG1483K0KC444573, RENAVAN 01196682809 a ser cumprida no endereço, avenida OCTÁVIO JOSE DOS SANTOS, N.º 4486, RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS, VILHENA/RO, CEP 76980-656. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou quem ele venha a indicar, mediante o compromisso.
Quando da busca e apreensão, requisito ao OFICIAL DE JUSTIÇA o registro do bem, mediante fotografia, para confirmação das circunstâncias atuais em que se encontram.
Considerando a natureza da causa, determino que a CPE designe audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC-CÍVEL.
Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência.
Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.
Após cumprida a Liminar, Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC), via DJe.
Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para providências.

As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Após, havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, intime-se as partes para produção de provas, no prazo comum de 05 (cinco) dias.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REQUERIDO: GABRIEL CASTELO BRANCO BARRETO COSTA, avenida OCTÁVIO JOSE DOS SANTOS, N.º 4486, RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS, VILHENA/RO, CEP 76980-656
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7089260-11.2022.8.22.0001
Assunto: Fornecimento de medicamentos, Padronizado, Oncológico
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALDECIR MARTINS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO ADRIANO MASCARELLO, OAB nº SC25123
REU: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 63.710,61
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, proposta por VALDECIR MARTINS DA SILVA em face de UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA.
Presentes os requisitos legais, recebo a petição inicial.
Narra a parte autora, em síntese, que é paciente com carcinoma de parótida esquerda e necessita dos medicamentos Trastuzumabe e Pertuzumabe, conforme descrito no relatório médico.
O autor é beneficiário de Plano de Saúde administrado pela ré, mas demonstra que a cobertura de tratamento foi negada ao argumento de que o medicamento não faz parte do rol da ANS.
Aduz que os últimos exames demonstram progressão da doença e o medicamento prescrito possui a melhor taxa de resposta, menor probabilidade de eventos adversos, com o intuito de propiciar ganho de sobrevida, conforme receituário médico.
Solicitado Nota Técnica ao NatJus-RO, sobreveio juntada do documento no ID 85544992.
Decido.
Para a concessão da tutela provisória de urgência de natureza antecipada, nos termos do art. 300 do CPC, mostra-se indispensável à comprovação de elementos que evidenciem a probabilidade do direito invocado pelo autor, somado ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, tem-se como probabilidade do direito, o convencimento do juiz pelos argumentos e indícios de prova colacionados aos autos que demonstram a plausibilidade do direito invocado pelo requerente.
Quanto ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é a necessidade de se proteger o direito invocado de forma imediata, porquanto, do contrário, nada adiantará uma proteção futura em razão do perecimento de seu direito.
A intervenção judicial se justifica em razão da violação de um direito subjetivo do paciente de obter atendimento de saúde compatível com o seu estado e condição de saúde.
O autor ingressou em juízo objetivando que seja a ré compelida a custear o tratamento lhe foi prescrito, com o fornecimento dos medicamentos TRASTUZUMABE e PERTUZUMABE como único tratamento a ser realizado, o qual foi negado pela operadora de saúde por não integrar o rol da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sendo vedado o fornecimento de medicamento, não coberto pelo plano de saúde.
Ocorre que o contrato de plano de saúde celebrado entre as partes submete as normas do Código de Defesa do Consumidor (súmula 469 do STJ) e, portanto, deve ser interpretado de maneira mais favorável ao consumidor, conforme preceitua os art. 47 e 51 do CDC.
Neste sentido, é importante ressaltar que a boa-fé objetiva é postulado básico no qual se norteia todo o ordenamento jurídico, especificamente o ramo do Direito dos Contratos, dispondo o art. 422 do Código Civil que as partes são obrigadas a guardar, em todas as fases da contratação, os princípios da probidade e da boa-fé.
O contrato de plano de saúde vincula a operadora de saúde a prestar todo o serviço necessário e indispensável à manutenção da vida do consumidor, sendo certo que a dignidade da pessoa humana encontra-se prevista na Constituição Federal como princípio fundamental (art. 1º, III).
Ainda, vale ressaltar que é aplicável ao ordenamento jurídico pátrio o princípio do pacta sunt servanda. Contudo, este não se pode sobrepor à boa-fé contratual, inclusive ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Analisando a especificidade do quadro de saúde autor, o médico responsável pelo seu tratamento, prescreveu os medicamentos Trastuzumabe e Pertuzumabe como meio e mais eficaz do caso do autor.
Desta maneira, comprovada a prova inequívoca do direito do autor a ensejar a probabilidade do direito por ele invocado, somado ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC), entendo que o pedido de tutela de urgência merece ser acolhido.
Nesse sentido:
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PLANO DE SAÚDE - TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA - ART. 300 DO NCPC - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA TRATAMENTO DE CÂNCER - TRASTUZUMABE E PERTUZUMABE. 1. Para a concessão da tutela provisória de urgência de natureza antecipada, nos termos do art. 300 do NCPC, mostra-se indispensável a comprovação de elementos que evidenciem a probabilidade do direito invocado pelo autor, somado ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Comprovada a probabilidade do direito invocado na forma do laudo médico que atestou a necessidade e a indicação do medicamento para o tratamento do câncer de glândula salivar da autora, somado ao perigo de dano e ao risco ao resultado útil do processo advindo da gravidade da doença e dos riscos da não realização do tratamento, nos termos do art. 300 do CPC/15, possível o deferimento da tutela provisória de urgência. 3.Recurso conhecido e não provido.
(TJ-MG - AI: 10000210194791001 MG, Relator: Shirley Fenzi Bertão, Data de Julgamento: 28/04/2021, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/04/2021)
Ainda, com o objetivo de prestar a tutela jurisdicional de forma efetiva e amparada em informações técnicas com base em evidência científica, este Juízo solicitou parecer técnico do Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NatJus) cujo parecer encontra-se acostado no ID 85544992.
Observa-se que o referido parecer considerou a demanda como JUSTIFICADA. De acordo com o parecer, embora o caso de saúde não se enquadre especificamente no conceito de urgência e emergência, a nota técnica pontuou que o paciente apresenta diagnóstico de câncer de parótida localmente avançado, metastático e com recorrência após algumas linhas de tratamento, sendo certo que as evidências científicas demostraram ganho na sobrevida livre de progressão e na sobrevida global com a associação de trastuzumabe e pertuzumabe.
Desta maneira, considerando ainda a orientação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) para a incorporação do pertuzumabe associado ao trastuzumabe para a quimioterapia paliativa de pacientes com carcinoma de mama com superexpressão de HER2 e metástase(s) visceral(ais) que não exclusivamente cerebral, como é o caso do paciente requerente que possui metástase óssea importante, observa-se que os argumentos da inicial se revelam verossímeis ante a conclusão do médico parecerista do NatJus.
Pelo exposto, tenho por atendidos os pressupostos autorizadores da medida de urgência, porquanto, em síntese, há elementos suficientes de convicção - verossimilhança - relativamente à necessidade e imprescindibilidade dos tratamentos prescritos e, ainda, o evidente risco à saúde do paciente se a providência vindicada for postergada para momento ulterior.
DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado por VALDECIR MARTINS DA SILVA, para determinar que a requerida, no prazo 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta decisão, forneça ao autor tratamento necessário e recomendado, disponibilizando os medicamentos TRASTUZUMABE 67MG/KG e PERTUZUMABE 420MG, conforme recomendação médica.
Ainda, posteriormente, deverá continuar a fornecer os fármacos acima mencionados, sucessivamente, a cada 21 (vinte e um) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Intime-se com urgência o requerido, por meio de oficial(a) plantonista.
Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR-CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, e com previsão de prorrogação do período de afastamento social, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, e o Provimento da Corregedoria nº 18/2020, publicado no DJe de 25/05/2020, as audiências da unidade jurisdicional, serão realizadas por videoconferência.
Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pela conciliadora e assinado eletronicamente pelos advogados.
Cite-se a parte requerida conforme despacho inicial, destacando que o prazo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir do dia seguinte da audiência de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para providências.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Após, havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
Citação de:
REU: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência de conciliação ou de mediação; ou, no caso de desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 334, § 5º), deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição. Nos demais casos, o prazo iniciará a partir da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo (Art. 335, I, II, III, CPC). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à rua Padre Chiquinho 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089631-72.2022.8.22.0001
Pagamento, Prestação de Serviços
AUTOR: RADIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ nº 04387825000161
ADVOGADOS DO AUTOR: LOREN GISELE DE LIMA NICACIO, OAB nº AM5211, LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL, OAB nº AM8044, FREDSON VINICIUS ROSSETTI DE MENDONCA, OAB nº AM15241
REU: IMUNIZADORA COMBATE LTDA - EPP, CNPJ nº 07529101000101, ABUNA 1784, - DE 1750 A 2134 - LADO PAR SAO JOAO BOSCO - 76803-750 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em diligência ao sistema de controle de custas, não se verifica nenhuma guia ou boleto pago vinculado ao feito, conforme consulta juntada a seguir.
Assim, defiro o prazo de 15 dias, para que a parte exequente realize o pagamento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089438-57.2022.8.22.0001
Benfeitorias
AUTOR: PORTOSOFT, CNPJ nº 84646934000195
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA, OAB nº RO9117, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303, PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923
REU: PORTO VELHO SHOPPING S.A, CNPJ nº 08781731000123, AVENIDA RIO MADEIRA 3288, - DE 2784 A 3298 - LADO PAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-408 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em diligência ao sistema de controle de custas, não se verifica nenhuma guia ou boleto pago vinculado ao feito, conforme consulta juntada a seguir.
Assim, defiro o prazo de 15 dias, para que a parte exequente realize o pagamento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7089374-47.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: DIEGO LUIZ MEDEIROS PEREIRA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON DOS SANTOS MENDES, OAB nº RO6548
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de ação obrigação de fazer c/c pedido de antecipação de tutela para que a parte requerida proceda a religação do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte autora. Narra nos autos que, sob a alegação de que a unidade consumidora tem débitos pretéritos no nome de JH COSTA ALVES ME, a requerida se recusa a realizar a religação da unidade consumidora, agora locada pelo autor. Diz ser comerciante e que desde 29/11/2022 vem tentando administrativamente a resolução do problema para a inauguração de sua loja, mas até a presente data não obteve êxito. Afirma não ser possível repassar para ele, novo locatário do imóvel, dívida anterior de energia, a qual não cooperou para sua existência. Requer assim, que seja determinada a imediata ligação e fornecimento de energia na UC 20/4825, determinando ainda a proibição de suspensão de corte de energia por débitos pretéritos.
Passo a analisar o pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3°, CPC).
No caso em análise, em um exame preliminar, verifica-se a presença dos requisitos para a sua concessão. A probabilidade de direito consubstancia-se pela documentação juntada. A parte autora trouxe elementos que indicam que o débito discutido não foi produzido pelo autor, mas refere-se a locação anterior do imóvel.
Quanto ao risco ou perigo de dano, também é possível visualizá-lo, pois trata-se de locação comercial, não podendo inaugurar sua atividade sem que haja luz na unidade.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada a fim de que a requerida:
a) PROCEDA A RELIGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA(s) UNIDADE(s) CONSUMIDORA(s) do autor;
b) SE ABSTENHA de proceder novo corte no fornecimento de energia se referentes a débitos anteriores e que produzidos pelo autor.
Desde já esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até julgamento final do processo, pois afastada provisoriamente a exigibilidade da fatura em discussão nestes autos. Significa que a parte autora deve realizar o pagamento das faturas de energia vencidas e vincendas não abrangidas por esta decisão.
Em tempo: Como se trata de ação na qual a parte requerida é a empresa Energisa, a Resolução n. 214/2021-TJRO estabelece em seu art. 2º que:
Art. 2º A escolha do Núcleo de Justiça 4.0 pela parte autora é facultativa, de caráter irretratável, e deverá ser exercida no momento da distribuição da ação. (Nova Redação Resolução n. 246/2022)
§ 1º Havendo oposição da parte ré, desde que expressa na primeira oportunidade de manifestação, o processo será redistribuído para o juízo competente.
§ 2º Ressalvada a incompetência do Núcleo, não havendo oposição do(a) demandado(a) na forma dos parágrafo anterior, o negócio jurídico processual se aperfeiçoará, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil.
§ 3º A distribuição dos processos de competência do Núcleo de Justiça 4.0, entre os(as) juízes(as) que o integram, far-se-á automaticamente pelo sistema processual, de forma equânime e aleatória.
§ 4° Os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse. (Incluído pela Resolução n. 246/2022)
Assim, fica a parte autora intimada a dizer se pretende a remessa do feito para o Núcleo Energisa. Prazo de 5 dias, sob pena de prosseguimento do feito neste Juízo.
Caso pretenda a remessa para o Núcleo de Justiça, apesar da parte autora não ter optado pelo Juízo 100% Digital, segundo o §2º do art. 1º da RESOLUÇÃO No 385, DE 6 DE ABRIL DE 2021 "§ 2º Ressalvadas as disposições em contrário previstas neste ato normativo, nos "Núcleos de Justiça 4.0" tramitarão apenas processos em conformidade com o "Juízo 100% Digital", entretanto, não consta da petição inicial as informações exigidas pelos §§1º e 2º, art. 2º do Regulamento nº. 014/2022, vide:
Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
§ 1º Na propositura da ação informar-se-á obrigatoriamente e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, da parte requerente e de seu(sua) advogado(a).

§ 2º É ônus da parte requerente o fornecimento de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, que permita a localização da parte requerida por via eletrônica.
Assim, caso pretenda o prosseguimento do feito no Núcleo de Justiça, fica a parte autora intimada a trazer aos autos as informações que viabilizem a tramitação do feito na modalidade digital (endereço eletrônico e número de telefone da partes).
3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089659-40.2022.8.22.0001
Alienação Fiduciária
AUTOR: A. D. C. N. H. L., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
REU: S. E. T. B. D. S., CPF nº 01991839294, R TUCUMA 3038, FINAL DA RUA NACIONAL - 76802-150 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em diligência ao sistema de controle de custas, não se verifica nenhuma guia ou boleto pago vinculado ao feito, conforme consulta juntada a seguir.
Assim, defiro o prazo de 15 dias, para que a parte exequente realize o pagamento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089789-30.2022.8.22.0001
Rescisão / Resolução, Despejo por Denúncia Vazia
AUTOR: LYDIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS EIRELI - EPP, CNPJ nº 06133162000184, AVENIDA CARLOS GOMES 2259, - DE 1879 A 2349 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-037 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VIRGILIO SANTOS PEREIRA, OAB nº SP358608
REU: GILMAR SANTANA LIMA, CPF nº 35089466220, RUA DUQUE DE CAXIAS 2250, - DE 1920/1921 A 2349/2350 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-042 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JHONATAN GOMES LIMA, CPF nº 01730721273, RUA DUQUE DE CAXIAS, - DE 1920/1921 A 2349/2350 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-042 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em diligência ao sistema de controle de custas, não se verifica nenhuma guia ou boleto pago vinculado ao feito, conforme consulta juntada a seguir.
Assim, deve a CPE certificar se houve ou não o pagamento das custas, verificando a possibilidade de vincular aos autos eventual guia de custas avulsa já expedida/paga.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Processo nº 0023427-49.2014.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ERCILDO SOUZA ARAUJO, CPF nº 68107714253, RUA ALFREDO NELSON 1774, - DE 8834/8835 A 9299/9300 AGENOR DE CARVALHO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LAURA MARIA BRAGA ARARUNA, OAB nº RO3730, JOSE ADEMIR ALVES, OAB nº RO618A
EXECUTADO: EDWYRLEN ALAN MORAIS LOPES, CPF nº 98029860200, AVENIDA RIO MADEIRA 3444, - DE 5168 A 5426 - LADO PAR NOVA ESPERANÇA - 76821-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: EDILSON ALVES DE HUNGRIA JUNIOR, OAB nº AC5002, FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência incidental trazida aos autos pelo executado (id n. 85529100) no qual requer a retirada de todas as restrições impostas apela Decisão de id n. 73810803 - suspensão da CNH, cancelamento dos cartões de crédito e recolhimento do passaporte - tendo em vista a decisão no AI n. 0802948-24.2022.8.22.0000 que determinou o sobrestamento do presente processo em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça na ProAfR no REsp 1955539/SP, em 29/03/2022 (Tema 1137), a qual determinou a suspensão de todos os processos em território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC, que versem sobre a possibilidade ou não de adoção de meios executivos atípicos (art. 139, IV, do CPC). Afirma que a parte exequente já concordou com a suspensão do processo, o que impõem a revogação das medidas executórias atípicas.

Pois bem.
De fato, há notícia nos autos da determinação do sobrestamento do processo e já houve consulta ao exequente, que anuiu com a suspensão (id n. 84041725) sem, no entanto, concordar com a revogação das medidas atípicas anteriormente aplicadas. A suspensão da execução significa paralisar o processo no estado em que se encontra e a afetação superveniente do STJ não prejudica o que já foi deferido.
Compulsando os autos, verifico que o processo tramita desde 2014 buscando a quitação do débito, tendo sido esgotadas todas as medidas típicas para a efetividade da execução. A par disso, temos que o pedido de suspensão e revogação das medidas atípicas deferidas na decisão de id n. 73810803, não foi acompanhado nem mesmo de uma proposta de pagamento pelo executado.
Assim, para que haja a revogação dos meios executivos atípicos, deve o exequente manifestar-se expressamente sobre a questão. Deste modo, intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre o pedido contido na petição de id n. 85529100. Após, retorne os autos conclusos para sua suspensão.
Porto Velho , 3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7089264-48.2022.8.22.0001
Alienação Fiduciária
AUTOR: B. B. S., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
REU: N. D. S. -. M., CNPJ nº 05029022000106, AVENIDA RIO MADEIRA 5476, - DE 5434 A 5568 - LADO PAR NOVA ESPERANÇA - 76822-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
Defiro liminarmente a medida. Expeça-se mandado/carta precatória de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora, ressalvando a necessidade de prévio pagamento de eventuais taxas administrativas perante o DETRAN. Segue anexo comprovante de minuta de restrição do veículo, via Renajud.
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação (artigo 3º, § 3º do Decreto-Lei n. 911/69).
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO / DE BUSCA E APREENSÃO / DE AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7089264-48.2022.8.22.0001 REU: N. D. S. -. M., CNPJ nº 05029022000106, AVENIDA RIO MADEIRA 5476, - DE 5434 A 5568 - LADO PAR NOVA ESPERANÇA - 76822-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089443-79.2022.8.22.0001
Despejo por Denúncia Vazia
AUTOR: CELSO LUIZ GONCALVES RIBEIRO, CPF nº 01590915860, AVENIDA RIO DE JANEIRO 4150, 206 NOVA PORTO VELHO - 76820-050 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545A
REU: BRUNA DE OLIVEIRA, CPF nº 01706894252, RUA CALCÁRIO 4474 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-694 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, IRACI MENDONCA DE OLIVEIRA, CPF nº 68245009920, AVENIDA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 3902, - DE 3352 A 3902 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-148 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CHURRASCARIA BOI NA BRASA LTDA - EPP, CNPJ nº 07036921000153, AVENIDA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 3902, - DE 3352 A 3902 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-148 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de controle de custas, a guia emitida para o presente feito ainda está pendente de pagamento, conforme consulta em anexo.
Fica a parte autora intimada a recolher as custas iniciais, comprovando o seu recolhimento, no prazo de 15 dais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089492-23.2022.8.22.0001
Alienação Fiduciária
AUTOR: B. I. S., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: L. E. D. S., CPF nº 20358393272, RUA MURICI 1210, - DE 1150/1151 AO FIM COHAB - 76808-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de controle de custas, a guia emitida para o presente feito ainda está pendente de pagamento, conforme consulta em anexo.
Fica a parte autora intimada a recolher as custas iniciais, comprovando o seu recolhimento, no prazo de 15 dais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089626-50.2022.8.22.0001
Pagamento, Prestação de Serviços
AUTOR: RADIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ nº 04387825000161
ADVOGADOS DO AUTOR: LOREN GISELE DE LIMA NICACIO, OAB nº AM5211, LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL, OAB nº AM8044, FREDSON VINICIUS ROSSETTI DE MENDONCA, OAB nº AM15241
REU: R & R COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, CNPJ nº 11844377000143, RUA VÍCTOR FERREIRA MANAHIBA 776, - ATÉ 1047/1048 AGENOR DE CARVALHO - 76820-236 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em diligência ao sistema de controle de custas, não se verifica nenhuma guia ou boleto pago vinculado ao feito, conforme consulta juntada a seguir.
Assim, defiro o prazo de 15 dias, para que a parte exequente realize o pagamento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089836-04.2022.8.22.0001
Prestação de Serviços
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER, AV BENJAMIN CONSTANT 308, - DE 107/108 A 393/394 ARIGOLÂNDIA - 76801-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL, OAB nº RO2894, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ELISSAMIA GUIMARAES JOHNSON, CPF nº 69100578215, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 1924, - DE 1765/1766 A 2047/2048 EMBRATEL - 76820-852 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de controle de custas, a guia emitida para o presente feito ainda está pendente de pagamento, conforme consulta em anexo.
Fica a parte autora intimada a recolher as custas iniciais, comprovando o seu recolhimento, no prazo de 15 dais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7089832-64.2022.8.22.0001
Prestação de Serviços
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER, AV BENJAMIN CONSTANT 308, - DE 107/108 A 393/394 ARIGOLÂNDIA - 76801-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL, OAB nº RO2894, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: FRANCISCO CHAGAS DA SILVA ARAUJO, CPF nº 11336641215, RUA GONÇALVES DIAS 815, - DE 648/649 AO FIM OLARIA - 76801-234 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de controle de custas, a guia emitida para o presente feito ainda está pendente de pagamento, conforme consulta em anexo.
Fica a parte autora intimada a recolher as custas iniciais, comprovando o seu recolhimento, no prazo de 15 dais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho3 de janeiro de 2023
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7003214-87.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: L. M. A. D. A.
Advogados do(a) AUTOR: MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA - RO0004646A, LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA - RO6666
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
INTIMAÇÃO AUTOR
Considerando a existência de dívida ativa cadastrada nos autos fica a parte AUTORA intimada pra comprovar ou se manifestar acerca da emissão e pagamento efetuado mediante emissão de DARE perante a SEFIN, no prazo de 05 dias.

7ª VARA CÍVEL

Processo n. 7089594-45.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI, OAB nº DF45443, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: MARIA MAZZARELLO VILLAR DA COSTA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 15.313,52
Data da distribuição: 29/12/2022
DECISÃO

O caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. Exclua-se o segredo de justiça do cadastro do processo.
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se a decisão:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. ajuizou ação de busca e apreensão contra MARIA MAZZARELLO VILLAR DA COSTA, ambos qualificados no processo, pretendendo a busca e apreensão do veículo Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL KITVIII G5 1.6 8V, Ano: 2011, Cor: VERMELHA, Placa: NCW6556, Renavam: 00334698138, Chassi: 9BWAB05U0CP037058. Alega a parte autora que, em 24/09/2020, celebrou contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária com a parte requerida, comprometendo-se esta a pagar o valor em 48 parcelas de R$ 749,61. Sustenta, entretanto, que a parte requerida deixou de pagar as prestações a partir de 24/10/2022. Informou que o débito atual monta em R$ 15.313,52. Requer a busca e apreensão liminar e, no caso da parte requerida não pagar a totalidade do débito com os consectários legais, que se consolide a sua posse e propriedade plena e exclusiva do bem.
Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do veículo Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL KITVIII G5 1.6 8V, Ano: 2011, Cor: VERMELHA, Placa: NCW6556, Renavam: 00334698138, Chassi: 9BWAB05U0CP037058. O bem deverá ser depositado em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
Cite-se e intime-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, pagar a integralidade do débito indicado pelo credor, mais honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e a restituir as custas iniciais despendida pela parte autora.
Cinco dias após apreendido o veículo, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da parte autora (§1º, art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969).
Havendo pagamento dos itens acima, intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao depósito.
A parte autora concordando com o valor depositado deverá restituir o veículo à parte requerida livre de ônus.
Não havendo concordância da parte autora quanto ao valor depositado, intime-se a parte requerida para manifestar-se, em 05 (cinco) dias, após venha o processo concluso para julgamento.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreensão do veículo, a parte requerida poderá apresentar defesa formal por advogado, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (§§3º e 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969 e art. 344 do CPC).
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
Segue o bloqueio judicial do veículo, restrição de circulação, realizado por meio do sistema RENAJUD (§9º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69).
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO E CITAÇÃO.
Determino ao Oficial de Justiça que proceda a inspeção e avaliação do bem e cientifique eventuais avalistas.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: REU: MARIA MAZZARELLO VILLAR DA COSTA, CPF nº 34848169291, RUA QUINZE DE SETEMBRO 2041 CASTANHEIRA - 76811-550 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7089634-27.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA
ADVOGADOS DO AUTOR: KARINE NUNES MARQUES, OAB nº PI9508, OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR, OAB nº DF47761
REU: M J DA SILVA SABOIA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.673,84
Data da distribuição: 29/12/2022
DECISÃO
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. As custas devem ser recolhidas no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, na forma da primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas cumpra-se a decisão a seguir:
CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA, ajuizou ação de reintegração de posse com pedido liminar em face de M J DA SILVA SABOIA LTDA, ambos qualificados nos autos em epígrafe. Alegou que firmou com o requerido contratos de comodatos de 10 GARRAFEIRAS DE 24 GARRAFAS 300ML, 240 GARRAFAS 300ML RETORNÁVEIS e 1 VISA COOLER ITAIPAVA 08CX 110V. Em 17/06/2022 o requerido foi notificado das rescisões contratuais e com isso deveria em 72 horas proceder com a devolução dos referidos bens. Porém apesar de notificado para proceder com a devolução dos bens móveis até o momento assim não realizou. Discorreu sobre a multa em decorrência do descumprimento do contrato, o esbulho possessório, o aluguel dos bens comodatados até a data da efetiva entrega. Por fim, requereu a concessão de liminar para expedição de mandado de reintegração de posse sobre os referidos bens. Apresentou documentos.

É a síntese necessária.
A matéria do Comodato, como espécie contratual de empréstimo que representa, está disciplinada pelo Código Civil, a partir do artigo 579.
É, portanto, o contrato unilateral, a título gratuito, pelo qual se entrega a outra coisa infungível, para ser usada temporariamente e depois restituída.
Ora, é exatamente isto que se pretende ver confirmado através da presente medida: a restituição da posse direta dos bens móveis ao seu proprietário em decorrência da rescisão contratual, durante o qual os bens permanecem sob a posse legítima da Requerido.
No entanto, após a rescisão do contrato de comodato e por consequência a não restituição dos bens ao Autor, a posse da parte Requerido que era legítima passou a ser precária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
O contrato de comodato das garrafeiras, garrafas e visa cooler itaipava se encontram digitalizados nos ID n.85533886, onde se constata previsão de rescisão por descumprimento de qualquer cláusula, mediante prévia e expressa notificação no prazo mínimo de 24 horas, vislumbra-se que em 17/06/2022 o requerido foi notificado para efetuar a devolução dos bens em 72 horas e assim não o fez. Assim, a probabilidade do direito restou documentalmente provado que o requerido age de forma abusiva quando, ao ser solicitado, recusou-se a entregar os bens que são de propriedade da autora e estavam consigo a título de comodato.
O perigo de dano pode ser evidenciado em manter os bens móveis na posse da parte requerida de forma ilegítima, destaca-se que a posse precária, uma das espécies de posse injusta, é a que resulta de um abuso de confiança da pessoa que recebeu a coisa para restituí-la oportunamente e se recusa, abusivamente, a entregá-la, como era de seu dever. Exatamente por resultar de um vício, um abuso, a posse precária torna-se inoperante em relação à pessoa de quem foi usurpada e não merece proteção legal.
E no caso em apreço,
Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Assim, a tutela de urgência deve ser deferida.
Ante o exposto, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR para determinar a reintegração de posse dos móveis indicados na petição inicial de ID n. 85533879, quais sejam:
- 240 GARRAFAS 300ML RETORNÁVEIS;
- 10 GARRAFEIRAS DE 24 GARRAFAS 300ML;
- 1 VISA COOLER ITAIPAVA 08CX 110V.
Desde já fica autorizado, em caso de necessidade constatada pelo Oficial(a) de Justiça, o reforço policial e arrombamento de portões, portas e janelas.
Frisa-se que a parte autora deve acompanhar a diligência e a fornecer todos os meios para a devida remoção dos bens reintegrados.
Ademais, designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador, na sede do CEJUSC, localizada na Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria, 9º andar. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado.
Considerando o Ato Conjunto n. 023/2020-PR-CJG do Tribunal de Justiça de Rondônia, a citação da requerida será realizada por meio eletrônico, nos termos do inciso V do art. 246 do CPC.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 1: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Dados da parte requerida: REU: M J DA SILVA SABOIA LTDA, BENEDITO INOCENCIO 6270, - DE 5882 A 6364 - LADO PAR TRES MARIAS - 76812-590 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7089734-79.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: CLEIDENILSON AVELAR
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 93.796,04

Data da distribuição: 30/12/2022
DECISÃO
O caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. Exclua-se o segredo de justiça do cadastro do processo. Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016. Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se a decisão:
AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A ajuizou ação de busca e apreensão contra CLEIDENILSON AVELAR, ambos qualificados no processo, pretendendo a busca e apreensão do veículo- Marca: CHERY, Modelo: TIGGO 8 TXS 1.6 TURB, Ano/Modelo: 2021, Cor: Branca, Placa: OXL6H83, Chassi: 95PDCM61DNB006055, Renavam: 001270684334. Alega a parte autora que, em 21/06/2021, celebrou contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária com a parte requerida, comprometendo-se esta a pagar o valor em 48 parcelas de R$ 3.734,34. Sustenta, entretanto, que a parte requerida deixou de pagar as prestações a partir de 22/10/2022. Informou que o débito atual monta em R$ 93.796,04. Requer a busca e apreensão liminar e, no caso da parte requerida não pagar a totalidade do débito com os consectários legais, que se consolide a sua posse e propriedade plena e exclusiva do bem.
Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do veículo- Marca: CHERY, Modelo: TIGGO 8 TXS 1.6 TURB, Ano/Modelo: 2021, Cor: Branca, Placa: OXL6H83, Chassi: 95PDCM61DNB006055, Renavam: 001270684334. O bem deverá ser depositado em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
Cite-se e intime-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, pagar a integralidade do débito indicado pelo credor, mais honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e a restituir as custas iniciais despendida pela parte autora.
Cinco dias após apreendido o veículo, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da parte autora (§1º, art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969).
Havendo pagamento dos itens acima, intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao depósito.
A parte autora concordando com o valor depositado deverá restituir o veículo à parte requerida livre de ônus.
Não havendo concordância da parte autora quanto ao valor depositado, intime-se a parte requerida para manifestar-se, em 05 (cinco) dias, após venha o processo concluso para julgamento.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreensão do veículo, a parte requerida poderá apresentar defesa formal por advogado, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (§§3º e 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969 e art. 344 do CPC).
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
Segue o bloqueio judicial do veículo, restrição de circulação, realizado por meio do sistema RENAJUD (§9º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69).
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO E CITAÇÃO.
Determino ao Oficial de Justiça que proceda a inspeção e avaliação do bem e cientifique eventuais avalistas.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: REU: CLEIDENILSON AVELAR, CPF nº 68912641204, RUA DAS ANDORINHAS 2628 COSTA E SILVA - 76803-530 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7089774-61.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: JOANA BARBOSA ARAUJO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 19.766,62
Data da distribuição: 30/12/2022
DECISÃO
O caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. Exclua-se o segredo de justiça do cadastro do processo. Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016. Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se a decisão:
BANCO ITAUCARD S.A. ajuizou ação de busca e apreensão contra JOANA BARBOSA ARAUJO, ambos qualificados no processo, pretendendo a busca e apreensão do veículo- Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL COMFORTLINE URBA, Ano: 2018, Cor: VERMELHA, Placa: NDP2571, RENAVAM: 1145987033 e CHASSI: 9BWAG45U3JT123431. Alega a parte autora que, em 02/03/2018, celebrou contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária com a parte requerida, comprometendo-se esta a pagar o valor em 60 parcelas de R$ 1.258,91 (contrato ID n. 85548234). Sustenta, entretanto, que a parte requerida deixou de pagar as prestações a partir de XXX. Informou que o débito atual monta em R$ 02/06/2022. Requer a busca e apreensão liminar e, no caso da parte requerida não pagar a totalidade do débito com os consectários legais, que se consolide a sua posse e propriedade plena e exclusiva do bem.

Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do veículo- Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL COMFORTLINE URBA, Ano: 2018, Cor: VERMELHA, Placa: NDP2571, RENAVAM: 1145987033 e CHASSI: 9BWAG45U3JT123431. O bem deverá ser depositado em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
Cite-se e intime-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, pagar a integralidade do débito indicado pelo credor, mais honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e a restituir as custas iniciais despendida pela parte autora.
Cinco dias após apreendido o veículo, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da parte autora (§1º, art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969).
Havendo pagamento dos itens acima, intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao depósito.
A parte autora concordando com o valor depositado deverá restituir o veículo à parte requerida livre de ônus.
Não havendo concordância da parte autora quanto ao valor depositado, intime-se a parte requerida para manifestar-se, em 05 (cinco) dias, após venha o processo concluso para julgamento.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreensão do veículo, a parte requerida poderá apresentar defesa formal por advogado, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (§§3º e 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969 e art. 344 do CPC).
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
Segue o bloqueio judicial do veículo, restrição de circulação, realizado por meio do sistema RENAJUD (§9º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69).
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO E CITAÇÃO.
Determino ao Oficial de Justiça que proceda a inspeção e avaliação do bem e cientifique eventuais avalistas.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: REU: JOANA BARBOSA ARAUJO, CPF nº 38635291204, R DA BEIRA 100 VELHA JACY - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7035688-82.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
EXECUTADOS: ANTONIO FERREIRA DE BRITO, ANTONIO FERREIRA DE BRITO - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 31.083,66
Data da distribuição: 04/09/2018
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n.85518776) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento no inciso III do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a execução movida por Banco Bradesco S.A contra ANTONIO FERREIRA DE BRITO, ANTONIO FERREIRA DE BRITO - ME, ambos qualificados no processo e DETERMINO seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Custas finais pela parte executada.
Intime-se a parte executada para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto para pagamento das custas pode ser acessado por meio do link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/controleCustas.jsf;jsessionid=dccoQd1AaWrwh9NanNJexU9rqyeiA0evkxvPueuJ.wildfly01:custas1.1
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7041186-62.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: CRISTIANO DE MELO CUNHA, HUGO DE OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796
EXECUTADO: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda

ADVOGADOS DO EXECUTADO: MARCELO FEITOSA ZAMORA, OAB nº AC4711, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA, OAB nº RO3193, THALES ROCHA BORDIGNON, OAB nº AC4863, RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA, OAB nº RO7824, RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689, JOAO PAULO DA SILVA SANTOS, OAB nº DF60471
Valor da causa: R$ 195.795,17
DESPACHO
Considerando que já houve recolhimento das custas finais no ID n 82636861 e 85080160, cumpra-se a parte final da sentença de ID n. 77766793.
Assim, segue abaixo alvará judicial em favor da parte executada, para levantamento do saldo remanescente em conta.
Decorrido o prazo sem levantamento, transfira-se os valores para a conta centralizadora.
Após arquive-se.
Intime-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7041186-62.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: CRISTIANO DE MELO CUNHA, HUGO DE OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796
EXECUTADO: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
ADVOGADOS DO EXECUTADO: MARCELO FEITOSA ZAMORA, OAB nº AC4711, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA, OAB nº RO3193, THALES ROCHA BORDIGNON, OAB nº AC4863, RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA, OAB nº RO7824, RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689, JOAO PAULO DA SILVA SANTOS, OAB nº DF60471
Valor da causa: R$ 195.795,17
ALVARÁ JUDICIAL
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ DE ALVARÁ JUDICIAL para levantamento do valor depositado no processo, com validade de 30 (trinta) a contar da assinatura desta decisão.
FAVORECIDO(A): EXECUTADO: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda, representado por ADVOGADOS DO EXECUTADO: MARCELO FEITOSA ZAMORA, OAB nº AC4711, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA, OAB nº RO3193, THALES ROCHA BORDIGNON, OAB nº AC4863, RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA, OAB nº RO7824, RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689, JOAO PAULO DA SILVA SANTOS, OAB nº DF60471 (ID n. 62408869).
FINALIDADE: Proceder o levantamento na CEF, Agência 2848.
1 – Do valor de R$ 3.502,17 (três mil, quinhentos e dois reais e dezessete centavos) e rendimentos, depositado na Conta Judicial nº 1784897-6.
OBS.: A conta judicial deve ser zerada e encerrada.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2023.
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

10ª VARA CÍVEL

COMARCA DE PORTO VELHO 10ª Vara Cível Fórum Geral da Comarca de Porto Velho - Av: Pinheiro Machado, nº 777, 7º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-235, telefone/whatsapp: (69) 3309-7066, e-mail: pvh10civelgab@tjro.jus.br PROCESSO Nº 7070728-86.2022.8.22.0001 CLASSE: Procedimento Comum Cível ASSUNTO: Cancelamento de vôo, Turismo AUTOR: AURORA DESTRO DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: DANIELE CHAGAS MACHADO, OAB nº RO7616 REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Trata-se Ação indenizatória relativa a transporte aéreo em que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado. Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Sem custas finais e honorários nos termos do acordo.
A diligência para eventuais baixas de anotações em cadastro de proteção ao crédito decorrentes destes autos incumbirá à parte interessada. Servindo esta sentença de autorização para a baixa da anotação.
Arquivem-se de imediato os autos. Eventual desarquivamento pode ser feito mediante simples petição sem custas.

ALVARÁ
CÓPIA DESTA SENTENÇA SERVIRÁ DE ALVARÁ JUDICIAL para levantamento do valor depositado no processo (ID nº 85364531), com validade de 30 (trinta) a contar da assinatura da sentença.
FAVORECIDO (A): AUTOR: AURORA DESTRO DA SILVA, CPF nº 06500950224 , representado (a) por seu Advogado (a): ADVOGADO DO AUTOR: DANIELE CHAGAS MACHADO, OAB nº RO7616
FINALIDADE: Proceder o levantamento na Caixa Econômica Federal, Agência 2848.
1- Do valor de R$3.500,00(três mil e quinhentos reais) e rendimentos, depositados na conta judicial nº 040 / 01803319-4 .
OBS: Devendo a conta judicial ser zerada.
Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023 .
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz (a) de Direito
Porto Velho/RO, 3 de janeiro de 2023 .
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz (a) de Direito

COMARCA DE JI-PARANÁ

JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMNAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná Processo: 7015385-93.2022.8.22.0005
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: REQUERENTE: Maria das Dores Pereira
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO, OAB nº RO7494
Parte requerida: REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DESPACHO
Fica a parte autora intimada para emendar a inicial, devendo apresentar cópia do contrato vinculado a situação posta nestes autos.
Após, conclusos para exame do pedido de liminar.
Ji-Paraná/3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná Processo: 7015388-48.2022.8.22.0005
Assunto:Imissão na Posse
Parte autora: AUTOR: ALINE DA SILVA SEMEAO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: TALITA PINHEIRO MOREIRA, OAB nº RO9736, MARIZA SILVA MORAES CAVALCANTE, OAB nº RO8727, LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790
Parte requerida: REU: DAMERA LUCIANA ROCHA MATIAS, MINERACAO SHOW LTDA, ASSOCIACAO SOLUCAO
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo considerar a data do termo de juros de mora e correção monetária a partir do dia seguinte ao término do prazo para pagamento do prêmio.
Após, conclusos.
Ji-Paraná/3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná Processo: 7007934-51.2021.8.22.0005
Assunto:Cláusulas Abusivas
Parte autora: REQUERENTE: LUIZ GOMES DO NASCIMENTO

Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO5471, D ANY DA PENHA SANTOS COSSUOL, OAB nº RO5463
Parte requerida: REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Decisão
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Processo: 7010175-95.2021.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
Parte autora: AUTOR: CLAUDINEY PEREIRA LEAL
Advogado da parte autora: AUTOR SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da LJE.
Trata-se de ação revisional de débito e declaratória de inexigibilidade de débito e anulação de termo de confissão de dívida, em razão do aumento do consumo na fatura de energia elétrica.
Dispõe o artigo 373, I, do CPC, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC).
Os pedidos da parte autora merecem procedência, pois: a) conforme análise dos documentos acostados aos autos, o registro de consumo da fatura discutida nos autos (id. 62489156), é totalmente incompatível com todos os demais registros de consumo do mesmo imóvel; b) portanto, assiste razão à parte autora, quando alega que a fatura com data de vencimento no dia 08/08/2021 (id. 62489161), no valor de R$ 440,95, com registro de consumo de 699 kWh, foi cobrada a maior e em escala incompatível com o consumo real do imóvel do autor, o que resultou em cobrança indevida e a maior; c) ainda, registre-se que a parte requerente afirmou que não houve aumento no consumo da residência que justificasse o aumento do consumo de modo tão exorbitante; também alegou que não possui utensílios domésticos que comprovem ou justifiquem o elevado consumo de energia no período; d) ademais, a parte requerida não demonstrou a legitimidade do aumento quanto ao período questionado, é dizer, não comprovou que houve acréscimo no consumo, que se trata de recuperação de consumo, entre outros; e) nesse caso, deve ser cobrada a média aritmética dos 12 faturamentos anteriores a fatura que apresentou aumento no consumo. Veja-se:
DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES. APELAÇÃO (1) DA RÉ: CRITÉRIO DE RECÁLCULO DAS FATURAS. REVISÃO DO FATURAMENTO QUE DEVE TER COMO BASE AS DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES FATURADOS E A MÉDIA ARITMÉTICA DO CONSUMO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES ANTERIORES À IRREGULARIDADE, CUJA DURAÇÃO RESTOU INDIVIDUALIZADA NAS PLANILHAS APRESENTADAS PELA RÉ. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DIVERSA DA ESTABELECIDA NA RESOLUÇÃO NORMATIVA APLICÁVEL EM RAZÃO DA DATA DA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE (RESOLUÇÃO ANEEL 414/2010). RELAÇÃO DE CONSUMO EVIDENCIADA. ILEGÍTIMA A SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUANDO DECORRENTE DE DÉBITOS PRETÉRITOS OU, AINDA, DE SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA. MANUTENÇÃO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA. APELAÇÃO (2) DO AUTOR: CUSTO ADMINISTRATIVO. VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. COBRANÇA INDIVIDUALIZADA E COMPROVADA DOS PREJUÍZOS EFETIVAMENTE SUPORTADOS PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DA CULPA DO CONSUMIDOR PELA FRAUDE VERIFICADA, ANTE O BENEFÍCIO USUFRUÍDO. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECIPROCIDADE. FIXAÇÃO ADEQUADA AO CASO CONCRETO. RECURSOS NÃO PROVIDOS. (TJPR - 12ª C. Cível - AC - 1309543-3 - Peabiru - Rel.: Luiz Cezar Nicolau - Unânime - - J. 06.10.2015)
RECURSO INOMINADO. COPEL. INDENIZATÓRIA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA EXORBITANTE. REVISÃO DAS FATURAS. CONCESSIONÁRIA RÉ QUE NÃO COMPROVOU A CORREÇÃO DOS FATURAMENTOS MUITO SUPERIORES À MÉDIA DOS MESES ANTERIORES E POSTERIORES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR, RI 0004233-44.2015.8.16.0147, 4ª Turma Recursal, Rel. Rafael Luis Brasileiro Kanayama, J. em 29/08/2016)
CIVIL E PROCESSO CIVIL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REVISÃO FATURA. CONSUMO INCOMPATÍVEL COM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES. FATURAMENTO ACIMA DO DOBRO DO MAIOR CONSUMO ANTERIOR. RECURSO NÃO PROVIDO. Deve ser revista a fatura quando, a partir da análise do histórico de consumo dos últimos doze meses, o faturamento de um

único mês se deu acima do dobro do maior consumo registrado sem motivo justificado. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7006718-40.2016.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de julgamento: 22/03/2018 CIVIL E PROCESSO CIVIL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REVISÃO FATURA. CONSUMO INCOMPATÍVEL COM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES. FATURAMENTO ACIMA DO DOBRO DO MAIOR CONSUMO ANTERIOR. RECURSO NÃO PROVIDO. Deve ser revista a fatura quando, a partir da análise do histórico de consumo dos últimos doze meses, o faturamento de um único mês se deu acima do dobro do maior consumo registrado sem motivo justificado. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7006718-40.2016.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de julgamento: 22/03/2018

CIVIL E PROCESSO CIVIL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REVISÃO FATURA. CONSUMO NÃO COMPATÍVEL COM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES. FATURAMENTO ACIMA DO DOBRO DO MAIOR CONSUMO ANTERIOR. RECURSO NÃO PROVIDO. -Deve ser revista a fatura quando, a partir da análise do histórico de consumo dos últimos doze meses, o faturamento de um único mês se deu acima do dobro do maior consumo registrado sem motivo justificado. (Processo n. 1006570-51.2014.8.22.0601- Recurso Inominado. Relator: Jorge Luiz dos Santos Leal, data do julgamento: 19.10.2016) CIVIL E PROCESSO CIVIL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REVISÃO FATURA. CONSUMO NÃO COMPATÍVEL COM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES. FATURAMENTO ACIMA DO DOBRO DO MAIOR CONSUMO ANTERIOR. RECURSO NÃO PROVIDO. -Deve ser revista a fatura quando, a partir da análise do histórico de consumo dos últimos doze meses, o faturamento de um único mês se deu acima do dobro do maior consumo registrado sem motivo justificado. (Processo n. 1006570-51.2014.8.22.0601- Recurso Inominado. Relator: Jorge Luiz dos Santos Leal, data do julgamento: 19.10.2016)

Prosseguindo: f) também, é cabível o pedido declaratório de inexigibilidade do contrato de confissão de dívida e parcelamento de débito que o autor foi levado a firmar em razão da possível suspensão no fornecimento de energia ao seu imóvel, quando comprovadamente havia requerido administrativamente a revisão do registro de consumo (id. 70556549), requerimento ao qual a parte requerida não deu a devida atenção.

Ante todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial para: I) determinar a revisão do débito e, para tanto, reviso a fatura do mês de agosto/2021 e, por consequência, reduzo o valor constante na mesma para média dos 12 meses imediatamente anteriores à fatura questionada; II) declarar a nulidade do termo de confissão e de parcelamento de débito, e, via de consequência, determino que a concessionária restitua ao autor o valor pago a título de pagamento da dívida (R$ 440,95), acrescidos de juros e correção monetária desde o desembolso, conforme Súmula 43 do STJ ou lance o valor pago como saldo nas faturas vindouras, a critério do autor.

Em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão (10 dias após ciência da decisão), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora de valores via Sisbajud.

Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.

Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.

Ji-Paraná/RO, 3 de janeiro de 2023.

Marisa de Almeida

Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível

Processo nº: 7015354-73.2022.8.22.0005

Classe: Ação Civil Pública

AUTORES: BENJAMIM FERREIRA BARBOSA, M. P. D. E. D. R.

ADVOGADO DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

REU: E. D. R.

REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO

Trata-se de ação de obrigação de fazer promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face do ESTADO DE RONDONIA, a fim de compelir a parte ré ao fornecimento da FÓRMULA INFANTIL COM PTN HIDROLISADO – SEM LACTOSE em favor de BENJAMIM FERREIRA BARBOSA, de forma contínua e pelo prazo que perdurar seu tratamento.

Ocorre que, a Lei n. 12.153/2009 prevê em seu art. 2°, §4° que no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta e o caso não se enquadra em nenhuma nas vedações do § 1º do art. 2 do mesmo códice.

Com base em tais premissas, há manifesta incompetência para o processamento do feito, culminando na remessa dos autos ao Juizado da Fazenda Pública, sendo que o MINISTÉRIO PÚBLICO detém legitimidade para atuar como substituto processual, como bem assevera o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS/TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO DIFUSO, DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. 1. Recurso especial no qual se discute se as ações de fornecimento de medicamentos/tratamento médico, ajuizadas pelo Ministério Público em substituição processual de cidadão idoso enfermo, podem ser julgadas pelos Juizados Especiais da Fazenda Pública. 2. Não há óbice para que os Juizados Especiais procedam ao julgamento de ação que visa o fornecimento de medicamentos/tratamento médico, quando

o Ministério Público atua como substituto processual de cidadão idoso enfermo. 3. Embora o direito à saúde se insira no gênero dos direitos difusos, sua defesa pode-se dar tanto por meio de ações coletivas, como individuais; e a intenção do legislador federal foi de excluir da competência dos Juizados Especiais a defesa coletiva do direito à saúde, e não a defesa individual. 4. Recurso especial não provido. (REsp n. 1.409.706/MG, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 7/11/2013, DJe de 21/11/2013)

Ademais, ainda que se trata de direito de incapaz, nosso Eg. Tribunal de Justiça já reconheceu a legitimidade do Parquet para atuar como substituto processual, bem como a competência do Juizado da Fazenda Pública, senão, vejamos:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITO À SAÚDE. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. INTERESSE DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE. SUBSTITUTO PROCESSUAL. CARACTERIZAÇÃO. VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. 1. O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (STJ, REsp 1.682.836-SP). 2. O Ministério Público atua como substituto processual de criança ou adolescente em ação civil pública para fornecimento de tratamento médico/medicamento. Precedentes STJ e da Corte. 3. Atuando o parquet como substituto processual do adolescente que busca tratamento médico, cujo valor da causa é abarcado pela limitação de sessenta salários mínimos, atrai-se a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública. 4. Conflito conhecido e declarada a competência da Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL, Processo nº 0804915-12.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Câmaras Especiais Reunidas, Relator (a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 31/03/2021 (TJ-RO - CC: 08049151220198220000, Relator: Des. Miguel Monico Neto, Data de Julgamento: 31/03/2021).

Registro ainda que, nos termos do art. 62 do CPC, a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes. No caso, a competência aqui é determinada em razão do Estado de Rondônia integrar o polo passivo da demanda, bem como em razão do valor da causa.

Isso posto, nos termos do art. 64, § 2º, do CPC, declino da competência para processar e julgar esta demanda em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, o que faço com fundamento no art. 2º, § 4º, c/c o art. 5º, I, ambos da Lei n. 12.153/2009 e art. 62 do CPC.

Preclusa esta decisão, encaminhem-se os autos ao D. Juizado Especial da Fazenda Pública desta comarca, com nossas sinceras homenagens.

Intimem-se.

Ji-Paraná/RO, 2 de janeiro de 2023

Fábio Batista da Silva

Juiz de Direito

l.s.v.c.

Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)

Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449

Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br

Balcão virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível

Processo nº: 7005657-28.2022.8.22.0005

Classe: Consignação em Pagamento

AUTOR: JOSUE TOMAZ DE AQUINO

ADVOGADO DO AUTOR: JOSE JAIRO PEREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº RO12279

REU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO DO REU: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO, OAB nº RJ60359

DECISÃO

I - RELATÓRIO

O autor equivocadamente inseriu no PJe a classe consignação em pagamento, contudo, na petição inicial, consta ação declaratória de inexistência de débito.

Assim, corrija-se a autuação no sistema.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e danos morais com pedido de tutela provisória de urgência antecipada promovida por JOSUE TOMAZ DE AQUINO em face de BANCO ITAU CONSIGNADO S.A., alegando, em síntese, que estaria sendo descontado, de seu benefício previdenciário, parcelas de R$ 23,82, com prazo final em 08/2025, decorrente de empréstimo 615747306 junto ao réu.

Afirma desconhecer o referido contrato, bem como o empréstimo de R$947,39, indicado pelo requerido.

Para melhor esclarecimento dos pedidos da ação, evitando-se qualquer alegação de violação ao princípio da congruência, tem-se, em resumo:

- a concessão de gratuidade judiciária ao autor;
- a inversão do ônus da prova;
- a concessão de tutela antecipada para que o banco se abstenha de descontar as parcelas de R$ 23,82, bem como deixe de inscrever o nome do autor em cadastros restritivos de crédito;
- Que o banco exiba o contrato de empréstimo que deu origem aos descontos, bem como demonstre o depósito dos referidos valores em favor do autor;
- A total procedência da ação, com declaração de inexistência de “qualquer débito junto ao requerido”, notadamente ao empréstimo nº 615747306, no valor de R$ 947,39”;

- Que seja o requerido condenado à restituição, em dobro, das quantias descontadas indevidamente do benefício previdenciário do autor, totalizando R$ 1.238,64 a serem atualizadas monetariamente até a data do efetivo pagamento;
- A condenação do requerido em danos morais, no valor de R$10.000,00, acrescida de juros e correção monetária;
- Condenação do requerido em despesas e honorários sucumbenciais de 20%.

Decisão de ID n. 77038313 que deferiu a tutela antecipada, bem como designou audiência de conciliação, a qual restou infrutífera.

Em sua contestação, o requerido alega, preliminarmente, a necessidade de conexão do presente feito com os autos 7005746-51.2022.8.22.0005, em trâmite na 4ª Vara Cível desta comarca, em que o autor discute, naqueles autos, a existência e validade do contrato de empréstimo nº 593016371, que teria dado origem ao CRIC 615747306.

Afirma que o autor teria omitido a existência de outro procedimento, tão somente para o fim de receber duas indenizações, além de repetição de indébito em ambos os feitos, já que se trata da mesma relação jurídica, requerendo, assim, a reunião dos feitos e condenação do requerido em litigância de má-fé.

Alega ausência de prévio requerimento administrativo para solução amigável da controvérsia.

Defende a regularidade do contrato, e a não inversão do ônus da prova.

Requer a realização de audiência de instrução e julgamento com depoimento pessoal do autor.

Quanto ao mérito, alega que o contrato derivado 615747306, trata-se de CRIC do contrato 593016371, sendo que não houve uma contratação efetiva, mas "tão somente a tentativa de refinanciamento do contrato origem nº 593016371" que, contudo, devido a informações divergentes e a limitação no sistema do INSS, a proposta de refinanciamento foi excluída e com isso o contrato origem ficou com parcelas em aberto.

Afirma que o sistema do INSS, ao não permitir a reaverbação de contrato com o mesmo número, exigiu que o banco voltasse a "cobrar as parcelas em aberto do contrato origem através de um número fictício criado (n.º 615747306), o qual é denominado de cric".

Aduz, portanto, que ambos os contratos seriam regulares, bem como as cobranças realizadas sobre o benefício previdenciário do autor, não havendo motivo para condenação em danos materiais ou morais.

A parte autora foi devidamente intimada para fins de réplica.

Os autos 7005746-51.2022.8.22.0005 foram remetidos a este Juízo, em razão do entendimento, por aquele Juízo, da existência de conexão das ações e prevenção deste Juízo.

É o relatório. Decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DA PRELIMINAR DE CONEXÃO

O requerido alega conexão entre estes autos e o feito 7005746-51.2022.8.22.0005, anteriormente em trâmite na 4ª Vara Cível desta comarca, em que o autor discute a existência e validade do contrato de empréstimo nº 593016371, que teria dado origem ao CRIC 615747306, objeto dos presentes autos.

Acolho o entendimento do Juízo da 4ªVara Cível, que entendeu pela ocorrência de conexão ao caso em tela, já que há identidade de pedidos do autor, já que em ambos os feitos o autor manifestou-se pela declaração de inexistência de "qualquer débito junto ao requerido", indicando nítida congruência do pedido de ambos os feitos.

Nos termos do art. 55 do CPC, em havendo identidade de pedidos, há quese reconhecer flagrante conexão. Neste sentido:

Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

Não obstante o expresso pedido do autor, o art. 322 do CPC, estabelece o princípio da interpretação finalística dos pedidos autorais, neste sentido:

Art. 322. O pedido deve ser certo.

§ 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

Assim, considerando a expressa intenção do autor para declaração de "qualquer débito lançado pelo banco em nome do Autor", bem como considerando os princípios da razoável duração do feito, efetividade da jurisdição, boa-fé, adstrição, e instrumentalidade das formas, reconheço a conexão entre ambas as demandas, de modo que deverão ser reunidas para julgamento conjunto.

DA PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO

O requerido alega ausência de prévio requerimento administrativo a cargo do autor, contudo, é consabido que não há tal exigência, seja em lei ou jurisprudência, para fins de propositura do feito, sendo que o próprio requerido não indicou qualquer texto legal ou julgado no sentido de sua pretensão.

Ressalto que tal requisito tem sido limitado pela jurisprudência às ações previdenciárias, habeas data, de modo que não se aplica ao caso em tela.

Assim, rejeito a presente alegação de carência de ação pela falta de interesse de agir, ou exigência legal de prévio requerimento administrativo.

DO JULGAMENTO PARCIAL

O feito comporta julgamento antecipado PARCIAL,, uma vez que, nos termos do art. 356, do CPC, a questão de mérito envolve tema de direito, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, mormente diante dos documentos anexados aos autos pelos demandantes.

Neste sentido:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - mostrar-se incontroverso;

II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 .

No caso em exame, a reta elucidação parcial do caso é possível, eis que não demanda a apuração de questões fáticas, tampouco ampliação dilatória, motivo pelo qual passo ao julgamento da lide.

Tem-se dos autos que o requerido não comprova a regularidade da contratação do CRIC 615747306 derivado do contrato original 593016371, sendo que não houve qualquer formulação de pedido do autor para tal renegociação ou refinanciamento.

Ademais, verifica-se que, muito embora o banco alegue que o INSS não permitiu a averbação do contrato ou que ocorreu divergência de informações e limitação no sistema do INSS, não houve qualquer comprovação de tais ocorrências nos autos, resumindo-se o requerido a juntar documentos formados unilateralmente de seu sistema interno, sem prova de pedido do autor ou necessidade de averbação do contrato.

Vale anotar que os descontos estavam ocorrendo normalmente sob a rubrica do contrato original, conforme os próprios documentos juntados pelo requerido.

Contudo, sem justificativa plausível e sem qualquer aviso, o requerido alterou o número do contrato, conforme extrato do benefício previdenciário juntado pelo autor.

Ressalto, ainda, que outros contratos foram formulados pelo autor posteriormente ao contrato discutido nestes autos, em relação ao Banco Santander Banespa, em 05/06/2020, bem como 5 empréstimos posteriores junto ao Banco PAN, em 07/07/2020, 22/10/2020, 08/04/2021 e 16/05/2021, de modo que não há qualquer indício de falta de margem consignável ou outra causa provável para tal alteração promovida de forma unilateral pelo requerido.

Ademais, a própria tela juntada pelo requerido comprova que teria havido exclusão do contrato 593016371 em 03/03/2020 e inclusão do contrato 615747306, na mesma data, contudo, conforme relatado acima, havia margem suficiente à continuidade dos descontos, do contrário, há de se presumir que o INSS teria indicado aos novos cedentes a ausência de margem disponível para novos empréstimos, contudo, não houve tal comprovação pelo requerido ou mesmo chamamento da autarquia ao feito para fins de solidificar suas alegações.

Assim, resta completamente frágil e descabida a afirmação de impossibilidade de continuidade do contrato original e a suposta necessidade da formação de novo contrato.

Caberia ao requerido comprovar suas alegações com as provas de que dispõe, nos termos do art. 434 do CPC, sob pena de revelia. Nestes termos:

Art. 434. Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações.

Portanto, ante a irregularidade da formação do contrato 615747306 e ausência de provas que caberiam ao requerido, ante a vedação de exigência de provas negativas ao autor, há de se acolher parcialmente o pedido inicial, desconstituindo o contrato derivado 615747306.

DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Quanto ao pedido de realização de audiência de instrução e julgamento com depoimento pessoal do autor, entendo desnecessária tal prova, considerando que há discussão sobre a veracidade e autenticidade do documento constitutivo do contrato de empréstimo, de modo que há de ser deferida a produção de prova pericial, suficiente ao caso.

Destaco que cabe ao juízo a determinação das provas necessárias ao julgamento do feito, conforme art. 370 do CPC.

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Assim, por entender que o depoimento pessoal do autor mostra-se insuficiente ao julgamento e verificação da validade do contrato de empréstimo, até porque já manifestou-se alegando desconhecer tal relação jurídico, mostra-se insuficiente e inócua tal produção de prova, de modo que a rejeito.

DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Quanto ao contrato originário é necessária a dilação probatória apta a comprovar a regularidade da avença e do empréstimo supostamente feito ao autor.

Trata-se, no caso dos autos, de nítida relação de consumo, com o requerido na posição de fornecedor de bens e serviços, e o autor, como destinatário final na relação comercial, de modo que nítida a necessidade de aplicação das regras impostas pelo CDC.

Convém esclarecer que na seara consumerista, como é o caso dos autos, o ônus da prova pode ser invertido nos termos do art. 6º, inc. VIII, com a seguinte redação: são direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Denota-se, portanto, que o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica da inversão do ônus da prova, uma vez que o magistrado tem o poder de redistribuição (inversão) do ônus probatório, caso verificada a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor.

Vale lembrar que o CPC, ao contrário, adotou a regra da distribuição estática do ônus da prova, distribuindo prévia e abstratamente o encargo probatório, através do art. 333. Assim, caberá ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu provar os fatos impeditivos, modificativos e extintivos.

Importante destacar a diferença efetuada pela doutrina no tocante aos termos “vulnerabilidade” e “hipossuficiência”, sendo a primeira um fenômeno de direito material com presunção absoluta – jure et de juris (art. 4º, I – o consumidor é reconhecido pela lei como um ente “vulnerável”), enquanto a segunda, um fenômeno de índole processual que deverá ser analisado casuisticamente (art. 6º, VIII – a hipossuficiência deverá ser averiguada pelo juiz segundo as regras ordinárias de experiência).

Destarte, de acordo com as transcrições acima, percebe-se que a inversão do ônus da prova não é automática, pois deve o juiz analisar o caso concreto e, presentes os requisitos acima, deferir a inversão do ônus da prova.

In casu, entendo estarem presentes ambos os requisitos autorizadores da inversão do ônus da prova, tendo em vista a patente relação de consumo que gerou a demanda, bem como, considerando a hipossuficiência da parte autora em relação à requerida, nos moldes do art. 6º, inciso VIII do CDC.

Face a isso, inverto o ônus da prova, visto que presentes os requisitos autorizadores da medida, fixando o encargo probatório sob responsabilidade do requerido.

Quanto ao pedido de condenação do autor em litigância de má-fé pela suposta duplicidade de ações, bem como a incidência de repetição do indébito e danos morais, tais questões serão decididas por ocasião da decisão final, após a realização da pertinente perícia judicial.

III - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O pedido do autor para o fim de declarar nulo exclusivamente o contrato 615747306, nos termos acima expostos.

Deixo de analisar as demais pretensões das partes, até julgamento final do mérito, considerando a acessoriedade de tais requerimentos com a regularidade da contratação efetiva original, que constitui o pedido principal da presente ação, inclusive já reconhecida sob a insígnia de conexão.

Apense-se os autos 7005746-51.2022.8.22.0005, o qual deverá permanecer suspenso para julgamento conjunto com estes autos.
Intimem-se as partes para ciência da presente decisão.
Quanto a contrato reconhecido como conexo, DETERMINO a realização de perícia grafotécnica para confirmação do negócio jurídico alegado pelo requerido.
Para tanto nomeio o perito grafotécnico, ROBSON DA COSTA FARIAS, que deverá ser intimado para prestar compromisso e informar se aceita a nomeação após a apresentação dos quesitos, documentos e pagamento dos honorários, ocasião em que o Sr. perito deverá designar data para realização da perícia, informando ao Juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes. Faça constar expressamente que o prazo máximo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias.
Fixo a verba honorária em R$1.500,00, cujo pagamento deverá correr às expensas da parte requerida, devendo depositá-la no prazo de 10 (dez) dias.
Com a data do agendamento da perícia a parte requerida deverá, ainda, no mesmo prazo, providenciar a entrega do contrato original no gabinete deste juízo para que o perito inicie os trabalhos.
Faculto às partes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico no prazo comum de 05 (cinco) dias.
Sobrevindo o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem acerca da prova, no prazo comum de 10 dias.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 2 de janeiro de 2023
FÁBIO BATISTA DE SOUZA
Juiz de Direito
wj
Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)
Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449
Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Processo nº: 7015383-26.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MATHEUS RUIZ MACHADO PEDROSO
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10784
REU: LIRA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Verifico que o número de telefone, destinatário da notificação formulada pelo autor, não é o mesmo das conversas anteriores, bem como não houve juntada do resultado da referida conversa.
Desta forma, pendente de comprovação da notificação regular da requerida para fins de ciência do ato e do interesse do autor à restituição do valor da aquisição do veículo.
Assim, para fins de comprovar a ciência inequívoca da parte requerida, intime-se o autor para juntada da íntegra do diálogo realizado com o número 69 9255-3965 ou comprovação da notificação regular da requerida.
Prazo de 15 dias.
Ademais, considerando que o autor visa a restituição dos valores, intime-se para correção do procedimento, tendo em vista que não se trata-se de obrigação de fazer.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação da medida liminar.
Ji-Paraná/RO, 2 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz de Direito
wj.
Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)
Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449
Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Processo nº: 7015379-86.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: LUZIA DE SOUZA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: JOSE NOGUEIRA ROCHA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO INICIAL
Tramite-se em segredo de justiça.
Defiro a gratuidade da justiça.
Trata-se de AÇÃO DE GUARDA e CONVIVÊNCIA proposta por LUZIA DE SOUZA em face de JOSE NOGUEIRA ROCHA.
Narra que as partes são genitores do infante D.L.S.R., que atualmente reside com a genitora, ora requerente.

Sustenta que deseja regularizar a guarda, sendo compartilhada, com residência fixa com a genitora, o direito de convivência do requerido com o filho aos finais de semana, qual seja, buscando a criança aos sábados às 08h00 e devolvendo aos domingos às 17h00, devendo ser exercido toda semana e os alimentos, sendo fixados no importe de 41,25% do salário-mínimo vigente por meio de depósito em conta informada.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
No mais determino:
I - Considerando que o art. 5º do Ato Conjunto n. 010/2022-PR-CGJ permitiu a realização/manutenção de audiências por videoconferência até regulamentação interna.
II - DETERMINO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, A SER DESIGNADA PELA CENTRAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, que adotará pauta automática, e será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC da Comarca de Ji-Paraná - a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA via aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp ou Google Meet, observando os termos do Provimento da Corregedoria n° 018/2020, publicado no DOJ nº 96, de 25.05.2020.
III – Intime-se a parte autora, através do seu advogado(a), ficando responsável por informar nos autos, o nome e número de telefone de quem vai participar da audiência, até 5 (cinco) dias antes da data designada, devendo ainda, promover a orientação para aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e hora marcado no item anterior ou informar o link de acesso ao Google Meet.
IV – Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública ou Ministério Público, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), através de carga ou remessa, nos termos do art. art. 183, § 1º, do CPC.
V – Cite-se dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência de conciliação, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC), intimando-a ainda, para participação no ato.
VI - A parte requerida deverá informar o telefone com Whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta ou oficial de justiça, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 5 (cinco) dias antes da audiência ou diretamente ao oficial de justiça, respectivamente.
VII – Advirtam-se as partes que devem observar as seguintes ORIENTAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) e acessar os aplicativos WhatsApp e Google Meet, a partir do link (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
VIII – Advirtam-se ainda as partes que devem observar as seguintes ORIENTAÇÕES GERAIS:
1. Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio;
2. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar que a videoconferência se dará por ligação do WhatsApp ou de informar a elas o link para acesso à audiência virtual. Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio WhatsApp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência. (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
3. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz as intimações enviadas ao número anterior, se não houver comunicação, que poderá ser feita, excepcionalmente, pelo próprio aplicativo, ao Poder Judiciário (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
4. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
5. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
6. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
7. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
8. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado ou defensores públicos (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG) ou que estejam munidos de poderes específicos para transigir;
9. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
10. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicia-l; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
11. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);

12. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
13. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
IX - Nos termos do art. 8º, do Provimento já mencionado, no horário agendado para a audiência virtual, O CONCILIADOR DEVERÁ OBSERVAR O SEGUINTE ROTEIRO:
1. caso a audiência não seja realizada por ausência de citação em tempo hábil ou de eventual intimação da parte autora, desde logo AUTORIZO o(a) conciliador(a) a REDESIGNAR nova conciliação, providenciando o necessário para que as partes sejam intimadas para comparecerem ao ato;
2. Caso a audiência deixe de ocorrer em virtude da inexistência de citação válida, desde logo, AUTORIZO o(a) conciliador(a) intimar a parte autora e seu advogado(a) na própria solenidade para informar novo endereço da parte demandada, no prazo de 5 (cinco) dias, para prosseguimento do feito, sob pena de extinção, redesignando o ato;
3. ainda que a citação seja negativa, o conciliador deverá permanecer com os presentes por 5 (cinco) minutos, aguardando eventual comparecimento espontâneo da parte requerida;
4. se a audiência deixar de ser realizada por fato não atribuível às partes e seus advogados, o processo permanecerá no Cejusc, devendo preferencialmente ser redesignada a audiência no mesmo ato com intimação dos presentes;
5. se instalada a audiência e não houver acordo, os advogados das partes serão informados que o prazo para contestar (15 dias úteis) terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC);
6. Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
7. Se houver acordo, o conciliador redigirá os termos e enviará para os presentes via mensagem de texto pelo WhatsApp ou via recurso de chat do Google Meet, solicitando que se houver alguma observação deverá haver apontamento pelo mesmo meio, sob pena de compreender-se o silêncio como concordância de que a ata representa os exatos termos do que ficou pactuado na audiência virtual;
8. Se houver apontamentos, o conciliador deverá fazer as correções e submeter a aprovação de todos na mesma forma do inciso anterior, até que não haja mais objeções;
9. para substituir a assinatura das partes, seus advogados e outros profissionais o conciliador enviará o teor da deliberação por mensagem de texto ou lançará no recurso de chat, solicitando que todos manifestem suas anuências aos termos, por escrito;
10. O conciliador sempre fará constar no topo da ata a hipótese de ocorrência para facilitar a leitura da circunstância no momento da deliberação judicial;
11. O conciliador imprimirá e assinará a ata de audiência aprovada e fará juntada dela, acompanhada da imagem de mensagens de textos ou do conteúdo do chat no processo até o final do horário forense matutino ou vespertino em que for realizada, enviando os autos conclusos para homologação pelo Juízo;
12. Havendo a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público, por tratar-se de processo de família que envolva interesse de incapaz, nos termos do artigo 698 do CPC, deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo, reduzindo-se a termo na própria ata de audiência, se estiver presente, ou remetendo-se os autos para parecer, e somente após, vir conclusos para sentença, o que desde logo autorizo seja promovido diretamente pelo(a) conciliador(a).
X - Advirto ainda às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). A presença do Advogado(a) não supre a exigência de comparecimento pessoal do(a) autor(a).
XI - Caso a parte requerida não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), observando-se que em caso de litisconsórcio o desinteresse deverá ser manifestado por todos (§ 6.º), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
XII – Não havendo acordo, e tendo a parte requerida formulado reconvenção, alegado qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 dias, na forma do art. 351 do CPC. No mesmo ato, intime-se o réu para que especifique as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 10 dias.
XIII - Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem, no prazo de 10 dias, quanto ao interesse em produzir outras provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de julgamento antecipado, nos termos do art. 355 do CPC.
XIV– As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestar acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Nos termos do art 9º, encerradas as medidas de afastamento social por ato do TJRO, as audiências designadas até então serão realizadas por videoconferência.
A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública.
Cite(m)-se. Intime(m)-se as partes.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
CONTATO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:
a) Email: jipcac@tjro.jus.br

b) Sala Virtual: https://meet.google.com/ixg-wwbf-qzb
c) Fones: (69) 3411-2910
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp/Google Meet que receberá no dia marcado no item anterior.
SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO DE CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
DADOS PARA CUMPRIMENTO: JOSE NOGUEIRA ROCHA, CPF sob n. 351.050.112-87, residente e domiciliado na Rua Campo Grande, Bairro Valparaíso, n. 2103, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná/RO, podendo ser localizado pelo telefone (69) 9 9264-9046.
Ji-Paraná/RO, 2 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz de Direito
l.s.v.c.
Fórum Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima – TJRO (www.tjro.jus.br)
Av. Brasil, n. 595, bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/Rondônia – CEP. 76.908-449
Telefones: (69) 3411-2902, 3411-2900, 3411-2910, 9 9916-2243 – E-mail: gabjip2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: http://meet.google.com/jpk-fjjz-jsj (das 7h às 14h)

3ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO: 7015392-85.2022.8.22.0005
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADOS DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL, OAB nº RO2894, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: FRANCISCO DE SOUZA MACHADO, CPF nº 28155661768
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.968,65
Despacho INICIAL
1. INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas iniciais integrais, nos termos do artigo 12, I, da Lei de Regência (3.896/2016), sob pena de cancelamento da distribuição do feito (artigo 290, CPC). Com a comprovação do recolhimento no prazo estabelecido, cumpram-se as ordens que seguem. Do contrário, tornem conclusos.
2. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente. Assim, evidenciado o direito da parte autora, DEFIRO A EXPEDIÇÃO DE MANDADO PARA CITAÇÃO E PAGAMENTO da dívida informada na inicial, acrescida de honorários de 5% (cinco por cento), concedendo-lhe, para tanto, prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 701 do CPC. Anote-se, que, caso o requerido cumpra, ficará isento de custas, nos termos do artigo 701, §1.º
2.1. Conste, ainda, do mandado, que, no mesmo prazo, o réu poderá oferecer embargos à ação monitória, nos termos do artigo 702 do CPC, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", ocorrendo a conversão do mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC).
2.2. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de interesse processual.
2.3. No caso do subitem 2.2., caso a parte autora pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, SIEL ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
3. Sendo apresentados embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, deverão os autos vir conclusos para sentença.
4. Em caso de não pagamento ou não oferecimento de embargos à ação monitória, por disposição legal fica constituído o título executivo judicial e convertido o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC), devendo a CPE promover a modificação da classe processual para "Cumprimento de Sentença" e intimar o executado para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% e honorários de 10%, a teor do artigo 523, § 1º do CPC.
5. Decorrido o prazo mencionado no item 4 sem pagamento, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o estatuído na parte final do artigo 523 c/c artigo 524, ambos do CPC, apresentando o demonstrativo do débito atualizado, incluídos todos os consectários legais (custas finais, multas e honorários advocatícios fixados no item anterior).
5.1. A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
6. Apresentados os cálculos atualizados, INTIME-SE a executada para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação e de honorários para a fase de cumprimento da sentença também em 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).

7. Após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento assinalado no item 6, a parte executada poderá apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação (CPC, artigo 525).
8. Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento e nem impugnação da parte executada, intime-se a exequente para apresentar o cálculo atualizado com a inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença, também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora e avaliação de bens da parte executada, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.
8.1. Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
9. Restando positiva a realização de penhora ou arresto e decorrido o prazo sem embargos, INTIME-SE o exequente para se manifestar quanto à constrição de bens em 05 (cinco) dias, mesma providência que deverá ser adotada na hipótese do requerido não ser encontrado ou restar negativa a tentativa de penhora/arresto.
9.1. Caso a parte exequente pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
10. Autorizo, desde logo, caso requerido pela parte, a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
11. As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação, das intimações ou da penhora/arresto, se requerido pela exequente e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
12. As empresas públicas e privadas, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverão ser citadas por meio eletrônico. Caso as referidas empresas não estejam cadastradas, deverão cadastrar-se nos referidos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações, no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do que dispõe o art. 246, § 1º do CPC, Lei 4.912/2020 e ATO CONJUNTO N. 023/2020-PR-CGJ, sob pena de responder pelas despesas com a citação convencional. Havendo audiência, a referida despesa deve ser paga no prazo de 05 (cinco) dias após a solenidade, independente da realização de acordo.
Pratique-se o necessário, devendo a CPE observar a presente decisão em todas as fases do processo, por completa, a fim de evitar desnecessárias remessas dos autos ao gabinete.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, segunda-feira, 2 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER, AV BENJAMIN CONSTANT 308, - DE 107/108 A 393/394 ARIGOLÂNDIA - 76801-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU: FRANCISCO DE SOUZA MACHADO, CPF nº 28155661768, RUA GOIÂNIA 1399, - DE 2280/2281 A 2598/2599 NOVA BRASÍLIA - 76908-660 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO: 7015390-18.2022.8.22.0005
Classe : Carta Precatória Cível
Assunto : Intimação
DEPRECANTE: J. D. D. -. P. V. -. 5. V. C.
ADVOGADO DO DEPRECANTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
DEPRECADO: J. D. D. D. C. D. J.
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 82.958,84
DESPACHO
Cumpra-se, servindo cópia como mandado.
Após, cumprido o ato, devolva-se com nossas homenagens.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a escrivania, ainda, comunicar o juízo deprecante quanto à remessa.
Determino também, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, segunda-feira, 2 de janeiro de 2023
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito
DEPRECANTE: J. D. D. -. P. V. -. 5. V. C., AVENIDA PINHEIRO MACHADO 777, 5CIVELCPETJRO.JUS.BR OLARIA - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEPRECADO: J. D. D. D. C. D. J., AVENIDA JI-PARANÁ 615 URUPÁ - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7012368-83.2021.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: WILLYAN SANTANA CARDOSO, FRANCIELI MOTA PEREIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ANA VITORIA DA ROCHA GOMES, OAB nº RO10288, RAFAEL SILVA ARENHARDT, OAB nº RO10525
Polo Passivo: GERALDO VIEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO DO REU: GABRIELE PAULA SANTOS DO NASCIMENTO, OAB nº RO10503
Sentença
Vistos.
Cuida-se de ação indenizatória por danos morais e materiais, decorrentes de acidente de trânsito, ajuizada por Francieli Mota Pereira e Willyan Santana Cardoso em face de Geraldo Vieira de Araújo, objetivando a reparação pecuniária, em decorrência de alegada negligência/imperícia da parte ré que resultou em acidente de trânsito.
Em síntese, narra na inicial, que no dia 26/09/2021, por volta das 21h30, às partes autoras e a parte ré, envolveram-se em um acidente de trânsito, foi registrado boletim de ocorrência sob o n.146255 /2021. Conta que o autor Willyan Santana Cardoso transitava com seu veículo Honda/Biz, cor prata, placa NEH3186, acompanhado de sua esposa Francieli Mota Pereira, quando obedeceu a ordem de parada de uma equipe da polícia rodoviária federal, que realizava comando estático de fiscalização no km 342.0 da BR 364, município de Ji-Paraná, nesse momento o veículo Chevrolet/S10 Ltz, cor cinza, placa QTG1H16, que trafegava em alta velocidade, colidiu na traseira do veículo Honda/Biz. O acidente resultou em 02 (duas) vítimas, ocupante da Honda/Biz, sendo, Francieli Mota Pereira e Willyan Santana Cardoso, que foram socorridos pelo corpo de bombeiros e encaminhados para o Hospital Municipal. O condutor do veículo Chevrolet/S10 Ltz, a parte ré, foi constado pela PRF estado de embriaguez (IP561/2021). As partes autoras pugnaram pela condenação do réu, por reparação de dano material, dano moral e o pagamento de honorários de sucumbência em 20% (vinte por cento). Juntou documentos.
Despacho inicial (Num. 65790436 - Pág. 1/2) designou audiência de conciliação que restou infrutífera (Num. 78373571 - Pág. 1).
Em sede de contestação, a parte ré alegou, em síntese, que não foi o responsável pelo acidente, inexistindo, portanto, o dever de indenizar, pugnando pela total improcedência do pedido.
As partes autoras foram intimadas a apresentarem impugnação (Num. 79736071 - Pág. 1), no entanto, não foi apresentada.
Intimadas às partes quanto à necessidade de produzir outras provas, (Num. 82107767 - Pág. 1), nada requereram.
É o relatório. Decido.
Possível o julgamento antecipado, visto que o Código de Processo Civil permite a imediata apreciação do feito que verse sobre matéria exclusivamente de direito ou, se de fato e de direito, quando não houver mais provas a produzir.
Uma vez que as provas trazidas nos presentes autos se fazem suficientes para a possibilidade do pronto julgamento, sem necessidade de que seja acostada nos autos qualquer outra espécie de prova. Assim, o julgamento antecipado da lide é medida que se impõe, nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC.
Considerando que não há preliminares arguidas nos autos, passa-se à análise do mérito.
MÉRITO
É sabido que no direito pátrio, para restar caracterizada a responsabilidade civil, e o consequente dever de indenizar, é necessário estar provada a presença concomitante de três elementos: o dano, a culpa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.
Assim, primeiramente é importante analisar a culpa da parte ré pelo acidente que vitimou os requerentes. Quanto a isso, necessário analisar as provas produzidas nos autos.
Consta como incontroverso nos autos que o veículo S10 Ltz, cor cinza, placa QTG1H16, conduzido por Geraldo Vieira de Araujo, sem observar o fluxo de tráfego na via preferencial, interceptou a trajetória da motocicleta conduzida pelo autor Willyan Santana Cardoso.
Na contestação apresentada a parte ré afirma que não foi o responsável pelo acidente.
Depreende-se dos autos que a parte ré adentrou a via de direção da motocicleta, na qual, encontravam-se as partes autoras, interceptando-o e causando o acidente ao omitir-se no dever de cautela, infringindo comando legal que preconiza a especial prudência do condutor, nos termos dos artigos 28, 34, 303 e 306 do Código de Trânsito Brasileiro:
Art. 28. O condutor deverá, a todo o momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.
Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.
Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
Os autos mostram justamente isso, ou seja, que o acidente ocorreu, uma vez que o réu não manteve as observâncias aos cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, agindo de maneira totalmente contrária às normas de trânsito, estando embriagado e em alta velocidade, ignorando a sinalização, avançando com notória imprudência.
Em sendo assim, impõe-se na hipótese em exame de reconhecer a culpa exclusiva do veículo da parte ré, tendo em vista que o sinistro ocorreu em virtude de sua imprudência ao conduzir veículo alcoolizado e interceptar a trajetória da motocicleta que transitava corretamente.

Assim, restando comprovada a imprudência da parte ré, que desrespeitou as regras de trânsito, é certo que deve ser responsabilizado por sua conduta danosa, razão pela qual passo a análise dos demais pedidos constantes na inicial.

Do dano material

As partes autoras trazem aos autos, notas fiscais dos gastos tiveram em razão do acidente ocorrido, como perda do veículo que utilizavam para ir ao trabalho, os óculos de grau da autora Franciele, as despesas médicas como exames, medicamentos e aparatos (tipoia e colete) e os capacetes, somando a quantia de R$ 2,240,81 (dois mil e duzentos e quarenta reais e oitenta e um centavos) e a motocicleta Honda bis 125 ES (2015/2015) a ser indenizada conforme tabela Fipe, a quantia de R$ 9.560,00 (nove mil e quinhentos e sessenta reais).

Para comprovar as alegações iniciais, a parte autora juntou aos autos cópias de notas fiscais, receituários médicos e Ocorrência Policial. (Num. 65138061 - Pág. 1/5, Num. 65138067 - Pág. 6, Num. 65138069 - Pág. 1, Num. 65138070 - Pág. 1, Num. 65138070 - Pág. 2, Num. 65138071 - Pág. 1, Num. 65138072 - Pág. 1, Num. 65138072 - Pág. 2- tipoia e colete, Num. 65138073 - Pág. 1- ótica e Num. 65138077 - Pág. 1- tabela FIPE).

Por sua vez, a parte ré não trouxe provas suficientes para afastar as alegações dos autores, visto que os documentos juntados atestam a ocorrência do acidente, a necessidade de gastos com procedimentos/exames, medicação, bem como a culpa da parte ré.

O Código Civil, em seu art.186 prevê que"aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Ainda, o art. 927, do mesmo código,menciona que "aquele que, por ato ilícito(arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Desse modo, considerando a imprudência da parte ré em inobservar a sinalização de trânsito entende pelo dever de indenizar os danos materiais, comprovadamente, causados ao requerente.

Nesse sentido, é também o entendimento da Turma Recursal do TJ/RO:

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE COMPROVADA. DANO MATERIAL. CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Restando incontroversa a responsabilidade do ofensor pelos danos causados ao patrimônio do ofendido, este faz jus à indenização por danos materiais. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7040779-90.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 04/10/2019).

Portanto, uma vez que, devido a sua conduta imprudente no trânsito, a parte ré causou prejuízos as partes autoras, devendo indenizá-lo.

No que tange ao valor a ser indenizado, deverá ser observado, estritamente os valores comprovadamente gastos pelos autores, nos recibos e notas fiscais, anexadas aos ids. Num. 65138069 - Pág. 1- HCR, Num. 65138070 - Pág. 1- tomografia, Num. 65138070 - Pág. 2- medicação, Num. 65138071 - Pág. 1- medicação, Num. 65138072 - Pág. 1-medicação, Num. 65138072 - Pág. 2- tipoia e colete, que somam o valor de R$ 1.020,81 (um mil e vinte reais e oitenta e um centavos).

Quanto ao valor da nota dos óculos (id. Num. 65138073 - Pág. 1), não deve ser incluído, pois é de data anterior ao acidente.

Salienta-se que a autora juntou as provas pertinentes nos autos (65138063- IP), nos quais todos os depoimentos relataram que o veículo da parte autora foi levado ao pátio da PRF, pois não tinha condições de trafegar (Num. 65138063 - Pág. 2, Num. 65138063 - Pág. 3, Num. 65138064 - Pág. 2- ocorrência – 146255/2021, Num. 65138066 - Pág. 6- depoimento/perda total, Num. 65138066 - Pág. 8- depoimento perda total- entortou o chassi, Num. 65138077 - Pág. 1 – tabela FIPE, a parte autora pugnou pelo ressarcimento do veículo, estabelecimento do dano material no importe R$ R$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais), sendo o valor venal do automóvel, conforme tabela FIPE juntada (Num. 65138077 - Pág. 1).

O quantum a ser aplicado, deve ter como parâmetro a tabela FIPE do veículo na época dos fatos, o valor de mercado R$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais).

Nesses termos, por todo o exposto, fixo o dano material valor de R$ 10.580,81 (dez mil quinhentos e oitenta reais e oitenta e um centavos).

Dano moral

Quanto aos danos morais, a pretensão merece acolhida, mas não no montante apresentado pelos autores. Não há dúvida de que, em razão do acidente, certamente as partes autoras enfrentaram intenso sofrimento psicológico, aflição, angústia e desequilíbrio em sua subjetividade, atingindo profundamente sua integridade física e emocional, componentes de sua esfera íntima, as quais se encontram protegidas no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

A indenização por dano moral visa, na medida do possível, compensar a vítima pela gravidade dos danos suportados.

O laudo de lesão corporal juntado nos IDs. Num. 65138061 - Pág. 1 / 5, Num. 65138067 - Pág. 8, emitido em 28-09-2021, atesta que a parte autora Willyan Santana Cardoso teve fratura na paleta do ombro esquerdo, fratura da clavícula e várias escoriações pelo corpo e o laudo de lesão corporal juntado no ID Num. 65138061 - Pág. 6/9, Num. 65138067 - Pág. 6, Num. 65138067 - Pág. 7 Num. 65138067 - Pág. 7 atesta que a autora Francieli Mota Pereira bateu a cabeça, fraturou 04 vértebras e também teve várias escoriações pelo corpo.

No caso sub judice, não havendo dúvida quanto ao dano moral sofrido, o problema reside na estipulação do valor devido a título de indenização pelo dano moral sofrido, uma vez que não existem critérios exatos para se chegar a um montante.

Realmente, a boa doutrina pondera que inexistem caminhos exatos para se chegar à quantificação do dano extrapatrimonial, sendo muito importante a atuação do juiz, a fim de se alcançar a equilibrada fixação do valor da indenização.

É necessário deixar bem claro que a indenização pelo dano moral não tem a função de repor matematicamente o dano, mas sim de representar aos lesados uma satisfação moral, psicológica, capaz de neutralizar ou "anestesiar" de algum modo o sofrimento (TJSP - RT 650/66).

A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor (desempregada) e condição econômica do ofendido (desempregado), de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente, com parcimônia.

Conforme exposto, em razão do acidente os autores foram submetidos a diversos procedimentos hospitalares, o que é motivo de perturbação psicológica para qualquer pessoa, de fácil e objetiva percepção, dispensada demonstração. Assim, razoável a fixação do valor de indenização por danos morais de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte Francieli Mota Pereira em razão da maior extensão nos ferimentos e Willyan Santana Cardoso no valor de R$ 2.000,00 (dois mil) reais .

Do abatimento do Seguro Obrigatório DPVAT

As partes autoras juntaram aos autos comprovantes de pagamento do seguro obrigatório DPVAT. A parte Francieli Mota Pereira recebeu a quantia de R$ 2.531,25 e a parte Willyan Santana Cardoso recebeu a quantia de R$ 843,75.
Consoante enunciado da Súmula 246 do Superior Tribunal de Justiça, “o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada”.
Desta feita, no cumprimento de sentença, do valor a ser pago pelo réu, deve ser excluído o valor recebido a título de seguro obrigatório DPVAT.
Isto posto, com base no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e, em consequência:
a. CONDENO a parte ré ao pagamento de danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte Francieli Mota Pereira em razão da maior extensão nos ferimentos e Willyan Santana Cardoso no valor de R$ 2.000,00 (dois mil) reais, sobre o qual deve incidir juros de mora de 1% ao mês, a contar da data do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e correção monetária a contar do arbitramento (Súmula 362 do STJ);
b. CONDENO a parte ré ao pagamento de dano material no valor R$ 10.580,81 (dez mil quinhentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), sobre o qual deve incidir juros de mora de 1% ao mês, a contar da data do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e correção monetária a contar do arbitramento (Súmula 362 do STJ);
Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, pela parte ré, estes arbitrados, na forma do §2º do art. 82 do CPC, em 10% (dez por cento) da condenação, nos termos do art. 86 do CPC
Intime-se. Cumpra-se.
Ji-Paraná, 03 de janeiro de 2023.
VALDECIR RAMOS DE SOUZA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná
Número do processo: 7012292-25.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SILVANI PEREIRA DO CARMO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA, ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Vistos.
Ciente da interposição de agravo de instrumento.
Decidindo no chamado juízo de retratação (artigo 1.018 §1º, do Código de Processo Civil), mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos, uma vez que as razões da parte recorrente não trazem nenhum argumento adicional que pudesse convolar a decisão recorrida.
Observo, ainda, que não foi concedido efeito suspensivo à decisão agravada id. num. 85533346 - Pág. 1/2 , que deverá ser cumprida integralmente
As informações relativas ao recurso de agravo de instrumento seguem abaixo, as quais deverão ser remetidas ao Egrégio Tribunal de Justiça pela CPE.
Ji-Paraná, 03 de janeiro de 2023 .
VALDECIR RAMOS DE SOUZA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
5º VARA CÍVEL DA COMARCA DE JI-PARANÁ
Ofício nº. 01/2023 Ji-Paraná, 03 de janeiro de 2023.
Assunto: Resposta ao ofício da CPE 2º Grau
Autos de agravo de instrumento nº 0812670-82.2022.8.22.0000 (oriundo dos autos 7012292-25.2022.8.22.0005).
Excelentíssimo Senhor Desembargador relator,
Em resposta ao ofício, passo a prestar, doravante, as informações pertinentes.
Trata-se de ação de obrigação de fazer em que se objetiva sequestro nas contas do Estado de Rondônia para realizar procedimento cirúrgico denominado TRATAMENTO ENDOVASCULAR DE AUNERISMA DO TOPO DA BASILAR, COM IMPLANTE DE STENTE INTRACRANIANA E MOLAS, no valor de R$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), no qual foi dado parcial provimento ao pedido liminar, a decisão foi objeto de impugnação por meio deste agravo de instrumento.
Convém esclarecer que houve determinação para inclusão da paciente no SISREG ou agendamento interno, no prazo de 5 (cinco) dias, bem como juntada de informação quanto a posição da paciente na fila de espera ou quanto à previsão de atendimento no SUS, sob pena de sequestro.
Este juízo deixa de reformar a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.
Sendo estas as informações a prestar, apresento minhas elevadas expressões de apreço e respeito.
Cordiais saudações.
Atenciosamente,
Ji-Paraná, 03 de janeiro de 2023.
VALDECIR RAMOS DE SOUZA
Juiz de Direito

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

2ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Criminal
Telefone: (69) 3309-8125 / e-mail: aqs1criminal@tjro.jus.br
Processo: 7000016-34.2023.8.22.0002
Classe: Petição Criminal
Assunto: Furto
REQUERENTE: 3. V. C. D. J.
REU: VINER TEODORO PAIVA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Recebido no plantão.
Trata-se de cumprimento dos mandados de prisões em face de VÍNER TEODORO PAIVA, expedido pelos juízos da 2ª Vara Criminal de Ji-Paraná e 3ª Vara Criminal de Ji-Paraná.
Tendo em vista o cumprimento de mandado de prisão preventiva, é o caso de se aplicar o Provimento da Corregedoria Nº 009/2021, que trata da realização por videoconferência das audiências de custódia.
De acordo com esse Provimento, nos finais de semana, os juízes plantonistas se limitarão a realizar as audiências de custódia dos presos em flagrante (art. 1º, § 3º do Provimento da Corregedoria Nº 009/2021) e as audiências dos presos por mandado serão realizadas durante a semana, no horário de expediente forense pelo juiz que decretou a prisão OU pelo juiz da execução penal em que se encontrar o preso, caso se trate de preso de outra Comarca (art. 1º, § 4º e 6º do Provimento da Corregedoria Nº 009/2021), sendo que “as comunicações de cumprimento de mandado recebidas no plantão serão entregues até às 8 horas da manhã dos dias úteis ao Cartório Distribuidor ou à Central de Atendimento, conforme o caso, para envio imediato à Vara respectiva, para fins de audiência de custódia” (art. 7º do Provimento da Corregedoria Nº 009/2021).
Sendo assim, considerando que o processo já foi distribuído no sistema, DETERMINO que no primeiro dia útil após esta decisão, a Vara para onde o processo foi distribuído comunique o Juízo que decretou a prisão para que realize a audiência de custódia, conforme determina o art. 310 do CPP, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 13.694 de 2019 e art. 7º do Provimento da Corregedoria Nº 009/2021, com a presença do(a) custodiado (a), seu(a) Advogado(a) constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO REQUISITÓRIO, ficando desde já autorizado que a comunicação ao juízo que decretou a prisão ocorra pelo meio mais rápido e econômico (Sistema Pje, Malote Digital, e-mail, WhatsApp etc.).
Ariquemes/RO, segunda-feira, 2 de janeiro de 2023.
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

2ª VARA CÍVEL

Processo: 7019934-58.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da causa: R$ 8.862,42, oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADOS: ANTONIO IUNG TANAZILDO, NA LINHA C 95. LOTE 15, GLEBA 67 sn ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, CRISTIELE FELIPE TANAZILDO, RUA FLOR DO IPÊ 2938, - DE 2793/2794 AO FIM SETOR 04 - 76873-418 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CRISTIELE FELIPE TANAZILDO 04769833202, JARU 4411, - DE 4073 A 4279 - LADO ÍMPAR SETOR 06 - 76873-703 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Despacho

Vistos.
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial em que a parte autora, Cooperativa de Crédito da Amazônia - SICOOB AMAZÔNIA, novamente não comprovou o recolhimento das custas iniciais, mesmo sendo sabedora de tal requisito; registre-se ainda, que todas as iniciais protocolados pela parte autora nesta vara faz-se necessário mandar emendar para recolher custas.
Dessa forma, a teor do artigo 321 do CPC, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, comprovando o recolhimento das custas, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7018289-32.2021.8.22.0002
Classe: Exibição de Documento ou Coisa Cível
AUTOR: SILVANA GLORIA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIA LUCIA PACHECO BEZERRA, OAB nº RO2093
REU: Banco Bradesco S.A
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de uma ação de exibição de documentos com pedido de tutela de urgência cautelar proposta por SILVANA GLÓRIA DO NASCIMENTO em desfavor de BRADESCO S/A em que objetiva a apresentação dos contratos celebrados com o requerido, relativamente a débitos renegociados, a fim de que seja possível questionar os juros aplicados, tendo ainda protestado pela determinação para que o requerido informe o valor inicial da dívida existente em seu nome.
Conforme despacho inicial (ID 66072229), foi deferido o pedido de antecipação da tutela, sendo determinado ao banco requerido que especificasse o valor do débito existente em nome da parte autora e apresentasse em juízo os contratos de renegociações realizados, sob pena de multa diária.
Antes do decurso do prazo ofertado ao requerido, a parte autora apresentou petição no ID 67174316 informando que não recebeu o boleto inerente à parcela do mês de dezembro, o que culminou na negativação de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
Citado, o requerido apresentou petição no ID 67763703, informando o saldo devedor da parte autora como sendo R$ 2.478,84 (dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), bem como juntou uma fatura indicando o valor da parcela mensal como sendo R$ 370,80 (trezentos e setenta reais e oitenta centavos). Em seguida, a parte autora requereu a intimação do requerido para cumprir integralmente a decisão liminar (ID 68619165).
Nos termos dos despachos de ID 78309900 e 79318470, determinou-se a intimação do requerido para cumprir integralmente a decisão liminar, apresentando os contratos celebrados com a parte autora, contudo, manifestou-se informando não dispor dos contratos (ID 79596837). Ato contínuo, a parte autora apresentou petição no ID 79908795, requerendo novamente a intimação do requerido para apresentar os contratos nos autos, o que foi deferido (ID 82110188).
Por ocasião da petição de ID 82425365 o banco requerido reiterou a informação de que não dispõe dos contratos.
Vieram os autos conclusos.
É o relato necessário para contextualização dos fatos. DECIDO
Nos autos restou demonstrado o cumprimento parcial da tutela pelo requerido, no entanto, inobstante tenha sido fixada multa diária pelo descumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela, nos termos da Súmula 372 do Superior Tribunal de Justiça, nas ações de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória, devendo a parte requerida arcar, se for o caso, com a consequência legal de sua omissão na forma do art. 400 do Código de Processo Civil.
Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO REPETITIVO. JULGAMENTO PENDENTE. SUSPENSÃO DE PROCESSO EM TRÂMITE NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. MULTA. DESCABIMENTO. SÚMULA 372/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, a “afetação de determinado recurso ao rito dos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC, com correspondência no art. 1.037, II, do NCPC, não implica a suspensão ou o sobrestamento das demais ações já em curso no Superior Tribunal de Justiça, mas, apenas, as em trâmite nas instâncias ordinárias” (AgInt no REsp n. 1.661.140/SP , Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 30/5/2018). 2. De acordo com a jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça através da Súmula 372/STJ, não é cabível a incidência de astreintes nas demandas envolvendo pedido cautelar de exibição documental. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1501099/RS , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/04/2020, DJe 24/04/2020).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONCESSÃO NA ORIGEM. FIXAÇÃO DE MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372/STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Nas ações de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória, nos termos da Súmula 372 do STJ; 2. Recurso conhecido e provido. (TJ-AM - AI: 40059859320208040000 AM 4005985-93.2020.8.04.0000, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 21/05/2021, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 21/05/2021).

Desse modo, revogo a fixação da multa diária constante na decisão de ID 66072229 e, diante da afirmação do requerido de que não possui os contratos, compete à parte autora, demonstrar que a recusa não corresponde à verdade, nos termos do art. 398, parágrafo único, do CPC/15.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. IMAGENS. RECUSA . 1. Segundo dispõe o artigo 397 do CPC/15, o pedido de exibição de documentos deve ser individualizado e com a indicação da finalidade e importância da prova, sendo necessário, ainda, que o documento seja comum às partes, nos termos do artigo 399, III, do CPC/15. 2. Se o requerido afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade (art. 398, parágrafo único, do CPC/15). 3. Recurso provido (TJ-MG - AI: 10000211469622001 MG, Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 03/11/2021, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/11/2021).

Face ao exposto, nos termos do art. 398, parágrafo único, do CPC/15, intime-se a parte autora para manifestar-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias.

Após o decurso do prazo, faça-se a conclusão dos autos.

Intimem-se e cumpra-se.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Ariquemes, 2 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7014875-60.2020.8.22.0002

Classe:

AUTOR: RONILDA TARGINA FERREIRA

ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS, OAB nº RO5355A

REU: HOBBY KAT MAGAZINE LTDA - EPP

ADVOGADOS DO REU: KAMYLLA YANNE SANTOS, OAB nº AM14114, IZABEL CRISTINA PEREIRA GONCALVES, OAB nº RO4498A

SENTENÇA

Vistos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Dano Moral e Dano Material proposta por RONILDA TARGINA FERREIRA em face de HOBBY KAT MAGAZINE LTDA (LOJA HJ HOMEM MULHER - LOJAS ROYAL), todos já qualificados nos autos.

Aduz a autora, em síntese, que efetuou na empresa requerida a compra de um calçado da promoção para seu filho, pagando pelo produto o valor de R$ 70,00 (setenta) reais; entretanto, ao chegar em casa e entregar para seu filho, foi possível perceber que não servia em seu pé, onde em menos de 01 (uma) hora que havia realizado a compra, pediu para seu filho retornar a loja para efetuar a troca por um número maior. Narra que a funcionária que o atendeu, informou que não seria possível a troca, pois tratava-se de um produto da promoção, na qual deixou seu filho triste e chateado.

Alega que após a negativa, houve mais 02 (duas) tentativas de troca do produto, todas com a mesma justificativa para não realização da troca.

Afirma que teve seu direito negado, razão pela qual requer a condenação da requerida em danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez) mil reais e a devolução do dinheiro pago no produto no importe de R$ 70,00 (setenta) reais. Juntou documentos.

A inicial foi instruída com vários documentos.

Em despacho inicial de ID 51542995 a gratuidade foi indeferida, tendo a autora recolhida as custas em ID 51681894.

Recebida a emenda, fora designado audiência de conciliação, ID 52138758.

Realizada a audiência de conciliação, esta restou infrutífera. ID 53902091.

No ID 54815300 a requerida apresentou contestação. Não arguiu preliminares e no mérito alegou que a Requerida apenas tomou conhecimento dos fatos com a citação da ação e que ao verificar com seus funcionários, nenhuma das vendedoras tomou conhecimento do caso ou se negou a efetuar trocar. Sustentou ainda que, a troca do produto seria apenas pela numeração, não havia defeito, ou seja, não havia obrigatoriedade na troca. Impugnou os demais pedidos e requereu a improcedência do pedido inicial.

A autora apresentou réplica a contestação (ID 55538063).

Intimadas as partes para manifestarem quanto a produção de provas, a autora requereu o depoimento pessoal da requerida (ID 56523410) e a requerida o depoimento pessoal da autora bem como arrolou testemunha, ID 56618848.

Despacho de ID 77957962 designou-se audiência de instrução.

Audiência de instrução realizada ao ID 82842138.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Versam os autos de pedido de dano moral e material requerido por RONILDA TARGINA FERREIRA em face de HOBBY KAT MAGAZINE LTDA - EPP.

Aduz a parte autora haver adquirido um par de calçados da promoção para seu filho e que ao chegar em casa, notou-se que não cabia em seu pé. Tentou a troca do calçado pela numeração por diversas vezes, todas sem êxito, sob alegação do calçado ser da promoção. Por isso, pleiteia a restituição do valor pago, além da condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais.

Afirma a requerida no entanto, que o negócio jurídico foi perfeito e que a autora não comprova o alegado e ainda que o produto não possuía vício para efetivação legal da troca.

A análise dos autos faz emergir de maneira indiscutível a relação de consumo havida entre os litigantes, motivo pelo qual o conflito de interesses ora apresentado deve ser resolvido à luz do Código de Defesa do Consumidor.

O artigo 3º do CDC dispõe: "Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. §1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. §2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista".

Sabe-se que, ao tratar das relações consumeristas, o Código de Defesa do Consumidor apresentou um grande avanço na proteção da parte hipossuficiente da relação, ampliando o direito de defesa contra quem tem maiores condições de fazê-lo.

Conquanto sejam aplicáveis, em casos como o vertente, os ditames do Código de Defesa do Consumidor, que prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII1), tal princípio não se mostra absoluto, tampouco possui o condão de afastar por completo a regra inscrita no art. 333, I, do Código de Processo Civil, não dispensando o Autor de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, entendimento consonante com a jurisprudência dos Tribunais de Justiça pátrios.

No caso em tela, sustentou a autora que adquiriu para seu filho um par de calçados que estava em promoção na Loja requerida, contudo ao chegar em casa constatou que o produto não servir naquele, e ao procurar seus direitos de troca/ressarcimento junto a requerida, tal pleito lhe foi negado sob argumento do produto ser promocional.

A compra e o seu pagamento são ponto incontroverso, diante da comprovação ao ID 51481505.

Pois bem, é inquestionável que não ocorreu falha na prestação dos serviços da ré. A compra foi realizada presencialmente no recinto da loja. Não comprova nenhum vício no produto que a levou a solicitar a troca do mesmo. Além do mais, não comprovou ainda que tentou realizar a troca do produto, trazendo aos autos, apenas a comprovação da compra.

Ora, o produto acolhido pela parte autora por ocasião da troca, encontrava-se com preço promocional, tendo em vista a política e estratégia da venda da ré. Não cabe ao judiciário a ingerência indevida de sua atividade comercial, sob pena de afronta a dispositivo no inciso II do artigo 5º da CF cuja determinação estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. A ré, assim, pode estabelecer critérios objetivos, não sendo obrigada a fazê-lo compulsoriamente em razão da vontade exclusiva do consumidor.

O art. 18 do Código de Defesa do Consumidor trata da responsabilidade dos fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade. No §1º, prevê que o consumidor pode exigir a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço, mas antes menciona que assim se fará "Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias". Ou seja, o fornecedor possui este prazo para resolver o problema; entretanto, no caso em exame, nenhum vício foi constatado.

A única hipótese de direito de desistência do contrato contemplada pelo Código de Defesa do Consumidor se encontra em seu art. 49, que permite a desistência do contrato, no prazo de 07 (sete) dias, "nos casos em que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio". Não é o caso.

E jamais o fato poderia gerar indenização pelo suposto dano moral. Afinal, um calçado com numeração incorreta não pode ser considerado como potencial causador de angústias ou estigmas geradores de dano moral indenizável.

Prestigiada doutrina oferece lição neste exato sentido: "No que diz respeito ao vício ou do produto ou do serviço, certos reclamos imoderados de consumidores na "vulgarização" da conceituação técnico-jurídica de dano moral indenizável têm sido repelidos pela doutrina e jurisprudência, coibindo certas pretensões despropositadas, que em nada interferem nos direitos da personalidade." (Cahali, Yussef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 497).

Os pleitos de indenização por dano moral se multiplicam, às vezes com fundamento em fatos corriqueiros e sem maior expressão. É o que consignou o eminente Desembargador Ênio Santarelli Zuliani: "É preciso, pois, conter o ímpeto das ações sem estrutura ideológica e que estão voltadas ao incremento da indústria da indenização, porque a vulgaridade prejudica o sentido dos arts. 5º, V e X, da CF, e 186, do novo CC" (TJSP - Ap. 138.174-4/0 - j. 27.05.03 - RT 818/195-199).

Neste sentido há julgados relacionados:

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO. PRODUTO EM PROMOÇÃO. TROCA PELO FORNECEDOR NÃO OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO PRODUTO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. Relatou o autor que adquiriu uma calça da demandada, pelo valor de R$ 47,99. Disse que, no dia seguinte, retornou à loja para trocar o bem por outro, com tamanho diverso. No entanto, a ré negou-lhe a troca. Em defesa oral, a requerida justificou a negativa de substituição do produto pelo fato de a calça se tratar de mercadoria promocional. Com efeito, não havendo a obrigatoriedade legal de substituição do produto na ausência de vício e não demonstrada a ocorrência de má fé na contratação por parte da ré, não há como determinar a restituição do valor pago ou a troca do produto. Danos morais não configurados. Inexistência de qualquer agressão a atributo da personalidade capaz de ensejar a indenização pretendida. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO. TJ-RS - Recurso Cível 71006598874 RS (TJ-RS) Jurisprudência• Data de publicação: 03/03/2017TJ-RS.

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. COMPRA DE CAMISA MASCULINA. SOLICITAÇÃO DE TROCA DO PRODUTO POR TAMANHO MAIOR. INDISPONIBILIDADE. PRODUTO PROMOCIONAL. DEVOLUÇÃO DOS VALORES. DESCABIMENTO. SITUAÇÃO QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS ARTIGOS 18 E 40 DO CDC . INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE OFENSA AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE, A ENSEJAR INDENIZAÇÃO DE CUNHO REPARATÓRIO. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71007330442, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em 16/05/2018).

Desta feita, a declaração de compra pelo valor promocional do produto não poderá ser pleiteada pela autora, não havendo amparo jurídico para sua pretensão.

Destarte, considerando que as provas coligidas ao feito foram uníssonas no sentido de demonstrar que não houve vício no produto, não há que se falar em obrigação de indenizar, motivo pelo qual a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido da parte vencida foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Ademais, o STJ já pacificou o entendimento que “o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida”, portanto, o fato de não haver um tópico específico na sentença para discorrer sobre a posse do imóvel afetado ou a homologação do TAC, não significa que os argumentos apresentados pelo embargante não tenham sido analisados.

III – DISPOSITIVO

Diante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por RONILDA TARGINA FERREIRA em face de HOBBY KAT MAGAZINE LTDA - EPP e por consequência julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Ante a sucumbência, a parte autora arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios em favor dos patronos da ré, em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

Ariquemes, 2 de janeiro de 2023

Juiz(a) de Direito

Processo: 7019928-51.2022.8.22.0002

Classe: Monitória

Valor da causa: R$ 8.849,15, oito mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quinze centavos

AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA, AC BURITIS, AVENIDA AYRTON SENNA1109 SETOR 1 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

REU: JOAQUIM RODRIGUES DO AMARAL, LINHA C 110, TRAVESSÃO B-20 sn ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)

Despacho

Vistos.

Trata-se de ação monitória em que a parte autora, Cooperativa de Crédito da Amazônia - SICOOB AMAZÔNIA, novamente não comprovou o recolhimento das custas iniciais, mesmo sendo sabedora de tal requisito; registre-se ainda, que todas as iniciais protocolados pela parte autora nesta vara faz-se necessário mandar emendar para recolher custas.

Dessa forma, a teor do artigo 321 do CPC, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, comprovando o recolhimento das custas, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016.

Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.

CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.

Ariquemes, 2 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7011813-80.2018.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: HOMERO BRASILIENSE DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
EXECUTADO: MOACIR DE OLIVEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para comprovar, no prazo de 10 (dez) dias, que o veículo indicado a penhora não possui gravames de alienação fiduciária que possam afetar direito de terceiros, bem como para comprovar que tal veículo está em nome do executado, uma vez que a última pesquisa renajud realizada, os veículos em nome do executado estavam com restrição.
Registre-se que caso pretenda nova pesquisa no Sistema RENAJUD deverá efetuar o recolhimento das custas.
Decorrido tal prazo, retornam-se os autos conclusos para deliberações quanto ao pedido.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019925-96.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADOS: ANDRE LUIZ LAVERDE, ALISSON SILVA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial em que a parte autora, Cooperativa de Crédito da Amazônia - SICOOB AMAZÔNIA, novamente não comprovou o recolhimento das custas iniciais.
Dessa forma, a teor do artigo 321 do CPC, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, comprovando o recolhimento das custas, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito
Processo: 7019915-52.2022.8.22.0002
Classe: Outros procedimentos de jurisdição voluntária
Valor da causa: R$ 1.200,00, mil e duzentos reais
REQUERENTES: V. M. S., RUA EUCLIDES DA CUNHA 4066, - DE 3612/3613 A 3892/3893 SETOR 06 - 76873-646 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, E. D. D. S., RUA FRANCISCO PRESTES 2546 SETOR 02 - 76888-970 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: LEDIANE TAVARES ROSA, OAB nº RO8027L
REQUERIDO: M. H. S., RUA FRANCISCO PRESTES 2546 SETOR 02 - 76888-970 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
As partes autora pleitearam o benefício da justiça gratuita, todavia, não comprovaram a condição de hipossuficiência, sendo assim, intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar por meio de documentos a condição de hipossuficiência ou recolher as custas judiciais nos termos do Regimento de Custas.
Decorrido o prazo com ou sem manifestação tornem os autos conclusos.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019904-23.2022.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: A. S. M.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas), eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação.
1.1 Decorrido o prazo do item 1 sem a comprovação do pagamento das custas, venham conclusos para extinção.
1.2 Comprovado o recolhimento das custas, prossiga nos seguintes termos:
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
2.1 Depreende-se que a notificação extrajudicial fora devidamente assinada pelo requerido (ID 70851322), comprovando, assim, a constituição da mora do devedor, a qual é pressuposto processual para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, nos termos da súmula 72, do STJ.
In verbis: " A comprovação da mora e imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. (SÚMULA 72, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/04/1993, DJ 20/04/1993, p. 6769)".
3 Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
3.1 No caso do feito, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
3.2 A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pelo contrato de financiamento devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
3.3 De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
3.4 Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo.
3.5 Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato (Marca: FIAT Modelo: PUNTO ATTRACTIVE Ano: 2012/2013 Cor: PRETA Placa: OHU5D99 RENAVAM: 493526978 CHASSI: 9BD11818LD1222605), depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, ou quem ele venha a indicar, mediante compromisso;
3.6 O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
3.7 Além disso, faça constar também no mandado que o requerido deverá entregar ao depositário, no ato da busca, chave e os documentos de porte obrigatório e de transferência.
3.8 O mandado só será cumprido com o acompanhamento de preposto da parte autora, ante a necessidade de depositário do bem.
3.9 Caso o preposto da autora não entre em contato com o oficial de justiça, até o final do prazo para cumprimento, o mandado deverá ser devolvido ao cartório sem qualquer diligência.
4. Cite-se o requerido de todo o teor da petição inicial, cientificando-o de que terá o prazo de 5 (cinco) dias, da execução da liminar, para pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, e que poderá vendê-lo, independentemente de leilão, avaliação, nos termos do art. 101, da Lei 13.043/2014, bem como terá o prazo de 15 dias, a contar da citação, para, querendo, apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC, ainda que tenha efetuado o pagamento, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (DL 911/69, art. 3º e parágrafos, com a redação dada pela Lei n. 10.931, de 02/08/2004).
5. Vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora se para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias.
6. Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando no feito.
7. Proceda-se a restrição judicial a que alude o §9º, art. 3º, DL 911/69 com redação dada pela Lei n. 13.043/2014. Após a apreensão, exclua-se da restrição no RENAJUD.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes,2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

Processo: 7019930-21.2022.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da causa: R$ 37.209,22, trinta e sete mil, duzentos e nove reais e vinte e dois centavos
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
REU: ADRIANA DE OLIVEIRA, RUA SALVADOR 2120, - ATÉ 2252/2253 SETOR 03 - 76870-416 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARCIO RAMOS BRITO, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 5500, - ATÉ 1496 - LADO PAR APOIO RODOVIÁRIO SUL - 76876-728 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MRB COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, CARAIBAS 40, LOTE 28/A QD TOK RETOK APOIO RODOVIARIO - 76876-725 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Trata-se de ação monitória em que a parte autora, Cooperativa de Crédito da Amazônia - SICOOB AMAZÔNIA, novamente não comprovou o recolhimento das custas iniciais, mesmo sendo sabedora de tal requisito; registre-se ainda, que todas as iniciais protocolados pela parte autora nesta vara faz-se necessário mandar emendar para recolher custas.
Dessa forma, a teor do artigo 321 do CPC, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, comprovando o recolhimento das custas, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7012164-14.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ANTONIO MOACIR DE PAULA, CPF nº 28953258200, OITAVA RUA 2014, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALLISON ALMEIDA TABALIPA, OAB nº RO6631
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
I- RELATÓRIO
ANTONIO MOACIR DE PAULA ingressou com a presente ação em face de BANCO BMG S/A. Segundo consta na inicial, a parte autora é titular de benefício previdenciário (nº 625.892.998-6), tendo lhe sido oferecido empréstimo consignado pelo banco requerido, no ano de 2019, acreditando ser um Contrato de Empréstimo Consignado, entretanto, ao consultar seu extrato notou que as cobranças se referiam à Reserva de Margem Consignável. Assim, ingressou com a presente, tencionando, a suspensão imediata de todos os descontos relativos ao Contrato nº 14932267, a liberação total e integral de toda a RESERVA DE MARGEM CONSIGNADA averbadas no cadastro do INSS pelo sistema DATAPREV, a repetição do indébito no importe de R$ 2.859,38 (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos), além da fixação de indenização por danos morais no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Juntou documentos.
Despacho inicial determinando a citação do requerido (ID 81146062).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 83234739), em sede de preliminar impugnou o valor da causa, arguiu a inépcia da inicial, carência da ação e a prescrição. No mérito, protestou pela improcedência da inicial sob o argumento de que a parte autora por sua livre vontade contratou o cartão consignado e nesse sentido a parte autora realizou saques com o cartão, se beneficiando do contrato. Juntou documentos.
O requerido informou a interposição de Agravo de Instrumento (ID 80314645), o qual foi provido parcialmente para o fim de determinar que os descontos das parcelas discutidas nos autos sejam depositados em juízo, ficando condicionado o levantamento ao julgamento do mérito.
Réplica (ID 84309508).
Intimadas para especificarem as provas pretendidas (ID 84333798), as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide (ID 84675293 e ID 84686274).
Vieram os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, CUMULADA COM DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO em que a parte autora objetiva declarar inexistente contrato existente em seu nome, com consequente restituição dos valores descontados, além de fixação por indenização por danos morais.

a) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

O sistema processual civil é orientado pelo princípio do convencimento motivado, permitindo ao magistrado formar a sua convicção com base em qualquer elemento de prova disponível nos autos. Para tanto, basta que indique os motivos que ensejaram o convencimento.

De acordo com esse entendimento segue a compreensão firmada pelo STJ consoante os trechos de arestos recentemente publicados e transcritos abaixo:

Nos termos do art. 370 do CPC/2015, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante que seja inútil ou desnecessário à solução da lide, seja ele testemunhal, pericial ou documental". (STJ; AgInt-REsp 1.834.420; Proc. 2019/0255530-0; SC; Primeira Turma; Rel. Min. Sérgio Kukina; Julg. 11/02/2020; DJE 18/02/2020).

(...) Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento, pois, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias (...). (STJ; AgInt-AREsp 1.153.667; Proc. 2017/0203666-9; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Raul Araújo; Julg. 20/08/2019; DJE 09/09/2019).

A petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para conhecer dos fatos narrados e o pedido realizado.

Os documentos coligidos neste feito são suficientes para embasar o convencimento deste juízo, em sintonia com os princípios da razoável duração do processo e da efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 4º do CPC.

b) DAS PRELIMINARES

1b) Impugnação ao valor da causa

Em sede de preliminar a parte requerida alegou que o autor atribuiu à causa valor aleatório, pretendendo a condenação do banco requerido ao pagamento de indenizações diversas.

Entretanto, verifica-se na peça inicial que o requerente atribuiu à causa o importe de R$ 12.859,38 (doze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos), que se referem ao pedido de repetição de indébito acrescido do pedido de indenização por danos morais, pleiteado em R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Assim, afasto a preliminar arguida.

2b) Inépcia da inicial - ausência de prova mínima do direito alegado nos autos e do comprovante de residência.

Em sede preliminar, a parte requerida arguiu que a parte autora não trouxe aos autos documentos mínimos que provem o direito alegado, nem o seu comprovante de endereço.

Ocorre que, o autor anexou à sua inicial comprovante de desconto em seu benefício, que é o objeto dos autos, bem como declaração de endereço, preenchida e assinada pelo requerente. ademais, as provas podem ser produzidas durante a instrução processual, não sendo necessário que venham todas as provas junto com a inicial, eis que há fatos que podem ser provados por prova testemunhal produzida em juízo.

Diante do exposto, rejeito a referida preliminar.

3b) Carência da ação

Em sede preliminar, a parte requerida arguiu a falta de interesse de agir, porque a parte autora não teria ingressado com o pedido administrativamente. No entanto, essa preliminar não pode subsistir porque o art. 5°, XXXV da Constituição da República assegura a todos o direito de ação, por conta do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, não podendo ser excluída da apreciação do Poder Judiciário, lesões ou ameaças a direito.

Há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido:

Apelações cíveis. Contrato de empréstimo consignado por cartão de crédito (RMC). Sentença de parcial procedência. Apelação 1. Inépcia da inicial. Não ocorrência. Requisitos do art. 330, § 1º, devidamente atendidos. 2. Ausência de interesse de agir. Prévio requerimento administrativo. Desnecessidade. Garantia constitucional de acesso à justiça. 3. Nulidade da contratação. Pretensão de contratação de empréstimo consignado tradicional e não empréstimo com reserva de margem consignável. Ônus de comprovar a efetiva contratação que competia à parte ré. Contrato não juntado aos autos. (...). Apelação 1 conhecida e parcialmente provida. Apelação 2 prejudicada, ante o parcial provimento da apelação 1." (Apelação Cível nº 0012008-25.2019.8.16.0130 – Rel.ª Juíza Subst.ª em 2º Grau Fabiane Pieruccini – 14ª Câmara Cível – DJe 28-9-2020).

Portanto, a parte autora possui interesse de agir, à medida em que a lei lhe assegura deduzir a sua pretensão em juízo, mesmo que não tenha requerido seu direito administrativamente. Assim, afasto a preliminar.

4b) Prescrição

Sustenta a requerida que a pretensão d parte autora está prescrita pois entre a data do primeiro desconto (10/05/2019) e da distribuição da ação (05/08/2022) decorreu prazo superior a 3 (três) anos, devendo a presente ação deve ser extinta com resolução do mérito, em conformidade com o art. 487, II do CPC.

Ocorre que na hipótese posta em análise, pela aplicação do artigo 27 do CDC, o prazo prescricional é de 05 anos, o qual é computado individualmente sobre cada parcela descontada diretamente da parte consumidora.
Portanto, considerando a data de realização do contrato, afasto a preliminar arguida.
c) DO MÉRITO
Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo questões preliminares, procedo, doravante, ao exame do mérito.
Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Convém ressaltar, que o Superior Tribunal de Justiça sumulou o seguinte: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras". (Súmula nº 297 do STJ).
Nesse sentido, tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
Embora se trate de relação de consumo, que autoriza a inversão do ônus probatório, deve a consumidora, ora parte autora, trazer aos autos elementos de prova que comportem minimamente o direito alegado, conforme previsto no art. 373, inciso I, do CPC.
O cerne da lide reside em saber se a parte autora contratou um cartão consignado perante o requerido e se nesse sentido, beneficiou-se da contratação.
Pois bem. Relativamente ao mérito, após detida análise, verifico que a ação deve ser julgada parcialmente procedente. Explico.
b) Suspensão do contrato
No pedido inicial a parte autora requereu a suspensão do contrato objeto dos autos, com consequente liberação da reserva de margem consignada sob o argumento de que houve vício de consentimento no momento da contratação, pois em verdade, acreditou estar contratando um empréstimo consignado, quando em verdade, contratou um cartão de crédito consignado.
Embora o requerido tenha apresentado um contrato assinado pela parte autora e comprovante de ordem de pagamento creditada em sua conta bancária. Por outro lado, as faturas de cartão de crédito apresentadas com a contestação demonstram a existência de um cartão de crédito em nome da parte autora mas não demonstram a sua utilização. Isso porque as faturas possuem apenas a cobrança do serviço, sem demonstração de sua utilização para compras e saques.
Nesse sentido, assevera-se que as provas documentais apresentadas pelo requerido até o momento são insuficientes para atestar que a parte autora se beneficiou do contrato. As provas em verdade, demonstram o contrário, que a parte autora contratou um cartão de crédito perante o requerido e não procedeu a sua utilização.
Assim, em razão da inversão do ônus probante, cabia ao requerido demonstrar o pagamento de valores à parte autora e, como isso não foi feito, o feito deve ser julgado a partir das provas produzidas nos autos, as quais indicam que a parte autora, embora tenha anuído à contratação junto ao requerido, não se beneficiou do cartão.
No caso em tela, as provas apresentadas indicam a existência de contrato bancário de cartão de crédito consignado em folha de pagamento de beneficiário, com prestações sem número ou prazo determinado, com desconto apenas do mínimo do valor da fatura mensal efetuado direto na conta da parte autora, onde o banco refinancia o restante do valor total devido, tornando a dívida impagável.
Portanto, não há como manter a validade do contrato, urgindo seja declarada a inexistência desse negócio jurídico, com a respectiva rescisão do pacto já que o requerido não juntou provas demonstrando o contrário.
Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que, o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).
O inciso IV trata do aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor, restando caracterizada tal prática quando o fornecedor, de modo abusivo, se vale da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social.
Dessa forma, como a parte autora realmente não se beneficiou do cartão, o requerido jamais poderia ter efetivado descontos em seu benefício.
Como é cediço, pelo Princípio da Congruência, o juízo está adstrito a conceder aquilo que efetivamente a parte pediu na PETIÇÃO INICIAL, sob pena de haver julgamento extra ou ultra petita. Isto porque, o dispositivo da sentença deve guardar correta relação com o descrito no pedido. Essa é a regra. Porém, independente desse princípio, sob a ótica do CPC em vigor há permissivo legal para que o juiz considere incluído no pedido final a confirmação do pedido de antecipação da tutela e via de consequência na própria condenação o pedido implícito para o fim de declarar inexistente o contrato objeto dos autos.
Face ao exposto, procede o pedido de declaração de inexistência do contrato de cartão de crédito consignado, cabendo a compensação dos valores disponibilizados e sacados pela parte autora.
c) Repetição do Indébito
Em relação ao pedido de repetição de indébito, o STJ firmou entendimento de que "a restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstancia conduta contrária à boa-fé objetiva" (STJ. Corte Especial. EAREsp676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).
Há nos autos prova documental de que a autora contratou um contrato de cartão consignado perante o requerido e, como a parte autora afirmou ter pago várias parcelas do cartão, sem utilizá-lo, pugnou pelo recebimento do valor cobrado, de maneira dobrada, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do CDC.

No entanto, não há como proceder o pedido de restituição do montante pago em dobro, face à ausência de comprovação de má-fé do requerido.

Há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido:

"AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APOSENTADO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO DEVIDAMENTE ASSINADO NOS AUTOS. CIÊNCIA DA PARTE QUANTO À UTILIZAÇÃO DESSA MODALIDADE DE MÚTUO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007154545, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 28/09/2017)".

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APOSENTADO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO DEVIDAMENTE ASSINADO NOS AUTOS. CIÊNCIA DA PARTE QUANTO À UTILIZAÇÃO DESSA MODALIDADE DE MÚTUO. RÉU QUE SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 373, II, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VALORES DEVIDOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (Recurso Cível Nº 71007776628, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 28/06/2018). (TJ-RS - Recurso Cível: 71007776628 RS, Relator: Luís Francisco Franco, Data de Julgamento: 28/06/2018, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/07/2018).

Dessa forma, uma vez demonstrado o pagamento de parcelas cobradas a título de cartão de crédito consignado em que não houve o benefício do valor, procede o pedido de restituição de maneira simples.

d) Indenização por dano moral

Em relação aos danos morais, a parte autora não provou sua ocorrência.

Para se falar em eventual indenização por dano moral, a parte autora deveria ter demonstrado que experimentou dor que ultrapassou os dissabores e frustrações que de forma regular e rotineiramente a vida em sociedade nos submete, ao ponto de redundar em mácula no direito da personalidade ou em sua honorabilidade.

Ofensa moral passível de reparação é aquela que afeta a psique do indivíduo, acarretando sentimentos de aflição, angústia e sofrimento para a pessoa lesada, e isso não foi provado nos autos.

A cobrança a que foi exposta pode configurar situação desagradável para a parte autora Porém, a conduta descrita e provada nos autos não tem relevância suficiente a caracterizar lesão à moral objetiva ou subjetiva.

Saliento que o caso não se trata de dano moral in re ipsa, em que basta a prova do ato eivado de antijuridicidade; portanto, cabia à parte autora demonstrar as ocorrências pelas quais sua esfera jurídica moral teria sido atingida, e isso a parte não conseguiu fazer.

Há entendimento pacificado neste mesmo sentido. Vejamos:

AÇÃO ORDINÁRIA - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - NÃO COMPROVADO - ÔNUS DA PROVA - PEDIDO IMPROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - ART. 333, I, DO CPC. Se não houver prova do dano e do nexo de causalidade entre este e a conduta supostamente ofensiva, não há dever de indenizar. Recurso não provido (TJ-MG - AC: 10672120270190001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 03/04/2014, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/04/2014).

TRATA-SE DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGA A RECLAMANTE QUE PRESTOU SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA À RECLAMADA, A QUAL RESTOU INADIMPLENTE DO VALOR DE R$26.480,21. RELATA QUE A RECLAMADA SOLICITOU A RECLAMANTE O ENVIO DOS CANHOTOS E NOTAS DE ENTREGA A FIM DE PROVIDENCIAR O PAGAMENTO E QUE, CONTUDO, REALIZOU DEPÓSITO DE ENVELOPE VAZIO POR MEIO DE CAIXA ELETRÔNICO, CAUSANDO-LHE DIVERSOS TRANSTORNOS. REQUER INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS SUPORTADOS. SOBREVEIO SENTENÇA IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RECLAMANTE QUE PUGNA PELA REFORMA DA SENTENÇA RECORRIDA PARA O FIM DE CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS OU, SUBSIDIARIAMENTE, PELA NULIDADE DA SENTENÇA E BAIXA DOS AUTOS PARA QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PROPORCIONANDO A PRODUÇÃO DE PROVA. PARA FAZER JUS À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL É IMPRESCINDÍVEL A PRESENÇA EFETIVA DE DANO, A CONDUTA ILÍCITA DO CAUSADOR DO DANO (OMISSIVA OU COMISSIVA), BEM COMO O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE TAL CONDUTA E O PREJUÍZO MORAL SOFRIDO. NA HIPÓTESE DOS AUTOS O DANO MORAL NÃO É PRESUMIDO. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DETERMINA QUE O ÔNUS DA PROVA INCUMBE AO AUTOR, QUANTO AOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO E AO RÉU, QUANTO À EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR (INTELIGÊNCIA DO ART. 333, INCISOS I E II, DO CPC). NÃO RESTA COMPROVADO OS ALEGADOS PREJUÍZOS DE ORDEM MORAL SOFRIDOS PELA RECLAMANTE, ORA RECORRENTE, ORIUNDOS DO SUPOSTO DEPÓSITO DE UM ENVELOPE VAZIO, POSTO QUE TAL FATO SEQUER PREJUDICOU POSTERIOR PROSSEGUIMENTO DE AÇÃO EXECUTÓRIA. RESSALTA-SE QUE POR SE TRATAR DE PESSOA JURÍDICA A ÚNICA FORMA PASSÍVEL DE GERAR DANO MORAL SERIA MEDIANTE (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0000532-08.2014.8.16.0019/1 - Ponta Grossa - Rel.: Fernando Swain Ganem - - J. 22.06.2015) (TJ-PR - RI: 00005320820148160019 1 PR 0000532-08.2014.8.16.0019/1 (Acórdão), Relator: Fernando Swain Ganem, Data de Julgamento: 22/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 25/06/2015).

Ainda que se pudesse vislumbrar alguma conduta ilícita do banco recorrido, cabia à parte autora ter produzido prova de situação onde seus direitos de personalidade tenham restado atingidos. Não bastaria a mera alegação do dissabor comum às relações comerciais para fundamentar a condenação, já que o descumprimento contratual, por si só, não configura causa suficiente a ensejar o reconhecimento do dever de reparar.

Não se verificando ofensa a atributos da personalidade, também não se pode manejar um instituto da responsabilidade civil com finalidade puramente sancionatória, por falta de expressa previsão legal nesse sentido.
Nas relações consumeristas aplica-se a inversão do ônus probante, bastando a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, de modo que inicialmente este estaria exonerado de provar o alegado. Todavia, em havendo comprovação, pela parte contrária, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, incumbiria a esta fazer prova quanto aos fatos, impugnando especificamente a documentação colacionada.
Ocorre que a parte autora se descurou do ônus que lhe cabia e por isso, não há que se falar em ilícito praticado pela parte requerida e, portanto, inexiste CONDUTA apta a ensejar reparação por danos morais pretendida pela parte autora.
Sendo assim, resta patente também o rompimento do nexo causal, elemento indispensável ao reconhecimento da responsabilidade, pois se não há conduta, também inexiste NEXO DE CAUSALIDADE entre a mesma e eventual DANO suportado.
Portanto, qualquer ângulo que se aprecie a questão, é o caso de rejeitar o pedido inicial em sua totalidade, especialmente porque inexiste comprovação de conduta ilícita nos autos.
III- DISPOSITIVO
Pelo exposto, confirmo a antecipação da tutela e no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por ANTONIO MOARCIR DE PAULA em face de BANCO BMG S/A e por esta razão:
a) DECLARO inexistente o contrato nº 14932267 de empréstimo e cartão de crédito consignado em nome da parte autora junto ao Banco BMG S/A, descontados no benefício previdenciário nº 625.892.998-6.
b) CONDENO o requerido Banco BMG S/A ao ressarcimento, de maneira simples, do valor cobrado mensalmente no benefício previdenciário da parte autora, desde a contratação, acrescidos de juros de 1%, contados a partir da citação, e correção monetária a partir do desembolso.
c) Como ficou demonstrado o depósito de valores na conta bancária da parte autora, após o trânsito em julgado, determino a devolução ao requerido, ficando autorizada a compensação do valor no montante a ser pago pelo requerido em seu favor.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Oficie-se ao INSS dando ciência da presente.
Custas na forma da lei.
Tendo ocorrido sucumbência recíproca, nos termos do art. 86 do CPC, considerando as proporções de êxito das pretensões de cada parte, CONDENO a parte autora a pagar 50% das custas e despesas processuais, e a parte ré a pagar os 50% restantes, observada a gratuidade da justiça deferida à parte autora e a inexigibilidade do art. 98, § 3º, do CPC;
Quanto aos honorários sucumbenciais, CONDENO a parte autora a pagar ao patrono da parte requerida honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre a parte líquida que decaiu de seu pedido inicial, e a parte requerida a pagar ao patrono da parte autora honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação. Em caso de não pagamento, proceda-se conforme o artigo 35 do Regimento de Custas do TJRO.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010081-64.2018.8.22.0002
Classe: Ação Civil Pública
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA, HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO, MARCOS ADRIANO BALDRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REU: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074, ALLAN CARDOSO PIPINO, OAB nº RO7055, NEILA SILVA FAGUNDES, OAB nº RO7444

DESPACHO
Vistos.
Em análise aos autos verifico que não foi oportunizado as partes quanto ao interesse na proposta de acordo de não persecução cível e diante da alteração normativa advinda com a Lei nº 13.964/2019, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre eventual interesse na proposta de acordo de não persecução cível, nos termos do art. 17, §§ 1° e 10-A, da Lei n° 8.429/92.
Havendo interesse, intime-se as partes para se manifestarem em 15 (quinze) dias.
Ausente interesse do Ministério Público na proposta de acordo de não persecução cível, intime-se para apresentar parecer.
Após, voltem conclusos.
Intimem-se as partes.
Expeça-se o necessário.
VIA DESTE SERVE DE CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008920-82.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: E. PEREIRA & VIEIRA LTDA - EPP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO RODRIGUES, OAB nº RO2902A, RICARDO ANTONIO SILVA DE LIMA, OAB nº RO8590
EXECUTADO: A. P. DINIZ - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: MAIELE ROGO MASCARO, OAB nº RO5122
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, apresentar o comprovante de recolhimento das custas para as diligências pleiteadas, nos termos do art. 17 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Atente que cada recolhimento equivale a uma pesquisa/consulta (um CPF e um sistema). Assim, pretendendo a parte efetuar mais de uma consulta (exemplo: dois ou mais sistemas ou dois ou mais CPF's em um sistema), deverá recolher o montante respectivo às diligências pleiteadas (duas custas), nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas Judiciais).
Denota-se que ao ID 83285328 o exequente recolheu o valor de apenas 01 (uma) diligência, logo, se caso for apenas uma consulta que o exequente pleiteia, informar qual delas pretende. (ID 8071841).
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, arquive-se.
Recolhidas as custas, venha concluso na pasta "Decisão JUD's".
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003523-13.2017.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: EDINEIA PIRES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VANDA SALETE GOMES ALMEIDA, OAB nº RO418, RAQUEL SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RJ154285, TAYNA KAWATA RANUCCI, OAB nº RO9069
EXECUTADO: BANCO PAN S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença relativo a ação declaratória de inexistência de débito, movida por Edineia Pires em face do BANCO PANAMERICANO S/A em que sentença proferida nos autos (ID 10255207) julgou parcialmente procedente o pedido inicial, nos seguintes termos: "a) DECLARO a inexistência do débito a que se refere o contrato nº 304274800-8 (ID 10522403); b) CONDENO o réu à repetição de indébito dos valores descontados indevidamente do benefício da autora (art. 42, parágrafo único, do CDC), em relação ao contrato nº 304274800-8, com correção monetária a contar da data do desembolso e juros de mora a partir da citação, compensando-se o valor creditado (R$ 2.088,41) em favor da autora; c) CONDENO o réu a pagar à autora a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, observando juros legais a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e correção monetária a contar a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ)".

Extrai-se dos autos que o requerido interpôs Apelação (ID 10255216) e a parte autora apresentou Recurso Adesivo (ID 10255232). Contudo, ambos os recursos tiveram provimento negado, mantendo-se inalterados os termos fixados na sentença e majorando os honorários advocatícios fixados em sentença para o percentual de 17% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil.

Nos termos do despacho de ID 55444226, foi recebido o pedido de cumprimento de sentença, sendo o requerido intimado para demonstrar o cumprimento.

O requerido apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso no cálculo realizado pela parte autora (ID 56597941), tendo este juízo determinado no ID 57535977 a remessa dos autos à Contadoria para elaboração do cálculo face a discordância apresentada pela parte autora.

Conforme despacho de ID 68705656 foi determinada a expedição de alvará do valor depositado pelo requerido por ocasião da impugnação, sendo determinado ainda que a Contadoria elaborasse os cálculos aplicando a correção monetária desde a data do desembolso da quantia, com juros de mora da citação para a restituição em dobro do dano material e no tocante ao dano moral juros legais a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e correção monetária a contar a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ).

A Contadoria apresentou o cálculo no ID 57920438, tendo o requerido anuído com o cálculo e a parte autora apresentado Embargos de Declaração (ID 70881257). Em seguida, os Embargos foram rejeitados, conforme decisão de ID 78868143.

A parte autora apresentou impugnação ao cálculo da Contadoria (ID 79276451). Ato contínuo, foi determinada nova remessa dos autos à Contadoria (ID 81041037).

A Contadoria apresentou certidão no ID 81255806 aduzindo o acerto no cálculo apresentado e ao ser intimada, a parte autora apresentou petição no ID 83635275 aduzindo “erro de cálculos, em virtude da decisão interlocutória mencionada (de ID 68705656) ter sido equivocada, e em dissonância com o acórdão dos autos”, tendo requerido por isso que sejam esclarecidos os parâmetros do cálculo a ser realizado pela Contadoria.

Vieram os autos conclusos.

É o relato necessário para contextualização dos fatos. DECIDO

Pois bem. No caso em tela, embora tenha a parte autora se insurgido em relação ao cálculo apresentado, a análise dos autos demonstra que a Contadoria Judicial realizou cálculo conforme critérios estabelecidos na sentença, acórdão bem como o despacho de ID 68705656 e, como não há notícias da interposição de Recurso por parte da autora, relativamente à decisão de ID 68705656 que fixou os parâmetros do cálculo a ser realizado pela Contadoria, improcede a impugnação apresentada.

Desta feita, homologo o cálculo elaborado pela Contadoria Judicial no ID n. 69140710 - Pág. 1 a 69140713 - Pág. 1), e por conseguinte, julgo improcedente a impugnação apresentada pela parte autora.

Por conseguinte, indefiro o pedido de nova atualização apresentado pela parte autora no ID 83635275.

Como a Contadoria apurou que houve um excesso no pagamento da execução, no valor de R$ 16.707,41 (dezesseis mil setecentos e sete reais e quarenta e um centavos), impõe-se a devolução, por parte da parte autora.

Assim, determino que a parte autora seja intimada para no prazo de 30 (trinta) dias, proceder a devolução do importe de R$ 16.707,41 (dezesseis mil setecentos e sete reais e quarenta e um centavos), recebidos de maneira excedente, sob pena de prosseguimento do feito com a realização de atos constritivos.

Decorrido o prazo ofertado, fica o requerido intimado desde já a requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.

Intimem-se as partes.

Cumprida a presente, faça-se a conclusão dos autos.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA/ALVARÁ

Ariquemes, 2 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019910-30.2022.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: ERICA SANTOS DA COSTA

ADVOGADO DO AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO4634

REU: REDECARD S/A

DECISÃO

Vistos.

Embora tenha-se postulado a Justiça gratuita na inicial, a parte autora, fundamenta seu pedido de benesse da gratuidade da justiça sob a alegação de ser manicure.

É cediço que o serviço judiciário tem um custo financeiro que deve ser suportado, em primeiro lugar, pelos que dele se utilizam efetivamente. Essa premissa decorre da própria organização do Estado brasileiro. O valor da custas no caso dos autos é o mínimo em razão do valor

atribuído. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado. Sendo assim, plenamente possível que a parte autora, possa se programar para o custeio de ônus que lhe cabe, uma vez que recebe rendimentos e há inclusive possibilidade do parcelamento das custas, bem como opta pelo ingresso da demanda pela Justiça Comum, ao invés de valer-se a exemplo, dos Juizados Especiais, constituído principalmente para oportunizar àqueles que não podem custear as despesas inerentes ao processo pela Justiça Comum, tendo vista que se dispensa a cobrança de custas, taxas e outras despesas decorrentes do processo, aplicando-lhe a mesma efetividade que os processos que tramitam pela via escolhida pela parte autora.

Outro não é o entendimento do TJRO, como se infere de recente julgamento, conforme ementa a seguir:

Processo Civil. Ação de reparação de danos sem complexidade. Possibilidade de ajuizamento no Juizado Especial de forma gratuita. Ajuizamento na justiça comum. Cobrança de custas. Legalidade. Jurisdicionado sem preenchimento dos requisitos para a concessão da Justiça Gratuita. Indeferimento. Recurso não provido. A Constituição da República de 1988, em seu artigo 5º, LXXIV, sob o título "Dos direitos e garantias fundamentais", dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Todavia, o legislador, buscando dar efetividade ao citado postulado constitucional, criou por meio da Lei nº 9.099/95, os Juizados Especiais, compreendidos com o espírito de celeridade e gratuidade ao jurisdicionado com competência para julgamento de causas não complexas e de baixo valor econômico. Os Juizados Especiais foram concebidos para 'facilitar o acesso à Justiça', pretendendo-se, assim, criar um sistema apto a solucionar conflitos cotidianos de forma pronta, eficaz e sem muitos gastos, de forma gratuita ao jurisdicionado. Os juizados especiais cíveis atendem à generosa ideia da gratuidade da prestação jurisdicional. O artigo 54 da Lei 9.099/95 estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. (Leslie Shérida Ferraz). Dentro deste espírito, qual seja, da possibilidade do jurisdicionado ter acesso à Justiça de forma gratuita nos juizados especiais, é possível exigir o pagamento de custas quando o mesmo opta por vir às portas da Justiça Comum, fato que não implica em violação ao postulado do Amplo Acesso à Justiça. Assim, legítima é a decisão que indefere a justiça gratuita ao jurisdicionado que, além de não preencher os requisitos, abdica da possibilidade de se socorrer do Juizado Especial. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo n. 0803101-17.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relaotr(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento 07/01/2020).

Anote-se, a parte autora atribuiu à causa o valor de R$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais), estando, portanto, a causa dentro do limite legal para apreciação pelo Juizado Especial.

Ademais, importa ressaltar que a "actio" em análise não reúne complexidade a autorizar o afastamento da competência do Juizado Especial Cível, nos termos do aludido dispositivo legal.

No que tange à imperiosidade de realização de perícia contábil, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA já se manifestou no sentido de que "a suposta necessidade de realização de prova pericial, por si só, não afasta a menor complexidade da causa" (RMS 46955/GO, Rel. Min. Moura Ribeiro, j. em 23/6/2015).

Imperioso registrar, inclusive, que a própria legislação que norteia os Juizados Especiais não obsta a produção de prova técnica, a teor do disposto no art. 35, o qual preceitua que "quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico".

Em arremate, denota-se que há muito a jurisprudência vem se posicionando nesse sentido, in verbis:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS". DEMANDA PROPOSTA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. POSTERIOR DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DE DOCUMENTO. FATO QUE, POR SI SÓ, NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROVA DE MENOR COMPLEXIDADE. CONFLITO ACOLHIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO (JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL). (TJSC, Conflito de competência n. 1002096-69.2016.8.24.0000, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Cesar Abreu, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 08/02/2018).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEMANDA PROPOSTA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DECLÍNIO PARA VARA CÍVEL COMUM. IRRELEVÂNCIA. PROVA PERICIAL DE BAIXA COMPLEXIDADE. RITO SUMARÍSSIMO ADEQUADO À HIPÓTESE (ARTIGOS 3º E 35 DA LEI N. 9.099/1995). CONFLITO ACOLHIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. À luz dos artigos 3º e 35 da Lei n. 9.099/1995, a necessidade da prova pericial, por si só, não afasta a competência dos juizados especiais cíveis, sobretudo nos casos de baixa complexidade da providência técnica. (TJSC, Conflito de competência n. 0007123-79.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. André Carvalho, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 28/06/2018).

À luz dos julgados supratranscritos, pode-se inferir que, a simples necessidade de análise minuciosa, peculiar e pormenorizada de determinada questão controvertida, não obstaculiza orientar-se de acordo com os fundamentais critérios previstos no art. 2º da Lei n. 9.099/1990.

Isso porque, ainda que seja necessária a realização de eventuais cálculos, objetivando apurar os valores supostamente devidos, considerando a facilidade de fazê-los, por não perpassar as operações básicas da aritmética (adição, subtração, divisão e multiplicação), não se vislumbra complexidade a afastar a competência do Juizado.

Destarte, não havendo complexidade na realização da prova (apenas simples cálculo aritmético, que deve ter como base os parâmetros fixados em eventual sentença), a competência para o processamento e julgamento do feito incumbe ao Juizado Especial Cível, sobretudo em respeito à opção da parte autora e ao disposto no art. 3º, inciso I, da Lei n. 9.099/95.

Diante do exposto, INDEFIRO a gratuidade postulada, devendo a parte autora comprovar nos autos o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias.

NÃO SENDO COMPROVADO o recolhimento das custas, voltem os autos conclusos para indeferimento da inicial.
No mesmo prazo, querendo, poderá manifestar se há interesse na remessa dos autos ao Juizado Especial Cível, considerando o valor atribuído a causa e grau de complexidade. Caso a parte postule pela remessa do feito ao Juizado Especial, determino desde já a redistribuição do processo.
Intime-se.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes, 2 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003986-76.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: CRISTINA OTAVIO DOS SANTOS, CPF nº 29037921272, AVENIDA DOS DIAMANTES 2116, - DE 1186 A 1418 - LADO PAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-856 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS, OAB nº RO5355A
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
I- RELATÓRIO
CRISTINA OTAVIO DOS SANTOS ingressou com a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA em face de BANCO BMG S/A. Segundo consta na inicial, a parte autora é titular de benefício previdenciário (nº 169.076.704-6) e sem que houvesse prévia contratação, constatou a realização de um Contrato de Cartão de Crédito Consignado em seu nome (nº 16114963), o qual afirmou ter contratado acreditando ser um Contrato de Empréstimo Consignado. Assim, ingressou com a presente, tencionando, a suspensão imediata de todos os descontos relativos ao Contrato nº 16114963, a liberação total e integral de toda a RESERVA DE MARGEM CONSIGNADA averbadas no cadastro do INSS pelo sistema DATAPREV, a repetição do indébito no importe de R$ 3.000,70 (três mil reais e setenta centavos), além da fixação de indenização por danos morais no importe de R$ 8.000,00 (oito mil reais). Juntou documentos.
Concedida a antecipação da tutela (ID 75709318), bem como determinando a citação do requerido.
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 76014183), arguiu em preliminar a falta de interesse de agir, impugnou o pedido de gratuidade da justiça. No mérito, protestou pela improcedência da inicial sob o argumento de que a parte autora por sua livre vontade contratou o cartão consignado e nesse sentido a parte autora realizou saques com o cartão, se beneficiando do contrato. Juntou documentos.
No ID 76401237, a parte autora impugnou a contestação, protestando pela procedência do pedido inicial.
Intimadas para especificarem as provas pretendidas (ID 76564864), a autora requereu a produção de prova testemunhal (ID 76668286) o banco requerido pugna pela improcedência da demanda (ID 76811607).
Saneador determinando a expedição de ofício ao Banco Bradesco (ID 79000968).
Juntada de resposta de ofício (ID 81533402), bem como ofício referente ao julgamento do Agravo de Instrumento (ID 81652963).
Intimadas as partes (ID 81686770), a requerida pugnou pela improcedência da demanda (ID 82105317), ficando a autora inerte.
Decisão determinando intimação das partes (ID 83577967), as quais mantiveram-se silentes.
Vieram os autos conclusos para sentença.
É o relatório. Fundamento e DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA em que a parte autora objetiva declarar inexistente contrato existente em seu nome, com consequente restituição dos valores descontados, além de fixação por indenização por danos morais.
Considerando que as preliminares já foram rebatidas em sede de saneador, passo à análise do mérito.
a) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
O sistema processual civil é orientado pelo princípio do convencimento motivado, permitindo ao magistrado formar a sua convicção com base em qualquer elemento de prova disponível nos autos. Para tanto, basta que indique os motivos que ensejaram o convencimento.
De acordo com esse entendimento segue a compreensão firmada pelo STJ consoante os trechos de arestos recentemente publicados e transcritos abaixo:

Nos termos do art. 370 do CPC/2015, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante que seja inútil ou desnecessário à solução da lide, seja ele testemunhal, pericial ou documental". (STJ; AgInt-REsp 1.834.420; Proc. 2019/0255530-0; SC; Primeira Turma; Rel. Min. Sérgio Kukina; Julg. 11/02/2020; DJE 18/02/2020).

(...) Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento, pois, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias (...). (STJ; AgInt-AREsp 1.153.667; Proc. 2017/0203666-9; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Raul Araújo; Julg. 20/08/2019; DJE 09/09/2019).

b) Mérito

A petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para conhecer dos fatos narrados e o pedido realizado.

Os documentos coligidos neste feito são suficientes para embasar o convencimento deste juízo, em sintonia com os princípios da razoável duração do processo e da efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 4º do CPC.

Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo questões preliminares, procedo, doravante, ao exame do mérito.

Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.

O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Convém ressaltar, que o Superior Tribunal de Justiça sumulou o seguinte: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras". (Súmula nº 297 do STJ).

Nesse sentido, tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.

Embora se trate de relação de consumo, que autoriza a inversão do ônus probatório, deve a consumidora, ora parte autora, trazer aos autos elementos de prova que comportem minimamente o direito alegado, conforme previsto no art. 373, inciso I, do CPC.

O cerne da lide reside em saber se a parte autora contratou um cartão consignado perante o requerido e se nesse sentido, beneficiou-se da contratação.

Pois bem. Relativamente ao mérito, após detida análise, verifico que a ação deve ser julgada parcialmente procedente. Explico.

1b) Suspensão do contrato

No pedido inicial a parte autora requereu a suspensão do contrato objeto dos autos, com consequente liberação da reserva de margem consignada sob o argumento de que houve vício de consentimento no momento da contratação, pois em verdade, acreditou estar contratando um empréstimo consignado, quando em verdade, contratou um cartão de crédito consignado.

Embora o requerido tenha apresentado um contrato assinado pela parte autora e dois comprovantes de ordens de pagamento creditadas em sua conta bancária. Por outro lado, as faturas de cartão de crédito apresentadas com a contestação demonstram a existência de um cartão de crédito em nome da parte autora mas não demonstram a sua utilização. Isso porque as faturas possuem apenas a cobrança do serviço, sem demonstração de sua utilização para compras e saques.

Nesse sentido, assevera-se que as provas documentais apresentadas pelo requerido até o momento são insuficientes para atestar que a parte autora se beneficiou do contrato. As provas em verdade, demonstram o contrário, que a parte autora contratou um cartão de crédito perante o requerido e não procedeu a sua utilização.

Assim, em razão da inversão do ônus probante, cabia ao requerido demonstrar o pagamento de valores à parte autora e, como isso não foi feito, o feito deve ser julgado a partir das provas produzidas nos autos, as quais indicam que a parte autora, embora tenha anuído à contratação junto ao requerido, não se beneficiou do cartão.

No caso em tela, as provas apresentadas indicam a existência de contrato bancário de cartão de crédito consignado em folha de pagamento de aposentado, com prestações sem número ou prazo determinado, com desconto apenas do mínimo do valor da fatura mensal efetuado direto na conta da parte autora, onde o banco refinancia o restante do valor total devido, tornando a dívida impagável.

Portanto, não há como manter a validade do contrato, urgindo seja declarada a inexistência desse negócio jurídico, com a respectiva rescisão do pacto já que o requerido não juntou provas demonstrando o contrário.

Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que, o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).

O inciso IV trata do aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor, restando caracterizada tal prática quando o fornecedor, de modo abusivo, se vale da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social. Dessa forma, como a parte autora realmente não se beneficiou do cartão, o requerido jamais poderia ter efetivado descontos em seu benefício.

Como é cediço, pelo Princípio da Congruência, o juízo está adstrito a conceder aquilo que efetivamente a parte pediu na PETIÇÃO INICIAL, sob pena de haver julgamento extra ou ultra petita. Isto porque, o dispositivo da sentença deve guardar correta relação com o descrito no pedido. Essa é a regra. Porém, independente desse princípio, sob a ótica do CPC em vigor há permissivo legal para que o juiz considere incluído no pedido final a confirmação do pedido de antecipação da tutela e via de consequência na própria condenação o pedido implícito para o fim de declarar inexistente o contrato objeto dos autos.

Face o exposto, procede o pedido de declaração de inexistência do contrato de cartão de crédito consignado, cabendo a compensação dos valores disponibilizados e sacados pela parte autora.

2b) Repetição do Indébito

Em relação ao pedido de repetição de indébito, o STJ firmou entendimento de que "a restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstancia conduta contrária à boa-fé objetiva" (STJ. Corte Especial. EAREsp676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).

Há nos autos prova documental de que a autora contratou um contrato de cartão consignado perante o requerido e, como a parte autora afirmou ter pago várias parcelas do cartão, sem utilizá-lo, pugnou pelo recebimento do valor cobrado, de maneira dobrada, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do CDC.

No entanto, não há como proceder o pedido de restituição do montante pago em dobro, face à ausência de comprovação de má-fé do requerido.

Há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido:

"AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APOSENTADO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO DEVIDAMENTE ASSINADO NOS AUTOS. CIÊNCIA DA PARTE QUANTO À UTILIZAÇÃO DESSA MODALIDADE DE MÚTUO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007154545, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 28/09/2017)".

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APOSENTADO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO DEVIDAMENTE ASSINADO NOS AUTOS. CIÊNCIA DA PARTE QUANTO À UTILIZAÇÃO DESSA MODALIDADE DE MÚTUO. RÉU QUE SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 373, II, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VALORES DEVIDOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (Recurso Cível Nº 71007776628, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 28/06/2018). (TJ-RS - Recurso Cível: 71007776628 RS, Relator: Luís Francisco Franco, Data de Julgamento: 28/06/2018, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/07/2018).

Dessa forma, uma vez demonstrado o pagamento de parcelas cobradas a título de cartão de crédito consignado em que não houve o benefício do valor, procede o pedido de restituição de maneira simples.

3b) Indenização por dano moral

Em relação aos danos morais, a parte autora não provou sua ocorrência.

Para se falar em eventual indenização por dano moral, a parte autora deveria ter demonstrado que experimentou dor que ultrapassou os dissabores e frustrações que de forma regular e rotineiramente a vida em sociedade nos submete, ao ponto de redundar em mácula no direito da personalidade ou em sua honorabilidade.

Ofensa moral passível de reparação é aquela que afeta a psique do indivíduo, acarretando sentimentos de aflição, angústia e sofrimento para a pessoa lesada, e isso não foi provado nos autos.

A cobrança a que foi exposta pode configurar situação desagradável para a parte autora Porém, a conduta descrita e provada nos autos não tem relevância suficiente a caracterizar lesão à moral objetiva ou subjetiva.

Saliento que o caso não se trata de dano moral in re ipsa, em que basta a prova do ato eivado de antijuridicidade; portanto, cabia à parte autora demonstrar as ocorrências pelas quais sua esfera jurídica moral teria sido atingida, e isso a parte não conseguiu fazer.

Há entendimento pacificado neste mesmo sentido. Vejamos:

AÇÃO ORDINÁRIA - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - NÃO COMPROVADO - ÔNUS DA PROVA - PEDIDO IMPROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - ART. 333, I, DO CPC. Se não houver prova do dano e do nexo de causalidade entre este e a conduta supostamente ofensiva, não há dever de indenizar. Recurso não provido (TJ-MG - AC: 10672120270190001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 03/04/2014, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/04/2014).

TRATA-SE DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGA A RECLAMANTE QUE PRESTOU SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA À RECLAMADA, A QUAL RESTOU INADIMPLENTE DO VALOR DE R$26.480,21. RELATA QUE A RECLAMADA SOLICITOU A RECLAMANTE O ENVIO DOS CANHOTOS E NOTAS DE ENTREGA A FIM DE PROVIDENCIAR O PAGAMENTO E QUE, CONTUDO, REALIZOU DEPÓSITO DE ENVELOPE VAZIO POR MEIO DE CAIXA ELETRÔNICO, CAUSANDO-LHE DIVERSOS TRANSTORNOS. REQUER INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS SUPORTADOS. SOBREVEIO SENTENÇA IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RECLAMANTE QUE PUGNA PELA REFORMA DA SENTENÇA RECORRIDA PARA O FIM DE CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS OU, SUBSIDIARIAMENTE, PELA NULIDADE DA SENTENÇA E BAIXA DOS AUTOS PARA QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PROPORCIONANDO A PRODUÇÃO DE PROVA. PARA FAZER JUS À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL É IMPRESCINDÍVEL A PRESENÇA EFETIVA DE DANO, A CONDUTA ILÍCITA DO CAUSADOR DO DANO (OMISSIVA OU COMISSIVA), BEM COMO O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE TAL CONDUTA E O PREJUÍZO MORAL SOFRIDO. NA HIPÓTESE DOS AUTOS O DANO MORAL NÃO É PRESUMIDO. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DETERMINA QUE O ÔNUS DA PROVA INCUMBE AO AUTOR, QUANTO AOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO E AO RÉU, QUANTO À EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR (INTELIGÊNCIA DO ART. 333, INCISOS I E II, DO CPC). NÃO RESTA COMPROVADO OS ALEGADOS PREJUÍZOS DE ORDEM MORAL SOFRIDOS PELA RECLAMANTE, ORA RECORRENTE, ORIUNDOS DO SUPOSTO DEPÓSITO DE UM ENVELOPE VAZIO, POSTO QUE TAL FATO SEQUER PREJUDICOU POSTERIOR PROSSEGUIMENTO DE

AÇÃO EXECUTÓRIA. RESSALTA-SE QUE POR SE TRATAR DE PESSOA JURÍDICA A ÚNICA FORMA PASSÍVEL DE GERAR DANO MORAL SERIA MEDIANTE (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0000532-08.2014.8.16.0019/1 - Ponta Grossa - Rel.: Fernando Swain Ganem - - J. 22.06.2015) (TJ-PR - RI: 00005320820148160019 1 PR 0000532-08.2014.8.16.0019/1 (Acórdão), Relator: Fernando Swain Ganem, Data de Julgamento: 22/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 25/06/2015).

Ainda que se pudesse vislumbrar alguma conduta ilícita do banco recorrido, cabia à parte autora ter produzido prova de situação onde seus direitos de personalidade tenham restado atingidos. Não bastaria a mera alegação do dissabor comum às relações comerciais para fundamentar a condenação, já que o descumprimento contratual, por si só, não configura causa suficiente a ensejar o reconhecimento do dever de reparar.

Não se verificando ofensa a atributos da personalidade, também não se pode manejar um instituto da responsabilidade civil com finalidade puramente sancionatória, por falta de expressa previsão legal nesse sentido.

Nas relações consumeristas aplica-se a inversão do ônus probante, bastando a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, de modo que inicialmente este estaria exonerado de provar o alegado. Todavia, em havendo comprovação, pela parte contrária, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, incumbiria a esta fazer prova quanto aos fatos, impugnando especificamente a documentação colacionada.

Ocorre que a parte autora se descurou do ônus que lhe cabia e por isso, não há que se falar em ilícito praticado pela parte requerida e, portanto, inexiste CONDUTA apta a ensejar reparação por danos morais pretendida pela parte autora.

Sendo assim, resta patente também o rompimento do nexo causal, elemento indispensável ao reconhecimento da responsabilidade, pois se não há conduta, também inexiste NEXO DE CAUSALIDADE entre a mesma e eventual DANO suportado.

Portanto, qualquer ângulo que se aprecie a questão, é o caso de rejeitar o pedido inicial em sua totalidade, especialmente porque inexiste comprovação de conduta ilícita nos autos.

III- DISPOSITIVO

Pelo exposto, confirmo a antecipação da tutela e no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por CRISTINA OTAVIO DOS SANTOS em face de BANCO BMG S/A e por esta razão:

a) DECLARO inexistente o contrato nº 16114963 de empréstimo e cartão de crédito consignado em nome da parte autora junto ao Banco BMG S/A, descontados no benefício previdenciário nº 169.076.704-6.

b) CONDENO o requerido Banco BMG S/A ao ressarcimento, de maneira simples, do valor cobrado mensalmente no benefício previdenciário da parte autora, desde a contratação, acrescidos de juros de 1%, contados a partir da citação, e correção monetária a partir do desembolso.

c) Como a parte requerida demonstrou o depósito de valores na conta bancária da parte autora, após o trânsito em julgado, determino a devolução ao requerido, ficando autorizada a compensação do valor no montante a ser pago pelo requerido em seu favor.

Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao INSS dando ciência da presente.

Custas na forma da lei.

Tendo ocorrido sucumbência recíproca, nos termos do art. 86 do CPC, considerando as proporções de êxito das pretensões de cada parte, CONDENO a parte autora a pagar 50% das custas e despesas processuais, e a parte ré a pagar os 50% restantes. Em caso de não pagamento, proceda-se conforme o artigo 35 do Regimento de Custas do TJRO.

Quanto aos honorários sucumbenciais, CONDENO a parte autora a pagar ao patrono da parte requerida honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre a parte líquida que decaiu de seu pedido inicial, e a parte requerida a pagar ao patrono da parte autora honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Registre-se que a parte autora é beneficiária de justiça gratuita, porquanto a cobrança das custas e honorários de sucumbência ficará suspensa na forma da lei.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA

Ariquemes, 3 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br

Número do processo: 7012997-66.2021.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: AUTOR: LILIAM MOREIRA DIAS, RUA JACUNDÁ 4353, - DE 4310/4311 AO FIM SETOR 04 - 76873-465 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAMILLA DA SILVA ARAUJO, OAB nº RO8266
Polo Ativo: REU: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, RUA SANTA MADALENA SOFIA 25, 3 ANDAR, SALA 3. VILA PARIS - 30380-650 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DO REU: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, OAB nº AM16780, PROCURADORIA GRUPO COGNA EDUCAÇÃO SA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Obrigação de Fazer, Indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela de Urgência proposto por LILIAM MOREIRA DIAS em face de UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ, ambos qualificados nos autos.
A gratuidade judicial postulada foi indeferida (ID 66722596). Em seguida, a parte autora demonstrou o recolhimento das custas (ID 66899623).
Recebida a inicial e concedida a tutela antecipada postulada (ID 67470413).
A parte requerida foi citada e apresentou contestação sem a arguição de preliminares (ID 68746149).
A parte autora impugnou a contestação (ID 77350912) e no ID 77792745 requereu a oitiva de testemunhas.
Apresentada petição pela parte autora no ID 78857254 informando o descumprimento da tutela antecipada e requerendo o deferimento de novo pedido liminar.
Determinada a designação de audiência conciliatória (ID 81043864).
A parte autora reiterou o pedido liminar requerido no ID 78857254 (ID 81070773).
Nos termos da decisão de ID 81353324 o pedido de tutela pretendido no ID 78857254 foi indeferido, sendo determinada a intimação da requerida para comprovar o cumprimento da determinação concedida no ID 67470413. Em seguida, a requerida demonstrou o cumprimento (ID 81799031).
Apresentada impugnação pela parte autora no ID 82414234 relativamente aos documentos apresentados pela requerida no ID 81799031.
Realizada audiência de conciliação, não houve composição entre as partes, tendo a parte autora reiterado o pedido de oitiva de testemunhas (ID 83082964).
Vieram os autos conclusos.
É o relato necessário para contextualização dos fatos. DECIDO
Pois bem. A situação jurídica estabelecida entre as partes está inserida no âmbito das relações de consumo (art. 2°, 17 e 29, CDC). Assim, defiro o pedido de inversão do ônus da prova, como instrumento facilitador da defesa de direitos, eis que restam demonstradas a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da autora, segundo as regras ordinárias de experiências e com base no art. 6o, VIII, do CDC.
No caso em tela, estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, inexistindo a arguição de preliminares e nulidades a serem declaradas ou irregularidades a serem sanadas, estando o processo em ordem, declaro saneado o feito.
Deste modo, ante o pedido de oitiva de testemunhas (ID77792745), designo audiência de instrução para o dia 09 de março de 2023, às 10hs45min, a ser realizada presencialmente na 2ª Vara Cível.
Intimem-se as partes sobre a audiência designada.
As partes/ testemunhas deverão portar seus documentos de identificação válidos e de dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, caso necessário.
As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestarem-se acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
Os (a) advogados (a) das partes ficam advertidos da obrigação de notificar/informar as testemunhas da audiência designada, nos termos do artigo 455, caput, do CPC/2015.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes- RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7013010-02.2020.8.22.0002
Classe: Inventário
REQUERENTES: SAMARA DE PAULA DA SILVA, GUILHERME DE PAULA SILVA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033
INVENTARIADO: ESMERONILDO PEREIRA DA SILVA

INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1. Considerando o comprovante juntado pelo autor, sem que houvesse qualquer manifestação, intime-se para requerer o que entender de direito em 10 (dez) dias.
Após tornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000504-23.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: HELENA MARIA MARCON
ADVOGADOS DO AUTOR: DENNIS FERNANDES DE SOUZA SANTOS, OAB nº RO6979, BRUNA MARCON JACONI, OAB nº RO10942
REU: BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
ADVOGADOS DOS REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, FELICIANO LYRA MOURA, OAB nº AC3905, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A, PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A
SENTENÇA
Vistos.
I- RELATÓRIO
HELENA MARIA MARCON ingressou com a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA em face de BANCO DAYCOVAL S/A e BANCO C6 CONSIGNADO S/A, partes qualificadas nos autos.
Segundo consta na inicial, a parte autora, a qual é aposentada, ao consultar seu saldo bancário, se deparou com valores, cuja origem alega desconhecer. Discorre, em contato com os bancos requeridos, constatou se tratarem de três contratos de empréstimos consignado, quais sejam: a) contrato nº 50-9209416/21, do Banco Daycoval, com data de inclusão em 30/04/2021, a ser quitado em 84 (oitenta e quatro) parcelas, no valor de R$ 301,00 (trezentos e um reais), com início dos descontos para o mês 05/2021 e o término em 04/2028; b) contrato nº 010017753335, do Banco C6 Consignado S/A, com data de inclusão em 22/03/2021, a ser quitado em 84 (oitenta e quatro) parcelas, no valor de R$ 62,00 (sessenta e dois reais), com início dos descontos para o mês 04/2021 e o término em 03/2028; e c) contrato nº 010015238502, do Banco C6 Consignado S/A, com data de inclusão em 15/12/2020, a ser quitado em 84 (oitenta e quatro) parcelas, no valor de R$ 21,00 (vinte e um reais), com início dos descontos para o mês 04/2021 e o término em 03/2028.
Dessa forma, propôs a presente ação e pediu a declaração de inexistência do negócio jurídico. Requereu, também, a condenação à indenização por supostos danos morais suportados. Por fim, pugnou pela inversão do ônus da prova, repetição do indébito e pela concessão do benefício da justiça gratuita. Depositou ainda em Juízo o valor remanescente, referente aos empréstimos objetos do presente feito. Juntou documentos.
O feito foi inicialmente distribuído ao Juizado Especial Cível desta Comarca.
Decisão deferindo o pedido de antecipação da tutela, bem como citação dos requeridos (ID 67562790).
Citado, o requerido Banco C6 apresentou contestação (ID 75784982), oportunidade em que, preliminarmente, alegou incompetência do Juizado Especial, ante a complexidade da dilação probatória, bem como ausência do interesse de agir e falta de requerimento administrativo prévio. No mérito, requereu a improcedência do pedido inicial sob o argumento de que a parte autora celebrou o contrato, após preencher uma proposta de crédito, com cópia de seus documentos pessoais, não havendo ilicitude na conduta adotada pelo banco, requerendo a improcedência do presente feito. Juntou documentos.
Em seguida, o requerido Banco Daycoval juntou sua defesa nos autos (ID 75916961). Em sede de contestação, arguindo preliminar de ausência de interesse de agir e incompetência do Juizado Especial. No mérito, afirmou a legalidade da contratação pela parte autora, a inocorrência do dano moral e a impossibilidade do pleito de devolução dos valores em dobro, pugnando pela improcedência da demanda. Anexou documentos.
Ata de Audiência (ID 75983405), a qual restou infrutífera.
Réplica (ID 76073196).
Declarada a incompetência do Juizado Especial, determinando a redistribuição do feito ao Juízo Cível (ID 76244374).
Decisão saneadora recebendo o feito para processamento neste Juízo, bem como determinando a realização de perícia nos contratos objeto do presente feito (ID 78976838).
Após a apresentação dos honorários periciais (ID 79170718), as partes manifestaram o desinteresse na prova pericial (ID 81469255 e ID 83519407).
Intimado, o Ministério Público manifestou não ter interesse na demanda (ID 80483783).
Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA em que a parte autora objetiva declarar inexistente contrato existente em seu nome, com consequente restituição dos valores descontados, além de fixação por indenização por danos morais.

Considerando que as preliminares já foram rejeitadas quando da decisão saneadora (ID 78976838), passo à análise do feito.

a) Do julgamento antecipado

No caso em tela, a petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para conhecer dos fatos narrados e o pedido realizado.

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

O sistema processual civil é orientado pelo princípio do convencimento motivado, permitindo ao magistrado formar a sua convicção com base em qualquer elemento de prova disponível nos autos. Para tanto, basta que indique os motivos que ensejaram o convencimento.

De acordo com esse entendimento segue a compreensão firmada pelo STJ consoante os trechos de arestos recentemente publicados e transcritos abaixo:

Nos termos do art. 370 do CPC/2015, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante que seja inútil ou desnecessário à solução da lide, seja ele testemunhal, pericial ou documental. (STJ; AgInt-REsp 1.834.420; Proc. 2019/0255530-0; SC; Primeira Turma; Rel. Min. Sérgio Kukina; Julg. 11/02/2020; DJE 18/02/2020).

(...) Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento, pois, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias (...). (STJ; AgInt-AREsp 1.153.667; Proc. 2017/0203666-9; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Raul Araújo; Julg. 20/08/2019; DJE 09/09/2019).

Os documentos coligidos neste feito são suficientes para embasar o convencimento deste juízo, em sintonia com os princípios da razoável duração do processo e da efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 4º do CPC.

Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo demais questões preliminares a serem analisadas, procedo, doravante, ao exame do mérito.

b) Mérito

Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.

O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No entanto, tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.

A responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar. Além disso, é direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.

Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que, o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).

O inciso IV trata do aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor, restando caracterizada tal prática quando o fornecedor, de modo abusivo, se vale da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social.

De acordo com o inciso III do art. 6º do CDC é direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes, preço e riscos que apresentem.

O art. 14, § 3º, do mesmo diploma legal, somente afasta a responsabilidade do fornecedor por fato do serviço quando a culpa for exclusivamente do consumidor ou de terceiros.

Vejamos:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]

§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

[...]

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Embora se trate de relação de consumo, que autoriza a inversão do ônus probatório, deve a consumidora, ora parte autora, trazer aos autos elementos de prova que comportem minimamente o direito alegado, conforme previsto no art. 373, inciso I, do CPC.

O cerne da lide reside em saber se a parte autora contratou o empréstimo objeto dos autos, contraindo para si as obrigações inerentes ao contrato, e, se há responsabilidade do requerido em reparar os danos sofridos pela parte autora.
Pois bem. Relativamente ao mérito, após detida análise dos documentos juntados com a contestação e das provas produzidas pela parte autora, verifico que a ação deve ser julgada improcedente. Explico.
b.1) Declaração de Inexistência de Débito
Na inicial, a parte autora pugnou pela declaração de nulidade dos contratos de empréstimo realizados em seu nome sob a alegação de que não anuiu à contratação.
Nos IDs 75787456, ID 75787467 e ID 75916967, os bancos requeridos apresentaram os contratos objeto dos autos, acompanhados ainda de seus documentos pessoais. Embora a parte autora tenha impugnado os contratos apresentados, a análise daqueles e dos documentos apresentados com a petição inicial demonstra que foram apresentados os mesmos documentos de identidade, possuindo similaridade as assinaturas.
Além disso, restou comprovado nos autos que houve o benefício do valor pela parte autora. Isso porque, a própria parte autora informou o crédito em sua conta.
Como se vê, os requeridos apresentaram provas de que a parte autora realizou empréstimos consignados e nesse sentido, recebeu em sua conta bancária, os valores que tomou emprestado.
A parte autora desincumbiu-se do ônus que lhe cabia, qual seja, provar nos autos que não assinou o contrato juntado pela requerida e nesse sentido, não estaria obrigada a realizar o pagamento do valor cobrado mensalmente em seu benefício.
Como isso não foi feito, o processo deve ser julgado com base nas provas produzidas, as quais demonstram a improcedência do pedido já que a parte requerida comprovou a realização dos empréstimos pela parte autora, e esta, por sua vez, nada provou.
Sobre o assunto, a jurisprudência atual manifesta-se nos seguintes termos:
RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO POR MEIO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL – RMC. PREVISÃO LEGAL E REGULAMENTAR. CONTRATAÇÃO PROVADA PELA INSTITUIÇÃO RÉ POR MEIO DE CONTRATO ASSINADO. VALOR QUE RESTOU LIBERADO EM FAVOR DA PARTE AUTORA. ABALO MORAL INEXISTENTE. ASSUNTO JÁ RESOLVIDO PELA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS DE SC – "OBSERVADOS OS TERMOS DA LEI N. 10.820/03 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.28/2008-INSS, É VÁLIDO O CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NÃO HAVENDO DANO MORAL PRESUMÍVEL NO CASO DE SUA CONTRATAÇÃO COM INOBSERVÂNCIA DAQUELAS REGRAS." (ENUNCIADO 14, DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, J. 22-10-2018). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (TJSC, RECURSO CÍVEL n. 5006895-05.2020.8.24.0079, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marcio Rocha Cardoso, Gab 01 - Primeira Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. Thu Feb 10 00:00:00 GMT-03:00 2022). (TJ-SC - RECURSO CÍVEL: 50068950520208240079, Relator: Marcio Rocha Cardoso, Data de Julgamento: 10/02/2022, Gab 01 - Primeira Turma Recursal - Florianópolis (Capital).
CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTO EM FOLHA DE APOSENTADO. CONTRATO ASSINADO PELO AUTOR. - Contrato acostado aos autos foi firmado pelo autor e traz assinatura com a mesma letra posta no pedido inicial, restando afastada a alegação de que não efetuou a contratação. - Valor do empréstimo depositado na conta corrente do autor comprovado pelo documento da fl. 35. Autor não trouxe extrato da sua conta bancária para demonstrar que, na data informada pelo banco réu, o valor do empréstimo não foi depositado em sua conta bancária, ônus que lhe cabia, nos termos do art. 333, inc. I, do CPC. - Sentença reformada. Pedido Improcedente (grifado). RECURSO PROVIDO (Recurso Cível Nº 71004958542, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/09/2014) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004958542 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 25/09/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/09/2014).
DIREITO CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO DEMONSTRADO. COBRANÇA DEVIDA. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. Pretensão de inexigibilidade de débito, repetição de indébito e indenização por danos morais em razão de contrato de empréstimo consignado que o autor alega não ter firmado. Recurso do autor visando à reforma da sentença, que julgou improcedentes os pedidos. 2 - Contrato de empréstimo consignado. Vício de consentimento. Ausência de demonstração. Preenchimento das exigências legais. A anulação de negócio jurídico demanda a demonstração de vício de consentimento, não evidenciado no caso em exame. O fato de o autor ser analfabeto, por si só, não macula o contrato de empréstimo em questão, mormente porque fora firmado com observância das exigências previstas no art. 595 do Código Civil (ID. 7378360). Além disso, os documentos de ID. 7378366 e 7378367 demonstram que o autor recebeu o crédito relativo ao mútuo firmado, o que também respalda a regularidade da contratação. Nesse quadro, ausente a hipótese de fraude bem como, demonstração de outros vícios no contrato, não há que se falar em declaração de nulidade do contrato, de inexigibilidade de débitos e nem de repetição do valor das parcelas. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de ilegalidade não se acolhe pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, pelo recorrente vencido, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça. (TJ-DF 07031172920188070010 DF 0703117-29.2018.8.07.0010, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 28/03/2019, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 08/04/2019 . Pág: Sem Página Cadastrada).
As alegações expendidas na inicial foram contraditórias às provas apuradas nos autos e para fins de concessão do pedido de declaração de inexistência de débito seria imprescindível a demonstração dos elementos caracterizadores. Logo, considerando que a parte autora não ocupou-se em demonstrar tais requisitos, improcede o pedido declaratório.

b.2) Indenização por dano moral

No caso em tela, a parte requerida demonstrou a legitimidade das cobranças, diante da regular contratação dos empréstimos. Logo, não há o que se falar em responsabilização por eventual dano ocasionado, pois, inexistindo ato ilícito praticado pelos requeridos, não há que se falar em conduta apta a ensejar dano.

Nas relações consumeristas aplica-se a inversão do ônus probante, bastando a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, de modo que inicialmente este estaria exonerado de provar o alegado. Todavia, em havendo comprovação, pela parte contrária, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, incumbiria a esta fazer prova quanto aos fatos, impugnando especificamente a documentação colacionada.

Ocorre que a parte autora se descurou do ônus que lhe cabia e por isso, não há que se falar em ilícito praticado pela parte requerida e, portanto, inexiste CONDUTA apta a ensejar reparação por danos morais pretendida pela parte autora.

Sendo assim, resta patente também o rompimento do nexo causal, elemento indispensável ao reconhecimento da responsabilidade, pois se não há conduta, também inexiste NEXO DE CAUSALIDADE entre a mesma e eventual DANO suportado.

Portanto, improcede o pedido indenizatório face a ausência de comprovação de conduta ilícita nos autos.

b.3) Restituição do valor pago

A parte autora requereu a restituição do valor pago pelo empréstimo consignado, contudo, face à ausência de comprovação de conduta ilícita dos bancos requeridos, improcede o pedido de restituição.

III. DISPOSITIVO

Posto isto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos (ID 67562790) e no mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por HELENA MARIA MARCON em face do BANCO DAYCOVAL S/A e do BANCO C6 CONSIGNADO S/A, extinguindo o feito com resolução do mérito.

Face à sucumbência, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência que arbitro em 10% do valor da causa, nos termos do § 2º do art. 85 do CPC. Consdierando a cocnessão da gratuidade a cobrana ficará suspensa na forma da lei.

Oficie-se ao INSS, comunicando-se o teor da presente.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Por fim, certifique-se a CPE o decurso do prazo para recolhimento das custas e, sendo o caso de inadimplemento, encaminhe-se para protesto e inscreva-se em dívida ativa, observando-se eventual gratuidade judicial concedida.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes,3 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7014881-33.2021.8.22.0002

Classe: Cumprimento de sentença

REQUERENTE: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA

ADVOGADOS DO REQUERENTE: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA, OAB nº RO5497A, KARINE SANTOS CASTOR, OAB nº RO10703

REQUERIDO: JULIANO SANTOS MIRANDA

REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de ação de execução de título extrajudicial ajuizada por M.L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA em face de JULIANO SANTOS MIRADA.

Extrai-se dos autos que as partes realizaram acordo extrajudicial (ID75438692), o qual foi homologado por este juízo (ID 75530252), contudo, a parte exequente informou o descumprimento do acordo (ID 81157177) e requereu a realização de penhora.

Expedida intimação, a parte executada não foi localizada para demonstrar o cumprimento do acordo, sendo considerada válida a intimação expedida, nos termos da decisão de ID 83747925.

Face o exposto, como a parte exequente requereu a realização de penhora e apresentou comprovante de pagamento da diligência pretendida no ID 81044445, faça-se a conclusão dos autos para DECISÃO JUD'S para tentativa de penhora do importe de R$ 21.417,25 (vinte e um mil quatrocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos), conforme cálculo apresentado no ID 81157177.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA
Ariquemes, 3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7005840-81.2017.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ROMEU MEZZOMO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIZ ANTONIO PREVIATTI, OAB nº RO213B
REQUERIDOS: FABIO GABRIEL SAMPAIO TREVISAN, CLARA NATALY RISSARDO TREVISAN, SARA SUELY SAMPAIO TREVISAN, MARCELO VINICIUS SAMPAIO TREVISAN, JOSE WALTER TREVISAN NETO
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista o retorno negativo do AR expedido (ID 83888082) para citação de um dos herdeiros do executado, com o seguinte motivo: mudou-se, o exequente manifestou-se em ID 84109437 um novo endereço de outro herdeiro, para expedição de mandado via ar, qual seja: FABIO GABRIEL SAMPAIO TREVISAN, sendo localizado à Avenida Rondônia, n. 2413 - setor 01, Monte Negro/RO;
Portanto, considerando a juntada da custa da diligência requerida (ID 84111585), defiro o pedido retro, proceda-se com a expedição de mandado de citação via AR no endereço supracitado, nos termos da decisão de ID 80308770.
Proceda-se com o necessário.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7007192-98.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão / Resolução, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 183.777,91 (cento e oitenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos)
Parte executada: MARINALVA GOMES DE LIMA, RUA DAS FLORES 5797 JARDIM PARANÁ - 76871-420 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELAINE TETZNER DE OLIVEIRA, OAB nº RO4729
Parte exequente: COOPERATIVA MISTA JOCKEY CLUB DE SAO PAULO, ALAMEDA PICASSO 71, (ALPHAVILLE SANT'ANNA) ALPHAVILLE - 06539-300 - SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO, EDERSON BRITO DA SILVA COSTA REPRESENTACOES, AVENIDA TANCREDO NEVES 1969, - DE 1825 A 1971 - LADO ÍMPAR SETOR 01 - 76870-060 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO, OAB nº BA15471, RIO SAO PEDRO 109, APTO 1001 GRACA - 40150-350 - SALVADOR - BAHIA, NATHALIA GONCALVES DE MACEDO CARVALHO, OAB nº SP287894, DOS AMERICANOS 185, APTO 196 B BARRA FUNDA - 01138-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA e DANOS MORAIS interposta por MARINALVA GOMES DE LIMA em face de EDERSON BRITO DA SILVA COSTA REPRESENTACOES (E. BRITO REPRESENTACOES) e COOPERATIVA MISTA JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO em que objetiva a rescisão do contrato nº 10081146, Grupo 1003, Cota 996, valor do Contrato de R$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) firmado com as requeridas, além da restituição do importe de R$ 13.777,91 (treze mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos) e a fixação de indenização por danos morais.
Recebida a inicial (ID 80546610).
Realizada audiência de conciliação, não houve composição entre as partes (ID 82252022).
A parte requerida apresentou contestação sem a arguição de preliminares (ID 83104972), tendo a parte autora apresentado impugnação (ID 83857702)

Intimadas para especificarem as provas pretendidas (ID 83278144), a parte autora requereu a oitiva de testemunhas (ID 83857702). A requerida por sua vez, requereu o julgamento antecipado da lide.
Vieram os autos conclusos.
É o relato necessário para contextualização dos fatos. DECIDO
Pois bem. A situação jurídica estabelecida entre as partes está inserida no âmbito das relações de consumo (art. 2°, 17 e 29, CDC). Assim, defiro o pedido de inversão do ônus da prova, como instrumento facilitador da defesa de direitos, eis que restam demonstradas a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da autora, segundo as regras ordinárias de experiências e com base no art. 6o, VIII, do CDC.
No caso em tela, estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, inexistindo a arguição de preliminares e nulidades a serem declaradas ou irregularidades a serem sanadas, estando o processo em ordem, declaro saneado o feito.
Deste modo, ante o pedido de oitiva de testemunhas (ID 83857702), defiro o pedido e designo audiência de instrução para o dia 09 de março de 2023, às11h45min, a ser realizada presencialmente na 2ª Vara Cível.
Intimem-se as partes sobre a audiência designada.
As partes/ testemunhas deverão portar seus documentos de identificação válidos e de dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, caso necessário.
As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestarem-se acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
Os (a) advogados (a) das partes ficam advertidos da obrigação de notificar/informar as testemunhas da audiência designada, nos termos do artigo 455, caput, do CPC/2015. Registre-se que o endereço das testemunhas não estão completos no rol apresentado pela parte (ID 83857702), sendo assim, desde já informo que caso as testemunhas residam fora da Comarca poderão serem ouvidas por videoconferência, todavia deverão estar em local com bom sinal de internet, eis que caso não consigam adentrar na sala de audiência por dificudade de acesso ou manipulação do sistema ter-se-á por desistência tácita de sua oitiva, eis que compete a parte apresentar a testemunha para audiência.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes terça-feira, 3 de janeiro de 2023 às 12:17 .
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 0007929-12.2011.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S.A ARIQUEMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727
EXECUTADOS: IVETY PERRUT DO AMARAL, ATHAYDE MATHIAS DO AMARAL
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Os autos vieram conclusos em razão da manifestação ao ID 84211519, onde a parte exequente requer a realização da diligência para realização de consulta ao sistema SREI (Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis).
Pois bem.
Evidencia-se que o feito já se processa há vários anos, com diversas diligências, todas sem êxito. No entanto, o fato da parte exequente não ter tido seu crédito satisfeito por si só, não autoriza a adoção de medidas atípicas pelo Juízo, conforme explanarei a seguir;
Em síntese análise, verifica-se que o SREI se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente por serem informações públicas, razão pela qual indefiro o pedido de pesquisa junto ao SREI.
Posto isso, indefiro o pedido formulado pela parte exequente, devendo se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias indicando bens passíveis de penhora, ou requerendo o que entender de direito, sob pena extinção e arquivamento do feito.
Intime-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7004641-48.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA
ADVOGADOS DO AUTOR: KARINE SANTOS CASTOR, OAB nº RO10703, ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA, OAB nº RO5497A
REU: RONALDO SILVA DE SOUZA, JESSICA TAVARES RAMOS
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
I - RELATÓRIO
Trata-se de ação de Rescisão / Resolução, Liminar movida por AUTOR: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDAem face de REU: RONALDO SILVA DE SOUZA, JESSICA TAVARES RAMOS
A parte autora apresentou Embargos de Declaração sob o argumento de que houve omissão na parte dispositiva da sentença, relativamente a fixação de honorários sucumbenciais.
É o sucinto relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Os requisitos para oposição de Embargos de Declaração encontram-se descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que “Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.
Além disso, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC, “Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa”. Nesse sentido:
EMENTA Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental na reclamação. Segundos embargos com os quais se busca a rediscussão da causa. Impossibilidade. Caráter protelatório. Embargos de declaração dos quais não se conhece, com aplicação de multa ao embargante. 1. Não se verificam, no caso, os vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil. As questões trazidas nos embargos declaratórios já foram discutidas no julgamento do agravo regimental, sendo certo, também, que as referidas alegações foram rejeitadas pela Turma no julgamento dos embargos de declaração anteriormente opostos. 2. Não se conhece de segundos embargos de declaração cujo objetivo seja promover a rediscussão da causa. 3. Não conhecimento dos embargos, com imposição de multa ao embargante, dado o caráter meramente protelatório dos embargos art. 1.026, § 2º, do CPC). Determinação de certificação do trânsito em julgado do acórdão deste julgamento, independentemente de sua publicação. (STF - Rcl: 41984 SP 0097383-88.2020.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 04/10/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 03/12/2021).
Dessa breve digressão cabe aferir se a decisão embargada possui omissão, obscuridade, contrariedade ou erro material.
a) Omissão
A parte autora pugnou pelo reconhecimento de omissão na parte dispositiva, face a ausência de condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais.
No caso em tela, relativamente à omissão, assiste razão à parte autora, tendo ocorrido a ausência de deliberação quanto as custas e honorários sucumbenciais.
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, conheço e JULGO PROCEDENTE OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS apresentados para o fim de reconhecer a existência de omissãona parte dispositiva da sentença de ID 83990347, passando a ser da seguinte forma:
“Pelo exposto, confirmo a antecipação da tutela e no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA em desfavor de RONALDO SILVA DE SOUZA e JESSICA TAVARES RAMOS e por esta razão:
a) DECLARO a resilição unilateral do contrato existente entre as partes, a pedido da parte autora, com a consequente restituição da posse do imóvel imóvel LOTE 28 DA QUADRA 28 DO LOTEAMENTO JARDIM BELLA VISTA à parte autora;
b) REVEJO O CONTRATO para incidir a retenção de penalidade no patamar de 15% sobre todos pagamentos, sob qualquer rubrica, decorrentes do pacto;
c) CONDENO a parte autora a restituir aos requeridos, em parcela única, 85% de todos os valores pagos, sobre o qual deverá incidir correção monetária a partir da data do pagamento e juros moratórios de 1% ao mês, computados a partir do trânsito em julgado da presente decisão, ficando autorizada a dedução das despesas suportadas pela requerida com obrigações da própria coisa (IPTU), referente ao período compreendido entre a transmissão da posse aos requeridos e a sua efetiva restituição, desde que não estejam pagas pela parte requerida.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.”

Com relação às demais determinações, persiste a decisão tal como está lançada.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimento das partes, arquivem-se os autos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO/OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019898-16.2022.8.22.0002
Classe: Inventário
REQUERENTE: G. G. D. C.
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEDIANE TAVARES ROSA, OAB nº RO8027L
INVENTARIADO: J. B. D. C.
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Intime-se o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos comprovante de endereço em seu nome de forma atualizada, sob pena de extinção do feito. Com a juntada do referido comprovante, prossiga-se nos seguintes termos:
1. Retifique-se o polo passivo passando a constar ESPÓLIO DE JOSÉ BELARMINO DE CARVALHO.
2. No tocante às custas processuais, postergo a análise para depois da apresentação das primeiras declarações, mormente quando, em regra, os bens do espólio garantem o pagamento das custas e do ITCD.
3. Nomeio inventariante o requerente GENIVALDO GOMES DE CARVALHO, que prestará compromisso em 05 dias (artigo 617, parágrafo único do CPC).
3.1 Deverá a inventariante fazer suas primeiras declarações, no prazo de 20 dias contados da assinatura do termo, especificando detalhadamente (nomes e qualificação completa dos herdeiros, inclusive endereço eletrônico, e de seus respectivos cônjuges, indicando o regime de bens do casamento ou da união estável), caso ainda não o tenha feito, conforme artigo 620, do CPC, sob as penas da lei.
4. Citem-se os interessados em intervir no inventário, ou seja, o Ministério Público, os herdeiros não representados, sucessores em geral, se houver, e demais interessados não representados, as quais deverão ser citadas de acordo com o art. 626, §1º, CPC, sendo que terão o prazo de 15 dias para se manifestarem sobre as primeiras declarações (CPC, art. 626, caput, §1º, e art. 627).
5. Desnecessária a citação da Fazenda Pública, nos termos do artigo 629, do CPC, tendo em vista o teor do Ofício CIRCULAR 002/2011-DIVAD/DECOR/CG, de 13/01/2011, devendo a inventariante e os demais herdeiros juntarem as guias do recolhimento do ITCD adimplidas.
6. Havendo concordância quanto às primeiras declarações e quanto aos valores iniciais ou atribuídos, à inventariante para apresentar as últimas declarações (art. devendo os demais se manifestarem em 15 dias (CPC, art. 628, §1º, art. 636 e art. 637).
7. Se concordes, ao cálculo e digam, em 05 dias (CPC, art. 638), juntando a inventariante em seguida certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, certificado de cadastro de imóvel rural (CCIR), certidão negativa de débitos dos imóveis descritos na exordial.
8. Intimem-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7015103-35.2020.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: CLEUZA DE SOUZA VIANA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA DOS SANTOS LIMA, OAB nº RO5329A
REU: BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A

SENTENÇA
Vistos.
I- RELATÓRIO
CLEUZA DE SOUZA VIANA ingressou com a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA DE URGÊNCIA, em face do BANCO PAN S.A., partes qualificadas nos autos.
Segundo consta na inicial, a parte autora se deparou com um crédito em sua conta bancária, cuja origem alega desconhecer. Discorre ter constatado que havia um contrato de empréstimo consignado nº 340525293-7, com data de inclusão na data 08/10/2020, a ser quitado em 84 (oitenta e quatro) parcelas, no valor de R$ 52,00 (cinquenta e dois reais), com início dos descontos para o mês 02/2021 e o término em 01/2028.
Dessa forma, propôs a presente ação e pediu a declaração de inexistência do negócio jurídico. Requereu, também, a condenação à indenização por supostos danos morais suportados. Por fim, pugnou pela inversão do ônus da prova, repetição do indébito e pela concessão do benefício da justiça gratuita.
A decisão inicial concedeu a gratuidade, sendo deferido o pedido de antecipação da tutela, bem como a citação do requerido (ID 51754791).
Comprovado depósito judicial do valor discutido nos autos (ID 52691406).
Realizada audiência, a qual restou prejudicada (ID 53646100).
Nova tentativa de acordo, a qual resultou infrutífera (ID 56120644).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 56741514), oportunidade em que, preliminarmente, alegou capacidade plena da autora e falta de interesse de agir. No mérito, requereu a improcedência do pedido inicial sob o argumento de que a parte autora celebrou o contrato, após preencher uma proposta de crédito, com cópia de seus documentos pessoais e foto registrada no contrato. Juntou documentos.
Réplica (ID 57322682).
Na fase de especificação de provas (ID 59180460), a parte autora requereu a realização de perícia grafotécnica (ID 59270425) e o requerido pugnou pelo depoimento pessoal da requerente (ID 59544399).
Decisão saneadora (ID 76644327), determinando-se a realização de perícia, a qual seria custeada pelo requerido.
Apresentada proposta de honorários (ID 76995604).
Intimado, o banco requerido informou não possuir interesse na realização da prova pericial (ID 79383740).
A parte autora pugnou pela admissão da prova emprestada dos autos nº 7012910-47.2020.822.0002, a qual foi indeferida por este Juízo (ID 83919684).
Em seguida, a parte autora pugnou pela procedência da demanda (ID 84373684).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento e DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA DE URGÊNCIA em que a parte autora objetiva declarar inexistente contrato existente em seu nome, com consequente restituição dos valores descontados, além de fixação por indenização por danos morais.
Considerando que as preliminares foram rejeitadas quando do saneamento dos autos (ID 76644327), passo à análise do feito.
a) Mérito
Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No entanto, tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
A responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar. Além disso, é direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que, o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).
O inciso IV trata do aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor, restando caracterizada tal prática quando o fornecedor, de modo abusivo, se vale da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social.
De acordo com o inciso III do art. 6º do CDC é direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes, preço e riscos que apresentem.
O art. 14, § 3º, do mesmo diploma legal, somente afasta a responsabilidade do fornecedor por fato do serviço quando a culpa for exclusivamente do consumidor ou de terceiros. Vejamos:
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]
§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
[...]
II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Embora se trate de relação de consumo, que autoriza a inversão do ônus probatório, deve a consumidora, ora parte autora, trazer aos autos elementos de prova que comportem minimamente o direito alegado, conforme previsto no art. 373, inciso I, do CPC.
O cerne da lide reside em saber se a parte autora contratou o empréstimo objeto dos autos, contraindo para si as obrigações inerentes ao contrato, e, se há responsabilidade do requerido em reparar os danos sofridos pela parte autora.
Pois bem. Relativamente ao mérito, após detida análise dos documentos juntados com a contestação e das provas produzidas pela parte autora, verifico que a ação deve ser julgada improcedente. Explico.
a.1) Declaração de Inexistência de Débito
Na inicial, a parte autora pugnou pela declaração de nulidade do contrato de empréstimo realizado em seu nome sob a alegação de que não anuiu à contratação.
No ID 56741517, o banco requerido apresentou o contrato objeto dos autos, acompanhado de seus documentos pessoais. Embora a parte autora tenha impugnado o contrato apresentado, a análise daquele e dos documentos apresentados com a petição inicial demonstra que foram apresentados os mesmos documentos de identidade, possuindo similaridade as assinaturas.
Além disso, restou comprovado nos autos que houve o benefício do valor pela parte autora. Isso porque, o requerido apresentou comprovante de pagamento do empréstimo no ID 56741515, tendo a parte autora comprovado o crédito em sua conta bancária.
Como se vê, o requerido apresentou provas de que a parte autora realizou um empréstimo consignado e nesse sentido, recebeu em sua conta bancária, o valor que tomou emprestado.
A parte autora desincumbiu-se do ônus que lhe cabia, qual seja, provar nos autos que não assinou o contrato juntado pela requerida e nesse sentido, não estaria obrigada a realizar o pagamento do valor cobrado mensalmente em seu benefício.
Como isso não foi feito, o processo deve ser julgado com base nas provas produzidas, as quais demonstram a improcedência do pedido já que a parte requerida comprovou a realização dos empréstimos pela parte autora, e esta, por sua vez, nada provou.
Sobre o assunto, a jurisprudência atual manifesta-se nos seguintes termos:
RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO POR MEIO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL – RMC. PREVISÃO LEGAL E REGULAMENTAR. CONTRATAÇÃO PROVADA PELA INSTITUIÇÃO RÉ POR MEIO DE CONTRATO ASSINADO. VALOR QUE RESTOU LIBERADO EM FAVOR DA PARTE AUTORA. ABALO MORAL INEXISTENTE. ASSUNTO JÁ RESOLVIDO PELA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS DE SC – "OBSERVADOS OS TERMOS DA LEI N. 10.820/03 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.28/2008-INSS, É VÁLIDO O CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NÃO HAVENDO DANO MORAL PRESUMÍVEL NO CASO DE SUA CONTRATAÇÃO COM INOBSERVÂNCIA DAQUELAS REGRAS." (ENUNCIADO 14, DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, J. 22-10-2018). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (TJSC, RECURSO CÍVEL n. 5006895-05.2020.8.24.0079, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marcio Rocha Cardoso, Gab 01 - Primeira Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. Thu Feb 10 00:00:00 GMT-03:00 2022). (TJ-SC - RECURSO CÍVEL: 50068950520208240079, Relator: Marcio Rocha Cardoso, Data de Julgamento: 10/02/2022, Gab 01 - Primeira Turma Recursal - Florianópolis (Capital).
CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTO EM FOLHA DE APOSENTADO. CONTRATO ASSINADO PELO AUTOR. - Contrato acostado aos autos foi firmado pelo autor e traz assinatura com a mesma letra posta no pedido inicial, restando afastada a alegação de que não efetuou a contratação. - Valor do empréstimo depositado na conta corrente do autor comprovado pelo documento da fl. 35. Autor não trouxe extrato da sua conta bancária para demonstrar que, na data informada pelo banco réu, o valor do empréstimo não foi depositado em sua conta bancária, ônus que lhe cabia, nos termos do art. 333, inc. I, do CPC. - Sentença reformada. Pedido Improcedente (grifado). RECURSO PROVIDO (Recurso Cível Nº 71004958542, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/09/2014) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004958542 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 25/09/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/09/2014).
DIREITO CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO DEMONSTRADO. COBRANÇA DEVIDA. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. Pretensão de inexigibilidade de débito, repetição de indébito e indenização por danos morais em razão de contrato de empréstimo consignado que o autor alega não ter firmado. Recurso do autor visando à reforma da sentença, que julgou improcedentes os pedidos. 2 - Contrato de empréstimo consignado. Vício de consentimento. Ausência de demonstração. Preenchimento das exigências legais. A anulação de negócio jurídico demanda a demonstração de vício de consentimento, não evidenciado no caso em exame. O fato de o autor ser analfabeto, por si só, não macula o contrato de empréstimo em questão, mormente porque fora firmado com observância das exigências previstas no art. 595 do Código Civil (ID. 7378360). Além disso, os documentos de ID. 7378366 e 7378367 demonstram que o autor recebeu o crédito relativo ao mútuo firmado, o que também respalda a regularidade da contratação. Nesse quadro, ausente a hipótese de fraude bem como, demonstração de outros vícios no contrato, não há que se falar em declaração de nulidade do contrato, de inexigibilidade de débitos e nem de repetição do valor das parcelas. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de ilegalidade não se acolhe pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, pelo recorrente vencido, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça. (TJ-DF 07031172920188070010 DF 0703117-29.2018.8.07.0010, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 28/03/2019, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 08/04/2019 . Pág: Sem Página Cadastrada).

As alegações expendidas na inicial foram contraditórias às provas apuradas nos autos e para fins de concessão do pedido de declaração de inexistência de débito seria imprescindível a demonstração dos elementos caracterizadores. Logo, considerando que a parte autora não ocupou-se em demonstrar tais requisitos, improcede o pedido declaratório.

a.2) Indenização por dano moral

No caso em tela, como no caso em tela a parte requerida demonstrou a legitimidade das cobranças, diante da regular contratação do empréstimo. Logo, não há o que se falar em responsabilização por eventual dano ocasionado, pois, inexistindo ato ilícito praticado pela requerida, não há que se falar em conduta apta a ensejar dano.

Nas relações consumeristas aplica-se a inversão do ônus probante, bastando a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, de modo que inicialmente este estaria exonerado de provar o alegado. Todavia, em havendo comprovação, pela parte contrária, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, incumbiria a esta fazer prova quanto aos fatos, impugnando especificamente a documentação colacionada.

Ocorre que a parte autora se descurou do ônus que lhe cabia e por isso, não há que se falar em ilícito praticado pela parte requerida e, portanto, inexiste CONDUTA apta a ensejar reparação por danos morais pretendida pela parte autora.

Sendo assim, resta patente também o rompimento do nexo causal, elemento indispensável ao reconhecimento da responsabilidade, pois se não há conduta, também inexiste NEXO DE CAUSALIDADE entre a mesma e eventual DANO suportado.

Portanto, improcede o pedido indenizatório face a ausência de comprovação de conduta ilícita nos autos.

a.3) Restituição do valor pago

A parte autora requereu a restituição do valor pago pelo empréstimo consignado, contudo, face à ausência de comprovação de conduta ilícita do banco requerido, improcede o pedido de restituição.

III. DISPOSITIVO

Posto isto, revogo a tutela antecipada concedida nos autos (ID 51754791) e no mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por CLEUZA DE SOUZA VIANA em face do BANCO PAN S.A., extinguindo o feito com resolução do mérito.

Face à sucumbência, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência que arbitro em 10% do valor da causa, nos termos do § 2º do art. 85 do CPC, observada a gratuidade concedida à autora (ID 51754791), sendo assim a cobrança deverá ficar suspensa.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Por fim, certifique-se a CPE o decurso do prazo para recolhimento das custas e, sendo o caso de inadimplemento, encaminhe-se para protesto e inscreva-se em dívida ativa, observando-se eventual gratuidade judicial concedida.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes,3 de janeiro de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010228-51.2022.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: LOISLAINE PERES MIRANDA

ADVOGADOS DO AUTOR: KARINE DE PAULA RODRIGUES, OAB nº RO3140, DANIELLA PERON DE MEDEIROS, OAB nº RO5764

REU: CRISTINA ANDRADE FERREIRA MARTINS - ME

REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO

Vistos.

Face o indeferimento da justiça gratuita postulada via Agravo de Instrumento (ID 83535678) e o comprovante de pagamento das custas processuais apresentado no ID 83265302, recebo a inicial.

Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DÉBITO c.c NULIDADE CONTRATUAL c.c PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA c.c REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS interposta por LOISLAINE PERES MIRANDA em face de PJR COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA em que objetiva desconstituir débito existente em seu nome no importe de R$ 4.009,00 (quatro mil e nove reais), relativamente ao contrato n. 37944, o qual afirma desconhecer pois nunca firmou negócios com a instituição requerida. Assim, ingressou com a presente, tencionando, via antecipação da tutela, a suspensão do registro negativo. No mérito, requereu a declaração de inexistência do débito e a fixação de indenização por danos morais. Juntou documentos.

É o relatório necessário. DECIDO

Quanto a tutela de urgência, assim preceituam os artigos 300 e 301 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.

Nesse sentido, para a concessão da tutela de urgência é indispensável que estejam presentes os requisitos da probabilidade objetiva do direito invocado pela parte autora, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sendo que, ausente qualquer deles, o seu indeferimento é medida impositiva.

Os documentos juntados e as sustentações jurídicas e fáticas expostas nos autos demonstram a probabilidade do direito e a verossimilhança das alegações da parte autora, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela de urgência. Além disso, verifica-se a presença do perigo de dano pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à parte autora, impedindo a realização de transações financeiras, comerciais, dentre outros.

Não há que se falar em irreversibilidade do provimento, uma vez que este se limita à suspensão da negativação, podendo ser novamente incluída, caso seja comprovada a legitimidade do ato da empresa requerida.

Sobre o assunto, há entendimento jurisprudencial concedendo a antecipação da tutela em situações semelhantes. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE TÍTULO DE CRÉDITO C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. TUTELA DE URGÊNCIA. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. EXCLUSÃO DO NOME JUNTO AO SPC e SERASA. MANTIDA A DECISÃO A QUO. 1. Para o deferimento da tutela de urgência exige-se a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Diante da alegação de inexistência da dívida, verifica-se, numa análise ainda perfunctória da questão, demonstrados os requisitos ensejadores da concessão da tutela de urgência para retirar o seu nome dos cadastros de inadimplentes. 3. Não há se falar em irreversibilidade da medida, porquanto, acaso julgada improcedente a pretensão deduzida na origem, o agravante possui meios para cobrar seu crédito com a devida correção. 4. Para que seja reformada a decisão agravada, atinente à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, deve o agravante demonstrar que ela padece de ilegalidade, abusividade ou teratologia, o que não ocorreu na espécie. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 01950352020198090000, Relator: DORACI LAMAR ROSA DA SILVA ANDRADE, Data de Julgamento: 07/07/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 07/07/2019).

Assim, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino a suspensão do registro negativo existente em nome da parte autora perante a parte requerida no valor de R$ 4.009,00 (quatro mil e nove reais), relativamente ao contrato n. 37944,

Oficie-se ao SERASA EXPERIAN e SPC BRASIL para que suspendam o registro negativo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em crime de desobediência.

À CPE para designar a data da audiência.

Cite-se a parte requerida para tomar ciência do processo e intime-se da audiência designada.

Intime-se a parte autora, na pessoa do seu patrono da audiência designada.

Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).

Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).

Apresentada defesa pela parte requerida, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias (art. 350, CPC), já especificando, no mesmo prazo, as provas que pretende produzir, justificando a necessidade. No mesmo ato, intime-se o(a) requerido(a) para que especifique as provas que pretende produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.

Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, que deverá informar, em 05 (cinco) dias, telefone com whatsapp e e-mail (autor e patrono), para que o CEJUSC faça o contato para a audiência por videoconferência.

A parte requerida deverá informar ao Oficial de Justiça no ato da citação/intimação o telefone com whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 05 (cinco) dias antes da audiência.

As partes deverão comunicar o juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da audiência, mudança de telefone com whatsapp e e-mail.

As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo whatsapp e hangout meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-lo assim que receberem a citação ou intimação.

Se qualquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou telefone (69 9336-0702) até antes de seu início.

As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados.

As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestarem-se acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Caso o requerido apresente reconvenção com comprovação de recolhimento de custas, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
Em seguida, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretender produzir, justificando sua necessidade no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019486-22.2021.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: VALDENI LAUREANO DA SILVA, ROSILDA DANIEL RIBEIRO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizado por BANCO DO BRASIL em desfavor de VALDENI LAUREANO DA SILVA e ROSILDA DANIEL RIBEIRO, todos qualificados nos autos.
Os autos vieram conclusos em razão da impugnação à penhora de ID 82950834 e manifestação do exequente, ID 83293267.
Pois bem. Em que pese haver manifestação de impugnação à penhora oferecida pelos executados, alegando penhora de seus ativos financeiros, no importe de R$ 2.401,21 (dois mil, quatrocentos e um reais e vinte e um centavos), não há nos autos provas de que houve bloqueio de valores em sua conta, tampouco, houve decisão deste juízo nesse sentido.
Diante disso, intimem-se as partes executadas para que no prazo de 10 (dez) dias, traga aos autos comprovação de que houve ativos financeiros penhorados, sob pena de prosseguimento da execução nos moldes em que se encontra.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7004219-10.2021.8.22.0002
Classe: Inventário
REQUERENTES: MARIA CLARA DOS SANTOS VIDAL, VITOR EMANUEL DOS SANTOS MOURA, DAVID EMANUEL RODRIGUES VIDAL, DAYANE RODRIGUES SANTOS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARINALVA DE PAULO, OAB nº RO5142
INVENTARIADO: MANOEL VIDAL DE MOURA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em manifestação de ID 75396250, a inventariante, DAYANE RODRIGUES SANTOS e outros por meio de advogado regularmente constituído, requer a expedição de alvará, na pendência de inventário, autorizando a venda do seguinte automóvel a fim de regularizar quanto ao pagamento do ITCMD, qual seja:
01. Caminhonete, 2017/2017, placa FZF 3001, Renavam: 01111964200.
Sustenta, em síntese, que a alienação se dá por conta da necessidade de regularizar o pagamento do débito do ITCMD, argumenta ainda que o bem acima está em situação de deterioração e desvalorização de mercado.
O Ministério Público opinou pelo deferimento da venda do referido automóvel, ID 82749753.

É o relatório.
Fundamento e decido.
A teor do que dispõe o art. 619, inc. I do CPC, é incumbência do inventariante a alienação de bem de qualquer espécie, sempre, no resguardo dos interesses do espólio, elementos que, pelas razões expostas na inicial, estão presentes.
No caso concreto, ainda, deve ser ter em conta os interesses de herdeiro menor e incapaz, os quais merecem as cautelas necessárias.
Não se pode olvidar, ainda, a alienação do automóvel em questão não trará qualquer prejuízo e preservará o valor econômico dos bens do espólio. Ademais, o valor arrecadado deverá ser depositado em conta vinculada a este juízo e somente poderá ser movimentada mediante alvará.
Destaco o presente inventário já caminha para o final, e a inventariante sustenta que não possuem condições financeiras para manutenção dos bens indicados nas primeiras declarações, para pagamento das custas processuais e o ITCMD.
Nesse contexto, para que se preserve o patrimônio do espólio, concluo que o pedido deve ser deferido, com a autorização para alienação do veículo, conforme pretendido pelo inventariante, uma vez que o Ministério Público manifestou-se favorável quanto ao pedido, onde não vislumbro óbice à alienação do bem relacionado.
Dispositivo
Em face do exposto, DEFIRO o pedido e, em consequência, autorizo o espólio de MANOEL VIDAL DE MOURA representado pelo inventariante DAYANE RODRIGUES SANTOS, inventariante, a alienar o veículo acima supramencionado. O valor deverá ser depositado em conta judicial vinculada aos autos do presente inventário.
Expeça-se alvará autorizativo, com prazo de 30 dias. Para prestação de contas, fixo o prazo de 10 dias, contados a partir da alienação do bem.
Ao Ministério Público para ciência.
Intime-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7013149-80.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: IGAPO MOTOS LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MATHEUS RODRIGUES SILVA, OAB nº RO11744, BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825
EXECUTADOS: ADRIMAR ROCHA LEMOS, GABRIEL LEMOS ROCHA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1. Considerando que a audiência de conciliação restou prejudicada ao ID 82728564, ante a ausência dos requeridos, intime-se o autor para que se manifeste acerca de novo endereço para expedição de mandado de citação, no prazo de 15 (quinze) dias.
2. Com a manifestação, retornam-se os autos conclusos para deliberações quanto a redesignação da audiência de conciliação requerida.
3. Intime-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,3 de janeiro de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002300-54.2019.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551

EXECUTADO: ALMERINDA APARECIDA SILVA SOUZA
Advogado do(a) EXECUTADO: WALDINEY MATHEUS DA SILVA - RO1057
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Finais) . O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 0001654-51.2019.8.22.0007
RÉU: WELLINGTON FERREIRA GOMES, sexo masculino, Brasileiro, profissão Dragueiro, filho de Hélio Ferreira da Silva e Ruti Libório Gomes, nascido aos 02/06/1990, natural de Cacoal/RO, portador do RG N° 00001060223, CPF 015.575.032-14, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, n° 2108, bairro Distrito de Riozinho, na cidade de Cacoal/RO, fone 69 9 9251-7651., atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br,
DENÚNCIA: "No dia 26/05/2019, na área externa das instalações do Quartel da PM, no distrito do Riozinho, nesta comarca de Cacoal/RO, WELLINGTON FERREIRA GOMES, de forma livre e consciente, matou SIDNEY DE ARRUDA MESSIAS, desferindo golpes de pauladas contra a cabeça da vítima, que causaram traumatismo cranianoencefálico, levando-o a óbito no local dos fatos. Extrai-se do caderno investigativo que no dia dos fatos o denunciado estava em um Bar no Distrito do Riozinho, acompanhado de JOSÉ MAXIMINIANO JÚNIOR e MOISÉS FERREIRA GOMES, sendo que Moisés é irmão do denunciado e genro de José Maximmiano. Em dado momento enquanto estavam no Bar, ocorreu uma discussão entre a vítima SIDNEY DE ARRUDA MESSIAS e JOSÉ MAXIMMINIANO JÚNIOR, sendo que em consequência da discussão SIDNEY passou a desferir golpes de canivete em José que provocaram lesões em seu abdômen. Após esse momento, SIDNEY deixou o local, sendo então perseguido pelo denunciado WELLINGTON FERREIRA GOMES, azo em que o alcançou já na área externa do Quartel da PM no Distrito do Riozinho. Ao ser interpelado pelo denunciado, a vítima (SIDNEY) desferiu um golpe contra o pescoço de WELLINGTON, causando neste um corte em seu pescoço. Mediante o ocorrido o denunciado golpeou a vítima com um pedaço de pau, tendo a derrubado no chão. Quando a vítima já estava caída ao solo, o denunciado desferiu mais dois golpes contra a cabeça da vítima, levando-a óbito. Assim agindo, o denunciado WELLINGTON FERREIRA GOMES está incurso nas sanções previstas no art. 121, caput, do Código Penal."
3 de janeiro de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 0000590-69.2020.8.22.0007
RÉU: DIEISSON RENAN ALVES FERREIRA, "Sombra", "Gaspar", sexo masculino, brasileira, profissão Metalúrgico, filho de Reginaldo Ferreira de Souza e Adriana Alves da Silva dos Santos, nascido aos 19/09/1998, natural de Cacoal/RO, portador do RG N° 12134236, CPF 041.069.412-60, residente e domiciliado na Rua Coronel Noronha, n° 944, bairro Novo Horizonte, na cidade de Cacoal/RO, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br,

DENÚNCIA: “No dia 10/12/2019, por volta das 11h01min na Rua Ipê, Bairro Santo Antônio neste Município e Comarca de Cacoal/RO, o denunciado DIEISSON RENAN ALVES FERREIRA, livre e consciente, recebeu, conduziu e estava em posse de motocicleta Honda CG150, placa NCC-6388, cor azul, que sabia se tratar de produto de crime, pertencente à vítima LUCAS DE FREITAS DIAS. Conforme consta, no dia, local e horário dos fatos o Policial Militar Alessandro José da Silva, que se encontrava de folga, avistou o nacional Dieisson Renan Alves Ferreira transitando com a referida motocicleta que havia sido furtada do estacionamento do Supermercado Servilar (vide boletim de ocorrência n° 99117, lavrado pela polícia militar, juntado à fl. 34). Ato contínuo, o Policial Alessandro seguiu o nacional Dieisson e conseguiu abordá-lo na Rua Dos Pinheiros, ocasião em que a guarnição em serviço foi chamada e confirmou que a motocicleta Honda CG Titan 125, de cor azul, tratava-se de produto de furto. Colhe-se dos autos que o denunciado Dieisson usava uma casa abandonada, situada na Rua Ipê, n° 1569, bairro Santo Antônio, nesta urbe e que, nesse local, foi encontrada uma carta manuscrita que indica que tenha sido escrita por indivíduo recolhido na carceragem do presídio de Cacoal e endereçada ao denunciado, cujo conteúdo se tratava de pedido de envio de aparelhos celulares para dentro do Presídio. Consta ainda que Dieisson informou que teria tomada a motocicleta emprestada de terceiro, porém não poderia dar maiores informações dessa pessoa, revelando-se ter ciência da origem criminosa do veículo. II - CAPITULAÇÃO Assim agindo, DIEISSON RENAN ALVES FERREIRA praticou conduta prevista no art. 180, caput, do Código Penal.
3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Criminal
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3443-7610
7015160-67.2022.8.22.0007
Ação Penal de Competência do Júri
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, , CENTRO CENTRO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: CLEITON CESAR BRANDAO RODRIGUES, SETE DE SETEMBRO 4608, - DE 4566/4567 AO FIM JD CLODOALDO - 76963-427 - CACOAL - RONDÔNIA, CARLOS ROBERTO TERRIVEL DE CARVALHO CUSTODIO, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: THIAGO LUIS ALVES, OAB nº RO8261
DECISÃO
Vieram-me os autos para a análise da resposta a acusação apresentada pelos réus CARLOS ROBERTO TERRÍVEL DE CARVALHO CUSTÓDIO e CLEITON CESAR BRANDÃO RODRIGUES.
Por meio de advogado constituído, os denunciados apresentaram resposta à acusação, oportunidade em que não concordaram com o narrado na denúncia e requereu a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a oitiva das testemunhas arroladas pelo MP (id. 85482532 e 85471900).
É o relatório. Decido.
Analisando os autos, verifica-se que não é o caso de rejeição da inicial. Esta contém os requisitos exigidos no Diploma Processual vigente (art. 41, do Código de Processo Penal), descreve a ação delituosa com suas circunstâncias e particularidades e permite ao(s) réu(s) o contraditório e a ampla defesa, assim, estando comprovada a materialidade e existindo indícios de autoria, não há, pois, que se falar em inépcia da denúncia.
A resposta à acusação também não conseguiu assentar, pelo menos em juízo perfunctório, que o fato narrado evidentemente não constituiu crime.
Somente a instrução processual poderá definir se os acusados participaram ou não do delito.
Considerando, que a audiência virtual é uma faculdade das partes, conforme consignado no julgamento do processo 0002260-11.2022.2.00.0000 no âmbito administrativo do CNJ e considerando que a maioria maciça da população possui meios de acesso a realização de audiência a distância, a audiência será realizada por videconferência, caso as partes não se manifestem em sentido contrário no prazo de 05 dias a contar da intimação.
Assim, DESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 23/02/23, às 08:00 horas, que será realizada por videoconferência através do aplicativo Google Meet em razão da pandemia.
Para tal, devem as partes, o acusado e as testemunhas acessar o link meet.google.com/bdo-cpqi-vxy , bastando, para acesso, a utilização de aparelho celular com acesso a internet.
Não requeridas diligências nos termos do art. 402 do CPP, serão oferecidas as alegações finais oralmente na audiência (art. 403, caput).
A audiência não será redesignada em razão de eventual folga da testemunha. O remanejamento/concessão de folgas da testemunha fica a critério do departamento pessoal do órgão a que está vinculado e não a esse Juízo. As penalidades previstas no CP e CPP seguem válidas.
Serve a presente como ofício direcionado ao Diretor do Presídio local (e-mail:cdcac@sejus.ro.gov.br), para apresentação dos acusados CARLOS ROBERTO TERRÍVEL DE CARVALHO CUSTÓDIO e CLEITON CESAR BRANDÃO RODRIGUES. , na sala destinada a realização das videoconferências 30 (trinta) minutos antes da audiência, para que seja devidamente instruído antes do início da mesma, de maneira a preservar, de um lado, seu direito à ampla defesa e, de outro, a pontualidade das audiências.

Serve a presente como Oficio à Autoridade Policial da DERCV (e-mail: dercv.cacoal@pc.ro.gov.br), para notificar os Policiais Civis STENIO TAVARES DE BARROS e SERGIO RIBEIRO SILVA, arrolados como testemunha, para entrar em contato com a secretária deste juízo e acessar o ambiente digital das videoconferencias, via Google Meet.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DOS RÉUS E DAS TESTEMUNHA(S) INDICADAS EM ANEXO, a acessar o ambiente virtual no horário já designado para a audiência.
O (a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça deverá consignar o número de telefone informado das testemunhas/réu por ele intimadas/citadas, a fim de viabilizar o contato da secretária deste Juízo, por ocasião da audiência.
Caso o oficial constate que as partes intimadas não possuem meios para acesso à audiência, informe que, de forma excepcional, estas poderão comparecer ao prédio do tribunal, nesta vara e comarca, para serem ouvidas presencialmente.
Dê ciência ao MP e à defesa.
Por fim, seguem as instruções de acesso e utilização do aplicativo Google Meet para as partes que participarão da audiência designada:
Cacoal 3 de janeiro de 2023
Rogério Montai de Lima
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Criminal
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3443-7610
7014322-27.2022.8.22.0007
Ação Penal - Procedimento Ordinário
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, CENTRO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA, 1. D. D. P. C. D. C., AVENIDA INDERVAL JOSÉ BRASIL 10, - DE 176 A 530 - LADO PAR NOVO CACOAL - 76962-220 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ADEILSON PEREIRA DE SOUZA, AC CACOAL, LINHA 10, LOTE 82, GLEBA 10, ZONA RURAL CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ANA CLARA CABRAL DE SOUSA CUNHA, OAB nº RO5562
DESPACHO
Considerando a manifestação ministerial amparada pela declaração espontânea da vítima dando conta da desnecessidade da monitoração eletrônica, determino a retirada da tornozeleira eletrônica, mantendo, contudo, as demais medidas protetivas consistentes em proibição de aproximação e contato com a vítima.
Serve a presente decisão de ofício ao Diretor da Casa Albergue, para que proceda a retirada da monitoração eletrônica do requerido Adeilson Pereira de Souza.
Fica o acusado intimado pela defesa mediante publicação do DJ.
Aguarde-se a realização da audiência de instrução e julgamento aprazada para 03/05/23.
Cacoal 3 de janeiro de 2023
Rogério Montai de Lima
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Criminal
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Fone: (69) 3443-7625
E-mail: cwl1criminal@tjro.jus.br
7007797-29.2022.8.22.0007
Ação Penal de Competência do Júri
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: DARA DE OLIVEIRA WILL, MARECHAL RONDON, 0 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, LEANDRO NILO FERREIRA, AVENIDA SÃO PAULO 2477, - DE 3477 A 3725 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-597 - CACOAL - RONDÔNIA, JHONATAN DA SILVA LARA, CHACARÁ DA HORTA VILLAGE DO SOL II - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA, MAICON RICHERD REIS DE PAULA, ROSINEIA DE SOUZA 4133, - DE 3821/3822 AO FIM VILLAGE DO SOL - 76964-362 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320, KARLA RAQUEL BARCELOS TOKASHIKI SANTOS, OAB nº RO9573, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO

Considerando tratar-se de preso, expeça-se guia de execução provisória nos termo da resolução 213 do CNJ.
Recebo o Recurso de Apelação dos acusados Jhonatan e Leandro (id.), em seus regulares efeitos porque tempestivo e próprio.
Dê-se vista à defesa para apresentação das razões e em seguida ao representante do Ministério Público para as contrarrazões.
Aguarde-se o trânsito em julgado da sentença em relação aos reus Dara Will e Maicon Richerd.
Após, verifique-se e certifique-se a regularidade do processo e encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para apreciação do recurso, com as devidas anotações e homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Cacoal 3 de janeiro de 2023
Rogério Montai de Lima
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 1ª Vara Criminal
Processo: 7014322-27.2022.8.22.0007
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: ADEILSON PEREIRA DE SOUZA
Advogado do REU: ANA CLARA CABRAL DE SOUSA CUNHA - RO5562
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o advogado acima mencionado do despacho de Id 85567224.
Cacoal, 3 de janeiro de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 1ª Vara Criminal
Processo: 7007797-29.2022.8.22.0007
Classe: AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI (282)
REU: JHONATAN DA SILVA LARA e outros (3)
Advogados dos REUs : IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO - RO7320, KARLA RAQUEL BARCELOS TOKASHIKI SANTOS - RO9573
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar os advogados acima mencionados, para apresentar razões, no prazo legal, conforme decisão de Id 85567177.
Cacoal, 3 de janeiro de 2023

4ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - 4ª Vara Cível Processo: 7004348-63.2022.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Guarda
Requerente (s): A. L. D. S., CPF nº 83730079204, RUA PEDRO SPAGNOL 3581, - DE 3382/3383 A 3516/3517 TEIXEIRÃO - 76965-676 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado (s): VANUSA ALVARENGA ESTENIER, OAB nº RO5661A
SENTENÇA
Vistos etc.
Trata-se de ação de revisão de guarda, proposta por GRAZIELE DE ARRUDA SILVA (09/04/2016) menor devidamente representada por seu genitor ALEXSANDRO LUIZ DA SILVA em face de EDILAINE CUNHA DE ARRUDA.
Depreende-se dos autos, que as partes tinham um matrimônio de dois anos, e por motivo de incompatibilidade sobreveio a separação do casal. Durante o relacionamento tiveram dois filhos: GABRIEL LUIZ DA SILVA, nascido em 13/04/2009 e GRAZIELE DE ARRUDA SILVA, nascida em 09/04/2016
Afirma a autora que no ano de 2018, foi proposta a ação n° 706005- 79.2018.8.22.0007 (ID 75247418), sendo fixado o regime de guarda compartilhada entre os genitores, e estabelecida a residência fixa do menor GABRIEL com o genitor, e a residência fixa da menor GRAZIELE com a genitora.

Ademais, na ação acima mencionada foi estabelecido o valor de 31% (trinta e um por cento) do valor do salário mínimo vigente a título de verba alimentícia no valor de R$ 295,74 (duzentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos). Ocorre que, a menor continuou na casa do genitor e da família paterna em concordância com a genitora, diante dos fatos as partes acordaram em realizar um contrato extrajudicial (ID 75247412) na data 16 de junho de 2020, convencionando a casa do requerente como residência fixa de GRAZIELE, e a extinção do pagamento de pensão para a genitora. Todavia, em dezembro de 2021 após a genitora se casar, buscou desfazer o acordo extrajudicial da guarda da menor, fato que motivou a propositura desta demanda.

Em contestação/reconvenção a requerida Edilaine pugnou pela fixação da guarda alternada da criança Graziele, para que resida com ambos os genitores a cada quinze dias, e com o pagamento das pensões alimentícias em favor da genitora, ora reconvinte, no valor de 24,08% (vinte e quatro vírgula oito por cento) do salário-mínimo, bem como sejam as visitas determinadas.

Realizado estudo psicossocial e juntado aos autos ID 79728131.

Conforme relatório emitido pelo Núcleo Psicossocial, as partes conseguiram chegar a um consenso quanto a guarda da criança GRAZIELE, optando por mantê-la com o pai, pois é o local onde já está inserida e adaptada a dinâmica familiar, principalmente aos avós paternos, referência importante na vida dos netos.

O relatório emitido pelo Núcleo Psicossocial evidenciou que a guarda seja compartilhada, com residência fixa na casa do pai e acesso livre da mãe, divisão de férias escolares em períodos iguais para ambos atendendo desta forma ao melhor interesse da criança.

No que se refere aos alimentos, não houve estipulação por qualquer das partes.

Instado a se manifestar, o Ministério Público lançou parecer favorável à homologação do acordo entabulado de forma espontânea pelas partes, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Decido.

Trata-se de ação de revisão de acordo judicial relativo a guarda e visitas de menores.

As partes informaram que os dois menores se encontram residindo em companhia do genitor e tal situaçao, que distoa daquilo que foi inicialmente convencionado e homologado, deve preponderar por se apresentar como mais adequado aos interesses das crianças.

A guarda continuará a ser exercida de modo compartilhado, sendo que a residencia de ambos os filhos será junto ao genitor, nao havendo qualquer estipulaçao relativa ao pagamento de pensão alimenticia por parte da genitora, o que obviamente decorre de composiçao amigavel entre as partes.

Considerando que o acordo firmado pelas partes e acompanhado pelos advogados e, ainda, o caráter consensual do pedido, bem como o parecer favorável do órgão ministerial, a procedência é medida que se impõe.

Posto isso, na forma do art. 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO por sentença para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetivado pelas partes, pelo que confirmo a regularização de GUARDA COMPARTILHADA dos menores GABRIEL LUIZ DA SILVA e GRAZIELE DE ARRUDA SILVA,e definindo como a residência fixa dos menores a casa do genitor ALEXSANDRO LUIZ DA SILVA, podendo a genitora EDILAINE CUNHA DE ARRUDA visitar os filhos de forma livre, sendo as férias dividas igualmente para ambos os pais. Por fim, JULGO EXTINTO o feito com julgamento do mérito (art. 487, inciso III, alínea “b” do CPC).

Sem custas e sem verbas honorárias.

Considerando a preclusão lógica e a dispensa de prazo recursal, o feito transita em julgado nesta data.

Procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.

Publique-se e intime-se.

Cacoal, 13 de março de 2020.

Mário José Milani e Silva

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Cacoal - 4ª Vara Cível

Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7014835-92.2022.8.22.0007

Classe: Divórcio Consensual

Assunto: Fixação, Dissolução, Guarda

REQUERENTES: E. L. A., ÁREA RURAL, LINHA 15 KM 04, LOTE 10, GLEBA 02 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D’OESTE - RONDÔNIA, J. D. J. C. A., ÁREA RURAL, LINHA 02, LOTE 01, GLEBA 0, KM 1.5 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARLI ALVES BARBOSA, OAB nº RO11625

Valor da causa: R$ 240.000,00

SENTENÇA

Vistos etc.

Elisaldo Lopes Arçari e Juliana de Jesus Chegas Arçari, brasileiros, casados sob o regime de Comunhão parcial de bens, ele portador do RG n. 648.211 SSP/RO, inscrito no CPF n. 630.908.132-20, ela portadora da RG nº 00001030064 SSP/RO, e inscrita no CPF nº 001.897.802-90, ambos residentes e domiciliados no Município de Cacoal-RO, por intermédio de advogada regularmente habilitada, ingressaram em juízo com AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL c/c PARTILHA DE BENS, GUARDA e ALIMENTOS.

Aduzem os requerentes, em síntese, que se casaram sob o regime de comunhão parcial de bens, em 22/10/2005, entretanto, atualmente estão separados de fato e querem a resolução do matrimônio.

Relatam que da união sobreveio dois filhos: Luiz Eduardo Chagas Arçari, nascido em 11/07/2007 e Guilherme Henrique Chagas Arçari, nascido em 25/05/2012.

Pactuam que a guarda dos filhos Luiz Eduardo Chegas Arçari, nascido em 11/07/2007 e Guilherme Henrique Chagas Arçari, nascido em 25/05/2012, será exercida de forma unilateral pela genitora, com o direito de convívio do genitor de forma livre, a combinar de acordo com a necessidade e desejo dos filhos, concordam que durante os dias de semana os filhos ficarão com a genitora, fins de semana e feriados serão alternados e durante as férias escolares meio período com o genitor e meio período com a genitora, sendo o primeiro com a mãe e o segundo com o pai.

Convencionam, ainda, que o genitor Elisaldo Lopes Arçari pagará alimentos em favor dos seus filhos no valor correspondente R$ 1.212,00 (mil duzentos e dois reais) ou seja, um salário-mínimo, a partir da data da homologação do divórcio. O valor será depositado até o dia 10 de cada mês em conta que será informada ou entregue em mãos mediante entrega de recibo.

Os requerentes dispensam, mutuamente, qualquer espécie de pensionamento entre si.

Informam que, na constância do casamento, adquiriram três veículos, sendo eles: uma Toyota Hilux CD 4X4 SRV, uma motocicleta Honda/XRE 300, ano 2018, um CRG/Caminhão/C. aberto, ano 1973 e também uma quantia a receber de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) referente a serviços e negócios.

Os nomes dos requerentes continuarão os mesmos.

Requerem a homologação do acordo, nos moldes deduzidos na inicial.

Instado, o Ministério Público se manifestou favorável a homologação do acordo nos moldes propostos.

É o relatório. Decido.

Versam os presentes autos sobre AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL c/c PARTILHA DE BENS, GUARDA e ALIMENTOS ajuizada por Juliana de Jesus Chegas Arçari e Elisaldo Lopes Arçari.

Os postulantes comprovaram documentalmente o casamento, ocasião em que foi eleito o regime de comunhão parcial de bens.

Foi também noticiada a inviabilidade de prosseguimento da relação conjugal e o desejo comum de divórcio. Ademais, o casal já se encontra separado de fato, o que demonstra a inviabilidade de reconciliação.

Assistidos por advogada, firmaram acordo de guarda, visitas e alimentos aos filhos menores e partilha de bens.

Não há necessidade de instrução do feito, até por que, claras estão as disposições da inicial e, principalmente, límpida a vontade dos autores, de modo que deve ser judicialmente homologada.

Isto posto e por tudo mais que dos autos constam HOMOLOGO o acordo deduzido na inicial e, com fundamento no art. 487, inc. I, do Novo Código de Processo Civil e artigo 226, § 6° da Constituição Federal, bem como o art. 1.571, IV do Código Civil, DECRETO o DIVÓRCIO de Elisaldo Lopes Arçari e Juliana de Jesus Chegas Arçari e, via de consequência, declaro dissolvido o vínculo matrimonial existente entre ambos, bem como os deveres de fidelidade, respeito e coabitação.

FIXO a guarda dos filhos menores Luiz Eduardo Chagas Arçari e Guilherme Henrique Chagas Arçari em favor da genitora Juliana de Jesus Chegas Arçari.

As visitas do genitor aos seus filhos ocorrerão de forma livre.

CONSTITUO a obrigação de Elisaldo Lopes Arçari de pagar alimentos aos seus filhos menores, na quantia mensal correspondente a um salário-mínimo vigente, que deverá ser depositada em conta ou entregue em mãos da genitora dos menores.

Em relação a partilha de bens, a senhora Juliana de Jesus Chegas Arçari ficará com 01 (uma) Toyota Hillux CD 4X4, ano 2012, cor prata, placa OAG 9G65, RENAVAM 00501794492, valor estimado em R$ 140.000,00 e o senhor Elisaldo Lopes Arçari ficará com 01 (um) caminhão M. Bens/L 1113, ano 1973, cor amarela, placa NBK 6001, RENAVAN 131006010, valor estimado em R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), 01 (uma) motocicleta Honda/XRE 300, ano 2018, placa PHQ 4H97, RENAVAM 01159534982, valor estimado R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) e um valor de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) sendo este depositado na conta do requerente.

Determino a expedição de mandado para que seja promovida a averbação deste divórcio, consignando que os cônjuges permanecerão com os nomes de casados, eventuais custas e emolumentos serão pagas pelos interessados.

Considero a incidência do disposto no art. 1.000 do Novo Código de Processo Civil, assim com o trânsito em julgado da decisão nesta oportunidade e, adotadas as providências necessárias, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo.

Dê-se ciência ao MP.

Intimem-se as partes.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO:

1. DE AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa.

2. Para a intimação das partes do teor da sentença, através do advogado, via sistema PJe.

Cacoal, 26 de dezembro de 2022.

MARIO JOSÉ MILANI DA SILVA

Juiz de Direito

COMARCA DE CEREJEIRAS

2ª VARA CÍVEL

Cerejeiras - 2ª Vara Genérica Av. das Nações, nº 2225, CEP 76997-000, Cerejeiras Sala Virtual https://meet.google.com/whd-dsnt-ame - Telefone (69) 3309-8314 - e-mail cercac@tjro.jus.br Processo: 7002925-50.2022.8.22.0013 Classe: Habeas Corpus Criminal Assunto: Abuso de Poder PACIENTE: THIAGO PROENCA DOS SANTOS ADVOGADO DO PACIENTE: VALDETE MINSKI, OAB nº RO3595 IMPETRADO: D. D. P. C. D. C. IMPETRADO SEM ADVOGADO(S) DECISÃO

Vistos.

ANDREY FELIPE BRÁS BLANCO DA SILVA e VALDETE MINSKI, advogados constituídos e devidamente qualificados, impetraram Habeas Corpus com Pedido Liminar em favor do paciente THIAGO PROENÇA DOS SANTOS, alegando que supostamente a prisão e apreensão seriam ilegais em razão da suposta atipicidade da conduta, apontando como Autoridade Coatora o Delegado de Polícia Civil Dr. Thiago Araújo Laiola, da 1ª Delegacia de Polícia Civil desta Comarca de Cerejeiras/RO.

Segundo as informações prestadas pelos advogados, no dia 10/12/2022 (sábado), o paciente teria sido abordado na rotatória que liga Cerejeiras, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste, por uma guarnição da Polícia Militar de Colorado do Oeste, que realizava operação no local. Na ocasião, foram localizados com THIAGO 01 (uma) Carabina/Fuzil, CBC, calibre 22LR, série EWE4873945 e 409 (quatrocentos e nove) munições do mesmo calibre. Ressaltaram que o armamento estava no porta-malas do veículo, numa capa e totalmente desmuniciado. Argumentaram que o paciente apresentou a documentação necessária para o transporte do armamento, quais sejam, CRAF - Certificado de Registro de Arma de Fogo e GT - Guia de Tráfego, pois, supostamente, o conduzido se deslocava para treinamento no Clube de Tiros e, para tanto, possuía as autorizações legais. Assim, concluíram que a prisão em flagrante, arbitramento de fiança e apreensão da arma e munições seriam ilegais por ausência de tipicidade. Com isso, buscam o trancamento do inquérito policial/ação.

É o breve Relatório. Decido.

A concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade, vedada a análise acurada de provas, consoante assentado solidamente pela jurisprudência (STF, HC 103142, Relatora: ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 28/09/2010, DJe-200 DIVULG 21-10-2010 PUBLIC 22-10-2010 EMENT VOL-02420-03 PP-00582).

Analisando o teor da decisão atacada, verifiquei que o Delegado de Polícia, ao ratificar a voz de prisão em flagrante delito e manter a apreensão da arma de fogo e munições do paciente, realizados pela Polícia Militar, confirmou que embora o paciente estivesse munido de guia de transporte do armamento, ele estava fora da rota prevista na Guia. Na Guia de ID 85413044 - Pág. 17, consta claramente que "está(ão) autorizado(s) a ser(em) transportado(s) para utilização em treinamentos e/ou competições de tiro desportivo do local de origem para estandes de tiro registrados".

O local de origem seria Rua Rondônia, nº 2060, centro, Cerejeiras/RO, e o destino seria o Clube de Tiros de Cerejeiras, localizado no Setor Chacareiro, Travessão Aeroporto, em Cerejeiras, enquanto o paciente foi localizado na rotatória que liga Pimenteiras, Corumbiara e Cerejeiras. No próprio interrogatório de THIAGO, consta que depois do Clube de Tiros, ele foi até Pimenteiras do Oeste e na volta foi abordado pela polícia. Aduziu que não sabia que não poderia sair da rota prevista na guia (ID 85413044 - Pág. 7). Todavia, a alegação de que desconhecia a obrigatoriedade de transitar apenas na rota é muito frágil, pois no próprio documento constava essa informação.

Portanto, a autoridade policial se apoiou em todos os requisitos exigidos por lei para realizar a prisão em flagrante, motivo pelo qual não há se falar em sustação do andamento do Inquérito Policial n. 700862-25.2022.8.22.0013.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Com URGÊNCIA requisite-se à Autoridade Coatora Delegado de Polícia Thiago Araújo Laiola, para prestar informação sobre a suposta ilegalidade da prisão, do arbitramento do valor a título de fiança e da apreensão da arma de fogo e munições, acerca do Inquérito Policial n. 700862-25.2022.8.22.0013, referente ao paciente THIAGO PROENÇA DOS SANTOS, no prazo de 48 horas.

Após a juntada das informações, com URGÊNCIA, vistas ao Ministério Público.

Em concretude aos princípios da celeridade e economia processual serve a presente como MANDADO DE REQUISIÇÃO para cumprir esta decisão.

Expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.

Cerejeiras- RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.

Luciane Sanches Juíza de Direito

Cerejeiras - 2ª Vara Genérica Av. das Nações, nº 2225, CEP 76997-000, Cerejeiras Sala Virtual https://meet.google.com/whd-dsnt-ame - Telefone (69) 3309-8314 - e-mail cercac@tjro.jus.br Processo: 7001604-82.2019.8.22.0013 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Indenização por Dano Material EXEQUENTE: ADAO PEREIRA DA SILVA ADVOGADO DO EXEQUENTE: AILTON FELISBINO TEIXEIRA, OAB nº RO4427A EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A ADVOGADOS DO EXECUTADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA DECISÃO

Vistos.

As partes fizeram acordo por ocasião da audiência de conciliação (ID 84874597). Ficou acordado que a requerida pagará R$5.000,00 (cinco mil reais), em favor da requerente, em uma única parcela, em até 20 dias úteis (ID 84874597). O acordo foi homologado por sentença e o feito foi extinto (ID 84969559).

Todavia, a parte requerida pediu o desbloqueio do valor bloqueado via Sisbajud, que perfaz R$18.080,73 (dezoito mil, oitenta reais e setenta e três centavos).
Isso posto, defiro o pedido e promovi o desbloqueio do valor, conforme anexo.
Intimem-se.
Após, arquive-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Cerejeiras- RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches Juíza de Direito

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 1ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7000005-72.2023.8.22.0012
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ALDAIR JOSE LIMA DA SILVA, RUA CANIBAIS 2981 CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MAURI CARLOS MAZUTTI, OAB nº RO312B
REU: BANCO PAN S.A., AV. 7 DE SETEMBRO 508, INEXISTENTE CENTRO - 78900-005 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DECISÃO
1 - Recebo a ação;
2 - Para concessão da antecipação da tutela pretendida, deve restar demonstrada a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Nesse sentido, consubstanciada nas alegações prestadas na inicial e nos documentos juntados aos autos, se verifica a probabilidade do direito, em especial pela apresentação da inclusão no cadastro de inadimplentes.
O perigo na demora é patente, pois a manutenção do nome da parte autora em cadastros restritivos de crédito gera, presumidamente, danos de ordem moral.
Ademais, não há como ignorar que redundará em gravame à parte autora a manutenção de seus dados no cadastro de proteção ao crédito até o possível reconhecimento de seu direito por sentença. Consigna-se, ainda, que, em contrapartida, o deferimento não acarretará prejuízos à parte credora já que, caso seja declarada a regularidade da dívida, poderá retomar a cobrança.
O autor demonstrou que seu nome está negativado, apresentando documentação que faz presumir a ilegalidade e abuso na restrição ao seu crédito, uma vez que, segundo alega, logo após a realização do empréstimo, uma pessoa que se identificou como preposta da instituição financeira, entrou em contato com o requerente e solicitou a “devolução” da quantia para fins de ajuste contratual. Disse que, após a transferência para a conta indicada, não recebeu nenhum valor, de maneira que os descontos são indevidos.
O entendimento dos Tribunais é de que, enquanto não restar comprovada a existência do débito, não há como restringir o crédito do suposto devedor.
Neste sentido é a decisão proferida pelo Ministro do STJ, César Astor Rocha:
A Eg. Câmara, com fundamento em precedentes desta Corte, decidiu que “a inscrição no cadastro do SERASA somente será possível após o trânsito em julgado da sentença que dissipe qualquer dúvida que paira sobre o quantum debeatur e, principalmente, sobre o andebeatur. Até porque, não havendo certeza a respeito de algum desses aspectos, a informação contida no cadastro se apresenta falsa, constituindo verdadeiro ato ilícito.” E mais ainda: “CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO DE SEU NOME EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MONTANTE DA DÍVIDA OBJETO DE CONTROVÉRSIA EM JUÍZO. INADMISSIBILIDADE. Constitui constrangimento e ameaça vedados pela Lei 8.078/90, o registro do nome do consumidor em cadastros de proteção ao crédito, quando o montante da dívida é objeto de discussão em juízo. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ - Resp 170.281/SC, Quarta Turma, Rel. Min. César Astor Rocha, DJ 21/09/1998).

Anota-se, ainda, que os efeitos negativos de uma inscrição junto as empresas de proteção ao crédito são grandes, devendo portanto ocorrer apenas quando da comprovação da situação de inadimplente, o que é melhor explicado nas palavras do Ministro do Superior Tribunal de Justiça - Carlos Alberto Menezes Direito:

São conhecidos os efeitos negativos do registro em bancos de dados de devedores, daí porque inadequado a utilização desse expediente enquanto pende ação declaratória ou revisional, uma vez que, inobstante a incerteza sobre a obrigação, já estariam sendo obtidos efeitos decorrentes da mora. Isso caracteriza um meio de desencorajar a parte a discutir em juízo eventuais abuso contratual. Não está em causa a existência ou a legalidade dos serviços de proteção ao crédito, nem se duvida da utilidade que prestam ao comércio e aos próprios consumidores na medida em que agilizam e facilitam a satisfação de seus interesses. Mas não se pode deixar de reconhecer que o registro de inadimplência em bancos privados, ato não exigido pela lei nem pressuposto legal para qualquer negócio, somente pode ser admitido quando não esteja sub júdice a própria questão da inadimplência.(STJ – REsp 180.843/RS., Terceira Turma Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.)

Nessa seara e pelas razões acima expostas, DEFIRO o pedido liminar de antecipação de tutela (art. 300 do CPC) e determino a exclusão do nome da parte autora, ALDAIR JOSE LIMA DA SILVA, do cadastro de Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA referente ao débito registrado em nome de BANCO PAN S.A., discutido nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no importe de R$200,00 (duzentos reais), até o limite de 30 (trinta) dias-multa.

3 - Remeto os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização da audiência de conciliação, a qual será realizada por meio eletrônico;

4 - Cite-se a parte requerida dos termos da ação, bem como intime-se a participar da audiência de conciliação, sob pena de confissão e revelia.

A contestação e a especificação de provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, devem ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada.

Fica a parte requerida informada de que nas causas até o valor de 20 (vinte) salários mínimos, poderá se defender no processo sem a necessidade de contratar advogado.

A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);

5 - Se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

6 - As partes deverão informar, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da data da audiência, um número de telefone em que esteja instalado o aplicativo whatsapp, a fim de viabilizar a realização do procedimento de conciliação por videoconferência. Para os fins determinados neste despacho, as partes poderão entrar em contato com o CEJUSC desta comarca, através do telefones nº (69) 3341-7740, durante o horário de expediente (das 07 às 14 horas).

6.1 - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.

6.2 - As partes deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário.

6.3 - No ato da intimação, deverá ser esclarecido às partes que está facultado o comparecimento à Sala de Audiências no Fórum, nos termos do Provimento da Corregedoria n. 013/2021, desde que devidamente justificada a impossibilidade técnica de se baixar o aplicativo “Google Meet - Reuniões de vídeo seguras” ou mesmo não possuir internet de qualidade para participar da audiência através de videoconferência, e desde que estejam portanto o CARTÃO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19, devidamente atualizado;

7 - Advirto que a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais, bem como a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

8 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95);

9 - Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca;

10 - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.

SERVE O PRESENTE COMO CARTA E/OU MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.

Colorado do Oeste-RO, 3 de janeiro de 2023.

Luciane Sanches

Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Colorado do Oeste - 1ª Vara Rua Humaitá, 3879, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000,(69) 33413021
Processo nº 7000005-72.2023.8.22.0012 AUTOR: ALDAIR JOSE LIMA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MAURI CARLOS MAZUTTI - RO312-B
REU: BANCO PAN S.A.
INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017 Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: NUCOMED (CEJUSC) - RICARDO Data: 13/02/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Colorado do Oeste, 3 de janeiro de 2023.

2ª VARA CÍVEL

2ª Vara Genérica do Fórum de Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002763-92.2021.8.22.0012
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: LUCIENE ALVES DA SILVA, RUA TUPINIQUINS 3955 RUA TUPINIQUINS - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GENIS SOUZA DA HORA, OAB nº MT18933O
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , AC CENTRAL DE PORTO VELHO 3132, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
RELATÓRIO
LUCIENE ALVES DA SILVA ajuizou a presente ação em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, na qual requer a concessão de auxílio-doença cumulada com aposentadoria por invalidez com pedido de tutela de urgência.
Registra, em síntese, que é diagnosticada com traumatismo da coluna lombar, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 2021, que evolui com dor aguda e persistente. Alega que possui a condição de segurado especial, ressaltando que o próprio INSS reconheceu essa qualidade na via administrativa. Pugna pela concessão de assistência judiciária gratuita, o deferimento da antecipação de tutela de urgência e a produção de todos os meios de prova.
Recebida a inicial (ID nº 66431789), postergada análise da tutela de urgência, nomeado médico perito e determinada a realização de perícia.
Juntou-se aos autos no ID nº 77604624 o laudo da perícia médica realizada.
A parte autora juntou manifestação (ID nº 77780078).
Citada, a autarquia ré apresentou contestação (ID nº 81181692) e a parte autora apresentou impugnação no ID nº 82028295.
Intimada, a parte autora pugnou pela produção de prova testemunhal (ID nº 8285350).
Saneado o feito, foi designada audiência de instrução e julgamento, fixando o labor rural como ponto controvertido (ID nº 8410 1357).
Realizou-se audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que foram ouvidas duas testemunhas. A parte autora apresentou alegações finais remissivas à inicial. Preclusa a oportunidade da parte requerida apresentar suas alegações finais, em razão da ausência injustificada.
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
Ab initio, dispõe o art. 109, §3°, da Constituição Federal, que haverá competência da Justiça Estadual para processar e julgar ações dessa natureza quando propostas em comarca que não seja sede de vara do Juízo Federal, o que ocorre no presente caso.
Trata-se a presente de ação previdenciária para concessão de auxílio-doença cumulada com aposentadoria por invalidez.
A aposentadoria por invalidez está prevista no art. 18, inciso I, letra a da Lei nº 8.213/91, cujos requisitos de concessão vêm insertos no artigo 42 do mesmo diploma e resumem-se em três itens prioritários, a saber: a real incapacidade do autor para o exercício de qualquer atividade laborativa; o cumprimento da carência; a manutenção da qualidade de segurado.
Por seu turno, o auxílio-doença tem previsão no art. 18, inciso I, letra e da Lei nº 8.213/91, e seus pressupostos estão descritos no art. 59 da citada lei: a incapacidade para o trabalho ou para a atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos; o cumprimento da carência; a manutenção da qualidade de segurado.
Logo, o segurado incapaz, insusceptível de reabilitação para o exercício de qualquer atividade laborativa ou afastado de seu trabalho ou função habitual por mais de 15 (quinze) dias, que tenha uma dessas condições reconhecida em exame médico pericial (art. 42, § 1º e 59), cumprindo a carência igual a 12 contribuições mensais (art. 25, inciso I) e conservando a qualidade de segurado (art. 15) terá direito a um ou outro benefício.
Dito isso, cinge-se a questão sobre a presença de todos os requisitos para concessão do benefício pleiteado, além da qualidade de segurada da parte.
Passo à análise.
I - Qualidade de segurado
A previdência social divide os seus segurados em duas espécies: os obrigatórios e os facultativos.
O artigo 11 da Lei 8.213/1991 prevê os segurados obrigatórios da Previdência Social, dentre eles: "(...)VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (...)"
A concessão desses benefícios em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.

Nos presentes autos, a parte autora juntou documentos que demonstram vínculo com a lida rural desde 2004 (ID nº 66412425); declaração de imposto de território rural desde o ano de 2012, nas quais constam o tamanho de 32,6 ha da propriedade (ID nº 66412426); declaração da EMATER de 2005 (ID nº 66412431); declaração de exploração pecuária do IDARON de 2019, na qual consta o total de cinquenta e sete semoventes.

Para melhor robustez probatória e que não paire dúvida sobre a condição de trabalhadora rural da autora em período anterior ao requerimento do benefício (21/6/2021), foram ouvidas duas testemunhas: Azor Alves Maciel afirmou que conhece a autora há quinze anos, que ela trabalhava na roça, no sítio, roçando, fazendo serviço que "homem faz", fazia de tudo, que o sítio dela é no Baixadão. Sempre morava no sítio. Terra fraca. Não conhece a criação dela, acredita que umas dez cabeças. Tem mais ou menos um ano que moram na cidade, próximo a sua casa. O esposo dela trabalha e cuida dela e da casa. Não tem maquinários. Maria Teixeira Maciel afirmou que conhece a autora há uns quinze anos. Que ela morou no sítio e depois que sofreu acidente veio para a rua. Não sabe de fonte de renda dela. Sabe que a autora foi criada no sítio desde os dez anos. Tem um ano e pouco que veio para a cidade.

Nota-se que a autora residiu e trabalhou na zona rural, mudando-se para a cidade após o acidente que sofreu.

II. Existência de invalidez

O perito constou no laudo juntado no ID nº 77604624: "Periciado comprova sequela ortopédica em coluna lombar com base nos exames acostados em autos, apresenta limitação parcial de movimento em membros inferiores. Tal sequela o incapacita à realizar o trabalho braçal que por hora é o único que o mesmo domina. Apresenta capacidade residual para o trabalho, desde que, não exija longos percursos em pé deambulando, carga e descarga de peso, bem como exija o ortostatismo prolongado. Desta forma, comprova a incapacidade total e permanente para o trabalho braçal rural. Conclusão: Comprova incapacidade total e permanente para atividade braçal rural, com data da incapacidade desde o ano de 2021, data do acidente."

Observa-se que a incapacidade da autora trata-se de limitação parcial de movimento em membros inferiores, existindo capacidade residual para o trabalho. Ademais, a autora possui quarenta e dois anos, ensino médio completo e carteira nacional de habilitação, condições que a possibilitam uma readaptação ao trabalho.

Portanto, comprovada a incapacidade da autora na data do requerimento administrativo, mas incabível o deferimento de aposentadoria por invalidez.

DISPOSITIVO

Em face do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado por LUCIENE ALVES DA SILVA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e o faço para indeferir o pedido de aposentadoria por invalidez e condenar o réu a conceder à autora o benefício previdenciário consistente em auxílio-doença, com valores de acordo com o art. 29, II da Lei n. 8.213, inclusive com abono natalino, com efeito retroativo à data da do requerimento administrativo (21/06/2021) e mantê-lo por, no mínimo, seis meses, ocorrendo a DCB em 02/07/2023.

Os valores deverão ter atualização monetária de acordo com os índices oficiais e os expurgos inflacionários, e os juros de mora de acordo com o Dec. 2.322/1987 (anterior a 2001), MP n. 2.180-35/2001 (de 2001 a 2009) e Lei n. 11.960/2009, sendo que, de acordo com o acórdão prolatado pelo STF na ADI n. 4425/2015, remanesce a incidência da TR até 25/03/2015, devendo posteriormente ser aplicado o índice do IPCA-E, tudo de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal".

Ademais, defiro o pedido de TUTELA DE URGÊNCIA, ante a prova que conduz à verossimilhança do alegado pela parte autora, de acordo com os documentos dos autos e a prova pericial. O risco de dano irreparável também encontra-se comprovado nos autos, ante a natureza alimentar do benefício, bem como a manutenção da dignidade da pessoa (art. 1°, III da Constituição Federal). Determino, portanto, a implantação do benefício previdenciário, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária.

Condeno o réu no pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas (Súmula 111 do STJ).

O réu não está sujeito ao pagamento de custas nos termos do art. 5º, I da Lei n. 3.896/2016.

Encerro esta fase processual com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Sem reexame necessário, em razão do valor da condenação.

Publicação e Registros automáticos pelo sistema. Intimem-se.

Requisite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AGJ da Justiça Federal.

Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

Colorado do Oeste-RO, 2 de janeiro de 2023.

Luciane Sanches

Juíza de Direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara

Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste

Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br

AUTOS: 7002382-50.2022.8.22.0012

CLASSE: Procedimento Comum Cível

AUTOR: JOSE VIANA DA SILVA, LINHA 6, KM 5,5 S/N ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO GREYCK GOMES, OAB nº RO6607

REU: I., AC ARIQUEMES 3745, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Recebo a inicial e defiro a assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, tendo em vista que há elementos documentais nos autos que demonstram a hipossuficiência financeira da parte autora.

Trata-se de Ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade na qualidade de segurado especial rural ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Cite-se o réu, advertindo-se que deverá apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 183 do CPC, em observação, sob pena de preclusão.
Havendo interesse do réu em apresentar proposta de acordo e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
Sobrevindo contestação e havendo arguição de preliminares, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica.
Em seguida, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO: Réu - Instituto Nacional do Seguro Social, Avenida Nações Unidas, nº. 271, Bairro Nossa Senhora das Graças, cidade de Porto Velho/RO. CEP:76804-110
Colorado do Oeste-RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7000004-87.2023.8.22.0012
CLASSE: Auto de Prisão em Flagrante
AUTORIDADES: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, 1. D. D. P. C. -. C. D. O., AV. MARECHAL RONDON 4665 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLAGRANTEADO: SERGIO DE OLIVEIRA, CENTRO 3721, CENTRO RUA HUMAITÁ - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de auto de prisão em flagrante de SERGIO DE OLIVEIRA, cuja prisão foi efetuada em 02/01/2023, nesta Comarca.
Colhe-se do auto de prisão em flagrante que o indiciado foi detido por haver supostamente cometido o crime previsto no artigo 32, §1º-A, da Lei n. 9.605/98.
O condutor, as testemunhas e o conduzido foram ouvidos no respectivo auto, que foi assinado por todos. No auto constam as advertências legais quanto aos direitos constitucionais do flagrado.
A prisão foi efetuada legalmente e nos termos do artigo 302 do Código de Processo Penal. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual homologo o auto.
Passo a decidir acerca da necessidade de manutenção da prisão do indiciado.
A Constituição da República prevê, em seu artigo 5º, inciso LXI, a possibilidade de prisão por ordem fundamentada de autoridade judiciária, desde que presentes os requisitos e pressupostos constantes da legislação infraconstitucional, preceito que convive na mais perfeita harmonia com o princípio do estado de inocência.
No plano infraconstitucional, as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva estão delineadas nos artigos 311, 312 e 313 do Código de Processo Penal.
De acordo com o artigo 313 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena superior a quatro anos; no caso de reincidência; ou, quando se tratar de crime que envolva violência doméstica contra a mulher, para garantir a aplicação de medidas protetivas de urgência.
Conclui-se pelo que há nos autos estarem presentes os pressupostos legais da preventiva: prova da materialidade e indícios de autoria.
Não obstante, não verifico a presença de indícios que indiquem que o infrator, caso posto em liberdade, poderá atentar contra a ordem pública, ordem econômica, conveniência da instrução criminal, ou aplicação da lei penal (art. 312 CPP), sendo aconselhável a fixação de fiança.
Em se tratando de prática de infração penal cuja pena máxima cominada ultrapassa quatro anos, como é o caso, a fiança deverá ser arbitrada de dez a duzentos salários mínimos (art. 325, II, CPP).
No entanto, ante a situação econômica do infrator, em razão da informação trazida aos autos que trabalha como representante de vendas, fixo a fiança no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Recolhida a fiança, comprovado nos autos o pagamento, lavrado e assinado o termo de compromisso, expeça-se alvará de soltura, devendo o flagrado ser posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Após, aguarde-se a conclusão do inquérito.
Caso não seja prestada fiança no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o que deverá ser certificado, retornem os autos conclusos.
Serve o presente de mandado e ALVARÁ DE SOLTURA, se necessário.
Colorado do Oeste-RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

AUTOS 7002613-14.2021.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: GUSTAVO TEODORO BATISTA
Endereço: LINHA 5, KM 5, RUMO COLORADO, SN, ZONA RURAL, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: ROSELI TEREZINHA ALQUAZ SOARES
Endereço: LINHA 5, KM 5, RUMO COLORADO, S/N, ZONA RURAL, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - RO3392
Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - RO3392
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua Presidente Vargas, 1035, - de 904/905 a 1075/1076, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-038
ADVOGADO
INTIMAÇÃO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

AUTOS 7000343-80.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: SILVIA MARCIANO FERREIRA
Endereço: linha 5, 70, sn, sítio, zona rural, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76997-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: LAUDICEIA FAGUNDES TEIXEIRA - RO8994
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
INTIMAÇÃO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, ciência dos documentos juntado nos autos e manifestação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste Processo: 7002785-53.2021.8.22.0012
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
AUTOR: R. S. D. S., CPF nº 02408395283, AVENIDA RIO BRANCO 4823 CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCAS SOARES, OAB nº RO10286
REU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
1 - Diante do trânsito em julgado da sentença, o feito deve prosseguir para a fase de cumprimento de sentença. Altere-se a classe processual.
2- intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. Ressalte-se que o silêncio será interpretado como concordância.
Pratique-se o necessário.
Colorado do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste 7002528-91.2022.8.22.0012
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: AFR SERVICOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA CELIA DE SOUZA, OAB nº RO12309
EXECUTADO: TECNICK CONSTRUTORA LTDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

R$ 6.717,27
SENTENÇA
HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência manifestado pela parte exequente (id nº. 85535070) para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Em consequência, com fundamento no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal, JULGO EXTINTA a presente ação.
Sem custas finais, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 3.896/2016.
Considerando que o feito foi extinto pela vontade do interessado, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.
Se não houver pendências, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Colorado do Oeste, 3 de janeiro de 2023
Luciane Sanches
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste Processo nº: 7002495-38.2021.8.22.0012
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Férias
EXEQUENTE: OTACILIO GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Foi informado o pagamento total do débito, requerendo a extinção do feito (ID.85510237).
Posto isso e por tudo mais que dos autos consta JULGO EXTINTO o feito diante do pagamento, nos termos do artigo art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
P.R.I.C, e arquive-se, observadas as formalidades legais.
Colorado do Oeste, 3 de janeiro de 2023 .
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste Processo: 7002693-75.2021.8.22.0012
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
REQUERENTE: DIOLINDA DE SOUZA PEREIRA, CPF nº 75590905249, RUA PARÁ 4397 SÃO JOSÉ - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA, OAB nº RO3602A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
1 - Diante do trânsito em julgado da sentença, o feito deve prosseguir para a fase de cumprimento de sentença.
2- intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. Ressalte-se que o silêncio será interpretado como concordância.
Pratique-se o necessário.
Colorado do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juíza de Direito

AUTOS 7001382-15.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: ELIANDRA PEREIRA DA SILVA
Endereço: RUA CANIBAIS, 3103, Cruzeiro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para querendo, impugnar a contestação juntada aos autos no prazo de 15 (quinze) dias.

AUTOS 7001262-69.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: CARLOS MAGNO DE SOUZA
Endereço: LINHA TRAVESSÃO DO SOJA S/N, S/N, ZONA RURAL, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: FRANCESCO DELLA CHIESA - RO0005025A
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 870, sala 114 1 andar shoping centro, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para querendo, impugnar a contestação juntada aos autos no prazo de 15 (quinze) dias.

AUTOS 7001643-77.2022.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE
Nome: SONIA DOS SANTOS SOUZA
Endereço: Avenida Tapajós, 3899, Casa, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: MARCIO GREYCK GOMES - RO6607
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para querendo, impugnar a contestação juntada aos autos no prazo de 15 (quinze) dias.
Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste

AUTOS: 7000305-05.2021.8.22.0012
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: GUILHERME PILGER LEITE, AVENIDA RIO BRANCO 4927, CASA CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIO GREYCK GOMES, OAB nº RO6607
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra o INSS.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA. Via de consequência, DECLARO extinta a execução, nos termos do art. 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Sem custas.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
Cumpridas todas as diligências, arquivem-se.
Colorado do Oeste-RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juíza de Direito

Colorado do Oeste - 2ª Vara
Rua Humaitá, nº 3879, Bairro Centro, CEP 76993-000, Colorado do Oeste
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7002494-19.2022.8.22.0012
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: LEONCO PACHECO, RUA GUARANI 3486, CASA CRUZEIRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WELLITON RENAN SILVA BOLSONI, OAB nº RO8583
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
1 - Recebo a ação.
2 - Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com tutela de urgência ajuizada por LEONCO PACHECO, em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A (CERON).
Alega a parte autora, em síntese, que a ré promoveu o corte de energia elétrica do imóvel localizado na Linha 90, s/n, Linha dos Baianos Zona Rual de Chupinguaia/RO, de forma indevida, tendo em vista que se refere à faturas devidamente quitadas.
Finaliza vindicando a concessão da antecipação de tutela para que seja restabelecida a energia elétrica, e no mérito requer a conformação da tutela de urgência, condenando o réu na obrigação de fazer consistente em restabelecer a energia elétrica no imóvel.
É o relatório. Passo a decidir.
É sabido que, para concessão da antecipação da tutela pretendida, deve restar demonstrada a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Nesse sentido, consubstanciada nas alegações prestadas na inicial e nos documentos juntados aos autos, se verifica a probabilidade do direito, em especial pela tentativa de solução administrativa do feito pelo canal de atendimento da requerida, na qual consta a reclamação do autor acerca da suspensão do fornecimento de energia e a ausência de resposta da requerida. Além disso, o autor apresentou faturas recentes, para comprovar a ausência de débitos em aberto.
O fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação é evidente, uma vez que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial e seu corte pode prejudicar a satisfação das necessidades básicas do consumidor.
Desta forma, entendo que estão demonstrados os requisitos exigidos pelo referido artigo para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Assim, na ponderação entre os interesses envolvidos, tem-se que deve ser assegurado ao indivíduo o uso da energia elétrica, atendendo-se ao princípio da dignidade da pessoa humana, sendo certo que com tal conclusão não se aniquila o direito da demandada em efetuar novamente o corte, após ser analisado o mérito da demanda.
O pedido de Tutela Antecipada visa conferir maior proteção à dignidade da parte, tenda em vista o uso da energia elétrica, em uma sociedade moderna, se tornou um serviço indispensável para o homem.
Nessa seara e pelas razões acima expostas, DEFIRO o pedido liminar de antecipação de tutela (art. 300 do CPC) e determino que a ré proceda o restabelecimento da energia elétrica no imóvel localizado na Linha 90, s/n, Linha dos Baianos Zona Rual de Chupinguaia/RO – Unidade Consumidora 20/9736443-4, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), até decisão final da lide.
3 – Deixo de encaminhar os autos ao CEJUSC, vez que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível e, na maioria absoluta dos casos, nem mesmo apresenta proposta de acordo.
4 - Caso a CERON - ENERGISA RONDÔNIA tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora.
Cite-se o réu dos termos da ação, bem como intime-se para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua intimação. Na oportunidade, deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência.
Consigne-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado.
Cumpra-se.
Colorado do Oeste-RO, 3 de janeiro de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de direito

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste 7002330-03.2021.8.22.0008
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REVOGAÇÃO DE PRISÃO: CLAUDICEIA FRANCISCA DE AQUINO SANTOS, CPF nº 40876497253, PARANA 1312-B, INEXISTENTE JD ESPERANCA - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, JOSE FRANCISCO DOS SANTOS, CPF nº 36937550278, MARANHAO 1467, INEXISTENTE - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REVOGAÇÃO DE PRISÃO: TARCIANE APARECIDA CORSINI, OAB nº RO11324
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei.
Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra Claudicéia Francisca de Aquino Santos e José Francisco dos Santos, por violação ao art. 46, parágrafo único da Lei 9.605/1998.

Segundo a denúncia, no dia 9 de julho de 2021, por volta das 17h00 na Estrada da Figueira, KM 02, Zona Rural, no município de Espigão d'Oeste, os denunciados teriam concorrido para o transporte de produto de origem florestal in natura, consubstanciado 10,2863 m³ de madeiras (sendo 120 peças em mourões - tocos roliços) da essência florestal itaúba, sem licença válida (DOF), outorgada pela autoridade competente, para todo o tempo de transporte.

Após a instrução do processo, a materialidade e autoria do delito restaram incontestes apenas em relação ao acusado José Francisco dos Santos.

Ouvidos em juízo, os policiais militares Alexandre Diniz e Eduardo Campos, ambos lotados na polícia ambiental e que participaram da ocorrência envolvendo a apreensão da madeira irregular e do caminhão, confirmaram de maneira coerente e uníssona que o acusado José Francisco foi surpreendido praticando o transporte da madeira sem qualquer documento necessário. Disseram ainda que o acusado lhes confessou que realizava o transporte de cargas de itaúba de forma habitual.

Por sua vez, José Francisco confirmou os fatos, dizendo que costumava efetuar o transporte de carvão e que as madeiras apreendidas naquela oportunidade seriam para utilizar em um sítio de familiar. Negou que sua esposa e acusada Claudicéia tinha conhecimento do transporte de madeira irregular apreendida, embora fosse proprietária do veículo.

A acusada Claudicéia confirmou que não tinha conhecimento do transporte da madeira irregular, dizendo ainda que o caminhão apenas estava no nome dela e que seu esposo realizava o transporte de carvão.

No contexto apurado, a autoria do delito imputado pelo Ministério Público é incontestável em relação a pessoa de José Francisco dos Santos, principalmente por ter sido surpreendido em flagrante com a madeira irregular, sem documento de origem ou qualquer autorização ou licença competente, e diante do teor das informações prestadas pelas testemunhas policiais, que atuaram na ocorrência e possuem significativo valor probatório, pois revestidos de presunção de legitimidade em razão da função pública exercida.

A conduta praticada pelo acusado José Francisco os Santos amolda-se ao tipo previsto no art. 46, parágrafo único da Lei nº 9.605/1998.

Com relação a acusada Claudicéia, ainda que seja proprietária do veículo utilizado para o transporte da madeira irregular, não há outros elementos nos autos aptos a comprovar sua participação do delito. A acusação não logrou êxito em provar a participação efetiva da denunciada no fato, sendo incabível acolher a denúncia fundamentado apenas pelo fato de ser proprietária do veículo.

DISPOSITIVO

Posto isto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante da denúncia a fim de CONDENAR o acusado José Francisco dos Santos, como incurso nas penas do artigo 46, parágrafo único da Lei 9.605/1998, bem como ABSOLVER a acusada Claudicéia Francisca de Aquino Santos, com fundamento no art. 386, V do CPP.

Passo à dosimetria da pena do condenado, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal e atento aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da individualização da pena.

Na primeira fase, assim considerando: culpabilidade não apresenta contornos especiais; os antecedentes: o réu não é portador de maus antecedentes; Quanto à sua conduta social inexistem nos autos elementos que permitam aferi-la, razão pela qual deixo de valorá-la. Quanto aos motivos, são aqueles normalmente atribuíveis aos crimes. Circunstâncias e consequência são normais para esse tipo de delito. Não há comportamento da vítima a ser valorado.

Desta forma, estabeleço como necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena base de 6 (seis) meses de detenção.

Na segunda fase da dosimetria, estão presentes circunstâncias agravante (art. 15, II, "a" da Lei 9.605/1998) e atenuante (confissão espontânea), que faço compensação, a fim de manter incólume a pena base fixada.

Não há causas de aumento ou diminuição da pena.

Por tais motivos, torno a pena definitiva em 06 (seis) meses de detenção.

Cumulativamente, aplico ao réu, com arrimo no artigo 59 do CP, 10 (dez) dias multa, na base de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, totalizando o valor da multa em R$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais).

O regime de cumprimento da pena será, inicialmente, o aberto, nos termos do art. 33, § 1º, alínea "c" e § 3º, do Código Penal.

Em conformidade com o art. 44 do CP, c/c art. 7º, I e II, da Lei de Crimes Ambientais substituo a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, na modalidade de prestação pecuniária (art. 45, § 1º do Código Penal e 8º, IV, da Lei 9.605/98) e, em razão das condições socioeconômicas do réu, aplico o valor de dez salários mínimos (vigente na época dos fatos), ou seja, R$ 12.120,00 (doze mil e cento e vinte reais), podendo ser parcelado a critério do juízo da execução, em audiência admonitória.

O descumprimento das condições relativas à pena restritiva de direito importará na regressão de regime.

Disposições finais

Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Com relação às madeiras apreendidas, objeto do crime, decreto a perda e faço a doação ao Batalhão de Polícia Ambiental – BPA, localizado em Ji-Paraná/RO, local onde estão depositadas, convalidando os atos de conservação praticados, conforme ilustrado nos documentos ID 76822269.

Quanto ao veículo apreendido, um caminhão, VW/14.210, cor branca, carroceria fechada (baú), placa COG4B87, ano/modelo 1990, chassi 9BWZZZK1ZLC019731, em que pese o requerimento do Ministério Público pelo perdimento em razão de sua utilização em crime ambiental, à luz dos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade em relação à infração praticada e a sanção aplicada, ainda em relação a primariedade do acusado, entendo não ser o caso de decretar o perdimento e o restituo de forma definitiva a sua proprietária Claudiceia Francisca de Aquino Santos.

Com fundamento no art. 20 da Lei 9.605/1998, atento a extensão e gravidade do dano ambiental praticado, fixo como valor mínimo para reparação dos causados pela infração o montante de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), que poderão ser parcelados e deverão ser destinados ao Fundo Municipal para o Desenvolvimento Ambiental.

Por fim, condeno o acusado ao pagamento de custas.

Determinações ao cartório

1. Disponibilize cópia da presente decisão a Claudiceia Francisca de Aquino Santos para fins de restituição do veículo apreendido, servindo a presente como ALVARÁ DE RESTITUIÇÃO, devendo a autoridade responsável a quem for apresentada esta decisão promover a imediata devolução do caminhão VW/14.210, cor branca, carroceria fechada (baú), placa COG4B87, ano/modelo 1990, chassi 9BWZZZK1ZLC019731 a parte indicada acima, salvo se existentes outras pendências relacionadas a outros processos administrativos ou judiciais.
1.1. Fica prejudicada a análise do pedido constante nos autos do procedimento nº 7002447-91.2021.8.22.0008 ante a deliberação de restituição do caminhão apreendido a sua legítima proprietária, devendo ser juntada cópia desta sentença naquele processo.
2. Fica o réu intimado da sentença através de seu defensor, nos termos no art. 392, II do CPP, servindo a presente decisão como comunicação via DJe.
3. Dê-se vista ao MP.
4. Transitada em julgado a sentença:
4.1. a) extraia-se o necessário para início da execução da pena; b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; c) comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral, a fim de que sejam suspensos os direitos políticos do réu, nos termos do artigo 15, inciso III da Constituição Federal.
4.2. Comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO e demais órgão correlatos).
4.3. Intime-se o condenado ao pagamento da pena de multa e custas do processo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Espigão d'Oeste, 16 de dezembro de 2022.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste 7003333-90.2021.8.22.0008
Protesto Indevido de Título, Fornecimento de Energia Elétrica, Práticas Abusivas
Procedimento Comum Cível
AUTOR: TATIANE FERREIRA ROSA
ADVOGADOS DO AUTOR: JUCIMARO BISPO RODRIGUES, OAB nº RO4959A, JUCELIA LIMA RUBIM, OAB nº RO7327
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais com antecipação de tutela, ajuizada por TATIANE FERREIRA ROSA em face de ENERGISA RONDÔNIA S/A, ambos qualificados nos autos, na qual pretende a parte autora, em sede de antecipação de tutela, que a requerida se abstenha de promover a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de débitos pretéritos. No mérito requer o reconhecimento de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais no valor de R$11.000,00 (onze mil reais).
Recebida a demanda, foi concedida a gratuidade judiciária e a tutela de urgência pleiteada, bem ainda determinada a citação da requerida.
A parte requerida apresentou contestação (ID. 65385019), sustentando a existência de débito, justificando, pois, a suspensão do serviço, o que, por si só, afasta eventual responsabilidade e a indenização por dano moral pleiteada, postulando pela improcedência do pedido. Bem ainda aduziu pleito de reconvenção para condenação da parte autora ao pagamento do débito em discussão.
Impugnação houve (ID. 66081168).
Instadas a sugerirem os pontos controvertidos da lide e a produção de provas pretendidas, ambas as partes pleitearam o julgamento antecipado da lide (ID. 66941365 e 74510988).
É o necessário. Decide-se.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente há de se consignar que o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, segundo o qual: " O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas".
Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).
Convém esclarecer que, no que concerne ao ônus probatório, inobstante existir a possibilidade de ser invertido em favor da parte hipossuficiente na relação consumerista, a técnica processual não é automática. Depende de pedido fundamentado, o que não se vislumbra nos autos. Por outro lado, a documentação probante juntada pelas partes é suficiente para indicar o caminho das circunstâncias que permearam a relação.

Sustenta a autora ser titular da unidade consumidora cadastrada sob o Código Único nº. 20/1109709-4, e informa que no dia 27/10/2020, a requerida realizou inspeção na sua Unidade Consumidora, efetuando a troca do medidor de energia por uma suposta irregularidade na medição, e gerando fatura no valor de R$ 2.296,51 (dois mil e duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos) a título de recuperação de consumo. Posteriormente, procedeu a suspensão do fornecimento de energia e condicionou a religação a negociação do débito.

Em contestação, a requerida afirma que a fatura foi emitida após a realização de vistoria no medidor instalado na unidade consumidora da autora, após a qual restou verificado que o aparelho apresentava irregularidade, pois o medidor estava com o registrador travado, fato que impedia a correta aferição do consumo de energia elétrica no imóvel.

Pois bem.

A demanda deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos “relógios medidores” da energia fornecida.

No caso dos autos, a requerida afirma que existiu uma irregularidade no medidor de consumo de energia da parte autora e, por esta razão, houve a recuperação de consumo com o faturamento da energia que deixou de ser registrado no período de setembro/2018 a outubro/2020.

Contudo, apesar de o laudo técnico ter sido produzido de forma unilateral, sem a comprovação da presença da autor na realização da perícia, analisando detidamente o histórico de consumo de energia elétrica da unidade consumidora (ID. 65385030) ao período imediatamente anterior ao apontado pela inspeção (setembro/2018 a outubro/2020), verifica-se uma média de consumo em torno de 10.390kWh.

Neste particular, ressalte-se que o período apontado na inspeção (setembro/2018 a outubro/2020) havia registrado uma média de 10.294kWh, é dizer, proporcional ao consumo do período imediatamente anterior.

Dessa forma, não há justificativa plausível para se proceder a recuperação de consumo.

Sobre a matéria, tem-se o seguinte entendimento:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (Recurso Inominado, Processo nº 1000852-67.2014.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) Juíza Euma Mendonça Tourinho, Data de julgamento 16/03/2016).

Consequentemente, é indevida a suspensão do fornecimento de energia elétrica, bem como condicionar a negociação do débito para fins de religação com base nesta malsucedida recuperação de consumo, de forma que os valores cobrados são ilegais e, eventuais valores pagos a esse título devem ser devolvidos em sua forma dobrada nos termos do art. 42 , parágrafo único do CDC.

No que pertine aos danos morais, tem-se que também merecem procedência por ser o dano presumido e independente de demonstração, mormente em vista de que privou a parte autora de serviço essencial, condicionando seu restabelecimento ao pagamento de valores ilegítimos.

No tocante ao quantum indenizatório a título de danos morais, deve-se levar em conta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser tão ínfimo que não sirva de caráter educativo para o requerido e nem tão exacerbado para não configurar um enriquecimento sem causa para a requerente.

O valor deve ser fixado num grau de moderação, levando-se em conta o poderio econômico das partes, o grau de culpa, a extensão do dano e também para desencorajar a repetição de atos dessa natureza.

Considerando tais parâmetros, entende-se razoável a fixação do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização pelo dano moral sofrido, pois adequado para atenuar as consequências causadas, não significando um enriquecimento sem causa, punindo o responsável e dissuadindo-o da prática de novo atentado. Neste sentido vem decidindo reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça: REsp 135.202-0-SP, 4ª Turma, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 19.5.1998.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais da ação de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais, proposta por TATIANE FERREIRA ROSA em face de ENERGISA RONDÔNIA S/A para:

a) DECLARAR como inexigível em face da autora a cobrança da fatura da unidade consumidora nº. 20/1109709-4, emitida em 20/07/2021, com vencimento para 21/08/2021, no valor de R$ 2.296,51 (dois mil e duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos);

b) CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por dano imaterial considerado nesta data, com atualização monetária e juros de mora de 1% ao mês contados desta decisão.

Tornar-se definitiva a tutela provisória de urgência concedida pela decisão constante ao ID. 63330070.

Por conseguinte, EXTINGUE-SE O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Condena-se a requerida ao pagamento de custas de lei, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, NCPC.

Transitada em julgada, arquivem-se, procedendo-se às baixas devidas.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Espigão do Oeste/RO, data certificada.

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste 7004551-22.2022.8.22.0008
Pensão por Morte (Art. 74/9), Concessão
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ADRIANA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: AMANDA MENDES GARCIA, OAB nº SP9946
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Retifique-se a competência para Vara Cível.
Defere-se os benefícios da justiça gratuita.
Cuida-se de ação previdenciária ajuizada por ADRIANA ALVES DOS SANTOS em desfavor do INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com pedido de tutela de urgência para a implantação do benefício previdenciário de pensão por morte, negado administrativamente.
DECIDE-SE.
O primeiro requisito a ser verificado, no caso em tela, diz com a existência de prévio requerimento administrativo. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE 631240), o interesse de agir da parte autora exsurge com o indeferimento do benefício pretendido junto à Autarquia previdenciária, conforme infere-se no ID. nº 85535264.
Passo seguinte, impõe-se consignar que, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, revela-se indispensável, à concessão do provimento provisório de urgência antecipado vindicado, verificar, na hipótese concreta trazida ao juízo, a existência de relevância da fundamentação inerente ao pedido – probabilidade do direito alegado, fumus boni iuris – e de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – periculum in mora, se a ordem for deferida somente ao final ou posteriormente, cotejadas à luz de superior critério da proporcionalidade/razoabilidade, em exercício de técnica de ponderação de interesses em aparente tensão no caso em apreço, como recomenda a Constituição da República.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos, e a argumentação trazida na inicial, verifico que não estão presentes os requisitos necessários ao deferimento da tutela de urgência pleiteada.
Com efeito, a concessão do beneficio pleiteado exige dois requisitos, quais sejam, a qualidade de segurado do instituidor da pensão e a dependência do beneficiário, o que não restou indicado nos autos, já que não há provas suficientes para apontar a efetiva qualidade de segurado do instituidor da pensão.
Desta feita, ao menos nesta fase, inviável a concessão da tutela de urgência pretendida.
Frise-se que, segundo art. 300 do NCPC, a antecipação dos efeitos da tutela requer a existência de prova inequívoca apta a convencer o Juízo acerca da verossimilhança do direito alegado, além da urgência, requisitos que não foram atendidos no caso em hipótese.
01 – Ante o exposto, INDEFERE-SE a tutela de urgência pleiteada.
02 – Passo seguinte, não obstante a suposta obrigatoriedade imposta pela nova lei adjetiva civil no que tange à realização de prévia audiência de conciliação ou mediação, à luz da experiência deste Juízo - já consideradas a matéria aventada e as particularidades desta região - descortina-se nos autos ser mesmo improvável a obtenção de conciliação na mencionada solenidade, o que destitui o ato de qualquer utilidade prática, ou, sua ausência, de um qualquer prejuízo, mormente se a autocomposição mediante interesse superveniente poderá ser lograda a qualquer tempo nos autos. Atrai, ao revés, adequação e necessidade a que se resguarde, no particular, o princípio da razoável duração do processo, bem assim adequada gestão de recursos humanos e materiais que seriam dedicados ao inútil ato.
Outrossim, a parte requerida, demandada contumaz nesta comarca em ações dessa natureza, sequer costuma comparecer a qualquer das audiências de conciliação dentre aquelas designadas, demonstrando, assim, o seu total desinteresse em nelas tomar assento, ou de proporcionar acordo nos autos; valia-se, lado outro, da dilação do prazo para contestar decorrente da eventual demora na realização das referidas solenidades, uma vez aplicadas, à risca, as prescrições do Novo Código de Processo Civil quanto a este particular.
No caso dos entes públicos, mais improvável ainda se revela a obtenção de conciliação, porquanto ainda remanesce relevante discussão desde há muito travada derredor da possibilidade da celebração de uma qualquer transação processual, em face do princípio da legalidade estrita conjugado ao princípio da indisponibilidade do interesse público, apesar de ser, este, apenas secundário, no mais das vezes.
Ademais, há de se considerar a já sobrecarregada pauta de audiências da CEJUSC – ainda detentor de estrutura e recursos deficientes para fazer frente a todo e qualquer processo, em todos eles se ordenando audiência prévia de conciliação, o que já faz com que os feitos fiquem a aguardar vários meses para receber contestação, quando de antemão já se sabe que, neste lapso temporal, não advirá qualquer acordo nos autos.
Nesta senda, certo é que o princípio constitucional da duração razoável do processo, sufragado no art. 5, inc. LXXVIII da CF/88, cotejado com os princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas, e, ainda, com o próprio espírito da novel legislação processual civil – que, nos arts. 505 e 507, coíbe a desnecessária repetição de atos processuais - vedam a este Juízo a prática de atos processuais inúteis - por simples capricho ou demasiado apego à letra da lei -, inservíveis mesmo, por assim dizer, porquanto destituídos de qualquer eficácia prática, e porque ainda resultam - invariavelmente - na demora desnecessária do processo.
Por tais razões, deixa-se de designar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determino a citação da parte ré para apresentar contestação nos presentes autos, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, por ser esta a mais razoável interpretação possível dos arts. 231, 334 e 335, caput e inc. II do NCPC.

Para tanto, SERVE A PRESENTE COMO CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO DA PARTE RÉ, observando-se o seguinte endereço para localização: REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
No que pertine aos entes públicos (União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações de direito público), o prazo de contestação será em dobro, ou seja, 40 (quarenta) dias, contados a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183 do NCPC.
3 – Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, NCPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
4 – Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e afim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios:
4.1. com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica, pelo prazo de 15 (quinze) dias e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista à parte ré, pelo igual prazo de 15 (quinze) dias;
4.2. apresentada a contestação ou depois da réplica, providencie o Cartório a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir - e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da demanda - no prazo comum de 05 (cinco) dias, transcorrido o referido prazo, venham conclusos para as finalidades dos arts. 354/357do NCPC.
Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.
Espigão do Oeste/RO, data certificada.
LEONEL PEREIRA DA ROCHA
Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 1ª Vara Criminal
, nº , Bairro , CEP ,
Número do processo: 7005170-28.2022.8.22.0015
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Polo Ativo: P. A. N. D. O.
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Ativo: R. F. P. R.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Arquivem-se os autos, consoante determinação constante da decisão exarada no ID n. 85383255.
Cumpra-se, providenciando o necessário.
terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará Mirim/RO.
Av. 15 de Novembro, n. 1981, Bairro Tamandaré, Guajará Mirim - Rondônia.
CEP: 76850-000, Fone:(69) 3516-4522 - E-mail: gum1criminal@tjro.jus.br -
Expediente de segunda a sexta, das 07h:00 as 14h:00.
Número do processo: 7004726-92.2022.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: FABIO DA COSTA PEREIRA

ADVOGADOS DO DENUNCIADO: ANA CAROLINE BORGES PARIS, OAB nº RO11663, ANDERSON LOPES MUNIZ, OAB nº RO3102
DESPACHO
Trata-se de ação penal proposta em desfavor de FABIO DA COSTA PEREIRA, qualificado nos autos, pela prática, em tese, dos crimes tipificados no Art. 306, "caput" d a Lei n. 9.503/972 (1º fato); Art. 14, "caput" da Lei n. 10.826/03 (2º fato) e Art. 158, §1º do Código Penal (3º fato), na forma do art. 69, "caput" do Código Penal.
Analisados os argumentos defensivos, verifico que inexistem motivos para a absolvição sumária neste momento (art. 397 do CPP).
Considerando as Resoluções n. 313, 314, 318 e 319 do CNJ e aos Atos Conjuntos n. 06, 07, 08, 09 e 10/PR-CGJ do TJ/RO, que visam criar mecanismos de atuação jurisdicional durante o período da Pandemia do Covid-19, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 01/02/2023 às 10 horas, nos termos do art. 399 do CPP, a ser realizada por meio de videoconferência. Diante disso, DETERMINO o seguinte:
1) Expeça-se mandado de intimação para que o Oficial de Justiça compareça ao endereço da vítima Ana Cordeiro de Aguiar e das testemunhas Rosineia Aguiar Alves (ID n. 84430672 - fls. 04), CLAUCENI LOPES, ELINEIDE NICO GUAZAMA e ERUNDINA ARAÚJO DE ANDRADE (ID n. 85072417 - fls. 09), devendo:
a) indagá-las se possuem aparelho celular com acesso à internet e, em caso positivo, forneça o número, certificando a veracidade da informação, ocasião em que serão intimadas da audiência, que será realizada por meio de videoconferência, devendo permanecer disponível com seu aparelho celular conectado à internet na data e hora designada;
b) caso seja constatado que a vítima/testemunha não possuam aparelho móvel com acesso à internet, o oficial de justiça deverá intimá-las da solenidade designada, de modo que, na data e horário designado, deverão comparecer neste Fórum, ocasião em que lhe será fornecido um meio para sua oitiva de forma virtual.
2) Proceda a direção de cartório contato com o Comando da Polícia Militar, solicitando apoio para a oitiva dos Policiais Militares 2ª SGT PM Alan Kardec dos S. Pinheiro e 3º SGT PM Alexandro Nery Nascimento, por meio de videoconferência.
3) Proceda-se contato com a Casa de Detenção de Guajará-Mirim, requisitando a apresentação do réu FABIO DA COSTA PEREIRA para a realização do seu interrogatório, por meio de videoconferência.
Ciência às partes. Cumpra-se, praticando o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / OFÍCIO.
Guajará-Mirim/RO,terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7001248-47.2020.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Polo Ativo: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: V. L. D. O.
ADVOGADOS DO REU: MIKAEL AUGUSTO FOCHESATTO, OAB nº RO9194, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Em atenção ao petitório retro, mantenho a decisão (id nº 84560152) que não recebeu o recurso devido a intempestividade por seus próprios fundamentos.
No que se refere ao pagamento da multa penal, dê-se vista ao Parquet.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7004601-27.2022.8.22.0015
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GILMAR LEANDRO DE MIRANDA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Aguardem-se os autos em cartório até a expiração do prazo decadencial para o oferecimento de queixa-crime (31/01/2023).
Decorrido o prazo, venham conclusos para deliberação.
Guajará-Mirim/RO, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7005294-11.2022.8.22.0015
Classe: Petição Cível
Polo Ativo: BERTOLDO GERALDO
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: JOSE ACILDO SOUZA DOS SANTOS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o réu para o fim de dar início ao cumprimento da suspensão condicional do processo deprecada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revogação do benefício. Neste último caso, em não havendo o cumprimento das condições, devolva-se a carta precatória.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA, a ser instruído com os anexos necessários.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim DESPACHO
Ao Ministério Público.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 1002086-97.2017.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: UALESSON RAMOS GARCIA
ADVOGADO DO CONDENADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro a compensação dos valores apreendidos nos autos, para o fim de pagamento das custas processuais e multa.
Cumpra-se.
Após, nada mais pendente, arquivem-se, com as cautelas de estilo.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 1001040-73.2017.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: VALDERCI FERNANDES MOREIRA
ADVOGADO DO CONDENADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Expeça-se mandado de prisão em desfavor do apenado, no regime atual da sua pena, uma vez que encontra-se evadido, no caso o aberto, com a finalidade de garantir a aplicação da lei penal, cujo prazo prescricional será alcançado em 06/06/2028.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE PRISÃO/OFÍCIO.
Por fim, defiro a compensação dos valores apreendidos nos autos, para o fim de pagamento das custas processuais e multa.
Cumpra-se.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Email: gum2criminal@tjro.jus.br - Telefone- 3516-4524
7001372-59.2022.8.22.0015
Inquérito Policial
Contra a Mulher
INDICIADO: M. A. O. A., CPF nº 00889975299, AV MADEIRA MAMORE 170 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DECISÃO
A peça acusatória, oferecida pelo Ministério Público, dentro de uma cognição sumária, preenche os requisitos previstos no art. 41 do CPP, e não se verifica qualquer ocorrência que possa ensejar sua rejeição, conforme disposto no art. 395 do mesmo dispositivo legal.
O(s) acusado(s) está(ão) devidamente qualificado(s) e, pelo que se depreende dos fatos narrados pelo Ministério Público, a conduta descrita é adequada ao tipo penal consignado, além do que, a denúncia está acompanhada de elementos indiciários que consubstanciam a justa causa suficiente para a ação penal e, por ora, não vislumbro nenhuma causa extintiva de punibilidade.
Assim, presentes os pressupostos imprescindíveis para o exercício da ação penal, RECEBO A DENÚNCIA, para todos os efeitos legais.
Cite(m)-se o(s) acusado(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, responder(em) por escrito a acusação, podendo arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende(m) produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário.
Intime(m)-se, ainda, que, transcorrido o prazo assinalado sem apresentação de resposta, fica desde já nomeado o representante da Defensoria Pública que atua neste Juízo, para oferecê-la em igual prazo, podendo este ser contratado na Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Av. Princesa Isabel, nº 3653, Bairro: 10 de abril – Guajará-Mirim-RO - CEP: 76.850-000 - Fone (69) 3541-4502/ 99294-5967 (whats) – plantão.
Eventuais exceções deverão ser apresentadas em separado.
Apresentada a defesa com preliminares e/ou documentos, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias.
Não sendo arguidas questões preliminares e nem juntados documentos, venham os autos para designação de audiência de instrução.
Por fim, defiro os requerimentos ministeriais servindo cópia da cota como ofício às entidades e/ou autoridades pertinentes.
Cite(m)-se. Intime(m)-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, CARTA PRECATÓRIA E OFÍCIO, anexando-se os documentos convenientes.
Expeça-se o necessário.
Guajará-Mirim, 3 de janeiro de 2023.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 0000423-28.2020.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: DELMA GUARDIA VARGAS, LEANDRO DA COSTA FERREIRA, JAMERSON MAERLENSON LUCAS SILVEIRA
ADVOGADOS DOS CONDENADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Oficie-se aos cartórios de registro civil das pessoas naturais de Porto Velho/RO e de Guajará-Mirim/RO, para o fim de enviar eventual certidão de óbito confeccionada em nome do réu JAMERSON MAELERSON LUCAS SILVEIRA em epígrafe.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO.
Expeça-se o necessário.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7005370-17.2022.8.22.0021
Classe: Carta Precatória Criminal
Polo Ativo: J. D. D. D. C. D. C. M.

DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: J. D. D. D. C. D. B.
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que o objetivo foi atendido, determino a devolução da presente missiva com as nossas homenagens.
Guajará-Mirim/RO, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7002941-31.2022.8.22.0004
Classe: Carta Precatória Criminal
Polo Ativo: J. D. 2. V. F. D. S. J. D. J.
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: VILSON FORMAIO, J. D. C. D. O. P. D. -. R.
SENTENCIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Remeta-se a presente missiva para a CEMAN de Porto Velho, haja vista o convênio nº 01/2021 celebrado entre a Justiça Federal de 1º Grau e o TJRO, conforme se infere do SEI nº 23-70.2020.8.22.8015.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim/RO, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 0000469-17.2020.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOAQUIM MOURA DE SOUSA
DENUNCIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Nos termos do art. 396 do CPP, CITE-SE o réu, via editalícia, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, ocasião em que poderá arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as.
Não apresentada resposta à acusação no prazo determinado, ou não sendo constituído advogado, façam os autos conclusos para análise de suspensão processual.
Expeça-se o necessário.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 0000337-91.2019.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOSIRLEI DA COSTA VIEIRA
ADVOGADO DO SUSPENSO O PROCESSO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO

Intimem-se o infrator, no endereço constante nos autos, para comprovar o cumprimento da transação penal, no prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA
Decorrido o prazo, com ou sem resposta, dê-se vista imediata ao Ministério Público para manifestação e à DPE.
Expeça-se o necessário.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Número do processo: 7005179-87.2022.8.22.0015
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. P. C. D. G. M., Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOSE MARCELINO KREMPEL FILHO
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: Francis Hency Oliveira Almeida de Lucena, OAB nº RO11026
DESPACHO
Remetam-se os autos ao Parquet para a formação da opinio delicti e/ou requerimento de diligências a ser direcionado diretamente à autoridade policial.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Criminal
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim
Email: gum2criminal@tjro.jus.br - Fone 3516-4524
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Processo n.: 0001549-50.2019.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Crimes de Trânsito
SUSPENSO O PROCESSO: IVAN LIMA DA SILVA
Parte requerida: IVAN LIMA DA SILVA, PORTO CARREIRO 34 TAMANDARE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO SUSPENSO O PROCESSO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ofereceu denúncia em face de SUSPENSO O PROCESSO: IVAN LIMA DA SILVA, dando-o(a) como incurso(a) nas sanções do art. 147, do Código Penal.
Em audiência, foi proposta a Suspensão Condicional do Processo, pelo prazo de 02(dois) anos, nos termos do artigo 89, caput, da Lei 9099/95, cujas condições foram aceitas pelo(a) denunciado(a).
Transcorreu o período de prova sem informação de revogação da benesse.
O Ministério Público opinou pela extinção da punibilidade.
É o relatório. DECIDO.
O parágrafo 5º do artigo 89 da Lei 9099/95 disciplina que “expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade”.
No caso dos autos, decorreu o prazo de 02 (dois) sem a revogação do benefício.
Verifica-se que o(a) beneficiário(a) cumpriu integralmente as condições da suspensão condicional do processo, conforme folha de frequência de comparecimento bimestral em Juízo até a suspensão dos atos presenciais em razão da pandemia COVID-19, bem como o relatório de serviços prestados à comunidade.
Ante ao exposto, expirado o prazo da suspensão condicional e atendidas as condições impostas, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) denunciado(a) com relação ao delito de que trata os presentes autos, com base no artigo 89, §5º da Lei nº 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos, promovendo-se as anotações, comunicações e baixas necessárias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Nada pendente, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/CT PRECATÓRIA E OFÍCIO.
Guajará-Mirim, data da assinatura digital.
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7004171-12.2021.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível/ Perdas e Danos, Cobrança de Aluguéis - Sem despejo, Liminar , Indenização do Prejuízo, Provas em geral
Distribuição: 16/11/2021
AUTOR: ROMEU GONCALVES, CPF nº 65399870215, AV. TERRITÓRIO FEDERAL DO IATA 882 SETOR VILA DO IATA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TAISSA DA SILVA SOUSA, OAB nº RO5795A
REU: PLUS CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP, CNPJ nº 10593591000101, AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO 91, SALA 608,EDIFÍCIO EMP. FORUMBUS CENTER ADRIANÓPOLIS - 69057-025 - MANAUS - AMAZONAS, ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, OAB nº PB15013, OCEANO ATLANTICO 158, APTO 403 INTERMARRES - 58102-252 - CABEDELO - PARAÍBA, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança com pedido de tutela provisória de urgência proposta por ROMEU GONÇALVES contra PLUS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP e CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA.
Relata o requerente que foi contratado pela requerida Plus Construções e Comércio de Materiais de Construção Ltda – EPP para efetuar a prestação de serviços sob o regime de empreitada durante o período de 16/02/2018 até o dia 18/01/2019, no qual realizou atividades em obras de subestação e rede elétrica, sendo a primeira obra no Ramal dos Bichos no valor de R$ 126.348,95 (cento e vinte e seis mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos); a segunda obra no IATA no valor de R$ 112.997,75 (cento e doze reais e novecentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) e 8 subestações e atendimento de 9 consumidores na 5ª linha do Iata no valor de R$ 28.112,44 (vinte e oito cento e doze reais e quarenta e quatro centavos); e, a terceira obra em Vista Alegre do Abunã no Ramal do Gob, recebendo a importância de R$ 110.692,37 (cento e dez mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos).
Diz que a primeira requerida Plus Construções e Comércio de Materiais de Construção Ltda – EPP é a empresa contratada para o serviço da segunda requerida Centrais Elétricas de Rondônia/Energisa.
Discorre que em se tratando de terceirizações se paga 19,5% do BDI (benefícios de despesas indiretas) para quem realizou a atividade laboral, assim, tem-se da 1ª obra – R$ 10.013,04, da 2ª obra – R$ 27.516,83 e da 3ª obra – R$ 21.585,01, totalizando R$ 59.114,88, que corrigido em 22/06/2021 perfaz o valor de R$ 86.901,72.
Requer como pedido alternativo a reconhecida locação dos veículos do requerente no período laborado de 16/02/2018 até 18/01/2019 pela importância mínima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao mês, que na proporção de 11 meses, totaliza R$ 55.000,00, que corrigido perfaz o valor de R$ 80.852,65; bem como, pugna pela condenação da requerida no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelas perdas e danos em decorrência do inadimplemento.
Pleiteou pela tutela provisória de urgência para bloqueio via sistema SISBAJUD nas contas das requeridas. No mérito, a condenação da requerida ao pagamento do valor de R$ 80.852,65 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e dois mil reais e sessenta e cinco centavos) ou R$ 86.901,72 (oitenta e seis mil novecentos e hum reais e setenta e dois centavos) e de perdas e danos na importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Juntou documentos.
Deferida a gratuidade de justiça ao requerente e determinada a citação das requeridas e intimação para audiência de conciliação (ID: 71199307 – Pág. 1-3).
Redesignada audiência em razão de não citação da primeira requerida (ID: 76477384).
A requerida Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S. A. apresentou contestação (ID: 77103246 – Pág. 1-21). Arguiu preliminar de inépcia da inicial e de ilegitimidade passiva, bem como, impugnou o valor da causa. A requerida alega ausência de contrato entre as partes, inclusive acerca de aluguel de veículo, pelo que não pode ser responsabilizada nem condenada solidariamente. E, se houve, suposta relação contratual do autor está atrelada diretamente à empresa Plus Construções e Comércio de Materiais de Construções Ltda. Ao final, requer a total improcedência do pedido autoral.
Devidamente citada (ID: 78448489), a primeira requerida Plus Construções e Comércio de Materiais de Construção Ltda não apresentou contestação, sendo decretada a sua revelia (ID: 82567874).
A tentativa de conciliação restou prejudicada pela ausência da primeira requerida, conforme ata de audiência sob o ID: 78897287 - Pág. 1-2.
O autor apresentou réplica à contestação, impugnando as alegações da segunda requerida e ratificou os pedidos autorais (ID: 81226366 – Pág. 1-5).
Em sede de especificação de provas, as partes pleitearam o depoimento pessoal da parte contrária e oitiva de testemunhas (ID: 81790891 e ID: 81813105).
Decisão saneadora sob o ID: 82567874, que rejeitou as preliminares aventadas, corrigiu o valor da causa para o valor de R$ 91.901,72, bem como fora deferida a produção de prova oral.

Em audiência de instrução, registrou-se a ausência do preposto da parte requerida Energisa S.A. Realizou-se a coleta de depoimento pessoal do autor e oitiva da testemunha Gerson Maia Gomes (ID: 84502512). A parte autora apresentou alegações finais orais, pugnando pela total procedência da ação. A parte requerida Energisa S.A. manifestou-se remissivamente à contestação.

É o breve relato. Decido.

Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ - 4ª Turma, Resp. 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).

Como se sabe, o CPC anota, no artigo 371 que, ao conduzir a instrução processual, "o juiz apreciará as provas constantes nos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento."

A respeito do tema, José Roberto Neves Amorim e Sandro Gilbert Amorim lecionam que "a prova tem como finalidade formar no juiz, seu destinatário, o convencimento quanto aos fatos e fundamentos da causa, trazidos pelas partes, proporcionando um julgamento justo e dentro dos parâmetros legais" (Direito Processual Civil. Rio de Janeiro, 2009. p. 263). Ademais, o juiz alicerça sua decisão de acordo com o sistema probatório do livre convencimento motivado ou da persuasão racional.

As preliminares já foram apreciadas por ocasião do saneamento e organização do processo.

Não havendo outras questões pendentes a serem analisadas, passo doravante à análise do mérito.

O cerne da demanda reside em verificar se o autor prestou serviços sob o regime de empreitada durante o período de 16/02/2018 até o dia 18/01/2019, consistentes em obras de subestação e rede elétrica, para a primeira requerida Plus Construções e Comércio de Materiais de Construção Ltda – EPP, que é a empresa contratada para o serviço da segunda requerida Centrais Elétricas de Rondônia/ Energisa, e que dois veículos de propriedade do autor eram utilizados nas obras.

Conforme se infere nos autos, a primeira requerida foi regularmente citada, mas permaneceu inerte ao chamamento judicial.

O efeito mais forte da revelia é tornar incontroversos os fatos alegados pelo autor, mormente quando apresente prova de suas alegações, como no caso dos autos, mediante prova documental e testemunhal.

No mérito, o pedido inicial deve ser julgado procedente em parte, pois, em razão da revelia da primeira requerida e, em que pese a segunda requerida alegar a ausência de contrato entre as partes, na peça contestatória faz menção que a primeira demandada Plus Construções e Comércio de Materiais de Construções Ltda tenha sido contratada pela contestante após os trâmites legais de licitação.

Ora! Se houve uma contratação da segunda requerida com a primeira requerida, sequer trouxe aos autos documento hábil para análise das cláusulas de limitação e/ou eventual exclusão de responsabilidade contratual da mesma no que concerne aos profissionais contratados. Ademais, a segunda requerida era a responsável pela fiscalização do contrato nas obras.

As provas produzidas nos autos corroboram a versão do autor.

A prova testemunhal colhida atesta que era uma prática comum no Programa Luz para Todos de contratos de forma de "subempreitada" ou "sublocação" às obras descritas do contrato original com a primeira requerida com aquiescência da segunda requerida, posto que esta última é quem era responsável pela fiscalização do contrato e obras, sendo devidamente executado pelo autor, inclusive com a utilização dos únicos veículos existentes nas obras que era o caminhão para os serviços pesados e a camionete para o apoio de propriedades do autor.

Da demonstração que o autor prestou serviços em obras de subestação e rede elétrica, pelos documentos juntados, tais como o relatório de inspeção de contrato (ID: 59115677 – Pág. 1-9, ID: 59115676 – Pág. 1-4), relatórios de mão de obra de ordem de serviço (ID: 66328538 – Pág. 17-22). Além dos depoimentos em audiência de instrução.

Do depoimento do autor, transcrição de fala indireta:

Informou que trabalhava como pessoa física, "tocava a obra" no "Programa Luz para todos". Disse que foram onze meses, no período de fevereiro de 2018 até janeiro/fevereiro de 2019. Ao ser perguntado, respondeu que foi contratado pela construtora Plus para prestar serviços à CERON, como desmatamento da área, construção de rede, instalação interna, enfim, o serviço completo até a entrega de energia para a pessoa que não tinha. Indagado, disse que os fiscais da CERON iam semanalmente; que os fiscais não verificavam a CTPS; lembra dos funcionários da CERON terem visto a CTPS quando entrou, uns três meses de trabalho quando estava no Iata, depois não se recorda se os fiscais verificaram a CTPS, mas eles não perguntavam se estava recebendo corretamente; complementando que o fiscal que verifica a questão de rede é um, o que averigua a CTPS é outro fiscal. Em relação ao uso dos veículos, respondeu que o caminhão era para levantar poste e fazer transporte e a camionete era carro de apoio como para buscar comida. O depoente quem colocava combustível e fazia manutenção. Eles mandavam dinheiro todo mês para fazer a manutenção, combustível, aluguel e mantimentos de funcionários. O aluguel era para pagar trator, moradia, como exemplo. Foi contratado na CTPS para encarregado e motorista. O caminhão é um 1113 e a camionete era uma Hillux 3.0. Ambos os veículos eram do depoente e de sua esposa. Houve contrato verbal com a empresa Plus com duas conversas, para pagar ao depoente o salário (2 mil e pouco na CTPS) e o restante para completar os quinze mil seria o aluguel da camionete e do caminhão. Só pagaram o primeiro mês, em fevereiro quando começou, com depósito em conta poupança do depoente. Ficaram faltando dez meses para pagar em relação à complementação dos quinze mil reais de aluguéis dos veículos. Ao ser questionado, informou que cobrava e diziam que podia ir trabalhando, que depois acertava. Esclareceu que BDI é um desconto que se tem em cima do valor da obra, se não pagasse o aluguel, o depoente pegaria o valor do BDI sobre a obra. Nenhum dos dois pagamentos ocorrera. Informou que fez três obras. Em relação à alimentação dos funcionários sempre eles pagavam, através de depósito em conta, era quase fixo dez mil reais. As perdas e danos referem-se ao caminhão e à camionete. O valor do aluguel que foi estabelecido, era a diferença de quinze mil reais, menos o salário na carteira, que este sempre recebeu corretamente. O autor aduz que usava farda da empresa Plus, e recebia ordens dos fiscais da Energisa e, muitas vezes, o projeto constava alguma coisa, mas os fiscais da Energisa modificavam no local. A empresa Plus somente mandava o material.

Ouvida em juízo, a testemunha Sr. Gerson Maia Gomes, que era fiscal da CERON/Eletrobrás da obra no programa “Luz para Todos”, confirmou que quando ia na obra havia no local de trabalho um caminhão muque para o serviço pesado e uma camionete para apoio, ambos de propriedade do autor. Acrescentou que nessas obras “Luz para todos” era uma prática dentro desses contratos um de “sublocação de gaveta”, que inclusive todos ali sabiam da subcontratação, que os veículos eram do Romeu e o contrato em nome de outra pessoa e passava. Informou que sabia dessa situação de “subempreita”, bem como o gestor do contrato, que era o responsável pela obra. Afirmou que quem tocava a obra era o autor, que por ocasião de suas fiscalizações o contato era somente com o Sr. Romeu. Só tinha contato com a empresa na hora de fechar a obra, mas, raramente, e não se lembra de ter encontrado alguém da empresa Plus na obra.

De forma indireta temos a oitiva da testemunha Sr. Gerson Maia Gomes:

A ordem de alterar algo na obra era dada pelos fiscais da Eletrobrás/Energisa. Diretamente era o depoente quem determinava como o Romeu iria trabalhar. Fazia um projeto básico, porém, se identificasse, sem alterar custos, a necessidade de aumentar quantidade de postes, transformador ou ainda incluir pessoa não cadastrada, o fiscal tinha autonomia para fazer essas alterações. Romeu fez obra no Distrito do Iata, Linha 08, Nova Mamoré, Vista Alegre do Abunã, no Ramal dos Bichos em Guajará, um pouco no Ramal do Macaco, na Linha do Cachoeirinha. Às perguntas da empresa Energisa, respondeu que nas fiscalizações de obra o Romeu estava com farda da empresa Plus. Às perguntas do Juízo, o depoente era fiscal de obras de 2005 até 2018 no “Programa Luz para Todos”. Era funcionário da CERON, Eletrobrás e Energisa. Ficou em 2018 até se aposentar. Saiu de campo e deixou de fiscalizar obras, saiu da empresa em 2020. Que o depoente pegou praticamente quase todo o contrato de Romeu. Disse que dava ordens ao Romeu para adequação de campo, sempre que necessárias em dois sentidos, desde que não aumentasse custos e para atender futuros clientes que não estavam no programa inicial.

Também, há de se considerar a presunção de veracidade do alegado na inicial, pela confissão ficta, eis que intimado o preposto da parte requerida Energisa S.A. não compareceu em juízo para seu depoimento pessoal.

A presunção não é absoluta, mas no presente caso concreto, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados com a Inicial e a prova oral produzida nos autos, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora, devendo-se considerar que os valores apresentados para a cobrança estão corretos.

Denota-se, pois, que dos documentos, o depoimento pessoal do requerente e a testemunha ouvida no curso da instrução corroboram as alegações do autor e demonstrar que este, de fato, foi contratado como forma de “subempreitada” ou sublocação” pela primeira requerida com aquiescência da segunda requerida, para construção de obras de subestação e rede elétrica e aluguel de dois veículos para realização dos serviços, estes que foram por ele executados e entregues.

Desse modo, tem-se que o conjunto probatório demonstra a pactuação dos serviços e aluguéis dos veículos em testilha, bem como sua execução. Por conseguinte, comprova o crédito da parte autora e o dever das requeridas de efetuar o pagamento do importe de R$ 80.852,65 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e dois mil reais e sessenta e cinco centavos), avençado como contraprestação pecuniária pelos aluguéis dos dois veículos.

Preceitua o artigo 397 do Código Civil nos seguintes termos:

Art. 397 – O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora, o devedor.

Retira-se dos autos que a ausência de pagamento pela requerida é fato incontroverso, sendo certo que o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, constitui o devedor em mora.

Como a inicial há pedidos alternativos e, ouvido em juízo, o autor aventou que o pedido principal seria os aluguéis dos veículos “BDI é um desconto que se tem em cima do valor da obra, se não pagasse o aluguel, o depoente pegaria o valor do BDI sobre a obra. Nenhum dos dois pagamentos ocorrera”.

Desta forma, não restam dúvidas quanto à verossimilhança das alegações da parte autora quando demonstra a existência de relação jurídica entre as partes, bem como a inadimplência da requerida.

Quanto ao pedido de perdas e danos em decorrência do inadimplemento, em valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), ainda que se verifique como cobrança devida, tenho que não merece prosperar, acerca de não demonstração do efetivo prejuízo e/ou perda de lucros cessantes, vez que da procedência da cobrança por fato legítimo, o autor fará jus à correção monetária. Ademais, quando indagado acerca das despesas com alimentação dos funcionários que trabalhavam nas obras, o aluguel de moradia dos mesmos, as demais despesas com deslocamentos, transportes e combustível, o autor em seu depoimento em juízo informou que a requerida pagava mensalmente, que inclusive as perdas e danos são referentes aos veículos.

Logo, não tendo o autor logrado êxito em se desincumbir do encargo de comprovar o fato constitutivo do seu direito no que concerne às perdas e danos, deixou de atender ao imposto pelo artigo 333, I, do CPC.

Por mais que se examinem os autos, não há evidência de perdas e danos alegados, que acarrete às requeridas o dever de indenizar.

Portanto, é o caso de julgar improcedente o pedido de perdas e danos como medida necessária.

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial desta ação de cobrança proposta por ROMEU GONÇALVES para CONDENAR, solidariamente, as requeridas PLUS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP e CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA a pagar ao autor o valor de R$ 80.852,65 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e dois mil reais e sessenta e cinco centavos), a ser atualizado monetariamente de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO), desde a propositura da ação e acrescido de juros de 1% ao mês contados da citação.

Por outro lado, julgo IMPROCEDENTE os demais pedidos de perdas e danos, pelos motivos acima delineados.

Por conseguinte, DECLARO EXTINTO o processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Considerando que o autor decaiu em parte mínima dos pedidos, e em razão da sucumbência, condeno solidariamente as requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, arbitrando os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, na forma do artigo 85, § 2º, do CPC.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se as partes.
Após, nada sendo requerido em termos de prosseguimento, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, N. 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7004997-04.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Perda por crime contra titular do mesmo poder ou descendente (L. 13.715/2018)
Distribuição: 25/11/2022
AUTOR: J. L. V., RUA 21 DE ABRIL 4085, CASA JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR LUIZ DA SILVA, OAB nº RO9430
REU: A. L. D. S. V., AV. CUIABÁ 3941, CASA CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora, por derradeira vez, a comprovar o recolhimento das custas processuais iniciais, conforme o disposto no inciso I do artigo 12 da Lei n. 3.896/2016, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Ressalto, oportunamente, que o boleto anexado sob o Id Num. 85544265 - Pág. 1 e o comprovante de Id Num. 85544266 - Pág. 1, foram equivocadamente vinculados ao processo 0000150-25.2015.8.22.0015.
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000006-48.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Contratos Bancários
Distribuição: 02/01/2023
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, QUADRA SAUN QUADRA 5 QUADRA 4, LOTE 32 BLOCO C EDIFICIL SEDE III ASA NORTE - 70040-250 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: ADAUTO FRANCO DOS SANTOS PEREIRA, LINHA 31 C s/n, KM 5 ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, JESUELY COSTA FERREIRA, LINHA 30 C s/n, KM 5 ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora a comprovar o recolhimento das custas processuais iniciais, conforme o disposto no inciso I do artigo 12 da Lei n. 3.896/2016, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001902-34.2020.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Contratos Bancários
Distribuição: 26/08/2020
Requerente: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A

Requerido: EXECUTADO: JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA
EXECUTADO: JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA, 9 S/N ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O bloqueio de valores via SISBAJUD na modalidade “Teimosinha” pelo período de 30 dias restou frutífero, em parte mínima, conforme espelho anexo.
Assim, considerando o valor bloqueado de R$ 562,71 frente à dívida no valor de R$ 86.880,28 e os custos versus benefício, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se tem interesse na manutenção do bloqueio com os custos da tetantiva de intimação do executado com endereço nos autos no município de Nova Mamoré/RO.
Com ou sem resposta, tornem os autos conclusos.
Intimem-se.
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível 7000005-63.2023.8.22.0015
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
02/01/2023
AUTOR: F. A. S. C. F. E. I., ALAMEDA SANTOS 466, - ATÉ 484 - LADO PAR CERQUEIRA CÉSAR - 01418-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO AUTOR: JANAINA ELISA BENELI, OAB nº DF23224
REQUERIDA: MARIA SUELY GOMES NUNES - R V - 3 N° 1008, CAETANO, GUAJARÁ – MIRIM – RO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Diante da argumentação apresentada pelo Autor e a farta documentação em destaque, o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e notificação de constituição em mora, vislumbro a fumaça do bom direito e os requisitos legais previstos no art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69.
Posto isso, concedo liminarmente a busca e apreensão do veículo denominado: MARCA CAOA CHERY, MODELO TIGGO 5X TXS 1.5 TB AT6 Alc/Gas 4p (Completo), ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2019/2020, COR: BRANCA, CHASSI 95PBCK51DLB001556, RENAVAM 01191973600, PLACA QTA2D04, depositando-o nas mãos do depositário indicado pelo autor, e/ou um dos patronos constituídos no instrumento do mandato ou pessoa por eles indicada nos autos, devendo o Oficial de Justiça identificar o depositário na certidão.
Depositários indicados: Guilherme Martins de Oliveira, inscrito no CPF 733.143.151-07, podendo ser encontrado no fone (61) 9.9552-0838; Juliana da Cruz Miranda, inscrita no CPF 015.622.971-47, podendo ser encontrada no fone (61)9.9952-6079; Janaína Elisa Beneli, inscrita na OAB/DF 23.224, podendo ser encontrada no fone (61) 3224-2109 e (61) 99607-4662.
Caso o veículo seja localizado e apreendido, cite-se o requerido acima identificado para no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pagar integralmente o débito atualizado no valor de R$ 5.063,75 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) ou, em 15 (quinze) dias, contestar a ação (Lei 10.931/2004).
Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
À CPE para vincular o boleto e comprovante de pagamento de custas avulsas de Id Num. 85557708 - Pág. 1/2, ao presente feito.
ADVERTÊNCIA AO OFICIAL DE JUSTIÇA: A CITAÇÃO DO REQUERIDO SOMENTE SERÁ DEVERÁ SER FEITA CASO O VEÍCULO SEJA LOCALIZADO E APREENDIDO.
A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7005458-73.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/ Revisão
AUTOR: A. V. R. D. O., CPF nº 03720246299, AV. DOS SERINGUEIROS 1882 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570
REU: P. A. O. D. F., CPF nº DESCONHECIDO, AV. 15 DE NOVEMBRO 930, PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Recebo a emenda a inicial.
Processe-se em segredo de justiça.
Versam os autos sobre ação revisional de alimentos, pretendendo-se a majoração dos alimentos prestados de 10% incidentes sobre o salário líquido para 30%, sob o argumento de que as necessidades do alimentado aumentaram em decorrência de tratamento médico a que tem sido submetido.
Pois bem.
Como é cediço, o pedido revisional de alimentos tem previsão no artigo 1.699 do CC, o qual estabelece como pressuposto a alteração da condição financeira das partes envolvidas, veja-se: “se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo”.
Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora alega que o percentual acordado é atualmente insuficiente para suprir suas despesas, em razão de ter sido diagnosticado com a doença Deficiência Intelectual Moderada - CID: F71.1, necessitando realizar acompanhamento com psicóloga, psicopedagoga, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e suporte pedagógico para melhor adaptação, dependendo de supervisão da sua principal cuidadora e de uso contínuo de medicamentos, conforme Laudo médico acostado ao Id Num. 85538351.
Assim, considerando que há nos autos elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, uma vez que a parte autora colacionou provas suficientes que alicerçam seus argumentos, entendo que de fato houve desequilíbrio no binômio necessidade x possibilidade.
Desse modo, por restarem preenchidos os requisitos legais autorizadores da tutela de urgência pleiteada, entendo que, no caso sub examine, dada a sua peculiaridade, o pleito liminar merece prosperar, contudo, em patamar diverso do pretendido, haja vista não restar suficientemente comprovada a condição financeira do alimentante, uma vez que o comprovante de rendimento de Id Num. 85538353, refere-se tão somente ao mês 12/2022.
Nesse sentido é o entendimento da jurisprudência pátria:
REVISÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CABIMENTO. 1. As questões relativas aos pedidos de revisão de alimentos, via de regra, não se prestam à tutela antecipada, pois os alimentos são estabelecidos em processo próprio, sujeito ao contraditório e ampla fase cognitiva. 2. Para que o encargo alimentar estabelecido seja revisado, deve haver prova segura da efetiva e substancial modificação da fortuna de quem paga ou da necessidade de quem recebe, e essa prova deve ser produzida ao longo da toda a fase instrutória da ação revisional. 3. Inexistindo forma de correção do valor monetário fixado em 2006, cabível o deferimento liminar do pedido, mas não no patamar desejado, pois ainda não há prova suficiente acerca da capacidade financeira do alimentante. Recurso parcialmente provido. (TJRS; AI 0392410-72.2015.8.21.7000; Vera Cruz; Sétima Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves; Julg. 05/11/2015; DJERS 10/11/2015).
Posto isso, DEFIRO o pedido liminar de majoração dos alimentos outrora arbitrados e FIXO provisoriamente os alimentos em 20% sobre os rendimentos líquidos do requerido, devidos a partir da citação.
Considerando a previsão legal contida no artigo 236, § 3º do CPC e a manifestação da parte autora no interessa da tentativa de composição, designo audiência de conciliação para o dia 9 de MARÇO de 2023, às 9h, a ser realizada pelo CEJUSC de Guajará-Mirim, por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.
Intime-se a parte autora, por intermédio de seu causídico constituído nos autos, exceto se estiver representada pela Defensoria Pública, caso em que deverá ser intimada pessoalmente, acerca da audiência de conciliação, bem como para estar disponível na data e horário acima informado, ficando ciente de que deverá aguardar vídeo chamada a ser realizada pelo aplicativo WhatsApp.
Cite-se e intime-se a parte requerida, por intermédio de sua representante legal, para informar número de contato telefônico que seja compatível com a ferramenta WhatsApp, bem como para estar disponível na data e horário acima designados, ficando desde já advertida que em caso não composição, de não comparecimento injustificado e/ou de não interesse em sua realização, o prazo para oferecimento de defesa de 15 (quinze) dias, salvo outro estipulado pelas partes, começará a fluir a partir da audiência, nos termos dos artigos 335, inciso I do CPC e caso deixe de apresentar defesa, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, conforme art. 344 do CPC.
No momento do cumprimento do ato, o Oficial de Justiça deverá solicitar o contato telefônico das partes, sob pena de desentranhamento em caso de descumprimento.
Em caso de desinteresse na realização da audiência de conciliação, deverá a parte requerida apresentar petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência, informando expressamente o seu desinteresse, de acordo com o artigo, 334, §5º do CPC, ocasião em que o prazo para apresentação de sua defesa passará a fluir da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (artigo 335, inciso II do CPC).
Anoto que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública da sua cidade (artigo 69, §§ 2º e 3º, das DGJ).
Ficam as partes desde já advertidas que deverão participar do ato de conciliação ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
Na hipótese do mandado restar negativo, diante da não localização do requerido, fica a CPE autorizada a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante, independentemente de nova conclusão e autorização judicial.
Cumprida as determinações acima, remetam-se os autos ao CEJUSC pra tentativa de realização de audiência de conciliação.
Após realizada a audiência de conciliação, em caso de acordo, abram-se vistas ao Ministério Público para se manifestar e após, venham conclusos para homologação.

Restando infrutífera a conciliação e apresentada a contestação no prazo legal, o que deverá ser certificado, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Oficie-se o órgão empregador do requerido, qual seja, Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, para retificar o percentual devido à título de alimentos a ser descontado diretamente no contracheque do servidor PAULO ANDRÉ OLIVEIRA DE FREITAS, Matrícula 39045, vinculado a SEMSAU, a ser creditado diretamente na conta do Banco do Brasil, agência 0390-5, conta corrente 8300141-1.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS/OFÍCIO
Guajará-Mirim, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
JAIRES TAVES BARRETO
Juiz de Direito
CONTATO COM O CEJUSC – COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
E-mail: cejuscgum@tjro.jus.br
Telefones: (69) 3516-4540 - Horários: de 7h às 14h.
(69) 3516-4566 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliadora Estelina
(69) 3516-4565 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliador Sidomar
(69) 3516-4540 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliador Julio
Observação importante: Neste período em que foi declarado Estado de calamidade pública, causado pela Pandemia do vírus Covid-19, seguindo os protocolos e ações de prevenção ao contágio, todas as audiências de conciliação serão realizadas virtualmente, por videoconferência, utilizando o aplicativo WhatsApp ou Hangouts Meet.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, N. 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

COMARCA DE JARU

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1º Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006556-32.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Requerente/Exequente:WELLINGTON FELIPE, RUA MARANHÃO 2757 SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente:
Requerido/Executado: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
DECISÃO
Vistos.
Recebo a inicial.
1) Da tutela de urgência.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito, c/c indenização por danos materiais e morais, promovida por WELLINGTON FELIPE em face de OI S.A. Alega que é consumidor dos serviços da requerida, titular de plano de internet. Narra que solicitou transferência para novo endereço, no entanto passado mais de 5 dias, a requerida não efetuou a transferência. Declara que posteriormente uma equipe informou que no novo endereço não era possível instalar a internet, razão pela qual o autor solicitou o cancelamento dos serviços.
Aduz que após o pedido de cancelamento, a requerida vem cobrando fatura de R$ 474,11 referente à multa por quebra contratual e fatura de internet não utilizada.
Requer a tutela de urgência a fim de compelir a requerida a não incluir o seu nome em cadastro de proteção ao crédito, bem como para que se abstenha de efetuar cobranças.
Pois bem.
A tutela de urgência, tal como prevista no CPC, busca resguardar situações nas quais a demora no reconhecimento do direito prejudica a parte. Neste caso, há, portanto, a necessidade da demonstração do perigo da demora e da verossimilhança das alegações, o que encontram-se presente, nos autos.
Com relação a esta fatura, constata-se a presença dos requisitos acima descritos, tendo em vista que o autor questiona a legalidade da cobrança decorrente dos débitos e, caso a tutela não seja concedida, como as faturas não estão sendo pagas certamente haverá inclusão do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito, evidenciando o periculum in mora.

Nesse caso, a antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois a discussão dos débitos em juízo, mesmo com as limitações próprias do início do conhecimento, implica na possibilidade de restrição de crédito.
Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional estão presentes nos autos, devendo-se considerar, ainda, que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para a parte autora diante da essencialidade da atividade comercial, sendo que, caso ao final venha a ser julgado improcedente, a cobrança por parte da requerida, poderá ser feita pelos meios ordinários.
Além disso, a medida liminar é reversível, pois no caso de improcedência do pedido da parte autora, a empresa requerida poderá novamente realizar os descontos no benefício previdenciário da parte autora.
É importante mencionar que, no caso de improcedência dos pedidos, a parte autora responderá pelos prejuízos que a efetivação da tutela de urgência causar a parte adversa (art. 302, do CPC).
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO a parte requerida:
a) se abstenha de incluir o nome do autor nos órgão de proteção ao crédito, referente ao não pagamento da fatura no valor de R$ 474,11, digitalizada no ID n.85550039, durante a discussão do objeto desta ação, sob pena de aplicação de multa diária.
b) se abstenha de efetuar cobranças referente a fatura de internet no valor de R$ 474,11, digitalizada no ID n.85550039,, sob pena de aplicação de multa diária.
Deverá comunicar o Juízo acerca do cumprimento da medida urgente concedida, no lapso de 24 horas, podendo o fazer via o e-mail institucional: jaw1civel@tjro.jus.br.
2) Da citação, audiência de conciliação e demais atos.
3) A audiência de conciliação foi agendada no sistema PJE.
4) Considerando as restrições de contato social impostas para o combate à pandemia do COVID-19, bem como o art. 1º da Lei n. 13.994/20, que alterou a Lei n. 9099/95, possibilitando a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, citem-se e intimem-se as partes para solenidade agendada a qual será realizada por videoconferência.
4.1) A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
4.2) Intime-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, sendo que contagem do prazo para a parte requerida inicia-se a partir da citação. Em caso de inércia da parte autora, a pena é de extinção e caso haja a inércia da parte requerida será admitida como recusa à participação na audiência (art. 23 da Lei n. 9099/95).
4.3) Informo as partes e ao CEJUSC que:
a) A audiência de conciliação será realizada, preferencialmente, pelo aplicativo de celular whatsapp. Caso a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
b) O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
4.4) Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos, observando-se o seguinte:
a) as partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o sobre o acesso à audiência virtual.
b) Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
c) Caso seja realizada por OFICIAL DE JUSTIÇA, o auxiliar do juízo deverá coletar o contato telefônico e o endereço de e-mail da parte requerida, constando no corpo da certidão a informação.
d) Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
4.5) As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
5) Ficam as partes cientes de que a sua ausência injustificada à audiência implicará, conforme o caso, na extinção do feito (art. 51, I, da Lei n. 9.099/95) ou revelia (art. 20 da Lei n. 9099/95).
6) Caso a parte requerida não venha com proposta de acordo ou não seja composta a transação em audiência ou não requeira a designação de audiência de instrução, deverá apresentar defesa escrita digitalizada e documentos necessários até a data da audiência (ou seja, na data da solenidade as contestações e demais documentos já deverão estar digitalizadas nos autos do sistema virtual).
7) Esta decisão deverá ser parte integrante da carta/mandado de citação.
8) SIRVA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO, O QUAL DEVERÁ SER INSTRUÍDO COM A CÓPIA DA INICIAL, ONDE CONSTA O NOME, QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO DAS PARTES, ALÉM DA CERTIDÃO QUE CONSTA A DATA DA AUDIENCIA AGENDADA NO SISTEMA PJE.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo nº: 7006440-26.2022.8.22.0003
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Revisão
Requerente/Exequente: E. C. A. A., RUA BEIRA RIO 3230 SETOR 03 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: CARLOS PEREIRA LOPES, OAB nº RO743
Requerido/Executado: I. B. A., RUA PAU BRASIL 1021 BAIRRO ORLEANS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
1- Recebo a petição inicial, deferindo a gratuidade judiciária nos termos do art. 98 do CPC e determinando o processamento em segredo de justiça.
Trata-se de Ação Revisional de Alimentos c/c pedido de Tutela de Urgência Antecipada, proposta por EVERSON COSMO ANICIO ARAUJO, em desfavor de I.B.A, representado por sua genitora, devidamente qualificados nos autos.
Alega que sofreu redução da sua capacidade de prover alimentos à sua filha, razão pela qual requer a redução do percentual a ser pago mensalmente.
Aduz, que, quando da dissolução de vínculo conjugal, houve a fixação de percentual de 60% (sessenta por cento) do salário-mínimo, conforme Sentença Homologatória de Acordo prolatada nos autos do processo nº. 7002919-44-2020.822.0003, que tramitou perante este juízo.
Enfatiza que foi demitido do seu emprego e no momento não tem condições de dar continuidade na referida obrigação alimentar, efetivamente, com o valor à época fixado, em razão da modificação fática de sua relação empregatícia.
Requereu a concessão de Tutela de Urgência Antecipada a fim de que seja determinada a redução do importe a ser pago para a quantia de 30% do salário-mínimo vigente.
O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento.
É o breve relato do pedido. Decido
Passo à análise da Tutela de Urgência Requerida.
Para a concessão da medida liminar postulada, consoante a legislação vigente, mostra-se necessário o atendimento das disposições previstas no Art. 300 e seguintes do Código de Processo Civil.
Portanto, necessária a presença dos requisitos autorizadores da medida: a) a probabilidade do direito pretendido; b) a existência do perigo da demora, pelo risco de dano, ineficácia ou perigo ao resultado útil do processo.
Estabelece o Código Civil: “Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.”
E ainda: “Art. 1.703. Para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos.”
Portanto, em tese, o pedido do requerente não é razoável, pelo que a princípio, o direito alegado não estaria demonstrado, pois não comprovou que sua demissão tenha comprometido sua capacidade de continuar pagamento os alimentos no patamar estabelecidos anteriormente.
Quanto a isso, a Jurisprudência tem se posicionado acerca da possibilidade de alteração do importe oferecido a título de alimentos, desde que haja suporte probatório suficiente para um juízo de convencimento razoável da pretensão deduzida.
Vejamos:
“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - INDEFERIMENTO DA MINORAÇÃO EM SEDE LIMINAR - BINÔMIO “NECESSIDADE/POSSIBILIDADE” - ART. 1.699, DO CÓDIGO CIVIL - NECESSIDADE PRESUMIDA DO ALIMENTANDO MENOR - INCAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE PARA ADIMPLIR O PENSIONAMENTO NÃO COMPROVADA - RECURSO NÃO PROVIDO. Na fixação da verba alimentar, há que se levar em consideração a proporcionalidade entre as necessidades do alimentando e a possibilidade do alimentante, nos termos dos artigos 1.694 e 1.695, ambos do Código Civil. Em ação revisional de alimentos, devem ser aquilatados os critérios estabelecidos no artigo 1.699, do Código Civil; ou seja, sobrevindo a mudança na situação financeira de quem presta os alimentos, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, a exoneração, a redução ou a majoração do encargo. Tratando-se de alimentando menor, são presumidas as suas necessidades, em virtude de gastos com alimentação, educação, vestuário, saúde e lazer, entre outros. Indemonstrada a alteração das condições com base nas quais se fixou a obrigação alimentar, haja vista a ausência de elementos que comprovem o percebimento insuficiente de recursos financeiros pelo alimentante, mantém-se a decisão que indeferiu a redução liminar dos alimentos. Recurso não provido. (TJ-MG - AI: 10000211808456001 MG, Relator: Corrêa Junior, Data de Julgamento: 14/12/2021, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/12/2021)”
Portanto, em cognição sumária, penso não ser adequado, momentaneamente, a alteração da obrigação alimentar imposta ao requerente, o que, certamente será mais bem esclarecido no curso da instrução processual, pelo que, nesse caso, poderá ser renovado, se oportuno, o pedido urgente.

Diante dessas razões, por ora, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA PLEITEADA.
2- Conforme a disposição do art. 334 do CPC e considerando as medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no que tange a pandemia do COVID-19, especialmente o disposto no art. 4º, caput, do ATO CONJUNTO N. 009/2020 – PR/CGJ (Publicado no DJE n. 076 de 24/04/2020) e o Provimento da Corregedoria n. 18/2020 (Publicado no DJE n. 096 de 25/05/2020), designo audiência de tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, a ser agendada no sistema PJE pelo Cartório.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
2.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
2.2- Intime-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência.
Em relação a esta diligência, deverá ser observado os seguintes pontos:
a) A contagem do prazo para a parte requerida inicia-se a partir da citação/intimação.
b) caso o ato seja cumprido por OFICIAL DE JUSTIÇA, o auxiliar do juízo deverá coletar o contato telefônico e o endereço de e-mail da parte requerida, constando no inteiro teor da certidão a informação.
2.3- Informo as partes e ao CEJUSC que:
a) Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
b) O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
2.4- Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual, observando-se o seguinte:
a) as partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
b) Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
c) Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
2.5- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
3- Cite-se e intime-se o requerido, poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação, que não restar em autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
Consigne-se na carta precatória, que o(a) Oficial(a) de Justiça que for cumpri-la, deverá anotar a confirmação do endereço dos requeridos e a qualificação dos mesmos, com a indicação do número do CPF e RG dos mesmos.
4- Intime-se a parte autora, por meio do seu advogado, se fazer presente no dia e hora designados, sob pena do feito ser arquivado (art. 6°, da Lei n. 5.478/68).
5- Os litigantes ficam intimados que deverão estar acompanhados de seus advogados na audiência designada (§4°, do art. 695, do CPC). O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (§8°, do art. 334, do CPC).
6- Considerando o interesse de incapaz, dê-se ciência ao Ministério Público (art. 698, do CPC).
Ressalta-se que é dever do autor sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 274 do Código de Processo Civil.
Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do PJE, conforme as informações (dados pessoais das partes ou de testemunhas) consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ DE MANDADO/CARTA-AR/CARTA PRECATÓRIA, devendo ser instruída com cópia da peça inicial, onde está consignado o endereço e demais dados da parte requerida.
Cumpra-se.
Jaru - RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006366-69.2022.8.22.0003
Classe: Averiguação de Paternidade
Assunto: Investigação de Paternidade

Requerente/Exequente:I. S. G. S., SETOR 07 2155 RAIMUNDO CANTAN - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, C. A. G. L., RUA ITÁLIA 1760 JARDIM EUROPA - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, R. A. S., BAIRRO SETOR 05 3494 RUA RIO GRANDE - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., RAIMUNDO CATANHEDE 1247 BAIRRO SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: L. H., AVENIDA JK 1448 OFINA TATÁ MOTO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE CONSENSUAL c/c ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL e INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE c/c ALIMENTOS E GUARDA, proposta por RAPHAEL ASCASCIBAS SILVEIRA e por I.S.G.S, representada pela genitora, CRISTIANA APARECIDA GOMES LOPES, em face de LEOMAR HENRIQUE.
Intime-se os autores a emendar a inicial a fim de adequar os pedidos, visto que a ação é consensual apenas quanto a negatória de paternidade. Da forma como está, a ação tramitaria com dois ritos distintos, o que causaria tumulto, pois o autor Raphael possui interesse apenas na negatória de paternidade, não pleiteando nada no que tange ao reconhecimento de paternidade por Leomar, tampouco alimentos, sendo este interesse apenas de I.S.G.S.
Assim, determino a emenda a inicial a fim de adequação dos pedidos, sob pena de indeferimento da inicial.
Prazo: 30 dias.
Decorrido o prazo, venham conclusos.
Jaru - RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo n.: 7006410-88.2022.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
RECORRENTES: R. C. A., RUA PADRE CHIQUINHO 1404 SETOR 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., RAIMUNDO CATANHEDE 1247 BAIRRO SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RECORRIDO: R. F. A., RUA GOIÁS 1317 SETOR 03 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 782,27
DECISÃO
Vistos.
1- Trata-se de ação de alimentos, cujo os termos do acordo vigente foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível desta comarca, conforme sentença homologatória digitalizada no Id: 85367428-pág 7.
Dessa feita, resta evidente que o prevento é o Juízo da 2ª Vara Cível de Jaru, ou seja: é o competente para processar e julgar a presente causa.
Segundo orientação jurisprudencial emanada do STJ, a definição da competência em ação envolvendo incapaz deve levar em conta, prioritariamente, a proteção de seus interesses, de modo que o encaminhamento dos autos à comarca em que a interditada está domiciliada permitirá uma tutela jurisdicional mais ágil, eficaz e segura, prestigiando o princípio do juízo imediato.
Frisa-se que nos processos de guarda, as medidas devem ser tomadas no interesse do menor, o qual deve prevalecer diante de quaisquer outras questões, devendo a regra da perpetuatio jurisdictionis ceder lugar à solução que se afigure mais condizente com os interesses do interditado e facilite o acesso do Juiz ao incapaz para a realização dos atos de fiscalização da guarda.
Aliás, nesse sentido o TJ/RO já decidiu ao julgar a suscitação dos conflitos negativo de competência de n. 0004795-75.2014.8.22.0000 e o de n. 100.001.2006.026237-0, onde restou consignado que: “Tratando-se de ação oriunda ou acessória de outra, ainda que transitada em julgado, a competência é do juízo da causa principal. Inteligência do art. 108 do Código de Processo Civil.”
Ao teor do exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA sobre este, determinando o encaminhado ao Juízo da 2ª Vara Cível de Jaru, com as anotações e baixas pertinentes.
Havendo discordância acerca da remessa dos autos, deverá o Juízo que receber o feito, suscitar o competente conflito negativo de competência, já que somente com decisão do Tribunal de Justiça (art. 953, da Código de Processo Civil) determinando ser este Juízo competente para processar e julgar a presente demanda, os autos devem ser devolvidos.
2- Intime-se o Defensor Público sobre essa decisão, bem como para que ao distribuir ações dessa natureza observe qual o Juízo prevento para processar a causa, uma vez que há reiterados casos de distribuição por sorteio no sistema PJE, quando obrigatória e legalmente seria distribuição por direcionamento de outro Juízo.
Não é necessário aguardar nenhum prazo de manifestação.
3- Independentemente de manifestação, cumpra-se.
Jaru/RO, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006540-78.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Indenização por Dano Material
Requerente/Exequente:QUITERIA INOCENCIO DE OLIVEIRA, LINHA C 19 TRAVESSÃO D, KM 15 s/n ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A
Requerido/Executado: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 2.240, DISTRITO JARDIM PAULISTA. ZONA OESTE CERQUEIRA CÉSAR - 01310-300 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:
Despacho
Vistos.
Trata-se ação declaratória de inexistência de débito, c/c danos materiais e morais promovida por QUITERIA INOCENCIO DE OLIVEIRA em face de BANCO PAN S.A.
Defiro a gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 do CPC, por tratar-se de beneficiário da previdência social.
A autora alega que seu nome foi negativado em razão de empréstimo que não contratou. Alega ainda que o benefício previdenciário constitui sua única fonte de renda, e que os descontos do referido empréstimo vem ocorrendo desde outubro de 2020, no entanto, deixou a autora de apresentar o extrato bancário e extrato do INSS.
Diante disso, intime-se a parte autora, a emendar a peça inicial para apresentar extrato bancário e extrato do benefício do INSS, e ainda discriminar as datas e valores correspondentes a cada desconto desde o início.
Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento.
Com ou sem a emenda, voltem os autos conclusos para análise do pedido de tutela de urgência.
Cumpra-se.
Jaru - RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006551-10.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
Requerente/Exequente:
Advogado do requerente:
Requerido/Executado:
Advogado do requerido:
DECISÃO
Vistos.
1- Defiro a gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, do CPC.
2- A parte autora requereu a concessão da antecipação dos efeitos da tutela para que o INSS fosse compelido a restabelecer o seu auxílio-doença..
Pois bem. A jurisprudência já pacificou o entendimento de que é possível antecipação dos efeitos da tutela nas ações para concessão ou restabelecimento de benefício previdenciário em face do Poder Público.
Obviamente, para a sua concessão ou restabelecimento haverá necessidade de estarem preenchidos os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil, quais sejam: a prova inequívoca da verosimilhança das alegações constantes na inicial e o risco de impossibilidade ou dificuldade na tardia reparação do dano.
No caso dos presentes autos, então, a parte autora requer a concessão do auxílio-doença.
É evidente que a alegada incapacidade somente será passível de apreciação após a instrução do feito. E nesse diapasão, o fato é que a inicial concessão/restabelecimento do benefício e os atestados médicos apresentados não tem o condão de permitir o deferimento de medida antecipatória.
Nesse sentido, a jurisprudência já asseverou
“AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DESCABIMENTO POR AUSÊNCIA DE REQUISITO. É indevida a antecipação dos efeitos da tutela quando os elementos trazidos aos autos não possibilitam concluir pela alegada miserabilidade, sendo indispensável a dilação probatória a fim de se aferir as reais condições financeiras do grupo familiar, mormente a elaboração de laudo socioeconômico. (TRF-4 Agravo de Instrumento n. 60601520154040000RS – Julgamento: 24/02/2016).
Frise-se, ainda, que não há qualquer comprovação de que o indeferimento da medida possa resultar na ineficácia de posterior ordem judicial.
Isto posto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado pela autora.

4- Com fundamento nas Recomendações Conjuntas de n. 01 e n. 4, do Conselho Nacional de Justiça, já determino a realização da prova pericial.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar seus quesitos e assistente técnico, sob pena de preclusão, salvo não tenha apresentado seus quesitos juntos com a petição inicial.
Já os quesitos do Instituto de Previdência a serem remetidos ao Sr. Perito, são aqueles em anexo a Recomendação Conjunto n. 1 do CNJ.
3- Nomeio perita judicial a médica Dra. Bruna Filetti Daltiba – CRM 3812/RO .
O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura em termo de compromisso, agindo sob a fé de seus graus.
Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 que deverão ser custeados pela parte requerida, dado a situação de hipossuficiente da parte autora. Devendo ser solicitado o pagamento dos honorários, em nome da Dra. Bruna Filetti Daltiba – CRM 3812/RO , por meio do sistema AJG – Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal.
O laudo deverá ser entregue 20 dias, contados após a data da realização do exame.
A perita deverá responder aos quesitos eventualmente formulados pela parte autora e aqueles do Instituto de Previdência.
Intime-se a senhora perita para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 467, 158, 148 inciso III, todos do Código de Processo Civil/2015.
Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do Senhor Perito.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.
4- Com o agendamento da data e horário da perícia, intime-se a parte requerente, via seus patronos.
5- Com a juntada do laudo pericial, cite-se e intime-se o INSS, por meio de seus procuradores com as advertências legais (Art. 183, do CPC), via sistema PJE, para apresentar sua defesa ou sua proposta de acordo (como estabelece o inciso I, do art. 2°, da Recomendação Conjunta n. 1, do CNJ).
7- Apresentada a contestação com preliminares e documentos ou a proposta de acordo, dê-se vistas à parte autora para réplica, bem como para se manifestar sobre o laudo pericial e para dizer sobre o interesse de produção de outras provas, em 15 (quinze) dias, conforme o art. 437, §1°, do CPC.
8- Após, voltem os autos conclusos.
Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 274, §1°, do Código de Processo Civil.
Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do PJE, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.
Jaru/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo: 7006421-20.2022.8.22.0003
Interdição/Curatela
REQUERENTES: MIRIAM DE JESUS, RUA JOÃO DE ALBUQUERQUE 3603 SETOR 06 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RAIMUNDO CATANHEDE 1247 BAIRRO SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: SEBASTIANA MARIA DE JESUS SANTANA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA RUA SÃO PAULO 3603 SETOR 06 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
Cuida-se de ação de interdição e curatela proposta por MIRIAM DE JESUS em face de SEBASTIANA MARIA DE JESUS SANTANA.
Defiro a gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 do CPC.
Alega que a requerida é sua companheira. Que é portadora de Diabetes Millitus e Demência severa -10;F00/F051/F228/E10, requerendo, portanto, sua interdição.
A Lei 13.146/2015 conferiu apenas a INCAPACIDADE RELATIVA aos curatelados, e especificamente para certos atos ou à maneira de os exercer (artigo 4º, III CC). Por sua vez, o artigo 755, I, segunda parte do CPC, impôs ao autor que o pedido, nas ações de curatela, deve ser ESPECÍFICO, no que se refere a QUAL ATO não tem a parte requerida capacidade plena para o exercício, não cabendo, mais, pedido genérico de interdição.
A nova legislação impôs ao Juízo, igualmente, a limitação da curatela, julgando procedentes ou improcedentes os pleitos especificados do autor.
Deste modo, deverá a parte autora ESPECIFICAR os atos para os quais está a requerida limitada ao exercício, na forma circunscrita às restrições constantes do artigo 1.782 do mesmo Codex.
Para tanto, determino a emenda a inicial, para:

a) especificar os pedidos esclarecendo quais atos a requerida não possui capacidade plena para o exercício:
b) apresentar o título de eleitor da parte curatelanda;
c) esclarecer se a parte curatelanda possui valores ou créditos, conta(s) bancária(s), benefício previdenciário, ou expectativa de direitos pleiteados em ação judicial. Em caso positivo, apresente o número da(s) conta(s) bancária(s) e saldo, extrato do benefício previdenciário, petição inicial da ação judicial proposta e certidão do andamento processual; em caso negativo, apresente certidões negativas dos cartórios distribuidores Cíveis da Justiça Estadual e Justiça Federal;
d) especificar os bens MÓVEIS (inclusive SEMOVENTES) e/ou IMÓVEIS de propriedade da parte curatelanda; trazer os documentos comprobatórios de TODOS os bens (certidão de inteiro teor ou, não possuindo matrícula em cartório de registro de imóveis, a certidão negativa respectiva juntamente com a certidão descritiva e informativa da Prefeitura, na qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a Municipalidade, ou perante o Incra, no caso de imóvel rural);
e) especificar o VALOR de cada um dos bens móveis e imóveis da parte curatelanda.
No prazo de: 15 dias úteis.
Cumpra-se.
Jaru, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7000829-29.2021.8.22.0003
Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Abatimento proporcional do preço, Acidente Aéreo]
Requerente: RIVELINO ALVES DE FARIAS
Advogado do(a) AUTOR: ANDRE KUIBIDA OKAMURA - AC3713
Requerido: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogado do(a) REU: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO - PB15013
Fica o patrono do requerido intimado para no prazo de 05 dias efetuar em depósito judicial os honorários do perito (ID 76481485).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006372-76.2022.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente:K. D. S., LINHA 617, KM 05 S/N ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: ANDRESSA OLIVEIRA ELIAS, OAB nº RO12143
Requerido/Executado: J. G. D. R., LINHA 632 KM 85 DISTRITO DE TARILÂNDIA s/n ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
Vislumbra-se que a parte autora incluiu as peças no sistema não atendendo as suas respectivas ordens cronológica, pois a peça exordial restou ao final dos documentos que instruem o feito.
A tão exigida e cobrada prestação jurisdicional de forma eficaz e célere, para ser prestada pelo órgão julgador, depende que as partes ao inserirem suas petições e documentos no sistema PJE, atentem-se em disponibilizá-los de forma identificada, ordenada e cronológica, seguindo a seguinte ordem: petição, procuração, documentos pessoais, comprovante de endereço e após os documentos comprobatórios, em conformidade com a praxe até então adotada nos processos físicos, a fim de facilitar ao Juízo e à parte contrária a apreciação dos autos de forma lógica e sequencial.
Frisa-se que essas medidas são essenciais, uma vez que inobservadas aos critérios supracitados podem acarretar dificuldades e risco para a análise das questões colocadas sub judice.
Além disso, parte autora juntou a ata de audiência onde estão os termos do acordo, porém a sentença não contém assinatura.
No mais, o cálculo não tem atualização discriminada de cada mês dos alimentos vencidos e não pago.
Desse modo, determino que a parte requerente seja intimada, a emendar a peça inicial, em 15 dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC), a fim de:
a) inserir novamente a petição inicial, procuração e demais documentos em ordem cronológica;
b) digitalizar a ata de audiência assinada (título judicial);
c) juntar cálculo discriminando cada mês dos alimentos vencidos, com a devida correção e juros.
No mais, determino a retificação do polo ativo da ação, pois a parte exequente é a criança, representada pela mãe.
Cumpra-se.
Jaru - RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JARU/RO
Endereço: Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru/RO - CEP 76890-000
Telefone: (69) 3521-0222 (também whatsapp)
E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/axs-jete-stc
PROCESSO Nº: 7002190-23.2017.8.22.0003
PROTOCOLADO EM: 27/06/2017 09:38:51
CLASSE: INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: CLAUDEMAR APARECIDO DO ROSARIO, ANA CICERA APARECIDA DO ROSARIO, JOSE MARIA APARECIDO DO ROSARIO
Advogado do(a) REQUERENTE: EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ - RO2982
Advogado do(a) REQUERENTE: EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ - RO2982
INVENTARIADO: ONICIA PATRICIA, LILIANA PATRICIA ROSARIO, JOSE PORTELA DO ROSARIO
Advogados do(a) INVENTARIADO: NILTON LEITE JUNIOR - RO8651, ATALICIO TEOFILO LEITE - RO7727
Advogados do(a) INVENTARIADO: NILTON LEITE JUNIOR - RO8651, ATALICIO TEOFILO LEITE - RO7727
[MUNICÍPIO DE JARU - RO - CNPJ: 04.279.238/0001-59 (TERCEIRO INTERESSADO), DAVID BARBOZA MARINHO - CPF: 112.093.131-20 (TERCEIRO INTERESSADO)]
Intimação - RETIRAR FORMAL DE PARTILHA - ID 84658698
Intimo o procurador do autor de que foi emitido FORMAL DE PARTILHA e está disponível para impressão das peças necessárias.
Jaru/RO, Terça-feira, 03 de Janeiro de 2023.
FABIANE PALMIRA BARBOZA
Técnico Judiciário

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JARU/RO
Endereço: Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru/RO - CEP 76890-000
Telefone: (69) 3521-0222 (também whatsapp)
E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/axs-jete-stc
PROCESSO Nº: 7005638-28.2022.8.22.0003
PROTOCOLADO EM: 31/10/2022 10:30:51
CLASSE: AÇÃO DE PARTILHA (12389)
REQUERENTE: EUZIMAR DE SOUZA SATHLER, A. A. S. S.
REPRESENTANTE PROCESSUAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
[Ministério Público do Estado de Rondônia - CNPJ: 04.381.083/0001-67 (CUSTUS LEGIS), MUNICÍPIO DE JARU - RO - CNPJ: 04.279.238/0001-59 (REQUERENTE), Estado de Rondônia - CNPJ: 00.394.585/0001-71 (REQUERENTE), ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ: 26.994.558/0020-96 (REQUERENTE)]
Intimação DO ADVOGADO DO AUTOR - ASSINAR TERMO CIRCUNSTANCIADO - ID 85035986
Intimo o procurador do autor da emissão do TERMO CIRCUNSTANCIADO.
Deverá Vossa Senhoria, no prazo de 05 dias, colher a assinatura do inventariante, efetuando a juntada, neste processo, do auto devidamente assinado.
Jaru/RO, Terça-feira, 03 de Janeiro de 2023.
FABIANE PALMIRA BARBOZA
Técnico Judiciário

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JARU/RO
Endereço: Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru/RO - CEP 76890-000
Telefone: (69) 3521-0222 (também whatsapp)
E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/axs-jete-stc
PROCESSO Nº: 7003445-40.2022.8.22.0003
PROTOCOLADO EM: 05/07/2022 07:14:36
CLASSE: ARROLAMENTO COMUM (30)
REQUERENTE: MANOEL SABINO DE MEDEIROS DA SILVA, ANTONIA ROSALINA AFONSO DE MEDEIROS, LEDA MARIA DE MEDEIROS QUEROS, EDGARD MEDEIROS AFONSO DA SILVA, JUAREZ AFONSO DE MEDEIROS, AGOSTINHO AFONSO DE MEDEIROS FILHO, GILVAN AFONSO DE MEDEIROS, JOAO BATISTA DA SILVA, MARCOS AFONSO MEDEIROS DA SILVA, DAIOHANNE MEDEIROS DA ROCHA
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227

Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE FELIPHE ROSARIO OLIVEIRA - RO0006568A, FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER - RO9227
REQUERIDO: MARIA DO SOCORRO MEDEIROS
Advogado do(a) REQUERIDO: MOACIR GONCALVES DE AZEVEDO - RO10674
[Estado de Rondônia - CNPJ: 00.394.585/0001-71 (TERCEIRO INTERESSADO), MUNICÍPIO DE JARU - RO - CNPJ: 04.279.238/0001-59 (TERCEIRO INTERESSADO), ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ: 26.994.558/0020-96 (TERCEIRO INTERESSADO)]
Intimação DO ADVOGADO DO AUTOR - ASSINAR TERMO CIRCUNSTANCIADO - ID 85045806
Intimo o procurador do autor da emissão do TERMO CIRCUNSTANCIADO.
Deverá Vossa Senhoria, no prazo de 05 dias, colher a assinatura do inventariante, efetuando a juntada, neste processo, do auto devidamente assinado.
Jaru/RO, Terça-feira, 03 de Janeiro de 2023.
FABIANE PALMIRA BARBOZA
Técnico Judiciário

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JARU/RO
Endereço: Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru/RO - CEP 76890-000
Telefone: (69) 3521-0222 (whatsapp) E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/axs-jete-stc
PROCESSO Nº: 7003821-02.2017.8.22.0003
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA - AL8736-A
EXECUTADO: EDVALDO ALVES LIMA
Intimação - RECOLHER CUSTAS
Intimo o procurador do autor para, no prazo de 5 dias, proceder com o recolhimento das custas a que se refere o artigo 17 da Lei 3893/2016 - Regimento de Custas - utilizando-se o código 1007 :
- Requerimento de busca de endereços, bloqueio de bens e valores, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados
Fica ainda o procurador do autor intimado para, ao peticionar requerendo atos para prosseguimento do feito, verificar se o ato pretendido está sujeito a recolhimento de custas.
Caso positivo, anexar o(s) comprovante(s) de recolhimentos de custas com a petição.
Caso a petição requeira mais de uma diligência, deverá ser comprovado o pagamento de custas para cada uma delas (individualizada).
REGIMENTO DE CUSTAS - TJRO: https://www.tjro.jus.br/resp-regimento-custas
TABELA DE CUSTAS - NATUREZA CÍVEL: https://www.tjro.jus.br/images/institucional/regimento_de_custas/tabela_de_custas_judiciais_natureza_civel.pdf
PARA EMITIR GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS, ACESSE: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=pZ0O5o2M_7-6YHmo5VWdRfXE9gzexcWHGuJs6m5D.wildfly02:custas2.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006542-48.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Requerente/Exequente: SIRLENE GONCALVES DE SOUZA

Advogado do requerente: IURE AFONSO REIS, OAB nº RO5745A
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial, ante as emendas atendidas.
1.1- Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC.
1.2- Trata-se de pedido de tutela de urgência ação em que se pede benefício previdenciário, visando compelir o requerido a implementar/restabelecer o benefício imediatamente.
O art. 300 do CPC, pressupõe a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo encontra-se bem caracterizado na hipótese, já que conforme entendimento jurisprudencial, o perigo de dano, está presente em ações dessa natureza, por se tratar de verba de caráter alimentar.
De outro lado, não ficou demonstrada a plausibilidade da argumentação e a probabilidade do direito, ao menos nesta análise sumária.
As provas acostadas não são robustas, visto que se baseiam em prova documental (exames, laudos, dentre outros).
É evidente que a alegada incapacidade somente será passível de apreciação após a instrução do feito. E, nesse diapasão, o fato é que os argumentos trazidos na inicial e os atestados médicos apresentados não são suficientes para permitir o deferimento de medida antecipatória.
Nesse sentido, a jurisprudência do TRF da 1ª Região já asseverou que:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPROVIDO. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que indeferiu que indeferiu antecipação da tutela, que objetivava a concessão do benefício de auxílio-doença. 2. O MM. Juiz de Direito de primeiro grau indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela por entender, dentre outros motivos, que a questão posta requer dilação probatória para comprovar o estado de saúde, uma vez que os documentos juntados aos autos não são suficientes para o deferimento da medida de urgência pleiteada. 3. Os atestados médicos acostados aos autos (ID do AI) não trazem por ora - segurança suficiente para o deferimento da medida pleiteada. Nesse passo, somente após a dialética processual, com total privilégio à realização da perícia médica judicial será possível aferir se, de fato, há incapacidade. Ademais, após os esclarecimentos e conclusões obtidos na perícia judicial em regular processamento do fito originário, plenamente possível a concessão do beneficio previdenciário em questão, inclusive em sentença. 4. Nesse sentido, não obstante as razões e todo o esforço da parte agravante, o fato é que os documentos acostados com a inicial, ao menos por ora, ainda não são suficientes para demonstrar qualquer ilegalidade no ato impugnado, motivo pelo qual o improvimento do recurso é medida que se impõe. 5. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AG 1022890-18.2018.4.01.0000, JUIZ FEDERAL HERMES GOMES FILHO (CONV.), TRF1 - SEGUNDA TURMA, PJe 12/03/2020 PAG.)
Frise-se, ainda, que não há qualquer comprovação de que o indeferimento da medida possa resultar na ineficácia de posterior ordem judicial.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado pela parte autora.
2- Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (CPC, artigo 334, § 4º, inciso II).
3- Considerando o disposto no Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, determino a produção de prova pericial.
3.1- NOMEIO como perito o Dr. CAIO SCAGLIONI CARDOSO - CRM-SC 29606 / CRM-RS 45371, com o seguinte endereço profissional: CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru - RO.
3.2- Nos termos do artigo 474 do CPC, DESIGNO a perícia para o dia 27/01/2023 às 10:30 horas, a ser realizada no endereço profissional da perita médica acima mencionado (CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru – RO).
3.3- Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista o grau de qualificação do perito, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ. Os valores que serão pagos pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
O valor fixado a título de pagamento dos honorários periciais tem fundamento no parágrafo único do art. 28 da Resolução n. 305/2014-CJF e no art. 2º, §4º da Resolução 232/2016-CNJ, especificamente em razão da complexidade da matéria, do grau de zelo que o(a) profissional empregará na perícia, do lugar e do tempo para a realização da perícia e entrega do laudo e das peculiaridades regionais (dificuldade em localizar profissional para atuar como perito).
4- Intime-se o perito médico quanto a sua nomeação, a fim de que examine a parte autora e responda ao formulário de quesitos e informações anexo.
4.1- Informe-se ao expert nomeado sobre o procedimento para pagamento dos honorários periciais e prazo médio previsto para depósito em conta, nos termos da Resolução n. 305 do CJF e n. 232/2016-CNJ.
4.2- É facultado ao perito o uso da autonomia profissional que lhe é conferida legalmente para realização do procedimento pericial, podendo usar de todos os meios técnicos legais que dispor a fim de responder aos quesitos arrolados, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento do(a) periciando(a).
4.2.1- É direito das partes nomear assistência técnico para acompanhar a perícia médica, podendo valerem-se dessa prerrogativa indica acima a respeito do perito, se assim tiverem interesse.
4.3- Concedo ao perito o prazo de 30 dias para apresentação do laudo ao juízo, a contar da data da realização da perícia.

4.4- Informe ao perito que:
a) Descumprindo-se este prazo, poderá o perito responder por crime de desobediência;
b) Deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos.
4.5- Na hipótese do laudo não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intime-se o perito para encaminhá-lo no prazo de 05 dias.
5- Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, para: a) arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; b) indicar assistente técnico; e c) apresentar quesitos (art. 465 do CPC).
6- Intime-se a parte autora via advogado(a), para estar presente no local da perícia com antecedência mínima de 15 minutos ao horário assinalado, munida com:
- Documentos pessoais: cópias do RG, do CPF e do cartão SUS;
- Documentos médicos: originais e cópias de todos os documentos médicos relacionados à doença afirmada na inicial (laudos, encaminhamentos, fichas de atendimentos, relatórios de procedimentos e cirurgias, exames laboratoriais [sangue], exames de imagem [raio-X, ultrassom, tomografia, ressonância, eletrocardiograma, eletroencefalograma], laudos e filmes dos exames, CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, agendamento de INSS, receitas de medicação, caixas das medicações que faz uso atualmente).
7- Com a juntada do laudo intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, se manifestar.
8- No mesmo ato, CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 dias, com início da contagem a partir da citação/intimação da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do CPC).
8.1- Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado da prova pericial e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
8.2- Além disso, em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e ao que dispõe a Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:
a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social; bem como os informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas.
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim;
9- Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar réplica a contestação. Na mesma oportunidade, deverá a parte autora se manifestar sobre eventual proposta de acordo apresentada pela parte requerida.
10- Em anexo ao(a) presente despacho/decisão segue o formulário para a perícia médica com as informações e quesitos necessários para se conhecer do estado clínico da parte autora e da alegação de incapacidade.
10.1- Considerando que a autarquia previdenciária será citada somente após a realização da perícia, constei junto aos quesitos do juízo os demais quesitos que a Procuradoria da autarquia previdenciária comumente realiza nas dezenas de ações da mesma natureza que tramitam no juízo.
10.2- Todos os quesitos apresentados tem como parâmetro as informações disponibilizadas no formulário unificado da Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015 (link: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2235).
10.3- Considerando que os quesitos arrolados no formulário anexo são completos e abrangem a totalidade de informações e respostas de que se precisa saber para se conhecer do estado clínico da parte autora e acerca da alegada incapacidade laborativa, desde já indefiro os quesitos repetitivos que a(s) parte(s) vierem a indicar, ficando o perito desobrigado a responder as perguntas repetidas e de que se pretenda obter a mesma resposta, evitando-se repetições desnecessárias e retrabalho sem qualquer utilidade, com vistas, assim, a otimizar o trabalho pericial.
11- Após a réplica, venham os autos conclusos para análise acerca do julgamento antecipado ou outras deliberações a respeito de provas.
Cumpra-se.
Jaru - RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
FORMULÁRIO PARA A PERÍCIA MÉDICA
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA
I - DADOS IDENTIFICADORES:
a) Data da perícia:
b) Número do processo: 7006542-48.2022.8.22.0003
c) Perito Médico Judicial/Nome e CRM: Dr. CAIO SCAGLIONI CARDOSO - CRM-SC 29606 / CRM-RS 45371
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM:
e) Assistente Técnico do requerido INSS/Nome matrícula e CRM:
f) Nome do(a) periciando(a):
g) Idade do(a) periciando(a):

h) CPF e/ou RG do(a) periciando(a):
i) Grau de escolaridade do(a) periciando(a)
j) Profissão declarada:
k) Tempo de profissão:
l) Atividade declarada como exercida:
m) Tempo de atividade:
n) Descrição da atividade:
o) Experiência laboral anterior:
p) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
II – EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS:
1) O(a) periciando(a) já foi paciente do perito?
2) Existe algum motivo de suspeição ou de impedimento da atuação do perito nesta demanda (como ser parente, amigo próximo ou inimigo; devedor ou credor; possuir ação judicial contra o paciente ou ser demandado por ele)?
3) Qual a queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia?
4) Há evidências clínicas que atestam e/ou justificam a existência das queixas apresentadas (exames, testes, avaliações, laudos, relatórios, prontuários, tratamentos, etc)? Quais?
5) Por ocasião da perícia, foi diagnosticado pelo(a) perito(a) a existência atual de alguma doença, lesão ou deficiência? Qual (com CID)?
6) Qual a causa provável da(s) doença/moléstia(s)/lesão?
7) A doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
8) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstancia o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
9) Doença/moléstia ou lesão atualmente torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
10) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária?
11) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza parcial ou total?
12) Sendo constatada existência de incapacidade, o(a) paciente atualmente está incapacitado para todo e qualquer tipo de trabalho ou apenas para o seu trabalho habitual ou última profissão?
13) Se atualmente o(a) periciando(a) não estiver incapacitado, ele(a) esteve incapacitado(a) para exercer seu trabalho habitual ou última profissão por algum período de tempo antes da realização da perícia? Por quanto tempo? Quando iniciou a incapacidade e quanto cessou?
14) Quais elementos de levaram à convicção do(a) perito(a) (tais como laudos, atestados, exames, prontuários, declarações da parte, testes físicos, avaliações físicas, etc)?
15) O(a) periciando(a) atualmente pode continuar trabalhando na sua última profissão normalmente, mesmo acometido da doença/moléstia ou lesão verificada, sem que o trabalho implique em risco à sua saúde?
16) Qual a data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
17) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
18) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
19) Na data do pedido administrativo, o(a) periciando(a) já estava incapacitado na forma ora constatada?
20) Na data do ajuizamento da ação, o(a) periciando(a) já estava incapacitado na forma ora constatada?
21) Na data da realização da perícia, o(a) periciando(a) já estava incapacitado(a) na forma ora constatada?
22) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
23) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias em razão de algumas das seguintes situações? 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária. (Decreto 3.048/99, artigo 45 e anexo I). Se sim, qual e partir de quando?
24) Havendo incapacidade laborativa atual, é possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? – responder somente no caso de existir incapacidade atual:
25) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
26) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
_____, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do médico perito nomeado pelo Juízo

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte autora

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte requerida (INSS)

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE - RO.
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3416-1704 ou 3416-1730 - E-mail: opogab@tjro.jus.br
Processo: 7004251-72.2022.8.22.0004
AUTOR: JOAQUIM DO LINO GONCALVES DA CRUZ, ZONA RURAL s/n LINHA 24, KM 31, LT 12, GB 12-E - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA ADVOGADOS DO AUTOR: DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288 REU: Sabemi Seguradora SA, RUA SETE DE SETEMBRO Prédio 513, TÉRREO, ANDAR 05 E 09 CENTRO HISTÓRICO - 90010-190 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL ADVOGADOS DO REU: JULIANO MARTINS MANSUR, OAB nº RJ113786, PROCURADORIA DA SABEMI SEGURADORA S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado a teor do disposto no art.38 da Lei 9.099/95.
Aferível a dissonância entre a assinatura aposta no instrumento do contrato e as descritas no documento pessoal e procuração. Despicienda, portanto, prova técnica para tanto. Preliminar afastada.
No mérito, ao aduzir excludente de responsabilidade, o requerido atraiu para si o dever de comprovar o fato impeditivo do direito do autor (art. 373, II do NCPC) e, deste ônus não se desincumbiu na medida em que não comprovou o assentimento deste ao contrato discutido. Desse modo, comprovado o pagamento de importância indevida, pertinente o pedido de repetição do indébito, nos termos do art.42, parágrafo único do CDC e do entendimento firmado pelo STJ - EAREsp 676.608 - quanto à prescindibilidade do elemento volitivo do fornecedor que cobrou o valor indevido.
Passo à análise do dano moral.
A retenção da verba alimentar e imprescindível à subsistência, faz presumir a ofensa anormal à personalidade, pelo sofrimento e preocupação causada com a subtração de valores primordiais.
Por consequência, o ato ilícito ocorreu porque todos os quatro requisitos (ação, dano, nexo de causalidade e culpa) necessários para seu reconhecimento se fizeram presentes nos autos.
A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve estipular a reparação em valor financeiro capaz de a um só tempo compensar o dano sofrido e punir o causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Na mensuração do valor, considero a conduta lesiva do requerido, a capacidade econômica das partes e a extensão do dano. Entendo razoável o valor de R$3.000,00 (três mil reais).
Posto Isso, julgo procedentes os pedidos propostos por Joaquim do Lino Gonçalves em face de Sabemi Seguradora S/A, para declarar a inexistência do negócio jurídico discutido nos autos e condenar o requerido à repetição do indébito em dobro no valor de R$2.023,08, com juros de mora de 1% e correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, a partir da citação, bem como, a indenização por dano moral na importância de R$3.000,00, com juros de mora de 1%, a partir da citação e correção monetária conforme índice sobredito, desde o arbitramento. Via de consequência, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC.
Torno definitiva a liminar.
Publique-se e intimem-se.
Interposto recurso, intime-se às contrarrazões.
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se o requerido ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% - art. 523,§1º., do NCPC.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, sem manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023
Simone de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE - RO.
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3416-1704 ou 3416-1730 - E-mail: opogab@tjro.jus.br
Processo: 7004253-42.2022.8.22.0004
AUTOR: JOAQUIM DO LINO GONCALVES DA CRUZ, ZONA RURAL s/n LINHA 24, KM 31, LT 12, GB 12-E - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA ADVOGADOS DO AUTOR: DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288 REU: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS, CNPJ nº 81222267000125, INACIO LUSTOSA 755 SAO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ ADVOGADOS DO REU: ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304, ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304

SENTENÇA
Preclusa a oportunidade de produção probatória. Indefiro.
Relatório dispensado a teor do disposto no art.38 da Lei 9.099/95.
Ante a comprovada a renda mensal do requerente advinda de benefício previdenciário no valor mínimo e a natureza da causa, reputo consubstanciados os requisitos autorizadores à concessão da gratuidade judiciária.
No mérito, ao aduzir excludente de responsabilidade, o requerido atraiu para si o dever de comprovar o fato impeditivo do direito do autor (art. 373, II do NCPC) e, deste ônus não se desincumbiu na medida em que não comprovou o assentimento deste ao contrato discutido.
Desse modo, comprovado o pagamento de importância indevida, pertinente o pedido de repetição do indébito, nos termos do art.42, parágrafo único do CDC e do entendimento firmado pelo STJ - EAREsp 676.608 - quanto à prescindibilidade do elemento volitivo do fornecedor que cobrou o valor indevido.
Passo à análise do dano moral.
A retenção da verba alimentar e imprescindível à subsistência, faz presumir a ofensa anormal à personalidade, pelo sofrimento e preocupação causada com a subtração de valores primordiais.
Por consequência, o ato ilícito ocorreu porque todos os quatro requisitos (ação, dano, nexo de causalidade e culpa) necessários para seu reconhecimento se fizeram presentes nos autos.
A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve estipular a reparação em valor financeiro capaz de a um só tempo compensar o dano sofrido e punir o causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Na mensuração do valor, considero a conduta lesiva do requerido, a capacidade econômica das partes e a extensão do dano. Entendo razoável o valor de R$3.000,00 (três mil reais).
Posto Isso, julgo procedentes os pedidos propostos por Joaquim do Lino Gonçalves em face de Sudamerica Clube de Serviços, para declarar a inexistência do negócio jurídico discutido nos autos e condenar o requerido à repetição do indébito em dobro no valor de R$6.339,44, com juros de mora de 1% e correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, a partir da citação, bem como, a indenização por dano moral na importância de R$3.000,00, com juros de mora de 1%, a partir da citação e correção monetária conforme índice sobredito, desde o arbitramento. Via de consequência, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC.
Torno definitiva a liminar.
Publique-se e intimem-se.
Interposto recurso, intime-se às contrarrazões.
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se o requerido ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% - art. 523,§1º., do NCPC.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, sem manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023
Simone de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Comarca de Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE - RO.
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3416-1704 ou 3416-1730 - E-mail: opogab@tjro.jus.br
Processo: 7004229-14.2022.8.22.0004
REQUERENTE: ADRIANO ARRABAL, RUA COSTA E SILVA 484 LIBERDADE - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADOS DO REQUERENTE: ENZO EDER GOMES BICALHO, OAB nº RO12409
ODAIR JOSE DA SILVA, OAB nº RO6662 REQUERIDOS: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 281, - DE 953 AO FIM - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
PROMOTORA SANTOS LTDA, CNPJ nº 46523100000101, RUA CORONEL JOAQUIM ANTÔNIO DIAS 330 VILA AZEVEDO - 03308-030 - SÃO PAULO - SÃO PAULO ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DENIO MOREIRA DE CARVALHO JUNIOR, OAB nº MG41796, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
SENTENÇA
Dispõe o art.114 do Código de Processo Civil que o litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
Verifica-se no caso em apreço, que o negócio jurídico advém de relação intermediada pela requerida Promotora Santos Ltda, a qual, será portanto, atingida pelos efeitos da sentença que analise a validade do contrato impugnado.
Assim, ausente a citação desta, o feito deve ser extinto sem resolução do mérito, por ausência desse imprescindível pressuposto processual, devendo o autor, caso queira, buscar a tutela jurisdicional sob o procedimento comum, possibilitada a citação editalícia.
Posto isso, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, conforme dispõe o art.53,§4º. da Lei 9.099/95.
Publique-se e intimem-se.
Interposto recurso, intime-se às contrarrazões.
Decorrido o prazo recursal, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023
Simone de Melo
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
1ª VARA CÍVEL
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar. Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000. Ouro Preto do Oeste-RO. Tel.: (69) 3416-1710. E-mail: <central_opo@tjro.jus.br>
Balcão Virtual: https://meet.google.com/hse-qgtk-uwf Processo 7000004-14.2023.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Defeito, nulidade ou anulação Requerente CARLOS SANTO FRANCISCO DA SILVA, CPF nº 03098255200, RUA 13 DE MAIO 123 JARDIM BANDEIRANTES - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA Advogado(a) JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES, OAB nº RO2505A Requerido(a) ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de ação proposta por CARLOS SANTO FRANCISCO DA SILVA contra ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Narrou a parte requerente, em resumo, que recebeu uma cobrança no R$ 2.773,59 (dois mil setecentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos), com vencimento em 23/12/2022, referente ao débito advindo de uma suposta violação no medidor do relógio de energia elétrica, fato supostamente constatado em 30/09/2022.
Alega que jamais realizou qualquer fraude em seu medidor, tampouco solicitou ou autorizou a realização por terceiros. Ainda, aduz que a maneira como foi constatada a suposta violação foi irregular e unilateral, razão pela qual o débito é inexigível.
Assim, pleiteou pela concessão de tutela de urgência, a fim de que a requerida se abstenha de realizar a cobrança do débito e de suspender o fornecimento de energia em virtude deste, até o julgamento da lide. Juntou documentos.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Nos termos do artigo 300 do CPC, a concessão da tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui caráter de tutela antecipada, é necessária a comprovação da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, a probabilidade do direito da parte autora está demonstrada pelo documento de ID 85562530, o qual comprova que foi realizado envio de carta ao cliente, endereçada ao autor, na qual há pormenorização da cobrança, com informação de que foi identificada suposta violação no relógio medidor, ensejando a expedição da fatura de ID 85562531, no valor de R$ 2.773,59 com vencimento em 23/12/2022.
Registro que apesar de não ter sido juntado aos autos comprovante de notificação para suspensão do fornecimento de energia elétrica, o fato é que a mencionada fatura já se encontra vencida, razão pela qual, a qualquer momento, poderá ser suspenso o fornecimento da energia elétrica na residência da parte autora.
O perigo de dano, por sua vez, consiste nos danos que poderão ser suportados pela requerente caso ocorra a suspensão, eis que a energia é um serviço de caráter essencial. Ademais, a origem e regularidade do débito estão sendo discutidos em Juízo, razão pela qual não há que se falar em suspensão do serviço.
Neste sentido é o entendimento do TJRO, vejamos:
Agravo de instrumento. Revisional de débito. Tutela de urgência. Faturas questionadas. Suspensão de cobrança. Corte no fornecimento de energia. Impedimento. Risco de dano. Serviço público essencial. Princípio da continuidade. Código de Defesa do Consumidor. Usuária final do serviço. Aplicabilidade. O fornecimento de energia elétrica é serviço essencial e indispensável, que deve ser prestado de forma contínua. Não há excepcionalidade a permitir a suspensão de energia elétrica quando a origem e regularidade do débito estão sendo discutidas em ação judicial, devendo ser coibida a cobrança e suspensão dos serviços relacionados a tais débitos. A relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista. (TJ-RO - AI: 08034867320208220000 RO 0803486-73.2020.822.0000, Data de Julgamento: 28/08/2020)
Além disso, a Primeira Seção do STJ no julgamento do REsp 1.412.433/RS, sob o rito de recursos repetitivos (Tema 699) firmou a tese de que "relativamente aos casos de fraude do medidor pelo consumidor, a jurisprudência do STJ veda o corte quando o ilícito for aferido unilateralmente pela concessionária. A contrario sensu, é possível a suspensão do serviço se o débito pretérito por fraude do medidor cometida pelo consumidor for apurado de forma a proporcionar o contraditório e a ampla defesa" (STJ, REsp 1.412.433/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 28/09/2018).
No caso dos autos, a regularidade da aferição do ilícito está sendo discutida em Juízo, ou seja, há dúvida acerca da garantia do contraditório e ampla defesa ao consumidor, o que corrobora a impossibilidade de suspensão do serviço.
Por fim, importante registrar que não há perigo de irreversibilidade da presente decisão, eis que se ao final da lide for constatada a regularidade da cobrança, a requerida poderá valer-se dos meios coercitivos disponíveis.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de TUTELA DE URGÊNCIA pleiteado pela parte requerente, a fim de determinar que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento do serviço de energia elétrica da unidade consumidora 20/9750522-6, em nome de CARLOS SANTO FRANCISCO DA SILVA, em virtude da fatura n. 49843, no valor de R$ 2.773,59, com vencimento em 23/12/2022.
A requerida deverá, ainda, se abster de efetuar a inscrição do nome da requerente nos cadastros de inadimplentes em virtude do mencionado débito, devendo promover a retirada, caso a inscrição já tenha sido efetuada antes da intimação acerca da presente decisão.
No mais, defiro os benefícios da justiça gratuita à requerente, bem como a inversão do ônus da prova, já que se trata de relação de consumo e estão demonstradas a verossimilhança das alegações da autora e sua hipossuficiência probatória em relação à requerida.

Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária, em regra, a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, a experiência prática revela a este Juízo que a parte requerida, na maioria das ações, não firma acordo, o que redunda em desperdício de tempo e apenas geraria dispendiosas diligências para resultados infrutíferos. Assim, completamente inócua a designação de audiência preliminar para tentativa de conciliação.
Deste modo, cite-se a parte requerida para querendo, contestar, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do mandado aos autos, ou se via postal, da juntada do AR. Aplicando-se a Fazenda Pública e ao Ministério Público o disposto no art. 183 do CPC.
Tendo em vista o acordo de cooperação técnica n. 1908619 a ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A será citada via Sistema PJE. Para o cumprimento da liminar, envie-se cópia da presente decisão para o seguinte e-mail: protocolojudicial@energisa.com.br com cópia para luizfelipe.lins@energisa.com.br.
Como a citação será realizada via Sistema PJE, a parte requerida tem acesso a integralidade dos autos, por meio do referido sistema.
Advirta-se de que não sendo contestada a ação, no prazo legal, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC, salvo se ocorrerem as hipóteses do art. 345 do CPC.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
Após, autoriza-se à CPE proceder a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, tornem conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, tornem conclusos para saneador.
Cumpra-se, inclusive em regime de plantão, caso necessário.
SIRVA O PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2023.
Simone de Melo
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 1ª Vara Criminal
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7009606-45.2022.8.22.0010
REQUERENTE: M. A. D. S.
REQUERIDO: I. B. D. S., CPF nº 52402452234, AV. VITÓRIA 5926 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: NICOLAU NUNES DE MAYO JUNIOR, OAB nº RO2629
DECISÃO
Vistos.
Dê-se vista dos autos ao Ministério Público e a Defesa, caso nada seja requerido, desde já, determino o arquivamento deste feito.
Rolim de Moura, 02 de janeiro de 2023
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito
t

Comarca de Rolim de Moura - 1ª Vara Criminal
Endereço: Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000, tel.: (69) 3449-3723, rmm1criminal@tjro.jus.br

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº : 7007019-50.2022.8.22.0010
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Acusado(a): WEVERTON DA SILVA VENANCIO e outros (4)
Advogado do(a) DENUNCIADO: KATICILENE LIMA DA SILVA - RO0004038A
FINALIDADE:
1 – Intimar o(s) advogado(s) acima mencionado(s), da DECISÃO proferida, ID 85556465.
Eu, Patricia Regina Brandelero, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
Rolim de Moura, 2 de janeiro de 2023.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES
Cartório: rmm1criminal@tjro.jus.br
Gabinete: rmmgabcriminal@tjro.jus.br

Comarca de Rolim de Moura - 1ª Vara Criminal
Endereço: Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000, tel.: (69) 3449-3723, rmm1criminal@tjro.jus.br

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº : 7011288-35.2022.8.22.0010
Autor: POLÍCIA CIVIL - ROLIM DE MOURA - 1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL
Acusado(a): KAWHAN BONIFACIO AMARAL e outros
Advogados do(a) FLAGRANTEADO: JOEL FERREIRA DOS SANTOS - RO12104, DIONE HENRIQUE PEREIRA - RO11567
Advogado(a):
Finalidade:
1 – Intimar o(s) advogado(s) acima mencionado(s), da DECISÃO proferida, ID 85556456 dos autos.
Eu, Patricia Regina Brandelero, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
Rolim de Moura, 2 de janeiro de 2023.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES
Cartório: rmm1criminal@tjro.jus.br
Gabinete: rmmgabcriminal@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 1ª Vara Criminal
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7005478-79.2022.8.22.0010
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REU: GENILTON DA SILVA SOARES, RUA GERALDO DIA S FIUSA 201, CASA CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU PRESO - PROVIDÊNCIAS URGENTES
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso (art. 593, CPP).
Vistas ao Ministério Público para contrarrazões, no prazo legal (art. 600, do CPP).
Após, subam os autos ao e. TJ/RO com nossos cumprimentos.
Rolim de Moura/RO, 3 de janeiro de 2023
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito
t
Comarca de Rolim de Moura - 1ª Vara Criminal
Endereço: Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000, tel.: (69) 3449-3723, rmm1criminal@tjro.jus.br

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº : 7000002-26.2023.8.22.0010
Autor: G. A. N.
Acusado(a): IVAN ALVES LEMES, nascido em 27/03/1990, filho de Osmar Gonçalves Lemes e Ines Alves Lemes
FINALIDADE:
1 – Intimar o(s) advogado(s) acima mencionado(s), da DECISÃO proferida, conforme segue: “Trata-se de medida protetiva de urgência requerida por G. A. N. em face de IVAN ALVES LEMES. (...) É o relatório. A rigor, segundo dispõe o art. 7º da lei nº 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral,

entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. A respeito do assunto, o julgamento dos tribunais pátrios, do STJ inclusive (RHC 115.554/RS, 1º/10/2019), é no sentido de que a palavra da vítima tem especial relevância nos casos de violência doméstica, uma vez que geralmente ocorrem sem a presença de testemunhas. Sobre o tema, ainda, colaciona-se acórdão (ementa) do e. Tribunal de Justiça de Rondônia: Habeas Corpus. Violência psicológica e patrimonial. Âmbito doméstico e familiar. Medidas Protetivas. Necessidade. Diante da constatação de violência psicológica e patrimonial, nos termos do art. 7º, incs. II e IV, da Lei 11.340/2006, torna-se necessário o estabelecimento de medidas protetivas em favor da vítima em situação de vulnerabilidade no âmbito familiar e doméstico. Habeas Corpus, Processo nº 0001659-94.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 18/07/2019. Desse modo, verificando-se em juízo de cognição sumária a prática de violência doméstica contra a mulher, nos termos dos arts. 18, incs. I e IV, 19 e 22, da Lei nº 11.340/2006: Determino que IVAN ALVES LEMES não chegue perto de G. A. N. e dos parentes dela a menos de dois quilômetros (art. 22, inc. III, “a”) nem lhes mantenha contato algum até comando em sentido diverso (art. 22, inc. III, “b”), valendo esta decisão pelo prazo mínimo de seis meses. INTIME-SE-O de que haverá na residência de G. a visita da Patrulha Maria da Penha e de que o descumprimento das medidas acima poderá ensejar a decretação da prisão preventiva, bem como a requisição de força policial para que se cumpra, a qual desde já fica autorizada. NOTIFIQUE-SE a ofendida (art. 21, Lei 11.340/2006), com referência ao aplicativo [APP Cidadão PM RO1] que pode ser baixado também através do GOOGLE PLAY STORE e por meio do qual ela poderá chamar a polícia em caso de descumprimento da ordem, e ainda, da existência do Programa Mulher Protegida, cujo contato se dá pela Secretaria de Assistência Social. No mais, considerando o art. 3° da resolução 284 do dia 05 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, encaminhe-se ao NUPS para visitação às pessoas apontadas como vítimas e preenchimento do Relatório Nacional de Avaliação de Risco de acordo com o formulário disponível no SEI 0000672-84.2019.8.22.810. Descumprida a ordem, encaminhe-se cópia desta decisão à DEAM e à Polícia Militar - PMRO - NUPEVID - Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Oficie-se ao CRAS e CREAS, com URGÊNCIA, a fim de acompanhar e dar suporte às partes e ofertar Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Familia (Paif), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos (SCFV) e benefícios assistenciais por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Vista ao Ministério Público. CASO O INFRATOR NÃO SEJA LOCALIZADO, INTIME-SE-O POR EDITAL.”.

Eu, Patricia Regina Brandelero, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.

Rolim de Moura, 3 de janeiro de 2023.

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES

Cartório: rmm1criminal@tjro.jus.br

Gabinete: rmmgabcriminal@tjro.jus.br

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - Juizado Especial

Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura

cpe@tjro.jus.br

7000009-18.2023.8.22.0010

Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem, Repetição do Indébito

R$ 13.252,80

AUTOR: MARIA MARCILIO FREZ, CPF nº 25799703200, AVENIDA GOIANIA 6245 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705

REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, CNPJ nº 33072307000157, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, CNPJ nº 32191644000109, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.

A parte autora mesma informa que a situação sub judice persiste desde novembro de 2016. Assim, deixo de antecipar efeito algum da tutela. Isto porque o considerável lapso de tempo mostra-se incompatível com a ideia de urgência (perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – art. 300, CPC).

Por ora, então, apenas, cite-se e intimem-se à audiência preliminar telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet) a ser realizada em 26/05/2023, às 10:00 horas, pelo CEJUSC (agende-se no sistema), frisando-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):

I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);

II. A parte deverá:

a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;

b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995.
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, terça-feira, 3 de janeiro de 2023 às 11:36
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011147-16.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Cirurgia
R$ 48.310,00
REQUERENTE: JOSE ROBERTO SILVA SANTOS, CPF nº 09176827267, AVENIDA NITERÓI 3392, CASA OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA, OAB nº RO4477A, RUA CAFÉ FILHO 252 UNIÃO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA, ARIANE MARIA GUARIDO, OAB nº RO3367A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Os autos vieram conclusos em razão de pedido de sequestro em contas bancárias do Estado de Rondônia para custeio do tratamento necessário à saúde de JOSÉ ROBERTO SILVA SANTOS.
Noutro giro, verifica-se que mesmo havendo sido intimado para tanto, o réu não tomou providência efetiva alguma.
Sobre o tema:
"(...) A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática de julgamento dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), firmou o entendimento de que, nos casos "de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação" (REsp nº 1.069.810/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho). 4 - Razões do agravo regimental que não impugnam um dos fundamentos que ampararam a decisão recorrida, atraem, neste tópico, a incidência do obstáculo da Súmula 283/STF. 5 - Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1330012/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014).

No mais, trata-se de menor impúbere que necessita da realização do procedimento cirúrgico com urgência.
Observo que o valor indicado na petição id nº 85519014 corresponde ao menor preço registrado nos orçamentos apresentados pela parte autora. Assim, nos termos do enunciado 56 da III Jornada de Direito da Saúde (CNJ), bloqueia-se R$ 48.310,00 para a realização da cirurgia para o tratamento de hipospádia.
Autoriza-se a transferência por meio da ferramenta “alvará eletrônico”, de modo que enviados os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal.
Seguem as informações sintéticas do documento:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 48.310,00 AZEVEDO & AZEVEDO LTDA 22859672000190 1527808 - 5 Não Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1823 C.: 2752-0O beneficiário deverá aguardar por cinco dias o crédito dos valores na conta bancária indicada.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem, fica a CPE autorizada a expedir outro alvará independentemente de novo comando para tanto.
Comprovado o levantamento e zerada a conta judicial, a autora deve apresentar em dez dias documentos do emprego da verba.
Havendo saldo remanescente o Estado de Rondônia deverá apresentar dados bancários para a devolução.
Rolim de Moura, terça-feira, 3 de janeiro de 2023 às 11:40
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7000574-09.2019.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELISIO ALVES
Advogado do(a) REQUERENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO7559
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO AUTOR(A) - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica o(a) AUTOR(A) INTIMADO(A) acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Vilhena(RO), 3 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621 e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7004948-34.2020.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOHN DAVID DE MENEZES NUNES 02744548235
Advogado do(a) REQUERENTE: BRUNO MENDES SANTOS - RO8584-A
REQUERIDO: ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: ROSICLEIDE SERPA DE SOUZA ALVES - DF22904, WILLIAM ACACIO AYRES ANGOLA - DF38285
INTIMAÇÃO AUTOR(A) - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica o(a) AUTOR(A) INTIMADO(A) acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Vilhena(RO), 3 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE VILHENA - 1ª VARA CÍVEL
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone: (69) 3316-3621
e-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos n. : 7008120-52.2018.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AUTO POSTO PLANALTO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROBERTO CARLOS MAILHO - RO3047, HELEN KAROLINE ZAN SANTANA - RO9769
EXECUTADO: APARECIDA DA SILVA INACIO - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCIO DE PAULA HOLANDA - RO6357
INTIMAÇÃO AUTOR(A) - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica o(a) AUTOR(A) INTIMADO(A) acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Vilhena(RO), 3 de janeiro de 2023
JUNIOR MIRANDA LOPES
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

2ª VARA CÍVEL

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7012392-50.2022.8.22.0014
AUTOR: SANDRA MARIA PRUDENCIO DA SILVA, CPF nº 39001970249
ADVOGADOS DO AUTOR: CARINA BATISTA HURTADO, OAB nº RO3870, ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES, OAB nº MT12947
REU: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, CNPJ nº 77941490007753, ATACADAO DISTRIBUICAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 75315333000109, MARCO ANTONIO GUIDINI, CPF nº 38547473220, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA, CNPJ nº 79379491000850, SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTOS - SAAE VILHENA, BANCO BMG S.A., ITAU UNIBANCO S.A., BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DOS REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO, OAB nº RJ60359, FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Procuradoria do BANCO BMG S.A, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A., PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
VALOR DA CAUSA: R$ 230.000,00
DESPACHO
Defiro a dilação de prazo por 05 (cinco) dias conforme requerido na petição retro.
Vilhena/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7000025-57.2023.8.22.0014
Acolhimento institucional
Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente
REQUERENTES: M. V. F., AMAPA 4596 SETOR 19 - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, R. V. F. T., FIORINDO 2055 CRISTO REI - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, M. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: C. F. A. D. S., RUA 1515 2387 CRISTO REI - 76983-398 - VILHENA - RONDÔNIA, J. A. T., AV 25 SN CIDADE ALTA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

O Conselho Tutelar de Vilhena informou o acolhimento institucional das crianças Ramon Vitor Furtado Tuzes, nascido no dia 11/10/2019 e Maria Vitória Furtado, nascida em 01/12/2021.
Segundo consta, o Conselho Tutelar foi acionado no dia 31/12/2022 por volta das 15h15min, para comparecer na Rua 1515, n. 2387, Bairro Cristo Rei, em razão de denúncia de que haviam duas crianças de aproximadamente 1 e 4 anos sozinhas desde o dia anterior, (por volta das 14h).
Que ao chegarem ao local foi constatado que as crianças estavam sozinhas. Na residência tinha um jovem de 18 anos (novem não informado), que disse ser namorado recente de Camila (genitora das crianças), que informou que desde o dia de ontem não sabia o paradeiro dela e disse não ser responsável pelos cuidados das crianças.
Afirmaram que as crianças estavam sozinhas, em situação de vulnerabilidade, a criança Maria Vitória estava aparentemente febril, bem magra (aparentando desnutrida), a residência completamente inabitável, bem bagunçada e odor ruim.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO PRÉVIA DE ACOLHIMENTO, para o dia 12 de Janeiro de 2023, às 10h, a realizar-se na sala de audiência da 2ª Vara Cível/JIJ, localizada no Fórum Leal Fagundes, sito à Av. Luiz Mazziero, n. 4432, Vilhena/RO, porém, por videochamada.
INTIMEM-SE os representantes da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e do Ministério Público do Estado de Rondônia.
CIENTIFIQUEM-SE o Diretor da Unidade de Acolhimento e a Equipe Técnica, o qual deverá realizar estudo prévio do caso, solicitando para comparecer na audiência, os pais e parentes que mantenham vinculo de afinidade e afetividade com o acolhido, bem como eventual responsável legal, visando, se possível, o desacolhimento.
ESTA DECISÃO TEM FORÇA DE MANDADO, CARTA E OFICIO REQUISITÓRIO.
Informações de participação do Google Meet
Link da videochamada: https://meet.google.com/ynz-qrfy-ysa
Ou disque: (BR) +55 21 4560-7383 PIN: 643 792 226#
Outros números de telefone: https://tel.meet/ynz-qrfy-ysa?pin=5188554950215700025-57.2023.8.22.0014
terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
PROCESSO: 7000358-77.2021.8.22.0014
REQUERENTES: SUELLEN DE SENA DE SOUZA, CPF nº 87654563272, SIDNEI BATISTA ALVES SOUSA, CPF nº 00428975216
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: EDRIANE FRANCINE DALLA VECCHIA HAMMERSCHMIDT, OAB nº RO7029, ARTUR SILVINO SCHWAMBACH CECHINEL, OAB nº RO10713
REQUERIDO: ANDOGLES ALVES DA SILVA, CPF nº 02745592262
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897
VALOR DA CAUSA: R$ 18.927,00
DESPACHO
Neste feito foi deferida a penhora sobre os rendimentos do executado.
A parte exequente informou que tem receio de que este se desligue da empresa em que trabalha e assim o recebimento de seu crédito reste prejudicado e por esta razão pleiteou, caso o executado se desligue da empresa em que trabalha, que o empregador reserve dos valores rescisórios o montante devido à autora.
Destarte, defiro o pedido, visando assim garantir o recebimento do crédito e determino seja expedido ofício à empresa empregadora do executado, para que em caso de desligamento do executado, que reserve dos valores rescisórios o montante devido à autora, devendo tais valores serem depositados em Juízo.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE.
Vilhena/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7012958-96.2022.8.22.0014
Reconhecimento / Dissolução, Guarda, Inventário e Partilha
Procedimento Comum Cível
AUTOR: T. T. A., RUA ANÍBAL RIBEIRO BATISTA 4470 RESIDENCIAL ORLEANS - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428, HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Custas iniciais recolhidas.
Acolho a emenda à inicial.
Trata-se o presente feito de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Partilha de Bens, Guarda com pedido liminar ajuizado por THURIAN TERRA AGOSTINI em face de EMANOELA DA SILVA JORDANI.
Pretende o autor em sede de liminar a concessão da guarda de sua filha, ao argumento de que a requerida trata a filha de forma indiferente, debochando dela.
Afirmou que a casa em que a criança vive com a mãe é suja e desorganizada e as conversas da requerida e áudios demonstram que esta não possui qualquer carinho para com a filha.
Por estas razões requereu a concessão da guarda de forma unilateral.
Juntou documentos.
Decido.
Os documentos carreados com a inicial são frágeis a fundamentar a modificação da guarda de forma liminar. Destarte, neste momento processual, não vislumbro elementos suficientes ao deferimento do pedido do autor e por esta razão, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.
Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 22 de Março de 2023, às 08h, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, a qual será realizada por meio de videoconferência devendo as partes que forem participar do ato ficarem disponíveis no horário designado, através do aplicativo Google Meet.
Cumpre registrar que como a audiência será realizada via videoconferência o horário designado poderá sofrer atrasos, em razão da instabilidade do programa e da internet.
Intimem-se as partes a indicarem o número do telefone com WatsApp e e-mail para as providências necessárias a realização do ato, no prazo de cinco dias, devendo o Oficial de Justiça constar da sua certidão o telefone e e-mail das partes.
Caso a conciliação reste infrutífera, determino a remessa dos autos ao NUPS para realização de estudo psicossocial, com urgência.
Cite-se o réu, com observância do §1º do art. 695 do CPC.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado, salvo quando for assistida pela Defensoria Pública ou Núcleo de Prática Jurídica da AVEC, deverá a parte ser intimada pessoalmente.
Não havendo acordo, o conciliador deverá apresentar a contrafé ao réu, o qual terá o prazo de 15 dias contados a partir da audiência, para apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Apresentada a resposta, vista à parte autora para querendo apresentar impugnação se houver arguição de matéria processual ou juntada de documentos.
Ciência ao Ministério Público.
Intimem-se.
Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 212 § 2.º do NCPC.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Informações de participação do Google Meet
Link da videochamada: https://meet.google.com/cfb-nmjo-dvh
Ou disque: (BR) +55 11 3957-7970 PIN: 172 927 950#
Outros números de telefone: https://tel.meet/cfb-nmjo-dvh?pin=2895890729513
terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7004536-35.2022.8.22.00147004536-35.2022.8.22.0014
Prestação de serviços à comunidade
Execução de Medidas SocioeducativasExecução de Medidas Socioeducativas
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R.
SENTENÇA
Conforme certidão retro juntada Kaio Cabral da Silva Pinho implementou a maioridade. Além disso, está sendo investigado por crime de homicídio, porém evidente que não persiste o caráter pedagógico, próprio das medidas socioeducativas.
Diante do exposto, considerando que a finalidade principal da medida socioeducativa é pedagógica e ressocializadora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos nos arts. 6º e 100, VIII c.c. art. 113, do ECA.
Sem custas.
Considerando a preclusão lógica, arquive-se.
terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Kelma Vilela de OliveiraKelma Vilela de Oliveira

3ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
E-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Link balcão virtual: https://meet.google.com/ogm-vsjw-xtm
NOTIFICAÇÃO
Processo nº 7000647-44.2020.8.22.0014
3ª Vara Cível de Vilhena
Autor: MILTON ALVES PEREIRA
Advogado(s) do reclamante: ALCEDIR DE OLIVEIRA
Réu: CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT
Advogado(s) do reclamado: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA
Certifico que as custas devidas neste processo estão abaixo descriminadas, calculadas conforme orientação da COREF e do sistema de custas do TJRO:
Custas Finais não recolhidas - Valor: R$ 509,86 (quinhentos e nove reais e oitenta e seis centavos)
Assim, fica a parte executada, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT, notificada para o recolhimento da importância de R$ 509,86 (atualizada até a data de 17/01/2023), a título de custas do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.
Caso o boleto se vencer antes do prazo de pagamento, basta que o interessado retire novo boleto no sistema de custas processuais no site oficial do TJ/RO, pelo link: https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf
Assinatura Digital
Vilhena/RO, 3 de janeiro de 2023
PATRICIA DE SANTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008889-31.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Reconhecimento / Dissolução
REQUERENTES: K. A. A., CPF nº 05360150238, AV, RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, K. A. A., CPF nº 02777887225, AV. RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
REQUERIDO: J. A. F., AV. LIBERDADE 4307 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146, VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206
DESPACHO
Tendo em vista a manifestação do executado, intime-se a exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003689-67.2021.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata, Compra e Venda
EXEQUENTE: FOX PNEUS LTDA, CNPJ nº 03983300000398, AVENIDA MARECHAL RONDON 7940 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-832 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HAROLDO LOPES LACERDA, OAB nº RO962A, VERONICA VERGINIA DOMINGOS RIOS LACERDA, OAB nº RO5165
EXECUTADO: MATHEUS ZILLI GONCALVES, RUA DOM PEDRO SEGUNDO 4974 CENTRO (5º BEC) - 76988-076 - VILHENA - RONDÔNIA

DESPACHO
O exequente requereu nova diligência, tendo em vista que o executado estava viajando a trabalho nas tentativas de intimação.
Deste modo, defiro o desentranhamento do mandado para cumprimento da decisão de id 78761673, ficando dispensado o pagamento de custas para o ato.
Desentranhe o mandado para cumprimento da decisão de id 78761673.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/CARTA PRECATORIA
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001612-85.2021.8.22.0014
Classe: Tutela Cautelar Antecedente
Assunto: Imputação do Pagamento, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: D. &. D. L. -. E., CNPJ nº 04272144000158, AV PARANÁ 231 PARQUE SÃO PAULO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JIMMY PIERRY GARATE, OAB nº RO8389
REQUERIDO: B. D. B. S., RUA NELSON TREMEIA 179 CENTRO (S-01) - 76980-164 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
DESPACHO
O patrono do requerido, mesmo intimado, não procedeu com o levantamento do alvará expedido em seu favor.
Assim, pela derradeira vez, fica intimado o Dr. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB RO4875A-A - CPF: 668.018.009-06 a levantar o alvará, sob pena de ter o valor destinado a conta centralizadora do Poder Judiciário.
Comprovado o levantamento, cumpra-se conforme determinado no despacho de id 75896979.
Serve o presente de ALVARÁ JUDICIAL.
Destinatário: Caixa Econômica Federal, agência local.
Finalidade: Autorizar o Dr. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB RO4875A-A - CPF: 668.018.009-06, a levantar o valor de R$ 119,86 (cento e dezenove reais e oitenta e seis centavos), com seus acréscimos legais, zerando e inutilizando a conta após o levantamento, o qual foi depositado junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência local n.º 1825, operação n.º 040, conta judicial n.º 01539580-1.
Processo: 7001612-85.2021.8.22.0014, vinculado a conta judicial.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0002369-73.1999.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Improbidade Administrativa
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: RONALDO DAVI ALEVATO, ROBERTO PIRES DA COSTA, ANDREA CHRISTINA COIMBRA NEPOMUCENO SANTI, ADILSON BERNARDINO RODRIGUES, NEUSA ANTONIA ROSA, MELKISEDEK DONADON
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134, MARCOS ROGERIO SCHMIDT, OAB nº PR21939, MARCIO DE PAULA HOLANDA, OAB nº RO6357, SAMARA DE AQUINO RODRIGUES, OAB nº RO5040
DECISÃO
O executado Ronaldo Davi Alevato apresentou impugnação à penhora realizada via SISBAJUD (ID-83932208), sob o argumento de que os valores são impenhoráveis, pois se tratam de restituição de imposto de renda. Pugnou pelo desbloqueio total dos valores.
Intimado, o Ministério Público não se pôs quanto a liberação de valores.
Quanto ao pedido do executado Adailson (ID-83932208), o MP requereu seja oficiado o Registro de Imóveis para que forneça o inteiro teor da matrícula nº. 12.729 para que se esclareça de os dois lotes (02 e 03) estão realmente compreendidos na mesma matrícula ou se constam de matrículas distintas.

Requereu ainda nova consulta através do RENAJUD em nome dos executados.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório, passo a decidir.
Quanto a impugnação à penhora de valores bloqueados via SISBAJUD na conta de Ronaldo Davi, verifica-se que o bloqueio de ativos recaiu sobre créditos disponíveis em conta de titularidade da executada.
Acerca da impenhorabilidade, o Código de Processo Civil, em seu art. 833, IV, do CPC, prevê o seguinte
Art. 833. São impenhoráveis:
[...]
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º ;
Analisando os documentos juntado pelo executado verifica-se que os valores bloqueados tratam-se dos proventos recebidos pelo executado.
Diante da comprovação de que se trata de verba alimentar, demonstrando a necessidade do numerário para se manter dignamente, entendo que a penhora não merece subsistir.
Diante do exposto, ACOLHO a impugnação apresentada, determinando a desconstituição da penhora realizada através do sistema SISBAJUD, por se tratar de verba salarial, portanto, de caráter alimentar.
Nesta data procedi com a ordem de desbloqueio via SISBAJUD.
Em continuidade à execução e requerimentos do Ministério Público, oficie o Registro de Imóveis para que forneça o inteiro ter da matrícula nº. 12.729 para que se esclareça se os dois lotes (02 e 03) estão realmente compreendidos na mesma matrícula ou se constam de matrículas distintas.
Procedi ainda nova consulta através do RENAJUD em nome dos executados, ocasião em que foram encontrados veículos em nome de Ronaldo Dani Alevato e Roberto Pires da Costa, os quais já constam restrição de circulação, conforme espelhos em anexo.
Dê vistas ao Ministério Público para manifestação.
Intime-se.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001011-50.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Causas Supervenientes à Sentença
EXEQUENTE: EMERSON INACIO DA SILVA, CPF nº 27080143829, RUA TERENAS 2171 RESIDENCIAL ALTO DOS PARECIS - 76985-026 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAMILA DOMINGOS, OAB nº RO5567
EXECUTADOS: FLAVIO CORREIA DA SILVA, RUA QUINTINO CUNHA 365 CENTRO (S-01) - 76980-088 - VILHENA - RONDÔNIA, CORREIA E LOCATELLI LTDA - EPP, RUA QUINTINO CUNHA 365 CENTRO (S-01) - 76980-088 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Permaneça o feito suspenso até o trânsito em julgado do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
Cumpra-se.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003149-58.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
REQUERENTES: A. A. D., CPF nº 72033223191, RUA RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, K. A. A., CPF nº 05360150238, RUA RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, K. A. A., CPF nº 02777887225, AV.RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022
REQUERIDO: J. A. F., AV. LIBERDADE 4307 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DAVI ANGELO BERNARDI, OAB nº RO6438

DESPACHO
Diante da informação do atual endereço do executado, intime-o pessoalmente, no endereço indicado pela exequente, qual seja, Rua Paulo Okimoto, n 3488, bairro; Jardim América, Vilhena/RO, telefone 69 98426-3888, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, o endereço em que o veículo F1000, placa NBD7101 se encontra, conforme já determinado na decisão de id 84351796.
Considerando que houve depósito de valorem em conta judicial vinculada aos autos, expeça alvará de levantamento em favor da exequente.
Transcorrido o prazo para que o executado se manifeste, bem como, comprovado o levantamento de valores, intime-se a exequente para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Serve a presente como mandado/carta/carta precatória.
Serve a presente de ALVARÁ JUDICIAL.
Destinatário: Caixa Econômica Federal, agência local.
Finalidade: Autorizar o senhor (a) ADRIANA ALESSI DOMINGOS - CPF: 720.332.231-91, por meio de seus advogados (procuração id 10150546), senhor (a) LEANDRO MARCIO PEDOT - OAB RO2022 - CPF: 468.837.382-15 e VALDINEI LUIZ BERTOLIN - OAB RO6883 - CPF: 411.304.801-00, a levantar os valores depositados junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência local 1825, operação 040, conta judicial 01544024-6, o valor de R$ 827,94 (oitocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) e seus acréscimos legais, zerando e inutilizando a conta após o levantamento.
Processo: 7003149-58.2017.8.22.0014, vinculado a conta judicial.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003896-37.2019.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Execução Contratual
AUTOR: GILENO ALVES DA COSTA, CPF nº 23791578200, LINHA 155 - LOTE 125-B s/n, SÍTIO SÃO JOÃO - NOVA CONQUISTA SETOR RIO BRANCO - 76989-000 - NOVA CONQUISTA (VILHENA) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO, OAB nº RO6618
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, RUA DOMINGUES LINHARES 279, CERON - ADM CENTRO (S-01) - 76980-050 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando eventuais efeitos infringentes dos embargos de declaração, intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar em 5 dias (CPC/2015, art. 1.023, § 2º).
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013096-63.2022.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
REU: DALILA DOS SANTOS DE ALMEIDA RABELO, AVENIDA MATO GROSSO 4085 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-150 - VILHENA - RONDÔNIA
DESPACHO
1. Condiciono o recebimento da petição inicial à comprovação pela parte autora do recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial, sob código 1001.3, observando que não há no presente rito audiência prévia de conciliação, devendo as custas serem recolhidas no importe de 2% (dois por cento) do do valor da causa, nos termos do art. 12, §1º, da Lei Estadual de Custas Forenses.
1.1 Decorrido o prazo, sem cumprimento do determinado, voltem os autos conclusos para indeferimento da petição inicial.
Comprovado o recolhimento das custas em 2%, cumpra-se conforme segue:

2. Recebo a emenda à inicial e os novos documentos.
3. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
4. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
4.1 Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, § 2º, c/c 702).
5. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).
6. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% (trinta por cento) do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916, § 6º, c/c o art. 701, § 5º, CPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
6.1 Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, § 1º).
6.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, § 2º).
6.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
7. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, § 5º, CPC).
SERVE COMO MANDADO/CARTA/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013097-48.2022.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADOS: RONALDO FERNANDO DE JESUS, RUA CINCO MIL DUZENTOS E UM 1856 CIDADE NOVA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, RONALDO FERNANDO DE JESUS, AVENIDA DAS MAGNÓLIAS 1399 CRISTO REI - 76983-373 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 43.452,65
DESPACHO
Condiciono o recebimento da petição inicial à comprovação pela parte exequente do recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial.
Decorrido o prazo, sem comprovação do pagamento das custas, voltem os autos conclusos para indeferimento da petição inicial.
Comprovado o pagamento das custas, cumpra-se conforme segue:
1- Recebo a inicial.
2- Cite-se o réu dos termos da ação, bem como intime-se a pagar em 3 (três) dias o débito, contados da citação, ou, caso queira, opor embargos em autos apartados, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 915 do Código de Processo Civil.
Advirta-se o executado que, no mesmo prazo dos embargos, poderá reconhecer o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, custas e honorários, podendo requerer o parcelamento do restante em até seis parcelas mensais, nos termos do artigo 916 do Código de Processo Civil.
3 - Se esgotado o prazo para pagamento e embargos, preclusão a ser certificada pelo Cartório, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento do feito e requerer as medidas constritivas que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, recolhendo as custas pertinentes.
4 - Fixo honorários em 10% (dez por cento), na forma do art. 85, §2º do CPC, que serão reduzidos pela metade se o devedor proceder ao pagamento em 3 (três) dias (CPC, art. 827).
5 - Ressalto, por fim, que as partes poderão propor acordo a qualquer momento, caso em que será intimada a parte contrária a se manifestar.
Serve este despacho como carta/mandado de citação e intimação.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, data e hora certificadas pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
E-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Link balcão virtual: https://meet.google.com/ogm-vsjw-xtm
PROCESSO: 0007736-87.2013.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: GILSON ELY CHAVES DE MATOS e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: ESTEVAN SOLETTI - RO3702, GILSON ELY CHAVES DE MATOS - RO1733
Advogados do(a) REQUERENTE: ESTEVAN SOLETTI - RO3702, GILSON ELY CHAVES DE MATOS - RO1733
POLO PASSIVO: MUNICIPIO DE VILHENA
INTIMAÇÃO DA PARTE CREDORA PARA, NO PRAZO DE 15 DIAS, RELACIONAR OS DADOS NECESSÁRIOS PARA EXPEDIÇÃO PELO CARTÓRIO DE PRECATÓRIO/RPV, CONFORME SEGUE:
DEVEDOR E VALOR
Devedor: _____
Valor Global do Precatório (Principal Total + Juros Total): _____ (pág./ID____)
Valor Principal Total (valor da condenação corrigido):_____
Valor Juros Total: _____
TELA 1 – DADOS INICIAIS
É PRECATÓRIO RETIFICADOR – ( ) SIM ( ) NÃO (retificador só ocorre quando o precatório já está em trâmite no TJ/RO)
COMARCA: _____
JUÍZO: _____
MAGISTRADO:_____
OFÍCIO:_____
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO: ( ) Valor Complementar ( ) Valor Global ( ) Valor Incontroverso
NATUREZA JURÍDICA DO CRÉDITO -
( ) ALIMENTAR
( ) Benefícios Previdenciários ( ) Honorários Contratuais ( ) Honorários Periciais ( ) Honorários Sucumbenciais ( ) Indenizações por Invalidez ( ) Indenizações por Morte ( ) Pensões e suas complementações ( ) Proventos ( ) Salários ( ) Vencimentos.
( ) COMUM
( ) Cobrança ( ) Desapropriação ( ) Indenização por Danos Morais e Materiais ( ) Repetição de Indébito ( ) Outros:_____
DADOS DO REQUERENTE:
NOME: _____ (Pág./Id._____)
CPF/CNPJ: _____
ENDEREÇO:_____
Nome do Advogado:_____ - OAB_____
TIPO BENEFICIÁRIO:
( ) Parte; ( ) Advogado (Honorários sucumbenciais e contratuais); ( ) Perito;
TELA 2 – DADOS DO PROCESSO
Nº do Processo de Conhecimento – _____
Data do ajuizamento do processo de conhecimento ____/____/_____ (Pág./Id._____)
Data da Sentença no Processo de Conhecimento ____/_____/_____ (Pág./Id._____)
Data do Acórdão que manteve ou reformou a sentença condenatória _____/_____/_____ (Pág./Id._____)
Data do Trânsito em Julgado da Sentença ou Acórdão no Proc. Conhecimento _____/_____/_____ (Pág./Id._____)
Número do Processo de Execução - _____
Houve Embargos à Execução? ( ) SIM (Pág./Id._____)
Data do Decurso do Prazo da decisão: _____/_____/____ (se houve embargos e o crédito é de valor incontroverso). (Pág./Id._____)
Data do Trânsito em Julgado: ____/_____/_____ (Sentença/Acórdão dos Embargos à Execução) (Pág./Id._____)
Houve Embargos à Execução? ( ) NÃO (Pág./Id._____)
Data do Decurso de prazo: _____/_____/_____ (para oposição dos Embargos à Execução). (Pág./Id._____)
TELA 3 - DADOS DA LIQUIDAÇÃO
Valor da Condenação (valor indicado na sentença) _____ (Pág./Id._____)
Data da citação no Processo de Conhecimento: ____/____/____ (Pág./Id._____)
Data Final da Correção Monetária _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Pág./Id._____)
Índice de Cor. Monetária: _____ ou sem índice (se não houve atualização do crédito) (Pág./Id._____)
Incide Juros de Mora? ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Pág./Id._____)
Data Final dos Juros de Mora: _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Pág./Id._____)

Incide Juros Remuneratórios: ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Pág./Id._____)
Multa (%) _____ (Pág./Id._____)
Capitalização: ( ) Não (X) Mensal ( ) Anual
TELA 4 – BENEFICIÁRIOS
1) - Nome/ CPF/CNPJ _____ (Pág./Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Pág./Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Pág./Id._____)
2) - Nome/ CPF/CNPJ _____ (Pág./Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Pág./Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Pág./Id._____)
TELA 5 – HONORÁRIOS CONTRATUAIS
Nome/ CPF/CNPJ: _____ (Pág./Id._____)
(advogados ou sociedade de advogados constantes do contrato)
Tipo valor (X) Percentual
Percentual: _____%
TELA 6 – PENHORAS (Se não houver penhora, não precisa preencher essa tela, é só clicar em próximo).
( ) Penhora Global – reflete sobre o crédito de todos os beneficiários (Pág./Id._____)
( ) Penhora Particular – reflete sobre o crédito do beneficiário indicado (Pág./Id._____)
Executado: _____(credor do precatório) (Pág./Id._____)
Exequente: _____(credor da penhora) (Pág./Id._____)
CPF/CNPJ do Exequente: _____ (Pág./Id._____)
Valor da Penhora: _____ (informar valor atualizado com data) (Pág./Id._____)
Comarca de Origem da Penhora: _____ (Pág./Id._____)
Juízo de Origem da Penhora _____ (Pág./Id._____)
Nº dos Autos em que ocorreu a Penhora _____ (Pág./Id._____)
Observações necessárias: _____(informar a data mais recente do cálculo e encaminhá-lo) (Pág./Id._____).
DADOS BANCÁRIOS DOS BENEFICIÁRIOS: Banco:____. Agência:_____, Conta:_____.
Obs: Os documentos necessários para o envio do RPV e precatório devem ser juntados no sistema:
RPV (Provimento 004/08 CG): Art. 3º - As RPV's deverão ser encaminhadas diretamente para o Órgão responsável pelo pagamento, via Correio com aviso de recebimento, acompanhada do
• título executivo e de eventual decisão de embargos, com certidão de trânsito em julgado;
• planilha de cálculo do crédito atualizado até a expedição da RPV;
• se for o caso, instrumento de renúncia crédito de valor excedente.
PRECATÓRIO (Anexo II da Resolução 153/2020-TJRO):
1 - Peças do Processo de Conhecimento que devem ser anexadas:
• Cópia do Mandado de Citação com a certidão do Oficial de Justiça;
• Cópia da Sentença;
• Cópia do Acórdão, se houver;
• Cópia da Certidão do trânsito em julgado;
• Procuração.
2- Peças do Processo de Cumprimento de Sentença/Execução:
• Planilha de cálculo, com os valores individualizados por credor;
• Cópia do mandado de citação e intimação da Fazenda Pública com certidão de cumprimento do mandado;
• Cópia da manifestação do ente devedor concordando com o valor da execução, ou certidão de decurso de prazo sem a oposição de embargos à execução pelo Ente devedor, ou no caso de oposição dos embargos, a sentença ou o acórdão juntamente com a certidão de trânsito em julgado;
• Cessão de Crédito;
• Contrato de cessão de crédito;
• Comprovante de comunicação da cessão de crédito ao devedor (procuradoria)
• Procuração com poderes expressos para cessão, caso tenha sido efetuado por meio de procurador;
• Despacho do Juiz homologando o valor da execução e determinando a expedição do precatório ao TJRO;
• Demais documentos considerados indispensáveis ao processamento da requisição (ex: informação sobre pagamento de superpreferência).
Vilhena/RO, Terça-feira, 03 de Janeiro de 2023
PATRICIA DE SANTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0001879-60.2013.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Títulos de Crédito, Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, CNPJ nº 00000000000191
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
EXECUTADO: MOACIR ANTONIO BARLETTE, RUA WASHINGTON LUIZ 5291, NÃO CONSTA 5º BEC - 78995-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADOS DO EXECUTADO: CEZAR BENEDITO VOLPI, OAB nº RO533, MARIO CESAR TORRES MENDES, OAB nº RO2305
DESPACHO
Intimem-se partes acerca da informação da leiloeira (ID-85285670).
Intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao prosseguimento do feito.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006919-54.2020.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: CIDINEY BENEDITO DE ARAUJO, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 2440 BODANESE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vieram os autos para apreciação do pedido id 80403389. O exequente requer penhora do imóvel denominado Lote Urbano nº 02, quadra 14, setor 7, localizada em Vilhena.
DEFIRO o pedido de penhora do imóvel por termo nos autos.
O Código de Processo Civil, no §1.º, do artigo 845, dispõem:
Art. 845. Efetuar-se-á a penhora onde se encontrem os bens, ainda que sob a posse, a detenção ou a guarda de terceiros.
§ 1º A penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, e a penhora de veículos automotores, quando apresentada certidão que ateste a sua existência, serão realizadas por termo nos autos. (Grifei)
Ao que se vê, o caso em tela se adequa exatamente à exceção legal supradita, considerando a certidão negativa juntada aos autos, sob o id 85193685.
Assim, defiro a penhora pretendida, mas determino seja realizada por termo nos autos, nos moldes acima delineados.
Intime o executado, nos termos do artigo 841, §1º do CPC.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias sem manifestação das partes executadas quanto a penhora realizada, expeça-se mandado para avaliação do imóvel e com a juntada da avaliação, intimem-se para ciência, em 5 (cinco) dias.
Após a avaliação dos imóveis e decorrido o prazo, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, em 5 (cinco) dias, bem como providencie o exequente a averbação da penhora no registro competente, ônus que lhe é atribuído, em observância aos artigos 799, IX e 844, do CPC.
Expeça o necessário. Cumpra-se.
Serve a presente de carta/mandado/ofício/carta precatória e demais expedientes devidamente instruída.
Intime-se.
Vilhena data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006931-39.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário, Alienação Judicial, Hipoteca

EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979009443, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3050 CENTRO (S-01) - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903
EXECUTADOS: LOJA TV COLOR COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP, AV. TANCREDO NEVES 2559 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, ALCEU ONEDA, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4040 CENTRO (S-01) - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA, DOUGLAS EDUARDO ONEDA, RUA JAMARI 418 SÃO JOSÉ - 76980-324 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134
DESPACHO
Ciente do julgamento do agravo de instrumento interposto.
Tendo em vista que o recurso não foi conhecido., cumpra-se o despacho de id 81701317.
Serve o presente de mandado de avaliação.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012532-84.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
EXEQUENTE: VANZIN INDUSTRIA COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA, CNPJ nº 05679907000142, AV. CELSO MAZUTTI 4561 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VIVIAN BACARO NUNES SOARES, OAB nº RO2386, GABRIELE BARROS CARRIJO, OAB nº RO10874
EXECUTADOS: MARCIO FABRICIO DE ARAUJO, JESSE CORREIA VALENTIM, FURGOES VILHENA LTDA - ME, AVENIDA MARECHAL RONDON 7458 PARQUE INDUSTRIAL - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
DESPACHO
1. Processe-se com isenção de custas, por se tratar de incidente processual.
2. Recebo o incidente de desconsideração da personalidade jurídica para processamento, suspendendo o andamento da ação principal (7002046-84.2015.8.22.0014), nos termos do art. 133, § 3º, do CPC.
3. Providencie a escrivania a anotação nos autos principais acerca do ajuizamento do presente incidente.
4. A autora requereu a pesquisa de endereço dos sócios da empresa que pretende a desconsideração da personalidade jurídica, entretanto, apesar da isenção do pagamento de custas iniciais/finais, entendo que as custas para a pesquisa de endereço devem ser recolhidas. Deste modo, fica intimada a autora para proceder com o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, para pesquisa dos endereços dos sócios que indicou na petição inicial.
5. Comprovado o pagamento das custas, voltem-me conclusos para realização da pesquisa.
Vilhena, data e hora certificados pelo PJE.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7002014-75.2021.8.22.0012
Classe: Carta Precatória Cível
Protocolado em: 30/12/2022
Valor da causa: R$ 990.090,00
DEPRECANTE: CARGILL AGRICOLA S A, AVENIDA DOUTOR CHUCRI ZAIDAN 1240, 6/9 ANDAR VILA SÃO FRANCISCO (ZONA SUL) - 04711-130 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO DEPRECANTE: RAFAELA GEICIANI MESSIAS, OAB nº RO4656A, ERIC VITOR NEVES MACEDO, OAB nº SP157244, FLAVIO MASCHIETTO, OAB nº BA53802
REU: SONIA MARIA MAIA GRAVE, AC COLORADO DO OESTE, RUA RIO NEGRO 4139 CENTRO - 76993-970 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Certifique-se a regularidade das custas recolhidas (id nº. 85131772) e, estando regulares, cumpra-se o ato deprecado para CITAÇÃO e INTIMAÇÃO de Sonia Maria Grave Maia na Rua Antonio Stanger, nº 579, QD49 C4, Jardim Eldorado, Vilhena / RO, CEP. 76980-000 (id nº. 85131768).
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a serventia, ainda, comunicar ao juízo deprecante quanto a remessa.
Determino também, desde já, a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito em substituição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7013093-11.2022.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Protocolado em: 30/12/2022
Valor da causa: R$ 10.728,30
AUTOR: A. C. F. E. I. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: M. B. F., AV DIOES BISPO DE SOUZA 7645 BELEM - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, I da Lei nº. 3.896/2016 (Lei de Custas), eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito em substituição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7013010-92.2022.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Protocolado em: 26/12/2022
Valor da causa: R$ 13.825,93
AUTOR: A. C. F. E. I. S., AMADOR BUENO 474, BLOCO C 1 ANDAR SANTO AMARO - 04752-901 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: C. C. D. S. O., AVENIDA CELSO MAZUTTI 8173 JARDIM ELDORADO - 76987-027 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Em que pese a manifestação anexa ao id nº. 85546105 , depreende-se que toda a justificativa ali apresentada refere-se a posicionamentos firmados em relação a notificação encaminhada ao endereço informado no contrato celebrado pelo devedor, situação diversa daquela verificada no presente procedimento.

Assim, DEFIRO o prazo de 60 (sessenta) dias requerido pela parte autora para fins de regularização da notificação, bem como para o integral atendimento dos esclarecimentos determinados no despacho anterior (endereço do devedor em comarca diversa), sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.
Intimem-se.
Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito em substituição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7007406-53.2022.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Protocolado em: 21/07/2022
Valor da causa: R$ 26.991,18
AUTOR: B. V. S., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO, OAB nº RO6842, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: J. D. C. S., R SETECENTOS E TRES 444 BODANESE - 76981-030 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Tratam os autos de pedido de busca e apreensão de veículo em que foi deferida a ordem liminar (id nº. 79835491).
Expedido mandado, nem o requerido e nem o veículo foram localizados (id nº. 82671751), razão pela qual a parte autora apresentou novo endereço.
Todavia, estando os autos conclusos para deliberação sobre o novo endereço apresentado, veio aos autos a parte autora noticiou a perda do objeto em razão do adimplemento extrajudicial e pugnou pela extinção do presente feito (id nº. 83941647).
Pois bem.
Considerando o contexto dos autos, homologo o pedido da parte e, nos termos do art. 485, inciso IV e VIII, do Código Processo Civil, JULGO EXTINTO, em razão da perda do objeto e do pedido da própria parte autora.
Por consequência, procedi a retirada da restrição lançada no RENAJUD.
Diante da ausência de regular citação do requerido, não há que se falar na fixação de honorários de sucumbência.
Sem custas finais nos termos do art. 8º, III da Lei nº. 3.896/2016.
Nos termos do art. 1.000, parágrafo único, do CPC, antecipo o trânsito em julgado, razão pela qual ARQUIVE-SE.
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se.
Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Eli da Costa Junior
Juiz de Direito em substituição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 0001199-41.2014.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 14/02/2014
Valor da causa: R$ 516,10
EXEQUENTE: PRIMAVERA CALÇADOS LTDA., AV. MAJOR AMARANTE 3990, NÃO INFORMADO CENTRO - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDNA APARECIDA CAMPOIO, OAB nº RO3132
EXECUTADO: ROMILDO VALENTINO LOPES, RUA 916, 6676, PRÓXIMO AO CTG BOA ESPERANÇA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA

Tratam os autos de execução de título extrajudicial interposta por EXEQUENTE: PRIMAVERA CALÇADOS LTDA. contra EXECUTADO: ROMILDO VALENTINO LOPES.

Determinado o arquivamento provisório do feito, a parte autora peticionou requerendo a homologação de acordo e a consequente extinção do feito (id nº. 76768221), pedido este que foi reiterado no id nº. 85532101 .

Desarquivado, vieram os autos conclusos.

É o importante a relatar.

A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para por fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.

Assim, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.

Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo descrito na petição anexada ao id nº. 76768222, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo, na forma do art. 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil.

Procedi o levantamento da restrição existente, consoante extrato ora anexado.

Ademais, diante da natureza consensual da demanda e ausência de prejuízos as partes, concedo a dispensa do prazo recursal, com fulcro no art. 1000 do CPC.

Isento de custas finais, nos termos do art. 8º, III da Lei nº. 3.896/2016.

Publicação e registros automáticos.

Intimem-se.

Nada pendente, arquive-se.

Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.

Eli da Costa Junior

Juiz de Direito em substituição

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Vilhena - 4ª Vara Cível

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Autos n. 7012957-14.2022.8.22.0014

Classe: Procedimento Comum Cível

Protocolado em: 22/12/2022

Valor da causa: R$ 1.000,00

AUTOR: LUCAS VINICIUS GALLINA

ADVOGADO DO AUTOR: VALDECIR RABELO FILHO, OAB nº ES19462

REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DESPACHO

Tratam os autos de pedido de produção antecipada de provas interposta por LUCAS VINICIUS GALLINA em face de BANCO SANTANDER S.A.

Ocorre que, em consulta ao sistema PJE, depreende-se que no ano de 2022, o requerente ingressou com outras 03 (três) demandas em face do mesmo requerido, sendo que em todas foi discutido a relação contratual por eles estabelecida. Depreende-se, ainda, que em tais demandas houve requerimento incidental para que o requerido apresentasse os documentos firmados, bem como que, as 03 (três) demandas foram extintas sem resolução do mérito e, em nenhum delas, até o presente momento, foi interposto qualquer recurso.

Assim, antes de deliberar sobre o pleito ora apresentado, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial esclarecendo em que o pleito ora apresentado, de forma autônoma, se diferencia daqueles consignados de forma incidental nas demandas já julgadas (7005005-81.2022.8.22.0014 (2ª Vara Cível); 7006521-39.2022.8.22.0014 (1ª Vara Cível); e, 7010589-32.2022.8.22.0014 (1ª Vara Cível)), sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 e 321, caput e parágrafo único do CPC.

Decorrido o prazo, voltem-me conclusos.

Vilhena, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.

Eli da Costa Junior

Juiz de Direito em substituição

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7002377-31.2022.8.22.0011 Requerente: AUTOR: ANTONIO JESUS DA ROZ
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RUBIA CARLA TOLEDO ANDRADE ROZ - RO11415
Requerido(a): REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a manifestar-se acerca da devolução do e-mail da parte requerida ID 85565329, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Alvorada D'Oeste, 3 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000535-50.2021.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: ALGIMIRO GONCALVES DE SA, LINHA T10 LOTE 27, ZONA RURAL KM 15 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
REQUERIDO: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, BRADESCO
DESPACHO
Vistos.
Sobreveio aos autos, petição da parte autora informando que não foi possível proceder com o levantamento dos valores atinentes ao alvará, sendo informado pela instituição financeira que os valores atinentes ao alvará eletrônico não estavam disponíveis para levantamento (ID 855520682).
Assim, diante a impossibilidade de levantamento dos valores, autorizo o levantamento da referida quantia pela parte e/ou seu advogado constituído com poderes, razão a qual expedi novo alvará eletrônico à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo (Conta Judicial n. 1824/040/1533684-2), com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), localizada na Avenida Marechal Rondon, 486, Centro, Cidade de Ji-Paraná/RO, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, contados do retorno do recesso forense, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Após, nada mais havendo, arquivem-se.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/INTIMAÇÃO/ALVARÁ JUDICIAL/ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO.
FAVORECIDO(A): ALGIMIRO GONÇALVES DE SÁ - CPF n. 488.920.686-87 e/ou seu(ua) advogado(a) NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO - OABRO 5316A.
CONTA JUDICIAL: 1824/040/1533684-2.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001774-26.2020.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços, Execução Contratual
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
EXECUTADO: ROSENETE FATIMA DE PAULA, RUA SÃO FRANCISCO 5336 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.
Nos termos do art. 2º, §4º, da Resolução n. 214/2021, alterada pela Resolução n. 246/2022, "os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse".
Assim, intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem o interesse quanto a remessa do feito executivo ao Núcleo 4.0.
1. Ficam as partes advertidas de que o silêncio será interpretado como concordância, independentemente de nova conclusão, considerando que o núcleo especializado objetiva dar maior celeridade à tramitação processual, bem como prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema.
2. Havendo aceitação expressa ou inércia, com o decurso do prazo in albis, sem nova conclusão, REDISTRIBUAM-SE OS AUTOS AO NÚCLEO 4.0.
3. Em caso de discordância, retornem conclusos.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000354-83.2020.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
APELANTE: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO APELANTE: DIEGO CASTRO ALVES TOLEDO, OAB nº RO7923, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
APELADO: NELCI RODRIGUES DA CRUZ, AV. 7 DE SETEMBRO 5155, CASA CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
APELADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
À CPE que retifique-se a autuação dos polos ativo e passivo.
Recebo o pedido de Cumprimento de Sentença, vez que emendado o petitório e juntado aos autos o valor total que entende como devido.
1. Assim, INTIME-SE a parte Executada para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de multa e honorários de 10% (dez por cento), pague voluntariamente o valor atualizado.
2. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC)
3. Não havendo satisfação da obrigação no prazo previsto para pagamento voluntário, vistas a parte Exequente para atualização do débito (multa e honorários de 10%).

4. Por conseguinte, este Juízo atentar-se-á na fase de penhora à ordem indicada no art. 840, incisos e parágrafos, do CPC.
5. Acaso o Exequente, queira ficar como depositário dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça.
6. Do contrário ficará o Executado como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º, do CPC).
Após tornem os autos conclusos para prosseguimento, conforme requerido.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA AR de INTIMAÇÃO - OFÍCIO:
EXECUTADO:APELANTE: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000465-04.2019.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços, Execução Contratual
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
EXECUTADO: VALDINEY DIONISIO 89064712204, RUA SERINGUEIRAS 3555 SUMAÚMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Após intimação das partes a fim de manifestarem interesse na remessa do feito ao Núcleo 4.0, o exequente informou que não possui interesse na remessa (ID 85037693), enquanto, o executado não se opôs (ID 85178412).
Portanto, mantenho a competência do presente feito nesta unidade, nos termos do art. 2º, §4º, da Resolução n. 214/2021.
No mais, o executado requereu nos autos a juntada do processo administrativo que deu origem as CDAs, sob o argumento de que a CDA não é suficiente para afastar a prescrição do débito (ID 83552499).
Pois bem.
A cópia do processo administrativo na via extrajudicial poderá ser obtida pelo próprio executado mediante requerimento perante o FISCO.
Além disso, a execução fiscal não é ação que tramita sob o rito do processo comum, ou seja, não há controvérsia a ser dirimida mediante provas e contraditório, salvo as matérias de ordem pública alegadas em exceção de pré-executividade.
Logo, para questionar a regularidade do débito, o litigante deve buscar a via ordinária.
Portanto, indefiro o pedido.
Intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000678-05.2022.8.22.0011
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Assunto: Homicídio Qualificado
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DENUNCIADO: JHON ALAX CIUPAK, RUA BETELGEUSE 2260 PLUTÃO - 69160-000 - BARREIRINHA - AMAZONAS
ADVOGADOS DO DENUNCIADO: CLEDERSON VIANA ALVES, OAB nº RO1087, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
A defesa interpôs Recurso em Sentido Estrito contra a decisão que pronunciou o denunciado JHON ALAX CIUPAK (ID 85398886).
Intimado, o Ministério Público do Estado de Rondônia apresentou contrarrazões ao recurso interposto (ID 85558518).
Decido.

O Recurso em Sentido Estrito foi recebido, conforme decisão ao ID 85468217.
Nos termos do artigo 589, caput, do Código de Processo Penal: 'Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários'.
No caso presente, a decisão recorrida foi suficientemente fundamentada. Portanto, in casu, entendo que não há motivos para modificar o julgamento deste Juízo, MANTENDO INALTERADOS os termos da decisão ora combatida por seus próprios fundamentos.
Posto isso, sanada ausência do juízo de retratação previsto no artigo 589, caput, do Código de Processo Penal, DETERMINO a extração de cópias das peças que instruem o presente recurso e a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para seu devido processamento e julgamento.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Decorrido o prazo, vistas ao pronunciado.
Em seguida, conclusos.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002191-08.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI
REQUERENTE: ALONSO MASCENO DE AQUINO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Recebo a petição inicial para processamento sob o rito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
Não analisarei, por ora, o pedido de gratuidade da justiça, vez que o acesso ao primeiro grau do Juizado Especial independe do recolhimento de custas, consoante o disposto no art. 54 da Lei 9.099/95.
Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública estadual/municipal a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a L.12.153/09 neste ponto, redundando em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
1) CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
1.1)Consigne-se ainda que a parte ré deverá apresentar, no mesmo prazo da defesa, a documentação que disponha para esclarecimento da causa, art. 9º, Lei nº 12.153/2009 - em especial, porquanto a apresentação de tais documentos constitui-se em ônus da parte autora, a exemplo de folhas de frequência dos dias trabalhados referentes ao período postulado na inicial e correspondentes valores de verbas remuneratórias, bem como os seus respectivos reajustes dentro do período postulado, pertinentes à realidade funcional da parte requerente, visto que se trata de informações indispensáveis à quantificação do eventual montante devido, em caso de condenação, e sob pena de serem acolhidos os cálculos apresentados pela parte autora em fase de cumprimento de sentença.
2) Havendo interesse da parte ré em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
3) Sobrevindo contestação e havendo arguição de preliminares, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica.
4) Em seguida, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
5) Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Cite-se e intimem-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Intime-se o Estado de Rondônia através de sua procuradoria, via sistema.
Pratique-se o necessário.
Sirva o presente despacho de intimação.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000008-30.2023.8.22.0011
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Crimes de Trânsito
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLAGRANTEADO: EVERALDO FERREIRA SANTOS, AV MARECHAL RONDON 4244 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
FLAGRANTEADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Auto de Prisão em flagrante em que Delegado de Polícia desta Comarca informa a este Juízo a prisão de EVERALDO FERREIRA SANTOS, devidamente qualificado no respectivo auto de prisão, em razão da suposta prática do crime tipificado nos artigos 306 e 309 da Lei n. 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.
É o relatório. Decido.
A narrativa dos fatos constantes dos autos demonstra que a prisão ocorreu em flagrante, nos moldes do previsto pelo art. 302 do Código de Processo Penal – CPP.
Analisando os documentos encaminhados ao Poder Judiciário, verifica-se que estes estão revestidos dos requisitos exigidos pela legislação pátria, encontrando, desta feita, regularidade do ponto de vista formal e material haja vista a obediência aos regramentos legais previstos no Estatuto Processual Penal.
A prisão foi devidamente comunicada à pessoa indicada pelo preso (artigo 5º, inciso LXII, da CF), bem como o flagranteado foi informado de seus direitos e oportunizada assistência da família e de advogado (artigo 5º, inciso LXIII, da CF).
Desta forma, não se vislumbram vícios formais ou materiais que tornem ilegal a prisão, HOMOLOGANDO, com isto, O PRESENTE FLAGRANTE.
Designo audiência de custódia para o dia 04 de janeiro de 2023, às 09 horas, a ser realizado via o aplicativo GoogleMeet, através do link: meet.google.com/mhr-ztrt-shc.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa. Caso não haja advogado constituído, ciência a Defensoria Pública.
Intime-se as partes.
Pratique o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
FLAGRANTEADO: EVERALDO FERREIRA SANTOS, alcunha Véio, brasileiro, solteiro, serviços gerais, filho de Aécio Ferreira dos Santos e Maria Rodrigues doos Santos, nascido aos 09/03/1979, natural de Camacã/Ba, portador do RG n. 978654 SSP/RO, inscrito no CPF sob o n. 014.588.642-51, residente na Av. Marechal Rondon (ao lado do Posto Equador), n. 4244, bairro Centro, no município de Alvorada do Oeste/RO, Telefone: (69) 99251-8741, atualmente recolhido no Centro de Ressocialização de Alvorada do Oeste/RO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001575-67.2021.8.22.0011
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Assunto: Crimes de Trânsito
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: DIEGO FERREIRA DE LIMA, AV. MARECHAL RONDON, TELEFONE (69) 9. 9249 1673 (WHATSAPP). RESTAURANTE MIX SABORES (POSTO EQUADOR) - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo e suspensivo.
Intime-se o recorrido para apresentar as contrarrazões de apelação, no prazo de 10 (dez) dias (art. 82 § 2º, lei 9.099\95).
Após, remetam-se os autos à Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE MANDADO\OFÍCIO\PRECATÓRIA.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000665-79.2017.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Restabelecimento
EXEQUENTE: SEBASTIANA FURTADO DA SILVA, RD BR 364 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIS FERNANDO TAVANTI, OAB nº RO146627
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Vieram os autos conclusos em razão do erro material no despacho servindo como alvará judicial, em que informou conta diversa.
Assim, revogo o despacho de ID 82633390, e defiro o pedido de expedição de alvará judicial, servindo a presente como alvará judicial, devendo a exequente comprovar nos autos o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do alvará.
Caso a parte indique conta bancária para transferência, desde já, fica autorizada a expedição oficio ao Banco do Brasil S.A, caso em que deverá ser informado ao juízo quando da efetiva transferência eletrônica.
Comprovado o levantamento, deverá a exequente atualizar o valor do crédito remanescente e requerer o que entender de direito para prosseguimento da execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão.
Após, conclusos.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
DESPACHO SERVINDO DE ALVARÁ JUDICIAL/OFÍCIO:
FAVORECIDO(A): SEBASTIANA FURTADO DA SILVA - CPF n. 737.796.952-00.
FINALIDADE: AUTORIZAR a parte acima favorecida, ou seu advogado LUIS FERNANDO TAVANTI - OAB RO2333 (desde que com poderes específicos), a levantar todo dinheiro depositado na Conta Judicial de n. 3100128353357 , devendo ser comprovado neste juízo o efetivo levantamento em 30 (trinta) dias, contados do recebimento do Alvará
Após o recolhimento dos valores, a conta judicial deve ser zerada e encerrada.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 0002505-54.2014.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: CONCRETOS BEIRA RIO LTDA ME, RUA DOM AUGUSTO 983 CENTRO - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso de apelação e em obediência ao disposto no art. 1.010, § 3º, do CPC, deixo de exercer o juízo de admissibilidade.
Tendo em vista que a parte recorrida foi intimada, permanecendo inerte, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.
Intimem-se (DJe).
Expeça-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000644-64.2021.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Contratos Bancários
AUTOR: RENATO CLAUDINO XAVIER, LINHA 68 KM 04 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO, OAB nº RO2523, ROSA GRAZIELE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO11401
REU: BANCO DO BRASIL, AVENIDA TANCREDO NEVES 3610 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
Considerando a petição de ID 85470764, intimem-se as partes para, requererem o que entenderem necessário, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de julgamento.
Pratique-se o necessário.
Intimem-se via DJe.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000955-21.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Desconto em folha de pagamento, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: JOSE ORTOLANE FILHO, AVENIDA PRINCESA ISABEL 5530 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JUAN CARLOS DE SOUZA ASTENRETER, OAB nº RO12357, WILLIAN ORTOLANE CORDEIRO, OAB nº RO11623
REQUERIDO: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA, ALMIRANTE BARROSO 967, - ATÉ 559/560 CENTRO - 76801-094 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO7544, ALEX MOTA CORDEIRO, OAB nº RO2258A
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC, sob pena de extinção e arquivamento.
Após, conclusos.
Pratique-se o necessário.
Intime-se via DJe.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 2000055-94.2020.8.22.0011
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Assunto: Contravenções Penais
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, 0 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ROSIENE PRATES DOS SANTOS, AV SÃO PAULO 5388, INEXISTENTE TRES PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, SUELEN FONTINELI RUELA, AV. CASTELO BRANCO 5536, NÃO CONSTA SÃO FRANCISCO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Compulsando os autos, verifica-se que a suposta infratora Rosiane Prates dos Santos, cumpriu integralmente os termos da transação penal que lhe foi ofertada, razão pela qual o Ministério Público manifestou-se pela extinção da sua punibilidade (ID 85027060).
Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ROSIANE PRATES DOS SANTOS, que faço com fundamento no artigo 84, parágrafo único, da Lei nº. 9.099/1995.
Procedam-se às baixas necessárias ao caso em espécie, somente no que tange à suposta infratora Rosiane.
Sentença transitada em julgado na presente data, nos moldes do art. 1.000, P. U., do Código de Processo Civil - CPC, aplicado subsidiariamente à espécie.

Dê-se vistas ao Ministério Público do Estado de Rondônia, para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito em relação à SUELEN ONTINELI RUELA.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO:
ROSIANE PRATES DOS SANTOS, residente na Av. São paulo, n. 5388, Bairro Três Poderes, CEP: 76930-000, no município de Alvorada do Oeste/RO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000134-22.2019.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Multas e demais Sanções
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477 COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: MOACIR ANTONIO GRACIOLI, AV. CABO BARBOSA 1560 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Instados a se manifestarem do interesse na remessa do presente feito ao Núcleo 4.0, o exequente peticionou informando que não tem interesse na remessa.
Assim, mantenho a competência da presente demanda e dou prosseguimento.
1. Defiro o pleito da exequente ao ID 82828273, e determino que, oficie-se ao INSS para que informe a existência de vínculo empregatício ou fontes pagadoras em nome do executado, e se o executado recebe benefício previdenciário pago em seu favor, no prazo de 15 (quinze) dias.
2. Após, intime-se a parte exequente para manifestação, sob pena de arquivamento.
Somente então, tornem conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE DE OFÍCIO/CARTA/MANDADO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002075-02.2022.8.22.0011
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: NEUSA DE OLIVEIRA SILVA, LINHA C-40 S/N, LOTE 25 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA, KLEBER NUNES DE OLIVEIRA, LINHA C-40 S/N, LOTE 25, GLEBA 18 E LOTE 01 GB ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação monitória.
A autora comprovou o pagamento das custas iniciais (ID 84275579).
Assim, CITE-SE a parte requerida para pagar voluntariamente o débito, no valor devido, acrescido de honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 700 e 701, ambos do CPC,
O prazo para pagamento ou apresentar embargos à ação monitória é contado data de juntada aos autos do AR, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por Oficial de Justiça.

Sendo apresentado embargos no prazo legal, INTIME-SE a parte autora para impugnar em 15 (quinze) dias úteis (art. 702, § 5º, do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
Após, conclusos para sentença, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do CPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
Caso o réu satisfaça a obrigação no prazo legal, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC).
Efetuado o depósito, INTIME-SE a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Intime-se autora via DJE.
Cumpra-se.
DESPACHO SERVINDO COMO CARTA POSTAL/MANDADO/CARTA PRECARÓRIA
RÉUS: KLEBER NUNES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 685.259.582-04, endereço eletrônico não identificado, residente e domiciliado na Linha C-40, Lote 25, Gleba 18 e Lote 01 GB, Bairro Zona Rural, Cidade Urupa/RO, CEP 76.929-000;
NEUSA DE OLIVEIRA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 470.308.522-49, endereço eletrônico não identificado, residente e domiciliada na Linha C-40, S/N, Lote 25, Bairro Zona Rural, Cidade Urupa/RO, CEP 76.929-000.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000124-41.2020.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Repetição de indébito, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: ADIR RODRIGUES MONTEIRO, BR 429, KM 05 SITIO SANTA LUZIA S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ, Sabemi Seguradora SA, RUA SETE DE SETEMBRO 515, 5 ANDAR CENTRO HISTÓRICO - 90010-190 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS DOS REU: JULIANO MARTINS MANSUR, OAB nº RJ113786, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO, PROCURADORIA DA SABEMI SEGURADORA S/A
DESPACHO
Vistos.
Ao que parece, o processo já cumpriu seu desiderato.
Assim, nada mais havendo, arquive-se, com as baixas devidas no sistema.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000155-90.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: SERGIO PAULO KREITLOW, LINHA TN 26 KM 12 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA DUQUE DE CAXIAS 1378 NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO

Vistos.
Preenchidos os requisitos do artigo 534 do Código de Processo Civil (CPC), recebo o pedido de cumprimento de sentença.
1. Intime-se o INSS, na pessoa de seu(sua) representante judicial, via sistema PJE, para, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 535, caput, do CPC).
2. Havendo a oferta de impugnação, intime-se a parte exequente, por seu(sua) advogado(a)/procurador(a), para manifestação em 10 (dez) dias, após conclusos para decisão.
2.1 Se a parte exequente concordar com os valores apresentados na impugnação, expeça(m)-se RPV(s)/precatório(s) em seu favor, independente de nova decisão. Neste caso, arbitro honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% (dez por cento) do valor da execução (artigo 85, §§2º e 3º, inciso I, do CPC), deduzidos os honorários da fase de conhecimento, cujo montante deverá ser acrescido ao débito principal (artigo 85, §13, do CPC).
2.2 Não havendo concordância da parte exequente, promova-se a conclusão do feito para o gabinete.
3. Em caso de concordância do executado ou decorrido o prazo in albis, proceda-se ao necessário para expedição de RPV/precatório (artigo 910, §1º, do CPC), tornando possível o pagamento do valor e disponibilização para a parte exequente. Neste caso, também arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor exequendo, seguindo a orientação da Corte Superior de que referida verba é devida nas execuções contra a Fazenda Pública, quando o pagamento do crédito está sujeito ao regime de RPV, independente de impugnação. Por outro lado, não são devidos honorários advocatícios na hipótese de expedição de precatório, vez que não terá ocorrido a impugnação (artigo 85, §7º, CPC).
4. Expedida(s)/o(s) a(s)/o(s) RPV(s)/precatório(s), determino a suspensão do feito enquanto estiver pendente a quitação.
5. Com a comprovação do cumprimento da(s)/o(s) RPV(s)/precatório(s):
5.1 Expeça(m)-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores depositados judicialmente, autorizando o saque pelo(a) advogado(a), desde que ele(a) possua poderes específicos para tanto.
5.2 Após, intime-se o(a) patrono(a) da parte para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
5.3 Somente então venham-se os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Intime-se exequente por DJE e INSS via sistema PJE.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO/MANDADO/OFÍCIO.
Alvorada do Oeste/RO, terça-feira, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juíz(a) de Direito

COMARCA DE BURITIS

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (quinze) dias
Processo : 1001362-75.2017.8.22.0021
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
DENUNCIADO: LUIZ HENRIQUE PETTENON e outros
Advogados do(a) DENUNCIADO: ADEMAR SILVEIRA DE OLIVEIRA - RO503-A-A, RUBENS FERREIRA DE CARVALHO BARBOSA - RO5178
Advogados do(a) DENUNCIADO: RUBENS FERREIRA DE CARVALHO BARBOSA - RO5178, ADEMAR SILVEIRA DE OLIVEIRA - RO503-A-A
Intimação DE
01- LUIZ HENRIQUE PETTENON - brasileiro, profissão, inscrito no CPF n°191.054.522-87, portador do RG n°162.597 SSP/RO , nascido em 04/06/1966, no Município de Cruz Machado/PR, filho de José Pettenon e Dorcelina Maria Petenin, residente e domiciliado à Rua 7ª Rua do Setor 06, 3170, Ariquemes/RO. Tel. 98405-3568, estando em lugar incerto e não sabido

02- ELIANE MARIA SANTOS DE MIRANDA - brasileira, casada, funcionária pública, CTPS n. 36.898, Série 0008-RO, CPF 855.791.652-54, Residente e domiciliada na 7ª Rua do setor 02, 1782, Ariquemes-RO - Fone (69) 98404-3568, estando em lugar incerto e não sabido FINALIDADE: De ordem do(a) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Genérica desta Comarca, PEDRO SILLAS CARVALHO, proceda o Sr. Oficial de Justiça à INTIMAÇÃO do réu acima qualificado, para comparecer nesta 2ª Vara Genérica (Fórum local), no prazo de 10 (dez) dias, para ambos efetuarem o pagamento da MULTA no valor de R$ 386,65 (trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos),devendo a multa ser depositada na boca do caixa do Banco do Brasil, na agência 2757-X, c/c 12090-1, e CUSTAS processuais no valor de R$ 636,92 (seiscentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos), ou solicite a prorrogação do prazo ou parcelamento justificando seu pedido, sob pena de inscrição na divida.
OBS- o mesmo valor para os dois réus
Eu, ___Belª. Antônia Izaleth Siqueira Chaves - Diretor(a) da 2ª Vara, mandei digitar o presente, subscrevi e assino por determinação Judicial.
Buritis/RO, 14 de dezembro de 2022.
PEDRO SILLAS CARVALHO
Juiz(a) de Direito
(assinado digitalmente)
Rua Taguatinga, nº 1385, Setor 03, Buritis/RO, CEP 76880-000
Telefone: (69) 3309-8722. E-mail: bts2generica@tjro.jus.br

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CÍVEL

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000537-68.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MEGA MOTOS COMERCIO DE RONDONIA LTDA - ME, AV.25 DE AGOSTO 4611 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
REU: WILTON GUALOA SOARES, BR 429, KM 58-SÃO DOMINGOS S/N BR 429, KM 58-SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de Cumprimento de Sentença. (arts. 523 e 525 do CPC/2015).
1 - Intime-se a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague, voluntariamente, o valor atualizado e discriminado do débito, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor da condenação e demais cominações legais, nos termos do art. 523 do CPC, e regular execução da sentença, com os devidos atos expropriatórios.
Advirta-se a parte executada de que, após decorrido o prazo acima assinalado para cumprimento voluntário da obrigação de pagar, começará a fluir o prazo, também de 15 (quinze) dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do §4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Caso o pagamento do valor executado seja efetuado, voltem os autos conclusos.
Decorrido o prazo da impugnação, não havendo informação de satisfação da obrigação nos autos, dê prosseguimento à execução.
2- Intimem-se a exequente para, em 05 (cinco) dias apresentar cálculo atualizado, sob pena de ser considerado o constante nos autos.
Após, concluso para deliberações quanto aos pedidos de Id 85455172.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: MEGA MOTOS COMERCIO DE RONDONIA LTDA - ME, AV.25 DE AGOSTO 4611 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU: WILTON GUALOA SOARES, BR 429, KM 58-SÃO DOMINGOS S/N BR 429, KM 58-SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001800-38.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTORES: VALQUIRIA SANTOS ARAUJO, LINHA 21-G ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, JURACY DE OLIVEIRA ARAUJO, LINHA 21-G ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: LUCIANO SUAVE COUTINHO, OAB nº RO10800, EDNEI RANZULA DA SILVA, OAB nº RO10798
REU: E J CHAVES REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI, AMAZONAS 2638, FUNDOSFUNDOS CENTRO - 76963-810 - CACOAL - RONDÔNIA, BIGSAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRICAO ANIMAL LTDA., ÁREA RURAL s/n, BR 364, KM 8 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: LUIZ FELIPE TESTA CANEGUIM, OAB nº SP428441
DECISÃO
Vistos.
O documento de Id 84881432, informa que a executada VALQUIRIA responde a duas ações judiciais como parte, mas que o valor da dívida não foi inserido nos cadastros de proteção ao crédito.
Desta forma, verifico que a dívida não pode ser vista por empresas que consultarem o CPF na Serasa, já que encontra-se lançada para efeitos de Score.
O Score nada mais é do que a garantia do credor de que irá receber a contraprestação do crédito fornecido.
A pontuação do Score varia de 0 a 1.000 e indica menor risco para a concessão de crédito à medida que se aproxima de 1.000.
O fato de haver dívidas em aberto no CPF da executada acarreta em diminuição do Score, que decorre do próprio mecanismo do sistema de computar o adimplemento das obrigações assumidas de forma positiva e o inadimplemento, de forma negativa.
O não pagamento da dívida constante do cadastro em tela, não advém para o devedor nenhuma situação de anotação de cadastros restritivos de crédito, e se não houver o pagamento, não haverá consequências outras, senão aquela da manutenção do score do devedor, que já é devedor.
Desse modo, não há que se declarar inexigível um débito legitimamente contraído. O que o ordenamento jurídico veda é a cobrança judicial dessa dívida e a cobrança extrajudicial que exponha o devedor a uma situação vexatória, o que não é o caso.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DÍVIDA. PRESCRIÇÃO. INSCRIÇÃO SERASA LIMPA NOME. POSSIBILIDADE. ESCORE DE CRÉDITO. REGISTRO DE ADIMPLEMENTO. A prescrição de dívida afasta apenas a pretensão do credor de exigir o débito judicialmente, mas não extingue o débito ou o direito subjetivo da cobrança na via extrajudicial. Precedentes do STJ: AgInt no AREsp 1592662/SP e AgInt no AREsp 1587949/SP. Serasa Limpa Nome é uma plataforma de negociação de dívidas e não se confunde com a inscrição no cadastro de inadimplentes. O escore de crédito regula-se pela Lei nº 12.414/2011, que permite o registro de informação de adimplemento por até 15 anos. (TJ-DF 07368045320208070001 DF 0736804-53.2020.8.07.0001, Relator: ESDRAS NEVES, Data de Julgamento: 09/02/2022, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/03/2022 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SERASAJUD. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL. MANUTENÇÃO. CONVÊNIO. DADOS PÚBLICOS. 1. A informação da existência de ação judicial pendente é dado público e verdadeiro, justificando-se pela existência de convênio estabelecido entre o SERASA e este e. TJDFT. 2. Determinar a retirada dos dados ofenderia o princípio da publicidade, dando sigilo a uma ação judicial sem essa característica, somente sendo possível a exclusão com a extinção da execução de título extrajudicial. 3. Negou-se provimento ao agravo de instrumento. (TJ-DF 07128949720208070000 DF 0712894-97.2020.8.07.0000, Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 03/09/2020, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/09/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.). Grifei.
Desta forma, indefiro o pedido da parte executada, eis que a consulta juntada deixa claro que não há restrições por negativação ao CPF do autor.
Outrossim, depreende-se dos autos que não foi instaurada regularmente a relação processual, eis que a parte requerida E J CHAVES REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI não foi citada (Id 83695853).
Posto isso, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA postulada pela parte autora (Id 84833272), para que surtam os devidos efeitos, nos termos do art. 200, parágrafo único do CPC, e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução de mérito em relação à requerida E J CHAVES REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI , conforme art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil.
Por conta disso, determino a exclusão desta requerida do polo passivo da lide no sistema PJE.
Em relação ao pedido de dilação de prazo para apresentar contestação, apresentado pela requerida BIGSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRIÇÃO ANIMAL S.A, indefiro-o de plano, eis que a demandada saiu ciente da audiência de que o processo prosseguiria e que deveria apresentar manifestação no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, eis que intimada dos termos da decisão inaugural de Id 83331536
Além do mais, observo que a ata de audiência foi juntada ao feito no mesmo dia em que ocorreu a audiência de tentativa de composição das partes, o que cai por terra a tese do requerido de que desconhecia o teor da ata e não teve tempo hábil para apresentar defesa (Id 84833272).
Considerando a ausência de contestação da requerida BIGSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRIÇÃO ANIMAL S.A, DECRETO sua revelia (art. 344, CPC).

Intimem-se as partes para especificar provas que pretendem produzir.
Caso desejem produzir prova oral, deverão apresentar o rol de testemunha e dizer se pretendem a intimação da parte contrária para prestar depoimento pessoal, informando qual ponto controvertido pretendem esclarecer com a produção da prova oral. As testemunhas deverão ser intimadas nos termos do art. 455, do Código de Processo Civil.
Caso pretendam produzir prova pericial, deverão juntar os quesitos de perícia e, se desejarem, indicarem assistente técnico.
Caso pretendam produzir novas provas documentais, que venham anexas à resposta a presente decisão.
Prazo comum: 15 (quinze) dias.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTORES: VALQUIRIA SANTOS ARAUJO, LINHA 21-G ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, JURACY DE OLIVEIRA ARAUJO, LINHA 21-G ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: E J CHAVES REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI, AMAZONAS 2638, FUNDOSFUNDOS CENTRO - 76963-810 - CACOAL - RONDÔNIA, BIGSAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRICAO ANIMAL LTDA., ÁREA RURAL s/n, BR 364, KM 8 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7002211-81.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: VANUZI CRISTINA MONTANHOLI, RUA T 27 s/n. CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AV. CHIANCA s/n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de gratuidade de justiça, por ora, uma vez que a parte requente não apresentou comprovantes de sua hipossuficiência financeira. Oportunamente, esclareço que deixo de abrir prazo para a requerente emendar à inicial, pois o indeferimento não lhe trará qualquer prejuízo, ante a inexiste da obrigação de pagar custas nesta fase processual e a possibilidade de apresentar eventual pedido de gratuidade em sede de recurso.
Deixo de designar a audiência de conciliação, prevista no art. 7º da Lei nº 12.153/2009, no entanto, havendo interesse do requerido em apresentar proposta de acordo, deverá constar expressamente na contestação os termos, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
1) Cite-se o réu, advertindo-se que deverá apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, em observância ao disposto no art. 7º da Lei nº 12.153/2009, sob pena de preclusão.
1.1) Consigne-se ainda que o requerido deverá apresentar, no mesmo prazo da defesa, a documentação que disponha para esclarecimento da causa, art. 9º, Lei nº 12.153/2009 - em especial, porquanto a apresentação de tais documentos constitui-se em ônus da parte requerida, a exemplo de folhas de frequência dos dias trabalhados referentes ao período postulado na inicial e correspondentes valores de verbas remuneratórias, bem como os seus respectivos reajustes dentro do período postulado, pertinentes à realidade funcional da parte requerente, visto que se trata de informações indispensáveis à quantificação do eventual montante devido, em caso de condenação, e sob pena de serem acolhidos os cálculos apresentados pela parte autora em fase de cumprimento de sentença.
2) Sobrevindo contestação, abra-se vista ao autor pelo prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente réplica.
2.1- Consigne-se ao autor, do teor da presente decisão, advertindo-lhe de que qualquer alteração de endereço deverá ser comunicada ao Juízo sob pena de reputarem-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado (§ 2º, art. 19, Lei nº 9.099/95).
3) Em seguida, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento (10 dias).
4) Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento processual, deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Cite-se e intimem-se.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: VANUZI CRISTINA MONTANHOLI, RUA T 27 s/n. CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AV. CHIANCA s/n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001477-33.2022.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: GERLUZ DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - ME, AV. CHIANCA 1243 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: AMERICO DA SILVA LIMA, AV CHIANCA 2889 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1. Recebo o pedido de Cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525 do CPC/2015). Altere-se a classe processual.
2. Desta Feita, DETERMINO que os autos sejam encaminhados à contadoria judicial para elaboração de planilha atualizada do valor devido, conforme o estabelecido na sentença proferida nos autos.
3 - Intime-se a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague, voluntariamente, o valor atualizado e discriminado do débito, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor da condenação e demais cominações legais, nos termos do art. 523 do CPC, e regular execução da sentença, com os devidos atos expropriatórios.
Advirta-se a parte executada de que, após decorrido o prazo acima assinalado para cumprimento voluntário da obrigação de pagar, começará a fluir o prazo, também de 15 (quinze) dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do §4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Caso o pagamento do valor executado seja efetuado, voltem os autos conclusos.
Decorrido o prazo da impugnação, não havendo informação de satisfação da obrigação nos autos, dê prosseguimento à execução.
Após, concluso para deliberações.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: GERLUZ DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - ME, AV. CHIANCA 1243 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: AMERICO DA SILVA LIMA, AV CHIANCA 2889 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7002212-66.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: VANUZI CRISTINA MONTANHOLI, RUA T 27 s/n. CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AV. CHIANCA s/n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de gratuidade de justiça, por ora, uma vez que a parte requente não apresentou comprovantes de sua hipossuficiência financeira. Oportunamente, esclareço que deixo de abrir prazo para a requerente emendar à inicial, pois o indeferimento não lhe trará qualquer prejuízo, ante a inexiste da obrigação de pagar custas nesta fase processual e a possibilidade de apresentar eventual pedido de gratuidade em sede de recurso.
Deixo de designar a audiência de conciliação, prevista no art. 7º da Lei nº 12.153/2009, no entanto, havendo interesse do requerido em apresentar proposta de acordo, deverá constar expressamente na contestação os termos, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
1) Cite-se o réu, advertindo-se que deverá apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, em observância ao disposto no art. 7º da Lei nº 12.153/2009, sob pena de preclusão.
1.1) Consigne-se ainda que o requerido deverá apresentar, no mesmo prazo da defesa, a documentação que disponha para esclarecimento da causa, art. 9º, Lei nº 12.153/2009 - em especial, porquanto a apresentação de tais documentos constitui-se em ônus da parte requerida, a exemplo de folhas de frequência dos dias trabalhados referentes ao período postulado na inicial e correspondentes valores de verbas remuneratórias, bem como os seus respectivos reajustes dentro do período postulado, pertinentes à realidade funcional da parte requerente, visto que se trata de informações indispensáveis à quantificação do eventual montante devido, em caso de condenação, e sob pena de serem acolhidos os cálculos apresentados pela parte autora em fase de cumprimento de sentença.

2) Sobrevindo contestação, abra-se vista ao autor pelo prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente réplica.
2.1- Consigne-se ao autor, do teor da presente decisão, advertindo-lhe de que qualquer alteração de endereço deverá ser comunicada ao Juízo sob pena de reputarem-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado (§ 2º, art. 19, Lei nº 9.099/95).
3) Em seguida, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento (10 dias).
4) Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento processual, deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Cite-se e intimem-se.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: VANUZI CRISTINA MONTANHOLI, RUA T 27 s/n. CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AV. CHIANCA s/n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000648-91.2018.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: BASILIO PARY LEDEZMA, AV. MAMORÉ 912 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA, OAB nº RO182
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Sobreveio aos autos a Certidão de Óbito da exequente, com pedido de habilitação apenas da herdeira YONE MORENO JUSTINO PARY (Id 66831192).
Como é cediço, a morte é causa de extinção do mandato do advogado, nos termos do art. 682, II, do CC, necessitando, para regular processamento do feito, habilitação dos sucessores e regularização da representação processual.
Por tais razões, o falecimento de qualquer das partes implica na suspensão do processo, durante o qual não pode ser praticado nenhum ato processual, nem corre prazo algum, consoante o disposto no inciso I, do art. 313, e seu § 1º, do CPC.
Assim, ocorrendo o falecimento da parte demandante no curso do processo, seus herdeiros podem se habilitar como sucessores, devendo ser observado o procedimento próprio de habilitação, tal como preceitua o art. 687, do CPC, in verbis:
Art. 687. A habilitação ocorre quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.
Art. 688. A habilitação pode ser requerida:
I – pela parte, em relação aos sucessores do falecido;
II – pelos sucessores do falecido, em relação à parte.
Art. 689. Proceder-se-á à habilitação nos autos do processo principal, na instância em que estiver, suspendendo-se, a partir de então, o processo.
Desta feita, a teor do art. 313, I, do Código de Processo Civil, SUSPENDO o processo, pelo prazo de 30 (trinta) dias para que seja procedida a habilitação de todos os herdeiros, a fim de dar prosseguimento à demanda.
Intimem-se.
Diligencie-se com as formalidades legais.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: BASILIO PARY LEDEZMA, AV. MAMORÉ 912 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001097-44.2021.8.22.0016
CLASSE: Produção Antecipada de Provas Criminal
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

REQUERIDO: J. F. A. C., LINHA 65 km 1, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro parcialmente o pedido do Ministério Público (Id 85511616).
Em consulta ao Sistema SISBAJUD localizou-se novo endereço do réu, conforme verifica-se do espelho de consulta anexo.
Desta forma, determino que seja realizada a citação de J.F.A.C.. para tomar ciência do ato designado, bem como para que constitua advogado, ou manifeste, no ato da intimação se tem interesse em ser representado por Defensor Público. Não há necessidade contestação ou resposta. Há a possibilidade, em querendo, da apresentação de quesitos.
Designo o dia 14 de março de 2023, às 10h00min para a realização da oitiva sem dano da menor A.K.M.O., devendo esta ser acompanhada de um responsável legal, a ser realizada no Fórum Suzy Soares Silva Gomes (Núcleo Psicossocial - NPS), localizado a Av. Chianca, 1061 - Centro – CEP: 76937-000, nos moldes como preconiza o PROVIMENTO CONJUNTO N. 001/2021-PR-CGJ, publicado no DJE n. 023, datado de 04 de fevereiro de 2021, que estabelece os procedimentos para o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos termos da Lei n. 13.431/2017, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: J. F. A. C., LINHA 65 km 1, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001646-54.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: SOLANGE DA SILVA, AVENIDA 10 DE ABRIL 1531, NÃO CONSTA SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: LUIZ HENRIQUE ALVES PARADA, AV: ROCHA LEAL 255, APT. 14 TAMANDARÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de Id 84825244, eis que o veículo registrado em nome da parte executada encontra-se com restrições de outros credores, os quais tem preferência sobre o bem.
Sendo assim, intime-se o exequente para manifestar-se em termos de prosseguimento, indicando bens passíveis de penhora, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de imediata extinção do feito.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: SOLANGE DA SILVA, AVENIDA 10 DE ABRIL 1531, NÃO CONSTA SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: LUIZ HENRIQUE ALVES PARADA, AV: ROCHA LEAL 255, APT. 14 TAMANDARÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 0001416-44.2015.8.22.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, AV. CHIANCA COM DEMÉTRIO MELLA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INDICIADO: JOAZ TOMICHÁ MENDES, RUA ANTONIO SERAFIM 2261, P. A GARAGEM DOS ONIBUS SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
INDICIADO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
Considerando a manifestação do Ministério Público (Id 85505890), bem como a distribuição do executivo de pena via sistema SEEU (Id 81910733), determino o arquivamento dos autos imediatamente.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, AV. CHIANCA COM DEMÉTRIO MELLA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
INDICIADO: JOAZ TOMICHÁ MENDES, RUA ANTONIO SERAFIM 2261, P. A GARAGEM DOS ONIBUS SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000794-93.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: TAIGO NASCIMENTO DO ESPIRITO SANTO, BR 429, KM 58 SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: CELINA MIRANDA, ALAMEDA SANTOS 960, 8 E 9 ANDAR CERQUEIRA CÉSAR - 01418-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em atenção a certidão de Id 83811091, intime-se a parte requerida CELINA MIRANDA, para que apresente aos autos os comprovantes das despesas despendidas, a fim de possibilitar que contador judicial realize a atualização do crédito.
Para tanto, concedo-lhe o prazo de 15 dias.
Após, concluso para deliberação quanto aos demais questionamento da contadoria.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: TAIGO NASCIMENTO DO ESPIRITO SANTO, BR 429, KM 58 SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: CELINA MIRANDA, ALAMEDA SANTOS 960, 8 E 9 ANDAR CERQUEIRA CÉSAR - 01418-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001302-39.2022.8.22.0016
CLASSE: Petição Criminal
REQUERENTE: REINALDO VICENTE DOS REIS, AVENIDA CHIANCA 1692, APTO 02 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: J. D. D. D. C. D. C. M., AV. CHIANCA 1061, FORUM DE JUSTIÇA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
O DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE COSTA MARQUES por meio de requerimento de Autorização para Destruição de Veículo Automotor e Venda das Peças Utilizáveis (Id 79843055), informou que o automóvel (marca Toyota, modelo Etios, placa PZK 9H39, cor Branca) foi apreendido em 06 de abril de 2019, porém, o bem nunca foi solicitado pelo seu proprietário, tampouco, a Polícia Civil Conseguiu contatá-lo.
Diante dos fatos, a autoridade policial requereu que fosse decretada a perda do veículo em favor da Polícia Civil, com autorização para destruição do automóvel e venda das peças servíveis.
Instado, o Ministério Público manifestou-se favorável à doação do do bem à Polícia Civil (Id 84292239).

É o breve relato. Decido.
Do compulsar dos autos, verifico que o proprietário legítimo do veículo não o reclamou até a presente data, demonstrando desinteresse ou impossibilidade de comprovação da origem lícita do veículo, impossibilitando qualquer tentativa de devolução (Id 79843057 - pág. 2).
Requisitada complementação de informações sobre o estado de conservação do veículo, veio a informação de que o mesmo se encontra em péssimo estado e não apresenta condições de circulação, e possui atualmente valor ínfimo - R$5.500,00 (Id 83846803), resultando na antieconomicidade da alienação judicial, cujas despesas seriam superiores ao valor do bem, ou até busca pelo proprietário, caso fosse possível consguir contatá-lo, pois reside no Estado do Pará.
Portanto, não possuindo o veículo em questão nenhuma utilidade para o feito e sendo absolutamente inservível e deteriorado, DECLARO A PERDA e a CLASSIFICAÇÃO COMO SUCATA do automóvel (marca Toyota, modelo Etios, placa PZK 9H39, cor Branca), na forma do art. 328, §1º, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como procedo a doação do bem em favor da Polícia Civil do Estado de Rondônia.
Autorizo a Polícia Civil do Estado de Rondônia destruir o veículo automotor e realizar a venda das peças utilizáveis, no entanto, deverá prestar contas a este Juízo da destinação dada ao veículo e aos valores arrecadados, no prazo de 20 (vinte) dias.
Serve de ofício ao Detran/PA para devida baixa no registro deste veículo junto àquele órgão.
Dados do proprietário e veículo:
Nome GIDEON RODRIGUES DE CASTRO CPF/CNPJ 002.560.841-06
Endereço TRV DO 55 N 09, N° , , ZONA RURAL - VITORIA DO XINGU - PA, CEP: 68383-000
Marca/ModeloTOYOTA/ETIOS SD XS 15 AT
Ano Fabricação2017 Ano Modelo2018
PlacaPZK9H39 Placa Anterior PZK9739
Chassi 9BRB29BT0J2160280
Publique-se. Registre-se. Oficie-se. Intime-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: REINALDO VICENTE DOS REIS, AVENIDA CHIANCA 1692, APTO 02 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: J. D. D. D. C. D. C. M., AV. CHIANCA 1061, FORUM DE JUSTIÇA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000402-56.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: S. M. S., AVENIDA C 1 139, QD 319, LOTE 12, AP. 904, RES. NIAGARÁ FAZZS, 1024 JARDIM AMÉRICA - 74265-010 - GOIÂNIA - GOIÁS
ADVOGADO DO AUTOR: SUELEN MONTEIRO SENA, OAB nº GO53607
REU: L. F. L., AV. 07 DE ABRIL 1169 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: KAMILA BARBOSA DOS SANTOS LOPES BORGES, OAB nº RO12157
DECISÃO
Vistos.
Antes de deliberar quanto ao teor da petição inclusa no Id 84799116, prudente que as informações sejam averiguadas, a fim de evitar cerceamento de defesa, motivo pelo qual determino a intimação do gestor do CAC e/ou CPE para que certifique se a exordial encontra-se com visibilidade restrita para as partes e qual o período em que permaneceu desta forma
Após, concluso para deliberação.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: S. M. S., AVENIDA C 1 139, QD 319, LOTE 12, AP. 904, RES. NIAGARÁ FAZZS, 1024 JARDIM AMÉRICA - 74265-010 - GOIÂNIA - GOIÁS
REU: L. F. L., AV. 07 DE ABRIL 1169 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001482-89.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: EDILEUZA FERREIRA DA SILVA, RUA ANTONIO SERAFIM S/N SETOR CHACAREIRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se impugnação à execução, apresentada pelo ESTADO DE RONDÔNIA, o qual solicita que a parte exequente seja intimada a se manifestar, sob as penas da lei, quanto à ausência de cobrança/execução, em outro processo, da mesma verba pleiteada nestes autos (Id 83234508).
Instada, a exequente manifestou pelo indeferimento do pedido, por acreditar que a confecção de declaração irá ferir o Princípio da Boa-Fé Processual, bem como requereu que o executado fosse intimado para que confeccionasse declaração de que "irá pagar todas verbas/direitos do (a) exequente e /ou de seu patrono, tanto na esfera judicial ou administrativa, a fim de evitar o seu enriquecimento ilicíto".
É o necessário. Decido.
A parte executada não se insurgiu quanto aos cálculos apresentados pela exequente, de forma que homologo-os, no importe de R$4.662,42 (quatro mil e seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos) (Id 80249837).
Não obstante o pedido do executado no sentido de que a exequente fosse intimada a se manifestar quanto à ausência de cobrança/execução, em outro processo, da mesma verba pleiteada nestes autos, entendo que a declaração nesse sentido é desnecessária, porquanto inequívoco que as questões debatidas neste feito e sobre as quais recaiu o fenômeno da coisa julgada, não mais poderão fundamentar outras ações, com o mesmo objeto, da mesma forma que indefiro o pedido da parte exequente quanto a eventual determinação de declaração de confissão de dívida pelo ente público.
Registro que, tratando-se de matéria preclusa, eventual cobrança/execução indevida de valores em duplicidade em outro processo acarretarão a responsabilização da parte, pela condutada eivada de ilegalidade.
Desta forma, determino que expeça-se RPV para pagamento do débito (Id 80249837).
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: EDILEUZA FERREIRA DA SILVA, RUA ANTONIO SERAFIM S/N SETOR CHACAREIRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000117-63.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JUSCELINO SILVA, TIRADENTES 8958 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, CENTRO 2026 AVENIDA CABIXI - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
DECISÃO
Vistos.
Considerando o teor da manifestação apresentada pelo executado (Id 83073200), intime-se a parte exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: JUSCELINO SILVA, TIRADENTES 8958 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, CENTRO 2026 AVENIDA CABIXI - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7002213-51.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: SULLIVAN CRISTIAN DE ANDRADE SCHARF, LINHA 10, KM 27 S/N, ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA DA CRUZ, OAB nº RO8144

REU: I. -. I. N. D. S. S., AC ARIQUEMES 2375, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A declaração de hipossuficiência juntada aos autos, por si só, se reputa insuficiente para demonstrar ausência de recursos a ponto de não ser possível arcar com as custas provenientes do processo judicial.
Há que se registrar que a Constituição Federal assegura, nos termos do art. 5º, LXXIV, que " [...]o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Assim, é sabido que, para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração, o que não se verifica no presente caso.
Assim, INTIME-SE o requerente para que emende a inicial, a fim de recolher as custas iniciais ou juntar comprovantes/documentos que demonstrem a sua hipossuficiência: últimas declarações de imposto de renda, Certidões emitidas pelo DETRAN e IDARON, extratos bancários de todas as contas dos últimos 03 (três) meses e certidão dos cartórios de imóveis, bem como demais documentos que a parte entenda pertinente.
Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento da determinação, sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: SULLIVAN CRISTIAN DE ANDRADE SCHARF, LINHA 10, KM 27 S/N, ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: I. -. I. N. D. S. S., AC ARIQUEMES 2375, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 0000087-21.2020.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INVESTIGADO: JOAO MARCOS ACACIO DOS SANTOS, RUA T- 40 2166 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO INVESTIGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
JOÃO MARCOS ACÁCIO DOS SANTOS, qualificado nos autos em epígrafe, requereu PARCELAMENTO DA PENA DE MULTA referente ao valor de R$1.267,60 (Id 82573139), dividido em 10 prestações, sendo R$ 126,76 mensais (Id 83691344), a ser descontado diretamente da folha de pagamento do réu, junto ao órgão empregador (Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO).
Instado, o Ministério Público manifestou-se favorável ao deferimento do pedido (Id 84923936).
É o breve relato. Decido.
Diante do contexto processual, em que pese estar bem fundamentado o pedidos pelo parcelamento da pena de multa e o Parecer Ministerial, verifico que o sistema de cadastramento de parcelamento da pena de multa só admite até 8 prestações mensais, motivo pelo qual se tona inviável o Juízo de conhecimento deferir o pedido em 10 prestações.
Ante o exposto e por tudo que consta dos autos, indefiro o pedido de parcelamento da pena de multa em 10 prestações e determino que se intime a Defesa para o acusado realizar o pagamento da pena de multa do valor integral de R$1.267,60 pelo prazo de 30 dias ou para o acusado pagar o valor de R$1.267,60, dividido em 8 prestações mensais de R$158,45, sendo que a primeira prestação deverá ser pago em 31/01/2023 e as demais nos meses subsequentes.
Alternativamente, em concretude aos princípios da celeridade e economia processual serve a presente como MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Vencido o prazo sem o devido pagamento, vista ao Ministério Público para tomar as providências cabíveis perante o Juízo da Execução.
Expeça-se o necessário para o cumprimento da sentença.
Após a juntada da informação do cumprimento da realização do pagamento da pena de multa do valor integral ou do valor parcelado pelo acusado ou, ainda, após a manifestação Ministerial informando que foram realizadas as providênicas perante o Juízo da Execução, arquive-se o presente feito com as cautelas e anotações de praxe.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:

AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
INVESTIGADO: JOAO MARCOS ACACIO DOS SANTOS, RUA T- 40 2166 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001772-70.2022.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: DIEGO RODRIGO CORDEIRO, RUA PRATA 4465 LOTEAMENTO OURO VERDE - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715, NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
EXECUTADO: VALQUIRIA SANTOS ARAUJO, RUA AMIZAEL GOMES DA SILVA 5158 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: EDNEI RANZULA DA SILVA, OAB nº RO10798
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial.
Foi recebida a inicial e indeferida a antecipação da tutela (Id 83090556), sendo designada audiência de tentativa de conciliação.
Posteriormente a parte executada adveio nos autos requerendo a concessão de tutela de urgência satisfativa de natureza incidental, visando a suspensão dos autos 7001772-70.2022.8.22.0016 e a retirada do nome da executada do Órgão de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA).
Em ato contínuo houve a realização da audiência de conciliação, a qual restou infrutífera (Id 84415370).
Após vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Segundo as disposições do artigo 294, do CPC, a tutela provisória pode fundar-se em urgência ou evidência, de modo incidental ou cautelar, vejamos:
Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
Outrossim, o artigo 300, do CPC, diz que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
A probabilidade do direito e o perigo de dano são cumulativos, estando a concessão da tutela de urgência vinculada à sua comprovação.
No caso concreto, se o débito está sendo discutido em Juízo, ainda que não haja evidências concretas para determinar, inicialmente, o seu cancelamento pelos documentos oferecidos, não vislumbra-se a possibilidade de irregularidades na sua constituição.
Além do mais, o executado não comprovou a relação de prejudicialidade entre a ação de conhecimento e a presente execução, tampouco, que o prosseguimento da presente ação causaria eventual insegurança jurídica, já que a demanda se arrasta sem que o exequente obtenha êxito em receber o crédito cobrado.
Ademais, cabe ao executado, na ação de conhecimento por ele ajuizada, demonstrar a presença dos requisitos processuais para a concessão de tutela provisória que suste a produção de efeitos do título em que se funda a presente execução, de forma que o pedido no bojo deste autos encontra-se desarrazoado.
Desta forma, por ausência dos requisitos legais, Indefiro o pedido de suspensão dos autos.
O documento de Id 83907059, informa que a executada VALQUIRIA responde a duas ações judiciais como parte, mas que o valor da dívida não foi inserido nos cadastros de proteção ao crédito.
Desta forma, verifico que a dívida não pode ser vista por empresas que consultarem o CPF na Serasa, já que encontra-se lançada para efeitos de Score.
O Score nada mais é do que a garantia do credor de que irá receber a contraprestação do crédito fornecido.
A pontuação do Score varia de 0 a 1.000 e indica menor risco para a concessão de crédito à medida que se aproxima de 1.000.
O fato de haver dívidas em aberto no CPF da executada acarreta em diminuição do Score, que decorre do próprio mecanismo do sistema de computar o adimplemento das obrigações assumidas de forma positiva e o inadimplemento, de forma negativa.
O não pagamento da dívida constante do cadastro em tela, não advém para o devedor nenhuma situação de anotação de cadastros restritivos de crédito, e se não houver o pagamento, não haverá consequências outras, senão aquela da manutenção do score do devedor, que já é devedor.
Desse modo, não há que se declarar inexigível um débito legitimamente contraído. O que o ordenamento jurídico veda é a cobrança judicial dessa dívida e a cobrança extrajudicial que exponha o devedor a uma situação vexatória, o que não é o caso.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DÍVIDA. PRESCRIÇÃO. INSCRIÇÃO SERASA LIMPA NOME. POSSIBILIDADE. ESCORE DE CRÉDITO. REGISTRO DE

ADIMPLEMENTO. A prescrição de dívida afasta apenas a pretensão do credor de exigir o débito judicialmente, mas não extingue o débito ou o direito subjetivo da cobrança na via extrajudicial. Precedentes do STJ: AgInt no AREsp 1592662/SP e AgInt no AREsp 1587949/SP. Serasa Limpa Nome é uma plataforma de negociação de dívidas e não se confunde com a inscrição no cadastro de inadimplentes. O escore de crédito regula-se pela Lei nº 12.414/2011, que permite o registro de informação de adimplemento por até 15 anos. (TJ-DF 07368045320208070001 DF 0736804-53.2020.8.07.0001, Relator: ESDRAS NEVES, Data de Julgamento: 09/02/2022, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/03/2022 . Pág.: Sem Página Cadastrada.). Grifei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SERASAJUD. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL. MANUTENÇÃO. CONVÊNIO. DADOS PÚBLICOS. 1. A informação da existência de ação judicial pendente é dado público e verdadeiro, justificando-se pela existência de convênio estabelecido entre o SERASA e este e. TJDFT. 2. Determinar a retirada dos dados ofenderia o princípio da publicidade, dando sigilo a uma ação judicial sem essa característica, somente sendo possível a exclusão com a extinção da execução de título extrajudicial. 3. Negou-se provimento ao agravo de instrumento. (TJ-DF 07128949720208070000 DF 0712894-97.2020.8.07.0000, Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 03/09/2020, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/09/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.). Grifei.

Por fim, deixo de receber os embargos apresentados pela parte executada, porquanto interposto de forma irregular, por meio de simples petição, apresentada nestes autos.

No mais, intime-se a parte exequente para manifestar acerca do prosseguimento do feito.

SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:

EXEQUENTE: DIEGO RODRIGO CORDEIRO, RUA PRATA 4465 LOTEAMENTO OURO VERDE - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA

EXECUTADO: VALQUIRIA SANTOS ARAUJO, RUA AMIZAEL GOMES DA SILVA 5158 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.

Fábio Batista da Silva

Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única

Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques

AUTOS: 7000635-53.2022.8.22.0016

CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

AUTOR: EDITH ZEMKE ROSA, LINHA 21, KM 23 SN ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEFANI APARECIDA MOUZA, OAB nº RO10197, JAIRO REGES DE ALMEIDA, OAB nº RO7882

REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AV CHIANCA 945 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO

Vistos.

EDITH ZEMKE ROSA opõe pedido de reconsideração (Id 83857643) da sentença inclusa no Id 81932809.

Em suas razões recursais, a parte autora informar que é crucial para o deslinde da ação a realização de perícia, para prova do direito material discutido nos autos, especialmente a intimação do responsável técnico pela execução da obra, haja visto que este se recusa a emitir a competente nota fiscal de serviços e materiais empregados, motivo pelo qual pugna que o Juízo determine a extinção do processo, “SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO com base no artigo 330, inciso I do CPC para que surta seus efeitos legais”.

O requerido manifestou-se pelo indeferimento do pedido (Id 84757570).

Examinados, decido.

Não há o que se reconsiderar.

Consoante pontuado na decisão, a prova dos efetivos gastos despendidos pela demandante são imprescindíveis e deveriam ter sido apresentadas na petição inicial, sendo que os orçamentos não suprem a prova dos gastos.

Nesse sentido, é o que vêm decidindo a Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Energia elétrica. Subestação. Construção particular. Incorporação. Ressarcimento ao consumidor. Ônus da prova. Indenização. Valor despendido. Simples orçamento. Prova insuficiente. Sentença mantida. 1 – O proprietário de rede particular de energia elétrica incorporada pela concessionária de serviços públicos, deve ser ressarcido pelo valor equivalente ao despendido, sendo seu o ônus da prova nesse sentido. 2 – Afigura-se indispensável documento comprobatório do desembolso, mostrando-se insatisfatório simples orçamento desacompanhado de nota fiscal e/ou recibos RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7049266-10.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 13/12/2022. (TJ-RO - RI: 70492661020218220001, Relator: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de Julgamento: 13/12/2022). Grifei.

Energia elétrica. Subestação. Construção particular. Incorporação. Ressarcimento ao consumidor. Ônus da prova. Indenização. Valor despendido. Simples orçamento. Prova insuficiente. Recurso Improvido. 1 - O proprietário de rede particular de energia elétrica incorporada pela concessionária de serviços públicos, deve ser ressarcido pelo valor equivalente ao despendido, sendo seu o ônus da prova nesse sentido. 2 - Afigura-se indispensável documento comprobatório do desembolso, mostrando-se insatisfatório simples orçamento desacompanhado de nota fiscal e/ou recibos. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003226-40.2021.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 02/12/2022 (TJ-RO - RI: 70032264020218220010, Relator: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de Julgamento: 02/12/2022). Grifei.

Portanto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.

Em petição apresentada no Id 83857643, a demandante requereu a desistência do recurso inominado interposto no Id 82647718.
O artigo 998, do Código de Processo Civil dispõe que o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto, independentemente de anuência da parte contrária.
Portanto, ante a desistência expressa da parte requerente em relação ao presente Recurso Inominado, outro caminho não há senão a homologação de tal pedido.
Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DO RECURSO INOMINADO , com fulcro no artigo 998, do Código de Processo Civil.
Nada mais havendo, arquive-se os autos.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: EDITH ZEMKE ROSA, LINHA 21, KM 23 SN ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AV CHIANCA 945 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 2 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001384-75.2019.8.22.0016
CLASSE: Embargos de Terceiro Cível
EMBARGANTE: HELENILDSON NASCIMENTO ARAUJO, TRAVESSA 29 1128 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO, OAB nº RO4081A
EMBARGADOS: ALEXANDRE DA SILVA CASTILHO, MARGARIDAS 47 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, SUPERMERCADO JACY LTDA - EPP, F. N.
ADVOGADO DOS EMBARGADOS: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de de pedido de EMBARGOS DE TERCEIRO, proposto por HELENILDSON NASCIMENTO ARAÚJO, em face de FAZENDA NACIONAL (UNIÃO) e SERV LAR LTDA – ME, matéria que deve ser apreciada pelo Juízo Federal, em especial porque envolve interesse da União.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO AJUIZADOS CONTRA A UNIÃO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA. \nFigurando na demanda a União como autora, a competência para julgar o presente recurso é da Justiça Federal, por força do disposto nos art. 108, II, e 109, inciso I, da Constituição Federal.\nCOMPETÊNCIA DECLINADA PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. (TJ-RS - AC: 50008548520138210132 RS, Relator: Francisco José Moesch, Data de Julgamento: 20/01/2022, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2022). Grifei.
PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO AJUIZADA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. EMBARGOS DE TERCEIRO OPOSTOS PELA UNIÃO FEDERAL. ART. 109, I, DA CF. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO PRORROGAÇÃO POR CONEXÃO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL diante de decisão que, em sede de Embargos à Execução de Título Extrajudicial, reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal para o processamento e julgamento de ação de execução por título extrajudicial. 2. O ponto controvertido apresentado, em Agravo de Instrumento, é a competência para apreciação e julgamento de ação executiva originalmente ajuizada perante a Justiça Estadual e, por via de consequência, dos Embargos do devedor. 3. A competência cível da Justiça Federal define-se, como regra, pela natureza das pessoas envolvidas no processo. Aos juízes federais compete processar e julgar, nos moldes do art. 109, I da Constituição da Republica, as causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. 4. Assim, “compete à justiça comum federal o exame dos embargos de terceiro, pois presente a União no polo ativo da demanda. Todavia, apenas os embargos de terceiro se deslocam para a justiça federal, devendo o processo executório em curso na justiça comum estadual lá permanecer. Isso porque a competência da justiça federal é absoluta e, por isso, não se prorroga por conexão” (STJ - CC: 83326 SP 2006/0271464-2, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 27/02/2008, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 14.03.2008 p. 1). 5. Destarte, compete à justiça comum federal o exame dos embargos de terceiro, pois presente a União no polo ativo da demanda. Contudo, o ajuizamento de embargos de terceiro pela União não implica em modificação de competência para o processamento e julgamento da execução originária e dos embargos do devedor. 6. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-2 - AG: 00107033620164020000 RJ 0010703-36.2016.4.02.0000, Relator: HELENA ELIAS PINTO, Data de Julgamento: 23/05/2019, 8ª TURMA ESPECIALIZADA).Grifei.

Nestes termos, reconheço, de ofício, a incompetência deste Juízo e determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, após adotadas as cautelas de estilo e decorrido eventual prazo para recurso.
Proceda-se a redistribuição dos autos, com as baixas e anotações necessárias, registrando-se que eventual discordância deverá ser manifestada via conflito negativo (CPC, art. 66, §único), caso em que os autos serão encaminhados ao Colendo STJ para apreciação, com espeque no artigo 105, I, da CF.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EMBARGANTE: HELENILDSON NASCIMENTO ARAUJO, TRAVESSA 29 1128 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EMBARGADOS: ALEXANDRE DA SILVA CASTILHO, MARGARIDAS 47 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, SUPERMERCADO JACY LTDA - EPP, F. N.
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000502-45.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: DROGARIA MORAIS EIRELI, CHIANCA 1710 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: MARIA ANTONIA LOPES DA SILVA, RUA PRINCESA IZABEL S/N, DESCENDO A ESCOLA MILITAR, ANTIGA ESCOLA MANAUS, C AREAL - 76804-336 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Assevero que, as informações anexas a esta decisão devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, este restou infrutífero, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Realizei à consulta e bloqueio via sistema RENAJUD, requerido pelo exequente e procedi a restrição de transferência em um veículo localizado, conforme comprovante anexo.
Intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao interesse na penhora do veículo, bem como indicar a sua localização, para penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de liberação da restrição. Desde já, defiro a penhora e avaliação por oficial de justiça do veículo/motocicleta com a restrição lançada no sistema RENAJUD.
Efetivada a penhora, INTIME-SE a parte executada da possibilidade de oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do auto de penhora, EMBARGOS à execução, nos termos da lei.
Após, intime-se o exequente, para manifestar-se o requer para continuidade do feito, inclusive quanto à adjudicação ou alienação do referido bem. Prazo: 05 (cinco) dias.
Não sendo localizado o referido bem, desconstitua-se a restrição, liberando-se o bem no sistema Renajud e intime-se o exequente, nos 05 dias subsequentes, para indicar procedimento exequível para continuidade do feito, sob pena de suspensão nos termos do art. 921 do CPC.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: DROGARIA MORAIS EIRELI, CHIANCA 1710 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: MARIA ANTONIA LOPES DA SILVA, RUA PRINCESA IZABEL S/N, DESCENDO A ESCOLA MILITAR, ANTIGA ESCOLA MANAUS, C AREAL - 76804-336 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000600-93.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: M. R. GARCIA FRANCO, AVENIDA CHIANCA n 1273, CENTRO, SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA, OAB nº RO9248
REQUERIDO: AMAURY ANTONIO RIBEIRO DE ARRUDA, AVENIDA MASSUD JORGE, n 1522 SETOR 04, - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
1) Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, a ordem foi cumprida parcialmente, conforme espelho anexo. Tendo sido bloqueado a quantia de R$ 154,27 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos).
1.1 Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do art. 854, §3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
1.2 Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do CPC, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos em sequência.
1.3 Sendo informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, venham os autos conclusos.
1.4 Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, CONVERTO o bloqueio em penhora, sem necessidade de termo (art. 854, § 5º, do CPC).
2) DEFIRO a consulta via sistema RENAJUD. Realizada a consulta, verificou-se a inexistência de veículos registrados em nome do executado.
3) DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: M. R. GARCIA FRANCO, AVENIDA CHIANCA n 1273, CENTRO, SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: AMAURY ANTONIO RIBEIRO DE ARRUDA, AVENIDA MASSUD JORGE, n 1522 SETOR 04, - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001971-29.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: NEREU DE SOUZA, AV. HASSIB CURY CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713, MIKAELE RICARTE DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO10124
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, retifique-se a classe processual.
1) Desnecessária nova citação do requerido, haja vista que o procedimento tramita de acordo com o microssistema dos Juizados Especiais, sendo que de acordo com a Lei nº 12.153/2009, dispõe no seu art. 12, que o cumprimento de sentença depende apenas de intimação, esta realizável por meio da Procuradoria Regional.
2) Tendo em vista o pedido e cumprimento de sentença e o procedimento especial disciplinado na Lei nº 12.153/09, intime-se o requerido (via sistema Pje) para que, tomando ciência do pedido de prosseguimento, IMPLANTE o divisor correto no pagamento do adicional noturno nos moldes determinado na sentença no prazo de 30 (trinta) dias.
2.1) Sobrevindo a comprovação da implantação nos autos, intime-se o autor para que apresente memorial de cálculos do valor retroativo no prazo de 15 (quinze) dias.
3) Com a juntada dos cálculos pelo autor/exequente, intime-se o requerido para que manifeste-se favorável a expedição de RPV/precatório ou ofereça impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 30 (trinta) dias (CPC 535).
3) Havendo impugnação, o requerente deverá ser intimado para apresentar resposta (prazo de 15 dias).

3.1) Caso haja discordância entre as partes acerca dos valores devidos, remeta-se os autos ao contador judicial para que apure o valor devido.
3.2) Sobrevindo cálculos do contador judicial, abra-se vista às partes para que, querendo, manifestem-se no prazo comum de 05 (Cinco) dias.
3.3) Após, tornem os autos conclusos para decisão.
4) Na hipótese de expressa concordância com os cálculos apresentados ou silêncio do requerido, requisite-se o pagamento por RPV em favor do requerente, caso o débito não ultrapasse 10 salários mínimos, que deverá ser paga em 60 (sessenta dias), contados da entrega da requisição.
5) Cientifique-se o requerente que o limite da Requisição de Pequeno Valor para o pagamento pelo procedimento simplificado é de 10 salários mínimos e que os créditos superiores sujeitam-se ao regime de precatório. Havendo renúncia ao excedente deverá haver expressa manifestação nos autos que, desde já, fica homologada.
6) Caso o débito ultrapasse 10 salários mínimos, expeça-se o competente precatório suspendendo o feito por 1 ano, contados da entrega da requisição, para verificação de pagamento. Autorizo, desde já, o destacamento de honorários contratuais caso devidamente comprovados e assim solicitado.
6.1) Havendo valores a serem recebidos a título de honorários sucumbenciais que não ultrapasse 10 salários mínimos, autorizo a expedição de RPV autônoma para seu pagamento.
7) Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providências no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
8) Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
9) Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
9.1) Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
9.2) Após, intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado, para levantar o(s) alvará(s) expedido(s), devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
9.3)Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: NEREU DE SOUZA, AV. HASSIB CURY CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDONIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000885-86.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CLEONICE MATIAS GOMES, AV. 13 DE SETEMBRO 2015 SETOR1 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: FRANCILENE DA SILVA AZEVEDO, RUA T-25 1926, SETOR 05 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Assevero que, as informações anexas a esta decisão devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, não encontrou-se bens passíveis de penhora, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
DEFIRO a consulta via sistema RENAJUD. Realizada a consulta, verificou-se a inexistência de veículos registrados em nome do executado.
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Sendo assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, indicando bens passíveis de penhora, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de imediata extinção do feito.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:

EXEQUENTE: CLEONICE MATIAS GOMES, AV. 13 DE SETEMBRO 2015 SETOR1 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: FRANCILENE DA SILVA AZEVEDO, RUA T-25 1926, SETOR 05 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 0001610-15.2013.8.22.0016
CLASSE: Execução Fiscal
EXEQUENTE: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama, AV. JORGE TEIXEIRA, 3559, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS COSTA E SILVA - 76803-599 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: ARNALDO CARLOS TECO DA SILVA, BR-429 KM 58 nc, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de ID 18537083, atente-se a CPE quanto a forma de intimar a parte exequente.
Outrossim, verifico que o processo tramita desde 2013 e, até o momento, não se logrou êxito na localização de bens do sujeito passivo descrito na CDA.
A situação, aparentemente, se amolda à hipótese de prescrição intercorrente prevista no art. 40 da Lei 6.830/80, quando interpretada na forma da tese firmada pelo STJ no julgamento do REsp n. 1.340.553/RS, Primeira Seção, DJe 16/10/2018.
Assim, com fulcro no art. 10 do CPC, intime-se a parte exequente para se manifestar, em dez dias, quanto à extinção processual em decorrência da prescrição intercorrente, devendo comprovar, se for o caso, eventual causa interruptiva do prazo prescricional (art. 40 da Lei 6.830/80).
Oportunamente, manifeste-se quanto às teses firmadas na ocasião do REsp n. 1.340.553/RS, Primeira Seção, DJe 16/10/2018.
Após, com ou sem manifestação, retornem conclusos.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama, AV. JORGE TEIXEIRA, 3559, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS COSTA E SILVA - 76803-599 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: ARNALDO CARLOS TECO DA SILVA, BR-429 KM 58 nc, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001225-30.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: JUSSARA PIOGE DOS SANTOS, RUA PROJETADA 2415, SETOR 03 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: PEDRO DA LUZ ASSIS, BR 429 km 4,5 CHÁCARA BOA ESPERANÇA - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
1) Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, a ordem foi cumprida parcialmente, conforme espelho anexo. Tendo sido bloqueado a quantia de R$ 120,81 (cento e vinte reais e oitenta e um centavos).
1.1 Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do art. 854, §3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
1.2 Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do CPC, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos em sequência.

1.3 Sendo informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, venham os autos conclusos.
1.4 Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, CONVERTO o bloqueio em penhora, sem necessidade de termo (art. 854, § 5º, do CPC).
2) DEFIRO a consulta via sistema RENAJUD. Realizada a consulta, verificou-se a existência de veículos registrados em nome do executado, na qual realizei restrição de transferência.
2.1 Intime-se a parte exequente para que indique endereço de localização do veículo, manifestando interesse na avaliação, no prazo de 10 (dez) dias.
3) DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: JUSSARA PIOGE DOS SANTOS, RUA PROJETADA 2415, SETOR 03 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: PEDRO DA LUZ ASSIS, BR 429 km 4,5 CHÁCARA BOA ESPERANÇA - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001264-61.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: NORBERTO MAMATA ZEBALLOS, ARENAL, LINHA SANTA IZABEL S/N, FAZENDA NAZARÉ ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA DA CRUZ, OAB nº RO8144
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de Id 85445986, eis que analisando os eventos anteriores, verifico que a sentença transitou em julgado.
Portanto, o caminho juridicamente correto é exigir o cumprimento das obrigações contidas no título executivo judicial, ainda que neste primeiro momento seja possível somente exigir a obrigação de fazer, com fundamento no art. 536 e seguintes do CPC.
O exequente apresentou petição simples requerendo a reativação do beneficio, sem observar os requisitos expressos no CPC.
Para prosseguimento do feito, INTIME-SE o INSS, via e-mail gexptv@inss.gov.br, para que providencie a reativação/implementação do beneficio previdenciário em favor da parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme sentença que deverá ser anexada ao e-mail.
Ainda, INTIME-SE o INSS, via Procuradoria Federal em Rondônia, pelo sistema PJE, para que comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o cumprimento da decisão, ou justifique a impossibilidade com prova do fato que alegar, ciente de que o descumprimento injustificado poderá ensejar a pena de litigância de má-fé, sem prejuízo de responsabilização pessoal (§3º, art. 536, CPC).
Decorrido o prazo sem manifestação da autarquia, INTIME-SE a parte exequente para que adeque seu pedido, observando-se os requisitos do art. 536 e seguintes do CPC.
Apresentada manifestação pelo INSS, INTIME-SE a parte exequente para ciência e resposta, em 10 (dez) dias.
Comprovada a implantação do beneficio, deverá a parte exequente, em 15 (quinze) dias, providenciar nestes autos o pedido de cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa, nos termos do art. 534 e seguintes do CPC.
Após, faça-se conclusão dos autos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: NORBERTO MAMATA ZEBALLOS, ARENAL, LINHA SANTA IZABEL S/N, FAZENDA NAZARÉ ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000515-10.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME, AVENIDA CHIANCA 1692 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA, OAB nº RO9248

REQUERIDO: LUIZ HENRIQUE DA SILVA ROCHA, AVENIDA ANTÔNIO SERAFIM s/n, ZONA URBANA SERAFIM - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Assevero que, as informações anexas a esta decisão devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, encontrou-se uma quantia irrisória na conta do executado, que restou desbloqueada nos termos do art. 836 CPC, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Realizei à consulta e bloqueio via sistema RENAJUD, requerido pelo exequente e procedi a restrição de transferência em um veículo localizado, conforme comprovante anexo.
Intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao interesse na penhora do veículo, bem como indicar a sua localização, para penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de liberação da restrição. Desde já, defiro a penhora e avaliação por oficial de justiça do veículo/motocicleta com a restrição lançada no sistema RENAJUD.
Efetivada a penhora, INTIME-SE a parte executada da possibilidade de oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do auto de penhora, EMBARGOS à execução, nos termos da lei.
Após, intime-se o exequente, para manifestar-se o requer para continuidade do feito, inclusive quanto à adjudicação ou alienação do referido bem. Prazo: 05 (cinco) dias.
Não sendo localizado o referido bem, desconstitua-se a restrição, liberando-se o bem no sistema Renajud e intime-se o exequente, nos 05 dias subsequentes, para indicar procedimento exequível para continuidade do feito, sob pena de suspensão nos termos do art. 921 do CPC.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME, AVENIDA CHIANCA 1692 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: LUIZ HENRIQUE DA SILVA ROCHA, AVENIDA ANTÔNIO SERAFIM s/n, ZONA URBANA SERAFIM - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000760-21.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: DROGARIA MORAIS EIRELI, CHIANCA 1710 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: DOMINGOS SAVIO LEAL NINA, AVENIDA SANTA CRUZ 1681 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
1) Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, a ordem foi cumprida parcialmente, conforme espelho anexo. Tendo sido bloqueado a quantia de R$ 198,81 (cento e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).
1.1 Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do art. 854, §3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
1.2 Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do CPC, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos em sequência.

1.3 Sendo informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, venham os autos conclusos.
1.4 Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, CONVERTO o bloqueio em penhora, sem necessidade de termo (art. 854, § 5º, do CPC).
2) DEFIRO a consulta via sistema RENAJUD. Realizada a consulta, verificou-se a inexistência de veículos registrados em nome do executado.
3) DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, contudo, verifico que não foram encontrados bens.
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
REQUERENTE: DROGARIA MORAIS EIRELI, CHIANCA 1710 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: DOMINGOS SAVIO LEAL NINA, AVENIDA SANTA CRUZ 1681 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000838-15.2022.8.22.0016
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: JOAO AVELINO ROCHA, LINHA 14, KM 7,5 S/N ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JULIANO ROSS, OAB nº MT4743, CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO4741
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76820-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Analisando os eventos anteriores, verifico que a sentença transitou em julgado. Portanto, o caminho juridicamente correto é exigir o cumprimento das obrigações contidas no título executivo judicial, ainda que neste primeiro momento seja possível somente exigir a obrigação de fazer, com fundamento no art. 536 e seguintes do CPC.
O exequente apresentou petição simples requerendo a implementação do beneficio sem observar os requisitos expressos no CPC.
Para prosseguimento do feito, INTIME-SE o INSS, via e-mail gexptv@inss.gov.br, para que providencie a implantação do beneficio previdenciário em favor da parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme sentença que deverá ser anexada ao e-mail.
Ainda, INTIME-SE o INSS, via Procuradoria Federal em Rondônia, pelo sistema PJE, para que comprove, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da decisão, ou justifique a impossibilidade com prova do fato que alegar, ciente de que o descumprimento injustificado poderá ensejar a pena de litigância de má-fé, sem prejuízo de responsabilização pessoal (§3º, art. 536, CPC).
Decorrido o prazo sem manifestação da autarquia, INTIME-SE a parte exequente para que adeque seu pedido, observando-se os requisitos do art. 536 e seguintes do CPC.
Apresentada manifestação pelo INSS, INTIME-SE a parte exequente para ciência e resposta, em 10 (dez) dias.
Comprovada a implantação do beneficio, deverá a parte exequente, em 15 (quinze) dias, providenciar nestes autos o pedido de cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa, nos termos do art. 534 e seguintes do CPC.
Após, faça-se conclusão dos autos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: JOAO AVELINO ROCHA, LINHA 14, KM 7,5 S/N ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76820-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000250-42.2021.8.22.0016
CLASSE: Termo Circunstanciado
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ALEX JOSE DOS SANTOS, RUA SÃO PAULO 440, TEL. (69) 98442-4006 CRISTO REI - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Dispensado o relatório nos termos do art. 81, §3º da Lei nº. 9.099/95.
O Ministério Público requereu o arquivamento deste termo Circunstanciado (Id 81942296), instaurado para apurar suposta prática em tese, do crime descrito no artigo 268, do Código Penal, em tese, cometido por ALEX JOSE DOS SANTOS.
Por não vislumbrar qualquer irregularidade na manifestação do Parquet e para que surta seus efeitos jurídicos, acolho o parecer e, por consequência, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos autos, considerando o disposto nos artigos 28 e 395, inciso III, todos do Código de Processo Penal, ressalvada a hipótese do artigo 18, do Decreto-Lei nº. 3.689/41.
Ciência ao Ministério Público.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após, proceda-se ao arquivamento dos autos.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ALEX JOSE DOS SANTOS, RUA SÃO PAULO 440, TEL. (69) 98442-4006 CRISTO REI - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 0010522-50.2003.8.22.0016
CLASSE: Execução Fiscal
EXEQUENTE: F. N.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
EXECUTADO: JOANA DARC ALVES DA SILVA - ME, AV. CHIANCA 1980, NÃO CONSTA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de Id 37676445 e, por consequência, determino a exclusão do patrono ANDRE BONIFACIO RAGNIN, como representante da parte executada, ante o equívoco informado.
Após, determino o arquivamento imediato dos autos, nos termos requerido no Id 20492238.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: F. N.
EXECUTADO: JOANA DARC ALVES DA SILVA - ME, AV. CHIANCA 1980, NÃO CONSTA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001382-08.2019.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE, OAB nº RO10592, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705

EXECUTADOS: VALMIR DE JESUS ALVES, SÍTIO BR 429, KM 33, LINHA 07, LOTE 12, SUBGLEBA02 Lote 12 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ADRIANA PEREIRA GRUGEL, SÍTIO BR 429, LINHA 08, KM 33 KM 33 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ALEXANDRE DE CARVALHO, SÍTIO BR429, KM 33, LINHA 08 KM 33 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LUCAS EDUARDO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10134
DECISÃO
Vistos.
Considerando que o executado indicou bens à penhora, antes de deliberar quanto ao pedido de penhora em imóvel rural (Id 80955071), intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: VALMIR DE JESUS ALVES, SÍTIO BR 429, KM 33, LINHA 07, LOTE 12, SUBGLEBA02 Lote 12 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ADRIANA PEREIRA GRUGEL, SÍTIO BR 429, LINHA 08, KM 33 KM 33 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ALEXANDRE DE CARVALHO, SÍTIO BR429, KM 33, LINHA 08 KM 33 SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000071-79.2019.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, QUADRA SBS QUADRA 4 s/n ASA SUL - 70070-140 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: WESLEY FERNANDES DE JESUS, SITIO BOM JESUS, LINHA 10 s/n ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ELIOMAR MATEUS SANTANA, SITIO BOM JESUS, LINHA 10 s/n ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Gravei como sigilosos os resultados das pesquisas obtidas. Determino ao cartório que providencie a liberação dos documentos em favor das partes habilitadas nos autos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835, do Código de Processo Civil e, visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos Princípios de Celeridade, Efetividade e Economia Processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
1) Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, a ordem foi cumprida parcialmente, conforme espelho anexo. Tendo sido bloqueado a quantia de R$ 547,95 (quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), nas contas do executado WESLEY FERNANDES DE JESUS.
1.1 Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do art. 854, §3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
1.2 Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do CPC, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos em sequência.
1.3 Sendo informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, venham os autos conclusos.
1.4 Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, CONVERTO o bloqueio em penhora, sem necessidade de termo (art. 854, § 5º, do CPC).
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, QUADRA SBS QUADRA 4 s/n ASA SUL - 70070-140 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
EXECUTADOS: WESLEY FERNANDES DE JESUS, SITIO BOM JESUS, LINHA 10 s/n ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, ELIOMAR MATEUS SANTANA, SITIO BOM JESUS, LINHA 10 s/n ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000972-13.2020.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: FRANCISCO LEITAO DE ALMEIDA, RUA T-39 2236, 69 9 9219-4562 SETOR 4 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUIZ HENRIQUE FARIAS DA SILVA, OAB nº RO9264, CAIRO DA SILVA RODRIGUES, OAB nº RO9253
EXECUTADO: WERMERSON ANDRE DOS SANTOS, RUA ANA NERI 6255, 69 9 9235-8863 ALTO ALEGRE - 76985-314 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Vieram os autos conclusos para análise do pedido de leilão do imóvel descrito como “Apartamento 23, Bloco 1, “Residencial Firenze” Bairro Santo Antônio, localizado na Rua Pedro Plantes dos Anjos, 200, Loteamento Jardim Eldorado I, em São José dos Pinhais-PR, CEP: 83020-682 “.
Ocorre que, após a efetivação da penhora a parte executada não foi intimada (Id 82540867).
Desta forma, intime-se o executado pessoalmente (art. 841, CPC), para, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 dias. Registro que o executado pode ser encontrado no endereço constante do Id 65882608.
Na ocasião, tendo em vista que a penhora recaiu sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, deverá ser intimado também o(a) cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842, do CPC).
O executado pode, no prazo de 10 dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847,do CPC).
Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844, do CPC).
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para resposta no mesmo prazo de 15 dias.
Após, caso não haja impugnação da parte executada, fica a parte exequente intimada a, no prazo de 5 dias, atualizar o valor da execução e colacionar nos autos a respectiva Certidão de Inteiro Teor do imóvel que pretende leiloar, sob de indeferimento do pedido.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: FRANCISCO LEITAO DE ALMEIDA, RUA T-39 2236, 69 9 9219-4562 SETOR 4 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: WERMERSON ANDRE DOS SANTOS, RUA ANA NERI 6255, 69 9 9235-8863 ALTO ALEGRE - 76985-314 - VILHENA - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000834-12.2021.8.22.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REVOGAÇÃO DE PRISÃO: DARLAN ELIAS SCHWEIG, BR 429 KM 58 LINHA 15 15 SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REVOGAÇÃO DE PRISÃO: CARLOS OLIVEIRA SPADONI, OAB nº MT607, MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido do Ministério Público (Id 85451684).
Por consequência, intime-se Darlan Elias Schweig, para que, no prazo de 15 dias, apresente o PRAD devidamente protocolado junto ao órgão ambiental competente, em atenção ao determinado na Ata de Audiência de Id 81237861.
Após, dê-se vista ao Ministério Público.
Em seguida, concluso para deliberações.

SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REVOGAÇÃO DE PRISÃO: DARLAN ELIAS SCHWEIG, BR 429 KM 58 LINHA 15 15 SAO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 3 de janeiro de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo: 7004594-23.2022.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: Em segredo de justiça e outros
Advogado do(a) AUTOR: VITORIA RABELO CASTILLO - RO12050
Advogado do(a) AUTOR: VITORIA RABELO CASTILLO - RO12050
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 dias úteis, sobre a contestação apresentada.
Machadinho D'Oeste, 3 de janeiro de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo: 7002781-58.2022.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MESSIAS SILVA DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO OLIVEIRA ARAUJO - RO10612, LUANNA ELISA ESTEVAM COSTA - RO10804, LIVIA DE SOUZA COSTA - RO7288
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 dias úteis, sobre a contestação apresentada.
Machadinho D'Oeste, 3 de janeiro de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo: 7001532-48.2017.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIONATAN LUCAS SILVA ROCHA - RO12078, KARINE SANTOS CASTOR - RO10703, DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO - RO6559
EXECUTADO: EDIMAR TAMANINI
ATO ORDINATÓRIO
Comprove a parte autora, no prazo de 15 dias úteis, o pagamento da diferença do valor recolhido a menor, a fim de possibilitar a expedição da carta de citação requerida na petição de ID 84768509.
Machadinho D'Oeste, 3 de janeiro de 2023

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001678-50.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Contratos Bancários, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:AILTON VENANCIO DE SOUZA, LINHA 101, LOTE 790, GLEBA 02 S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se o devedor para, no prazo de 15 dias úteis comprovar nos autos o cumprimento da obrigação de fazer imposta nos itens "a", "b" e "c" do Acordão Recursal.
2) Atendida as determinações acima, voltem os autos conclusos para sentença de extinção e liberação do numerário em prol do credor.
3) Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos para realização da penhora on line.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001993-78.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cláusulas Abusivas
Requerente/Exequente:LAUDICEIA RIBEIRO, RUA JABUTICABEIRA 3161 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO5471
Requerido/Executado: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A. S/N, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N 4 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado do requerido:WILSON BELCHIOR, OAB nº BA39401, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7002605-16.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:NEDINA NAPOLEAO SOARES, LINHA MA 28, GLEBA 01, KM 42 LT101 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: MARCIA CRISTINA QUADROS DUARTE, OAB nº RO5036A
Requerido/Executado: BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA., BANCO BRADESCO S.A. S/N, PRÉDIO PRATA, ANDAR 4 VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado do requerido:GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo: 7003257-33.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cartão de Crédito, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Requerente (s): ALTAMIRA COSTA SOUZA, CPF nº 74583549253, MP 111, GB 02, LT 739 s/n ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado (s): PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519
JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517
THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033
Requerido (s): BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, ANDAR 10 11 13 E 14 BLOCO 01 E 02 SALA 101 102 112 VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A
Procuradoria do BANCO BMG S.A

DESPACHO
Vistos.
Dê-se o fiel cumprimento a decisão de ID: : 84129324, que recebeu os embargos a execução, e determinou a intimação do embargo para se manifestar em 15 dias úteis.
Caso o embargado não concorde com o valor da dívida apresentado pelo devedor, remetam-se os autos a contadoria judicial.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7002205-36.2020.8.22.0019
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
Requerente/Exequente:GISLEINE MORTARI, RUA MINAS GERAIS 3805 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: ARIANE DIAS E SILVA, OAB nº RO9451, CAROLINE ABREU DA SILVA, OAB nº RO9984
Requerido/Executado: ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido:PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Considerando que a parte autora não se manifestou dentro do prazo assinalado pelo Juízo acerca do pagamento da RPV, presume-se a satisfação do crédito.
Considerando o adimplemento da obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924,II, CPC e determino o seu imediato arquivamento.
Sem custas.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.

Processo: 7003703-02.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 10.149,97, dez mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos
REQUERENTE: KARINA MENDES DE SOUZA, AVENIDA PRINCESA ISABEL 4634 INDEFINIDO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), , - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
Despacho
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias úteis, dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III do CPC.
Atendida a determinação ou decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

7004510-22.2022.8.22.0019
DEPRECANTE: UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL 'PS' LTDA - EPP, CNPJ nº 10372071000179, ANISIO SERRAO 2325, - DE 2170/2171 A 2518/2519 CENTRO - 76963-728 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO DEPRECANTE: DAVI SOUZA CRUZ EMERICK, OAB nº RO11605, CARMECITA DE SOUZA PEDROSO SILVA, OAB nº RO10760, WELINGTOM DA SILVA SOARES, OAB nº RO11507
DEPRECADO: JULIANA BEATRIZ LIMA DA SILVA, CPF nº 00139225218, AVENIDA MARECHAL DEODORO DA FONSECA 2723, 69 99338-6013 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
1- Cumpra-se o ato solicitado.
CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVIRÁ DE MANDADO.
2- Sendo positiva ou negativa a diligência, a Carta Precatória deverá ser devolvida ao Juízo Deprecante, independentemente do prazo da resposta.
3- Após, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004668-77.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ALLAN ANTONIO DA LUZ, ALICE GONCALVES DA LUZ
ADVOGADO DOS PROCURADORES: RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689
Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta, perante o Juizado Especial Cível, por ALICE GONCALVES DA LUZ, menor de idade, representado por seu genitor, senhor ALLAN ANTONIO DA LUZ em face de GOL LINHAS AÉREAS, em razão de atraso de voo.
Pois bem.
Compulsando os autos, verifica-se que o autor da presente ação é menor de idade, o que aponta a sua ilegitimidade para propor ação perante o Juizado Especial Cível.
Nesse sentido, a Lei 9.099/95 dispõe:
Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
Assim, tratando-se a parte autora de menor/incapaz, tem-se que este Juízo é absolutamente incompetente para julgar o presente feito. Diverso não é o entendimento jurisprudencial, vejamos:
RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DIANTE DA QUEDA DE GARRAFAS EM SUPERMERCADO QUE ATINGIU O FILHO MENOR DO AUTOR, CAUSANDO-LHE FERIMENTOS NO DEDO. INTERESSE DE MENOR. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO, DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º, § 1.º, I, DA LEI N.º 9.099/95. PREJUDICADO O RECURSO. (Recurso Cível Nº 71007995806, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 19/10/2018).
PROCESSO CIVIL. CONEXÃO. PRESSUPOSTO. COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. AUTORES. MENORES INCAPAZES. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. 1) Não obstante a conexão seja causa de modificação da competência, a toda evidência, tal alteração não poderá ser permitida caso o juízo em favor de quem for declinada a competência seja absolutamente incompetente para o processamento e julgamento da causa. 2) O Juizado Especial Cível é incompetente para o processo e julgamento de demanda em que o incapaz figure como parte (art. 8º, Lei nº 9.099/95). 3) Conflito procedente para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível e de Fazenda Pública da Comarca de Macapá para o processo e julgamento da demanda. (TJ-AP - CC: 00010707720128030000 AP, Relator: Juiz Convocado MÁRIO MAZUREK, Data de Julgamento: 05/09/2012, Tribunal)
É importante ressaltar que, nos termos do art. 64 do Novo Código de Processo Civil, a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.
É, pois, o presente caso, hipótese de indeferimento da petição inicial.

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos conste, INDEFIRO A INICIAL, nos moldes do art. 8º, da LF 9.099/95, e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, I e VI, do CPC c/c art. 51, IV, da LF 9099/95.
Sem custas e honorários, nos termos do artigo 8º da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado da sentença, arquive-se.
Se requerido, desde já, fica deferida a desistência do prazo recursal.
SERVE COMO INTIMAÇÃO SISTEMA/MANDADO/CARTA.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001405-71.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Abatimento proporcional do preço , Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:DELMIRA SOARES DE ALMEIDA, RUA PORTO ALEGRE, n 3665, CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7002148-86.2018.8.22.0019
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: VILMA SILVA ARAUJO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
ADVOGADOS DO NÃO DENUNCIADO: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, OAB nº RO1032, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se o pagamento do precatório em arquivo.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7000665-16.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:ANTONIO SEVERINO DE LANA, AVENIDA CASTELO BRANCO n 3740, CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA

Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001514-85.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Incorporação Imobiliária, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente:ALDO CORREA CALDEIRA, LH TRAVESSÃO C 66, LT 45, GL 18 POST23 s/n ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
Advogado do requerente: MARTA AUGUSTO FELIZARDO, OAB nº RO6998
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido:GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

7001593-30.2022.8.22.0019
AUTOR: ORGANIC. HOMEOPATIA ANIMAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 03066971000122, AV. TIRADENTES 4710 SETOR INDUSTRIAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301
REU: ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, CPF nº 03572325773, AC VALE DO ANARI 4560, AVENIDA ACIR JOSÉ DAMASCENO, S/N CENTRO - 76867-970 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
1- Nesta data, efetuei o protocolo de pesquisa de endereço junto ao sistema Sisbajud, conforme minuta anexa.
2- Aguarde-se por 5 dias úteis, as respostas das instituições financeiras, após conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001863-59.2019.8.22.0019
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente/Exequente:JOSE ELI SALAMACHA, RICARDO LUSTOSA RIBAS 466 JARDIM AMERICA - 84040-140 - PONTA GROSSA - PARANÁ
Advogado do requerente: RICIERI GABRIEL CALIXTO, OAB nº PR51285, JOSE ELI SALAMACHA, OAB nº PR10244
Requerido/Executado: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do requerido:PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001089-58.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:ROSANA CAETANO, . Poste 02, ZONA RURAL LINHA MA 49, - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Requerido/Executado: BANCO DO BRASIL, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I . ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado do requerido:FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Expeça-se alvará judicial, em prol da parte autora, para levantamento da quantia depositada em conta judicial ou proceda-se a transferência do numerário disponível na conta judicial vinculada aos autos, com eventuais acréscimos financeiros, para conta corrente indicada pela credora, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.
Após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Confirmado o levantamento do alvará/realizada a transferência e não havendo resíduo na conta judicial, arquive-se.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7002127-08.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Contratos Bancários, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:ERMITA RIBEIRO DE ARAUJO, LINHA MC 01, POSTE 211 S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
No presente caso, após o banco executado alegar excesso na execução, ambas as partes concordaram com os cálculos da contadoria judicial, que apurou o saldo remanescente em R$ 1.584,80, restando prejudicado a apreciação dos embargos.
Homologo os cálculo da contadoria judicial (ID : 84196939).
Desta forma, a extinção do feito pelo cumprimento da obrigação é medida que se impõe.
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Expeça-se alvará judicial, em prol da parte autora, para levantamento da quantia depositada em conta judicial ou proceda-se a transferência do numerário disponível na conta judicial vinculada aos autos, com eventuais acréscimos financeiros, para conta corrente indicada pela credora, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.
Após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Confirmado o levantamento do alvará/realizada a transferência e não havendo resíduo na conta judicial, arquive-se.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7002528-07.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cláusulas Abusivas
Requerente/Exequente:ADMAR DE SOUZA, LINHA MC 03 Nº 0210 S/N ÁREA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO5471
Requerido/Executado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 2041, - DE 953 AO FIM - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO, OAB nº DF96864, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

7004629-80.2022.8.22.0019
DEPRECANTE: TRIBUNAL JUSTICA SANTA CATARINA, CNPJ nº DESCONHECIDO
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, AC MACHADINHO DO OESTE s/n, PAÇO MUNICIPAL CENTRO - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REPRESENTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Despacho
Vistos.
1- Cumpra-se o ato solicitado.
CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVIRÁ DE MANDADO.
2- Sendo positiva ou negativa a diligência, a Carta Precatória deverá ser devolvida ao Juízo Deprecante, independentemente do prazo da resposta.
3- Após, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001854-29.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Abatimento proporcional do preço , Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:LUCIANA RODRIGUES NOBRE, . . LINHA TB 10, S/Nº, POTE 26 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Expeça-se alvará judicial, em prol da parte autora, para levantamento da quantia depositada em conta judicial ou proceda-se a transferência do numerário disponível na conta judicial vinculada aos autos, com eventuais acréscimos financeiros, para conta corrente indicada pela credora, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.
Após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Confirmado o levantamento do alvará/realizada a transferência e não havendo resíduo na conta judicial, arquive-se.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7003133-50.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Requerente/Exequente:JOAO RIBEIRO SOARES, LJ 30, KM 47 Lote 176 GLEBA 03 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Requerido/Executado: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado do requerido:Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7004892-49.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Requerente/Exequente:MARIA DE FATIMA MENEZES BARRA NASCIMENTO, RUA CASTELO BRANCO 147 ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033, JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519
Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, ANDAR 10 11 13 E 14 BLOCO 01 E 02 SALA 101 102 112 VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
No presente caso, o banco executado alegou excesso na execução, apontando o crédito exequente em R$ 1.699,23, o que concordou a parte exequente, restando prejudicado a apreciação dos embargos.
Desta forma, a extinção do feito pelo cumprimento da obrigação é medida que se impõe.
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Expeça-se alvará judicial, em prol da parte autora, para levantamento da quantia depositada em conta judicial ou proceda-se a transferência do numerário disponível na conta judicial vinculada aos autos, com eventuais acréscimos financeiros, para conta corrente indicada pela credora, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.
Após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Confirmado o levantamento do alvará/realizada a transferência e não havendo resíduo na conta judicial, arquive-se.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
7004667-92.2022.8.22.0019 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
PROCURADORES: ALECILDA GONCALVES DE OLIVEIRA, RUA ULISSES GUIMARÃES 3863 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, ALISSON GONCALVES DA LUZ, RUA ULISSES GUIMARÃES 3863 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS PROCURADORES: RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689
POLO PASSIVO
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, PRAÇA LINNEU GOMES s/n, PORTARIA 03, PRÉDIO 24 CAMPO BELO - 04626-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA

VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00dez mil reais
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta, perante o Juizado Especial Cível, por ALISSON GONCALVES DA LUZ, menor de idade, representado por sua genitora, senhora ALECILDA GONCALVES DE OLIVEIRA em face de GOL LINHAS AÉREAS, em razão de atraso de voo.
Pois bem.
Compulsando os autos, verifica-se que o autor da presente ação é menor de idade, o que aponta a sua ilegitimidade para propor ação perante o Juizado Especial Cível.
Nesse sentido, a Lei 9.099/95 dispõe:
Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
Assim, tratando-se a parte autora de menor/incapaz, tem-se que este Juízo é absolutamente incompetente para julgar o presente feito.
Diverso não é o entendimento jurisprudencial, vejamos:
RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DIANTE DA QUEDA DE GARRAFAS EM SUPERMERCADO QUE ATINGIU O FILHO MENOR DO AUTOR, CAUSANDO-LHE FERIMENTOS NO DEDO. INTERESSE DE MENOR. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO, DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º, § 1.º, I, DA LEI N.º 9.099/95. PREJUDICADO O RECURSO. (Recurso Cível Nº 71007995806, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 19/10/2018).
PROCESSO CIVIL. CONEXÃO. PRESSUPOSTO. COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. AUTORES. MENORES INCAPAZES. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. 1) Não obstante a conexão seja causa de modificação da competência, a toda evidência, tal alteração não poderá ser permitida caso o juízo em favor de quem for declinada a competência seja absolutamente incompetente para o processamento e julgamento da causa. 2) O Juizado Especial Cível é incompetente para o processo e julgamento de demanda em que o incapaz figure como parte (art. 8º, Lei nº 9.099/95). 3) Conflito procedente para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível e de Fazenda Pública da Comarca de Macapá para o processo e julgamento da demanda. (TJ-AP - CC: 00010707720128030000 AP, Relator: Juiz Convocado MÁRIO MAZUREK, Data de Julgamento: 05/09/2012, Tribunal)
É importante ressaltar que, nos termos do art. 64 do Novo Código de Processo Civil, a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.
É, pois, o presente caso, hipótese de indeferimento da petição inicial.
Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos conste, INDEFIRO A INICIAL, nos moldes do art. 8º, da LF 9.099/95, e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, I e VI, do CPC c/c art. 51, IV, da LF 9099/95.
Sem custas e honorários, nos termos do artigo 8º da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado da sentença, arquive-se.
Se requerido, desde já, fica deferida a desistência do prazo recursal.
SERVE COMO INTIMAÇÃO SISTEMA/MANDADO/CARTA.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

7004670-47.2022.8.22.0019
REQUERENTE: MARIA JOSE SCALFONI BORTOLOZO, CPF nº 57266123291, AGC QUINTO BEC na Linha LU 02, SITIO AGRICOLA ZONA RURAL - 76868-971 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Analisando os autos, verifico que a autora realizou a construção da subestação de 10 KVA em sociedade com os senhores GILSON e VALDINEI (ID: 85412913), logo conclui-se que as despesas foram divididas, porém esta demanda foi proposta apenas por um dos sócios, no caso a senhora MARIA JOSÉ.
Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias úteis, emendar a inicial, a fim de incluir no polo ativo da demanda os demais sócios mencionados acima ou para requerer o pagamento apenas de sua quota parte, apresentando uma nova peça inaugural, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
7003577-49.2022.8.22.0019
ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301

ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301REU: VANILSON APARECIDO FONTANA RETAMEIRO
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
A parte autora informou que deseja desistir do prosseguimento da demanda, inexistindo mais interesse na lide.
Desta forma, há que se arquivar o processo, não se justificando mais o prosseguimento da marcha processual, mormente quando a citação sequer restou efetivada.
Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência da ação e do prazo recursal para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, por conseguinte DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, conforme fundamentação supra.
Sem custas processuais nessa instância (art. 55 da Lei 9.099/95).
FICA DISPENSADO O TRANSITO EM JULGADO.
Dê ciência desta decisão a parte autora sem abertura de qualquer prazo no PJe. Após, arquive-se.
Publique-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
7004627-13.2022.8.22.0019
REQUERENTE: JORGE DA SILVA FERNANDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALAN CESAR SILVA DA COSTA, OAB nº RO7933
REQUERIDO: ENERGISA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1-A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.
No presente caso, verifico que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada pleiteada nestes autos, visto que a suspensão de energia elétrica do débito pretérito de recuperação de consumo e a inscrição do nome da parte autora em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade da dívida se traduz em dano de difícil reparação à qualquer indivíduo.
Ademais, a documentação que acompanha a inicial dá verossimilhança aos fatos alegados.
Cumpre ainda ressaltar que a concessão da medida não se traduz em provimento irreversível, o que demonstra o cabimento do pedido.
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO que a parte requerida se abstenha de negativar o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, bem como deixe de efetuar o corte da energia elétrica na unidade consumidora da parte autora, relativamente ao débito em questão (recuperação de consumo), enquanto perdurar a presente demanda, sob pena de multa a ser fixada pelo magistrado.
Caso já tenha efetuado o corte, a energia elétrica deverá ser restabelecida em até 2 dias úteis ou caso já tenha negativado o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, deverá providenciar a baixa provisória no prazo de 5 dias úteis, ambos prazos contados do primeiro dia útil seguinte ao da intimação
2- Por se tratar de questão exclusivamente de direito, e considerando que a empresa requerida não realizou acordo nas audiências de conciliação agendas em autos anteriores com o mesmo objeto desta ação, torna-se inócua e desnecessária a designação de uma solenidade para este único fim, até mesmo porque caso haja interesse em apresentar uma proposta de acordo poderá fazê-la no bojo da própria contestação, que caso seja aceita será homologada.
3- Assim, cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 dias úteis.
4- Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
5- Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7001953-96.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cláusulas Abusivas
Requerente/Exequente:EDMILSON XAVIER DE LIMA, LINHA MC 03 1986 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO5471

Requerido/Executado: BANCO BMG S.A., AVENIDA ÁLVARES CABRAL 1707, - DE 791/792 AO FIM LOURDES - 30170-001 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Advogado do requerido:FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Expeça-se alvará judicial, em prol da parte autora, para levantamento da quantia depositada em conta judicial ou proceda-se a transferência do numerário disponível na conta judicial vinculada aos autos, com eventuais acréscimos financeiros, para conta corrente indicada pela credora, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.
Após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Confirmado o levantamento do alvará/realizada a transferência e não havendo resíduo na conta judicial, arquive-se.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste 7003928-22.2022.8.22.0019
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
ASSUNTO: DÍVIDA ATIVA
AUTOR: DEUZIMAR MARQUES NEVES
ADVOGADOS DO AUTOR: MICHELLE CORREIA DA SILVA, OAB nº RO9333, ODAISA DUARTE COSTA, OAB nº RO12420
REU: ABREU E SADDI LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Com juntada do AR/MP nos autos, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias úteis, sobre o prosseguimento do feito, caso o retorno da carta de citação seja negativo.
Caso o retorno do AR seja positivo, voltem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.

Processo: 7002486-21.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 6.681,52, seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos
REQUERENTE: MARIA ROSA DE FREITAS, RUA AIRTON SENNA 3016 CIDADE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ELETRO J. M. S/A., AVENIDA TANCREDO NEVES 2451 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PEDRO HENRIQUE GOMES PETERLE, OAB nº RO6912
Despacho
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias úteis, dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III do CPC.
Atendida a determinação ou decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste 7003783-63.2022.8.22.0019
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
ASSUNTO: DÍVIDA ATIVA

AUTOR: NADINY MERCES DE PAULA FREIRE
ADVOGADOS DO AUTOR: ODAISA DUARTE COSTA, OAB nº RO12420, HENRIQUE RAMOS DE FREITAS JUNIOR, OAB nº RO11948
REU: JACKSON MANOEL LAURENTINO, JL SERVICOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Com juntada do AR/MP nos autos, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias úteis, sobre o prosseguimento do feito, caso o retorno da carta de citação seja negativo.
Caso o retorno do AR seja positivo, voltem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7003486-66.2016.8.22.0019
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Indenização / Terço Constitucional, Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
Requerente/Exequente:VALDIRENE TERING DA SILVA, AVENIDA RIVELINO CAMPOS AMOEDO 2769 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
Requerido/Executado: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3098 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerido:PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo nº: 7002363-57.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Análise de Crédito
Requerente/Exequente:CREUZA SOUZA FARIAS, RUA PARÁ 3280 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761A, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AV. TANCREDO NEVES 2824 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerido:GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924,II, Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o prazo recursal.
DÊ CIÊNCIA AS PARTES SEM ABERTURA DE PRAZO NO PJE. APÓS A LEITURA, e NÃO HAVENDO PENDÊNCIA, ARQUIVE-SE.
P.R e Cumpra-se.

7004743-19.2022.8.22.0019
REQUERENTE: MARIA DA PENHA DORIGO DA SILVA, CPF nº 59299878234, LH C70 KM03 LOTE 22 lote 22, SITIO AGRICOLA ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
REQUERIDO: F. P. D. V. D. A., AV- CAPITÃO SILVIO DE FARIAS, 4571, ÓRGÃO PÚBLICO CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA

csa
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

7004671-32.2022.8.22.0019
REQUERENTE: VALDETE GILLI, CPF nº 78179432220, AGC QUINTO BECLINHA LU 02 LOTE68 ASSENTAMENTO TERR 20 km, SITIO AGRICOLA CENTRO - 76868-971 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Analisando os autos, verifico que a parte autor realizou a construção de sua subestação em sociedade com outra pessoa cujo nome consta no projeto de construção da rede elétrica. Nesse contexto, conclui-se que as despesas foram dividas entre ambas, porém a ação somente foi proposta por um dos sócios.
Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias úteis, emendar a inicial, a fim de incluir no polo ativo da demanda o outro sócio ou para requerer o pagamento apenas de sua quota parte, apresentando uma nova peça inaugural, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo: 7004696-45.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: MARLENE DE SOUZA BARROS
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A

REQUERIDO: F. P. D. V. D. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004678-24.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ELZA GOMES CAETANO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENNY CANCELIER MORETTO, OAB nº RO9151
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
O comprovante de endereço foi digitalizado de forma parcial, sem constar o nome e o endereço do titular da fatura de energia elétrica.
A parte autora precisa comprovar que reside na Comarca de Machadinho do O'este, portanto, intime-a para, no prazo de 15 dias úteis, emendar a inicial, a fim de apresentar uma fatura de água, energia elétrica, telefone, certidão de domicilio eleitoral que poderá ser facilmente obtida no site do TRE ou cartório eleitoral da cidade de Machadinho, sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004712-96.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: NERY DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
Polo Passivo: F. P. D. V. D. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

7004677-39.2022.8.22.0019
REQUERENTE: AMIRTON JOSE CAETANO, CPF nº 27503160659, LINHA LJ 25, LOTE 401ª, PST95 G-3 s/n ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENNY CANCELIER MORETTO, OAB nº RO9151
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
Vistos.
O comprovante de endereço e a CNH foram digitalizados com a supressão de dados.
A parte autora precisa comprovar que reside na Comarca de Machadinho do O'este, portanto, intime-a para, no prazo de 15 dias úteis, emendar a inicial, a fim de apresentar uma fatura de água, energia elétrica, telefone, certidão de domicilio eleitoral que poderá ser facilmente obtida no site do TRE ou cartório eleitoral da cidade de Machadinho, bem como para digitalizar documento pessoal (CNH) de forma integral, sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004697-30.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SOLANGE DE JESUS DIAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
Polo Passivo: F. P. D. V. D. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

7004746-71.2022.8.22.0019
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA SOUZA, CPF nº 74067664249, LH 605, MA 05, RESERVA ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A
REQUERIDO: F. P. D. V. D. A., AV- CAPITÃO SILVIO DE FARIAS, 4571, ÓRGÃO PÚBLICO CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
csa
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004786-53.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JOAO VITOR OLIVETTE SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUANNA ELISA ESTEVAM COSTA, OAB nº RO10804, THIAGO OLIVEIRA ARAUJO, OAB nº RO10612
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1-A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.
No presente caso, verifico que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada pleiteada nestes autos, visto que a inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes e/ou a suspensão do fornecimento da energia elétrica da unidade consumidora enquanto se discute a legalidade da dívida se traduz em dano de difícil reparação à qualquer indivíduo.
Ademais, a documentação que acompanha a inicial dá verossimilhança aos fatos alegados.
Cumpre ainda ressaltar que a concessão da medida não se traduz em provimento irreversível, o que demonstra o cabimento do pedido.
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO que a parte requerida se abstenha de negativar o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, bem como deixe de efetuar o corte da energia elétrica na unidade consumidora da parte autora, relativamente ao débito em questão (recuperação de consumo), enquanto perdurar a presente ação, sob pena de multa a ser fixada pelo magistrado.
Caso já tenha efetuado o corte, a energia elétrica deverá restabelecida em até 2 dias úteis ou caso já tenha negativado o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, deverá providenciar a baixa provisória no prazo de 5 dias úteis.

2-Por se tratar de questão exclusivamente de direito, e considerando que a empresa requerida não realizou acordo nas audiências de conciliação agendas em autos anteriores com o mesmo objeto desta ação, torna-se inócua e desnecessária a designação de uma solenidade para este único fim, até mesmo porque caso haja interesse em apresentar uma proposta de acordo poderá fazê-la no bojo da própria contestação, que caso seja aceita será homologada.
3- Assim, cite-se a parte requerida para, no prazo de 15 dias úteis, apresentar contestação nos autos, sob pena de revelia.
4-Apresentada a defesa, intime-se a parte autora para, em igual prazo, apresentar a impugnação à contestação e eventuais documentos, sob pena de preclusão.
5- Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Despacho
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora demandado, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 30 dias úteis.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via PJE, para que apresente réplica em 15 dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CÍVEL

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7001109-59.2019.8.22.0006
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTES: CARTORIO DE REG DE IMOVEIS E CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, RUA JOSÉ VIDAL 2573 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, ELKER WINTHER, AVENIDA MACAPA 1034 COLINA PARK - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: GILVAN DE CASTRO ARAUJO, OAB nº RO4589
EXCUTADO: PALADINO COMERCIO DE PECAS, FERRAMENTAS, MAQUINAS, INSUMOS INDUSTRIAIS E COSMETICOS LTDA - ME, RUA FRANCISCO JOSÉ CAPELINI 69 JARDIM AEROPORTO - 17514-170 - MARÍLIA - SÃO PAULO
EXCUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença.
A parte autora requereu pesquisa de bens através do Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER), entretanto a integração deste ainda está em fase de implementação, isto é, este Juízo não tem acesso a todas as funcionalidades do sistema.
Sendo assim, efetuei pesquisa de bens patrimoniais via sistema SNIPER junto ao CNPJ do executado, tendo encontrado apenas as informações constantes no espelho anexo.
Intime-se o credor para que, em 5 (cinco) dias, indique outros bens passíveis de penhora ou, no mesmo prazo, requeira providências para a solução da execução, sob pena de extinção por ausência de bens penhoráveis.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO.
Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7001174-49.2022.8.22.0006
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: CLEITON SILVA GOMES, FAZENDA LINHA DO PEDRO, KM 10, PRÓXIMO A JARDINÓPO 10 CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação de cobrança.
Compulsando os autos, verifica-se que restou infrutífera a audiência de conciliação diante da ausência do requerido.
Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, visando o prosseguimento do feito com a citação do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS: 7001694-77.2020.8.22.0006
CLASSE: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI, AV. CASTELO BRANCO 2667, FÓRUM CRIMINAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
EXECUTADO: WANDER VALDERENE DOS SANTOS, AV. BEIJA FLOR 550 CUNHA E SILVA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de execução fiscal.
Intimado por meio de sistema, manteve-se inerte o exequente.
Intima-se o exequente pessoalmente na pessoa de seu representante legal para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7002049-19.2022.8.22.0006
CLASSE: Monitória
AUTOR: BANCO DO BRASIL, , RUA JAMARY 1555 - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: HELIO SOUZA DE OLIVEIRA, VENILTON LUCAS DE ASSIS
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação monitória.
Verifica-se que restou negativa a diligência para citação do requerido.
No curso do prazo processual para manifestação, a parte autora habilitou novo causídico.
A fim de evitar eventual alegação de nulidade, intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar a respeito da diligência negativa, sob pena extinção.
Com ou sem manifestação, retornem conclusos.
SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br
Fone: (069) 3341-7721
AUTOS: 7001009-02.2022.8.22.0006
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALDUINO GUMS, LINHA ZERO KM 30, S/N ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIARA BUENO SEMAN, OAB nº RO7833, CLAUDIA DOS SANTOS CARDOSO MACEDO, OAB nº RO8264
REU: PEMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS E PNEUS LTDA, ST OITO DE MAIO S/N, FAZENDA AGROMAZA ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: SILVANIO DOMINGOS DE ABREU, OAB nº RO4730A
DECISÃO
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais com lucros cessantes proposta por VALDUÍNO GUMS em desfavor de PEMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS E PNEUS LTDA.
Alega que o Requerido em janeiro de 2021, pulverizou sua fazenda com uso de aeronave, atingindo sua plantação de maracujá, bem como disseminando forte odor pelo ambiente. Requer que diante do prejuízo seja indenizado por danos morais na quantia de R$ 20.000,00 e ainda pugna seja indenizado pelos lucros cessantes e pelo valor gastos o custo de produção, sendo R$ 46.00,00 (Quarenta e seis reais) e pelo lucro que deixou de auferir sendo este valor de R$ 26.800,00 (Vinte e seis mil e oitocentos reais), somando-se o valor total de R$ 72,800,00 (Setenta e dois mil e oitocentos reais).
Deferida a justiça gratuita (id. 77916824).
Apresentada contestação, arguindo preliminarmente impugnação à justiça gratuita, ilegitimidade do polo passivo, pugnando pela denunciação a lide com inclusão da empresa a Santa Fé Aviação Agrícola Ltda. Requer a realização de perícia técnica e no mérito, pugna pela improcedência da demanda (id. 78760813).
Impugnação à contestação no id. 81042012.
Instadas a se manifestar, sobre as provas que desejam produzir, as partes apresentaram as testemunhas que deseja ouvir em Juízo, oportunidade em que vieram conclusos.
É o sucinto relatório.
DAS PRELIMINARES
Da impugnação a justiça gratuita
O Requerido apresentou impugnação a justiça gratuita, para tanto argumentou que o autor não comprova de forma efetiva para ser beneficiado com a gratuidade da justiça.
Pontua-se que supostamente atualmente as terras de propriedade do autor estão improdutivas em decorrência do uso de herbicidas, bem como a produção foi toda perdida em decorrência da conduta do Requerido.
Neste toar, considerando a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência aliada as informações constantes nos autos, mantém-se os benefícios da justiça gratuita, o que eventualmente, havendo prova em contrário poderá ser revogado.
Rechaço a preliminar.
Ilegitimidade passiva da requerida com pedido de denunciação à lide
A Requerente contratou os serviços da empresa Boasafra, e esta por sua fez subcontratou os serviços da empresa Santa Fé Aviação Agrícola Ltda, sendo esta responsável pela aplicação dos produtos mediante o processo de pulverização agrícola.
Logo, requer a denunciação a lide da empresa responsável pela pulverização do produto.
Não há que se falar em ilegitimidade passiva no caso em comento, pois conforme exposto pela requerida contratou os serviços de empresa tercerizada para realizar serviço.
Da possibilidade de denunciação à lide em caso de direito de regresso, esclarecem Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery:
5. Facultatividade. Direito de regresso (CPC 125, II). Como o direito material é omisso quanto à forma e modo de obter indenização, relativamente à hipótese do inciso II, não se pode admitir que a não denunciação, no caso do CPC 125, II, acarretaria a perda da pretensão material de regresso. Texto normativo restritivo de direito interpresta-se de forma estrita, não comportando ampliação. O desatendimento do ônus processual somente pode ensejar preclusão ou nulidade do ato, razão pela qual a falta de denunciação na hipótese do CPC 125, II, não traz como consequência a perda do direito material de indenização, mas apenas impede que esse direito seja exercido no mesmo processo onde deveria ter ocorrido a denunciação (...) (Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 547).
Ainda que eventualmente cabível a denunciação à lide da empresa Santa Fé Aviação Agrícola Ltda (terceiro facultativo - artigo 125, II, do CPC) esta ampliaria a discussão da ação original, inclusive com o redirecionamento da apuração da responsabilidade, verificação de dados e informações que atrasariam a prestação jurisdicional pretendida pelo autor prejudicado.
Ressalta-se que eventual condenação do requerido, não afasta a possibilidade desde ajuizar ação regressiva para reaver os prejuízos, ou, no mínimo, reduzi-los, se constatada que os danos decorreram da prestação de serviços da citada empresa.
Sobre o assunto, já se manifestou a jurisprudência:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PEDIDO DE DENUNCIAÇÃO À LIDE DE EMPRESA TERCEIRIZADA. GARANTIA. DESNECESSIDADE. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO FACULTATIVA. ART. 125, INCISO II, CPC/2015. AMPLIAÇÃO DA DISCUSSÃO PRINCIPAL. TUMULTO PROCESSUAL. INDEFERIMENTO MANTIDO. AUSÊNCIA DE

PREJUÍZO. EVENTUAL DIREITO QUE PODE SER PERSEGUIDO EM DEMANDA REGRESSIVA. RECURSO DESPROVIDO. O indeferimento da denunciação à lide, a fim de preservar os princípios da celeridade e da economia processual, não obsta o exercício de eventual direito de regresso em ação autônoma, visto que se trata de intervenção de terceiros facultativa, nos termos do art. 125, inciso II, do CPC/2015. (TJ-SC - AI: 40192897520188240000 Capital - Continente 4019289-75.2018.8.24.0000, Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 04/04/2019, Segunda Câmara de Direito Civil)

Desse modo, em observância aos princípios da economiza e celeridade processual, rejeita-se a pretendida denunciação da lide.

No mais o feito se encontra em ordem e as partes são legítimas.

Fixo como pontos controvertidos:

a) A lavoura do Requerente foi atingida pelos herbicidas aplicados pelo Requerido?

b) A aplicação de herbicidas tornou as terras improdutivas? e em caso positivo, por qual período?.

Diante do disposto no art. 357, III do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no art. 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A prova documental já foi produzida nos autos.

Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao juízo ou solicitar ajustes na presente decisão, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual a presente decisão torna-se estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.

Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente decisão saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.

Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, a presente decisão torna-se estável, devendo a CPE cumprir as determinações abaixo.

Por ora, indefiro o pedido de prova testemunhal.

Considerando que em sede de contestação, a parte requerida pugnou pelo pedido de prova pericial, defiro o pedido.

Intima-se o engenheiro Rogério Fernandes Virgino, por e-mail: rogerio.vi@hotmail.com, a fim de apresentar proposta de honorários periciais, sendo que dentre as indagações, caso nomeado, deverá responder as seguintes perguntas, o tamanho da área do autor, a capacidade produtiva da área, o prejuízo supostamente causado no solo e identificar se a área ficou improdutiva.

Com a proposta, intima-se as partes para manifestação e na sequência, conclusos para nomeação, se for o caso.

Intime-se.

Pratique o necessário.

SERVE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.

Marisa de Almeida

Juiz(a) de direito

Presidente Médici - Vara Única

Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br

Fone: (069) 3341-7721

AUTOS: 7002134-78.2017.8.22.0006

CLASSE: Cumprimento de sentença

EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO

EXECUTADO: M. DA SILVA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - ME, AVENIDA OLIVEIRAS 2112, ANEXO I CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Trata-se de cumprimento de sentença.

A parte autora requereu pesquisa de bens através do Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER), entretanto a integração deste ainda está em fase de implementação, isto é, este Juízo não tem acesso a todas as funcionalidades do sistema.

Sendo assim, efetuei pesquisa de bens patrimoniais via sistema SNIPER junto ao CNPJ do executado, tendo encontrado apenas as informações constantes no espelho anexo.

Intime-se o credor para que, em 5 (cinco) dias, indique outros bens passíveis de penhora ou, no mesmo prazo, requeira providências para a solução da execução, sob pena de extinção por ausência de bens penhoráveis.

SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO.

Presidente Médici-RO, 3 de janeiro de 2023.

Marisa de Almeida

Juiz(a) de direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

Número do processo: 7002330-36.2022.8.22.0018
Classe: Ação Penal de Competência do Júri (RÉU PRESO)
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: MARCOS BARBOSA DOS SANTOS, brasileiro, vive maritalmente, serviços gerais, filho de Jair Marcos dos Santos e Eliete Barbosa dos Santos, nascido aos 26/07/1979, natural de Rolim de Moura/RO, portador do RG nº 1281798 SSP-RO, inscrito no CPF sob o n. 009.598.252-31.
ADVOGADO: AIRTON PEREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO 243
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do denunciado a apresentar alegações finais, no prazo de 05 dias.
7001623-39.2020.8.22.0018
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: NILIO SERGIO OLANDA
Endereço: Linha P-40, Km 03, Lote 174, Zona Rural, Gleba 01, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO 4469
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do réu, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o protocolo do PRAD junto à SEDAM, nos termos do Acordo de Não Persecução Penal de ID 61700890, sob pena de revogação do benefício e prosseguimento da ação.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 0001080-87.2013.8.22.0023
REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXCUTADO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO EXCUTADO: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE, OAB nº AM697, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RENATA MARIANA BRASIL FEITOSA, OAB nº RO6818, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Ante a manifestação de id. n. 82985455 - Pág. 1 e a fim de não ocorrer qualquer nulidade, republique-se a decisão de id. n. 82488419, bem como a ata da audiência de id. n. 82224175.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
EXCUTADO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002256-64.2022.8.22.0023
AUTOR: LAURINDA HENCK GABRET, CPF nº 61011550210
ADVOGADOS DO AUTOR: JULIAN CUADAL SOARES, OAB nº RO2597, MARIANA DONDE MARTINS, OAB nº RO5406, ADRIANA DONDE MENDES, OAB nº RO4785A

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vieram os autos conclusos reiterando a tutela de urgência de natureza antecipada.
Quanto ao pedido de tutela antecipada formulado pela parte autora, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou resultado útil do processo.
Analisando o caso em comento, mantenho a decisão que indeferiu a tutela, no mais, não há nos autos elementos evidenciando que não se pode esperar o provimento final, sob pena de grave prejuízo ao direito a ser tutelado e de tornar-se o resultado final inútil em razão do tempo, motivo pelo qual indefiro o pedido da tutela antecipada id. n. 83629018.
Aguarde-se a realização da perícia médica.
Após, com o laudo pericial, prossiga-se com os demais atos processuais.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: LAURINDA HENCK GABRET, CPF nº 61011550210
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. PRESIDENTE VARGAS 1035, CENTRO - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 0001370-05.2013.8.22.0023
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: N. K.R. B., CPF nº DESCONHECIDO, WILIAN ROUXINOL BATISTA, CPF nº 01314054201, RHUAN SOUZA BATISTA, CPF nº 05740698286, CIRLEIA SOUZA BRITO, CPF nº 00336773285
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: FABIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ, OAB nº RO5904
DESPACHO
Vistas ao Ministério Público para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
EXECUTADOS: N. K.R. B., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA CACOAL 1395 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, WILIAN ROUXINOL BATISTA, CPF nº 01314054201, AV. BRASIL 3372 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, RHUAN SOUZA BATISTA, CPF nº 05740698286, BR 429 KM 65 - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, CIRLEIA SOUZA BRITO, CPF nº 00336773285, BR 429 km 65 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002008-98.2022.8.22.0023
EXEQUENTE: SIN - SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL S.A., CNPJ nº 04298106000174
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TATIANE GOMES, OAB nº SP454514
EXECUTADOS: CARLA RENATA DE MELO PEREIRA, CPF nº 02475840293, JULIA ADRIANA DE MELO PEREIRA, CPF nº 02475852208
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de ação de execução por quantia certa promovida por SIN (Sistema de Implantes Nacional S.A) em face de JULIA ADRIANA DE MELO e CARLA RENATA DE MELO PEREIRA, pugnando pelo pagamento da quantia de R$ 1.711,39 (um mil setecentos e onze reais e trinta e nove centavos).
O feito vinha tramitando regularmente, quando a parte exequente informou a composição do feito (id. n. 85516991).
Vieram os autos conclusos.

É o sucinto relatório. DECIDO.
Considerando que o acordo entabulado entre as partes (id. n. 85516991), veio com as devidas assinaturas, não vislumbro vícios ou irregularidades, razão pela qual recebo-o como regular.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO realizado entre as partes, nos termos do documento de id. n. 85516991 para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, EXTINGO O FEITO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil.
Sem honorários advocatícios.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento o pagamento das custas finais.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas devidas.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: SIN - SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL S.A., CNPJ nº 04298106000174, RUA SOLDADO OCIMAR GUIMARÃES DA SILVA 2445 VILA RIO BRANCO - 03348-060 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
EXECUTADOS: CARLA RENATA DE MELO PEREIRA, CPF nº 02475840293, AVENIDA TIRADENTES 163 . - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, JULIA ADRIANA DE MELO PEREIRA, CPF nº 02475852208, RUA 07 DE SETEMBRO 3505 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002369-18.2022.8.22.0023
AUTOR: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: S. E. D. S., CPF nº 63709317215
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial.
Trata-se de busca e apreensão com pedido liminar ajuizada por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A em face de SILVANO ELIAS DOS SANTOS, nos termos do Decreto-lei 911/69.
Observa-se que parte requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, bem como demonstrou a mora do devedor.
Assim, satisfeitos os requisitos legais, defiro liminarmente, a busca e apreensão do bem mencionado na exordial.
Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem, com a pessoa por ele indicada, mediante o compromisso.
No mesmo mandado deve o devedor ser citado e intimado para:
- No prazo de 5 dias, contados da execução da liminar, pagar a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor, circunstância em que o bem deverá lhe ser restituído livre do ônus (§2º, do art. 3º, do Dec. Lei n. 911/69 com a redação dada pelo art. 56, § 1º da Lei 10.931/04); e
- Apresentar resposta no prazo de 15 dias, contados da execução da liminar (§3º, do Dec. Lei n. 911/69 com a redação dada pelo art. 56, § 3º da Lei 10.931/04).
Caso não pague e nem apresente resposta, poderá ser proferida sentença onde se consolidarão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (§1º, do art. 3º, do Dec. Lei n. 911/69 com a redação dada pelo art. 56, § 1º da Lei 10.931/04).
Caso não sejam encontrados o requerido e/ou o veículo, intime-se a parte autora para em 5 dias se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
Caso haja pedido de citação por edital, desde já defiro a citação por edital com prazo de 20 dias. Ao Cartório para as providências de praxe. Em seguida, vistas a DPE para, no prazo legal, manifestar-se na condição de curadora do réu citado por edital. Após, à parte autora para se manifestar. Em seguida, voltem conclusos.
Cientifiquem-se eventuais avalistas.
Faculto ao Oficial de Justiça o disposto no artigo 212, § 2º, do CPC.
Às partes e a escrivania para, em sendo o caso, cumpriram integralmente o Provimento 007/2015-CG do TJRO.
Int.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: A. C. F. E. I. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU: S. E. D. S., CPF nº 63709317215

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000200-68.2016.8.22.0023
EXEQUENTES: ANTONIA CHAVES DE CAMARGO, CPF nº 63869152249, JOSE VIEIRA CAMARGO, CPF nº 11431130206, MARIA CAMARGO DOS SANTOS, CPF nº 34995609253, ELIZABETE VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 32557477249, MARLI VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 87668424253, CLEONICE VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 94421927287
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ADRIANA DONDE MENDES, OAB nº RO4785A, MARIANA DONDE MARTINS, OAB nº RO5406, JULIAN CUADAL SOARES, OAB nº RO2597
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Expeça-se alvará na forma da lei e intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o referido documento, bem como informar, no mesmo ato, se ainda tem algum interesse no feito, sob pena de arquivamento e transferência dos valores para a conta centralizadora.
Em sendo necessário, desde já determino a intimação das partes para informarem os dados necessário.
Nada se requerendo, dê-se baixa do processo na distribuição e remessa dos autos ao arquivo.
Intime-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTES: ANTONIA CHAVES DE CAMARGO, CPF nº 63869152249, AV. BRASIL 3497 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, JOSE VIEIRA CAMARGO, CPF nº 11431130206, POSTO AGUIA RURAL - 44350-000 - GOVERNADOR MANGABEIRA - BAHIA, MARIA CAMARGO DOS SANTOS, CPF nº 34995609253, AURIGA 282, CASA JARDIM PARAISO - 89226-681 - JOINVILLE - SANTA CATARINA, ELIZABETE VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 32557477249, AV CARMELITA FERMINA DOS ANJOS 6158 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, MARLI VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 87668424253, 807 1323, SETOR 8A ALTA ALEGRE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, CLEONICE VIEIRA DE CAMARGO, CPF nº 94421927287, TANC NEVES 3548 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 0000561-10.2016.8.22.0023
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: SERGIO FERNANDO DE ALMEIDA, CPF nº 03010219296
ADVOGADOS DO REU: HUGO HENRIQUE DA CUNHA, OAB nº RO9730, MICHAEL ROBSON SOUZA PERES, OAB nº RO8983
SENTENÇA
Trata-se de Acordo de Não Persecução Penal-ANPP oferecido pelo Ministério Público a SÉRGIO FERNANDO DE ALMEIDA.
O acordo foi devidamente homologado, uma vez que SÉRGIO FERNANDO DE ALMEIDA aceitou as condições oferecidas pelo Parquet, bem como devidamente cumprido.
O investigado cumpriu com o ANPP e o Ministério Público manifestou-se pela extinção da punibilidade (id. n. 85498571 - Pág. 1).
É breve o relato. DECIDO.
Tendo em vista que o acordo celebrado foi devidamente cumprido, julgo extinta a punibilidade de SÉRGIO FERNANDO DE ALMEIDA, nos termos do art. 28-A, §3º, do Código de Processo Penal.
Ante o pedido de extinção pelo órgão ministerial, antecipo o trânsito em julgado nesta data.
Procedam-se as anotações, comunicações e baixas pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Pratique-se o necessário.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REU: SERGIO FERNANDO DE ALMEIDA, CPF nº 03010219296, AVENIDA MARECHAL CANDIDO RONDON 2761 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002644-64.2022.8.22.0023
REQUERENTE: LAURO KLEM, CPF nº 33417083915
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANO PAULA MOREIRA, OAB nº RO11418
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Tendo em vista que a Defesa da requerida já requereu habilitação nos autos, deixo de proceder a determinação da citação pessoal.
Intime-se a requerente por meio da sua Defesa, para que informe, no prazo de 05 (cinco) dias, se já foi restabelecida a energia.
Após, aguarde-se o prazo de manifestação da requerida.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: LAURO KLEM, CPF nº 33417083915, LINHA 01 km 01, FIM DA RUA MACAPÁ ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AV. TANCREDO NEVES 3710 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002674-02.2022.8.22.0023
AUTOR: FRANCISCO MIRANDA LEITE, CPF nº 53582977234
ADVOGADO DO AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Em que pese a autora ter selecionado no sistema a informação de Juízo 100% digital, determinada a emenda, deixou de informar os dados necessários do autor, necessários para possibilitar tal tramitação, informando apenas os dados do patrono. Portanto, proceda-se a CPE com a retirada da informação de “Processo 100% digital” dos presentes autos.
Defiro o benefício da justiça gratuita pois houve requerimento expresso e a parte autora juntou declaração em que afirma ser pessoa hipossuficiente, o que, face à ausência de indicativos quanto à posse de condições financeiras de arcar com os custos do processo, deve ser acolhida em prestígio ao princípio da boa-fé material (art. 164 do CC) e processual (art. 5º do CPC). Entretanto, caso fique comprovado que a parte autora possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, responderá nas penas da Lei.
Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação. É bem verdade que o prévio requerimento administrativo é indispensável à caracterização do interesse processual de agir da parte autora. Uma questão é o esgotamento de todos os recursos administrativos e outra é a não formulação do pedido em sede administrativa.
No presente caso, o autor pleiteia a concessão de benefício previdenciário. Porém, compulsando os autos, não há prévio indeferimento administrativo, verifica-se que, em que pese a parte autora informe que formulou requerimento administrativo a perícia médica está designada 14/06/2023, sendo a resposta da parte requerida ato necessário para a análise pela justiça, evitando o acúmulo de processos judiciais em caso de deferimento administrativo.
Posto isso, na esteira da decisão exarada na Apelação Cível 954005/MS (20040399246118), da 9ª Turma do TRF da 3ª Região, determino a suspensão deste feito pelo prazo de 240 dias ou até a conclusão do processo administrativo, a fim de que o(a) autor(a) aguarde a resposta do requerimento administrativo formulado junto ao INSS e, decorridos 240 dias deste prazo, sem que haja manifestação da autoridade administrativa ou indeferido o benefício, o que deve ser comprovado pela parte, intime-se o requerido para manifestação.
Consigno, desde já, que não se trata de negativa à prestação jurisdicional, muito pelo contrário, apenas tenta-se evitar a movimentação desnecessária da máquina judicial em assuntos que rotineiramente são resolvidos no âmbito administrativo do INSS
Advirto que a não comprovação/resposta do ingresso do pedido administrativo ensejará o indeferimento da inicial.
Neste sentido a jurisprudência:
PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO CONCESSÓRIA DE BENEFÍCIO. PROCESSO CIVIL. CONDIÇÕES DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR (ARTS. 3º E 267,VI, DO CPC). PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE, EM REGRA. 1. Trata-se, na origem, de ação, cujo objetivo é a concessão de benefício previdenciário, na qual o segurado postulou sua pretensão diretamente no Poder Judiciário, sem requerer administrativamente o objeto da ação. 2. A presente controvérsia soluciona-se na via infraconstitucional, pois não se trata de análise do princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF). Precedentes do STF. 3. O interesse de agir ou processual configura-se com a existência do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. A necessidade da prestação

jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário é via destinada à resolução de conflitos . 4. Em regra, não se materializa a resistência do INSS à pretensão de concessão de benefício previdenciário não requerido previamente na esfera administrativa. 5. O interesse processual do segurado e a utilidade da prestação jurisdicional concretizam-se nas hipóteses de a) recusa de recebimento do requerimento ou b) negativa de concessão do benefício previdenciário , seja pelo concreto indeferimento do pedido, seja pela notória resistência da autarquia à tese jurídica esposada. 6. A aplicação dos critérios acima deve observar a prescindibilidade do exaurimento da via administrativa para ingresso com ação previdenciária, conforme Súmulas 89/STJ e 213/ex-TFR. 7. Recurso Especial não provido. ACÓRDÃO RECURSO ESPECIAL STJ Nº 1.310.042 - PR (2012/0035619-4).RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito. (RE 631240 RG, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 09/12/2010, DJe-072 DIVULG 14-04-2011 PUBLIC 15-04-2011 EMENT VOL-02504-01 PP-00206)

E ainda no TRF da 1ª Região:

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO COMPROVADA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E PASSÍVEL DE REABILITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.1. O prévio protocolo de requerimento junto ao INSS é necessário à caracterização da existência da lide. A postulação na via judicial - ainda que sem o exaurimento da via administrativa - só se torna possível após a recusa ou demora na apreciação do pleito pelo INSS, ante a necessidade de uma pretensão resistida a justificar o acesso à via judicial. Contestada a ação em seu mérito, estabelece-se o conflito, fazendo surgir o interesse na propositura da demanda, em razão de sua clara utilidade, suprindo-se a carência de ação dantes existente. (…) (Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO; Órgão: PRIMEIRA TURMA; Publicação: 22/11/2013 e-DJF1 P. 460; Data Decisão: 15/10/2013).

Posto isto, procedo com a suspensão do presente feito pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias, a fim de aguardar o deslinde do processo administrativo.

Decorrido o prazo, intime-se parte autora para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA

São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023

Marisa de Almeida

Juiz (a) de Direito

AUTOR: FRANCISCO MIRANDA LEITE, CPF nº 53582977234, RUA MOGNO S/N, DISTRITO DE MORTO MURTINHO VILA FINAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

São Francisco do Guaporé - Vara Única

Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé

Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus

Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br

Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br

PROCESSO: 7001220-84.2022.8.22.0023

AUTOR: DEOCLECIO SPACCINI, CPF nº 55726720768

ADVOGADOS DO AUTOR: ADRIANE PARRON TEIXEIRA, OAB nº RO7902, FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713

REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO

Defiro a expedição do alvará em favor da parte autora, desta feita, expeça-se o alvará.

Após, nada mais a requerer, arquive-se o presente feito com as baixas em estilo.

Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA

São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023

Marisa de Almeida

Juiz (a) de Direito

AUTOR: DEOCLECIO SPACCINI, CPF nº 55726720768, LINHA 04A, KM 03 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única

Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé

Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus

Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br

Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br

PROCESSO: 7001662-89.2018.8.22.0023

EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, CNPJ nº 02015588000182

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
EXECUTADOS: ALBERTO NINK, CPF nº 45833648904, RAQUEL DE OLIVEIRA NUNES, CPF nº 00235273236
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA, OAB nº RO1643
DESPACHO
Ante a certidão de id. n. 84184758 - Pág. 1 quanto a existência de valores vinculados aos autos e considerando o despacho de id. n. 68309099, determino que os valores pertencentes a Raquel de Oliveira Nunes sejam transferidos para a CONTA: 22.369-8, COOP: 3271-9, do SICOOB CREDIP, CPF: 002.352.732-36, e quanto aos valores pertencentes a Alberto Ninck, intime-se a inventariante Ivanete Bento da Silva, por meio dos advogados dos autos n. 7001064-72.2017.8.22.0023, e-mail cuadaldondemendes@gmail.com, para que informe os dados bancários pertencentes aos herdeiros, após expeça-se o alvará.
Nada mais a deliberar, arquive-se o presente feito com as baixas em estilo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, CNPJ nº 02015588000182, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: ALBERTO NINK, CPF nº 45833648904, SÍTIO LINHA 04 B, POSTE 45 S/n, PORTO MURTINHO ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, RAQUEL DE OLIVEIRA NUNES, CPF nº 00235273236, SÍTIO BR 429, POSTE 104 S/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002386-54.2022.8.22.0023
AUTOR: JOSE ANTONIO PINHEIRO DE AZEVEDO, CPF nº 60866438653
ADVOGADOS DO AUTOR: ADRIANE PARRON TEIXEIRA, OAB nº RO7902, FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546A, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de indenização para restituição de valores investidos com construção de rede de eletrificação rural ajuizada por JOSÉ ANTONIO P. DE AZEVEDO em face de ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
O feito vinha tramitando regularmente, quando a parte requerida informou a composição do feito (id. n. 84957083).
Vieram os autos conclusos.
É o sucinto relatório. DECIDO.
Considerando que o acordo entabulado entre as partes (id. n. 84957083), veio com as devidas assinaturas, não vislumbro vícios ou irregularidades, razão pela qual recebo-o como regular.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO realizado entre as partes, nos termos do documento de id. n. 84957083 para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, EXTINGO O FEITO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Cada parte arcará com os honorários de seu advogado, conforme art. 90, §§ 2º e 3º do CPC.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento o pagamento das custas finais.
Por fim, defiro a expedição do alvará.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas devidas.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JOSE ANTONIO PINHEIRO DE AZEVEDO, CPF nº 60866438653, LINHA 04A, KM 09 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, 13 DE MAIO, CENTRO SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000510-38.2020.8.22.0022
EXEQUENTE: RONEI SANTOS DOS REIS, CPF nº 01180688228

ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Conforme se denota dos autos, houve a satisfação integral do débito pelo pagamento da(s) RPV's, bem como o autor foi intimado para proceder com o levantamento do(s) alvará(s) expedido(s) e pugnou pela expedição do competente alvará judicial.
Desta feita, defiro a expedição do alvará.
Ante o exposto, considerando o pagamento do débito, JULGO EXTINTA o presente feito nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Restando comprovado nos autos que não houve o levantamento dos valores, determino, independente de nova conclusão, que a escrivania proceda a transferência da quantia para a conta centralizadora.
Com a comprovação do levantamento dos alvarás pela parte autora, arquive-se.
Sem custas.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do caput do artigo 1.000 do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se e arquive-se.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: RONEI SANTOS DOS REIS, CPF nº 01180688228, RO 377, LT 30, KM 01, GB SUL S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000358-16.2022.8.22.0023
AUTOR: NELCI EMILIA GONCALVES SANTOS, CPF nº 02045891267
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO4741, JULIANO ROSS, OAB nº MT4743
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se o INSS, por meio de sua Procuradoria para que implante o benefício e comprove nos autos no prazo de até 30 dias.
Por ora, deixo de aplicar a multa pecuniária ao INSS, primeiro por não evidenciar, na prática, que o atraso ou a falta de implantação decorre de ato volitivo do réu ou de seu procurador judicial, não se constatando, portanto, resistência injustificada ou desídia no cumprimento da decisão judicial, segundo porque a imposição de multa pecuniária em situações tais representa, na verdade, gravame maior à população em geral, já que o valor pecuniário não será quitado com dinheiro pessoal de servidores, mas sim com recursos públicos, aumentando o deficit da Previdência.
A CPE para que proceda a intimação pelo sistema e no e-mail pfro.tj@agu.gov.br.
Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito.
Intime-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporéterça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: NELCI EMILIA GONCALVES SANTOS, CPF nº 02045891267, LINHA 02B, KM 29 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000011-51.2020.8.22.0023
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
REQUERIDO: VALDENIR BATISTA NERI, CPF nº 53735650244
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTONIO CLAUDIO MENDES CAMINHA, OAB nº RO6947
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença.
A executada cumpriu com a obrigação.
A exequente procedeu com o levantamento dos valores.

Posto isso, julgo extinto o processo, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Por fim, expeça-se o alvará em favor da parte autora.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se e arquivem-se.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO: VALDENIR BATISTA NERI, CPF nº 53735650244, PARTINDO DO FÓRUM NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Cartório Cível: Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002603-97.2022.8.22.0023
AUTOR: AUTO POSTO P S LTDA - ME, CNPJ nº 10490228000160
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA, OAB nº RO1643, DENISE JORDANIA LINO DIAS, OAB nº RO10174L
REU: RODOBENS CAMINHOES RONDONIA LTDA, CNPJ nº 11567074000473, BANCO RODOBENS S.A.
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA DA RODOBENS
SENTENÇA
Trata-se de ação de revisão contratual com consignação em pagamento c/c pedido de tutela de urgência promovida por AUTO POSTO P S LTDA - ME em face de BANCO RODOBENS S.A.
O feito vinha tramitando regularmente, quando a parte exequente informou a composição do feito (id. n. 85563820).
Vieram os autos conclusos.
É o sucinto relatório. DECIDO.
Considerando que o acordo entabulado entre as partes (id. n. 85563820), veio com as devidas assinaturas, não vislumbro vícios ou irregularidades, razão pela qual recebo-o como regular.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO realizado entre as partes, nos termos do documento de id. n. 85563820 para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, EXTINGO O FEITO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Sem honorários advocatícios.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento o pagamento das custas finais.
A parte autora deverá promover o recolhimento das custa iniciais, as quais foram diferidas em decisão de id. n.85453255.
No mais, retirei de pauta a audiência designada.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas devidas.
São Francisco do Guaporé;terça-feira, 3 de janeiro de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito
AUTOR: AUTO POSTO P S LTDA - ME, CNPJ nº 10490228000160, RUA RIO MACHADO 1043, - DE 951/952 A 1420/1421 TRIÂNGULO - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU: RODOBENS CAMINHOES RONDONIA LTDA, CNPJ nº 11567074000473, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 3639, - DE 3221 A 4583 - LADO ÍMPAR JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, BANCO RODOBENS S.A.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única Processo: 7001561-16.2022.8.22.0022
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança
Valor da causa: R$ 0,00

AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ISRAEL LOPES DE SOUZA
ADVOGADOS DO REU: SARATIELI RODRIGUES CARVALHO, OAB nº RO9381, ELISEU MULLER DE SIQUEIRA, OAB nº RO398A
DESPACHO
Vistos.
Ante a necessidade de readequação de pauta, REDESIGNO AUDIÊNCIA para o dia 24 de abril de 2023, às 08h, a ser realizada por videoconferência na plataforma "Google Meet", conforme determinado na decisão de id. 84090453.
Intimem-se o acusado e seu patrono constituído, bem como o representante do Ministério Público e as testemunhas arroladas pelas partes da audiência designada.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé/RO, 13 de dezembro de 2022.
Katyane Viana Lima Meira
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14h): 69 3309-8771

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14h): 69 3309-8771, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7004698-06.2022.8.22.0022
AUTOR: ANA MARIA DE SOUZA PRADO
Advogado do(a) AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA - RO12247
REU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado à Av.São Paulo, 1395, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14h): 69 3309-8771, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 , conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação -Sala 01 Data: 06/02/2023 Hora: 09:30
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
São Miguel do Guaporé, 3 de janeiro de 2023.

SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAIS DE PROCLAMAS E PROTESTO

COMARCA DE PORTO VELHO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053755 - Livro nº D-145 - Folha nº 62
Faço saber que pretendem se casar: EMERSON FERNANDES DA CRUZ, divorciado, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Humaitá-AM, em 29 de Novembro de 1974, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Amadeu Correia da Cruz - aposentado - já falecido - naturalidade: Humaitá - Amazonas e Elvira Pinheiro Fernandes da Cruz - aposentada - nascida em 07/04/1940 - naturalidade: Humaitá - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MILIETE LOBATO MARTINS, divorciada, brasileira, vendedora, nascida em Pinheiro-MA, em 5 de Janeiro de 1970, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Manoel Francisco Martins - aposentado - falecido em 03/03/1989 - naturalidade: Pinheiro - Maranhão e Faraildes Cruz Lobato Martins - professora - falecida em 31/10/2017 - naturalidade: Pinheiro - Maranhão -; pretendendo passar a assinar: MILIETE LOBATO MARTINS DA CRUZ; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053756 - Livro nº D-145 - Folha nº 63
Faço saber que pretendem se casar: FRANCIRLEI DE JESUS RODRIGUES, solteiro, brasileiro, policial militar, nascido em Porto Velho-RO, em 16 de Agosto de 1982, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de José Rodrigues Alves - agente de segurança - nascido em 26/06/1951 - naturalidade: Guajará-mirim - e Angelita de Jesus - agente de portaria - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ELIVANIA BATISTA DA SILVA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Sena Madureira-AC, em 2 de Janeiro de 1981, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Oliveira da Silva - naturalidade: não informada e Laurici Batista da Silva - naturalidade: não informada; pretendendo passar a assinar: ELIVANIA BATISTA DA SILVA RODRIGUES; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053757 - Livro nº D-145 - Folha nº 64
Faço saber que pretendem se casar: JOSÉ LUIZ VIEIRA, divorciado, brasileiro, policial militar, nascido em Londrina-PR, em 6 de Julho de 1976, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, - naturalidade: filho de Teresa Vieira - auxiliar de serviços gerais - nascida em 15/10/1958 - naturalidade: Estrangeiro - Estrangeiro -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e PRISCILA BOTELHO FERREIRA, divorciada, brasileira, cabeleireira, nascida em Humaitá-AM, em 12 de Março de 1992, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio das Dores Oliveira Ferreira - agricultor - naturalidade: Humaitá - Amazonas e Maria do Socorro Botelho de Souza - do lar - naturalidade: Humaitá - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053758 - Livro nº D-145 - Folha nº 65
Faço saber que pretendem se casar: DIEGO ESTEDILE LINHARES, solteiro, brasileiro, marceneiro, nascido em Cianorte-PR, em 21 de Dezembro de 1995, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Gelson Tadeu Vitt de Linhares - naturalidade: Estado do Rio Grande do Sul - e Silvana Estedile - naturalidade: Estado de Rondônia - -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e THAIS DE OLIVEIRA FERNANDES DA SILVA, solteira, brasileira, empresária, nascida em Porto Velho-RO, em 22 de Junho de 1998, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Marcos Fernandes da Silva - naturalidade: não informada e Leidaiana Gomes de Oliveira - naturalidade: não informada; pretendendo passar a assinar: THAIS DE OLIVEIRA FERNANDES DA SILVA LINHARES; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053759 - Livro nº D-145 - Folha nº 66
Faço saber que pretendem se casar: SILVIO STEDILE, solteiro, brasileiro, mecânico, nascido em Navirai-MS, em 21 de Fevereiro de 1974, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Abelardo Stedile - naturalidade: e Lourdes da Lus Stedile - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e STEFANE DE OLIVEIRA LOPES, solteira, brasileira, servidora pública municipal, nascida em Porto Velho-RO, em 23 de Junho de 1995, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Manoel Francisco de Oliveira - naturalidade: Estado do Amazonas - e Rosienete Lopes - naturalidade: Esatdo do Paraná - -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de SEPARAÇÃO DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053760 - Livro nº D-145 - Folha nº 67
Faço saber que pretendem se casar: MATTHEUS FONTINELE VIDIGAL, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, nascido em Porto Velho-RO, em 31 de Outubro de 1994, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Antônio Marcos Vidigal de Oliveira - administrador - naturalidade: Mantena - e Maria do Carmo Fontinele Vidigal - aposentada - naturalidade: Jaru - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e BÁRBARA RONCÔNI ZANOTÉLLI, solteira, brasileira, enfermeira, nascida em Porto Velho-RO, em 4 de Dezembro de 1990, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Geraldo José Zanotélli - aposentado - naturalidade: Estado do Espírito Santo - e Cármem Roncôni Zanotélli - aposentada - naturalidade: Estado do Espírito Santo - -; pretendendo passar a assinar: BÁRBARA RONCÔNI ZANOTÉLLI VIDIGAL; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 053761 - Livro nº D-145 - Folha nº 68
Faço saber que pretendem se casar: LUCAS RIBEIRO DE OLIVEIRA, solteiro, brasileiro, gerente, nascido em Rondonópolis-MT, em 13 de Março de 2000, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Lindomar Oliveira Silva - pintor automotivo - nascido em 08/05/1974 - naturalidade: Rondonópolis - e Luciene Ribeiro Bueno Silva - professora - nascida em 22/03/1973 - naturalidade: Rondonópolis - Mato Grosso -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e LORENNA NOGUEIRA CABRAL ARAÚJO, solteira, brasileira,

do lar, nascida em Rondonópolis-MT, em 20 de Janeiro de 1999, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Cleomar Rosa de Araújo - vendedor - nascido em 05/08/1974 - naturalidade: Rondonópolis - Mato Grosso e karlota Juliana Nogueira - do lar - nascida em 15/02/1980 - naturalidade: Rondonópolis - Mato Grosso -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Dezembro de 2022
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

1º TABELIONATO DE PROTESTO

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabelião: Albino Lopes do Nascimento
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1188588
Devedor: R DA COSTA SOUZA ME
CPF/CNPJ: 42.521.436/0001-76

Protocolo: 1188604
Devedor: FRANCISCA MESSIA DA SILVA PATR
CPF/CNPJ: 35.187.639/0001-02

Protocolo: 1188933
Devedor: IRINEU CARLOS DE ALMEIDA
CPF/CNPJ: 074.076.372-53

Protocolo: 1188947
Devedor: MINISTERIO DE ADORACAO CASA DE
CPF/CNPJ: 07.777.130/0001-84

Protocolo: 1189025
Devedor: H C M DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA
CPF/CNPJ: 02.129.128/0001-85

(5 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 04/01/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 05/01/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 03/01/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Substituta

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 60-D FOLHA: 113 TERMO: 11943
Faz saber que pretendem casar-se, sob o os noivos: RODRIGO MARQUES GOMES e FRANCIANE NASCIMENTO RODRIGUES. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de autônomo, natural de Porto Velho-RO, nascido em 22 de dezembro de 1998 , residente na Rua Benedito Inocêncio, 6303, Porto Velho, RO, filho de SEBASTIÃO FELIPE GOMES (falecido há 1 mês), e MARIA CELESTE MARQUES DE MIRANDA (falecido há 8 anos). Ela, brasileira, solteira, com a profissão de auxilar administrativo, natural de Porto Velho-RO, nascido em 15 de abril de 1994 , residente na Rua Benedito Inocêncio, 6303, Porto Velho, RO, filho de JOSÉ RODRIGUES LOPES, residente e

domiciliado na cidade de Cruzeiro do Sul-AC e FRANCISMAR ALBUQUERQUE DE NASCIMENTO, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: RODRIGO MARQUES GOMES (SEM ALTERAÇÃO) e FRANCIANE NASCIMENTO RODRIGUES(SEM ALTERAÇÃO). Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 30 de dezembro de 2022.
Letícia Pimentel Ferreira
Escrevente Autorizada

2º TABELIONATO DE PROTESTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 905 e 907, 9º Andar Edifício Centro Empresarial Porto Velho - Centro, CEP. 76.801-151, em Porto Velho-RO, Fone 69 3224-4402 / 98446-3440, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 609221
Devedor: H C A DOURADO ALVES , CPF/CNPJ: 42.410.093/0001-72

Protocolo: 609231
Devedor: RENATO ACACIO CANHONI SUFFI , CPF/CNPJ: 315.345.768-94

Protocolo: 609233
Devedor: VALDEMILSON MANOEL DA PENHA , CPF/CNPJ: 40.714.176/0001-20

Protocolo: 609244
Devedor: H.C.M DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA, CPF/CNPJ: 02.129.128/0001-85

Protocolo: 609247
Devedor: ADEMIR ANTUNES DE CARVALHO , CPF/CNPJ: 370.857.519-91

Protocolo: 609251
Devedor: A B DAMASCENO , CPF/CNPJ: 38.267.924/0001-21

Protocolo: 609255
Devedor: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. , CPF/CNPJ: 09.391.823/0002-40

(7 Apontamentos).
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 04/01/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 05/01/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

Porto Velho 03/01/2023
JOSILEIDE PASSOS DE MELLO LEITE - Tabeliã Interina

3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

LIVRO D-046 FOLHA 111 TERMO 012453
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.453
095703 01 55 2022 6 00046 111 0012453 11
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCELO STEFANES, de nacionalidade brasileiro, de profissão cabeleireiro, de estado civil solteiro, natural de Caarapó-MS, onde nasceu no dia 21 de março de 1979, residente e domiciliado na Rodovia BR 364, s/n, Km 6,5, Zona Rural, em Porto Velho-RO, filho de CARLOS STEFANES FILHO e de MARINES VERA ALVARES STEFANES; e ELISÂNGELA APARECIDA PERIN de nacionalidade brasileira, de profissão estoquista, de estado civil solteira, natural de Marmeleiro-PR, onde nasceu no dia 09 de setembro de 1980, residente e domiciliada na Rodovia BR 364, s/n, Km 6,5, Zona Rural, em Porto Velho-RO, filha de MIZIELI PERIN e de SANTINA COMELLI PERIN.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de MARCELO STEFANES e a contraente continuou a adotar o nome de ELISÂNGELA APARECIDA PERIN

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 28 de dezembro de 2022.
José Gentil da Silva
Tabelião

3º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA DE PORTO VELHO
3º TABELIONATO DE PROTESTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente edital, o 3º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS - TABELIONATO FACHIN, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 505 e 507 (5º andar) Edifício Centro Empresarial Porto Velho, fone 69 3211 4141 - Centro, em PORTO VELHO-RO, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível realizar a intimação no endereço indicado pelo Apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 395633
Devedor: VAGNER VALERIO SILVA MAZZINI CPF/CNPJ: 005.480.922-30
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395634
Devedor: VAGNER VALERIO SILVA MAZZINI CPF/CNPJ: 005.480.922-30
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395635
Devedor: VAGNER VALERIO SILVA MAZZINI CPF/CNPJ: 005.480.922-30
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395636
Devedor: VAGNER VALERIO SILVA MAZZINI CPF/CNPJ: 005.480.922-30
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395653
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395654
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395655
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395656
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395657
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395658
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395659
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395660
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395661
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395662
Devedor: KASSIA ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 826.738.292-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395690
Devedor: RAIMUNDO VASCONCELO COSTA CPF/CNPJ: 253.362.582-53
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395721
Devedor: A N DA SILVA COMERCIO VAREJISTA DE MATER CPF/CNPJ: 35.823.838/0001-60
(Motivo: MUDOU-SE/ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395725
Devedor: RAISSA QUARESMA CPF/CNPJ: 961.594.992-20
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395726
Devedor: ROSILENE ARAUJO CPF/CNPJ: 312.423.082-53
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 395729
Devedor: TOSTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CPF/CNPJ: 27.669.678/0001-18
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395760
Devedor: SELMA DE PAULA LOPES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 906.822.382-87
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395762
Devedor: BUZZO TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 26.746.952/0001-42
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395763
Devedor: JOEL TEIXEIRA CPF/CNPJ: 699.380.912-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395764
Devedor: JOEL TEIXEIRA CPF/CNPJ: 699.380.912-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395765
Devedor: JOEL TEIXEIRA CPF/CNPJ: 699.380.912-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395766
Devedor: JOEL TEIXEIRA CPF/CNPJ: 699.380.912-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 04/01/2023 na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 05/01/2023 se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9 as 15 horas, no Tabelionato.
PORTO VELHO, 03 de janeiro de 2023.
(25 apontamentos)
Priscila Damschi Dolfini - 2ª Tabelia Substituta

COMARCA DE PORTO VELHO
3º TABELIONATO DE PROTESTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente edital, o 3º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS - TABELIONATO FACHIN, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 505 e 507 (5º andar) Edifício Centro Empresarial Porto Velho, fone 69 3211 4141 - Centro, em PORTO VELHO-RO, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível realizar a intimação no endereço indicado pelo Apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 395782
Devedor: FLORA NORTE IND. E COM. DE MADEIRAS I CPF/CNPJ: 09.111.065/0001-89
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395789
Devedor: FARMA LAB SERVICOS MEDICOS IS LTDA - CPF/CNPJ: 13.570.808/0001-56
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395793
Devedor: FAQUEADOS GUABIROBA COMERCIO VAREJIST CPF/CNPJ: 27.752.372/0001-20
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395812
Devedor: FELIPE RENOIR SA BARRETOS SANTOS CPF/CNPJ: 002.485.132-90
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 395826
Devedor: P F CARVALHO DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 13.114.884/0001-57
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 395846
Devedor: JOAO BATISTA DE FRANCA CPF/CNPJ: 542.755.129-87
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 04/01/2023 na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 06/01/2023 se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9 as 15 horas, no Tabelionato.
PORTO VELHO, 03 de janeiro de 2023.
(6 apontamentos)
Priscila Damschi Dolfini - 2ª Tabelia Substituta

5º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-010 FOLHA 242 TERMO 002942
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.942
157586 01 55 2022 6 00010 242 0002942 07
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ARLEY SANTOS LIMA, de nacionalidade brasileiro, de profissão servidor público, de estado civil divorciado, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 31 de janeiro de 1978, residente e domiciliado à rua Jardins, n. 1641, Bairro Novo, em Porto Velho-RO, , filho de RAIMUNDO DAS GRAÇAS LIMA e de MARIA IRLÊDA PEREIRA DOS SANTOS; e JOQUEBEDE MENDES SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão sem ocupação, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 13 de março de 1999, residente e domiciliada à Rua Jardins, 1641, Bairro Novo, em Porto VELHO-RO, , filha de CLAUDEMIR PEREIRA DOS SANTOS e de ROSINEIA MENDES DE CAMPOS DOS SANTOS. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de ARLEY SANTOS LIMA e a contraente continuou a adotar o nome de JOQUEBEDE MENDES SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 30 de dezembro de 2022.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficia

COMARCA DE JI-PARANÁ

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

2° OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho, 1529 - (T6) - NOVA BRASILIA - CEP 76.908-414 - Fone: (69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia
Rodrigo Marcolino Bozelhe - OFICIAL e TABELIÃO
LIVRO D-012 FOLHA 114
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.827
MATRÍCULA
095810 01 55 2022 6 00012 114 0006827 01
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

NEUDSON RAMIRO DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de NEUDSON RAMIRO DA SILVA, filho de JOSÉ ALBERTO RAMIRO e de ALECINA ALVES BATISTA; e EDINE CONCEIÇÃO REIS DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, viúva, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de EDINE CONCEIÇÃO REIS DE OLIVEIRA SILVA, filha de SEBASTIÃO CONCEIÇÃO REIS e de INÉZIA MARIA REIS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de dezembro de 2022.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA DE JI-PARANÁ - ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Mal. Rondon, 870, Centro, CEP: 76900-082 - Telefone: (69) 99208-7602

Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 9:00 às 15:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 5140
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de , Estado de localizado à , nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento
00.467.637	MARLLON ALVES FERREIRA	CPF 037.211.692-20
00.467.661	COMERCIAL JP LTDA	CNPJ 44.208.563/0001-45

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até o dia 06/01/2023, impreterivelmente até às 15:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de prostesto.

/, 03 de janeiro de 2023

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3064/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: WEVERTON EVARISTO SOARES TONCAR ACES P VEIC CPF/CNPJ: 13.234.936/0001-29 Protocolo: 97320 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: XLAND HOLDING LTDA CPF/CNPJ: 34.254.469/0001-79 Protocolo: 97322 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 03 de Janeiro de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3063/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ANABIA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME CPF/CNPJ: 13.706.137/0001-08 Protocolo: 97308 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: ANTONIO E NUNES COM MAT CONSTRUCAO LTDA CPF/CNPJ: 12.366.915/0001-02 Protocolo: 97307 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023

Devedor: G CELESTINO DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 15.119.817/0001-50 Protocolo: 97315 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: G CELESTINO DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 15.119.817/0001-50 Protocolo: 97314 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: G R MORAES COMERCIO DE MATERIAIS DE COM CPF/CNPJ: 46.167.126/0001-56 Protocolo: 97313 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: G R MORAES COMERCIO DE MATERIAIS DE COM CPF/CNPJ: 46.167.126/0001-56 Protocolo: 97312 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97310 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97311 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97309 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97319 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97318 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97317 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: GASPAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 12.537.231/0001-18 Protocolo: 97316 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: J H T DUDU TRANSPORTE DE CARGA EIRELI CPF/CNPJ: 09.024.618/0001-66 Protocolo: 97294 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: L O AGRO FERRAGENS LTDA CPF/CNPJ: 45.763.318/0001-62 Protocolo: 97306 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 862.189.642-72 Protocolo: 97305 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
Devedor: ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 862.189.642-72 Protocolo: 97304 Data Limite Para Comparecimento: 16/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 03 de Janeiro de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com
Patrícia Ghisleri Freire – Registradora Interina
LIVRO D-059 TERMO 019098 FOLHA 068
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 19.098
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDSON DE ALMEIDA, de nacionalidade brasileira, de profissão Construtor Civil, de estado civil solteiro, natural de Rosario Oeste-MT, onde nasceu no dia 30 de outubro de 1982, residente e domiciliado na Rua Flores do Campo, n° 3565, Jardim das Flores, em Ariquemes-RO, filho de SEBASTIÃO DE ALMEIDA e de ILCE FELICIDADE DE ALMEIDA; e FATIMA GOMES, de nacionalidade brasileira, de profissão Professora, de estado civil solteira, natural de Aquidauana-MS, onde nasceu no dia 23 de dezembro de 1972, residente e domiciliada na Rua Flores do Campo, n° 3565, Jardim das Flores, em Ariquemes-RO, filha de BENEDITO GOMES e de ANA DA SILVA GOMES.
O Regime de bens a ser adotado será Comunhão Parcial de Bens.
QUE, APÓS o casamento, o declarante continuará a adotar o nome de EDSON DE ALMEIDA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante continuará a adotar o nome de FATIMA GOMES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Ariquemes-RO, 30 de dezembro de 2022.
Maria da Penha Moreira Juvêncio
Registradora Substituta

LIVRO D-059 TERMO 019099 FOLHA 069
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 19.099
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LUIZ DENARDIN, de nacionalidade brasileira, de profissão Professor, de estado civil divorciado, natural de Três de Maio-RS, onde nasceu no dia 17 de junho de 1959, residente e domiciliado na Rua Lages, nº 4608, Setor 09, em Ariquemes-RO, filho

de VICENTE ÂNGELO DENARDIN e de AMÁLIA CAPPELLARI DENARDIN; e ATILHIANE VASCONCELOS LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão Design de Unhas, de estado civil solteira, natural de Parintins-AM, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1994, residente e domiciliada na Rua Lages, nº 4608, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de IZAÍAS BENTES LIMA e de MARIA LIVRAMENTO REIS VASCONCELOS.
O Regime de bens a ser adotado será Separação de Bens, sendo a Escritura de Pacto Antenupcial lavrada em 30/12/2022, no Livro 180, à Folha 116, do 1º Tabelionato de Notas de Ariquemes/RO.
QUE, APÓS o casamento, o declarante continuará a adotar o nome de LUIZ DENARDIN.
QUE, APÓS o casamento, a declarante continuará a adotar o nome de ATILHIANE VASCONCELOS LIMA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Ariquemes-RO, 30 de dezembro de 2022.
Maria da Penha Moreira Juvêncio
Registradora Substituta

2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE ARIQUEMES/RO
LIVRO D-015 FOLHA 097 TERMO 002933
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.933
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GEOVANE SILVA DE OLIVEIRA, de nacionalidade Brasileira, de profissão Motorista, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 09 de agosto de 1996, residente e domiciliado à Rua Toledo, 2671, Jardim Paraná, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.335.892-58, filho de GENIVALDO SILVA DE JESUS e de MARIA DOS ANJOS DE OLIVEIRA ROSA; e CAROLINE WINNIE SANTOS DE OLIVEIRA de nacionalidade Brasileira, de profissão estudante universitária, de estado civil solteira, natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 21 de maio de 1999, residente e domiciliada à Rua Toledo, 2671, Jardim Paraná, em Ariquemes, Estado de Rondônia, inscrita no CPF/MF sob o nº 039.644.382-60, filha de NAZARENO REIS DE OLIVEIRA e de CELIA DA SILVA SANTOS.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuará a adotar o nome de GEOVANE SILVA DE OLIVEIRA e a contraente continuará a adotar o nome de CAROLINE WINNIE SANTOS DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 30 de dezembro de 2022.
Jose Guilherme Duarte Costa
Escrevente Autorizado

COMARCA DE CACOAL

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: CACOAL
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE CACOAL
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE CACOAL ESTADO DE RONDÔNIA MARIA JULIETA RAGNINI - TABELIÃ DE PROTESTO RUA SÃO LUIZ, nº 1064, CENTRO, CEP 76963-884, FONE: (69) 3441-4985 ou (69) 98449-4985
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o 1º Tabelionato de Protesto de Cacoal/RO, localizado na Rua São Luiz, nº 1064 Centro, Cacoal-RO, CEP 76963-884, Tel (69) 3441-4985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: SANDRA DAVID DOS SANTOS CPF/CNPJ: 691.102.632-68
Protocolo: 54053
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: CLEONICE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 884.440.232-72
Protocolo: 54054
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: CLEONICE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 884.440.232-72
Protocolo: 54055
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: CLEONICE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 884.440.232-72
Protocolo: 54056
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: CLEONICE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 884.440.232-72
Protocolo: 54057
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: ELIANE PEREIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 741.934.732-87
Protocolo: 54065
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: EMORIEL COSTA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 061.912.541-13
Protocolo: 54071
Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 9:00 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Cacoal-RO, 04 de Janeiro de 2023 NAYARA RAGNINI BERNARDO TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE CEREJEIRA

CEREJEIRAS

COMARCA: CEREJEIRAS
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE CEREJEIRAS
ÚNICO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE CEREJEIRAS ESTADO DE RONDÔNIA CARLOS ROBERTO SOARES MELO - TABELIÃO DE PROTESTO RUA PORTUGAL, 2.229, CENTRO - FONE: (69)3342-2440 E-MAIL: CRSMCEREJEIRAS@GMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 227/2022 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Cerejeiras-RO, localizado na Rua Portugal, 2.229, Centro - Fone: (69)3342-2440 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: AMAZON COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTR CPF/CNPJ: 35.763.463/0001-90 Protocolo: 79328 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: AMERICAN STORE LTDA CPF/CNPJ: 41.050.320/0001-33 Protocolo: 79338 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: AMERICAN STORE LTDA CPF/CNPJ: 41.050.320/0001-33 Protocolo: 79336 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: CLAUDIA IZABEL MIRANDA TOLEDO CPF/CNPJ: 699.296.882-34 Protocolo: 79332 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79323 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79324 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79325 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79326 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79321 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: D S LASCOLA CPF/CNPJ: 43.631.534/0001-29 Protocolo: 79322 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: DURVAL MARTINS DA SILVA CPF/CNPJ: 090.527.632-91 Protocolo: 79333 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: EVERSON FAQUINELO CPF/CNPJ: 002.949.892-93 Protocolo: 79337 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: FABIO RICARDO DESBESELL CPF/CNPJ: 007.611.042-75 Protocolo: 79339 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: GUILHERME CALDAS FAZENSAO JOAQUIM CPF/CNPJ: 708.773.861-53 Protocolo: 79334 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: IVA ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 759.082.552-20 Protocolo: 79330 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: JULINEI TELLES ADRIANO CPF/CNPJ: 750.127.152-68 Protocolo: 79319 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: NILSON LUIZ RECH CPF/CNPJ: 625.690.239-49 Protocolo: 79329 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: SENA CIA LTDA CPF/CNPJ: 21.309.276/0001-26 Protocolo: 79320 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: TIAGO SOUZA ALVES CPF/CNPJ: 21.263.641/0001-09 Protocolo: 79331 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: VAGNER DE BASTIANO CPF/CNPJ: 073.279.589-32 Protocolo: 79327 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
Devedor: VALDEIR RIBEIRO ESPILDORA CPF/CNPJ: 620.647.462-34 Protocolo: 79335 Data Limite Para Comparecimento: 06/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 hs às 16:00 hs, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Cerejeiras-RO, 03 de Janeiro de 2023 JOSYANNE DE OLIVEIRA SILVA ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

NOVA MAMORÉ

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.861
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANANIAS MATIAS DA SILVA PEREIRA, de nacionalidade brasileiro, estudante, solteiro, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 11 de outubro de 2000, residente e domiciliado na Rodovia Br-425, 3ª Linha do Ribeirão, Km-14, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de GERALDO MAGELA RODRIGUES PEREIRA e de ADRIANA MATIAS DA SILVA PEREIRA; e DANIELY VENTURA RANGEL de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Mirante da Serra-RO, onde nasceu no dia 27 de outubro de 2006, residente e domiciliada na Rodovia Br-425, 3ª Linha do Ribeirão, Km-14, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de JOSUÉ MENDES RANGEL e de SUELI VENTURA MULLER RANGEL. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Nova Mamoré-RO, 03 de janeiro de 2023.
Edinei de Souza - Tabelião e Oficial Interino

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.862
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ELISON SALLES DE LIMA, de nacionalidade brasileiro, autônomo, solteiro, natural de Alvorada do Oeste-RO, onde nasceu no dia 29 de outubro de 2003, residente e domiciliado na Rodovia Br-425, Km-13, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de EDER DE LIMA e de ANA DOS REIS MARQUES DE SALLES; e LARISSA DE SOUZA TELES de nacionalidade brasileira, autônoma, solteira, natural de Nova Mamoré-RO, onde nasceu no dia 10 de janeiro de 2005, residente e domiciliada na Rodovia Br-425, Km-13, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de RAIMUNDO ILDO PORTELA TELES e de ADINÉIA SOUZA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Nova Mamoré-RO, 03 de janeiro de 2023.
Edinei de Souza - Tabelião e Oficial Interino

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

ROLIM DE MOURA

COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ROLIM DE MOURA
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ROLIM DE MOURA ESTADO DE RONDÔNIA SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR - TABELIÃO DE PROTESTO AV. NORTE SUL, Nº 5963, SALA B, PLANALTO, CEP 76940-000, FONE: (69) 3442-3273
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 01/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Rolim De Moura-RO, localizado na Av. Norte Sul, Nº 5963, Sala B, Planalto, Fone: (69) 3442-3273 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: LUCAS DE MELO COELHO CPF/CNPJ: 068.171.192-27 Protocolo: 45417 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: LUCAS DE MELO COELHO CPF/CNPJ: 068.171.192-27 Protocolo: 45418 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: LUCAS DE MELO COELHO CPF/CNPJ: 068.171.192-27 Protocolo: 45419 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: FABIO GOMES DE CARVALHO CPF/CNPJ: 943.405.602-00 Protocolo: 45431 Data Limite Para Comparecimento: 17/01/2023
Devedor: FABIO GOMES DE CARVALHO CPF/CNPJ: 943.405.602-00 Protocolo: 45430 Data Limite Para Comparecimento: 17/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Rolim De Moura-RO, 03 de Janeiro de 2023 SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE VILHENA

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: VILHENA
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE VILHENA
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS MUNCÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA DIRLEI HORN - TABELIÃO DE PROTESTO AV. MAJOR AMARANTE, Nº 4119, SALA 204, CENTRO EMP. CAPRA, CENTRO, CEP 76980-075, FONE: (69) 3322-9985
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Vilhena-RO, localizado na Av. Major Amarante, 4119, Sala 204, Emp. CAPRA Centro - fone(69)3322-9985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: CSR TREINAMENTOS SERVICOS E ENGENHARIA L CPF/CNPJ: 20.856.627/0001-56 Protocolo: 86983 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023

Devedor: ELIANE SANTOS CPF/CNPJ: 023.623.432-35 Protocolo: 86960 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: FACILITE SOLUCOES FINANCEIRAS DE CRED CPF/CNPJ: 39.478.866/0001-48 Protocolo: 86980 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: FACILITE SOLUCOES FINANCEIRAS DE CRED CPF/CNPJ: 39.478.866/0001-48 Protocolo: 86976 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: FACILITE SOLUCOES FINANCEIRAS DE CRED CPF/CNPJ: 39.478.866/0001-48 Protocolo: 86974 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: FACILITE SOLUCOES FINANCEIRAS DE CRED CPF/CNPJ: 39.478.866/0001-48 Protocolo: 86975 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: GEISMARA RODRIGUES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 025.288.702-64 Protocolo: 86948 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: IND. E COMERCIO ARGAMASSA ARGA CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 86951 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: IND. E COMERCIO ARGAMASSA ARGA CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 86950 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: JVN INDUSTRIA METALURGICA LTDA CPF/CNPJ: 04.304.983/0001-00 Protocolo: 86965 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: LUCILENE VIEIRA DOS ANJOS CPF/CNPJ: 733.293.472-87 Protocolo: 86996 Data Limite Para Comparecimento: 05/01/2023
Devedor: SALATIEL SILVA SANTOS CPF/CNPJ: 338.127.642-53 Protocolo: 86955 Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) no primeiro dia útil seguinte a publicação, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Vilhena-RO, 03 de Janeiro de 2023 DIRLEI HORN TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE BURITIS

BURITIS

COMARCA: BURITIS
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE BURITIS
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE BURITIS ESTADO DE RONDÔNIA DORCELENE TRINDADE DE SOUZA FONTOURA Rua Cacaulândia , Nº 1309, Setor 02, Buritis-RO, CEP 76880-000 FONE (69) 3238-2614
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Buritis-RO, localizado na Rua Cacaulândia , Nº 1309, Setor 02, Buritis-RO, CEP 76880-000, TEL (69) 3238-2614 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: CLAUDINEI ALMEIDA FERNANDES CPF/CNPJ: 984.449.132-00
Protocolo: 66355
Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023

Devedor: DANIEL FERREIRA DE MATOS CPF/CNPJ: 747.966.312-91
Protocolo: 66352
Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023

Devedor: GEDISSON GONCALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 016.569.992-26
Protocolo: 66343
Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023
Devedor: JANAINA CAMILLA ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 007.836.992-47
Protocolo: 66354
Data Limite Para Comparecimento: 04/01/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato de segunda a sexta feira 08:00 às 16:00 horas, para efetuar(em) o pagamento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Buritis-RO, 03 de Janeiro de 2023 ROMULO ALVES DOS SANTOS ESCREVENTE AUTORIZADO

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

PRESIDENTE MÉDICI

Tabelionato de Protestos de Títulos
COMARCA DE PRESIDENTE MEDICI - ESTADO DE RONDÔNIA
CNPJ 84.652.064/0001-67
Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000 - Telefones: (69) 3471-3404
E-mail cartorio_arruda@hotmail.com

Tabeliã Rosalina de Jesus Arruda
Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 8:00 às 16:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 604
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de Presidente Medici, Estado de Rondônia localizado à Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000, nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento
00.052.395	EMERSON RODRIGUES MARTINS	CPF 009.275.802-92
00.052.397	JOAO MARCELO	CPF 036.188.982-82
00.052.402	JOSE APARECIDO NOIA	CPF 203.228.871-00

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até o dia 04/01/2023, impreterivelmente até às 16:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de prostesto.
Presidente Medici/ Rondônia, 03 de janeiro de 2023
Rosalina de Jesus Arruda
Tabeliã

CASTANHEIRAS

LIVRO D-002 FOLHA 210
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 361.
095893 01 55 2022 6 00002 210 0000361 32
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: PAULO RONCADA DE CARVALHO, de nacionalidade brasileiro, policial militar, divorciado, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 13 de agosto de 1991, residente e domiciliado na Linha 172, s/n, Travessão Linha do Costa, Zona Rural, em Castanheiras-RO, , filho de MAURICIO CANDIDO DE CARVALHO e de MARIA SILVILENE RONCADA DE CARVALHO; e CÁSSIA IOLANDA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, estudante universitaria, solteira, natural de Buritis-RO, onde nasceu no dia 24 de abril de 2004, residente e domiciliada na Linha 172, s/n, Travessão Linha do Costa, Zona Rural, em Castanheiras-RO, , filha de DARLY INACIO DE OLIVEIRA JUNIOR e de QUÉSIA MARIA DA CONCEIÇÃO. O regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de PAULO RONCADA DE CARVALHO.
Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de CÁSSIA IOLANDA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA RONCADA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Castanheiras-RO, 30 de dezembro de 2022
Rogério Fernandes Virginio
Oficial Titular do Registro Civil

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

LIVRO D-020 FOLHA 085 TERMO 005185
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.185
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ MATEUS DA COSTA TAVARES, brasileirA, solteiro, filho de ALDAIR JOSÉ TAVARES e de ROZELAINI VAZ DA COSTA, residente e domiciliado na Linha 25, Km 2,5, Sentido Nova Brasilândia D'Oeste, em São Miguel do Guaporé-RO; e LUANA APOLINÁRIO DE OLIVEIRA, , solteira, filha de JUVENIL DE SOUZA OLIVEIRA e de ELIANE APOLINÁRIO, residente e domiciliada na Linha 86, Km 6, Lado Sul, em São Miguel do Guaporé-RO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado no Diário da Justiça do Estado de Rondônia pelo prazo de até 5 dias, a partir da publicação.
APRESENTARam os documentos exigidos pela art. 1525 do Código Civil.
São Miguel do Guaporé, 30 de dezembro de 2022.
Bruna Felipe dos Anjos
Escrevente Autorizada

LIVRO D-020 FOLHA 084 TERMO 005184
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.184
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ GALDINO DA SILVA, brasileira, divorciado, filho de TIAGO GALDINO DA SILVA e de ERNESTINA MARIA DA CONCEICÃO, residente e domiciliado à Rua Jatoba, 1786, Planalto, em São Miguel do Guaporé-RO; e ITELVINA PEREIRA DE VASCONCELOS, brasileira, divorciada, filha de JOAQUIM FERREIRA VASCONCELOS e de AUREA PEREIRA DE VASCONCELOS, residente e domiciliada à Rua Jatoba, 1786, Planalto, em São Miguel do Guaporé-RO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado no Diário da Justiça do Estado de Rondônia pelo prazo de até 5 dias, a partir da publicação.
APRESENTARam os documentos exigidos pela art. 1525 do Código Civil.
São Miguel do Guaporé, 30 de dezembro de 2022.
Bruna Felipe dos Anjos
Escrevente Autorizada